



ÂNGELA MARIA ENDLICH

*PENSANDO OS PAPÉIS E SIGNIFICADOS DAS
PEQUENAS CIDADES DO NOROESTE DO
PARANÁ*

Presidente Prudente
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ÂNGELA MARIA ENDLICH

PENSANDO OS PAPÉIS E SIGNIFICADOS DAS PEQUENAS CIDADES DO NOROESTE DO PARANÁ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Doutora em Geografia. Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito

Presidente Prudente
2006

*Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação
UNESP – FCT – Campus de Presidente Prudente*

E47

Endlich, Ângela Maria.

Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do
Noroeste do Paraná / Ângela Maria Endlich. – Presidente
Prudente: [s.n.], 2006

505 p.: il.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências e Tecnologia

Orientadora: Maria Encarnação Beltrão Sposito

1. Geografia urbana – Paraná. 2. Rede urbana. 3. Urbanização
brasileira – Paraná. 4. Rural e urbano. 5. Noroeste do Paraná. I.
Sposito, Maria Encarnação Beltrão. III. Título.

CDD (18.ed.) 910.13

TERMO DE APROVAÇÃO

ÂNGELA MARIA ENDLICH

PENSANDO OS PAPÉIS E SIGNIFICADOS DAS PEQUENAS CIDADES DO NOROESTE DO PARANÁ

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Geografia junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente da Universidade Estadual Paulista, pela seguinte banca examinadora:

Presidenta e orientadora – Professora Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito

Examinadora – Professora Dra. Maria Laura Silveira

Examinadora – Professora Dra. Beatriz Ribeiro Soares

Examinadora – Professora Dra. Eda Maria Góes

Examinador – Professor Dr. Antonio Nivaldo Hespagnol

Presidente Prudente, 29 de março de 2006.

Para Raíssa e Augusto
Que motivam e tornam imprescindível a constante busca de uma expectativa positiva da vida.

Agradeço à minha família;

aos meus amigos;

aos meus colegas e professores;

pela convivência, compreensão, contribuições e trocas de idéias.

à Carminha,

pela disposição, responsabilidade e companheirismo com que acompanhou e orientou este trabalho.

ao Professor Capel,

pela atenciosa acolhida e orientação na Universidade de Barcelona.

à Tânia Regina Machado pela criação artística da capa que expressa idéias extraídas dos questionários aplicados: a tranqüilidade e a lentidão contrapostos ao tempo imposto (relógio), a sociabilidade (as duas cadeiras), a simplicidade, a confiança e a segurança (portas e janelas abertas) e alguns elementos que remetem a escalas mais amplas (o jornal, a literatura, além do relógio já mencionado).

a todos que me auxiliaram na tramitação de documentos, obtenção de dados/informações e auxílio técnico nos diversos momentos do curso de doutorado.

àqueles que, com seu trabalho, dão vida às instituições que viabilizaram as condições para o desenvolvimento da pesquisa: à Universidade Estadual de Maringá pelo afastamento; à Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente pela acolhida; à Capes pelo apoio financeiro no Brasil e durante o estágio de doutorado na Universidade de Barcelona (Espanha).

Por fim, com pesar, transformo em homenagem póstuma a gratidão que devo ao professor, colega e amigo Dalton Áureo Moro, lealdade em pessoa.

***D**e tudo ficaram três coisas:
A certeza de que estamos sempre começando.
A certeza de que precisamos continuar.
A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar.
Portanto, devemos
fazer da interrupção
um caminho novo...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura,
um encontro.*

(Fernando Pessoa)

RESUMO

Este trabalho inicia-se a partir de um olhar de estranheza sobre o processo de declínio demográfico que ocorre em vários municípios com pequenos núcleos urbanos, na Região Noroeste do Paraná. Nesta área constitui-se, em ritmo acelerado, uma formação socioespacial, baseada num complexo econômico capitalista fundamentado na economia cafeeira. O surgimento de uma densa rede urbana, com muitas pequenas cidades, decorreu de atributos peculiares daquele momento, quando tais localidades explicavam-se, basicamente, pelos papéis de localidades centrais. Contudo, uma série de transformações alterou rapidamente as características originais adquiridas pela região. As mudanças na agricultura e no uso do solo, a definição de um novo perfil industrial do Paraná e outras alterações mais gerais relativas à cultura, às formas de consumo e de acessibilidade apresentaram uma série de implicações socioespaciais. Há, portanto, uma redefinição da rede urbana e dos papéis e significados das pequenas cidades neste contexto. Em meio à tendência geral de declínio demográfico dos municípios polarizados por pequenas cidades, verificou-se que alguns possuíam uma dinâmica demográfica de crescimento. Assim, foram selecionados municípios com o objetivo de aproximar o foco da análise, bem como de estabelecer algumas comparações acerca destas dinâmicas diferenciadas e de problemas comuns. Dinâmicas e problemas que se repetem na maioria dos municípios remetem à superação dos excepcionalismos na análise científica e trazem a discussão sobre as escalas geográficas, no sentido de identificar a origem dos processos. A ênfase recai sobre a construção e re-construção da escala local, seu significado político e seus limites. As políticas territoriais estiveram afinadas com o processo de centralização e concentração do capital. Entretanto, recentemente formaram-se novos referenciais de desenvolvimento que trazem para a pauta – política e acadêmica - as áreas não-metropolitanas, frequentemente esquecidas. Mas, a nova política territorial é voluntarista e traz consigo uma série de atributos que admitem múltiplas interpretações. Em complemento, indica-se a supramunicipalidade como possibilidade de articulação política tendo em vista a finalidade de superar as deficiências de serviços e equipamentos públicos nas pequenas cidades. Estas pequenas cidades além de terem seus papéis redefinidos, adquirem uma importância específica na perspectiva social. O significado dessas localidades pode ser apreendido por meio das manifestações da sociedade local, revelando uma apreciação que escapa, parcialmente, à lógica econômica e que parece não depender da

dinâmica demográfica. Por outro lado, o significado social também se constrói, de modo mais objetivo, pela condição material e pelas especificidades políticas que caracterizam, de forma geral, as pequenas cidades. Entre as utopias e projeções idealizadas e as pequenas cidades concretas há uma distância considerável, mas ambas revelam a pobreza da política, por isso, a idéia de vir-a-ser deve ser construída de forma mais aberta, valorizando processos sociais e políticos positivos, mais que fins determinados. A perspectiva da sociedade urbana renova a utopia, incluindo o futuro das pequenas cidades e da dimensão local. O aprendizado político sinaliza a trilha a ser seguida, tendo em vista a apropriação efetiva e humana do tempo e do espaço.

PALAVRAS-CHAVE: Rede urbana. Pequenas cidades. Cidades locais. Urbanização.

ABSTRACT

This study starts from a strange view of the demographic decline of several municipalities with small urban nucleuses in the Northwest of Paraná. This area constitutes an accelerated sociospatial formation, based on a capitalist economic complex, grounded in the coffee economy. The emergence of a compact urban network of small towns resulted from particular attributes of that period, when those locations were explained basically for their central roles. However, various transformations altered rapidly the original traces of that region. Changes in agriculture and soil usage, definition of a new industrial profile of Paraná and other general changes related to culture, forms of consumption and accessibility resulted in a series of sociospatial implications. Thus, there is a redefinition of the urban network and of the roles and meanings of the small towns in such context. Among the general trend of demographic decline of the municipalities polarized by small towns, some demographic growth dynamics was observed. Hence, some municipalities were selected aiming at analyzing the focus, as well as comparing the different dynamics and common problems. The dynamics and problems occurring in most municipalities show how the exceptional nature of scientific analysis is overcome and opens discussion about geographic scales, in terms of identifying the origin of the processes. The focus is on the construction and reconstruction of the local scale, its political meaning and limits. The territorial policies were in accordance with the process of centralization and concentration of capital. However, new development references have recently been formed, bringing the frequently forgotten non-metropolitan areas to the political and academic agenda. But the new territorial policy is voluntary and possess a series of attributes of multiple interpretations. In addition, supramunicipality is pointed out as a possible political articulation in order to overcome the shortage of public services and equipment in small towns. Those small towns, besides playing redefined roles, acquire specific importance in social perspective. The meaning of those locations may be apprehended by means of local society manifestations, revealing an appraisal far from economical logic, which may not depend on demographic dynamics. On the other hand, the social meaning is also constructed by the material conditions and by the specificities which generally characterize small towns. Although there is a considerable distance between the Utopias and the idealized projections and the small concrete towns, both reveal political weakness. Therefore, future ideas must be more openly constructed,

valorizing positive social and political processes rather than determined purposes. The perspective of the urban society renews the Utopia, including the future of small towns and of the local dimension. The political apprenticeship signals the path to follow, according to the effective and human appropriation of time and space.

KEY WORDS: Urban network. Small towns. Local towns. Urbanization.

RELAÇÃO DE QUADROS, TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Relação de Quadros

Quadro 1 – Noroeste do Paraná. Meso e Microrregiões	51
Quadro 2 - Localidades fundadas pela CTNP/CMNP ou terceiros em áreas da empresa	79
Quadro 3 - Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. Principais destinos migrantes, 2003	151
Quadro 4 - Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. Possíveis destinos dos moradores, 2003	152
Quadro 5 - Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. Viagens mais freqüentes, 2003	168
Quadro 6 - Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. “ <i>O que falta na cidade?</i> ”, 2003	274
Quadro 7 - Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. “ <i>Do que você gosta na sua cidade? O que é melhor na sua cidade?</i> ”.	383
Quadro 8 - Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. “ <i>Do que você sentiria mais saudades?</i> ”.	388
Quadro 9 - Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. “ <i>O que você gosta de fazer nas horas vagas?</i> ”.	391

Relação de Tabelas

Tabela 1 – Noroeste do Paraná. Número de cidades por classes demográficas, 2000	51
Tabela 2 – Região Metropolitana de Curitiba. Produção de veículos, 1997-2000	125
Tabela 3 – Estado do Paraná. Protocolos de intenções em investimentos na indústria automotiva, 1996-2001	127
Tabela 4 – Estado do Paraná. Protocolos de intenções em investimentos industriais diversos, 1995-2001	128
Tabela 5 – Estado do Paraná. Distribuição dos investimentos, empregos e empresas, 2001-2003	130
Tabela 6 – Noroeste do Paraná. Número de indústrias por segmentos, 2002	132
Tabela 7 - Mesorregiões do Estado do Paraná. Distribuição do emprego formal por faixa de remuneração, 2000 (%)	134
Tabela 8 – Estado do Paraná. Distribuição da população por classes de municípios, 1996-2000	142
Tabela 9 – Noroeste do Paraná. Número de municípios com declínio demográfico/classes de municípios, 1991-2000	144
Tabela 10 - Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. Faixas etárias da população, 2000	202
Tabela 11 - Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. Principais produtos agrícolas por valor estimado de safra, 1956/1957	216
Tabela 12 - Colorado, Querência Norte, Rondon e Terra Rica. Principais produtos agrícolas (ha.), 2000-2001	218
Tabela 13 - Colorado, Querência Norte, Rondon e Terra Rica. Uso do solo rural (ha.), 2000-2001	219
Tabela 14 - Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. Número de Estabelecimentos Industriais, 2003.	222
Tabela 15 - Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. Número de Estabelecimentos Comerciais, 2003	226
Tabela 16 - Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. Número de Estabelecimentos de Prestação de Serviços, 2003	228
Tabela 17 - Colorado. Estrutura Fundiária: número de estabelecimentos por classes de área (ha.), 1960-1995	232
Tabela 18 - Querência do Norte. Estrutura fundiária, número de estabelecimentos por classes de área (ha.), 1960-1995	241
Tabela 19 - Querência do Norte. Assentamentos Rurais, 2003	242
Tabela 20 - Estado do Paraná, Municípios com maior número de famílias assentadas, 2003	243
Tabela 21 – Rondon. Estrutura fundiária, número de estabelecimentos por classes de área (ha.), 1960-1995	247
Tabela 22 – Terra Rica. Estrutura fundiária número de estabelecimentos por classes de área (ha.), 1960-1995	253
Tabela 23 – Terra Rica. Assentamentos Rurais, 2003	254

Relação de Cartogramas/Plantas

Cartograma 1 - Estado do Paraná. Núcleos urbanos, 2000	45
Cartograma 2 - Noroeste do Paraná. Recorte territorial	49
Cartograma 3 - Noroeste do Paraná. Taxas de crescimento demográfico, 1960-1970	111
Cartograma 4 - Noroeste do Paraná. Taxas de crescimento demográfico, 1970-1980	113
Cartograma 5 - Estado do Paraná. Usinas e destilarias do setor sucro-alcooleiro, 2003	137
Cartograma 6 - Noroeste do Paraná. Taxas de crescimento demográfico, 1980-1991	145
Cartograma 7 - Noroeste do Paraná. Rodovias, 1998	147
Cartograma 8 - Noroeste do Paraná. Taxas de crescimento demográfico, 1991-2000	149
Cartograma 9 - Estado do Paraná. Comparativo de rodovias, 1970-1998	169
Cartograma 10 - Localização dos municípios selecionados	199
Planta 1 – Colorado	207
Planta 2 – Querência do Norte	209
Planta 3 – Rondon	211
Planta 4 - Terra Rica	213

Relação de Gráficos

Gráfico 1 - Noroeste do Paraná. Distribuição da População, 2000	53
Gráfico 2 - Noroeste do Paraná. Estrutura Fundiária, Número de estabelecimentos/Grupos de áreas, 1960-1996	100
Gráfico 3 - Noroeste do Paraná. Evolução da População Total, Urbana e Rural, 1960-2000	102
Gráfico 4 - Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. População total, 1960-2000	201
Gráfico 5 - Colorado. Evolução da população total, rural e urbana, 1960-2000	231
Gráfico 6 - Colorado. Valor adicionado por Setor de Atividade, 1999-2001	235
Gráfico 7 – Querência do Norte. Evolução da população total, rural e urbana, 1960-2000	240
Gráfico 8 – Querência do Norte. Valor Adicionado por Setor de Atividade, 1999-2001	244
Gráfico 9 – Rondon. Evolução da população total, rural e urbana, 1960-2000	246
Gráfico 10 - Rondon. Valor adicionado por Setor de Atividade, 1999-2001	250
Gráfico 11 - Terra Rica. Evolução da população total, urbana e rural, 1960-2000	252
Gráfico 12 - Terra Rica. Valor adicionado por Setor de Atividade, 1999-2001	255

Apêndices

Apêndice descritivo dos procedimentos metodológicos	465
Apêndice A - Noroeste do Paraná. Evolução demográfica total, urbana e rural, 1960-2000 + complemento desmembramentos	477
Apêndice B - Noroeste do Paraná. Estrutura fundiária, 1960-1996	487
Apêndice C - Estado do Paraná. Protocolo de intenções de investimentos (indústrias automotivas e gerais), 1995-2001	491
Apêndice D - Estado do Paraná. Unidades industriais do setor sucro-alcooleiro, 2003	497
Apêndice E - Levantamento de Mancomunidades da Catalunha, 2004	499
Apêndice F - Modelo de questionário	505

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA REGIÃO NOROESTE DO PARANÁ E AS PEQUENAS CIDADES	41
1.1 Configuração da rede urbana do Noroeste do Paraná	43
1.2 Formação econômica brasileira e formação socioespacial	59
1.3 Particularidades da formação socioespacial da região	64
1.4 A rede urbana, as pequenas cidades e as reflexões teórico-conceituais	83
2 TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS, SOCIOESPACIAIS E A REDEFINIÇÃO DA REDE URBANA	91
2.1 A decadência da economia cafeeira na região e outras transformações na agricultura	94
2.2 Mundialização da economia, reestruturação do capitalismo e algumas implicações no Paraná e na região	115
2.3 Transformações culturais, inovações na acessibilidade e no consumo	154
2.4 Redefinição da rede urbana e novos significados para as pequenas cidades	175
3 PEQUENAS CIDADES: ENTRE SINAIS DE LUMINOSIDADE E LETARGIA	193
3.1 Considerações sobre os municípios escolhidos	197
3.2 O que faz a diferença?	256
3.3 Os papéis dessas pequenas cidades	269
3.4 Alguns problemas comuns	273
4 OLHAR INTERESCALAR, POLÍTICA TERRITORIAL E PERSPECTIVAS PARA AS PEQUENAS CIDADES	279
4.1 Sobre a necessidade de um olhar interescalar	282
4.2 A construção da escala local	286
4.3 Centralização, concentração e primazia na política urbana	310
4.4 Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades?	325
4.5 Políticas supramunicipais e as pequenas cidades	361

5 CONDIÇÃO SOCIAL E POLÍTICA NAS PEQUENAS CIDADES	379
5.1 Pequenas cidades pela sociedade local	383
5.2 Poder local e condição política	398
5.3 Pequenas cidades – das utopias às cidades concretas	408
5.4 Vir-a-ser e apropriação do espaço	417
CONSIDERAÇÕES FINAIS	425
REFERÊNCIAS	433
APÊNDICES	465



INTRODUÇÃO

“Pretendo que en el análisis profundo de todo hecho de la geografía humana esté incluido, en primer lugar, un problema no solo de orden económico, sino de orden social”. (Jean Brunhes)

Pensar a espacialidade social é o intento deste trabalho, como um trabalho que se filia à Geografia, compreendida no âmbito das Ciências Humanas e Sociais. Buscar os meandros da produção do espaço tendo como foco a condição humana e social de vida, nisso reside a motivação que conduziu a elaboração deste texto. O espaço geográfico é parte condicionante e expressão de dinâmicas econômicas, políticas, enfim, de processos sociais como um todo, ou seja, enquanto a sociedade define-se econômica e politicamente, estabelecendo condições sociais, produz também o espaço em que vive com atributos que só podem ser compreendidos neste contexto geral. Por outro lado, o espaço produzido é também mediação deste processo. Nestas páginas introdutórias, procura-se explicitar a partir de quais olhares e recortes analíticos foi formulada a pesquisa.

A atenção às dinâmicas econômicas está orientada pelo entendimento destas como condições materiais para a leitura do espaço enquanto dimensão social. Os processos observados recentemente na esfera da economia demonstram o espaço como fator primordial para a compreensão da racionalidade econômica, operante em ampla escala geográfica nestes tempos denominados de globalização. Tempos em que a economia articula o espaço geográfico como um todo, comandada por interesses de poucos, subordinando a vida de muitos. Assim, refuta-se a leitura do espaço pelo viés econômico como mera constatação da espacialidade adquirida ou espacialização de interesses e tendências econômicas. Por mais que as novas dinâmicas possam ser deslumbrantes, munidas de instrumentos, ou de objetos e ações densos de tecnologia e intencionalidades, estes qualificativos não podem ofuscar os significados sociais deste processo. Portanto, o olhar para a economia tem a duração e a profundidade consideradas necessárias para estes propósitos.

Diversos autores têm tratado desta relação entre o espaço e a economia. Quando os geógrafos procuraram formular uma teoria geográfica de fundamentação marxista, marcando o surgimento da Geografia Radical nos Estados Unidos, de acordo com Peet (1982), esclareceu-se como o processo social de extração da mais-valia, ocorrido, inicialmente, entre classes sociais, amplia-se e converte-se em um processo espacial. Neste sentido, Santos (1996a) expõe sobre a produção da mais-valia no âmbito mundial. As riquezas tendem a se concentrar espacialmente por meio do

processo de drenagem de renda. Este processo não deve ser visto só sob o aspecto dos mecanismos de concentração do capital, mas da condição social e política dele resultante nos espaços de onde procedem as riquezas geradas e expropriadas.

As formações socioespaciais delineiam-se de acordo com a organização da produção, constituindo referências concretas de como as relações sociais realizam-se. A produção social de riquezas, da qual deriva a produção das condições sociais, materializam-se, conferindo qualificativos à espacialidade. Portanto, o espaço geográfico talvez seja a dimensão da realidade em que os preceitos e objetos técnicos da materialidade produzida pelo homem ganhem expressão mais concreta. Na teoria de Santos (1996a), essa materialidade é parte da ontologia do espaço, que vai do meio pré-técnico ao meio técnico-científico-informacional. Este último refere-se à condição geográfica necessária para a economia articulada mundialmente e à produção da mais-valia em escala espacialmente ampliada. O espaço foi racionalizado por meio da produção social, traduzida em objetos ou ações, que lhe conferem a possibilidade de ser comandado de acordo com interesses longínquos.

Se o espaço geográfico é fator preponderante para se desvendar os suportes da realidade estabelecida, então a Geografia possui papel primordial no campo das Ciências Sociais e Humanas. A análise da espacialidade humana, como produto e condição social, conforma a contribuição da Geografia no domínio das Ciências Sociais. Assim, a Geografia compartilha com as demais ciências a tarefa de trabalhar pelo esclarecimento¹ e emancipação humana², como parte da teoria social crítica³, cujas proposições devem superar o estabelecido, mantendo a expectativa de uma sociedade futura.

¹ Este termo tem origem na publicação *A dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*, de Adorno e Horkheimer (1985), cujo título original em alemão é *Dialektik der Aufklärung: philosophische fragmente*. Conforme observa o tradutor da obra, esclarecimento é o termo mais adequado em português em relação ao original em alemão, pois além do significado histórico-filosófico é de uso corrente, ou seja, é uma expressão coloquial como a utilizada naquele idioma. Obra considerada como parte da conhecida *Escola de Frankfurt* que, de maneira geral, defendeu a renovação do crédito à razão. Entretanto, isto não ocorre sem críticas aos limites dos conhecimentos produzidos. *A dialética do esclarecimento* debate como o conhecimento produzido sob o marco do positivismo perde a trilha da emancipação e sob o controle do poder recria condições de opressão. Contesta-se o desenvolvimento linear da condição política da sociedade, admitindo regressões: “[...] A humanidade, cujas habilidades e conhecimentos se diferenciam com a divisão do trabalho, é ao mesmo tempo forçada a regredir a estágios antropológicamente mais primitivos, pois a persistência da dominação determina, com a facilitação técnica da existência, a fixação do instinto através de uma repressão mais forte [...]. Por outro lado, a adaptação ao poder do progresso envolve o progresso do poder, levando sempre de novo àquelas formações recessivas que mostram que não é o malogro do progresso, mas exatamente o progresso bem-sucedido que é culpado de seu próprio oposto. A maldição do progresso irrefreável é a irrefreável regressão.” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 46).

² A noção de emancipação humana está relacionada à concepção de liberdade. Contra a perspectiva liberal clássica que expõe a liberdade como mera ausência de restrições às opções disponíveis, o marxismo traz uma noção de liberdade maior que compreende a eliminação dos obstáculos à referida emancipação, ou seja, ao múltiplo desenvolvimento das possibilidades humanas (BOTTOMORE, 2001, p. 123-124). No trecho *O cidadão* publicado em *Sobre la cuestión judia*, Marx (1998, p. 195-198) expõe os limites alcançados na emancipação política na sociedade burguesa: “[...] o Homem não se viu libertado da religião; obteve, na verdade, a liberdade religiosa. Não se viu

Geógrafos como Santos (1996a) e Gomes (2002), por exemplo, contribuem com a Geografia assim situada no âmbito científico. Eles procuraram estabelecer teorias geográficas que cooperam com as Ciências Sociais, desvendando os mecanismos de poder e anunciando possibilidades. Posturas científicas modestamente compartilhadas na proposição desta pesquisa, na condição de aprendiz.

Este trabalho foi formulado acerca da realidade de espaços cujas dinâmicas demográficas e econômicas tornam aparentemente questionáveis seus papéis no atual período: os municípios com pequenas cidades do Noroeste do Paraná. Refere-se à parte da região conhecida como Norte do Paraná, que possui uma história de (re)ocupação mais ou menos comum, há pouco mais de cinco décadas, com a efetiva inserção da região no circuito da economia capitalista, nas escalas nacional e internacional, por meio da economia cafeeira.

Por que estudar estas pequenas cidades? Várias foram as reflexões que permearam a condução da pesquisa, mas a eleição deste tema está relacionada, inicialmente, à intensa mobilidade espacial da população procedente de municípios com pequenos centros urbanos, especialmente na década de 1970, quadro que persiste nas décadas seguintes na maioria dos municípios. Este foi o fenômeno visível que despertou a atenção para uma série de questionamentos. É um fenômeno facilmente apreensível, dada a sua proporção, uma vez que os dados estatísticos mostram e a população local percebe cotidianamente. O declínio demográfico nestes municípios pode ser considerado como a aparência de um processo social mais amplo. Qual é a essência desse processo? O que ele significa para a sociedade?

A presença dessas pequenas cidades é explicada pelo processo de formação socioespacial da região, ocorrido no contexto da economia cafeeira. O Paraná tornou-se área de intensa produção de café, após diversos momentos de crise desta economia junto ao mercado internacional. A produção do espaço estudado apresentou algumas características diferenciadas como: - empreendimentos privados de colonização; - estrutura

libertado da propriedade; obteve a liberdade de propriedade. Não se viu libertado do egoísmo da indústria; obteve a liberdade industrial”. Embora Marx considere tal emancipação política um progresso indispensável, superá-la traz uma perspectiva maior de liberdade, que não consiste apenas em reivindicar cidadania dentro da sociedade capitalista, já constituída. Afirma que esta não corresponde à emancipação humana, ampliando, assim, o horizonte utópico da sociedade.

³ É assim denominada a produção acadêmica formulada em meio a crise ocidental (década de 1920), quando ocorreram transformações na perspectiva política marcadas pela opressão e autoritarismo advindos de posturas ortodoxas. Dentre as alternativas, delineou-se o caminho de uma nova reflexão, assentada na tentativa de sem abandonar os fundamentos marxistas refletir sobre o novo contexto histórico. Conformou-se uma ciência que continuava tendo como objetivo denunciar o caráter autoritário e exploratório do capitalismo e contribuir para a libertação do ser humano. Contudo, é uma ciência que reconhece seus limites, consciente de que não há uma grande engrenagem explicativa de tudo. Os produtos das Ciências Sociais são contribuições e posturas continuamente revistas. O conhecimento humano produzido é considerado como recorrente busca da emancipação humana, desde a superação dos mitos, o domínio da natureza e a conquista da razão. Nas palavras de Geuss (1988, p. 96): “Espera-se que o efeito de uma teoria crítica bem sucedida seja a emancipação e o esclarecimento. Para ser mais preciso, uma teoria crítica tem como propósito inerente ser autoconsciência de um processo satisfatório de esclarecimento e emancipação”.

fundiária inicialmente baseada em pequenas propriedades; - acentuada demanda de força de trabalho; - implementação de uma densa rede urbana com muitos pequenos núcleos, cuja centralidade estava relacionada ao contingente populacional formado pela presença intensa de pequenos produtores e trabalhadores rurais. Posteriormente, o declínio populacional no campo foi esvaziando, também, os numerosos e pequenos núcleos urbanos sob o aspecto funcional, promovendo uma outra mobilidade oriunda das pequenas cidades estagnadas em direção, sobretudo, a centros maiores.

Portanto, a centralidade dos pequenos núcleos urbanos tem sido subtraída a partir da crise da economia cafeeira que provocou uma série de transformações no espaço regional, com marcante migração da população do campo e das pequenas cidades. As transformações econômicas resultaram numa série de transformações socioespaciais. Há um processo de redefinição da rede urbana regional. Este processo mostra que uma forma espacial produzida num dado momento econômico pode não ser adequada quando novos arranjos econômicos são compostos⁴. Para significativa parte da sociedade, esse processo inviabiliza a possibilidade de prosseguir vivendo no mesmo local, ou seja, fica sem “um lugar para permanecer”⁵, ante as dificuldades de reprodução da vida nestes locais. A condição social dos trabalhadores não os aliena apenas do produto do seu trabalho, mas também da espacialidade produzida juntamente com a produção de riquezas. As pequenas cidades da região tornaram-se, especialmente após a cafeicultura, espaços instáveis de vida para a sociedade local.

O que se denomina de região Noroeste consiste em uma área marcada pelo investimento capitalista, cujo empreendimento teve apoio do Estado e adesão de muitos pequenos proprietários e trabalhadores rurais, estes últimos reais produtores da riqueza gerada na região. Com a reestruturação da economia, após a crise da cafeicultura, desconsideraram-se os trabalhadores e pequenos produtores rurais, até então agentes primordiais. A região possui uma elite que procura se articular para promover o desenvolvimento regional. Entretanto, sob este rótulo de desenvolvimento regional, na realidade, freqüentemente se discute a projeção dos próprios negócios. As constantes modernizações não incluem os demais agentes produtores das riquezas regionais.

⁴ Segundo Massey (1981, p. 51), o processo de acumulação capitalista engendra continuamente o abandono de algumas áreas e a criação nelas de novas reservas de força de trabalho, a inserção de outras áreas para novos ramos de produção e a reestruturação da divisão territorial do trabalho e das relações de classe em seu conjunto.

⁵ Frase de Heráclito, citada por Smith (1992, p. 76): “Give me a place to stand”. Ensina Smith, quando fala dos sem-tetos, que é preciso inserir-se numa escala geográfica para estar articulado às demais, pois a libertação política exige o acesso ao espaço. A existência humana corresponde obrigatoriamente a ocupar um espaço geográfico, o que equivale a ter um lugar, onde possa se estar de maneira estável e por tempo suficiente para criar vínculos afetivos e de identidade.

Estes fatos mostram a relevância de estudar as pequenas cidades neste novo contexto econômico, seus papéis, possibilidades e significados⁶. A realidade regional instiga a reflexão sobre as pequenas cidades. Não se trata, destarte, de fazer apologias a este tipo de localidade, tampouco de incorporar gritos amargos sobre a grande cidade⁷, mas de respeitar e reconhecer espaços concretos, freqüentemente ignorados no cenário político e acadêmico. Assim, conforma-se o recorte temático desta tese.

Para pensar a espacialidade social, contrapondo o ritmo exigido pela economia e o ritmo humano, é preciso considerar que prevalecem atributos resultantes das exigências do modo capitalista de produção. O estudo destas áreas em esvaziamento evidencia a inviabilidade da efetiva apropriação social do espaço diante da realidade social, econômica e política estabelecida. É preciso pensar na relevância desse fato para a leitura das dinâmicas da sociedade e em que medida isto é significativo enquanto obstáculo para a emancipação humana.

Compreende-se, aqui, como num trabalho que se filia às Ciências Sociais, o pesquisador enquanto sujeito e objeto de estudo, já que neste domínio o conhecimento produzido é também autoconhecimento. Deste modo, traços de subjetividade marcam a produção do conhecimento neste segmento científico.

O que são as Ciências Humanas e Sociais senão a sistematização de reflexões a partir dos elementos presentes cotidianamente na própria existência de quem pesquisa? É isso que Castoriadis (1999, p. 136) explicita, mencionando Sócrates que em julgamento afirmara que não aceitaria uma proposta de liberdade sob a condição de que abandonasse a pesquisa e a filosofia: “[...] não deixarei de filosofar... a vida sem exame não é vivível [...]”⁸. O exame e a interrogação tornaram-se objetos de sua paixão. É o que se passa com a maioria dos cientistas sociais e humanistas. Da mesma forma, esta postura permeia a elaboração deste estudo.

Sendo o pesquisador nas Ciências Sociais e Humanas sujeito e objeto de análise, é necessário falar de outras proposições decorrentes deste fato. Reconhece-se na pesquisa um processo que consiste na constante busca de elementos que possam contribuir para o entendimento da realidade que se quer desvendar. Conforme Lefebvre (1983, p. 90), todo pensamento é movimento e os textos são apenas registros construídos

⁶ O uso do termo significado neste trabalho está relacionado à relevância. Não se pretende um estudo da dimensão simbólica, relacionado à construção de signos e representações sociais, que poderia trazer outras contribuições ao tema, mas por causa da necessidade de recortes não fará parte do mesmo.

⁷ Conforme Capel (2001), há uma forte corrente antiurbana, expressa em trabalhos que problematizam a grande cidade e valorizam espaços considerados como não-urbanos, manifestações que o autor denomina de *Gritos amargos sobre a cidade*.

⁸ Termos apresentados por Castoriadis (1999). Ele se refere a excerto que se encontra no texto denominado *A defesa de Sócrates*, cuja tradução possui outras versões.

momentaneamente, como este que aqui se inicia. Nesta concepção, o pesquisador é alguém que está sempre em processo de aprendizagem (FREITAS, 2002, p. 26).

Assim, além das condições materiais verificadas na região, foi basilar para a formulação da problemática desta pesquisa a trajetória pessoal. Desta trajetória destaca-se que foi fundamental viver em alguns locais, como o nascimento e a permanência por vinte anos numa pequena cidade (Ubiratã - Paraná). Da mesma forma, foi significativo viver numa cidade média como Maringá, uma das capitais regionais do Paraná. Já o cotidiano da Região Metropolitana de Curitiba suscitou sensibilidade pela condição de vida que este tipo de espaço oferece, em especial, para a população trabalhadora. Estas experiências trouxeram uma visão mais concreta do conjunto da rede urbana, concebida como espaços de vida da sociedade. A transferência da pequena cidade para a cidade média (Maringá) permitiu compreender melhor o que se quer dizer com rompimento ou afastamento de laços familiares e de amizade, além dos laços afetivos com o espaço, neste caso, o lugar.

A experiência pessoal ajuda a entender o sentimento de ser estranho⁹ a uma terra. Por mais cosmopolita que se possa ser, sentir-se estranho é algo comum na vida de todo migrante. Martins (1997, p. 42) em estudo sobre as migrações internas no Brasil, alerta sobre o efeito devastador que tem o desenraizamento sobre a vida do migrante, já que “[...] rompe laços com familiares, expressa a miséria e a impossibilidade de sobrevivência econômica no local de origem, denunciando a exploração que inviabiliza a vida sedentária e lhe impõe a vida nômade que [...] empobrece sua vida social”. Evidentemente, sentir-se estranho é tanto mais difícil com restrições financeiras para resolver questões de moradia, alimentação, etc., situação social em que se encontra a grande maioria dos migrantes. Todavia, existem as oportunidades que motivam a superação desses obstáculos por parte de alguns, mas que trazem a frustração para outros.

As proposições abarcadas nesta pesquisa resultam de um olhar simultâneo sobre alguns elementos, conforme se procura sistematizar na seqüência.

⁹ Bauman (1999, p. 101) escreve sobre como é ser um estranho: “[...] é ser recusado e abdicar do direito à autoconstituição, à autodefinição, à identidade própria. É derivar o próprio sentido da relação com o nativo e do olhar discriminador do nativo. É esquecer a capacidade de criar um significado a partir do ‘material’ herdado. É abdicar da própria autonomia e, com ela, à autoridade para dar sentido à própria vida. Ser um estranho significa ser capaz de viver uma ambivalência perpétua, uma vida substituta, de dissimulação”. O estranho deste autor é um estranho universal. Entretanto, conforme ele lembra, ser estranho consiste numa situação que pode ser vivida em graus variados.

O declínio demográfico dos municípios da região

Embora o uso de dados tornasse a pesquisa quantitativa demais em seu início, a utilização da estatística foi uma forma de apreender o fenômeno do declínio demográfico em sua amplitude regional, com a finalidade de problematizar os processos sociais que os mesmos representam¹⁰. Utiliza-se o dado demográfico como indicador de processos sociais decorrentes das transformações econômicas na região, explicitando uma realidade social. Há muitas vidas envolvidas, fluxos humanos cujo trânsito pela rede urbana é motivado pela busca de sobrevivência, fatos que não podem ser transformados apenas em números.

Foram utilizados dados da população total de cada município no levantamento elaborado para a área aqui denominada de Noroeste do Paraná, recorte inicial deste trabalho. A maioria dos 165 municípios que compõem a região tem como sedes pequenos centros urbanos, dos quais apenas nove núcleos podem ser considerados demograficamente como de porte médio¹¹, ou seja, com mais de cinquenta mil habitantes. Todos os municípios com pequenos núcleos urbanos apresentaram diminuição da população em pelo menos um dos períodos analisados desde 1960 até 2000. Só não apresentaram perda os municípios com núcleos urbanos maiores que, ao contrário, crescem demograficamente, absorvendo parte dos fluxos oriundos desta mobilidade espacial verificada na região. Isto faz deste fenômeno uma questão da Geografia Urbana. Não a Geografia Urbana produzida acerca de realidades metropolitanas, mas a que procura refletir sobre outras manifestações do urbano.

É preciso ressaltar que a adoção de um recorte territorial inicialmente amplo justifica-se pela extensão da dinâmica demográfica observada, ainda mais ampla, abrangendo outros municípios. Não se trata de pretensão ou ambição desmedida. Na realidade, o trabalho com a dinâmica interurbana e regional, envolvendo um número grande de municípios gera tamanha perplexidade e demanda diversos procedimentos

¹⁰ A apreensão de um fenômeno de maneira mais geral por meio da estatística já fora reconhecida por Brunhes (1988, p. 261): “[...] una sabia y racional medida estadística de los hechos observados en singular debe conferirles la importância complementaria e indispensable de su exacto carácter general. [...] toda geografia humana debe estudiarse con la ayuda de ese precioso auxiliar que es la estadística”. É com o intuito de poder mensurar este fenômeno na sua expressão mais regional que se utilizam os dados estatísticos. Não se adota uma metodologia quantitativa, que busca nos números as explicações dos processos a serem analisados, mas o uso destes números servem para mostrar uma realidade que seria dificilmente apreendida sem os mesmos.

¹¹ Utiliza-se como referência preliminar para tanto a publicação de Motta, Mueller e Torres (1997). Esta publicação, embora não apresente nenhum debate conceitual ou justificativa quanto à adoção da classificação, tem sido utilizada como referência para organizar a sistematização dos dados referentes à rede urbana de acordo com o seguinte: Regiões Metropolitanas de primeira ordem (São Paulo e Rio de Janeiro); Regiões Metropolitanas de segunda ordem e cidades com mais de 500 mil habitantes; centros grandes (de 250 – 50 mil habitantes); centros médios (de 100 a 250 mil habitantes); centros médios –pequenos (de 50 a 100 mil habitantes); centros pequenos (com até 50 mil habitantes).

metodológicos, diante dos quais há que se reconhecer limites. Tal recorte foi estabelecido com base em mesorregiões do IBGE, que reunissem municípios com uma formação socioespacial semelhante¹². Então, este amplo recorte faz parte da formulação inicial da problemática da pesquisa que é de entender esta dinâmica da subtração demográfica como uma questão da região, formada no contexto da economia cafeeira e com peculiaridades que permitem identificar uma coerência regional.

É relevante mostrar que não são municípios isolados que apresentam declínio demográfico. Não se trata de excepcionalismos, há um processo amplo que inclui uma escala geográfica maior. Sobre a abordagem dos espaços geográficos como excepcionais, Bunge (1988, p. 408) já advertira que “La ciencia se opone diametralmente a la doctrina de la unicidad. Está dispuesta a sacrificar la extremada exactitud obtenible bajo el punto de vista de lo único a fin de ganar la eficiencia que confiere la generalización. [...] La ciencia se ve estimulada por el hecho de que asume que cada vez puede hacerse más general y estar próxima a la exactitud a través de sus esfuerzos de inventiva, aunque es consciente de que nunca puede lograr la total exactitud[...]”. Mais recentemente, Gomes (2002, p. 206) referenda esta postura afirmando que “Não é recomendável voltar ao singularismo de uma geografia que pretendia simplesmente alinhar estudos de casos únicos. A observação local não pode ficar restrita a uma descrição das diferenças e propriedades singulares. É necessário dispor de condições para proceder a comparações e a reconstituições possíveis dos problemas, em outras escalas”. Tendo em vista estas reflexões, compreende-se como fundamental não considerar os municípios de maneira isolada, mas a necessidade de estudar tais espaços e suas pequenas cidades articuladas a contextos amplos.

Mais do que regional, é uma questão, conforme já se assinalou anteriormente, dos municípios com pequenos centros urbanos. A configuração espacial e a intensidade adquirida pelo processo de declínio demográfico na região poderão ser verificados por meio de representações cartográficas.

¹² Ainda assim, o recorte possui municípios com realidades diferenciadas reunidos nos recortes de mesorregiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como o município de Cândido de Abreu que se diferencia dos demais no que se refere a aspectos tanto da geografia física como de sua história.

A realidade urbana como totalidade

O olhar para as pequenas cidades não está isolado do restante da rede urbana. Ao contrário, procura-se compreender as dinâmicas destas localidades em interação, em movimento, consoante à apreensão de uma realidade que considere os demais centros urbanos e os fluxos humanos existentes entre eles. Desta maneira, é preciso observar o que ocorre em diversos núcleos, ou seja, no conjunto da rede urbana brasileira, mais especificamente na paranaense e em suas recentes dinâmicas.

Cotidianamente, diversos fatos expressam problemas das grandes cidades brasileiras, expondo a falência do trânsito, violência, pobreza, poluição, entre outros tantos. Da mesma forma, é freqüente a mídia responsável por notícias locais e regionais mostrar precariedades nos centros urbanos menores, onde faltam hospitais, delegacias, articulações rodoviárias adequadas, etc. Não é novidade que o Brasil urbano compõe-se de realidades bastante díspares. As cidades brasileiras, de maneira geral, expressam as contradições presentes no processo de urbanização do país, que produziu uma espacialidade adequada ao desenvolvimento econômico, mas descompassada de um ritmo e de uma condição humana e social apropriada de vida.

Após algumas décadas de extrema concentração demográfica, os últimos censos vêm demonstrando novas tendências no comportamento da população. De maneira geral no Brasil, embora não seja o caso do Paraná¹³, as Regiões Metropolitanas vêm apresentando taxas de crescimento menores que em décadas anteriores e inferiores aos centros ou aglomerações urbanas consideradas médias. Apesar destas taxas serem mais baixas, como elas incidem sobre um grande contingente pode-se considerar, ainda, a persistência de um fluxo relevante de migrantes para os grandes centros urbanos brasileiros.

E, quando se fala do crescimento das grandes cidades brasileiras, trata-se de um crescimento que ocorre especialmente em periferias pobres, nas áreas consideradas como da cidade ilegal, onde impera o urbanismo possível. O acesso aos meios de consumo coletivo é sempre insuficiente, ou mesmo ausente. Esta realidade representa, de fato, uma negação a uma série de direitos e, sobretudo, nega o direito à cidade.

O crescimento demográfico dos centros urbanos intermediários compõe-se de fluxos humanos, ora procedentes de cidades maiores, constituindo um contingente em busca de tranquilidade e *qualidade de vida*, ora procedentes de municípios com pequenos núcleos urbanos,

¹³ Estudo sobre a realidade das áreas metropolitanas brasileiras mostra que as metrópoles nacionais que apresentaram maiores taxas de crescimento demográfico foram Brasília e Curitiba, entre 1991-2000 (mais de 3% a.a.), seguidas por Fortaleza e Salvador (MOURA, R. *et al.*, 2004).

formando um grupo, em geral mais numeroso que o primeiro, constituído essencialmente por migrantes pobres. Os migrantes da classe média e alta são disputados. Vários empreendimentos procuram adequar as cidades com o objetivo de prepará-las para atender às necessidades deles, como a construção de *shoppings*, aeroportos, condomínios fechados e outros investimentos. Já os migrantes pobres têm provocado, por todo o Brasil, reações negativas por parte da população que já reside nestas cidades. Moradores antigos velam pela manutenção da boa condição de vida, que consideram existir em tais localidades, julgada ameaçada com a chegada de novos moradores pobres.

É neste contexto de produção de novos espaços de adensamento que se observa o processo de esvaziamento demográfico de muitos municípios com pequenos centros urbanos. Conforme já se assinalou antes, esta é uma característica da região a ser analisada neste trabalho, mas não se trata de uma excepcionalidade da mesma. Pelo contrário, diversas outras dinâmicas de esvaziamento demográfico podem ser encontradas em outras áreas do Paraná e do Brasil.

Expressões de uma realidade articulada, reveladora de transformações econômicas e, por conseguinte, socioespaciais. Portanto, embora este trabalho volte-se ao estudo da redefinição da rede urbana, enfocando nesse processo os centros urbanos menores, nos seus papéis e significados atuais, procura-se uma compreensão sincrônica e inserida no conjunto das demais dinâmicas. Respalda essa postura a lei da interação universal, parte da lógica dialética sistematizada por Lefebvre (1983, p. 237-240)¹⁴. Esta lei se refere à conexão e mediação recíproca de tudo o que existe: “Nada é isolado. Isolar um fato, um fenômeno, e depois conservá-lo pelo entendimento nesse isolamento, é privá-lo de sentido, de explicação, de conteúdo” (LEFEBVRE, 1983, p. 238). Conforme o mesmo autor, a pesquisa dialética deve considerar cada fenômeno no conjunto de suas relações, com os demais fenômenos. Esta é uma proposição fundamental para este trabalho, situando a dinâmica das pequenas cidades no âmbito da rede urbana.

A formulação do trabalho concebe, além das múltiplas expressões da realidade urbana, os fluxos humanos, ou seja, a mobilidade espacial que se observa no interior da rede urbana, como parte do movimento que configurou e reconfigura esta realidade. Consideram-se as localidades inseridas no amplo processo de urbanização e em meio à mobilidade espacial da população, tendo em vista o que estes processos representam enquanto condição social e humana de vida. Trata-se de uma realidade dinâmica, sincrônica e articulada.

¹⁴ Além da lei da interação universal, Lefebvre (1983, p. 238-240) expõe sobre as seguintes leis: do movimento universal; da unidade dos contraditórios; da transformação da quantidade em qualidade (*eidossallos*) e do desenvolvimento em espiral.

A pauta acadêmica da Geografia Urbana

Além das condições materiais que levaram à problematização da temática da pesquisa, sua relevância está no relativo silêncio acadêmico até então existente sobre a mesma. Poucos elegem as pequenas cidades como objeto de pesquisa. As iniciativas existentes permaneceram isoladas, o que dificulta um avanço teórico em relação à compreensão destes espaços. Observa-se muito recentemente um maior número de pesquisadores propondo trabalhos, o que ficou registrado no VIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana¹⁵. Assim, a pesquisa foi construída com base nos elementos considerados anteriormente e o tratamento do tema no âmbito acadêmico, mais especificamente, na Geografia Urbana, buscando o que se diz e o que não se diz, ou o que se entende como lacunas existentes.

A pauta da Geografia Urbana compõe-se com bastante frequência de temas voltados à produção territorial marcada pela segregação e auto-segregação socioespacial, ao estudo da centralidade renovada pelos novos fluxos e novos equipamentos coletivos, à questão do espaço público e privado, à metropolização e ao crescimento urbano, enfim, temas relevantes e que expressam dinâmicas concretas observadas nas cidades brasileiras. Todavia, são questões expostas pela realidade metropolitana da grande cidade ou, mais recentemente, em decorrência dos novos ritmos impostos pelo crescimento demográfico e novos papéis econômicos, também das cidades médias. As pequenas cidades constituem espacialidades menos estudadas, e às vezes negligenciadas no âmbito acadêmico.

Não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana. Não se deixa apenas de estudar uma parte concreta da espacialidade brasileira, como também esta falta de estudo compromete uma compreensão mais ampla da rede urbana, até mesmo das questões tratadas no domínio dos centros urbanos maiores, bem como das possibilidades de intervenção. Portanto, problematiza-se a realidade em análise desde o mirante da Geografia Urbana.

Trata-se, então, de reconhecer a existência das cidades menores. Estas localidades compõem expressiva parte do território do Brasil e demograficamente são ainda espaços de significativa parte da sociedade. Conforme Bellet e Llop (2003), as grandes cidades são as mais estudadas, admiradas, e também as mais repudiadas, constituindo metáfora e metonímia do que é urbano. Estes centros, contudo, representam

¹⁵ VIII Simpósio de Geografia Urbana, realizado no mês de novembro/2003, em Recife-PE. Neste evento além de diversas comunicações e painéis de trabalhos que envolviam pesquisas sobre pequenas cidades, houve também uma mesa redonda intitulada: *Cidades Pequenas e Médias nos diversos contextos regionais*.

apenas uma parte do mundo urbano¹⁶. Lembram os mesmos autores que paralela às metrópoles está a mais discreta e silenciosa presença de outros tipos de cidades, as cidades ‘tranqüilas’, *slow cities*¹⁷, que contrastam vivamente com a imagem dos ritmos frenéticos das grandes aglomerações urbanas. Portanto, deve-se estar atento a estes diferentes níveis do que tem se denominado genericamente de urbano, reconhecendo diferentes graus de centralidade e complexidade (CAPEL, 2003a).

Ademais, procura-se evitar o foco tradicional da rede urbana, vendo nesta a possibilidade de estudar, com uma perspectiva mais ampla, as contradições sociais existentes no âmbito das cidades brasileiras. Se o capital opera em escala ampla, a tarefa de decifrar seus mecanismos de reprodução e controle social também devem envolver problematizações desde escalas geográficas maiores, ainda que reconhecendo as dificuldades deste tipo de estudo.

O referencial teórico e o horizonte utópico

Este trabalho procurou pautar-se, inicialmente, por pressupostos do materialismo histórico. Com o objetivo de abranger a produção das condições materiais da região analisada, procurou-se ressaltar elementos significativos para a compreensão da dinâmica social da mesma advinda da formação socioespacial. Assim, adota-se a leitura da produção do espaço numa perspectiva histórica, uma vez que, cada período expressa uma condição social e política diferenciada. Por isso, questões relevantes para um período podem não ter a mesma expressão em outro. Thompson (1981) defende a lógica histórica, que deve ser adequada ao material histórico e aos fenômenos, sempre em movimento e com manifestações contraditórias.

Neste sentido, é preciso considerar, de acordo com Castoriadis (1982, p. 20), que manter intacta a teoria marxista viola os princípios essenciais apregoados pelo próprio Marx: “Em verdade, Marx foi o primeiro a mostrar que a significação de uma teoria não pode ser compreendida

¹⁶ Conforme dados mundiais das Nações Unidas, em 2000 havia vinte cidades com mais de dez milhões de habitantes e 31 centros entre cinco e dez milhões. As cidades de mais de dez milhões concentram 7,9% da população do planeta, as entre cinco e dez milhões concentram 5,9%. De fato, a maioria da população urbana se aloja em cidades menores, que são também as mais numerosas: por exemplo, 62,5% da população urbana vive em cidades com menos de um milhão de habitantes (BELLET; LLOP, 2003).

¹⁷ Termo utilizado pelo *Cittaslow – progetto per una città del buon vivere*. Trata-se da criação de um certificado na Itália, que pode ser obtido por cidades com menos de cinquenta mil habitantes e que não são capitais de províncias ou regiões, além de atender a outros requisitos de avaliação para a concessão da certificação. Este tema será retomado no quinto capítulo.

independentemente da prática histórica e social à qual ela corresponde [...]”. Tal consideração valoriza a história, sem atitudes dogmáticas. Esta postura encontra respaldo em Lefebvre (1979), que reconhece no marxismo a mais avançada concepção de mundo¹⁸. Contudo, ponderadamente afirma que obviamente o marxismo deve ser procurado, primeiramente em Marx, mas “[...] importa não tomar os textos de Marx ao pé da letra, como textos mortos; importa não procurar neles um sistema fechado, acabado. A concepção do mundo a que Marx ligou o seu nome encontra-se ela própria, em devir, em curso de perpétuo enriquecimento e aprofundamento” (LEFEBVRE, 1979, p. 107). É por isso que, para Lefebvre, não faz sentido falar em superação do marxismo, pois como ultrapassar uma concepção de mundo que inclui uma teoria de superação e que se considera expressamente mutável por ser teoria do movimento? Ele reconhece que Marx não falou de tudo, já que novos fenômenos demandam novas análises. Entretanto, não entende como superada a concepção de mundo marxista. Convergindo, Peet (1982, p. 247) afirmou que o avanço teórico deve prover uma teoria mais poderosa que, então, interaja com as novas possibilidades revolucionárias. Como a revolução social nunca está terminada, também nunca estará a sua teoria.

Compreende-se como parte da tarefa científica pensar possibilidades para o futuro. De acordo com o materialismo histórico e dialético, o vir-a-ser encontra-se em meio às contradições presentes nas condições materiais estabelecidas. Procura-se o conflito, o movimento, o que é e está deixando de ser. Enfim, procura-se captar o processo que conduz a transformação, uma vez que a forma da matéria é ser em movimento. O movimento envolve a continuidade e a descontinuidade. A realidade não traz só o problema, traz também a solução. Esta pode ser encontrada nas descontinuidades verificadas no movimento, produzidas pelas contradições existentes na sociedade. Nesta argumentação, encontra-se a justificativa para apostar num devir promissor. A ruptura na sociedade pode não se dar pelos mesmos elementos e caminhos apontados por Marx, mas é preciso estar atento a outras possibilidades de ruptura, por meio das negações que se formulam desta sociedade no âmbito da mesma. Trata-se de manter um raciocínio dialético.

Pensando na realidade das pequenas cidades, sinaliza-se para a reestruturação promovida pelo capitalismo, para o qual agora interessa a desconcentração espacial das atividades. Este processo tem sido destacado como forma de impulsionar e viabilizar a instalação de atividades industriais e de serviços em pequenas cidades, quiçá trazendo novas possibilidades econômicas. Destaca-se aqui esse fato menos por essa

¹⁸ Para ele, as concepções de mundo são três: a cristã, a individualista e a marxista (LEFEBVRE, 1979).

possibilidade e mais porque traz ao debate questões relativas à descentralização e, portanto, relacionadas às áreas designadas como não-metropolitanas.

Como parte desta reestruturação, tem-se estimulado o uso de estratégias de desenvolvimento local, a partir da convergência de forças políticas para a gestão dos municípios e regiões, valorizando-se elementos endógenos e impulsionando a participação da sociedade local. Fatores que compunham ‘bandeiras’ da esquerda política são agora convenientes para o novo momento econômico, já que a dinâmica do mercado global exige constante readaptação quanto ao quê e com que qualidade produzir. Esta readaptação dificilmente seria obtida sem a mobilização de forças locais, além de outros fatores que podem tornar esse tipo de desenvolvimento adequado ao capital. Todavia, ainda que de interesse do capitalismo, o processo poderá não permanecer restrito a este limite. Poderá haver um alcance maior através do envolvimento da sociedade com os rumos do espaço em que vive. Afinal, há um estímulo para o envolvimento político, que poderá trazer novos agentes sociais, bem como a composição de novos cenários.

O horizonte intelectual do materialismo histórico inclui um horizonte utópico, vislumbrando uma sociedade qualitativamente superior à que existe. Conforme Lowi (1994, p.12), “O pensamento utópico é o que aspira a um estado não-existente das relações sociais, o que lhe dá, ao menos potencialmente, um caráter crítico, subversivo, ou mesmo explosivo”. O trabalho científico torna-se bem mais significativo com este horizonte utópico. Conforme Bloch *apud* Freitag e Rouanet (1980, p. 46): “[...] toda forma de pensamento que não se deixe guiar pela perspectiva do futuro utópico está condenada à opacidade [...]. O pensamento verdadeiramente dialético é vinculado ao desejo, à esperança, ao sonho para a frente [...]”.

No domínio da Geografia, Santos (1982, p. 13) refere-se à necessidade de uma contribuição desse segmento científico na construção de uma interpretação do mundo por meio do materialismo histórico. Ele afirma que temos de partir do espaço e a ele voltar. Em sua teoria, ele propõe a compreensão do espaço geográfico como conjunto indissociável e articulado de um sistema de objetos e um sistema de ações, reconhecido no âmbito de suas intencionalidades. As técnicas possibilitam a empiricização do tempo e a qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham (SANTOS, 1996a, p. 44). A teoria do espaço é concebida como uma teoria menor, inserida em uma teoria maior, que é a teoria social. Complementa que uma ciência do espaço que não quer se contentar apenas com a constatação do presente e almeja contribuir para a reconstrução social deve buscar instrumentos que contribuam para a codificação de possibilidades (SANTOS, 1982, p. 17).

A perspectiva deste trabalho é o da persistência na teoria marxista¹⁹ quanto à concepção materialista e dialética da produção e reprodução social e no que se refere a uma perspectiva científica não apenas constatatória, mas transformadora do mundo. Reconhece-se, todavia, a verdade presente em algumas críticas que se fazem aos resultados obtidos ou inspirados pelo marxismo. A transformação do marxismo em ideologia, o autoritarismo presente na prescrição de condutas para uma nova sociedade e a ênfase exagerada à dimensão econômica constituem alguns pontos que devem ser debatidos.

Por estas razões, buscam-se referenciais complementares, como as proposições elaboradas pela teoria crítica da Escola de Frankfurt, as reflexões sobre autonomia presentes no trabalho de Castoriadis (1982; 1999), bem como o trabalho de Lefebvre sobre o urbano.

Os trabalhos compreendidos como da Escola de Frankfurt possuem claro enfoque na emancipação humana, norte esquecido por muitas vezes, mas já proposto por Marx. Para autores vinculados a esta tendência teórica, essa emancipação sintetiza os esforços humanos por toda a história. O entendimento de emancipação relaciona-se à noção de liberdade e autonomia. Sendo assim, uma consciência autônoma só pode ser formada em condição completa de liberdade e de superação das instituições coercitivas. A conquista de um estado maior de liberdade permite o conhecimento e a defesa dos interesses autênticos de um grupo. Esta concepção pode enriquecer significativamente o debate sobre a gestão coletiva do espaço, parte da perspectiva utópica deste trabalho.

As idéias relativas à autonomia presentes no trabalho de Castoriadis também convergem para este propósito. Castoriadis (1982, p. 45) posiciona-se de maneira crítica ao marxismo, para o qual a idéia de autonomia – ainda que aceita – será sempre secundária, visto que alguns marxistas têm uma prescrição precisa de para onde deve ir a história, oferecendo antecipadamente a solução dos problemas que apresenta. Sendo assim, contém uma dose de ‘cegueira’ para com a realidade e para outras perspectivas. Castoriadis discorda de qualquer fim previsto para a história, que ele concebe como o domínio da criação. Este domínio baseia-se na autonomia individual e social.

No trabalho de Castoriadis (1982, p. 116), há a defesa de um projeto revolucionário, também socialista. O devir para este autor trata-se de um projeto, não vinculado a um fim previsto. A construção deste devir baseia-se na conquista da autonomia. Conforme Souza (2002, p. 174),

¹⁹ Conforme Castoriadis, somos marxistas, no entanto: “Podemos dizer como Che Guevara, que não é preciso declarar hoje em dia que somos marxistas, como não há necessidade de dizer que somos pasteurianos ou newtonianos [...]” (CASTORIADIS, 1982, p. 55). Não se pretende mostrar uma filiação marxista citando Marx, mas através de uma visão de mundo que implica em uma maneira de olhar a realidade estudada, que se procura explicitar nesta parte do texto.

etimologicamente, autonomia deriva do grego *autosnomos* e significa dar a si próprio a sua lei. De acordo com o referido autor, a idéia de autonomia engloba dois sentidos inter-relacionados: a autonomia coletiva (ou o consciente e explícito autogoverno de uma determinada coletividade) e a autonomia individual (capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas de liberdade, com responsabilidade e conhecimento de causa).

O devir marcado pela perspectiva da autonomia, não se caracteriza pela promessa de uma sociedade perfeita. Ela apenas contém a possibilidade da abolição desta separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos. Assinala Souza que assim pode se promover “[...] o surgimento de uma esfera pública dotada de vitalidade e animada por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes.” (SOUZA, 2002, p. 175).

Há aqui, uma perspectiva de recuperação da dimensão política do homem, tolhida na sociedade capitalista. Com base em expectativas como esta, compartilha-se da postura de Castoriadis (1982, p. 122): “[...] a história fez nascer um projeto, esse projeto nós o fazemos nosso, pois nele reconhecemos nossas mais profundas aspirações e pensamos que sua realização é possível. Estamos aqui, neste exato lugar do espaço e do tempo, entre estes homens, neste horizonte.” A autonomia é requisito para ações conscientes sobre os fatos que se colocam no cotidiano e que poderão conduzir a produção de um espaço mais humanizado.

Homens que compartilham um mesmo espaço e um mesmo momento histórico, não satisfeitos com a condição humana e social de vida, poderão palmilhar juntos a construção de uma nova dimensão de relações sociais, e quiçá poderão compartilhar uma mesma dimensão social da autonomia. A sociedade resultante deste processo não possui qualificativos definidos a priori. Não há nenhum esquema preparado e nenhuma arquitetura definida. Há, apenas, a expectativa de que uma sociedade que avança politicamente nas suas relações poderá produzir um mundo com atributos humanos que superam os limites compartilhados neste momento histórico.

Com este referencial, vislumbra-se uma espacialidade produzida por preceitos humanistas e com justiça social, elegendo prioridades e valores coletivos, e mais do que isso, possibilitando à sociedade sua auto-instituição. É possível que o espaço importe, então, mais como lugar do que como território econômico. É certo que este devir não se concretizará no âmbito da sociedade capitalista. Entretanto, conforme assinalado anteriormente, é possível vislumbrar nas tendências do presente elementos que poderão conduzir para esta trilha.

Por fim, para completar este horizonte utópico, considera-se a obra de Lefebvre basilar para quem trabalha com o urbano, já que este autor manteve uma admirável e positiva atitude em relação às cidades e uma expectativa promissora da vida urbana. Essa perspectiva é

significativa, porque, diante da intensa urbanização, observa-se que o referencial positivo de vida, que a cidade já significou, encontra-se cada vez mais comprometido. O desafio para a sociedade é conquistar urbanidade²⁰, em meio a este intenso e contraditório processo de urbanização. Urbanidade compreendida como resultado de conquistas políticas advindas da vida urbana, bem como o acesso e intercâmbio de manifestações culturais diversas.

Para Lefebvre (2002), a sociedade urbana deveria representar a apropriação do tempo e do espaço para o ser humano, modalidade superior de liberdade²¹. Esta frase encerra a utopia em relação ao urbano, compartilhada na proposição deste trabalho. A idéia de utopia aqui presente ampara-se no marxismo, porque considera a conquista de melhores condições materiais decorrentes do trabalho humano. Por isso, o espaço e o tempo podem ser apropriados pelo e para o ser humano. Mas essa apropriação ainda não é concreta, conformando o referencial utópico.

Estabelecer estes referenciais foi significativo, uma vez que direcionou o enfoque, a busca e a interpretação dos interlocutores, figurando como um guia para a leitura de fatos e autores diversos. Estas considerações são como lentes, por meio das quais se compreende a temática trabalhada, dando o tom do diálogo e da interpretação da mesma. Por isso, o fato de estar na introdução e sua pouca presença em outras partes

²⁰ Sobre urbanidade: embora esta seja uma discussão premente, poucos trabalhos dedicam-se a esta tarefa. Ribeiro (1996, p. 80-87) contribui no desenvolvimento deste conceito atribuindo a ele o significado de “[...] amadurecimento das relações políticas e sócio-culturais no urbano, compatível com o agudo grau de urbanização alcançado pelo país nas últimas décadas”. Relaciona, ainda, a qualidade de vida urbana e suas condições materiais e sociais: “[...] tendo em vista o *déficit* de urbanidade que marca as relações sociais na cena urbana do país, necessitariam ser criteriosamente reconhecidos e estimulados aqueles processos de organização coletiva que contribuam para a concepção de um novo ideário para a vida coletiva e para o compartilhamento da materialidade historicamente construída.” Assim, ressalta a participação social na gestão urbana. Le Goff (1988) associa urbanidade à sociabilidade, ao prazer de estar com o outro, que estabelece, segundo ele, a diferença urbana. Lembra que urbanidade vem do latim *urbs* e polidez da *polis* grega. Como na Idade Média a cidade concentrava as atividades culturais (escola, arte, teatro e outras), há um menosprezo pelo campo – sede do bárbaro e rústico. Atualmente, a urbanidade pode não estar restrita ao território urbano.

²¹ O conceito de apropriação é significativo para este trabalho. Lefebvre (1992, p. 165) afirma que em Marx o conceito de apropriação é radicalmente oposto ao de propriedade, mas ele não discrimina a apropriação e a dominação. A contraposição entre a apropriação e a dominação foi efetuada por Lefebvre, que também afirma que somente um estudo crítico do espaço permite esclarecer o conceito de apropriação. O senso de posse não é condição necessária para a apropriação. A apropriação, assim compreendida, significa tornar próprio e adequado pelo uso, sem que isso represente posse e sem que se pautem pela idéia de propriedade. Lefebvre assinala que se pode reconhecer a apropriação nos momentos de diversão, quando se suspende temporariamente a dominação. A completa apropriação do tempo e do espaço que Lefebvre vincula a conquista da sociedade urbana foi o que permitiu dimensionar a relevância da apropriação na leitura da realidade. Há referências à apropriação em vários pontos do trabalho. Por isso, quando se faz referência à noção aqui considerada mais ampla de apropriação, em especial no quarto e quinto capítulos, fundamentada em Lefebvre, acrescenta-se que se trata de uma apropriação social mais efetiva por parte da sociedade. Esse uso do conceito mostra uma leitura da realidade iluminada pela idéia de *vir-a-ser* da sociedade urbana em contraposição aos processos reais que a tornam momentaneamente distante, por isso em alguns pontos se fala de não-apropriação. Esse conceito será retomado de maneira mais detalhada no final do quinto capítulo.

não significa que o referencial tenha sido abandonado, já que ele permaneceu, ainda que implicitamente, orientando o desenvolvimento do trabalho. É certo, entretanto, que os resultados não passam de exercícios e tentativas, aquém das possibilidades de entendimento que podem ser alcançadas pelos mesmos.

A questão principal que permeia o trabalho se refere aos papéis e significados das pequenas cidades como espaços econômicos, políticos e sociais no contexto atual. A tese foi construída em torno deste objeto, como o resultado de um trabalho de pesquisa, orientado a partir deste questionamento e dos recortes analíticos mencionados. As pequenas cidades da região Noroeste do Paraná expressam a vulnerabilidade e a efemeridade das formações socioespaciais no modo capitalista de produção. As transformações econômicas e socioespaciais, que podem ser apreendidas pelo declínio demográfico, significam que estes espaços não são relevantes ao funcionamento do capitalismo atual? Ou são locais com atividades e dinâmicas significativas para a compreensão dos processos econômicos e sociais recentes? Se existem novos papéis econômicos o que isto representa enquanto condição social e política para os habitantes destas pequenas cidades? Outros questionamentos desdobraram-se, tomando por referência estas indagações principais, delineando o desenrolar da pesquisa.

Procura-se na história elementos explicativos para o surgimento de uma densa rede urbana, com a presença de várias pequenas cidades, procurando compreender que interesses, e em meio a que circunstâncias sociais, produziu-se tal configuração da região, bem como que papéis tinham os pequenos núcleos urbanos naquele contexto. Considera-se a referência econômica amparada na cafeicultura, como parte de um complexo econômico capitalista, constituído em determinado momento da história brasileira e com particularidades que dão coerência à região, tendo em vista, também, outras condições peculiares reunidas no Noroeste do Paraná, configurando, portanto, uma realidade datada e territorializada. Estes elementos estão no primeiro capítulo.

No segundo capítulo, procurou-se sistematizar a natureza das transformações econômicas que ocorreram na região e as implicações socioespaciais delas decorrentes. Estas mudanças foram inicialmente provenientes de alterações na agricultura, seguidas e somadas ao processo econômico mais recente que indica um novo perfil industrial para o Estado do Paraná. Procura-se analisar estes processos econômicos articulados à dinâmica demográfica, verificada entre 1960 e 2000, marcada por persistente declínio na maioria dos municípios com pequenos centros

urbanos, conforme já se mencionou, como expressão aparente e parcial da dinâmica social provocada pelos referidos processos. Ambos os momentos trazem decorrências diretas e indiretas no espaço produzido, visíveis pelas redefinições ocorridas na rede urbana. Além destas transformações, assinalam-se outras de caráter mais geral, como as transformações culturais, as alterações no consumo e na acessibilidade, que também trazem implicações na leitura da redefinição da rede urbana e mais especificamente, nos papéis e significados que se desenham para as pequenas cidades desde então.

O terceiro capítulo baseia-se em uma análise comparativa de quatro municípios: Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. Esse capítulo tem duplo objetivo. Inicialmente, havia a necessidade de eleger alguns municípios para que a análise não permanecesse em âmbito tão geral. Portanto, há nesse ponto do trabalho um foco mais aproximado e específico quanto à dinâmica das pequenas cidades da região. A problematização do trabalho indicava o insistente processo de declínio demográfico em municípios com pequenos núcleos urbanos. Contudo, ao mesmo tempo, foi possível observar que alguns municípios escapavam a essa dinâmica. Por que em meio ao processo de declínio demográfico de diversos municípios com pequenos centros urbanos alguns apresentam crescimento? E quais seriam as diferenças entre esses municípios? Dessa maneira, foram selecionados municípios com dinâmicas diferenciadas²², tomando por base principal os dados demográficos levantados e representados cartograficamente, estabelecendo comparações, com o objetivo de buscar elementos explicativos para tais diversidades. Com este exercício, atendeu-se, então, a um segundo objetivo no capítulo, que consistia em procurar referências concretas no interior da própria região para compreender o desenvolvimento diferenciado destes municípios com pequenas cidades.

Em seguida, no quarto capítulo, procura-se refletir sobre as articulações escalares, as políticas territoriais e as possibilidades econômicas para as pequenas cidades no contexto atual. O capítulo detém-se, no início, na questão da construção da escala local, procurando por meio de uma retrospectiva histórica compreender o significado recente desta escala. Na seqüência, procura-se discutir um pouco as políticas territoriais e a persistência do caráter primaz e da perspectiva metropolitana com que costumeiramente se vê o conjunto da rede urbana na formulação das mesmas, em compasso aos interesses de concentração e centralização do capital, revelando, por outro lado, indefinição e silêncio quanto ao tratamento político das pequenas cidades. Considera-se, entretanto, que há, de modo geral, a formação de um novo referencial de

²² Os procedimentos e critérios adotados para esta seleção estão descritos no apêndice metodológico.

desenvolvimento, baseado em experiências econômicas concretas, notadamente de industrialização, em áreas não-metropolitanas. Esses referenciais deram origem a uma nova forma de política territorial, difundindo-se como prática voluntarista do desenvolvimento local. Procura-se sistematizar características, bem como avaliar os limites e alcances deste tipo de desenvolvimento. Por fim, tendo em vista problemas comuns constatados nos municípios estudados, sinaliza-se para as cooperações supramunicipais, como instâncias federativas e caminhos possíveis para se resolver a infinidade de carências quanto ao consumo coletivo verificadas nestes espaços. Neste capítulo, transita-se entre as questões levantadas pela análise concreta das cidades da região e uma reflexão mais geral, procurando, contudo, respostas a tais questões.

Por fim, no último capítulo complementa-se a análise dos papéis e significados relativos às pequenas cidades, no contexto atual, procurando focalizar a condição social e política nos referidos espaços para a sociedade local. Este capítulo começa com uma abertura para a manifestação das pessoas que vivem nas pequenas cidades e que características elas destacam acerca das mesmas. Em seguida, assinala-se para as especificidades políticas que ocorrem em cidades menores, bem como para novas perspectivas que se desenham. Para finalizar, procura-se contrapor questões relativas ao vir-a-ser e as pequenas cidades concretas como parte de uma perspectiva urbana.

Em síntese, a formulação da pesquisa decorre de alguns olhares que articulam questões simultâneas. Além das condições materiais da região, procura-se compreender as dinâmicas das pequenas cidades de maneira articulada à condição urbana mais ampla, no contexto da rede. É preciso, então, lembrar que os núcleos da rede urbana articulam-se através de fluxos e dinâmicas que compõem um todo em movimento, com implicações compartilhadas. Dessa realidade em movimento, destacam-se os fluxos humanos, a mobilidade espacial que deixa exposta a questão da espacialidade e da condição humana e social de vida perante os processos econômicos. Considera-se a simultaneidade dos eventos, bem como o tratamento político e acadêmico dos mesmos.

CAPÍTULO 1

FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA REGIÃO NOROESTE DO PARANÁ E AS PEQUENAS CIDADES



“A geografia familiariza-nos com os ocupantes da terra e dos oceanos, com a vegetação, os frutos e peculiaridades dos vários quadrantes da terra; e o homem que a cultiva é um homem profundamente interessado no grande problema da vida e da felicidade”. (Estrabão)

“O todo não é apenas a soma das partes, mas também a articulação entre elas”. (Sposito)

As cidades que compõem a rede urbana constituem heranças de contextos econômicos e momentos históricos diferenciados, compondo um conjunto de centros funcionalmente articulados, resultado de complexos e mutáveis processos engendrados por diversos agentes sociais. Considerada como reflexo social, a rede urbana é, também, materialidade e, portanto, condição para a reprodução social (CORRÊA, 2001). As dinâmicas existentes e os fluxos que marcaram os diversos momentos explicam a conformação dessa rede.

Este primeiro capítulo tem como objetivo trazer elementos que contribuam para a compreensão do processo de formação da rede urbana regional, marcada pela intensa presença de pequenas cidades, verificando interesses e agentes que nele estiveram envolvidos.

1.1 Configuração da rede urbana do Noroeste do Paraná

A área estudada é parte do território paranaense, atualmente dividido em 399 municípios, com seus respectivos núcleos urbanos, originados em diversos períodos históricos, desde Paranaguá no século XVII, Antonina, Morretes e Guaratuba no século XVIII, do momento das incursões em busca de ouro até dinâmicas mais recentes que promoveram os últimos desmembramentos na década de 1990.

Ainda no século XVII, os mineradores transpuseram a Serra do Mar dando origem a São José dos Pinhais e Curitiba, embora o surgimento dessa última não se explique só pela mineração, mas também pela fixação da atividade pecuária (PADIS, 1981, p. 19-20). Enquanto as ferrovias e rodovias eram escassas, os principais rios do Estado, em especial o Rio Iguaçu, funcionou como significativa via de circulação e escoamento, basicamente, de erva mate e madeira e algumas localidades surgiram às suas margens.

Durante o tropeirismo, entre os séculos XVIII e XIX, a formação de caminhos que articulavam o Rio Grande do Sul a centros consumidores paulistas, notadamente Sorocaba, marcou a origem no território paranaense de várias cidades como Jagariaíva, Castro, Ponta Grossa e Lapa. A

atividade pecuária e os fluxos dela decorrentes tiveram papel considerável na articulação geográfica brasileira, conformando fatores pioneiros no impulso de interiorização humana e econômica do território, fornecendo-lhe alguma coesão (ANDRADE, 1995, p. 46 e PRADO JÚNIOR, 1998, p. 117).

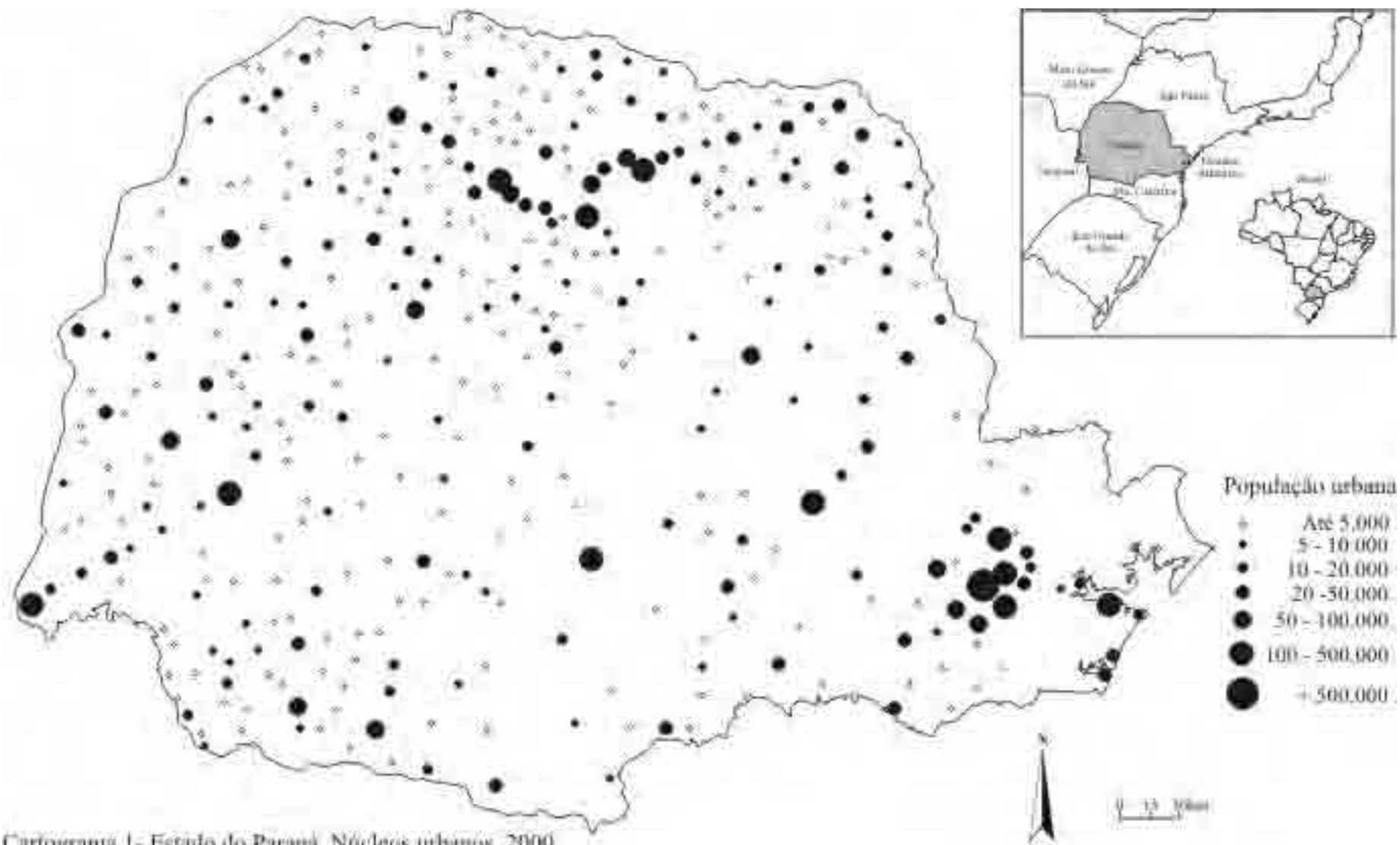
Empreendimentos imobiliários e a economia cafeeira na área setentrional do Paraná, com um modo peculiar de implantação explica a rede urbana formada no Noroeste do Estado, tema que será desenvolvido adiante.

As primeiras cidades do Sudoeste paranaense surgiram por razões de segurança militar, nos fins do século XVIII e início do século XIX, como Foz do Iguaçu, Laranjeiras e, posteriormente, Pato Branco. Na década de 1920, houve a chegada de imigrantes do Sul que se estabeleceram nesta área e, na década de 1930, foram criados núcleos por iniciativas estatais ou privadas, como Toledo e Cascavel, dentre outras (PADIS, 1981, p. 149-151).

Essa região, juntamente com o Noroeste do Paraná, destaca-se pela densidade da rede urbana, como pode se verificar no Cartograma 1. Ele representa o conjunto de cidades paranaenses, com as dimensões demográficas dos núcleos segundo respectivas populações urbanas.

Este breve relato sobre o surgimento de algumas cidades nas diversas regiões paranaenses serve para indicar que a ‘arquitetura’ da rede urbana decorre de uma soma de tempos e processos. Embora as cidades sejam marcas de momentos passados, o presente as situa numa dinâmica sincrônica e articulada, referendando posições anteriores ou redefinindo papéis e conteúdos.

Enquanto o conjunto de cidades do Estado como um todo possui variadas referências temporais quanto ao seu surgimento, a gênese da maioria dos núcleos urbanos existentes na região Noroeste ocorreu entre as décadas de 1940 e 1960, resultando, de maneira geral, de empreendimentos imobiliários privados e estatais associados à instalação da economia cafeeira.



Cartograma 1- Estado do Paraná. Núcleos urbanos, 2000
 Fonte: IBGE, 2000

A formação dessa área pode ser considerada como uma etapa da nova urbanização brasileira (SANTOS, 1996b, p. 26), quando começa a aparecer uma rede urbana qualitativamente diferente, mais dispersa e articulada.

O Cartograma 1 expressa a disposição dos núcleos urbanos, que são oficialmente as 399 sedes municipais existentes no Paraná, de acordo com suas dimensões demográficas, sendo:

- ✓ 305 municípios com população igual ou menor que 20.000 habitantes;
- ✓ 47 municípios com população entre 20 e 50.000 habitantes;
- ✓ 13 municípios com população entre 50 e 100.000 habitantes;
- ✓ 8 municípios com população entre 100 e 500.000 habitantes;
- ✓ Região Metropolitana de Curitiba – composta por 26 municípios²³ com tamanhos demográficos bastante diferenciados (o menor é Tunas do Paraná com 3.615 habitantes e o maior é Curitiba com 1.586.898 habitantes).

As configurações apresentadas pela rede urbana estão relacionadas com as dinâmicas econômicas, bem como as possibilidades técnicas de interação espacial, tanto aquelas presentes no momento da constituição das cidades, como os fluxos que se estabeleceram posteriormente. De acordo com Corrêa (2004, p. 317), o conjunto com variados tipos de localizações das cidades sugerem aleatoriedade, porém são explicáveis pela reunião de diversas lógicas. Na realidade, o desenho da rede urbana frequentemente reúne vários formatos que, também, resultam da soma de dinâmicas de diferentes períodos, ou seja, as cidades são heranças das vicissitudes da história (BOURGEY, 1986, p. 645). Por isso, Silveira (1996, p.

²³ Compõem a Região Metropolitana de Curitiba os seguintes municípios e respectivos números de habitantes: Adrianópolis (7.006), Agudos do Sul (7.217), Almirante Tamandaré (88.139), Araucária (94.137), Balsa Nova (10.155), Bocaiúva do Sul (9.047), Campina Grande do Sul (35.107), Campo Largo (92.713), Campo Magro (20.364), Cerro Azul (16.345), Colombo (183.353), Contenda (13.248), Curitiba (1.586.898), Doutor Ulysses (5.984), Fazenda Rio Grande (62.618), Itaperuçu (19.134), Lapa (41.777), Mandirituba (17.555), Pinhais (102.871), Piraquara (72.806), Quatro Barras (16.149), Quitandinha (15.267), Rio Branco do Sul (29.321), São José dos Pinhais (204.198), Tijucas do Sul (12.258) e Tunas do Paraná (3.615).

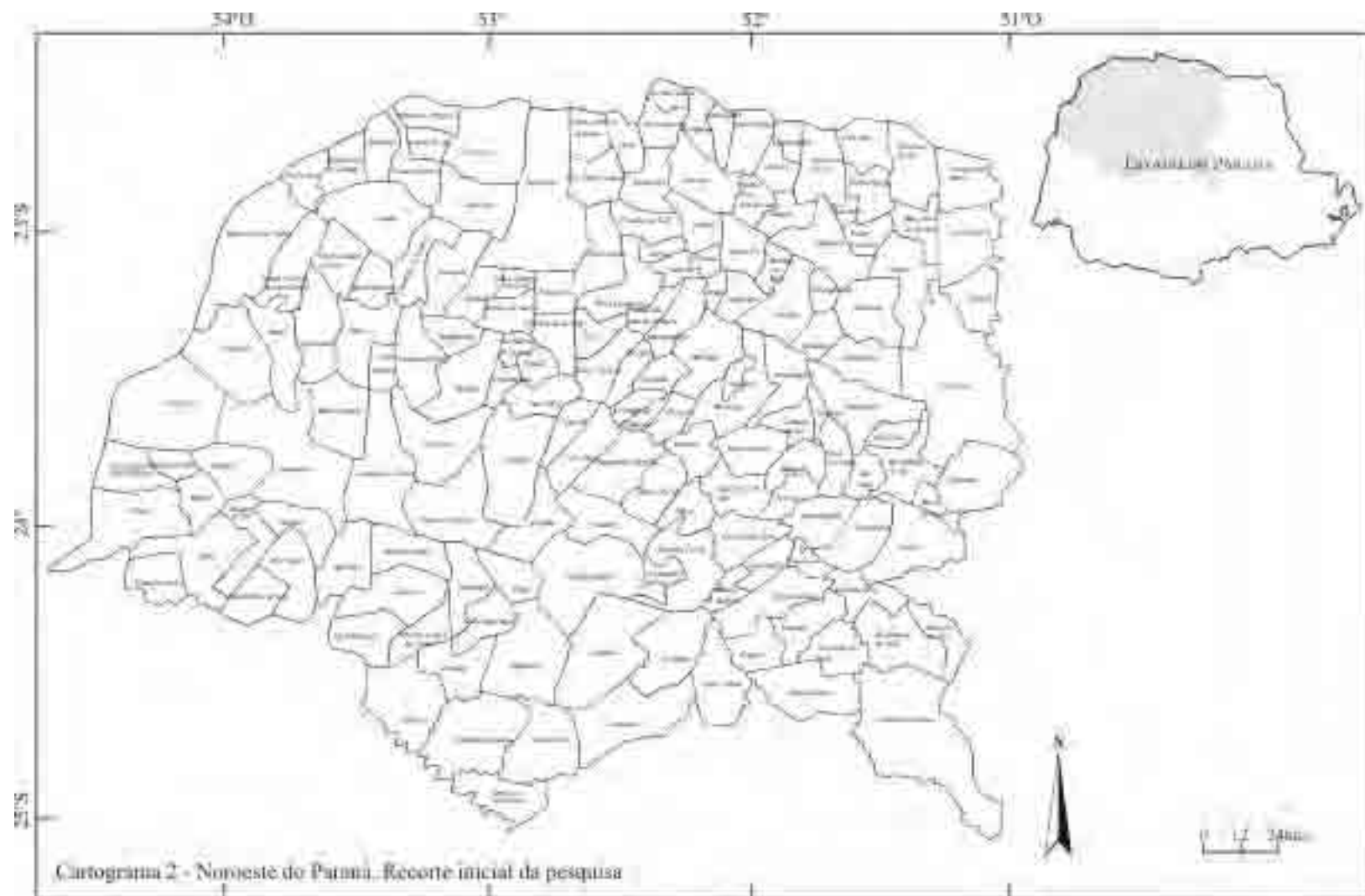
322) destaca as cidades como mecanismo de interpretação da racionalidade hegemônica em cada momento histórico, pois como “[...]os pergaminhos de um códice, retrata os conteúdos da urbanização em cada período”.

Considerando os núcleos urbanos de todas as dimensões representados no Cartograma 1, observa-se que há uma distribuição relativamente equilibrada e regular dos mesmos no referido território, aparecendo maior dispersão ao Norte e Oeste do Paraná pela presença das pequenas cidades, concentradas nestas áreas. Entretanto, levando-se em conta apenas cidades maiores – acima de cinquenta mil habitantes – constata-se que o extremo Noroeste possui apenas núcleos urbanos extremamente pequenos, a maioria com menos de cinco mil habitantes. São pouquíssimos os que possuem entre vinte e cinquenta mil habitantes e, apenas um - Paranavaí - apresenta população entre cinquenta e cem mil habitantes.

Ao se considerar localidades maiores demograficamente, a disposição é um pouco menos dispersa em áreas próximas às aglomerações urbanas de Maringá e Londrina que conformam eixos, acompanhando as rodovias principais. Na Região Metropolitana, a rede apresenta-se concentrada, esboçando uma configuração mais ou menos radiocêntrica em relação à Curitiba, compondo uma disposição em área e não em eixo. No litoral, igualmente aparecem localidades com disposição em eixo que acompanham a curta extensão do mesmo. A área central do Paraná é a mais esvaziada de localidades urbanas, especialmente em áreas que correspondem ao denominado Segundo Planalto, cujas formações rochosas, solos e altitudes dificultam o uso agrícola mecanizado.

A área designada como Noroeste do Paraná, tomando por referência a divisão regional do IBGE, engloba três mesorregiões, subdividida em treze microrregiões (Quadro 1). Ao todo são 165 municípios representados no Cartograma 2²⁴.

²⁴ Acompanha a tese uma cópia, em transparência, deste cartograma para sobreposição a outros que representam as taxas de crescimento demográfico, especialmente, os cartogramas 4, 6 e 8, além do cartograma 7, com as principais rodovias da região Noroeste do Paraná. Isto permitirá identificar os municípios.



Quadro 1²⁵ – Noroeste do Paraná, Meso e Microrregiões

Mesorregiões	Microrregiões
Noroeste	Paranavaí, Umuarama e Cianorte
Centro Ocidental Paranaense	Goioerê e Campo Mourão
Norte Central Paranaense	Astorga, Porecatu, Floraí, Maringá, Apucarana, Londrina, Faxinal e Ivaiporã

Fonte: IBGE

A maioria das sedes municipais são demograficamente pequenas, das quais mais da metade possui até cinco mil habitantes, considerando-se apenas a população urbana (Tabela 1).

Tabela 1 – Noroeste do Paraná. Número de cidades por classes demográficas, 2000

Classes de cidades	Número de cidades
Até 5.000 habitantes;	88
De 5 mil a menos de 10 mil habitantes	37
De 10 mil a menos de 20 mil habitantes	21
De 20 mil a menos de 50 mil habitantes	10
De 50 mil a menos de 100 mil habitantes;	6
De 100 mil a menos de 500 mil habitantes.	3
Total	165

Fonte: IBGE, *Censo demográfico 2000*.

Por estes números, é possível demonstrar a intensa presença das pequenas cidades na região. São 156 centros urbanos com população inferior a cinquenta mil habitantes, sendo apenas nove com população superior a esse limite. Esses dados denotam a relevância destas pequenas cidades na estruturação territorial, em especial do Noroeste do Paraná²⁶.

²⁵ A ordenação de tabelas e quadros levou em consideração a orientação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nas *Normas de apresentação tabular*. Esta é a referência para a qual, tanto as normas da Universidade Estadual Paulista, bem como de outras instituições, remetem quando se trata de tabelas. Nela, a tabela é definida como “Forma não discursiva de apresentar informações, das quais o dado numérico se destaca como informação central”. E o dado numérico é definido como: “Quantificação de um fato específico observado” (IBGE, 1993, p. 9-11). Reservou-se a denominação de quadros para informações textuais não discursivas.

Poucas cidades podem ser consideradas como de porte médio, já que apenas três centros urbanos atendem aos critérios do IBGE, com população entre cem e quinhentos mil habitantes (Londrina, Maringá e Apucarana). Contudo, no Estado do Paraná, centros urbanos com população entre cinquenta mil e cem mil habitantes são considerados centros regionais, casos de Paranavaí, Campo Mourão e Umuarama. Cianorte está em processo de consolidação de sua posição como centro regional. Outros municípios com esse patamar demográfico compõem as aglomerações urbanas de Maringá (caso de Sarandi) e Londrina (casos de Cambé e Arapongas), oficializadas como Regiões Metropolitanas desde 1998.

Portanto, sob o aspecto da estruturação territorial e da rede urbana, as pequenas cidades predominam nesta área. Os pequenos centros urbanos não são iguais entre si, pois possuem conteúdos diferentes que em alguns casos geram relações hierárquicas entre eles. Cidades com atividades comerciais e equipamentos de serviços públicos e privados um pouco mais diversificados funcionam como pólos microrregionais. Ainda que estas atividades não estejam diretamente vinculadas ao patamar demográfico, observou-se que, de maneira geral, as pequenas cidades com centralidade maior são aquelas que possuem esse patamar mais ou menos definido entre vinte mil e cinquenta mil habitantes.

Sob o aspecto da distribuição demográfica, 39% dos habitantes da região vivem em núcleos urbanos com até cinquenta mil habitantes. Embora com papéis econômicos e urbanos restritos, as pequenas cidades ainda constituem espaços de vida de significativa parte da população (Gráfico 1).

²⁶ Analisando os dados para o território brasileiro, observa-se que das 5.507 sedes municipais existentes em 2000, 5.119 possuíam menos de 50 mil habitantes. São 388 cidades que estão acima deste patamar demográfico, que no conjunto dos dados absolutos abrigam quase 70% da população urbana brasileira, o que mostra uma espacialidade humana de tendência concentradora. Contudo, o Brasil, embora mais conhecido por essas grandes cidades, também tem um grande número de pequenas cidades.

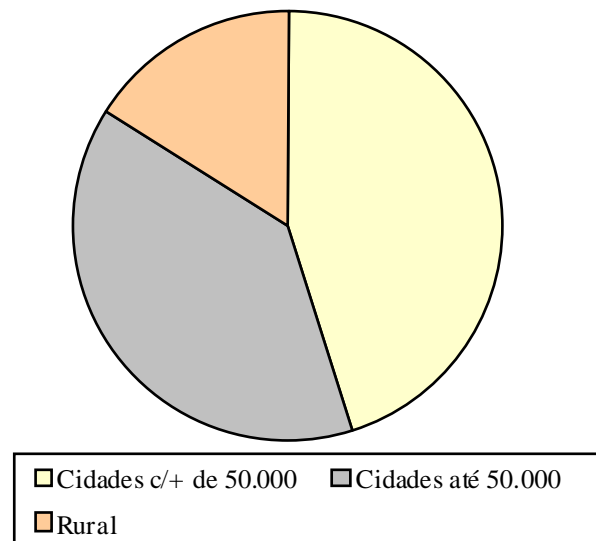


Gráfico 1 – Noroeste do Paraná, Distribuição da População, 2000
 Fonte: IBGE, Censo demográfico, 2000.

As cidades com mais de cinquenta mil habitantes (nove no total da região) abrigam 45% da população. Já a população rural equivale a 16% da população total. Há, portanto, uma taxa alta (84%) de urbanização nesta região. A média brasileira em 2000 foi de 81,23% e os dados correspondentes ao Paraná (81,41%) acompanham as referências nacionais. Embora alta, a distribuição regional deste indicador é bastante desigual, pois 27 municípios possuem população urbana inferior à rural²⁷. Deve-se registrar, também, que apesar do insistente processo de êxodo

²⁷ Seguem os nomes destes municípios com as respectivas taxas de urbanização: Altamira do Paraná (30,29%), Arapuá (28,93%), Ariranha do Ivaí (24,18%), Boa Esperança (49,92%), Cândido Abreu (24,92%), Corumbataí do Sul (40,30%), Cruzmaltina (34,11%), Esperança Nova (32,63%), Farol (49,07%), Godoy Moreira (38,34%), Grandes Rios (48,27%), Guaporema (43,23%), Lidianópolis (47,69%), Maria Helena (42,61%), Nova Cantu (39,52%), Nova Tebas (43,89%), Novo Itacolomi (43,89%), Perobal (49,64%), Rio Branco do Ivaí (24,64%), Rosário do Ivaí (34,46%), Santa Mônica (41,81%), São Jorge do Patrocínio (44,12%), São Manoel do Paraná (48,41%), Tamarana (48,57%), Vila Alta (48,56%) e Xambê (28,83%).

rural, nas últimas décadas, dez municípios da região apresentaram, entre 1991 e 2000, crescimento da população rural²⁸. Estas observações mostram que estes dados apresentados de forma geral são relativos, lembrando sempre que as médias consistem simplificações, que podem omitir uma realidade diferenciada.

A presença das pequenas cidades pode ser facilmente comprovada ao se percorrer a região. A cada dez, vinte ou trinta quilômetros encontra-se um pequeno centro urbano, silencioso, aparentemente pacato, quase todos bem arborizados. Os menores possuem, em geral, uma longa avenida (muitas vezes a própria rodovia), em torno da qual as ruas se prolongam por dois ou três quarteirões, de um lado e de outro, avistando-se facilmente o limite entre as áreas consideradas como urbana e rural.

É comum ao forasteiro, que não possui vínculos com estes pequenos centros urbanos, questionar sua existência, seus papéis e significados. O padrão de algumas construções, o perfil de alguns estabelecimentos comerciais, bem como o ritmo das pessoas, por vezes, sugerem que estas pequenas cidades parecem explicar-se melhor por um tempo passado. Tempo frequentemente expresso na paisagem das pequenas cidades da região, cujo aspecto mantém parcialmente a efemeridade característica das cidades recém-criadas em frentes de expansão no Brasil. Tal aspecto é a expressão de como parte do que seria provisório se converteu em permanente em virtude do repentino processo de mudança econômica.

Não se trata de um pretérito longínquo. Ao contrário, a formação da região ocorreu em ritmo acelerado há pouco mais de cinquenta anos. No entanto, nas últimas décadas houve um ritmo, também acentuado, de declínio demográfico. A constante emigração da população dos municípios com pequenos núcleos urbanos expressa a dificuldade, sobretudo dos trabalhadores, em reproduzir suas vidas nestes espaços.

As características atuais da rede urbana regional remetem a esse recente passado. A gênese desta rede com suas particularidades só pode ser compreendida com base em sua historicidade. Para tanto, não se propõe uma nova versão para a história, já contada e recontada por outros pesquisadores que se dedicaram à pesquisa regional. Por isso, esta parte consiste num estudo desta história, buscando pontos relevantes para se compreender o espaço produzido. Assim, apesar de várias referências à história, o texto não se organiza, necessariamente, segundo uma seqüência cronológica.

²⁸ Os seguintes municípios têm apresentado crescimento da população rural no último período estudado (1991-2000): Amaporã (2,72%), Guaporema (0,95%), Itaúna do Sul (1,13%), Ivatuba (2,15%), Jardim Olinda (5,01%), Marialva (0,32%), Mirador (0,08%), Querência do Norte (2,71%), Quinta do Sol (0,36%) e Sarandí (0,95%).

A presença humana na região estudada é bastante anterior aos processos que vão caracterizar a espacialidade recente. Portanto, as áreas transformadas, de maneira geral, em cidades e cafezais não eram espaços vazios²⁹, disponíveis para serem incorporados ao capitalismo.

Eram espaços ocupados por povos indígenas que foram dizimados ou expulsos. A parte que permaneceu foi subordinada e tornada obediente. Tal obediência não foi espontânea, mas forçada³⁰. Tal processo consistiu numa imposição técnica, cultural e econômica.

A teoria do espaço geográfico desenvolvida por Santos (1996a) permite a interpretação de que a uma configuração territorial composta por elementos naturais e pré-técnicos, ao longo da história, sucede outra marcada por objetos fabricados e com conteúdos técnicos, que alteram a composição espacial e o poder de imposição dos agentes detentores destes elementos. Isto faz do espaço hoje “[...] um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações, igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (SANTOS, 1996a, p. 51). A história da espacialidade da região está atada ao poder de imposição e interesses de agentes articulados a outras escalas espaciais, tanto no momento de sua formação como nos processos ocorridos mais recentemente.

Esta região foi parte do processo de disputa entre hispânicos e portugueses no século XVI. Registraram-se várias incursões pelo interior, por caminhos fluviais, picadas e vias primitivas, como o conhecido *Caminho de Peabiru* (São Tomé para os jesuítas), por onde transitaram diversas personalidades (Cabeza de Vaca, Hans Staden, entre outros), cujos nomes constam da história oficial.

Os espanhóis estabeleceram, na segunda metade do século XVI, as povoações de *Ciudad Real del Guayrá* (anteriormente *Ontiveros*) e *Vila Rica del Espíritu Santo*. As dificuldades em submeter os indígenas originaram as reduções jesuítas³¹, a maioria localizada às margens dos rios (Parapanema, Pirapó, Ivaí, Piquiri, Iguaçu, entre outros). Estes *pueblos* foram destruídos por bandeirantes paulistas. Deles pouco restou, além de uma herança na toponímia de alguns municípios.

²⁹ A referência ao espaço vazio é contestada já que, diferentemente da visão dos *conquistadores*, os espaços não eram vazios e nem desabitados. Mota (1994, p. 4) discute amplamente esta questão, demonstrando que nos discursos oficiais, nos livros didáticos e em obras sobre o pioneirismo da região persiste a idéia de espaços vazios (terras devolutas, selvagens, desabitadas, abandonadas, virgens e outras expressões sugerem esta idéia). O autor, ao contar a história, mostra que a referida *conquista* não foi nada pacífica, mas permeada por forte resistência. Ele expõe a existência anterior de uma outra espacialidade humana, não capitalista, protagonizada por sujeitos constantemente esquecidos e permeada por outros valores. Por isso, utiliza-se o termo (re)ocupação para os processos socioespaciais ocorridos posteriormente.

³⁰ Nas palavras de pesquisadores sobre este período, não é possível falar de uma continuidade étnica e cultural entre a população anterior e a atual: “[...] Para existir Maringá e o ‘Norte do Paraná’, foi necessário expulsar, destruir e confinar as populações indígenas que viviam nessas regiões.” (NOELLI, F. S.; MOTA, L. T., 1999, p. 6-7).

³¹ Como Loreto, Santo Ignacio, San José; San Francisco Javier, Encarnación, San Miguel, Santo Antonio, San Pedro, San Tomás, Siete Arcángeles, Concepción, Santa María, San Pablo e Jesus María (ESTADO DO PARANÁ; INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS, 1987, p. 31-32).

Séculos se passaram sem que a região apresentasse dinâmica de (re)ocupação efetiva, promovida pela incorporação da área ao modo capitalista de produção. O estudo de Fresca (2000), ao demonstrar como ocorreu a estruturação da rede urbana do Norte do Paraná, especialmente na sua porção leste (área correspondente ao denominado Norte pioneiro), conta detalhes do surgimento de alguns núcleos urbanos precedentes ao período cafeeiro, bem como registra outras atividades econômicas. Embora a cafeicultura esteja estreitamente associada à história da região, alguns núcleos urbanos, notadamente na parte ocidental, possuem outras explicações para a sua origem.

Os primeiros registros de fundação de localidades, nesse processo de (re)ocupação efetiva no setentrião paranaense, consta no período imediatamente posterior à Emancipação Política do Paraná, na segunda metade do século XIX, com a Colônia Militar de Jataí e os aldeamentos de São Pedro de Alcântara e de São Jerônimo, com a finalidade de fiscalizar o trânsito de tropas e mercadorias para o Mato Grosso e Paraguai.

Até o início do século XX, era escassa a articulação entre o Estado de São Paulo e o Paraná, o que dificultava o escoamento da produção. No Nordeste do Estado, desde 1840, mineiros se apossaram de terras, onde mantiveram uma economia basicamente de subsistência e pequena produção comercializada com os municípios paulistas mais próximos. Embora houvesse tentativas de produzir o café, faltava infra-estrutura, impedindo o desenvolvimento desta atividade econômica até 1910, quando as condições necessárias para a produção e circulação se fizeram presentes.

No final do século XIX e início do século XX, esta área teve uma outra dinâmica decorrente do avanço da ‘frente pioneira’³², promovendo uma integração econômica mais efetiva, inicialmente pela criação de suínos que já podia contar com um sistema de transporte e mercado. Monbeig (1984, p. 207) mencionou o encontro ocorrido entre o avanço pioneiro, baseado tradicionalmente na cultura do café com outras correntes de povoamento, especificamente com os safristas³³. Entretanto, conforme Monbeig, estes não se fixavam à terra, diferenciando-se dos produtores de café e algodão.

³² Martins (1982) diferencia frente pioneira de frente de expansão. São dinâmicas distintas, mas combinadas de ocupação territorial, que ocupam, de formas diferentes e conflituosas entre si, territórios já ocupados por povos indígenas. O deslocamento de posseiros é o primeiro movimento: a frente de expansão. O segundo movimento é que seria a frente pioneira, tem forma empresarial e capitalista de ocupação do território e é expropriadora. Conforme o mesmo autor, o uso do conceito de zona pioneira é proveniente de geógrafos franceses, como é o caso de Monbeig. Este conceito implica em considerar a terra como livre para ser conquistada pelo espírito empreendedor.

³³ Criadores de porcos que, depois de fazer queimadas e semear o milho, soltam os animais no campo até a engorda.

Com o desenvolvimento das condições materiais necessárias para produzir e escoar café, este foi se tornando o produto em torno do qual se baseava a atividade econômica principal da região, atraindo intenso fluxo migratório, predominantemente de cafeicultores do Estado de São Paulo.

A história da cafeicultura no Paraná foi, inicialmente, marcada por um ritmo de produção lento em razão das referidas dificuldades de escoamento e as crises que o produto vinha encontrando no mercado mundial. Com a recuperação dos preços e os estímulos do governo paranaense, além da chegada da ferrovia e de companhias colonizadoras, o ritmo de desenvolvimento tornou-se inédito³⁴ na formação da região.

A década de 1930 constituiu o marco temporal, a partir do qual se imprimiu outro ritmo à dinâmica econômica e demográfica do Paraná. Conforme Padis (1981, p. 83) “Poucas notícias existem de acontecimentos processados de forma tão rápida e de feitos tão surpreendentes que lhe sejam similares”. É certo que este ritmo inédito é datado, ou seja, era inédito para aquele período. Atualmente, áreas do Norte e Centro-Oeste do país, bem como outras do mundo, foram incorporadas ao capitalismo e urbanizadas com ritmos ainda mais acelerados. Este é um atributo que pertence ao período técnico, do conjunto de objetos e ações disponíveis e que imprimem seus predicados, incorporando e sendo incorporados ao espaço produzido.

A obra de Maack (1968, p. 82-124) sobre a Geografia Física do Paraná, ao analisar a região, documenta a transformação ocorrida na paisagem e na composição desse espaço geográfico. Lembrando a imponente mata pluvial-tropical, destaca que viajantes do final da década de 1930 não reconheceriam mais os locais antes palmilhados.

Em menos de quarenta anos, a frente pioneira abrangeu uma área de aproximadamente 71.637 quilômetros quadrados, correspondente a 36% do território paranaense. O café, na década de 1940, era o principal produto de exportação brasileira, e o Paraná era o seu principal produtor (Padis, 1981, p. 83). Esta atividade econômica articulou o espaço em questão ao circuito capitalista mundial, instalando o tempo do mundo na região.

Desde então, os relatos históricos regionais têm em comum a celeridade, o crescimento do número de cidades e da população incorporada rapidamente aos novos municípios. Trata-se de um espaço marcado por seus números superlativos (Gonçalves, 1999, p. 93).

³⁴ Nicholls (1971, p. 26) demonstra como a densidade demográfica da região aumentou de 8,9 para 75,9 em 45 anos (1920-1965). Conforme este autor, no Estado de São Paulo, foram necessários 72 anos para o mesmo aumento.

A densidade demográfica explicava a centralidade exercida pelos diversos núcleos urbanos. A produção da rede urbana regional encontra explicações a partir deste momento histórico. A história da formação desse espaço é a história da incorporação da respectiva área de maneira mais efetiva ao capitalismo. Como ocorre esse processo na região?

O referencial teórico que ampara a busca dessa resposta é o da formação socioespacial (Santos, 1977 e 1979b). Em sua formulação, Santos considera que se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como fato histórico, é a partir da história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, que se encontra o fundamento à compreensão da realidade espacial e da sua transformação a serviço do homem. Ele propõe uma análise geograficamente articulada entre as diversas escalas. Santos deriva esta categoria da formação econômica e social da teoria marxista³⁵, expondo que ela trata da evolução diferencial das sociedades.

De acordo com Santos (1977, p. 84), o estudo das formações econômicas e sociais possibilita conhecer uma sociedade na sua totalidade, bem como nas suas frações, reconhecendo similaridades entre as diversas formações, mas também, o que as distinguem entre si. O movimento totalizador é regido pelo modo capitalista de produção, cujos desdobramentos e arranjos diversos constituem formações socioespaciais diferenciadas, expressões das possibilidades de realização e acumulação, incluindo as especificidades com que cada área é incorporada à lógica do capital.

A rede urbana do Noroeste do Paraná caracterizada pela quantidade significativa de pequenos centros, embora não seja singularidade apenas dessa região, guarda particularidades quanto ao contexto de sua inserção ao circuito capitalista, ou seja, desta fração geográfica no movimento totalizador.

³⁵ Conforme observação de Santos, esta noção de formação econômica e social foi elaborada por Marx e Engels em diversas referências (SANTOS, 1977, p. 82).

1.2 Formação econômica brasileira e formação socioespacial

A história da formação do Noroeste do Paraná pode ser vista como um capítulo da história do Brasil como grande produtor mundial de café e, por conseguinte, do papel desempenhado por esse país na divisão internacional do trabalho. A economia cafeeira articulou a região com a história da sociedade brasileira e mundial. Conforme Santos (1979b), o Estado Nação constitui uma formação socioeconômica, uma totalidade da qual a região é uma subunidade. Embora o Brasil possua um território bastante amplo, com áreas bastante diferenciadas em vários aspectos, é possível reconhecer algumas características na região que decorrem de determinações contidas nesta escala geográfica mais ampla. O que se pode considerar como universal para o território brasileiro? Que fatores significativos decorrem desta escala na dinâmica econômica e social da região?

O primeiro fator decorrente da escala nacional e que ajuda a explicar a dinâmica ocorrida na região é a dependência econômica brasileira que determina a pauta de produtos para exportação. Por que a região Noroeste do Paraná foi incorporada tão rapidamente à produção de café? Este fato só pode ser compreendido no contexto da dependência brasileira à economia internacional, aqui sinalizado como um primeiro fator e condicionante de outros.

Como este primeiro, os outros fatores considerados não anunciam nenhuma nova descoberta. São elementos bem conhecidos, o que inclusive dispensa um tratamento exaustivo deles. Todavia, é impossível ler a realidade regional como parte da formação econômica brasileira sem considerá-los, já que prosseguem notoriamente atuais. E por serem tão atuais, indicam que alguns problemas locais e regionais decorrem da escala nacional e da qualidade dos vínculos desta com a escala mundial, ou seja, de um país e de uma região inscritos de modo peculiar na 'economia-mundo' (BECKER; EGLER, 1998, p. 24).

Para compreender a formação econômica brasileira é imprescindível um recuo no tempo em busca de circunstâncias que a determinaram, especialmente como resultante de empreendimentos europeus (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 13). Neste contexto, o papel do Brasil como fornecedor de produtos primários obedecia a padrões baseados na produção em larga escala, fundada na propriedade monocultora e com mão-de-obra escrava. Resta saber o que há de novo em relação a este padrão *característico*.

O Brasil passou por várias mudanças políticas e econômicas. Houve uma complexificação da economia com o processo de industrialização e terciarização. Mais do que a mera produção agrícola, constituiu-se um complexo agroindustrial. A transição econômica é reconhecida como a passagem de um modelo agrário-exportador para outro urbano-industrial. Entretanto, os produtos agropecuários brasileiros, incorporando processos industriais ou não, continuam com a pauta de produção oscilando de acordo com as conveniências do mercado mundial. A concorrência exige que para estar neste mercado é preciso produzir com custos baixos.

Desta perspectiva, as mudanças não foram tantas. Os cultivos agrícolas de produtos para exportação continuam ocupando grandes áreas monocultoras no país. A mão-de-obra deixou oficialmente de ser escrava, mas procura-se reduzir custos sempre de maneira a penalizar os trabalhadores.

A situação econômica de um país tornado devedor, dependente da produção de divisas financeiras internacionais, explica parcialmente a persistente vulnerabilidade diante do mercado mundial. A história da produção do café no Paraná é parte de um momento específico deste processo, pois ocorreu em um momento de crise internacional, provocando um desdobramento diferenciado da economia cafeeira, com atributos, por meio dos quais se estabelece a coerência da escala regional.

A dependência econômica explica não somente a produção do café, suas características específicas na região em estudo, mas também a crise ocorrida no âmbito desta economia e períodos posteriores. A concorrência internacional, no caso do café com países latino-americanos e africanos³⁶, gerou diversas crises, que associada a outros fatores, acabou por promover a erradicação de significativa parte dos cafeeiros paranaenses. Os agentes do capitalismo operam em amplas escalas espaciais, buscando os menores custos e provocando concorrências, deixando imensas áreas vulneráveis às oscilações de seus interesses.

Neste sentido, permanece substancial a assertiva de Prado Júnior (1998, p. 281):

³⁶ De acordo com Delfim Netto (1981, p. 183), “[...] com o término da guerra, a agricultura cafeeira tem tido um desenvolvimento muito mais favorável de preços do que a dos demais produtos. Dessa maneira, a melhor aplicação alternativa possível dos recursos dos países latino-americanos e das colônias africanas seria na expansão das lavouras de café”. O autor explica em páginas seguintes que a África passa de uma produção insignificante para uma produção expressiva entre as décadas de 1920 e 1950.

Qualquer atividade brasileira, embora aparentemente sólida e de perspectivas brilhantes, pode ser gravemente afetada, mesmo paralisada de um momento para outro em virtude de ocorrências longínquas nos grandes centros financeiros do mundo. [...] As contradições do capitalismo, o seu funcionamento inorgânico e caótico, assumem nos países de economia colonial ou semicolonial, como o Brasil, um máximo de intensidade. Isto sem contar as manobras artificiosas, as especulações de câmbio em que o capital financeiro força situações anormais e oportunistas apenas para tirar delas partido momentâneo, embora com o mais grave dano para a economia geral do país.

Tanto a formação histórica das regiões brasileiras, bem como suas posteriores reestruturações, como é o caso da região enfocada neste trabalho, possuem explicações atreladas a este fator. A pauta da produção econômica brasileira, o padrão técnico utilizado, enfim outros aspectos definidores da estrutura econômica possuem nexos entre contingências e resoluções alhures.

O segundo fator que caracteriza a produção do espaço geográfico brasileiro é a concentração fundiária. O Brasil sempre se caracterizou por imensos latifúndios. Este atributo que persiste por séculos na formação econômica brasileira explica-se pelas circunstâncias que determinaram o tipo de exploração agrária adotada no Brasil, baseada na grande propriedade. A povoação do Brasil por portugueses, tendo como referência econômica a agricultura, foi dificultada, pois não havia população portuguesa disponível para habitar as novas terras. Por isso, dentre outras vantagens foram oferecidas grandes áreas de terras, utilizadas nas monoculturas de produtos tropicais, com grande valor comercial (Prado Júnior, 1998, p. 33). Durante séculos assegurou-se este padrão produtivo no país. A Lei de Terras de 1850 foi mais um instrumento para assegurar o latifúndio, ao dificultar aos imigrantes o acesso à terra e garantir mão-de-obra para as extensas áreas de agricultura comercial. É substancial lembrar que o significado da concentração fundiária, no caso brasileiro, extrapola seu significado imediato, pois funciona para a classe dominante como instrumento de manutenção da condição social precária dos trabalhadores próxima à sobrevivência, com o objetivo de manter baixos os níveis salariais (Becker; Egler, 1998, p. 33).

Embora seja um paradoxo a dificuldade de acesso à terra em um país tão extenso (Soares, 2003, p. 89), tornou-se característico da elite brasileira manter a propriedade das terras concentrada, o que tem como objetivo assegurar o controle social e o poder político.

Esta característica, embora não tenha se reproduzido na região estudada como um todo, ajuda a explicar porque esta se tornou um empreendimento propagado como bem-sucedido. O loteamento em pequenas propriedades fez com que a região fosse considerada 'terra da esperança', inclusive por intelectuais como Orlando Valverde (apud Alegre; Moro, 1986). Segundo ele, pode-se afirmar que a sociedade rural do Norte paranaense é mais democrática que o planalto paulista, ainda que com economias baseadas no mesmo produto, o café. Ele acrescenta

que a riqueza está mais bem distribuída e a classe mais pobre tem oportunidade de ascender econômica e socialmente: “Esse é um fenômeno social raro no Brasil. O Norte do Paraná é, por isso, a terra da esperança” (Valverde apud Alegre; Moro, 1986, p. 59).

Mesmo que a região seja conhecida pela colonização baseada em pequenas propriedades, esta não corresponde à sua totalidade. Concessões de grandes áreas de terra somadas ao processo de grilagem geraram uma oligarquia agrária. Esta oligarquia desafiada por movimentos sociais e pelo processo de ocupação efetiva desencadeou violentos conflitos fundiários, que em algumas áreas da região conviveram com a colonização privada e estatal (Westphalen; Machado; Balhana, 1968).

A formação baseada em pequenas propriedades, ainda que uma particularidade da região, em parte tornou-se um mito. Esta qualidade da formação socioespacial passou a ser ainda menos verdadeira com as mudanças na agricultura, provocadoras de forte concentração fundiária. Assim, apesar das dimensões menores dos estabelecimentos rurais na região, isso não implica em ausência de concentração de terras e conflitos fundiários.

Outro fator decorrente do comando e das políticas presentes em escalas mais amplas (nacional e mundial) é o processo de modernização conservadora³⁷. O processo de avanço econômico e de modernização melhorou alguns indicadores sociais no Brasil, mas conservou a assimetria, mantendo e criando novos níveis de desigualdade. Sobre o parco resultado social desta modernização, argumenta Andrade (1995) que ela não deve significar apenas opção para ampliar o uso tecnológico em benefício de determinados grupos econômicos e sociais, mas deveria representar o caminho para oferecer à população melhores condições de vida. Entretanto, repetidamente, a adoção de tecnologia tem provocado a necessidade, pela maioria da sociedade, de buscar nova inserção social, o que em geral implica em mobilidade espacial.

Com o processo de modernização ocorreram novos arranjos de objetos e de ações alterando a composição espacial, sua capacidade de produção e de articulação interescalar, sem, contudo, alterar determinações oriundas da situação de comando alheio e a severa condição humana de vida imposta à significativa parcela da sociedade. São fragmentos da mesma dinâmica.

³⁷ Conforme Brum (1987, p. 55), a modernização agrícola conservadora “[...] tem por objetivo o aumento da produção e da produtividade agropecuária mediante a renovação tecnológica, isto é, a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária. Essa orientação está voltada para a viabilização e implantação da empresa rural capitalista no campo”.

Há uma nova etapa na história da modernização agrícola regional, com projetos referentes à constituição de pólos agrícolas estimulados pelo governo paranaense, incentivadores da diversificação, produtividade, redução de custos e qualidade produtiva mediante previsão da abertura de novos mercados³⁸. Entre o rol de possibilidades, estão produtos viáveis para áreas pequenas. Contudo, as exigências de adaptações, investimentos e certificações, dificultam a consolidação destas alternativas como oportunidades para pequenos produtores. Estes dificilmente conseguem acompanhar o desenvolvimento tecnológico e obedecer a novas normas, destarte, suas atividades tendem a ser incorporadas por produtores mais capitalizados.

O processo de modernização no Brasil decorre da manutenção do precário equilíbrio de forças do mercado mundial e de interesses dominantes nacionais. Para manter este quadro, o Estado assumiu, neste contexto, o controle político sobre a sociedade civil, mantida sem canais de representação. A modernização conservadora pauta-se por negociações e barganhas entre grupos privados e o Estado no sentido de manter privilégios em troca de apoio ao projeto de modernização imposto (Becker; Egler, 1998, p. 33).

A sociedade, sobretudo no que se refere à classe trabalhadora, é constantemente ignorada. É como uma ‘matemática’ que deixa elementos fora da ‘equação’. E o erro nesta ‘equação’ manifesta-se reforçando as mazelas sociais, presentes no cotidiano do país. Este fator ajuda a elucidar o período posterior à economia cafeeira, cadenciado por transformações econômicas e sociais na região, decorrentes não só de interesses da elite nacional, mas, também, de empenhos industriais que compõem o complexo agroindustrial, conforme já exposto por outros autores que estudaram o processo de modernização da agricultura na região.

A acentuada desigualdade na distribuição da renda é outro fator da sociedade brasileira, que também se revela com intensidade na região estudada. A imensa maioria é considerada como mão-de-obra barata e excedente, sujeita a condições precárias de trabalho e mantida sem a formação educacional adequada. Afirmara Prado Júnior (1998, p. 279) que essa sociedade, como as demais em idêntico estado, não conta senão como ‘massa inerte de manobra’, vista apenas como ‘braços’ que podem ser mobilizados para o trabalho e como prováveis consumidores.

³⁸ Na região de Maringá, foram selecionadas onze cadeias produtivas para implantar esse tipo de projeto: aves de corte e postura, gado de corte, gado de leite, hortifrutigranjeiros, turismo rural, sericultura, fitoterápicos, cana-de-açúcar, madeira, soja e milho (INSTITUTO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2002, p. 3).

Este traço da formação socioeconômica brasileira explica a realidade atual, em diversos pontos do território e, especificamente, nos municípios com pequenos centros urbanos, onde os índices de emprego formal são baixíssimos. A manutenção da desigualdade reitera todo esse processo, forçando a contínua submissão a condições precárias de trabalho.

Os quatro fatores mencionados estão intimamente vinculados entre si e constituem traços gerais da sociedade brasileira, explicativos da realidade regional pretérita e presente, não obstante suas particularidades. Esta formação econômica, com as características assinaladas, expõe grande parte da sociedade a condições de vida, além de precárias, instáveis.

1.3 Particularidades da formação socioespacial da região

Após o exercício de buscar fatores que identificam a sociedade regional como parte da formação econômica brasileira, passa-se à reflexão sobre elementos que permitem reconhecer particularidades da formação socioespacial da qual faz parte a região Noroeste do Paraná.

Os mesmos elementos que justificam a existência de uma formação socioespacial revelam a produção da coerência, ou seja, de características comuns que permitem reconhecer uma escala regional. Embora não exista uma correspondência geográfica específica que possa ser atribuída ao conceito de formação socioespacial, no sentido territorial desta expressão (pode ser tanto uma região, quanto um país, entre outras possibilidades), ou seja, seus limites não coincidem precisamente a determinados recortes, neste trabalho se estabelece uma relação entre a referida região e o processo de formação, com atributos que trazem considerável homogeneidade à mesma, ainda que a delimitação territorial seja apenas aproximada.

A constatação da existência, ou não, de uma região, dependerá certamente da perspectiva teórica considerada quanto a este conceito. Como bem se sabe, este é um dos conceitos mais tradicionais da Geografia e possui diversas acepções no interior desta ciência e de outras. As constantes referências ao setentrão do Paraná indicam a existência de atributos que abarcam uma escala geográfica de amplitude regional. Na seqüência deste texto, procura-se seguir esta trilha, destacando peculiaridades que vão explicando a produção da região em estudo, com os predicados nela existentes, em específico, a densa rede urbana baseada em pequenas cidades.

O domínio³⁹ do café no Brasil compreendeu ampla área, ultrapassando os limites de alguns Estados brasileiros. Foi no Estado do Rio de Janeiro que este cultivo começou a ganhar relevância econômica, ao longo do século XIX, de onde se expandiu ao território paulista e, finalmente, alcançou o Paraná no início do século XX⁴⁰. Mais recentemente, após a erradicação do café no Norte do Paraná, estimulou-se o seu cultivo em áreas do cerrado brasileiro com base em novos padrões técnicos (Pessôa; Silva, 1999). Ainda que absorvendo áreas imensas e uniformizando a paisagem, a economia cafeeira foi apresentando significativas diferenças socioeconômicas.

Inicialmente, a produção de café no Brasil reproduziu o quadro deste país como fornecedor de produtos primários, obedecendo aos mencionados padrões tradicionais assinalados por Prado Júnior (1998, p. 166): produção em larga escala, fundada na propriedade monocultora e com mão-de-obra escrava. O mesmo autor assinala que, sob o aspecto político e social, o café originou a última das três grandes aristocracias do país, após os senhores de engenho e os grandes mineradores: os fazendeiros de café (Prado Júnior, 1998, p. 167). Posteriormente, ocorreram transformações que explicam formações socioespaciais diferenciadas no âmbito do território brasileiro.

³⁹ A partir dos limites da concepção da região natural geográfica que desconsiderava o homem na sua formulação, Cholley propõe que a região seja compreendida como indicadora do resultado de uma organização humana, devendo compor um conceito dinâmico. Para designar unidades físicas, estruturais, climáticas e morfológicas, ele propõe o termo 'domínio', como os domínios morfoclimáticos. Ele deve ser utilizado para designar atividades humanas quando se considera apenas a sua extensão, como o domínio do trigo, domínio da soja e outros (ANDRADE, M.C.A., 1973, p. 42-43).

⁴⁰ Existem publicações que contam com detalhes a inserção do cultivo do café no Brasil. Resumidamente, pode-se afirmar que esta planta originária da Arábia e da Etiópia chegou ao Brasil, em 1727, e permaneceu sem grande aceitação por mais ou menos um século. Até então existia na faixa litorânea nordestina, mas o seu plantio era apenas para uso caseiro em chácaras e quintais, comercializado apenas em quitandas. O seu consumo era reservado para os mais ricos. A maioria da população não tinha acesso ao referido produto. Neste período de 1820, a economia brasileira passava por grandes dificuldades, pois os produtores brasileiros de açúcar não podiam mais competir com o açúcar das Antilhas e com o açúcar de beterraba da Europa. O algodão não podia competir com a produção africana e americana, controlada por ingleses. Com outros produtos ocorria o mesmo. A demanda de fumo foi reduzida com o fim do tráfico negreiro, pois antes era o produto utilizado na troca de escravos; o couro sofria concorrência acirrada com produtores platinos; o arroz não tinha preços competitivos tendo em vista a produção norte-americana. Assim, os produtores brasileiros procuravam por um produto de fácil aceitação e que pudessem cultivar com vantagens. O café adquiriu importância nos mercados internacionais, cultivado em colônias tropicais da África e Ásia. Conforme Prado Júnior (1998, p. 159) “[...] O Brasil entrará muito tarde para a lista dos grandes produtores [...]”, pois segundo ele, estava absorvido pela mineração e a agricultura não despertava interesse. Contudo, a produção avançou rapidamente. Em 1830, esse produto já era o terceiro na pauta de exportações brasileiras e, em 1850, ocupava o primeiro lugar, equivalendo a 40% das exportações. Foi a partir do Vale do Paraíba, Minas Gerais e, posteriormente, nos Estados de São Paulo e, finalmente no Estado do Paraná, que o café seguiu seu curso de expansão (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977, p. 15-17).

1.3.1 A formação de um complexo cafeeiro capitalista e externalidades urbanas

Os primeiros registros cronológicos de produção de café no Paraná são do final do século XIX, marco inicial de uma nova organização econômica, política e social configurada na Primeira República. Desde então, a economia cafeeira ganhou novo arranjo produtivo, provocado pela crise no modelo anterior.

As rupturas ocorridas podem ser compreendidas com auxílio do trabalho de Cano (1998), que analisou minuciosamente as diferenças que marcaram a produção de café no Vale do Paraíba e, posteriormente, em novas áreas paulistas e paranaenses. No Vale do Paraíba, a escassez e a exaustão das terras, o alto custo para a manutenção dos escravos, além da baixa produtividade de café, resultou na diminuição das margens de lucro, representando estagnação e decadência da economia conduzida nesses parâmetros.

Mesmo com o preço do café em ascensão e a redução dos custos dos fretes decorrentes da expansão ferroviária nas últimas três décadas do século XIX, os custos de produção dificultavam a manutenção da economia cafeeira ancorada na escravidão (Cano, 1998, p. 41-47) e, ainda, descompassada de interesses industriais ingleses.

O referido autor estuda a economia cafeeira das novas áreas enquanto um complexo econômico-capitalista, argumentando que essa idéia possibilita uma análise mais integrada da dinâmica regional. Mesmo quando fundamentada no trabalho escravo, a economia cafeeira também não era constituída apenas por lavouras. Conforme Prado Júnior (1998, p. 166-167), as grandes fazendas já representavam um conjunto complexo, configurando “[...] um mundo em miniatura quase independente e isolado do exterior”. As fazendas de café possuíam instalações para o preparo e beneficiamento do produto, residência do proprietário, senzala dos escravos ou colônias de trabalhadores, oficinas, etc. A idéia de complexo e a externalização de atividades amplia-se sob os marcos capitalistas.

A formação do complexo cafeeiro capitalista foi possível por causa de uma série de fatores, dentre os quais se destaca a disponibilidade de terras férteis, como as do setentrião paranaense, consideradas como fronteiras para o avanço do café. A manutenção da produção brasileira de café esteve atrelada à possibilidade de sua expansão geográfica para terras novas e férteis que asseguravam altos índices de produtividade. Deste modo, as modificações na estrutura de produção podem ser apreendidas no percurso de sua trilha geográfica e ‘lidas’ por meio do espaço produzido.

Com o trabalho assalariado emergiu uma camada social com poder aquisitivo, que dinamizou o mercado de bens de consumo. Além da mão-de-obra para as atividades agrícolas houve, também, a migração de trabalhadores urbanos que disponibilizou a mão-de-obra para atividades industriais. O novo arranjo gerou externalidades à produção do café e diversificou o complexo. Estas são características de um Brasil que foi se adequando à nova divisão internacional do trabalho, decorrente da Segunda Revolução Industrial, quando a industrialização ultrapassou as fronteiras dos países que comandavam a economia.

Lembra Delfim Netto (1981, p. 23) que a libertação dos escravos e o uso do trabalho livre implicaram na necessidade de investimentos em construções de casas para os novos colonos, “[...] habituados a um padrão de vida mais elevado que o do negro, como também uma grande necessidade de capital de movimento para pagamento dos salários”. Fatos que reiteram as afirmações anteriores sobre uma economia mais dinâmica e maior movimentação de capital.

A economia cafeeira baseada no trabalho livre compõe um complexo econômico diferenciado. Se mesmo a cafeicultura baseada na mão-de-obra escrava compunha um complexo, a cafeicultura produzida com novas relações de produção amplia esta tendência. De acordo com a sistematização de Cano (1998, p. 31 passim), o complexo abrangia as seguintes atividades:

Produção agrícola de alimentos e outras matérias-primas, organizadas de duas maneiras: a produção de subsistência, (desenvolvida dentro da área da propriedade cafeeira) e a produção comercial (em outros estabelecimentos agrícolas).

- ✓ Atividade industrial, compreendendo produção de equipamentos para o beneficiamento do café, sacarias de juta para embalar o produto e outros ramos manufatureiros, em especial, o têxtil.
- ✓ Implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário com demanda de atividades industriais, bem como atividades de manutenção com habilitação da mão-de-obra.
- ✓ Expansão do sistema bancário e das atividades de comércio de exportação e importação.
- ✓ Desenvolvimento de infra-estrutura: portos, armazéns, transportes e comunicações.

A ampliação da atividade nuclear do complexo (produção de café) induzia o crescimento de uma série de atividades tipicamente urbanas, como a industrial, bancária, armazenagem, somadas a oficinas de estradas de ferro, comércio atacadista, exportação e importação, além da

expansão do aparelho estatal. No compasso do desenvolvimento destas atividades, outras tantas eram reforçadas, como o comércio varejista, transportes, comunicações, energia elétrica e construção civil. Então, o complexo cafeeiro envolvia bem mais do que a produção do café, pois implicava em uma série de atividades comerciais, industriais e financeiras, que compunham um dinâmico arranjo econômico e espacial.

Se, inicialmente, as atividades industriais foram estimuladas e financiadas pela economia cafeeira, posteriormente emergiram disputas quanto à situação fiscal e de apoio estatal entre os dois segmentos. Na década de 1920, houve uma crise política causada pela rejeição do sistema oligárquico cafeeiro e a imposição dos novos interesses industriais que sinalizaram o início da mudança no perfil econômico brasileiro.

Para compreender a geografia e a história do Estado de São Paulo, é relevante mostrar os vínculos entre o complexo cafeeiro e a formação do capital industrial, no qual ganha destaque a indústria manufatureira, com fabricação de máquinas e implementos agrícolas, produção de sacarias de juta para a embalagem, entre outros. O café liberava recursos para a diversificação do investimento no complexo e os próprios fazendeiros buscavam atividades mais rentáveis. Portanto, o capital cafeeiro promoveu a diversificação e expansão de segmentos urbanos (Cano, 1998, p. 91 e 97).

A dinâmica do complexo cafeeiro, com mão-de-obra livre e demais características, explica também a espacialidade constituída na região Noroeste do Paraná. O intenso uso do trabalho livre gerava notável demanda de consumo, cuja acessibilidade para os trabalhadores se tornava possível com a rede de localidades centrais.

Para a região Noroeste do Paraná, é importante destacar que a produção de café ocorria no âmbito de um complexo que se desdobrava em uma série de outras atividades econômicas⁴¹. Não se tratava apenas do cultivo de um produto agrícola, uma atividade do campo, mas de uma economia que apresentava significativa divisão de trabalho e atividades que se realizavam nos espaços urbanos. Tal dinâmica constitui-se em elemento explicativo da urbanização da região. As pequenas cidades eram espaços dinâmicos onde se desenrolavam atividades articuladas com a economia cafeeira.

⁴¹ As várias atividades envolvidas na economia cafeeira encontram-se expressas na distribuição do valor que compõe uma saca de café beneficiado, conforme apresenta Cano (1998, p. 93): mão-de-obra na fazenda – 19,1%; custo de beneficiamento e ensaque – 5,1%; carretos, embarques e reensaques – 4,6%; frete ferroviário – 3,4%; comissões, corretagens e despesas cambiais – 5,5%; sacaria nova para exportação – 2,3%; tributos estaduais – 13,5%; transportes e outras despesas entre Santos e Nova York – 7,7%; subtotal – 61,2%; resultado bruto para o fazendeiro – 38,8%.

Em convergência, Gusso (1996)⁴² explica essa dinâmica pelos seus atributos capitalistas que caracterizavam a aquisição da terra e as relações de trabalho assalariadas, ainda que com pagamento em espécie. Foi parte deste processo a instalação de uma extensa e ampla infra-estrutura de comércio e serviços distribuída nos pequenos centros urbanos da região.

O adensamento populacional garantia o dinamismo comercial dos pequenos núcleos urbanos. O mercado consumidor associado à comercialização dos produtos agrícolas constituía as bases da urbanização na região (LEÃO, 1989, p. 54).

O aumento do consumo decorrente das relações assalariadas de trabalho, em um período em que as vias de comunicação e transportes ainda eram precárias, promoveu o surgimento de pequenas empresas industriais voltadas para o mercado de consumo local (IPARDES, 1983, p. 40)⁴³.

Levantamentos de atividades industriais nos pequenos centros urbanos do Noroeste do Paraná⁴⁴ indicaram a existência de: produção de telhas e tijolos; materiais de transporte mais difundidos no período – carroças, carroções e charretes; beneficiamento de madeira para construção e indústria moveleira; colchões e travesseiros de mola, capim, paina e outros; vestuários, calçados e demais artefatos de tecido; beneficiamento de cereais em geral, com destaque para o café; processamento químico de óleos essenciais – eucalipto, frutas cítricas, gerânio, hortelã e outros; fabricação de bebidas (refrigerantes e aguardente) e outras indústrias alimentícias (conservas e doces de frutas, pão e produtos similares); indústria gráfica, etc. Estas atividades industriais estavam presentes em quase todas as pequenas cidades.

A maior parte das atividades industriais da época, nos pequenos núcleos urbanos, voltava-se ao atendimento local, com exceção do processamento do café, óleos vegetais e outros cereais que eram exportados para as demais áreas do país e do exterior. Esta industrialização é substancialmente diferente daquela decorrente da mais recente divisão territorial do trabalho que resulta em locais especializados e inseridos em um maior intercâmbio comercial.

⁴² Artigo publicado originalmente em 1968, no n.7 da mesma revista, selecionado para republicação na Revista Paranaense de Desenvolvimento, número 87.

⁴³ Estas atividades são aqui consideradas como parte do complexo cafeeiro capitalista. Entretanto, Prado Júnior (1998, p. 106), quando tratou dos primórdios da formação socioeconômica brasileira, expôs que, enquanto nos centros maiores a maior parte dos produtos manufaturados consumidos eram provenientes do exterior, nos pequenos centros urbanos longínquos registrava-se a existência de uma pequena indústria composta por carpinteiros, ferreiros, manufatura de tecidos e vestuário e, por vezes, de pequenas metalúrgicas, ou seja, a dificuldade de acesso fazia com que estes centros procurassem suprir localmente suas necessidades, tornando-os menos dependentes do que os grandes centros urbanos.

⁴⁴ Refere-se aqui ao Cadastro Industrial por município, realizado pelo IBGE em 1965.

Além dos estabelecimentos industriais, a dinâmica econômica e social das pequenas cidades foi constatada com a presença de estabelecimentos comerciais, bancários, serviços de saúde e com o alto número de escolas implantadas na região, nas mais diversas localidades, emancipadas politicamente ou não.

O consumo era qualitativa e quantitativamente diferente. Constituíam-se por poucos produtos. Os pequenos proprietários e trabalhadores rurais produziam quase tudo o que precisavam, além da produção agrícola com finalidades comerciais. Eles só compravam o que não conseguiam produzir. Ainda assim, a demanda era grande em razão da densidade demográfica. Essa dinâmica persistiu enquanto se manteve na região os mesmos parâmetros para a produção cafeeira, cujo limite temporal alcançou meados da década de 1960.

Este período explica-se, também, pela ínfima oferta de produtos industrializados tendo em vista os parâmetros atuais. Esta afirmação tem no ramo de confecções um bom exemplo. Ao invés de confecções prontas, comercializavam-se tecidos e armarinhos em geral⁴⁵. A confecção demandava o trabalho de alfaiates e costureiras, o que se constituía em fontes de renda para a população local. Como os produtos industrializados eram mais caros, ao invés de serem descartados quando avariados procurava-se consertá-los, o que também representava trabalho para outros profissionais.

Pode se considerar que a transformação no consumo foi universal, tema a ser retomado no segundo capítulo. Contudo, isto traz um resultado diferente para as pequenas cidades, já que a adoção do consumo maior de bens industrializados elimina alguns ramos comerciais e, em especial, atividades de prestação de serviços. Isso ocorreu sem uma correspondente contrapartida de instalação de atividades industriais, pois as pequenas cidades da região ainda participam de maneira inaugural das atividades industriais nos novos padrões de concorrência.

As atividades industriais anteriormente existentes para suprir as necessidades locais foram bastante reduzidas. Algumas pelo esgotamento da matéria-prima, como é o caso das madeireiras e algumas olarias em consequência da submersão da argila pela construção de usinas hidroelétricas. Outros produtos foram substituídos ou entraram em decadência. Além disso, deve-se assinalar as transformações econômicas e a

⁴⁵ Encontrou-se essa mesma discussão em estudo realizado na Espanha sobre a indústria da confecção (SÁNCHEZ LOPEZ *et al.*, 1984, p. 48-49), no qual se sinaliza para a mudança na produção da roupa, antes artesanal e doméstica, agora industrializada, como processo recente. Nesse mesmo trabalho, observa-se que as pesquisas sobre a industrialização silenciam sobre este segmento que atualmente compõe aproximadamente 9% dos valores de consumo privado.

alteração da pauta de produção agrícola. Por fim, a concorrência com a produção industrial exógena reduziu o significado da industrialização existente naquele período de menor facilidade para a circulação e troca.

Em resumo, o espaço produzido no Noroeste paranaense, no contexto da economia cafeeira, explica-se pela articulação à economia capitalista, com mão-de-obra livre e assalariada, elementos fundamentais para explicar o dinamismo e o ritmo impresso à região.

1.3.2 Novas condições de produção do café

A definição da pauta de produtos agropecuários, diante da dependência econômica brasileira, foi e é cada vez mais regulada em um contexto de incertezas geradas no âmbito do mercado. Assim já era quando a economia nacional fundamentava-se na economia cafeeira.

As variações nos preços do café são explicadas por diversos fatores. O declínio foi motivado por eventos, como as guerras mundiais e a crise de 1929, que tiveram amplas implicações em todo o planeta, provocando desemprego e retração nas trocas comerciais em âmbito mundial, diminuindo a demanda de produtos e a circulação de capital. A superprodução e a concorrência internacional também foram fatores significativos na redução dos preços. Já o aumento dos mesmos ocorria com a diminuição ou insuficiência de estoques por diversos motivos – crescimento da demanda, ocorrência de geadas e, no caso brasileiro, mecanismos de controle estatal com a compra e armazenamento do produto. Este controle estatal no Brasil chegou ao extremo de destruir estoques.

O comportamento do mercado e o controle estatal foram elementos que possibilitaram a Delfim Netto (1981) distinguir fases da economia cafeeira. A primeira fase foi caracterizada pela ausência da intervenção estatal (da metade do século XIX ao início do século XX). Na segunda fase, o mercado cafeeiro já contava com defesa eventual (1906 a 1914), com destaque para três operações valorizadoras baseadas em acordos, preços e compras asseguradas pelo governo. Na terceira fase, há uma defesa permanente e institucionalizada (ora do governo federal, ora do governo do Estado de São Paulo) do mercado cafeeiro, a partir de meados da década de 1920.

A produção do café no Estado do Paraná é inaugurada num contexto em que a prática do controle do mercado já se tornara usual. Dificuldades marcaram o final do século XIX, com queda dos preços do café, provocando longa crise, que só terminaria por volta de 1910. Nestes 13 anos, foi diminuto o acréscimo de plantações, em razão dos baixos preços e sob os efeitos de uma política deflacionista que vai de

1898 até 1906. E, ainda, conforme Cano (1998, p. 55): “A instituição, por um quinquênio, de um imposto de dois contos de réis sobre cada novo alqueire plantado com café, a partir de 1902, prorrogado por mais cinco anos, e as demais restrições decorrentes das normas estabelecidas pelo Convênio de Taubaté, em 1906, tornava praticamente proibitivo qualquer plantio”.

As medidas restritivas paulistas (proibição e cobrança de tributos no caso de implantação de novos cafeeiros) persistiram e conviveram com o apoio e estímulo do governo paranaense ao plantio de novas áreas no Estado, com redução de impostos e de taxas de exportação. Portanto, a incorporação setentrional do Paraná como área produtora de café não foi uma simples expansão da cafeicultura paulista, mas decorreu da defesa política de interesses econômicos combinados de grupos externos e paranaenses. A economia cafeeira paranaense desenvolveu-se de maneira diferenciada em razão do momento econômico de crise mundial.

A articulação econômica da região a qualquer circuito produtivo dependia de vias para a circulação da produção. Assim, é consensual que a expansão do café no Paraná esteve condicionada à articulação ferroviária que chegara à região fronteira de Ourinhos (São Paulo). Conforme Cancian (1981), os trilhos da Sorocabana não representaram apenas nexo logístico, mas despertaram áreas produtivas. Monbeig (1984, p. 207) expõe que a estrada de ferro que parte de Ourinhos atingiu, no Estado do Paraná, o Rio Tibagi em 1931, Londrina em 1935 e Apucarana em 1937.

Este fator fundamental foi conjugado a outros, como explicita Cancian (1981, p. 14):

[...] deve-se considerar que, desde o início do século XX, a procura de terras roxas, novas, devido sua alta rentabilidade na produção cafeeira, os programas de defesa do café, paralelamente à deliberação do governo estadual de incentivar o plantio, motivaram a progressiva extensão dos cafezais. Ao mesmo tempo a proibição do plantio em São Paulo e outros estados, bem como o declínio da produção dos cafeeiros nas regiões velhas, agiram no sentido de atrair numerosos fazendeiros em busca das terras paranaenses, de boa qualidade para o café, e onde não havia proibição de plantio.

A mesma autora destaca a intervenção do governo paranaense no processo, respaldado pela defesa de preços do governo nacional, poderosos estímulos à expansão cafeeira no Paraná. Outras ações do governo paranaense, voltadas à preparação de infra-estrutura, foram igualmente relevantes, como a construção ferroviária articulando a região ao porto de Paranaguá na década de 1920, além do investimento em armazenagem. Nem mesmo a crise de 1929 abalou a decisão do governo paranaense em proteger e estimular a economia cafeeira no Paraná.

Enquanto no Estado de São Paulo observava-se o abandono dos cafezais, no Paraná a tendência era inversa, registrando os maiores índices de produção. Como resultado de suas gestões, o governo do Estado obteve concessão para plantar até cinquenta milhões de cafeeiros. Assim:

O governo paranaense mantinha os esforços para continuar a proteção à cafeicultura no Estado, pois em maio de 1935, antes do novo convênio, Manoel Ribas comunicava ao Ministro da Fazenda, sem que isso importasse em qualquer ‘propósito inamistoso para com os Estados cafeeiros o Governo Federal’, que considerava extintas as cláusulas dispostas no convênio até então em vigor. Desejava expandir as plantações sem limite determinado e a abolição das taxas em vigor era considerada o meio de promover o plantio (CANCIAN, 1981, p. 32).

São evidentes os interesses do governo paranaense. Na realidade, tais interesses não estavam na economia cafeeira, mas nas promissoras fontes de rendas decorrentes de transações imobiliárias e nos tributos. Caso imperasse no Paraná a proibição do plantio de café, a maioria dos pequenos produtores teria deixado de adquirir terras nesse Estado.

Revela-se, assim, o interesse das elites do Paraná tradicional em articular a área setentrional ao seu domínio e elevar os índices de arrecadação (GONÇALVES, 1999, p. 104). Para viabilizar os empreendimentos imobiliários, era preciso sinalizar para um aproveitamento econômico atrativo. Este aproveitamento não precisava ser necessariamente a cafeicultura, mas o governo do Estado amparou-se na tradição do cultivo do café e estimulou o seu plantio no Paraná, mesmo quando este produto encontrava-se num cenário econômico internacional marcado por adversidades⁴⁶.

Somavam-se interesses das elites tradicionais do Paraná e das empresas colonizadoras de capital externo ou nacional. O êxito econômico dos empreendimentos privados não teria sido o mesmo não fosse a convivência e apoio estatal, obtido inclusive com vínculos diretos entre elementos da elite regional e a política de âmbito estadual e nacional, conforme pode se conferir em trabalho de Gonçalves (1999).

⁴⁶ Gonçalves (1999) demonstra como a própria CMNP procurou divulgar que as terras do Norte do Paraná eram adequadas a diversas culturas, pois se a divulgação ocorresse só em torno do café, o referido cenário de crise poderia comprometer os empreendimentos imobiliários. A (re)ocupação do Norte do Paraná é considerada pelas suas peculiaridades históricas como uma formação socioespacial diferenciada que se distingue do mencionado Paraná tradicional, compreendido como áreas resultantes da ocupação capitalista e efetiva do espaço baseada nas atividades econômicas da mineração, pecuária, extração de madeira e erva mate.

A expansão da cafeicultura não significava mais simplesmente aumentar superfície plantada, tratava-se de buscar alternativas para continuar produzindo mesmo que em outro contexto. Portanto, a continuidade geográfica não escondia a transformação radical do processo (MONBEIG, 1984, p. 261).

Sobre a economia cafeeira no Paraná, Cancian (1981, p. 76) destacou o planejamento e a colonização baseada em lotes pequenos e médios, com pagamento facilitado, viabilizando, desta maneira, a sua aquisição por antigos colonos e pequenos lavradores paulistas. Monbeig (1984) referenda que a década de 1920 foi marcada pela saída de cafeicultores de áreas tradicionais do Estado de São Paulo (Ribeirão Preto, Araraquara, Jaú) em busca de terras virgens pretendendo diminuir despesas com a produção e alcançar rendimentos melhores.

Novas áreas do Estado de São Paulo e do Paraná incorporadas ao café foram caracterizadas pela coexistência do sítio⁴⁷ com a tradicional fazenda, o que traz uma outra dinâmica socioespacial. O mesmo autor compara, no Estado de São Paulo, duas localidades com estações ferroviárias vizinhas – Aguapeí e Lavínia. A primeira era contornada por grandes propriedades, e possuía, além da estação, uma só grande construção que era uma máquina de descaroçar algodão e algumas pequenas lojas, freqüentadas ocasionalmente pelos colonos das fazendas. A segunda era uma pequena cidade dinâmica, com pequenas propriedades e pioneiros simples que precisavam das atividades comerciais, tanto para vender sua produção como para obter bens necessários para o seu consumo (Monbeig, 1984, p. 235).

As características presentes em Lavínia repetiram-se com o avanço da frente pioneira em São Paulo e, posteriormente, no Paraná. A fundação de núcleos urbanos passou a preceder a venda de lotes rurais e urbanos. Mesmo que a maioria das pessoas fosse morar nos estabelecimentos agrícolas, era fundamental a existência das pequenas localidades.

Segundo Monbeig (1984, p. 212), formavam-se multidões compostas de pessoas simples, dispostas a comprar terras e plantar. No Paraná, o governo vendeu glebas para empresas colonizadoras e o próprio Estado atuou como agente imobiliário.

A produção cafeeira baseada em pequenas propriedades não se caracterizava pela monocultura. Ao contrário, o pequeno produtor a evitava pela demanda de recursos e despesas com mão-de-obra. Isto a diferenciava fundamentalmente da produção em grandes fazendas. Embora não pudesse produzir café em toda a área, o colono não podia se dar ao luxo de ter terras improdutivas. As áreas restantes da cafeicultura eram

⁴⁷ O uso deste termo não é comum ao Brasil como um todo, sendo mais utilizado nos Estados de São Paulo e Paraná, para designar pequenas propriedades agrárias. Foi utilizado por Monbeig em contraposição às fazendas que seriam grandes propriedades de terras.

aproveitadas com agricultura de subsistência. O pequeno produtor utilizava a mão-de-obra familiar e vivia em casas bastante simples. Era assim que conseguia poupar para pagar a terra. Segundo Cancian (1981, p. 135), a economia cafeeira não dependia mais da grande propriedade, ao contrário, já não suportava os seus custos. Desta maneira, a cafeicultura conseguiu manter-se num período de crise econômica mundial.

Em 1939, registrou-se uma queda brusca de preços em consequência da retração da demanda provocada pela guerra. Logo após, em 1942, a redução de estoques por causa das geadas levaram à retirada da proibição de plantio. Neste período, o governo instituiu prêmios para incentivar as exportações, pois os produtores retinham estoques como estratégia para forçar a alta dos preços. A volta de uma perspectiva positiva em relação à economia cafeeira trouxe de volta o interesse por terras. Assim, o Paraná começou a atrair muitos compradores de terras e o plantio de cafeeiros foi acelerado (Cancian, 1981, p. 38).

Geadas ocorridas em 1953 foram utilizadas para forçar novas altas de preços e, em 1954, o preço médio absoluto do período alcançou as melhores marcas. Nesta conjuntura, surgem novos cafeeiros, o que levou a tendência à monocultura em alguns municípios paranaenses, transformando a região em um 'mar de cafezais'. Ela assim se manteve até que novas oscilações negativas de preços desencadearam políticas estatais combinadas de estímulo à diversificação agropecuária e industrial com a erradicação dos cafeeiros.

Apesar de todo o impulso urbano e econômico, a incerteza permeava a sociedade regional, conforme destacara Monbeig (1984, p. 390): “Os colonos antes, os sitiados depois, viveram e vivem na mediocridade e na incerteza. Infatigavelmente confiantes, levando a vida dura, que eles certamente esperavam, mas cujos frutos raramente colhem, na maioria ficam sem apoio e sem recursos”. Prado Júnior (1998, p. 230) também destacou a falta de apoio aos pequenos produtores por meio de um sistema de crédito que não os deixasse na contingência de venderem precipitadamente a sua produção. Entretanto, pondera ele, não foi essa a solução escolhida. O governo adotara a intervenção no mercado com compras maciças para forçar o aumento dos preços, saída considerada precária e especulativa.

Sintetizando, a cafeicultura no Paraná, notadamente no Noroeste, resulta de uma política de incentivo do governo paranaense que se manteve mesmo durante intensas crises de comercialização do produto. Esta nova conjuntura traduziu-se em novos arranjos produtivos. Portanto, a história da cafeicultura neste Estado foi marcada pela expansão desta cultura em uma conjuntura recessiva, realizada pelas pequenas e médias propriedades.

Como era perfeitamente previsível, a vulnerabilidade econômica diante de determinantes exógenas quando atingiu a cafeicultura no Paraná, organizada em pequenas propriedades, abalou grande contingente de pessoas e trouxe arrebatadoras modificações socioespaciais.

1.3.3 Atuação planejada de empresas colonizadoras

O cultivo de café já existia na área conhecida como Norte pioneiro quando surgiram empresas colonizadoras, caracterizando a ocupação da porção mais ocidental do setentrião parananense.

Várias empresas *colonizadoras*⁴⁸ atuaram em toda região, loteando áreas rurais e criando assentamentos que, em poucos anos, tornaram-se municípios. A colonizadora mais conhecida é a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), de capital inglês, responsável pela criação direta de mais de sessenta núcleos urbanos. Além das localidades criadas pelas empresas, desmembramentos posteriores tornaram ainda mais densa a rede urbana regional.

A CTNP tem origem inglesa como outros grupos econômicos⁴⁹ que investiam no Brasil neste período. A história registra que, inicialmente, os ingleses tinham intenção de comprar terras no Brasil para produzir algodão, em concorrência à produção do Sudão. Posteriormente, decidiram que seria mais vantajoso realizar empreendimentos imobiliários, até porque os pequenos proprietários que adquirissem terras poderiam se tornar produtores de algodão.

⁴⁸ Seguem os nomes de algumas colonizadoras que operaram na região: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Companhia de Terras Norte do Paraná); Imobiliária Ypiranga, de Boralli & Held; Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Lima; Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (Sinop); Nogueira, Comercial e Exportadora de Santos-SP; Colonizadora Rio Bom; Colonizadora Imobiliária Agrícola de Catanduva; Sociedade Goio-Erê; Empresa Colonizadora Norte do Paraná Ltda. (pertencente a Irio Spinardi, fundador de Dracena-SP e outros sócios); Aniz Abud & Cia. Ltda.; Empresa Colonizadora Marilena, de José Volpato; Terras e Colonização Paranapanema Ltda., dirigida por Antenor Borba e José Nite; Imobiliária Progresso Ltda; Companhia Colonizadora Brasil-Paraná Loteamentos S. A.; Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (Cobrinco); Imobiliária Coressato & França; Companhia Imobiliária e Colonizadora Santa Isabel do Ivaí; A. Junqueira & Cia. e outras tantas. Registram-se, ainda, iniciativas de engenheiros civis, ou outros profissionais, que se tornaram empreendedores. Algumas localidades foram criadas diretamente pelo Governo do Estado do Paraná (FERREIRA, 1959).

⁴⁹ Além do grupo que deu origem à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, havia muitos outros grupos estrangeiros de investimento no Brasil, dentre os quais se destacavam os ingleses pelo maior número de companhias. Sampaio (1980) relaciona 45 empresas estrangeiras ligadas à agricultura, entre os anos 1882-1910, sendo 21 inglesas.

Esta companhia diferenciou-se das demais *colonizadoras* porque não se restringiu a criar cidades isoladas, mas planejou um conjunto de cidades, bem como as devidas articulações entre os diversos núcleos urbanos e estabelecimentos rurais. Por isso, considera-se que a região decorre de um planejamento.

Embora planejada, a atuação das empresas *colonizadoras* ocorreu em meio a conflitos fundiários com posseiros, grileiros e fazendeiros que haviam recebido doações de terras do governo do Estado conforme se assinalou antes. Discursos produzidos pelas próprias companhias procuraram silenciar sobre estes fatos, mas a propriedade da terra na região foi mantida a ‘ferro e fogo’, conforme registros de ‘saneamento’ de áreas (TOMAZI, 1999, p. 67). Não foi, destarte, um processo pacífico como se faz acreditar.

A colonização avançava no compasso da rede ferroviária. Na realidade, conforme registra Tomazi (1999), o controle de um mesmo grupo sobre estas atividades no Norte do Paraná é um fator a mais para compreender a repartição em pequenas propriedades. Segundo este autor a CTNP pretendia vender grandes áreas de terras e teria mudado de idéia porque, se assim fosse, a ferrovia não obteria lucros⁵⁰.

Por causa do período instável da II Guerra Mundial, o governo brasileiro assumiu o controle da estrada de ferro e de remessas de capital, dificultando a atuação das empresas estrangeiras. Além disso, os impostos sobre ganhos estrangeiros inviabilizaram a manutenção destes investimentos no Brasil. A CTNP, cuja atuação abrangeu uma área total de 545 mil alqueires paulistas, foi vendida a banqueiros paulistas, tornando-se a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) (Monbeig, 1984, p. 238-240).

Houve muita concorrência entre as diversas empresas colonizadoras, com muita propaganda destes empreendimentos imobiliários utilizando-se de diversos meios: rádio, cartazes e corretores. Era comum, conforme Monbeig (1984, p. 227 e 237), encontrar em trens paulistas cartazes anunciando as terras do Paraná. Enfim, eram diversos os esforços publicitários. Criar cidades tornou-se um lucrativo negócio:

Nos trens, nos bares, cartazes com slogans enfáticos proclamam belezas e riquezas da nova cidade. Lança-se uma cidade, como se lançaria uma moda, com grandes golpes de propaganda. Os primeiros compradores de terrenos eram comerciantes que tinham sido atraídos. Os que os

⁵⁰ Tomazi (1999) apresenta parte de depoimento de Oswald Nixdorf que trabalhava com a empresa: “[...] consegui uma completa alteração da política de vendas da CTNP. Até agora ela era destinada a vender grandes áreas para fazendeiros, o que naturalmente seria bem mais fácil do que vendas em pequenas. Aleguei que, se fossem as terras da CTNP cobertas com fazendas, a EFSPP [Estrada de Ferro São Paulo – Paraná] nunca daria lucro, teria só carga para São Paulo para escoar as colheitas, porém não carga de volta porque o trabalhador das fazendas nunca teria necessidades. Mas com a venda em lotes pequenos criavam-se povoados com negócios, escolas, hospitais, etc., em outras palavras surgiriam mercados e assim muita carga para a EFSPP de São Paulo para cá e também passageiros” (TOMAZI, 1999, p. 79). Na realidade, o mesmo grupo inglês *Paraná Plantation Ltda.*, controlava tanto a CTNP como a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná.

seguiram vinham em busca de bons negócios. E, por fim, exatamente como se torna popular a moda, depois de adotada por uma minoria, afluem então, para o jovem centro urbano, pessoas de todas as classes sociais e de todas as regiões, novas ou velhas. [...] (MONBEIG, 1984, p. 357).

Neste caso, o espaço produzido não decorre apenas de um resultado indireto da atividade agrícola, visto que a própria atividade de criação e implementação de núcleos urbanos era uma atividade econômica lucrativa.

Foram diversas as estratégias de publicidade. Conforme o referido autor, até mesmo recrutadores percorriam antigas áreas produtoras, anunciando os progressos da urbanização e a valorização das terras. Ademais, exaltava-se a qualidade dos solos, a densidade de estradas, o equipamento das localidades urbanas, a segurança dos títulos de propriedade, além das vantagens financeiras do sistema de pagamento. Foi assim que se produziu a densa rede urbana da região, outro ponto peculiar desta formação socioespacial.

1.3.4 A constituição da rede urbana e as pequenas cidades

A formação de uma rede urbana constituía parte da estratégia da Companhia de Terras Norte do Paraná. De acordo com os planos desta empresa, o espaço deveria estar organizado de maneira que os núcleos urbanos pudessem atender às necessidades de uma densa população rural, já que o loteamento ocorreu em pequenas propriedades e havia intenso uso de mão-de-obra.

A rede urbana baseou-se na instalação de pequenos núcleos a aproximadamente cada quinze quilômetros. Numa distância maior, no máximo cem quilômetros, estariam cidades de porte maior, cujo objetivo era oferecer serviços e produtos de demanda menor (Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama). Tais núcleos ganharam uma localização privilegiada, no denominado ‘espigão’ topográfico da região, junto à ferrovia e à estrada principal (MULLER, 1956, p. 86-87).

Ao todo foram 62 localidades fundadas pela referida companhia. Entretanto, outras 48 localidades tiveram sua fundação atrelada a outras iniciativas nas terras pertencentes à referida empresa. Atualmente são 54 sedes de municípios localizados em áreas que pertenceram à CMNP. Estas informações encontram-se sintetizadas no Quadro 2. As localidades fundadas e atualmente emancipadas estão em *itálico* e aquelas que além de emancipadas prosseguem com população inferior a cinquenta mil habitantes, consideradas como pequenas cidades, estão em *itálico* e **negrito**.

A estas localidades criadas por esta empresa, ou por terceiros em suas terras, somam-se muitas outras no setentrião paranaense. E a rede urbana regional possuía, além daquelas localidades que conseguiram se emancipar (cuja sede é considerada uma cidade para os parâmetros legais brasileiros), uma série de outros núcleos menores: os numerosos *patrimônios*, que em geral contavam com capelas, escolas, estabelecimentos comerciais de secos e molhados - as *vendas*⁵¹. Na realidade, municípios recentemente desmembrados já existiam enquanto distritos, compondo a rede de localidades existentes no âmbito intramunicipal.

Quadro 2 - Localidades fundadas pela CTNP/CMNP ou terceiros em áreas da empresa

Localidades fundadas pela CTNP/CMNP	Localidades fundadas por terceiros em áreas da CTNP/CMNP
<p>Água Boa, <i>Apucarana</i>, Aquidaban, <i>Arapongas</i>, Aricanduva, <i>Astorga</i>, <i>Atalaia</i>, Barão de Lucena, Belém, <i>Bom Sucesso</i>, <i>Cambé</i>, Cambuí, Cedro, <i>Cianorte</i>, <i>Cruzeiro do Sul</i>, <i>Doutor Camargo</i>, <i>Floraí</i>, <i>Flórida</i>, Guadiana, Heimtal, Igaritá, Iguatemi, <i>Inajá</i>, <i>Indianópolis</i>, <i>Itacolomi</i>, Ivaitinga, <i>Jandaia do Sul</i>, <i>Japurá</i>, <i>Jussara</i>, <i>Lobato</i>, Londrina, Lovat, Malu, <i>Mandaguari</i>, Marabá, <i>Marialva</i>, <i>Maringá</i>, Maristela, <i>Marumbi</i>, <i>Nova Esperança</i>, <i>Paissandu</i>, <i>Perobal</i>, Pirapó, <i>Presidente Castelo Branco</i>, <i>Rolândia</i>, <i>Sabáudia</i>, <i>Santo Antonio do Caiuá</i>, <i>São João do Caiuá</i>, <i>São Jorge</i>, São Lourenço, São Manoel, São Pedro, <i>São Tomé</i>, <i>Sarandi</i>, Sumaré, <i>Terra Boa</i>, <i>Tuneiras D'Oeste</i>, <i>Umuarama</i>, <i>Uniflor</i>, Valência, Vidigal e Warta.</p>	<p>Altaneira, <i>Alto Paraná</i>, <i>Ângulo</i>, Aparecida, Aparecida D'Oeste, <i>Califórnia</i>, <i>Cambira</i>, Campinho, Ceboleiro, Colombo, Columbia, Copacabana, Cruzeiro, <i>Floresta</i>, Floriano, Granada, <i>Iguaçu</i>, <i>Itambé</i>, <i>Ivatuba</i>, Jussara do Norte, <i>Kaloré</i>, Km 14, <i>Mandaguçu</i>, Nossa Senhora Aparecida, Nova Bilac, <i>Ourizona</i>, Paraná Real, <i>Paranacity</i>, <i>Paranapoema</i>, Pingüim, <i>Pitangueiras</i>, Pombal, Progresso, Pulinópolis, Regina, Santa Fé, Santa Maria, Santo Antonio, São José, São Louis, São Martinho, <i>São Pedro do Ivaí</i>, São Rafael, Sete de Maio, Suissa, Tupinambá, Vera Cruz e Vitória.</p>

Adaptado de: Carvalho, 2000, p. 69 e 71.

⁵¹ Estudo denominado *Nas Águas de Lobato* (LUPION, 2003) trata especificamente dessas localidades, freqüentemente denominadas com nomes dos rios e córregos locais. A autora expõe sobre a construção do espaço social que representava estas localidades.

Essa rede urbana na região, resultante das estratégias da CMNP, além da disposição dos núcleos, já previa um comportamento espacial das relações sociais interurbanas e campo-cidade, conforme se encontra documentado pela própria empresa (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977, p. 77-78):

A Companhia de Terras Norte do Paraná adotou diretrizes bem definidas. As cidades destinadas a se tomarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcados de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. Tanto nas cidades como nos patrimônios a área urbana apresentaria uma divisão em datas residenciais e comerciais. Ao redor das áreas urbanas se situariam cinturões verdes, isto é, uma faixa dividida em chácaras que pudessem servir para a produção de gêneros alimentícios de consumo local, como aves, ovos, frutas, hortaliças e legumes. A área rural seria cortada de estradas vicinais, abertas de preferência ao longo dos espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte maneira: pequenos lotes de 10, 15 ou 20 alqueires, com frente para a estrada [...] ⁵². Esse pequeno proprietário não agiria como o grande fazendeiro de café, que produzia grandes safras e as comercializava nos grandes centros, diretamente em São Paulo ou em Santos. Ele venderia seu pequeno lote de sacas de café nos patrimônios, aos pequenos maquinistas, que por sua vez comercializavam a sua produção nas cidades maiores, já com representantes das casas exportadoras. Por outro lado, esse pequeno proprietário não gastaria o dinheiro recebido como o grande fazendeiro, nas grandes cidades. Ele o gastaria ali mesmo, no comércio estabelecido nos patrimônios, gerando assim uma distribuição de interesses e uma circulação local de dinheiro que constituíram um salutar fator de progresso local e regional ⁵³.

Deste modo, descreve-se a composição da rede urbana regional e as relações interurbanas previstas para o período da economia cafeeira, demonstrando que o acesso à rede urbana já dependia não só da acessibilidade física, mas também da acessibilidade social.

Conforme Monbeig (1984, p. 337), a fundação das pequenas localidades explicava-se pela necessidade de fornecer à população rural e, especialmente, aos pequenos agricultores os seus ‘quadros’ urbanos. Estas localidades tornaram-se fundamentais. Se outrora o avanço da frente pioneira era marcado por abertura de fazendas, naquele momento ele se caracterizava pela fundação de núcleos urbanos. Enfim, produziu-se, em poucas décadas, uma ampla rede urbana, com diversas localidades centrais nos padrões *christallerianos*. Entre as diversas localidades criadas algumas cresceram, enquanto outras praticamente desapareceram.

⁵² O planejamento dos lotes rurais neste formato segundo a CMNP era vantajosa porque todos tinham acesso à água e à estrada. Entretanto, o uso agrícola das áreas mais elevadas tem implicações ‘ecocidas’, pois os cursos d’água recebiam (e ainda recebem) os dejetos (GONÇALVES, 1999, p. 114).

⁵³ Esse registro do comportamento espacial da sociedade em relação à rede urbana também foi efetuado por Geiger, como segue: “Os pequenos agricultores terão de recorrer ao comércio da cidade mais próxima, não podendo manter relações pessoais com os grandes centros, como faziam os fazendeiros; os pequenos proprietários terão que recorrer a terceiros para o beneficiamento dos produtos agrícolas e a localização destes estabelecimentos de beneficiamento nas cidades representa fator de evolução urbana” (GEIGER, 1963, p. 97).

A acessibilidade física foi parte das preocupações dos agentes hegemônicos propensos a produzir um espaço bem articulado no interior da região e desta com outras áreas, notadamente com as cidades de São Paulo e Paranaguá. Por isso, conforme já se assinalou antes, foram planejadas ferrovias e rodovias que pretendiam amparar uma economia orientada para o comércio, além de proteger os produtores rurais do isolamento. A CMNP envolveu-se na construção de 3.615 quilômetros de estradas (MULLER, 1956, p. 77).

Berry (1971, p. 147) verifica esse mesmo caráter urbano e a necessidade da articulação no Oeste americano “[...] primero, el ferrocarril; luego, las ciudades; y por último, las granjas. De este modo, la colonización es mucho más rápida, y la ciudad imprime su carácter al campo, en lugar de ser el campo el que dé carácter a la ciudad”. Palavras também explicativas da região em análise.

O aspecto inicial das diminutas localidades era composto por uma efêmera paisagem, com residências e estabelecimentos comerciais construídos com madeira. Quando os comerciantes sentiam-se estáveis, edificavam seus estabelecimentos com alvenaria, o que transformava o aspecto da cidade pioneira (MONBEIG, 1984, p. 360-361).

As pequenas cidades possuíam significativa estrutura bancária e comercial (varejista e atacadista). Quase todas dispunham de profissionais da área da saúde (médicos, dentistas e farmacêuticos) para o atendimento da população. Da mesma forma, havia uma estrutura de ensino primário e de ensino extraprimário (ginásio e curso normal). Algumas cidades já contavam, também, com um mínimo de instituições do poder judiciário. Estas atividades conferiam centralidade a estes núcleos urbanos. Conforme Berry (1971, p. 3), embora as cidades possam dever sua existência a determinadas atividades de produção, muitas existem exclusivamente graças a seu papel de centros de mercado. Neste caso, elas agrupavam atividades comerciais e de serviços em local de fácil acessibilidade para os consumidores. Eram esses os conteúdos substanciais das localidades existentes no Noroeste do Paraná. Indubitavelmente eram localidades centrais⁵⁴, dispostas com a regularidade *quase* matemática, prevista nos referenciais e modelos teóricos.

⁵⁴ A clássica teoria dos lugares centrais, baseada em Christaller e Losch e, posteriormente, retomada por Berry, trata da distribuição espacial de atividades comerciais e de serviços pretendendo estruturar uma distribuição adequada a uma população dispersa: “[...] los centros de mercado son una de las causas principales de la aparición de las ciudades [...]” (BERRY, 1971, p. 142).

É notável o fato de que em praticamente todas as pequenas cidades existiam cinemas, alguns com uma capacidade significativa de acomodação de pessoas. Em várias existiam emissoras de rádio e jornais locais impressos, com periodicidade mensal ou quinzenal⁵⁵. Atualmente, a maioria das pequenas cidades da região não possui mais cinemas, por causa da cultura televisiva somada à intensa perda de população. Portanto, além das transformações regionais, mudanças culturais explicam o fato de que hoje, basicamente, só existem cinemas nos centros regionais.

A articulação rodoviária não contava com pavimentação. Várias cidades dispunham de transporte aéreo, com linhas regulares da Viação Aérea São Paulo (Vasp) em Loanda, Lupionópolis, Mandaguari e Nova Esperança; Real Aerovias Brasil em Alto Paraná, Loanda, Mandaguari e Nova Esperança; além da Viação Aérea Rio Grandense (Varig), Cruzeiro e táxis aéreos. Este tipo de transporte era utilizado, em especial, pelas companhias imobiliárias para trazer pessoas interessadas em adquirir terras. No período atual, a rede de transporte aéreo não inclui mais estas pequenas cidades. A explicação para tanto está na articulação rodoviária mais facilitada, mas também no fato de que esta região não está mais em foco no processo de incorporação capitalista. Apenas alguns fazendeiros absenteístas utilizam-se de aviões particulares.

A economia cafeeira baseada num complexo capitalista com múltiplos desdobramentos, e não restrita ao cultivo de um produto no campo, constitui importante fator explicativo da produção do espaço regional. Ademais, a conjuntura econômica que marca a inserção do Estado do Paraná no circuito de produção do café, exigindo novos arranjos produtivos com base em pequenas propriedades e na redução de custos também é fundamental para se compreender a região.

A coerência da escala regional é marcada, ainda, pelo planejamento verificado na produção do espaço decorrente de práticas centradas nas empresas e no Estado. Formou-se um espaço fluido e dinâmico, tendo em vista o padrão técnico disponível no período. Portanto, a região envolvida no trabalho – Noroeste do Paraná – é uma escala cuja produção orientou-se, basicamente, por ações estatais (estímulos do governo paranaense) e por interesses capitalistas (especialmente companhias colonizadoras). Estes fatos oferecem certa unidade escalar de amplitude

⁵⁵ Seguem alguns dados referentes aos cinemas, rádios e jornais existentes no período. Destacam-se os cinemas: Cine Esperança de Nova Esperança, com 1.300 lugares; Cinemas Central, com 600 lugares e o Guarany, com 400, ambos em Sertanópolis; Cine Teatro Brasil de Mandaguaçu, com 572 lugares; Cine Primeiro de Maio de Primeiro de Maio, com 350 lugares; Cine Avenida em São João do Caiuá, com 320 lugares, entre tantos outros. Sobre os rádios, registra-se a Rádio Astorga Broadcasting Limitada; Rádio Sociedade Nova Esperança e outras. Quanto aos jornais: *Jornal de Nova Esperança* e o *Tribuna* de Sertanópolis.

regional. Conceitualmente, é possível compreender as características adquiridas pela referida região como expressão das relações sociais de produção, subordinadas ao capitalismo, decorrentes de uma forma especial de reprodução do capital (OLIVEIRA, 1977).

A produção do espaço regional resultou da articulação efetiva desta escala à dinâmica econômica internacional, com a imposição das prerrogativas do capital ao processo, por meio de seus agentes concretos. Os atributos que criam a coerência da escala regional são adaptações aos interesses e à conjuntura momentânea de acumulação do capital. As peculiaridades na produção do espaço regional demonstram a forma concreta do desenvolvimento do capitalismo neste espaço e a produção das condições com que a sociedade regional enfrenta as simultaneidades do período atual.

Tais peculiaridades destoaram de algumas características da formação econômica brasileira, o que deu origem a uma formação socioespacial diferenciada. O olhar estrangeiro de Kohlhepp (1991) identificou uma estabilidade social nova que se formara no Brasil, baseada em pequenos e médios empreendimentos. Estabilidade tornada rapidamente crepuscular com as transformações regionais.

A despeito das mudanças, permaneceram marcas. A presença das pequenas cidades constitui parte da herança desta formação socioespacial. Produziu-se uma espacialidade que contava com alta densidade demográfica, constituída basicamente por pequenos proprietários e trabalhadores rurais, com muitas localidades centrais para atender as necessidades essenciais desta população. A sustentação econômica para esta espacialidade durou muito pouco com a crise na cafeicultura. O espaço produzido a partir dos interesses do Estado e do capital comprometeu a vida de vários outros agentes produtores do espaço regional, anônimos, sobre os quais recaíram as implicações decorrentes das transformações econômicas na região.

1.4 A rede urbana, as pequenas cidades e as reflexões teórico-conceituais

Tanto Harvey (1982) quanto Santos (1979b) expõem que o espaço é produzido de acordo com um jogo dialético, entre forças de concentração e dispersão geográfica das atividades econômicas. O desenvolvimento geográfico desigual decorre da oposição entre estas forças

simultâneas e contrárias sob o aspecto da configuração espacial que, dependendo dos interesses e possibilidades técnicas momentâneos, tendem a recair sobre a concentração ou dispersão.

As forças de concentração do capital foram impulsionadas, sobretudo, por interesses industriais. Elas produziram a reserva de mão-de-obra nas grandes cidades, condição para manutenção de relações assimétricas de poder e reprodução do capital. A concentração de riquezas ampliou simultânea e contraditoriamente a pobreza.

As forças de dispersão decorrem dos interesses do capitalismo de (re)incorporação de áreas produtivas. A cada momento de adequação tecnológica, as forças de dispersão ganham novos elementos, constituindo períodos técnicos que geram meios geográficos com conteúdos e arranjos diferenciados. As numerosas pequenas cidades brasileiras fazem parte do urbano que se produz com as forças de dispersão que, conforme Santos (1979b), constitui um fenômeno urbano assaz expressivo no país, paralelo aquele mais conhecido das grandes metrópoles.

Inicialmente, as forças de dispersão no Brasil aconteceram com atividades primárias, gerando cidades no interior e rompendo com a ocupação até então, quase exclusiva do litoral. A difusão de processos de *colonização* considerados como urbanos⁵⁶, ou seja, de incorporação de áreas tendo como base de apoio a criação de núcleos urbanos, foi fundamental para o aumento do número de cidades e uma distribuição menos seletiva do processo de urbanização, resultante, no âmbito do capitalismo, do desenvolvimento das mencionadas forças de dispersão.

A manutenção das fronteiras também contribuiu para promover alguma dispersão do fenômeno urbano no território brasileiro. Se, por um lado, afirma-se que o Brasil era desarticulado, não há como negar a existência de energias de coesão, pois o amplo território foi mantido, freqüentemente apoiado em núcleos urbanos. Assim, a rede urbana brasileira resultou das forças de dispersão e concentração, expressando amplamente as formas resultantes dos dois processos.

Sob o aspecto econômico, tanto a dispersão quanto a concentração trazem vantagens e restrições. A aglomeração encontra limites físicos e sociais como o congestionamento de infra-estruturas físicas. Neste caso, a dispersão é vista como atrativa. Mas ela também encontra limites. O

⁵⁶ Esta forma de incorporação do território foi utilizada por espanhóis na América, em realidade, repetindo o que já haviam aprendido antes em campanhas pela reconquista do território na Espanha. O avanço sobre o território ocorria de maneira escalonada criando vilas e cidades, utilizados como 'trampolins' diante do desconhecido. Cumpriam estas localidades funções de repouso e de local onde se redefiniam estratégias para prosseguir (DOMINGUEZ COMPAÑY, 1978, p. 26). O processo ocorrido na região Noroeste do Paraná também é considerado como de *colonização* urbana. O mesmo se repete no Norte do país com a incorporação de áreas à agricultura moderna, baseada na criação de novas cidades.

volume de capital investido em determinados locais, as infra-estruturas sociais que possuem um importante papel na reprodução, tanto do capital como da força de trabalho, conformam restrições à mobilidade do capital. As vantagens e limites fazem com que o capital opere tanto no sentido da concentração como no da dispersão.

Santos (1979b, p. 73) explica o processo de surgimento de pequenas cidades nos países latino-americanos como resultante do processo de modernização tecnológica, com ou sem industrialização. Ele destaca a melhoria no sistema de transportes, fator de viabilização técnica da difusão, bem como o atendimento às novas exigências por parte da população quanto à prestação de serviços públicos, sobretudo de educação, saúde e generalização do consumo, cuja estruturação territorial apóia-se na rede urbana.

Convergem Deffontaines (2004), Santos (1979b) e Corrêa (1999) ao constatarem que a existência de pequenas cidades está relacionada com maior densidade demográfica, decorrente de estrutura fundiária menos concentradora e intensidade de uso da força de trabalho. O estudo de Geiger (1963) reitera essa constatação, fazendo referência a áreas situadas em regiões *novas* (que eram o Norte do Paraná e Oeste paulista), onde estavam médios e pequenos proprietários. As pequenas cidades refletem a evolução demográfica do entorno e estão relacionadas à economia de mercado, ainda que com uma mínima divisão territorial do trabalho.

Embora existam pequenas cidades dispersas por todo o território, a presença das mesmas é maior em áreas com os predicados mencionados, como a região Noroeste do Paraná que reuniu tais atributos.

1.4.1 As referências conceituais

O conceito de pequenas cidades é daqueles de difícil elaboração. As localidades assim denominadas oferecem elementos para se discutir não só o conceito de pequenas cidades como o próprio conceito de cidade, pois nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e a não-cidade. As pequenas cidades são localidades em que tais requisitos se apresentam, ainda que com patamares mínimos.

As dimensões alcançadas pelas grandes cidades fazem parecer irrelevantes e questionáveis as pequenas cidades, enquanto tal. Mas a cidade como fenômeno universal não surge grande. As primeiras cidades eram aglomerações viabilizadas pela produção de excedente alimentar, divisão espacial do trabalho (campo-cidade) e uma estrutura de controle que procurava manter a drenagem de excedentes (SINGER, 1998).

Com o aprofundamento do processo de urbanização, estas condições foram generalizadas e ampliadas. Segundo Singer (1998, p.15), o limite territorial da divisão do trabalho é o tamanho do mercado. E o tamanho do mercado é redefinido pela acessibilidade promovida pelo transporte motorizado, articulando a rede urbana e estabelecendo uma divisão do trabalho no interior da mesma. Há uma disseminação de papéis na rede urbana. Esse desdobramento espacial das atividades amplia as forças produtivas, mas exige um domínio centralizado. É assim que os menores núcleos da rede urbana podem ter seus papéis reduzidos ou modificados. Tanto podem surgir atividades especializadas com um alcance de mercado espacialmente mais amplo, quanto a acessibilidade facilitada a centros urbanos maiores podem reduzir os papéis urbanos das pequenas cidades.

O estudo e a compreensão de pequenas e médias cidades não podem prescindir do entorno espacial, fundamental para compreender a amplitude dos papéis urbanos e a dinâmica regional que realimentam os mesmos. As pequenas cidades e a relação com o campo compõem um primeiro patamar de localidades na rede urbana.

Por outro lado, neste mundo cada vez mais articulado, a realidade urbana deve ser compreendida no seu conjunto e com suas contradições. Ao passo em que se generalizou o processo de urbanização ele foi somando contradições, materializadas de diferentes maneiras. Assim, além do questionamento se são ou não cidades as pequenas aglomerações, interrogações da mesma natureza podem ser feitas quanto às imensas periferias, em geral parte não formal das grandes cidades; os condomínios fechados e o encerramento que eles representam em relação à diversidade social que deveria caracterizar a vida urbana e os loteamentos urbanos dispersos nos entornos metropolitanos. Portanto, são várias as manifestações contraditórias do urbano, sendo as pequenas cidades parte do mesmo processo. Esse questionamento pode ser compreendido pela adoção, ainda que involuntária, de um parâmetro ideal de cidade, que não alcança as expressões concretas do processo. A manutenção do pensamento utópico é outra fonte de indagações sobre as formas e condições humanas da urbanização.

A conceituação das diferentes aglomerações no âmbito da rede urbana é uma tarefa comparativa. A referência a pequenas cidades implica em estabelecer relações com outras. Ao mesmo tempo em que é uma atividade comparativa, deve-se considerar também o caráter variável do fenômeno, pois dimensões que podem caracterizar uma pequena cidade em determinado espaço podem ser consideradas como de cidade média

em outro contexto. Por isso, não é adequado adotar uma tipologia rígida, sendo aconselhável além da flexibilização na classificação, o estabelecimento de áreas comparáveis, ou onde é possível tomar por referência critérios comuns (DESMARAIS, 1984, p. 357).

Para cada área comparável, pode-se buscar um patamar demográfico mínimo para se considerar a existência de uma cidade. Apesar do número de habitantes não ser um elemento seguro para definir a existência de uma cidade, estabelecer um patamar demográfico mínimo serve como ponto de referência, desde que não seja um critério isolado e rígido. Desmarais (1984, p. 356) mostra que, enquanto na França o limite mínimo é de cinco mil habitantes, no Quebec (Canadá) o limite proposto pelo autor é de 2.500 habitantes, em virtude da diferença de densidade demográfica⁵⁷. W. Santos (1989, p. 23) também sugere o limite de 2.500 habitantes, que pareceu ser um número razoável para a região de Campinas por ele estudada.

Definir um número mínimo para a região em estudo exige levantamentos com esta finalidade específica. Pode-se adotar apenas como um indicativo as últimas cifras mencionadas, deixando esta como uma reflexão inconclusa e apenas sinalizada neste trabalho.

Evidentemente, não basta um número, mas uma situação social em que seja possível consumir. Assim, a existência ou não de uma cidade implica não só em uma aglomeração espacial de pessoas, mas no grau de acessibilidade e demanda destas em uma economia de mercado. A divisão do trabalho, a economia de mercado e a capacidade de consumo são indispensáveis nestas análises.

Uma outra maneira de conceituar os menores núcleos da rede urbana abrange uma classificação baseada no alcance de seus papéis, também comparativa, no âmbito do conjunto urbano. Assim, Santos (1979b) propunha o conceito de cidades locais, ao invés de pequenas cidades. Estas cidades são compreendidas juntamente com outros núcleos da rede urbana: cidades regionais, metrópoles incompletas e metrópoles completas. Tal conceituação remete ao conteúdo das atividades existentes nas cidades e que lhes conferem papéis na divisão espacial do trabalho. É um critério qualitativo e mais adequado para definir estas localidades. Tendo por referência Sorre, Santos (1979b) afirma que existe uma cidade quando há 'coalescência' de funções numa aglomeração, isto é, quando há uma divisão do trabalho que garanta o mínimo de complexidade econômica e social.

⁵⁷ De acordo com a bibliografia consultada sobre as pequenas cidades francesas, observa-se a manutenção do limite de cinco mil habitantes para designar uma localidade como pequena cidade (RENARD, 1997, p. 13; LABORIE, 1997, p. 21). Sobre o Canadá, não se encontrou nenhuma referência que permitisse atualizar essa informação.

Se esta complexidade mínima não está presente, de acordo com Santos (1979b, p.70), as localidades são ‘pseudocidades’, ou ‘cidades de subsistência’. São localidades que dependem inteiramente de um só tipo de atividade produtiva. Em geral, de atividades primárias, mas também atividades secundárias, ou terciárias, como as cidades religiosas, universitárias, balneárias, serranas, etc. Ele considera também ‘pseudocidades’ localidades que ficam em zonas de influência industrial, que em geral são cidades-dormitório. Enfim, são pequenas aglomerações que não possuem essa complexidade mínima advinda da divisão social do trabalho. Em suma, não há interdependência funcional suficiente entre atividades.

Nas palavras de Santos, a cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir aos imperativos da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população. Elas devem responder às demandas mínimas da população (Santos, 1979a, p. 70-71).

Esta dimensão mínima pode resultar de um critério demográfico, como o proposto por Desmarais (1984, p. 359), em que uma cidade deve atender às demandas básicas de pelo menos o dobro da população residente na sua área intra-urbana. Ela deixaria de ser considerada pequena, se esta relação fosse de quatro ou cinco vezes superior à tal população. Por isso, uma cidade definida como pequena pelos seus dados demográficos intra-urbanos pode não ser funcionalmente pequena. A definição desta área de influência depende da densidade de núcleos urbanos na região de comparação e do desenvolvimento terciário, como a composição comercial e a animação da cidade. Desta maneira, a área de influência de uma localidade é a medida de sua importância.

São fatores relevantes para atingir o referido limiar: a densidade populacional, com um nível mínimo de renda que deve garantir um patamar mínimo de consumo. Esta situação foi criada na região estudada pela economia cafeeira com a formação do complexo capitalista.

Embora a dimensão dos pequenos centros sugira facilidade no estudo dos mesmos, é preciso cautela, pois há diferenças consideráveis neste patamar da rede urbana. Rochefort (1961) reconheceu essa complexidade e estabeleceu diferenças entre pequenos centros urbanos locais, considerados como aqueles de distribuição de produtos e serviços de uso corrente. Na análise da rede urbana francesa, ele menciona duas

categorias: centros locais de primeira e de segunda ordem. No caso da rede urbana paulista, propôs três categorias: centro local importante (novas 'bocas de sertão' que assumiam importância cada vez maior), centros locais comuns, e pequenos centros locais⁵⁸.

É notável a relevância das atividades terciárias na composição do papel das pequenas cidades. Estudioso destas atividades e da rede urbana, Rochefort (1998) mostra que os papéis urbanos definem-se pelo grau de raridade dos serviços, atrelados ao poder aquisitivo da sociedade local. Mas tais atividades podem ser privadas ou públicas. Assim, ao tratar da rede urbana africana, ele fala de cidades 'enquadrantes': pequenas cidades que pelos equipamentos de saúde e instrução são, antes de tudo, centros de enquadramento administrativo para o campo vizinho (Rochefort, 1998, p. 109; Desmarais, 1984, p. 359).

Outra referência que destaca as atividades terciárias (administrativas, comerciais, escolares, saúde e outras) é a de Charrie, Genty e Laborde (1992). Eles consideram, ainda, como pequenas cidades, localidades que compensam certa fragilidade com a atividade industrial, papel turístico ou função militar.

Na leitura da rede urbana regional, também há que se considerar a complexidade e relevância do setor terciário para compreender as pequenas cidades que dela fazem parte. No período da economia cafeeira, as pequenas cidades da região correspondiam a localidades centrais, ou cidades locais, com níveis diferenciados de conteúdo e, portanto, de centralidade. Reuniam papéis de centros distributivos de serviços, incluindo o beneficiamento e a comercialização da produção agrícola, atendimento de alguns serviços básicos oficiais e não oficiais, diversão, enfim, garantia o acesso ao consumo básico e organizava a produção no município, além de funcionar como centro administrativo, proporcionando o acesso a instituições essenciais. No transcurso da economia cafeeira, os papéis desempenhados pelas cidades locais estavam consoantes com a população dos espaços circundantes. O grau de urbanização da população era bem menor e a dinâmica urbana estava vinculada a atividades econômicas municipais e regionais que lhe asseguravam centralidade, ou seja, ainda que com pequena população intra-urbana, estas localidades possuíam papéis bem definidos.

Eram numerosas localidades centrais, com vários níveis de complexidade. Algumas alcançavam o papel de cidades locais, enquanto outras mantinham um conjunto menor de atividades e centralidade mais reduzida. Há localidades que deixavam e ainda deixam dúvidas se

⁵⁸ Para estes estudos, Rochefort utilizou dados do setor terciário (relação de atividades existentes), somadas à organização da rede de transportes.

alcançam ou não o limiar mínimo necessário de complexidade para serem consideradas efetivamente como cidades. Por isso, em alguns pontos do trabalho, evitou-se designar genericamente as localidades como cidades, utilizando termos como pequenos centros ou núcleos urbanos.

Em síntese, os papéis locais eram compostos por atividades, como as comerciais, prestação de serviços, administrativas e de organização e recebimento da produção que atendiam a uma população bem mais numerosa do que aquela residente na área considerada urbana. Existiam algumas atividades industriais, como mencionado anteriormente. Ademais, essas pequenas localidades possuíam papel extra-econômico já que funcionavam como ponto de encontro e de convergência das relações sociais.

A acessibilidade física restrita do período é fator substancial para compreender os papéis desempenhados por estas localidades. As articulações eram decorrentes da lógica territorial (CAMAGNI, 1993). Mas, esta compreensão só é possível de um olhar atual e que considera as mudanças materiais, assunto a ser retomado no próximo capítulo.

As referências conceituais aqui assinaladas correspondem apenas a um início das reflexões acerca das mesmas. Elas serão retomadas de acordo com o desenvolvimento do trabalho, pois as transformações ocorridas na região modificam significativamente as dinâmicas referentes às pequenas cidades e a relevância e significados das mesmas em cada momento, acrescentando no quarto capítulo reflexões sobre a escala local, mais especificamente sobre o município, dimensão institucional em que estas localidades estão inseridas.

CAPÍTULO 2

TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS, SOCIOESPACIAIS E A REDEFINIÇÃO DA REDE URBANA



“O mundo não é só uma coleção de coisas, é também o arranjo das coisas, tocadas pelos projetos dos que nele habitam. O mundo está e não está pronto. [...]. A celeridade das transformações e a imobilidade, ambas nocivas, situam-se nos extremos. Atuamos na guerra conflagrada entre forças opostas.” (Heráclito)

“A burguesia não pode existir sem revolucionar, constantemente, os instrumentos de produção e, desse modo, as relações de produção e, com elas, todas as relações da sociedade. A conservação dos antigos modos de produção de forma inalterada era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as antigas classes industriais. A revolução constante da produção, os distúrbios ininterruptos de todas as condições sociais, as incertezas e agitações permanentes distinguiram a época burguesa de todas as anteriores. Todas as relações firmes, sólidas, com sua série de preconceitos e opiniões antigas e veneráveis foram varridas, todas as novas tornaram-se antiquadas antes que pudessem ossificar. Tudo o que é sólido derrete-se no ar, tudo o que é sagrado é profanado e os homens são por fim compelidos a enfrentar de modo sensato suas condições reais de vida e suas relações com seus semelhantes.” (Marx)

“Tudo que é sólido derrete-se no ar”. Conhecida frase do manifesto comunista, apropriada para expressar o *concreto pensado* deste capítulo⁵⁹. Consiste em uma forma um pouco conclusiva de iniciar, mas é também uma maneira de chamar a atenção para o ritmo e a natureza das dinâmicas ocorridas. Tão rápida quanto a formação socioespacial foi o processo de transformação da região Noroeste do Paraná, desde a década de 1960.

Estas transformações ocorrem em um mundo cada vez mais articulado. Se a economia cafeeira já havia vinculado a região ao circuito capitalista internacional, os processos subsequentes decorrem de interações mais profundas.

Com a finalidade de sistematizar as idéias deste capítulo, indicam-se dois momentos, ainda que não se reconheçam rupturas entre eles. Um primeiro momento, de intensas transformações, é o da crise da economia cafeeira e o redirecionamento do uso agrícola do solo na região. Mas, processos mais recentes, decorrentes da reestruturação do capitalismo, como a constituição de um novo perfil industrial no Paraná, também apresentam implicações direta ou indiretamente no Noroeste paranaense. São momentos de mudanças socialmente conservadoras e que se somam para a leitura da dinâmica atual das pequenas cidades. São assinaladas também transformações mais universais e que podem ajudar a explicar o processo de redefinição da rede urbana.

⁵⁹ Esta frase tornou-se familiar no âmbito acadêmico com a publicação do livro de Berman (1986): *Tudo que é sólido desmancha no ar*. O autor tem como tema o caráter efêmero que permeia tudo no mundo sob o domínio capitalista e o proveito que se extrai das crises. Interpretação dessa sociedade que possui afinidades com as questões levantadas nessa pesquisa sobre a fugacidade que recai sobre a produção do espaço e/ou seus significados.

Tudo o que parecia sólido na produção do espaço regional converteu-se em incerteza, afetando os que depositaram suas expectativas nos municípios da região e que pretendiam reconhecer nos mesmos seus *lugares*. As bruscas transformações mostraram a instabilidade na produção do espaço e seus resultados para a sociedade. Esta instabilidade decorre, predominantemente, de fatores exteriores à região, já que as ações de maior peso na definição das transformações são exógenas, porém articuladas a ações da elite dominante em diversas escalas no interior do país e da região.

As fontes utilizadas para o desenvolvimento desta parte do trabalho foram levantamentos primários (questionários), secundários (demográfico, estrutura fundiária, investimentos industriais e empregos no Estado do Paraná), além do referencial teórico que subsidia as reflexões. Faz parte desse capítulo uma série de cartogramas, elaborados com base na taxa média de crescimento demográfico anual, por município, de 1960 até 2000. Por meio deles é possível observar a configuração da mesma em cada década, como instantâneos de um processo dinâmico e acelerado.

2.1 A decadência da economia cafeeira na região e outras transformações na agricultura

Esta é, na realidade, uma revisita ao tema, a partir de vários autores (MORO, 1991; KOHLHEPP, 1991, entre outros) e de trabalho anterior (ENDLICH, 1998). Muito já se escreveu sobre a modernização da agricultura na região, fato compreensível, visto que se trata de uma área por ela caracterizada, o que pode ser dimensionado pelo complexo agroindustrial⁶⁰ nela instalado, no qual se destacam as duas maiores cooperativas brasileiras deste segmento, a Cooperativa Agropecuária Mourãense (Coamo) e a Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá (Cocamar). Pelo que representou esse momento para a região e, de forma geral, para o Brasil, ele merece outros tantos estudos e interpretações.

⁶⁰ Müller (1989, p. 45-46) conceitua o complexo agroindustrial como “[...] conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais”.

Como já se demonstrou no primeiro capítulo, a economia cafeeira sempre oscilou muito em decorrência das cotações, definidas pela demanda e concorrência no mercado mundial, como é peculiar do que se difundiu no meio financeiro como *commodities*⁶¹. No final da década de 1960, houve um momento de crise mais prolongado, que associado a outros elementos desencadearam transformações na região, aprofundadas na década de 1970. São transformações complexas tendo em vista os seus desdobramentos e que resultou de uma soma de fatores.

Entre os fatores direcionados pela conjuntura internacional estão os interesses econômicos e geopolíticos americanos, que por meio da ‘revolução verde’, levaram a vários países, cujas economias já se amparavam no modelo agrário-exportador, uma maneira diferente de produzir na agricultura, dependente de corporações econômicas (MORO, 1991; BRUM, 1987). Essa forma de agricultura substituiu sementes comuns por outras desenvolvidas cientificamente, capazes de alcançar altos níveis de produtividade, desde que associada a outros insumos, tais como fertilizantes, defensivos e máquinas agrícolas. Apesar de justificativas baseadas em objetivos humanitários, especificamente relacionados à ampliação da produção de alimentos, a agricultura moderna tem alto custo financeiro que não pode ser suportado por pequenos produtores. Portanto, a modernização da agricultura consiste em uma forma de produzir que acelera os processos naturais para incrementar os resultados, mas é também uma agricultura consumidora, cujos custos de produção convertem-na em uma atividade extremamente seletiva.

O tratamento empresarial da agricultura estimulou o investimento urbano e absenteísta no campo, retirando a forma de sobreviver de muitos ao subtrair-lhes suas pequenas parcelas de terra. Contraditória, mas corriqueiramente, esse tipo de agricultura produz muito, ao mesmo tempo em que inviabiliza o acesso de significativa parte da população ao mínimo necessário para a sobrevivência, pois se tornou parte do processo que contribui com a concentração do poder econômico e fundiário.

Convergentes, as políticas e as pesquisas agropecuárias nacionais apoiaram a erradicação cafeeira, ao passo que incentivavam a produção de oleaginosas, com os custos de produção financiados pelo crédito agrícola. Como resultado, a produção de café no Paraná passou de 1.568.334 toneladas em 1960, para 112.924, em 1970, o que correspondia a menos de 10% da produção. Nas décadas seguintes, ocorreu uma pequena recuperação da economia cafeeira, pois em 1980 a produção foi de 325.850 toneladas e, em 1985, 556.538 toneladas (TRINTIN, 1993, p. 78).

⁶¹ As *commodities* são produtos primários de grande importância econômica (como algodão e soja) no comércio internacional, cujas negociações tem por referência as cotações dos principais mercados – Londres, Nova York e Chicago (SANDRONI, 1994, p. 217).

Esses números expressam a brusca mudança entre 1960 e 1970, mas indicam que o processo ocorrido na região não foi decorrente apenas de uma *crise* da cafeicultura, já que mostram uma parcial recuperação posterior da produção, que é decorrência de outros arranjos e tecnologias produtivas.

De acordo com Moro (1991), os fatores regionais e locais foram circunstanciais e funcionaram como aceleradores do processo de substituição de culturas, tendo em vista as dificuldades dos pequenos agricultores em manter os custos de produção, mediante a oscilação de preços. As lavouras precisavam de renovação e outras foram atingidas por geadas e pragas. Foram esses fatores que numa conjuntura econômica, que já não era positiva, promoveram a desistência momentânea ou definitiva para a maioria dos cafeicultores da região.

A desistência pode ser interpretada como momentânea porque o café ressurgiu, embora com volume de produção muito inferior, nas últimas décadas, especialmente na forma de café adensado ou semi-adensado, com base em inovações tecnológicas que intensificam o uso do solo e aumentam significativamente a produtividade. Um outro modo de retomada da produção cafeeira por parte de produtores paranaenses foi com a mobilidade geográfica para novas áreas produtoras no cerrado brasileiro, onde é produzido em moldes muito diferenciados daqueles com que ocorria no Noroeste do Paraná.

No cenário econômico nacional e regional, a industrialização e a produção de oleaginosas (basicamente soja) fizeram com que o café deixasse de ser a principal referência. Na realidade, esta readaptação econômica, com implicações em todo o Brasil, fez com que as áreas envolvidas se articulassem de forma mais efetiva à economia capitalista. Conformou-se outro arranjo, fundamentado em estabelecimentos agropecuários amplos, coerentes com as prerrogativas da Formação Econômica Brasileira. Então, as particularidades que caracterizaram uma formação socioespacial diferente, como no Noroeste paranaense, foram abrandadas.

Os traços conjunturais que marcaram esse momento, na década de 1970, foram orientados por pensamentos desenvolvimentistas por parte do Estado, expressos nos planos nacionais que tinham como objetivo estimular a incorporação de novas áreas à agricultura moderna e ao circuito econômico capitalista, além de apoiar as adaptações em áreas já abrangidas anteriormente, como é o caso da região estudada. Esse período é conhecido como ‘milagre brasileiro’, tal foi o crescimento econômico ocorrido no país por toda a década de 1970, sob o comando militar.

O Brasil, explicam Becker e Egler (1998, p. 160-170), ingressou na modernidade pela via autoritária, visto que o projeto geopolítico do ‘Brasil-Potência’, elaborado e gerido no âmbito militar, deixou marcas profundas sobre a sociedade e espaços nacionais. A economia brasileira alcançou a posição de oitavo Produto Interno Bruto (PIB) do mundo. Formou-se um parque industrial com elevado grau de complexidade e diversificação, além da agricultura dinâmica e uma extensa rede de serviços que se estendeu pelo país, resultado da articulação de capital e ações de empresas internacionais, de fato um pequeno número delas, que controlam quase todo o comércio internacional deste segmento (*Cargill Inc; Continental Grain Co; Cock Indústrias, Louis Dreyfus, etc.*); a elite dominante nacional e o Estado (MÜLLER, 1989).

Cabe ressaltar, em uníssono com outras avaliações desse processo, que tudo isso ocorreu sem conquistas equivalentes para a sociedade brasileira como um todo, criando um novo patamar de desigualdade. A modernização conservadora gerou uma pobreza específica, associada à modernidade, que se manifesta em áreas urbanas, especialmente em “[...] núcleos urbanos com menos de 20.000 habitantes, onde a população depende tanto de empregos sazonais e temporários na agricultura como de empregos nas cidades.” (BECKER; EGLER, 1998, p. 177-178), bem como em outras áreas urbanas brasileiras.

A produção de café que se estabeleceu no cerrado deve ser compreendida como nova área incorporada à agricultura moderna, baseada em grandes e médios estabelecimentos rurais, compondo grandes empresas agropecuárias, pouco depois das transformações ocorridas no Estado do Paraná. Foram predominantemente propriedades com mais de quinhentos hectares que receberam os créditos subsidiados, em áreas produtoras de café, além de outros produtos de exportação, como a cana-de-açúcar, soja e trigo (PÊSSOA; SILVA, 1999).

O Paraná deixou de ser o principal produtor de café⁶² por causa das dificuldades já mencionadas, aliadas à possibilidade de mecanização do cultivo no Centro Oeste. Naquela área além da redução da utilização de mão-de-obra, obtém-se melhor qualidade em virtude da colheita uniforme no momento mais adequado, caracterizando-se pela produção modernizada, o que representa um novo arranjo produtivo para a

⁶² De acordo com Kohlhepp (1991, p. 82), com a valorização de outras regiões para o cultivo de café, o Paraná caiu para a terceira posição nacional, depois de Minas Gerais e de São Paulo, e é ultrapassado nos anos de geada pelo Espírito Santo. Dados mais recentes da Embrapa mostram o seguinte *ranking*: Minas Gerais (51%), Espírito Santo (22%), São Paulo (12%), Paraná (6%), outros (9%).

cafeicultura brasileira. Aos poucos, o Estado deixou de intervir e o Instituto Brasileiro do Café foi extinto em 1990. São os produtores organizados que comandam atualmente o *negócio* do café (PÉSSOA, SILVA, 1999, p. 276)⁶³.

Mais do que crise da cafeicultura, foi uma crise do arranjo produtivo tal como ele se encontrava no Noroeste do Paraná, baseado em pequenas propriedades, destoando da tendência geral da economia brasileira e incapaz de suportar a oscilação característica do mercado mundial. O processo revela a fragilidade da pequena produção, mediante esse contexto. Por isso, explicar os processos ocorridos na região como decorrentes da inviabilidade da produção de café no Brasil, por causa da concorrência internacional e todos os demais fatores, é uma explicação verdadeira, mas parcial e ocasional. Olhar para fora da região, especificamente para o Centro-Oeste brasileiro referenda tal afirmação.

Explicar as transformações ocorridas no Noroeste do Paraná como decorrência da modernização da agricultura na região, igualmente, trata apenas de modo fragmentado da questão. Não serve para entender toda a região, pois o processo não foi o mesmo para todo o Noroeste. As áreas de solos argilosos passaram por este processo, porém os solos resultantes do arenito Caiuá, de forma geral, tiveram como opção imediata a pecuária extensiva. Observando esta área, na porção mais a noroeste da região, não há como explicar que o café foi retirado por causa da modernização da agricultura. Nessa área, a modernização da agricultura acontece lentamente, com tentativas relacionadas a vários produtos e cultivos (sericicultura, avicultura, fruticultura, etc.), moldando pequenas 'ilhas' em meio à pecuária extensiva. Extensões significativas são utilizadas pelo cultivo da cana-de-açúcar destinada ao processamento industrial de usinas e destilarias, como se detalhará posteriormente. Este é o principal cultivo agrícola de vários municípios, mas não superam as áreas destinadas à pecuária.

Tendo em vista as políticas de erradicação cafeeira e estímulo a oleaginosas, foi relevante o papel da Cocamar em incentivar e apoiar o cultivo de soja (SERRA, 1989). Esta cooperativa, que surgiu para organizar a produção cafeeira, procurou se adaptar ao novo momento econômico e passou a ser uma referência na busca de alternativas para a região, pois disso dependia e depende também o seu crescimento. O cultivo de oleaginosas expandiu-se rapidamente pelas áreas de solos argilosos. Para tanto, foi fundamental, também, o acúmulo de riquezas por parte de alguns produtores agrícolas durante a economia cafeeira, pois foi o que permitiu aderir às novas determinações econômicas.

⁶³ Formou-se, em 1991, um Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (EBP&D), integrado por diversas instituições com o objetivo de dar sustentação tecnológica e econômica ao agronegócio do café no Brasil.

Graças aos esforços do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar) e da referida cooperativa, muito recentemente foram produzidas tecnologias que permitem cultivar oleaginosas, especificamente soja, nos solos arenosos do Noroeste resultantes do Arenito Caiuá⁶⁴, fato que expressa o interesse em implantar atividades agrícolas e industriais produzidas de forma *moderna* em toda a região, compassadas ao processo de acumulação capitalista.

As diferenças naturais existentes no Noroeste do Estado não eram relevantes durante o cultivo do café, embora em algumas áreas os terrenos arenosos se mostrassem rapidamente esgotáveis durante a cafeicultura, o que provocou um ciclo cafeeiro ainda mais curto para determinadas localidades em relação ao restante da região. Entretanto, tais diferenças tornaram-se expressivas com a erradicação de cafeeiros.

A formação socioespacial da região passou por muitas mutações. Quanto a este fato, convergem teoricamente as interpretações de autores como Kohlhepp (1991, p. 79), para quem “O norte do Paraná é provavelmente a região do País em que os problemas estruturais e de desenvolvimento na agropecuária brasileira fazem-se perceber de maneira mais acentuada, sob forma de oscilações cíclicas curtas, e onde suas conseqüências sobre o espaço econômico e social mostram-se de maneira mais evidente.”.

Uma das transformações mais marcantes e que merece destaque nesta análise é a concentração fundiária (Apêndice B). A inadequação do cultivo de oleaginosas em pequenos estabelecimentos rurais e a falta de outras opções viáveis foi promovendo a concentração de terras (Gráfico 2).

⁶⁴ O Iapar em parceria com outras entidades (UEM, Cocamar e outros) desenvolveu um projeto denominado *Arenito nova fronteira*, no qual milhões de hectares, abrangendo 107 municípios, que eram basicamente ocupados por pastagens (mais de 70%), utilizadas na pecuária extensiva e sem práticas de conservação do solo. O estudo cria alternativas técnicas associando lavoura e pecuária, sendo a soja opção preferida para a lavoura, tanto que o projeto ficou mais conhecido como *Soja no arenito*. Resultados desta nova tecnologia vêm sendo divulgados pela mídia, indicando produtividade recorde, inclusive maior do que as áreas de terra roxa, por exemplo: 169, 160, 150 sacas por alqueire (equivalente a 2,4 hectares) (INSTITUTO AGRÔNOMICO DO PARANÁ, 2001).

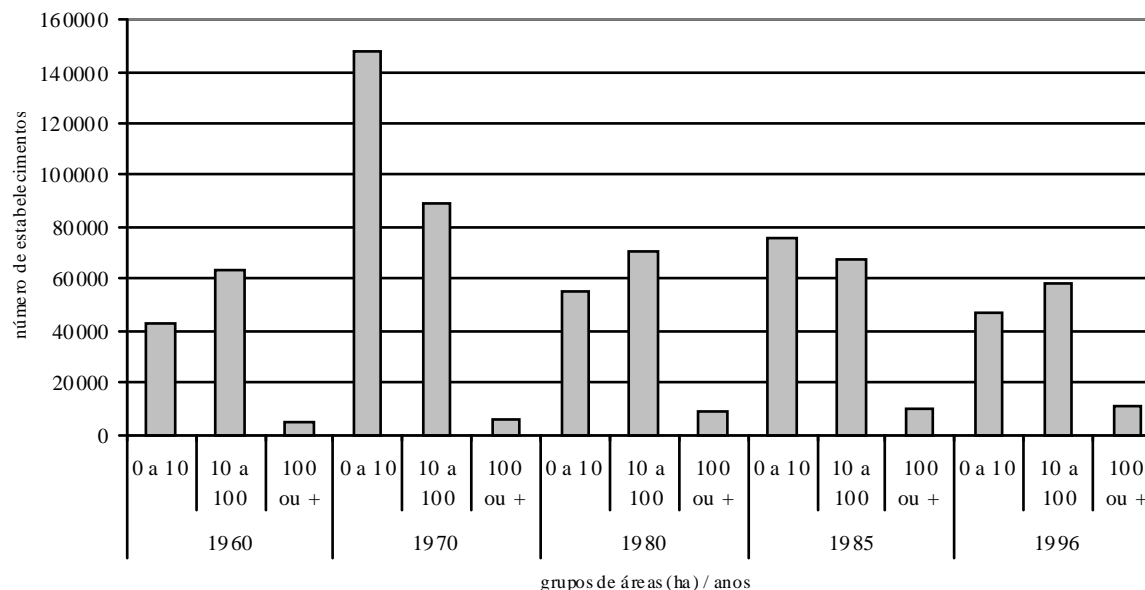


Gráfico 2 - Noroeste do Paraná. Estrutura Fundiária, Número de Estabelecimentos/Grupos de Áreas, 1960-1996

Fonte: Censos agropecuários IBGE.

Os dados da década de 1970 expressam característica que era peculiar à região: grande número de estabelecimentos rurais de pequenas dimensões (até dez hectares). Entretanto, a partir desta década a redução no número destes estabelecimentos foi notável. Observa-se também significativa redução no número de estabelecimentos rurais entre dez e cem hectares, ao passo que aumentaram o número de estabelecimentos com mais de cem hectares. Em números absolutos, desapareceram mais de cem mil estabelecimentos agropecuários com até dez hectares, somados com mais de trinta mil de dez a cem hectares, abarcados pelos maiores, ou estabelecimentos que mediante a incorporação de outras áreas tornaram-se grandes. O número de estabelecimentos agropecuários com mais de cem hectares aumentou em aproximadamente quatro mil unidades. Embora o crescimento desse grupo pareça pequeno, ele envolve áreas muito grandes.

Deve-se destacar para compreender as dinâmicas regionais que, juntamente com a concentração fundiária, aconteceram alterações nas relações de trabalho, freqüentemente baseadas em parcerias agrícolas, bem como em trabalhadores *agregados* aos estabelecimentos rurais que neles trabalhavam e residiam, respondendo pela demanda de trabalho⁶⁵ originada, sobretudo, pelo teor do cultivo do café na região. Muitos trabalhadores foram dispensados e os que permaneceram são, majoritariamente, trabalhadores temporários – os ‘bóias-frias’, personagens forjados pelo processo de modernização da agricultura⁶⁶.

Foi um evento econômico com conseqüências sociais e, por conseguinte, espaciais. Assim, o campo deixou de ser o espaço de moradia de um contingente imenso de pessoas, gerando mudanças na distribuição espacial da população. Expulsos do campo, muitos trabalhadores adotaram a pequena cidade como novo local de moradia. Mas a mobilidade demográfica não ficou restrita ao município e nem mesmo à região, pois além da brusca diminuição da população rural e aumento da população urbana, que mostra a mobilidade para a sede municipal, ou para outras cidades maiores da região, os dados mostram que houve redução demográfica da região como um todo (Gráfico 3).

Mesmo incluindo todos os municípios da região, como aqueles que receberam muita população, casos de Maringá e Londrina, o êxodo demográfico da região foi tão intenso que ainda assim há um declínio da população total ao longo da década de 1970.

⁶⁵ Alguns dados mencionados por entrevistados servem como parâmetros para mensurar essa mudança: “[...] fora nós que trabalhava, eram vinte e nove famílias, hoje tem um, você vê a diferença [...] hoje tem um só” (Urbano Palhari, Colorado); “Eu vi acabar o município. Nos meus cem alqueires, tinha oito famílias, ficou uma só. O resto foi embora [...]” (Vicente Filipack, Terra Rica).

⁶⁶ Sobre a condição desse trabalhador, Penteadó (2000, p. 108) traz o aporte de José de Souza Martins: “[...] na maioria das vezes é o homem que já foi dono do seu trabalho, embora nem sempre dono de sua terra; [...] já foi dono do seu corpo. Agora ele é outra pessoa: o trabalho não lhe pertence, negociado a cada dia nas esquinas escuras de bairros pobres de cidades do interior. Agora é o trabalho mercantilizado que domina e subjuga o seu corpo em nome da usina e da fazenda. [...] na safra, trabalha demais e na entressafra vegeta no subemprego e na miséria”.

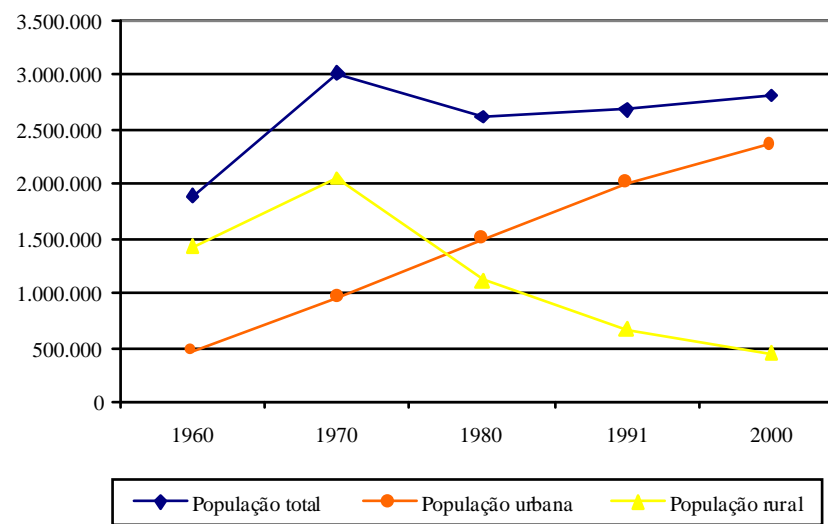


Gráfico 3 - Noroeste do Paraná. Evolução da População Total, Urbana e Rural, 1960-2000
 Fonte: Censos demográficos IBGE

O grupo de migrantes teve destinos variados: o núcleo urbano mais próximo, cidades maiores no Estado do Paraná⁶⁷ e fora dele, ou ainda, áreas onde poderiam continuar como produtores ou trabalhadores agrícolas, como nas regiões Centro Oeste e Norte do Brasil⁶⁸, novas *fronteiras*

⁶⁷ Esmanhoto e Almeida (1989, p. 11-12) associam o crescimento de Curitiba ao processo de modernização do campo ocorrido no Paraná. Segundo eles, Curitiba cresceu demograficamente mais do que as demais cidades brasileiras com o mesmo porte: “A velocidade deste crescimento é dada pelo ritmo de modernização do campo que tem liberado, sobretudo nos últimos vinte anos, enormes contingentes de trabalhadores cuja especialidade é a agricultura não-mecanizada. A cidade reflete a modernização e herda os pobres da terra”. Os autores problematizam a situação adquirida pelos assentamentos humanos a partir deste crescimento demográfico: “Estes novos moradores alojam-se na periferia das cidades. Os loteamentos clandestinos, as áreas ocupadas ilegalmente, os acampamentos, as favelas, brotam da noite para o dia [...]. Estes novos moradores não têm emprego, nem escola, nem assistência médica”.

⁶⁸ Oliveira (1997, p.148-149) escreve sobre este fato, estabelecendo uma relação entre os empreendimentos no Estado de Mato Grosso e a realidade no Sul do Brasil: “O estado de Mato Grosso teve posição privilegiada no processo de ocupação da Amazônia, pois foi contemplado com recursos de praticamente todos os programas

agrícolas. E assim, o Paraná tornou-se o maior exportador brasileiro de mão-de-obra entre 1970 e 1980, por causa dos *efeitos* sociais resultantes da dinâmica econômica (BECKER; EGLER, 1998, p. 177-178) e supostas oportunidades em outras áreas. Conforme Martine (1984, p.80), o fluxo foi comparável ao contingente saído do Nordeste, tradicionalmente conhecido como maior ‘foco’ nacional de emigração.

Com a mobilidade espacial as pessoas deixaram para trás o que conseguiram construir. Municípios com pequenas cidades, a partir de onde o fluxo emigratório foi mais intenso, eram espaços onde estavam estabelecidas conquistas materiais, além de laços afetivos e sociais. Deles se foram muitos levando apenas a esperança de conseguir vender sua força de trabalho em outro local, pois em tal contexto, o migrante é, sobretudo, um trabalhador (MARTINS, 1973, p. 22)⁶⁹.

Deve-se observar que a mobilidade geográfica para fora da região, especificamente para aquelas que foram consideradas *as novas fronteiras agrícolas* brasileiras, concretizam na toponímia das novas cidades manifestações de afeto em relação ao espaço de origem (Colorado do Oeste em Rondônia, Nova Ubiratã e Nova Maringá em Mato Grosso, entre outros, cuja denominação começa com nova ou novo) ou expressões da expectativa de um futuro de sucesso⁷⁰. Os nomes atribuídos aos espaços podem ser compreendidos como objeto de discursos, que expressam a apropriação simbólica ou real dos mesmos (CLAVAL, 1999).

Quanto às mudanças demográficas no interior da região, deve-se assinalar que a maioria dos proprietários agrícolas também passou a residir nas cidades. O estabelecimento agropecuário, de modo geral, é agora considerado como uma empresa, ou, ao menos, como o local de

governamentais. Por isto, constitui-se em área preferencial para a implantação de projetos de colonização privada do país. Calcula-se que mais de 90% dos projetos particulares de colonização estejam no estado. Mas onde foram estes empresários dos projetos de colonização privada buscar ‘clientes’ para comprarem terras no norte mato-grossense? A resposta: no Centro-Sul do Brasil, onde as transformações nas relações de produção, via ‘modernização’ da agricultura, abria a necessidade histórica de novo processo migratório para os filhos de camponeses destas regiões. Os dados sobre migração interna mostram que 57% dos migrantes da década de 70 que foram para o Mato Grosso, eram provenientes do Centro-Sul do país, especialmente do Paraná que contribuiu com mais de 21% deste contingente (97.000 pessoas).”

⁶⁹ Pesquisa realizada por Antico (1997) confirma que os principais motivos da imigração são relativos ao trabalho, ainda que as dinâmicas sejam mais complexas, pois atualmente os fluxos migratórios possuem direções múltiplas, bem como o diferenciado perfil do imigrante. Beaujeu-Garnier (1971, p. 248-249) também já mostrava que a principal causa da migração é a pobreza e a busca pela sobrevivência.

⁷⁰ Silva Filho (1995) escreve sobre este tema, tomando por referência o Estado de Rondônia, explicando que a toponímia pode decorrer de vários fatores, dentre os quais a saudade da terra natal, pois muitas pequenas localidades correspondem a homenagens dos migrantes às suas cidades de origem. Muitas tiveram que mudar o nome quando passaram pelo processo de emancipação, já que a lei proíbe dois municípios com o mesmo nome, como foi o caso de Nova Esperança que se tornou Corumbiara e União da Vitória atual Castanheiras, entre outros. A maioria dos exemplos que o autor cita é de localidades que tinham o mesmo topônimo de municípios paranaenses. Ele tinha como objetivo fazer esse registro, mas também lamentar que os migrantes precisam aprender a amar a terra adotiva e usar seus elementos característicos nos topônimos.

trabalho. Poucos permaneceram residindo no campo. Portanto, houve uma completa inversão do local de residência na região e a população que se aglomera nas pequenas cidades compõem parte significativa da população urbana brasileira (SOARES, 2003, p. 78). É certo que houve tal inversão, assim como o fato de que a população decorrente desse processo está distribuída nos diferentes tipos de cidades, configurando as múltiplas faces que adquiriu o urbano brasileiro.

A concentração fundiária, a mecanização e, em consequência, o uso menos intensivo do *trabalho vivo*, de maneira geral, resultaram em menor densidade demográfica, que juntamente com o absenteísmo entre outros desdobramentos das modificações, alteraram o sentido dos pequenos centros urbanos na região. Com preocupações semelhantes, Kohlhepp (1991, p. 92) ressalta o rápido processo de modernização, quase sem igual na América Latina que, ao provocar a concentração fundiária e o desemprego, desencadearam a diminuição da população regional e, conseqüentemente, o enfraquecimento de pequenos centros urbanos, ao passo que alguns centros regionais foram impulsionados.

Aqueles predicados destacados no primeiro capítulo como parte da formação socioespacial da região, que justificavam a existência numerosa de pequenas cidades, estão bastante alterados. Com isso, os papéis e a dinâmica dessas localidades modificaram-se substancialmente. A redefinição da rede urbana e, em especial, dos papéis das pequenas cidades, fazem parte de um arranjo demograficamente menos absorvedor, na medida que cria condições para a produção de riquezas, mas inviabiliza a produção da sobrevivência para o restante da sociedade.

Um novo patamar de dinamismo instala-se na região com a agricultura moderna e os interesses industriais que permeiam a mesma dinâmica. Por isso, formou-se uma nova materialidade no território, desde a década de 1970, mediante incorporação e densificação de redes de energia elétrica, telefonia e rodovias na região (ENDLICH, 1998).

O processo de modernização na região foi se aprofundando e, atualmente, identificam-se dois padrões de relacionamento agropecuário com a indústria. No primeiro, a produção agropecuária precede a indústria e estimula a sua instalação. No segundo padrão, o planejamento da implantação da indústria precede a da atividade agrícola e/ou pecuária, ou seja, a instalação de uma indústria induz a produção de determinados cultivos e criações, nas dimensões e atributos exigidos pela mesma, em um processo de relacionamento entre a indústria e os produtores denominado de *produção associada* (ASSUMPCÃO, 1993). Na realidade, esse processo mostra o crescente peso dos interesses e, por conseguinte, das decisões e dos ritmos industriais, sobre a atividade agropecuária.

Tomando por referência a região em questão, observa-se claramente que o processo de modernização agrícola deve ser considerado de forma ampla, como parte de uma lógica industrial, com implicações em todo o território brasileiro. Para compreender esse processo, é preciso considerar a industrialização não em seu sentido restrito (criação de atividades industriais em determinados locais), mas como uma lógica em que há um complexo processo social, abarcando a composição de um mercado nacional, a criação de infra-estruturas no território tendo em vista sua integração e a ampliação das formas e volumes de consumo (SANTOS, 1996b).

Os espaços destinados a atividades agrícolas modernas estão não só funcionalmente ligados aos demais setores econômicos, como estão integrados à dinâmica do capital industrial e financeiro. Foram os preços atrativos no mercado mundial que provocaram o avanço territorial cada vez maior da soja, produto quase que exclusivamente voltado para exportação, pois a alimentação brasileira incorporou muito pouco do mesmo, após vários anos de cultivo. Os interesses industriais permeiam as atividades agrícolas modernas por meio do processamento da sua produção, mas também pelo uso de máquinas e insumos. Se a industrialização do campo foi parcial, sem dúvida suas determinações foram gerais, notadamente no que se refere aos seus resultados sociais, lembra convenientemente Müller (1989, p. 57 e 76).

Se esta lógica ocorre num mundo mais interativo, tais intercâmbios, longe de significar homogeneidade, estão pautados pela desigualdade, sendo o alcance das decisões dos agentes regionais bastante limitado, uma vez que, no que se refere à agricultura moderna, por exemplo, a pauta referente ao que, de que modo, com que qualidade produzir e, sobretudo, a que preço, são decisões orientadas por bolsas de valores (Chicago, Londres e Nova York) que, conforme mencionado anteriormente, definem o mercado mundial. Em uma região agroindustrial como o Noroeste do Paraná, observam-se cotidianamente os efeitos dessa lógica e as dificuldades de sobrevivência das atividades, especialmente dos pequenos e persistentes produtores.

O que pode acontecer a uma área agrícola, que mediante esses processos, seja esvaziada do seu conteúdo econômico? O que poderá acontecer às áreas de agricultura globalizada no caso de mudança na conjuntura internacional? E como, questionava Santos (2001, p. 93), diante de tal mudança, poderão reagir a região, as unidades federativas e a nação? Áreas tão especializadas, quanto aquelas entregues à monocultura em grandes domínios geográficos e a tantos comandos exteriores, estão muito vulneráveis a dinâmicas alheias. Esse modelo agrícola *produtivista*

voltado à exportação deixa a sociedade e o espaço reféns de interesses exógenos. Nesse contexto, podem pouco até mesmo os *donos* locais do poder.

Mas há outra história construída concomitantemente ao aprofundamento das relações capitalistas na região. É a história da resistência e da contestação, pertinentemente lembrada pelos que estudam a formação e a atuação dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, cujas primeiras mobilizações, não por acaso, ocorreram na década de 1970, tendo sido constituído oficialmente no Paraná, no ano de 1984, na cidade de Cascavel. Estes movimentos registram no espaço um processo de luta (GONÇALVES, 2004), materialmente concretizado nas crescentes unidades de acampamentos e assentamentos, que desafiam os interesses fundiários que querem o campo demograficamente esvaziado.

Essa história paralela e alternativa àquela escrita pelo poder mostra que a sociedade é mais do que procura fazer dela o capitalismo. A textualidade do espaço não tem nos detentores do capital os únicos autores (SOJA, 1993), pois os demais agentes também deixam suas marcas na produção do espaço. É no embate cotidiano entre os agentes que resulta o espaço geográfico concreto, bem como as possibilidades que se criam no mesmo.

Retomando a questão da dinâmica da rede urbana e das pequenas cidades, cabe recordar que, no período do complexo cafeeiro, os pequenos núcleos funcionavam como localidades centrais, no sentido de suprir as necessidades básicas da população do entorno, além de realizar alguns processos industriais de beneficiamento de produtos agrícolas, conforme o que se expôs no primeiro capítulo. Atualmente, surgem outros papéis urbanos que convivem e são justapostos àqueles da rede urbana original.

A agricultura moderna é consumidora de serviços e produtos. Na perspectiva do funcionamento da rede urbana, isto trouxe novos papéis para as cidades, pelo crescimento de atividades demandadas e supridas pelos estabelecimentos comerciais e de serviços.

É certo que a formação do complexo agroindustrial trouxe marcantes implicações na rede urbana de maneira geral, mas estas não são simétricas e manifestam-se de forma territorialmente bastante diversa. Os resultados são diferentes de acordo com a dinâmica econômica: ora apenas de produção agrícola, ou abarcando atividades de processamento industrial, além de algumas poucas que adicionam ao complexo econômico unidades industriais de máquinas, equipamentos e insumos diversos, como constata Elias (1996) em cidades da região de Ribeirão

Preto. Especialmente quando isso ocorre, os números ganham expressões superlativas, tanto no que se refere aos dados da economia como da população.

Enquanto o processo de modernização da agricultura nas novas fronteiras agrícolas do Brasil implicou no surgimento de cidades novas ou adaptação das já existentes⁷¹, cujas médias anuais de crescimento demográfico são surpreendentes⁷², na região estudada a densa rede pré-existente e baseada em pequenas cidades foi atingida de forma diferente pelas novas dinâmicas. É que, embora a agricultura moderna exija maior quantidade e variedade de produtos e serviços, a rede de cidades da região, com maior densidade de localidades, estava adaptada aos padrões anteriores da formação socioespacial.

A centralidade daqueles diversos pequenos centros urbanos tem se reduzido a partir do processo de modernização da agricultura por causa da marcante saída da população do campo e das pequenas cidades. Alguns destes pequenos centros conseguiram, por meio da refuncionalização, uma nova qualidade de inserção na rede urbana (FRESCA, 2000; CORRÊA, 1999).

Outros municípios conseguem manter uma dinâmica demográfica de crescimento pelo tipo de uso do solo rural e pela configuração da estrutura fundiária. Em alguns casos, com áreas menores e uso intenso de trabalho, obtêm-se um retorno financeiro suficiente para que os produtores possam se manter. Nesses municípios, há uma maior densidade demográfica, o que tende a fortalecer a centralidade do pequeno núcleo urbano.

O consumo demandado pela agricultura moderna, designado por Santos (1996b) de ‘consumo produtivo rural’ caracteriza-se por um conjunto de bens e serviços destinados à produção de novos bens e serviços. Resulta da produção para nela inserir-se novamente. O consumo

⁷¹ Estudo de Melo (2003) cita tanto o incremento de cidades em Goiás, como mostra com detalhes o processo de transformação vivido por Jataí por causa da modernização da agricultura que a converteu basicamente numa *cidade econômica*, pelas exigências das novas dinâmicas, que trouxe também novos personagens e grupos sociais (gaúchos ou sulistas, na maioria produtores de soja), compondo com isso outra feição cultural.

⁷² É fundamental observar, entretanto, como esta oscilação entre altíssimas taxas de crescimento e declínio demográfico tornou-se comum em áreas de fronteiras agrícolas brasileiras, como explica Martine (1984, p. 81-82): “[...] a fronteira agrícola constitui, nas circunstâncias atuais, uma alternativa muito parcial e de duração reduzida para a absorção de mão-de-obra”. É cada vez mais curto o ciclo entre o momento de incorporação da área e de atração de migrantes e posterior processo de retração dos índices e, por fim, expulsão dos mesmos. Se no Paraná esse ciclo foi de aproximadamente trinta anos, na Amazônia o autor menciona metade desse tempo. É a persistência dos grandes interesses fundiários no Brasil forçando a desapropriação dos pequenos proprietários e descartando o trabalho que antes fora fundamental, mostrando enfim que as fronteiras agrícolas brasileiras mantêm-se fechadas para a pequena produção.

destinado a atividades produtivas é diferente daquele voltado a atender aos imperativos cotidianos de sobrevivência, que se esgota em si mesmo, ou com objetivos mais imediatos.

As atividades que atendem ao consumo corriqueiro e comum não alteram a rede urbana, ou seja, independente da localidade em que estão situadas no território, freqüentemente reproduzem as mesmas características. Já o consumo produtivo, à medida que está vinculado a atividades econômicas decorrentes de uma divisão territorial do trabalho que, por sua vez, representa o aproveitamento das especificidades de cada espaço, tende a ser tão diferenciado quanto diferem as dinâmicas produtivas, tanto no que se refere à pauta da produção, quanto às técnicas utilizadas. Por isso, Santos (1996b) considerou que esse tipo de consumo traz elementos diferentes para a composição da rede urbana.

Esse aspecto qualitativamente diferenciado na rede urbana regional está situado, amiúde, nos centros maiores. Estudo realizado sobre Maringá e a rede urbana regional, tendo como referência econômica e de interação espacial as atividades relativas ao consumo produtivo rural, confirmaram que a modernização da agricultura provocou um reforço dos papéis desta cidade. Isso pode ser percebido basicamente por duas informações. A primeira é que o conjunto de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços existentes é muito superior à demanda de seu entorno municipal, o que evidencia que elas possuem um papel que claramente extrapola esses limites. A segunda, que reitera a primeira, refere-se à procedência dos consumidores e clientes, provenientes de toda a região e até mesmo de outras áreas do território paranaense e brasileiro. Embora quase todas as cidades da região possuam algum estabelecimento voltado ao atendimento do consumo produtivo rural, eles estão polarizados em alguns núcleos urbanos regionais, promovendo relações interurbanas cuja área de influência não tem limites rígidos e não se definem exclusivamente no plano da contigüidade territorial (ENDLICH, 1998).

No caso da região Noroeste, o planejamento já reservara para algumas localidades como Maringá, papéis hierarquicamente superiores e de amplitude regional. Com as mutações mencionadas, esses papéis foram reforçados, ou seja, os núcleos maiores da região puderam consolidar-

se. A redução de centralidade dos numerosos pequenos centros urbanos traz dúvida quanto aos papéis dessas localidades no período atual. Haverá uma nova leva de ‘cidades mortas’⁷³?

Os processos que se instalaram na região abalaram as atividades desempenhadas nas pequenas cidades e na rede urbana como um todo. São dinâmicas que podem ser acompanhadas por meio dos cartogramas que representam as taxas médias anuais de crescimento demográfico dos municípios da região Noroeste (Apêndice A).

O cartograma 3, referente ao período 1960-1970, sintetiza uma década em os indicadores relativos a algumas áreas ainda seguiam o impulso de formação da região, com os qualificativos assinalados anteriormente, ao passo que outras áreas começavam a sentir a crise, retratando a celeridade e a instabilidade dos processos nela ocorridos. Tal cartograma só pode se explicar a partir dessa dinâmica.

Em todos os períodos analisados, o comportamento demográfico apresenta-se de maneira bastante diferenciada entre os municípios da região, mas especialmente entre os anos de 1960 essa diferença é acentuada. A erradicação se inicia entre os rios Tibagi e Ivaí. Enquanto algumas áreas passavam por este processo, em outras ocorriam novos plantios (KOHLHEPP, 1991, p. 80). Por meio do cartograma é possível identificar tal dinâmica com as áreas que já perdiam população, enquanto outras apresentavam intenso crescimento, ainda com desmembramento político-administrativo mais restrito. Outra explicação para esse fato estava nos preços mais baixos para a aquisição de terras em municípios que estavam surgindo no interior do Paraná.

Observa-se, então, que a área administrativamente mais recortada⁷⁴, com estruturação municipal próxima da atual é também onde já estavam as taxas de decréscimo demográfico, anunciando uma tendência que se disseminaria pela região na década seguinte. Dos 66 municípios existentes, 38 apresentavam declínio de população. Já a porção sudoeste passava ainda pelo impulso da colonização. Enfim, o referido cartograma é muito expressivo no que se refere à rapidez e à intensidade das transformações que atingiram a região.

⁷³ Termo utilizado por Monteiro Lobato para expor a realidade de cidades do interior paulista, no final da primeira metade do século XX, por causa da crise cafeeira. Conforme escreve Lobato, nestas cidades a referência temporal é o passado. "Ali tudo foi, nada é. Não se conjugam verbos no presente. Tudo é pretérito. Um tanto de cidades moribundas arrastam um viver decrépito, gasto em chorar na mesquinhez de hoje as saudosas grandezas de dantes." (LOBATO, 1995, p. 21).

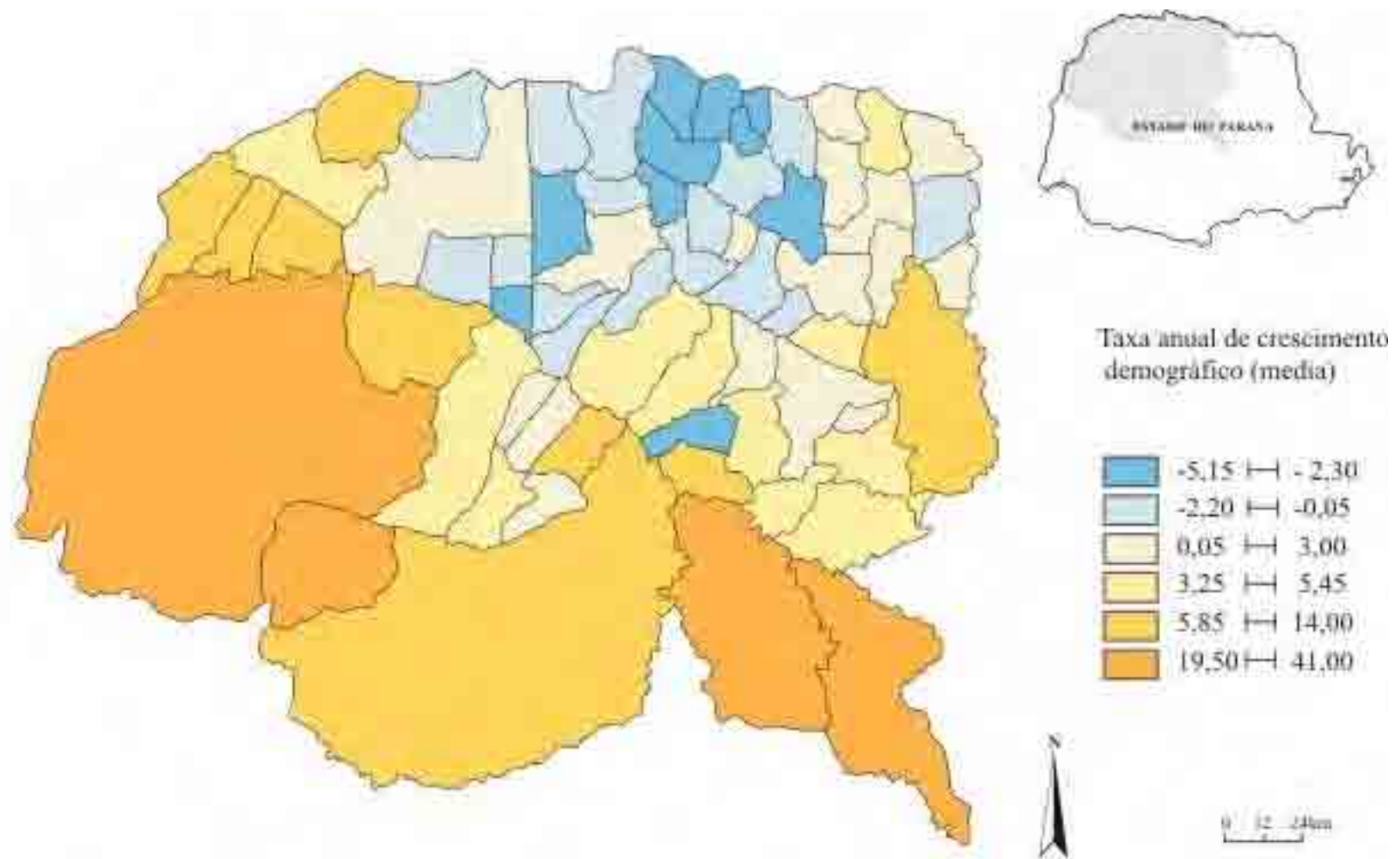
⁷⁴ Os diversos desmembramentos trouxeram dificuldades na representação das taxas de crescimento, tendo em vista que os municípios existentes no início de uma década não correspondiam, territorialmente, aqueles do final da mesma. Os cuidados para que as perdas correspondentes a determinado município não se misturassem à dinâmica de desmembramento estão descritos no apêndice metodológico.

Esta é, sem dúvida, das quatro décadas analisadas, a que apresenta amplitude maior entre as taxas médias anuais de crescimento demográfico, oscilando entre -5,15% a 41%. Os municípios que apresentaram maior taxa de crescimento foram Goioerê, Campo Mourão, Manoel Ribas e Cândido de Abreu, naquele período com taxas superiores as de Maringá e Londrina, maiores cidades da região. As maiores perdas ocorreram nos municípios de Santo Inácio, Itaguajé, Colorado, Lupionópolis, entre outros, localizados próximos à fronteira paulista, em áreas incorporadas anteriormente pela economia cafeeira.

Entre o primeiro e o segundo período analisado, pode se observar a diferença na divisão político-administrativa que passou a contar com mais municípios. O cartograma 4, que representa as dinâmicas demográficas entre os anos de 1970 e 1980, expressa as implicações demográficas das mencionadas mudanças na agricultura, pois com exceção dos centros regionais e uns poucos municípios, todos os demais tiveram perda demográfica. Foi o período do êxodo rural, mas também da migração intermunicipal, em especial para as cidades regionais maiores e para fora da região. É preciso ter em conta que a mobilidade rural-urbana não ocorreu apenas no âmbito municipal, como já detectara Capel (1971, p. 94) ao analisar processo idêntico de diminuição demográfica em pequenas localidades espanholas. Portanto, a inversão do local de residência ocorrida de modo geral no Brasil, de espaços considerados rurais para espaços urbanos, não ocorreu no âmbito dos limites municipais, mas abarcou fluxos intermunicipais, regionais e nacionais.

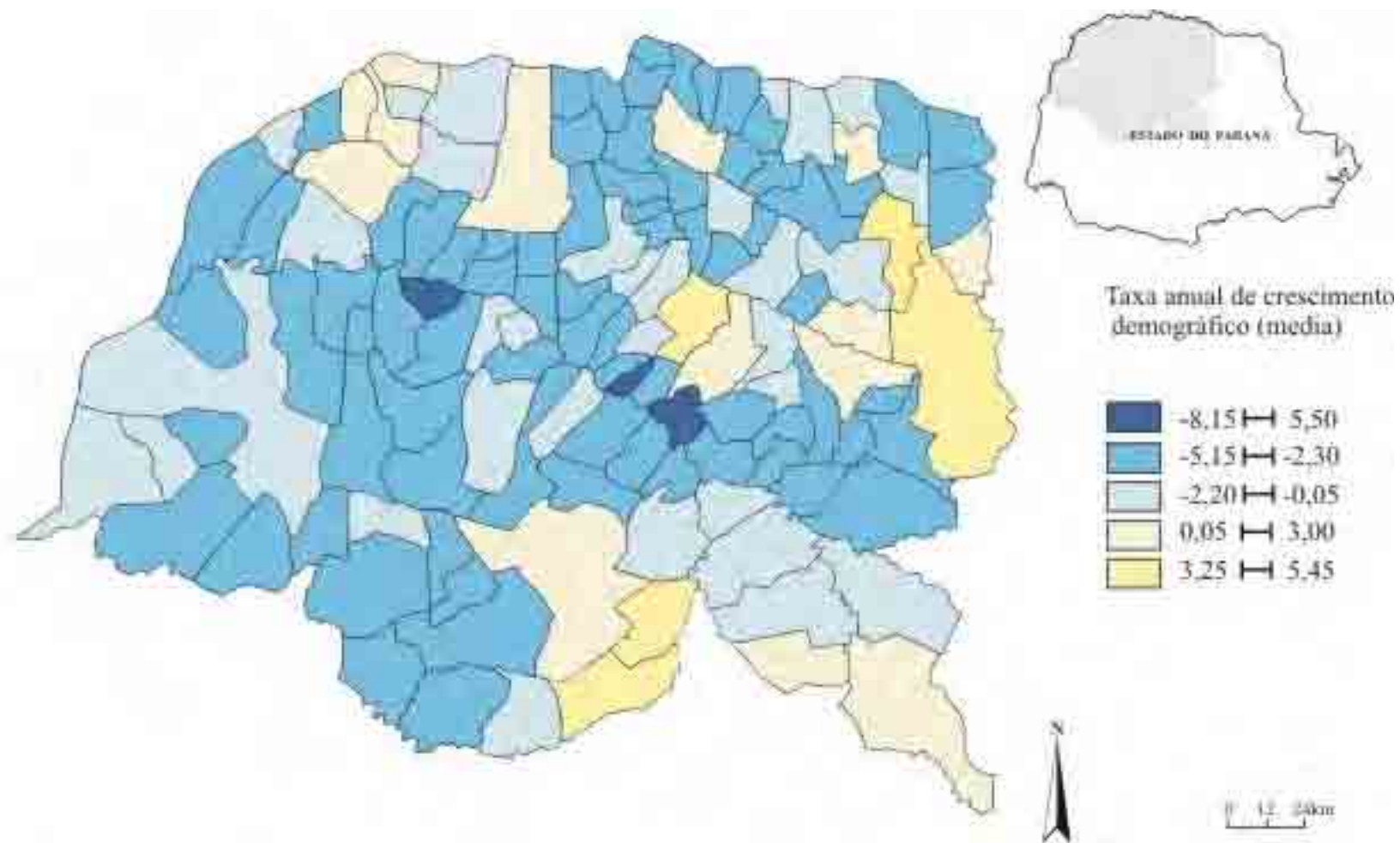
Este foi, portanto, o período em que apareceu maior número de municípios com declínio, além de índices mais altos de redução demográfica. Dos 131 municípios existentes naquele momento, 113 decresceram demograficamente. As cifras positivas são mantidas somente entre as cidades maiores, exceto o caso de Roncador e Iretama, que ainda mantinham resquícios do ritmo de ocupação, numa região que já se encontrava em profunda crise. As taxas mais altas de decréscimo são dos municípios de Itambé, Ivatuba e Guaporema, porém os índices de declínio foram altos de forma geral.

Como se vê, nesse momento perderam população os municípios localizados por toda a região, tanto aqueles localizados em áreas de arenito como em áreas de basalto, ou seja, o processo não se explica por características naturais. A ressalva que pode ser feita é que os municípios próximos a Londrina e Maringá apresentaram taxas amainadas de declínio. O mesmo ocorreu com áreas que passaram pelo processo de ocupação mais recente, além de mais alguns casos isolados.



Cartograma 3 - Noroeste do Paraná. Taxas de crescimento demográfico, 1960-1970

Fome: IBGE, Censos demográficos - 1960 e 1970.



Cartograma 4 - Noroeste do Paraná. Taxas de crescimento demográfico, 1970-1980.

Fonte: IBGE, Censos demográficos - 1970 e 1980.

A amplitude das taxas é bem menor, de -8,15% a 5,45%. Foram necessários mais intervalos com dados negativos para representar a dinâmica desse período, e os percentuais negativos tornaram-se mais altos, enquanto os positivos foram bastante baixos e frequentemente nem correspondiam à taxa de crescimento vegetativo.

Assim como o capitalismo caracteriza-se por constantes reestruturações, os espaços que servem, ou que são produzidos em um momento desse modo de produção, poderão não servir mais em um outro período. Portanto, modificam-se os papéis desempenhados por diferentes regiões e cidades de diversos portes. No caso da área em estudo, as pequenas cidades tornaram-se espaços com papéis aparentemente restritos ao funcionamento da economia em uma região que se estrutura, atualmente, em propriedades agrícolas maiores e na utilização de técnicas que, em geral, exigem quantidade reduzida de mão-de-obra. O esvaziamento populacional rural levou aqueles numerosos pequenos núcleos urbanos à diminuição de seus papéis como localidades centrais.

2.2 Mundialização da economia, reestruturação do capitalismo e algumas implicações no Paraná e na região

Nas últimas décadas, há um processo de efervescência que não é exclusivo da região, mas que direta ou indiretamente a atinge. Sistematizar o que ocorre de novo tem sido um desafio no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, gerando muitas, freqüentes e fundamentais inquietações. Neste trabalho, as menções aos processos amplos de mudanças vivenciados no momento são condizentes apenas com o mínimo necessário para o entendimento da sua problemática.

O mundo está cada vez mais inter-relacionado, comandado por dinâmicas econômicas, articulando e construindo um espaço único para o capital, mesmo em meio a múltiplos territórios. Esse momento cuja materialidade geográfica permite designá-lo de período do meio técnico-

científico-informacional⁷⁵ (SANTOS, 1996a) caracteriza-se por maior inter-relação, intensificação e aceleração dos fluxos em escala planetária e sem paralelo histórico, cujas origens exigem um retrocesso cronologicamente distante do momento atual⁷⁶.

No âmbito do modo capitalista de produção, marcado por inédita dinamicidade, foram produzidas as atuais articulações. Nesse sentido, Ianni (1997, p. 45) procura datar esse processo, considerando que após a II Guerra Mundial o capitalismo retomou sua expansão e “[...] muitos começaram a reconhecer que o mundo estava se tornando o cenário de um vasto processo de internacionalização do capital. Algo jamais visto anteriormente em escala semelhante, por sua intensidade e generalidade”.

A complexidade e a novidade implícita em tais eventos trazem dificuldades no que se refere à definição dos termos para designá-los. Em meio à obscuridade, assinala Hobsbawm (1995, p.282 e 284) “[...] as pessoas tateiam em busca de palavras para dar nome ao desconhecido, mesmo quando não podem defini-lo nem entendê-lo”. É como se, encontrando um nome, o processo tivesse sido apreendido, quando as metamorfoses são tão visíveis, que segundo o mesmo autor, bastam um par de olhos abertos. São processos facilmente perceptíveis, mas de difícil sistematização. O uso de metáforas, como ‘aldeia global’, igualmente se justifica por tal dificuldade em lidar com essa realidade fugidia ao horizonte das Ciências Sociais (IANNI, 1997).

⁷⁵ Conforme Santos (1996a, p. 187) o meio técnico-científico-informacional é “[...] o meio geográfico atual, onde os objetos mais proeminentes são elaborados a partir dos mandamentos da ciência e se servem de uma técnica informacional da qual lhes vem o alto coeficiente de intencionalidade com que servem às diversas modalidades e às diversidades etapas da produção.”.

⁷⁶ Ainda que as revoluções burguesas tenham constituído os Estados Nacionais, o modo de produção capitalista nunca se limitou às fronteiras territoriais dos mesmos. Assim, as *Companhias das Índias* (as mais conhecidas eram a inglesa *East Índia Company* e a holandesa *Vereenigde Oost – Indische Compagnie*) podem ser consideradas as primeiras multinacionais (DEAN, 1983). Entretanto, mesmo em modos de produção pré-capitalistas, a humanidade já experimentara um mundo bastante integrado e com significativa divisão espacial do trabalho, como a rede urbana das cidades romanas. Singer (1998) exemplifica esse fato afirmando que çaçarolas de bronze feitas em Cápua (cidade do Império Romano localizada na atual Itália) e cerâmica manufaturada foram encontradas em diversos pontos do continente europeu e asiático. O processo de articulação mundial decorre da capacidade de concentração de capital em grandes grupos econômicos e do alcance espacial dos mesmos. Como explica Dean (1983, p. 43-47 e 71), a primeira multinacional americana foi a *Singer Sewing Company*, que se instalou na Escócia em 1868, e já possuía escritórios comerciais pelo mundo (como o do Rio de Janeiro aberto em 1858). Outras multinacionais surgem no final do século XIX, nos ramos de máquinas agrícolas, equipamentos topográficos, elevadores, caixas registradoras, armas e fechaduras. Desde então, houve a emergência de organizações maiores e de grande poder de imposição e foi nos países latino-americanos, conforme o mesmo autor, onde houve a maior penetração de grupos americanos, que neles atuaram sem obstáculos. Por estes mecanismos foi se configurando um mundo cujo poder concentra-se nas mãos de poucos.

Enquanto para alguns o uso dos termos globalização e mundialização são alternativos, para outros podem explicar aspectos diferentes do mesmo processo. É assim que Sposito (1999, p. 99) diferencia mundialização, globalização, e multinacionalização ou internacionalização. A mundialização refere-se à tendência de expansão das relações capitalistas de produção e sua capacidade de imposição em diversos pontos do mundo. A globalização expressa a homogeneização de usos e costumes, portanto diz respeito aos aspectos culturais cada vez mais padronizados e valores articulados às dinâmicas econômicas. Já a multinacionalização ou internacionalização caracteriza-se pela expansão das grandes empresas, com a movimentação de capitais e suporte para que o sistema capitalista ultrapasse os limites geográficos físicos e políticos.

Nessa perspectiva, adota-se o conceito de mundialização para fazer referência aos processos econômicos vividos na atualidade, no sentido indicado pelo autor anteriormente mencionado, e naquele proposto por Chesnais (1996, 1999) de que há uma mundialização do capital⁷⁷, compreendida como nova configuração do capitalismo e dos mecanismos que comandam seu desempenho e regulação.

Nas últimas décadas, houve a projeção de um sistema financeiro internacional, criado para normatizar as transações, por meio em especial do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), conhecido atualmente como Banco Mundial. Tal projeção deve-se ao substancial aumento dessas transações, mas notadamente porque houve uma financeirização das mesmas, mediadas por bolsas de valores, tornando o capital produtivo subordinado ao financeiro. Refere-se Chesnais (1999, p. 78 e 88) a um regime de acumulação mundial financeirizada, explicando que “Agora tornou-se evidente que assistimos ao advento de uma situação em que o movimento de autovalorização próprio dessa fração do capital e as políticas monetárias e financeiras elaboradas em seu favor comandam o movimento de conjunto da acumulação capitalista.”⁷⁸.

Para entender a mundialização do capital, é preciso compreender que o modo capitalista de produção passa por um novo momento de reestruturação. A leitura pela escola da regulação, um dos referenciais para sistematizar e interpretar as mudanças, mostra que se configurou um

⁷⁷ De acordo com Chesnais (1999, p.77) “[...] este termo designa o quadro político e institucional no qual um modo específico de funcionamento do capitalismo foi se constituindo desde o início dos anos 80, em decorrência das políticas de liberalização e de desregulamentação, das trocas, do trabalho e das finanças, adotadas pelos governos dos países industriais, encabeçados pelos Estados Unidos e a Grã-Bretanha”.

⁷⁸ Como resultado desse processo de *financeirização* da economia, Schmidt (1984, p. 85) assinala para o fato de que as multinacionais instaladas na América Latina têm lucros não-operacionais maiores do que os operacionais. Por isso, não faz mais sentido, de acordo com o mesmo, uma análise baseada tão somente nas relações produtivas.

novo modelo de desenvolvimento no âmbito desse modo de produção. O modelo de desenvolvimento possui um regime de acumulação, que define uma determinada regularidade macroeconômica (LEBORGNE; LIPIETZ, 1994, p. 224) e um modo de regulação, isto é, o conjunto de normas, implícitas ou explícitas das instituições e demais mecanismos ou dispositivos que ajustam tudo à lógica de conjunto do regime de acumulação, estando ajustado também a um paradigma tecnológico ou modelo de industrialização.

O novo modelo tem várias denominações, quase todas compostas com o adjetivo *flexível* – especialização flexível, acumulação flexível, entre outras. Construído em contraposição ao regime de acumulação fordista, cujas características eram a produção industrial padronizada e o aumento do consumo igualmente padronizado, regulado por padrões estáveis de relação salarial, conquistadas coletivamente, por meio de acordos sindicais e tuteladas pelo Estado, provedor de seguridade social e benefícios complementares aos salários.

Ao longo do século XX, a indústria se consolidou com base no fordismo. Posteriormente, houve esgotamento da acumulação nele fundamentada, provocando uma ampla reestruturação capitalista cujo intuito está em negar a *rigidez* de formas e processos. Explica Harvey (1992, p. 155) que a acumulação flexível “(...) evidentemente procura o capital financeiro como poder coordenador mais do que o fordismo fazia”. Assim, ele afirma que a susceptibilidade a crises econômicas dependentes de comandos financeiros e monetários é maior que antes. Complementa Harvey que tal poder coordenador vinculado à fluidez e à instabilidade deve ser compreendido com o aumento da “[...] capacidade de dirigir os fluxos de capital para lá e para cá de maneira que quase parecem desprezar as restrições de tempo e de espaço que costumam ter efeito sobre as atividades materiais de produção e consumo”.

Na nova acumulação, a flexibilidade torna-se a característica básica: máquinas e equipamentos flexíveis; flexibilidade organizacional da produção que aproxima a demanda e a produção diminuindo os riscos; trabalho flexível – quanto à habilidade dos contratados em se adequar a diferentes tarefas, bem como na regulamentação das relações de trabalho; capacidade de produção diferenciada para atender a diversos tipos de demandas e produtos (com necessidades recorrentes pela rápida obsolescência dos mesmos). Por fim, o que mais interessa, do ponto de vista geográfico, é a flexibilidade espacial pela possibilidade de transferência das empresas em busca de benefícios, freqüentemente de custo mais baixo da mão-de-obra, o que mostra como o salário está no cerne dos processos de reestruturação do capitalismo (BENKO, 1999). Com isso, a mundialização expressa o espaço da acumulação flexível também no âmbito do capital produtivo.

Há toda uma ‘engenharia jurídica’ que se produz em favor dos grupos econômicos. O Fundo Monetário Internacional impõe uma série de regras para os países em desenvolvimento, tais como pressões para privatização de instituições e empresas públicas; cuidados fiscais por meio de cortes nos gastos públicos, especialmente os que possuem finalidades sociais. De acordo com essas regras, os Estados podem dispor de dinheiro para recuperar bancos, mas não para a educação, saúde e auxílio aos trabalhadores⁷⁹ que perderam o emprego (STIGLITZ, 2002, p. 23-24). Essa normatização possui nexos com o que Veltz (1998, p. 93 e 226) denomina como ditadura dos credores, com suas fobias acerca da inflação e instabilidade financeira.

Há uma excessiva preocupação fiscal, mas os *déficits* em geral não decorrem de aumento *excessivo* das despesas, mas sim do estreitamento de receitas em razão do achatamento salarial e a *flexibilização* do trabalho, com conseqüente redução do número de empregos. Houve, também, uma redução do nível de tributação sobre os rendimentos do capital. Com isso, os governos são obrigados a recorrer a financiamentos com altas taxas de juros (CHESNAIS, 1999, p. 100).

São idéias e práticas que fazem parte da doutrina conhecida como *neoliberalismo*, espantosamente disseminadas e imperativas por esses dias e que amparam as novidades trazidas pela dinâmica econômica. A emergência dessas idéias está contextualizada em meados da década de 1970, quando a crise do petróleo e do modelo de desenvolvimento como um todo ‘frearam’ a expansão do capitalismo, por décadas seguidas desde a II Guerra Mundial. Essa doutrina político-econômica baseia-se na tentativa de adaptar os princípios do liberalismo econômico às condições do capitalismo moderno, mas defendem o disciplinamento da economia de mercado. Para que o mecanismo de preços possa ser a ‘mola mestra’ do mercado é preciso que a estabilidade financeira e monetária esteja assegurada. Esse disciplinamento é agora responsabilidade do Estado, conferindo-lhe novos e fundamentais papéis em tal contexto (SANDRONI, 1994, p. 240).

⁷⁹ Preserva-se para o período referente a esta parte do texto o uso do termo trabalhadores no sentido do conceito marxista de classe trabalhadora, nas palavras de Antunes (2000, p. 101) a ‘classe-que-vive-do-trabalho’. O mesmo autor considera que o uso dessa expressão pode dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, à classe trabalhadora, ao passo em que reafirma o seu significado no âmbito acadêmico. O fato é que essa classe que corresponde à maioria na sociedade capitalista prossegue com essa condição de possuir apenas sua força de trabalho, preservando a natureza da sociedade capitalista que se fundamenta na relação entre os proprietários e os não-proprietários dos meios de produção. O que mudou nas últimas décadas foi sua absorção cada vez mais restrita, bem como a valorização e o tratamento dado à mesma na relação com os que são proprietários dos meios de produção ou seus representantes.

A proposta é de substituir a política keynesiano-fordista pela política pautada no pensamento neoliberal de Hayek e Friedman (MOREIRA, 2000), com idéias socialmente ultraconservadoras, nas palavras de Brenner e Theodore (2002) socialmente regressivas e politicamente voláteis. Do mesmo modo, Harvey (1992, p. 158) expõe que práticas como a gradual retirada da política de bem-estar social, o ataque ao salário e ao poder sindical foram transformadas pelos neoconservadores em uma virtude governamental. A crise das experiências socialistas, que tem na queda do muro de Berlim, em 1989, seu momento simbólico, favoreceu a difusão dessas idéias, já que não existia mais o *perigo* socialista. Mediante a crise, começou-se a questionar os altos custos do Estado, pois há um entendimento de que não há justificativas para um Estado assistencialista. A desigualdade social não é vista como algo para se resolver já que é parte da normalidade, portanto não há desafios políticos nesse sentido. A competição é *naturalizada* em um cenário onde é comum a existência tanto de vencedores como de perdedores. Os ricos e empreendedores correspondem à parte dinâmica da sociedade, que deve receber apoio e menor carga tributária. Nesta perspectiva, os causadores de problemas são os sindicatos, pelos empecilhos e exigências na contratação de mão-de-obra e o Estado *keynesiano*, que tenta solucionar o que não tem solução.

Exigente de controle e de estabilidade, o processo em que está o capitalismo atual, num outro extremo, tensiona, modifica, dissolve ou recria todas e quaisquer formas com as quais entra em contato. Exerce influência moderadora ou avassaladora, dependendo da formação social com a qual se defronta (IANNI, 1997, p. 136). É assim que se desenvolve a economia mundial, pautada na velocidade e na fluidez, apresentando múltiplas facetas. Nas palavras de Veltz (2001, p. 147) “[...] a economia atual é antes de tudo uma economia de velocidade e uma economia de incerteza”, e nela é difícil manter alguma previsão e perspectiva futura.

Se a incerteza permeia a vida econômica como um todo, entre os trabalhadores a insegurança é uma constante, e a flexibilidade se traduz em rendas incertas ou salários baixos e menor proteção social, além do desemprego crescente e atribuído ao movimento dos próprios trabalhadores por meio dos sindicatos, ou seja, a pobreza é cada vez mais extrema⁸⁰. A instabilidade produzida nesse momento é suportada desigualmente, recaindo sobre os que têm menos condições de suportá-la (STIGLITZ, 2002, p. 29).

⁸⁰ A noção de pobreza atual deve estar considerada tendo por parâmetro as novas riquezas produzidas, paralelas às novas *exclusões*.

As modificações são amplas. Os processos de precarização das condições de trabalho e o crescente índice de desempregados combinados com a nova maneira de ver as desigualdades sociais mostram, uma vez mais, a expressão do conflito capital-trabalho, em um momento em que o modo capitalista de produção e seu novo aparato ideológico tornam-se socialmente mais agressivos. A classe trabalhadora foi brutalmente afetada, segundo Antunes (2000; 2005), alterando seu jeito de ser, na esfera política ideológica, nos valores e no ideário que pautam suas ações práticas concretas⁸¹. As conquistas construídas no período fordista com o Estado *keynesiano* estão sendo paulatinamente eliminadas da regulamentação trabalhista.

Assim, a instabilidade permeia toda a sociedade, como enfatiza Berman (1986, p. 94-95): “Para que as pessoas sobrevivam na sociedade moderna, qualquer que seja a sua classe, suas personalidades necessitam assumir a fluidez [...] aspirar à mudança [...]”, fazendo com que os *talentos* possam ser aproveitados, enquanto se reprime o que não serve a esse fim.

Para muitos trabalhadores, a mobilidade geográfica representa a expectativa de sobrevivência, fazendo com que a condição humana implique num certo *nomadismo* ou *seminomadismo*, em pleno século XXI. Para essa parte da sociedade, poucas das conquistas humanas puderam ser apropriadas. Nem mesmo podem contar com a possibilidade de uma vida com uma referência espacial estável, que permita a criação de vínculos afetivos com o espaço, ou seja, a constituição de um lugar, a partir do qual lutar por uma cidadania local, nacional e quiçá global.

De tudo o que há de novo, do ponto de vista geográfico, é fundamental destacar, especificamente neste trabalho, que a produção das condições para esse processo de expansão e acumulação do capitalismo traz uma nova materialidade que faz do espaço uma dimensão *controlável* a distância. O reverso desse controle por parte dos agentes do capital é que se retirou da sociedade local o domínio sobre as dinâmicas do seu *lugar*. Apreensão semelhante comparece em Giddens (1991, p. 69) ao tratar da integração entre localidades distantes, de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos longínquos.

⁸¹ Entre estas alterações concretas do mundo do trabalho, Antunes (2000, p. 233) menciona: a diminuição do operariado manual, fabril, concentrado, típico do fordismo; aumento das inúmeras formas de subproletarização do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado em diversos tipos de países; aumento expressivo do trabalho feminino, como forma de suprir o espaço do trabalho resultante da subproletarização; exclusão dos jovens e de trabalhadores acima de 45 anos no mercado de trabalho; utilização brutalizada do trabalho de imigrantes, expansão do trabalho infantil na Ásia, América Latina e outros; desemprego estrutural que se somado ao trabalho precarizado atinge um bilhão de trabalhadores, ou seja 1/3 da força humana mundial que trabalha. Realidade que torna a classe trabalhadora fragmentada, muito heterogênea e complexificada. Ao lado da existência minoritária de um trabalhador polivalente e multifuncional, há uma massa precarizada.

Outro fato fundamental, que não pode ser esquecido, é que esse mundo interdependente é também mais dividido, isto é, longe da articulação representar uma integração uniforme, as principais transações econômicas estão centradas nos países ricos ou novos países industriais, sendo $\frac{3}{4}$ delas verificadas entre países europeus, Estados Unidos e Japão, ao passo que outros países têm participação diminuta ou inexistente. Portanto, a produção da condição econômica mundial decorre de interesses provenientes de pontos de comando, atualmente compreendidos basicamente no referido conjunto de países - a *tríade* (CHESNAIS, 1996). Por meio destas informações observa-se, no nível macroeconômico, a forma desigual de inserção dos países na economia mundial.

É nesse contexto que Chesnais (1996) observa que há dificuldade dos Estados nacionais de levar adiante políticas próprias. Tal dificuldade está relacionada com o fato de que o “[...] espaço nacional freqüentemente é organizado para servir às grandes empresas hegemônicas e paga por isso um preço, tornando-se fragmentado, incoerente, [...] para todos os demais atores”, figurando como espaço da economia internacional (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 258).

Esta é a mundialização e a globalização que se impõem através do desenvolvimento do capitalismo. Desde que não seja entendida como processo de racionalização do mundo e, portanto, como a única alternativa sensata, é possível falar de outros caminhos, outros valores, num outro processo de integração, mais enriquecedor para o ser humano. É assim que é possível pensar em outra globalização (SANTOS, 2001; CHESNAIS, 1996, p. 43).

Para compreender as dinâmicas vivenciadas pela sociedade na região Noroeste do Paraná, no contexto esboçado nos parágrafos anteriores, não basta olhar para ela mesma. É preciso considerar os processos de transformações pelas quais passa o território brasileiro, especificamente o paranaense e respectiva área metropolitana. O comportamento demográfico da região não se explica somente pelo processo de modificação agrícola, como assinalado no primeiro momento. Ela decorre dos ajustes regionais ao capitalismo, mas também se explica pela nova dinâmica industrial que inclui de modo qualitativamente diferente o território paranaense na divisão internacional do trabalho. Enfim, é preciso ter em conta as implicações compartilhadas nesta nova condição de economia-mundo.

2.2.1 Novo perfil industrial do Paraná e a espacialidade dos investimentos e empregos

A formação de um novo perfil industrial no Estado do Paraná está relacionado ao processo de reestruturação do capitalismo, especialmente quanto à redefinição de espacialidades industriais. A mobilidade do capital na forma de investimentos produtivos, ainda que relativizada⁸², provoca intensas mudanças. Como afirma Hugon (1996, p. 37), a industrialização das economias em desenvolvimento está induzida pela reestruturação da economia do Norte, especificamente pela realocação de unidades por parte de grandes empresas. Para entender o que ocorre no território paranaense, deve-se considerar o processo de transferência industrial em âmbito mundial, mas também certa desconcentração territorial da atividade industrial produtiva ocorrida em âmbito nacional, envolvendo áreas vizinhas ao Estado de São Paulo⁸³. É nesse cenário que pode se explicar a dinâmica industrial atual no Paraná, bem como outros desdobramentos dela decorrentes.

Onde estão os novos empregos? Nas áreas metropolitanas ou em outras áreas? Esta reflexão proposta por Benko e Lipietz (1994)⁸⁴, na realidade permeiam trabalhos de muitos outros autores, tendo em vista as novas tendências espaciais motivadas pelas mudanças na economia. Preocupação semelhante traz Sánchez Moral (2003) ao analisar a espacialidade das novas indústrias, atributos e configuração dos novos empreendimentos. Como já lembrava Harvey (1980, p. 49), a mudança de localização da atividade econômica significa uma mudança de localização de oportunidades de emprego, que como já se sabe implica em fluxos humanos.

⁸² “A mobilidade do capital não está produzindo um deslocamento maciço de investimento e do emprego dos países avançados para os países em desenvolvimento. O investimento direto externo está altamente concentrado nos países industriais avançados, e o Terceiro Mundo permanece marginalizado tanto no que diz respeito ao investimento quanto às trocas, com exceção de um pequeno número de novos países industrializados” (HIRST; THOMPSON *apud* CHESNAIS, 1999, p. 81).

⁸³ A desconcentração territorial da atividade produtiva apresenta comportamento diferenciado de acordo com os segmentos industriais. Alguns passaram por ampla desconcentração, como os ramos de química, papel, celulose e extração de minerais já no período de 1970-1985. Quanto à indústria automobilística, estudiosos têm concluído por uma desconcentração concentrada, predominante no Sul e Sudeste brasileiro (MOTIM *et al.*, 2002, p. 4).

⁸⁴ Quando escrevem sobre o novo debate regional, preocupados com o grande contraste na França, entre Paris e o *deserto* francês, eles procuram analisar a tendência de localização dos investimentos e empregos. Na coletânea organizada pelos dois autores (BENKO; LIPIETZ, 1994, p. 5), observam-se duas tendências, aparentemente contraditórias, porém simultâneas, de espacialização da dinâmica econômica: os distritos industriais e as metrópoles. Tendo em conta essas tendências é que eles falam sobre regiões ganhadoras, ao mesmo tempo em que ponderam “[...] o que é uma ‘região ganhadora’? Uma região que se afirma do ponto de vista dos empregos, das riquezas, da arte de viver, pela sua própria atividade, ou uma região que vive à custa das que perderam [...]?”. Deve-se considerar que, embora válido esse exercício, mediante as assimetrias espaciais, as regiões são consideradas como ganhadoras apenas do ponto de vista comparativo, isto é, em meio a perdas ou estagnação (econômica e demográfica) de outras áreas. Deveriam ser acrescentados ao leque de perguntas, quando se fala em regiões ganhadoras e perdedoras: quem ganha quando se afirma que ganha uma região? Quem perde? Que avanços sociais – esta deve ser a medida – foram conquistados?

O exercício que aqui se faz acerca desta problematização, tomando por referência o Paraná, foi igualmente motivado por este tipo de debate, tendo em vista, no caso desta pesquisa, a busca de respostas acerca da questão dos papéis e dos significados das pequenas cidades do Noroeste paranaense, neste momento de intensas mudanças. O Paraná é uma das unidades da federação brasileira cujo quadro demográfico oscila bruscamente entre áreas (quase pontos) de concentração e imensas áreas de esvaziamento populacional (a maioria com pequenas cidades, como é o caso da região estudada). Tal dinâmica certamente está relacionada à resposta que se tem em relação às questões esboçadas sobre a localização dos investimentos e empregos, no caso paranaense com nexos profundos com o estabelecimento de um novo perfil industrial.

A tendência de mobilidade das empresas associadas a fatores macroeconômicos, como a estabilização da economia brasileira, foram elementos significativos para entender os investimentos internacionais neste território, ávidos por desfrutar das vantagens geográficas. Se ávidos estavam agentes capitalistas, também o governo do Estado, por meio da oferta de benefícios e incentivos demonstrou interesse em garantir tais investimentos⁸⁵. Neste contexto, Firkowski (1999) mostra a inserção do Paraná na disputa pela localização de novos gêneros industriais. Observa-se, então, um processo recente de industrialização paranaense, qualitativamente diferenciado, já que acrescenta segmentos novos, onde predominavam basicamente agroindústrias⁸⁶.

As informações sobre os investimentos e empregos no Paraná não são facilmente acessíveis. Foram utilizados um *rol* de protocolos de investimentos com informações relativas ao período de 1996 a 2001, da Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado do Paraná; a publicação denominada *Análise Conjuntural* do Instituto Paranaense de Desenvolvimento (Iparades), além de um

⁸⁵ O interesse e o custo para o Estado desses investimentos podem ser estimados tomando como exemplo as concessões à Renault: doação de terreno no valor aproximado de doze milhões de reais (área escolhida era de proteção de mananciais de abastecimento hídrico); serviços de infra-estrutura; ramal ferroviário exclusivo e acesso direto ao Porto de Paranaguá; compromisso do governo de organizar conjunto de investidores responsáveis por 40% dos investimentos iniciais, entre outros. Os custos de cada emprego direto gerado neste ramo foram de aproximadamente 562 mil reais, em cálculo elaborado num período em que havia paridade com o dólar (LOURENÇO *apud* FIRKOWSKI, 2001-2002, p. 95).

⁸⁶ Apesar dos novos gêneros industriais implantados no Paraná, deve-se destacar o dinamismo que acompanha o ramo agroindustrial neste Estado. Embora consideradas tradicionais, as agroindústrias paranaenses incorporam o que há de mais moderno. Conforme Trintin (1993, p. 89): “[...] a indústria local, muito embora predominando a agroindustrial, apresentou um dinamismo considerável, ganhando espaço as indústrias modernas em detrimento das indústrias rudimentares e dando lugar a uma atividade industrial, que se caracteriza por grandes corporações com escala de produção para atender o mercado nacional”. O mesmo constatou Elias (1996, p. 118) quanto às atividades desenvolvidas na região de Ribeirão Preto-SP.

Cadastro da Federação da Indústria Paranaense (FAEP)⁸⁷. Procurou-se organizar os dados de acordo com o tipo de município e respectivo núcleo urbano: os que pertencem à Região Metropolitana de Curitiba, aqueles que se enquadram como cidades médias (entre 100 e 500.000 habitantes, conforme o IBGE) e os demais municípios como centros regionais (entre 50 e 100.000 habitantes) e outros como pequenos núcleos urbanos, que aparecem somados, mas com observações específicas no texto quando pareceram convenientes.

O novo perfil configurou-se especialmente pelo ramo de indústrias automotivas, com a instalação a partir da segunda metade da década de 1990, de unidades da *Renault* (francesa) no *Complexo Industrial Ayrton Senna*, em São José dos Pinhais, com fabricação de automóveis, motores e utilitários; da *Volkswagen/Audi* (alemã) também instalada em São José dos Pinhais, onde produz automóveis e uma rápida passagem da *Crysler* (americana) por este território⁸⁸. Estas empresas se somaram à *Volvo* (produtora de caminhões, ônibus e outros) e à *New Holland* (produtora de tratores e colheitadeiras). Foi notável o crescimento deste segmento industrial (Tabela 2), caracterizando uma retomada do desenvolvimento econômico, após o período de estagnação do início dos anos 1990. Desde então, uma série de outras empresas fornecedoras de peças automotivas se instalou no Paraná (Apêndice C).

Tabela 2 - Região Metropolitana de Curitiba. Produção de veículos, 1997-2000

Indústria	1997	1998	1999	2000
Volvo	6.674	6.380	4.176	6.290
New Holland	7.397	8.498	6.205	7.700
Chrysler		3.642	3.647	4.370
Renault			24.809	52.600
Volkswagen/Audi			18.297	68.600
Total	14.071	18.520	57.134	139.560

Fonte: Prefeitura Municipal Curitiba.

⁸⁷ Sobre a dificuldade com as informações industriais, Sánchez Moral (2003) faz observações que mostram que ela é mais comum do que deveria ser. Ele lembra que as fontes de dados industriais são registros de atividades e não estatísticas, ou seja, dificilmente contemplam a totalidade das atividades existentes. Por outro lado, a rotatividade de pequenas empresas, dificilmente eliminadas dos registros, pode aumentar indevidamente as dimensões dos dados. São observações pertinentes também neste trabalho.

⁸⁸ Esta empresa já encerrou as atividades de sua unidade de Curitiba em 2001, pois teve problemas de inadequação do veículo produzido para o mercado brasileiro (IPARDES, 2002).

Além do complexo metal-mecânico, apresentaram forte dinamismo os ramos de telecomunicações e química (especialmente o refino de petróleo). Destacaram-se empresas de bens duráveis e não duráveis, como os automóveis, os eletrodomésticos, alimentos e bebidas, tendo em vista o crescimento do mercado de consumo, já que são produtos cuja demanda também se estendeu. Enfim, a indústria estadual ampliou e diversificou sua capacidade instalada de produção em virtude da absorção da retomada de investimentos estrangeiros no país, à desconcentração territorial da produção em âmbito nacional e à recuperação de investimentos em diversos segmentos industriais (agroindustriais, em especial), motivados pela exportação e, em parte, pela já lembrada recomposição do mercado interno (IPARDES, 2002, p. 9).

Fora do ramo automotivo, os investimentos mais volumosos no Paraná foram o de uma termoeletrica e siderurgia em Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba. Nas cidades médias paranaenses, o investimento mais significativo foi da *Global Village Telecom* (GVT) em Maringá no segmento de telecomunicações; *Kaiser* (bebidas), *Masisa* (madeira e sintéticos) e *Tetra Pak* (envases líquidos) em Ponta Grossa; seguidos de investimentos no ramo químico e farmacêutico da *Hexal* do Brasil, em Cambé e da *Raudi*, localizada em Maringá; produção de papel da *Carbóxi Metil Celulose* em Guarapuava, além de empresas agroindustriais, dentre os quais se destacam a *Chapecó*, com o abate de aves e preparação de alimentos pré-cozidos em Cascavel e a *Agromalte*, localizada na colônia alemã de Entre Rios, no município de Guarapuava. Nos centros regionais, assim considerados cidades entre cinquenta e cem mil habitantes, o maior investimento foi no ramo de papel, por parte da *Klabin*, no município de Telêmaco Borba, seguidos de maneira um pouco distante, no que se refere ao montante financeiro, pela *Sadia/Frigobrás*, com investimentos no ramo de alimentos. Entre as numerosas pequenas cidades são notáveis os investimentos do grupo *Sonae*, de capital português, no município de Piên, no ramo madeireiro. No mesmo segmento, destaca-se a empresa denominada *Placas do Paraná*, em Jaguariaíva. Também no ramo agropecuário, a *Batávia* (produtora de laticínios) em Carambeí apresentou um investimento expressivo. Estes exemplos servem apenas para ilustrar um pouco as tendências, mas outros tantos poderiam ser mencionados.

Já a soma de investimentos por segmentos indica que, além do ramo automotivo, eles se concentraram nas madeiras e agroindústrias, estes últimos considerados ramos industriais tradicionais.

O ramo automotivo está visivelmente concentrado na Região Metropolitana de Curitiba (Tabela 3). Portanto, o segmento que responde mais efetivamente por um novo *perfil* industrial paranaense está restrito a essa área, onde, além das grandes empresas montadoras, formou-se um

complexo automotivo com as empresas fornecedoras, como as produtoras de motores, chassis, escapamentos, tapetes, assentos, painéis, pedais, alavancas para câmbios, amortecedores, etc.

Tabela 3 - Estado do Paraná. Protocolos de intenções em investimentos na indústria automotiva, 1996-2001

Área investimento	Valor R\$	Empregos diretos/indiretos	Número de empresas
Região Metropolitana de Curitiba	8.596.385.000	13.410 / 21.365	54
Outros municípios	122.251.000	1.595 /300	5
Total	8.718.636.000	14.005 / 21.665	59

Fonte: Relação dos Protocolos de Investimentos da Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico do Paraná.

Ao todo, as empresas fornecedoras somaram, no levantamento realizado, 48 unidades industriais, distribuídas na Região Metropolitana, embora de modo bastante desigual. Enquanto alguns municípios nem aparecem na listagem, outros concentram os investimentos, sobretudo São José dos Pinhais, município contíguo à Curitiba, sede do aeroporto internacional e com fácil saída para Paranaguá. A assimetria na distribuição dos investimentos é destacada no trabalho de Fiskorwski (1999, 2002), que designa o conjunto de municípios que compõem de maneira mais efetiva a Região Metropolitana, ou seja, com maior articulação cotidiana e contigüidade territorial, de aglomerado metropolitano⁸⁹. Os poucos municípios que não pertencem a Região Metropolitana de Curitiba e que possuem unidades industriais de fornecedores automotivos estão em municípios localizados no máximo a cem quilômetros da mesma: Irati, Ponta Grossa e Lapa⁹⁰.

Outra ressalva, no caso paranaense, é de que houve uma previsão de criação de empregos superior àquela que se concretizou (MOTIM *et al.*, 2002, p. 6-7) e um aumento brutal da migração definitiva da população em direção à Região Metropolitana de Curitiba, mediante tal expectativa.

⁸⁹ Segundo a mesma autora são doze municípios com essa articulação metropolitana mais efetiva: Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais.

⁹⁰ O município de Lapa foi incorporado à Região Metropolitana de Curitiba em março de 2002, portanto, em período posterior aos referidos protocolos de investimentos, isto é, quando a atividade se instalou neste município ele ainda não era parte da área metropolitana. Por isso, não se considerou nesta tabela esse município como parte da referida área, embora no primeiro capítulo ela já tenha sido considerada como parte da Região Metropolitana de Curitiba. De qualquer maneira, esse fato referenda a constatação de que o ramo automotivo é praticamente uma exclusividade da Região Metropolitana e, no âmbito da mesma, de alguns poucos municípios.

Quanto à espacialidade dos outros segmentos industriais, observa-se uma distribuição mais equilibrada (Tabela 4), em especial entre a área metropolitana e os aglomerados urbanos. Entre os centros regionais, cidades entre cinquenta e cem mil habitantes, é relevante o caso de Pato Branco que aparece com sete investimentos, das quais três são referentes à produção de componentes eletrônicos, um de produção de softwares e outros tradicionais do ramo alimentício e moveleiro. A soma dos investimentos em centros regionais e pequenas cidades quase se equipara aos demais. Deve-se considerar, todavia, que são dados referentes a 353 municípios (com até cinquenta mil habitantes e não pertencentes à Região Metropolitana de Curitiba), ou seja, a maioria dos municípios paranaenses.

Tabela 4 - Estado do Paraná. Protocolos de intenções em investimentos industriais diversos, 1995-2001

Área investimento	Investimento (R\$)	Empregos diretos / indiretos	Número de empresas
Região Metropolitana de Curitiba	1.413.148.040	8.118 / 12.171	46
Aglomerados/Cidades médias	1.515.968.882	10.119 / 7.560	40
Centros regionais/Pequenas cidades	1.254.024.795	8.949 / 8.836	74
Total	4.183.141.717	27.186 / 28.567	130

Fonte: Relação dos Protocolos de Investimentos da Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico do Paraná.

Enquanto esses outros investimentos industriais na área metropolitana são bastante diversificados, observa-se que nos aglomerados, centros regionais e pequenas cidades, eles estão relacionados a atividades extrativas, agrícolas ou pecuárias, ou seja, são indústrias que exigem áreas extensas e, freqüentemente, uso intenso de mão-de-obra barata. Alguns desses fatores já eram mencionados por Juanico (1977) que, preocupado com o desenvolvimento das pequenas cidades em países mais pobres, procurava destacar as vantagens das mesmas que, de acordo com o referido autor, estavam exatamente no baixo custo dos terrenos e dos aluguéis, bem como do trabalho, além da existência de determinadas matérias-primas.

Justamente pela exigência de áreas extensas, é comum a localização dessas indústrias fora da trama urbana. São diversas agroindústrias, produtoras basicamente de alimentos, mas também aparecem as indústrias de papel e produtos de madeira. A maior parte das indústrias existentes fora das áreas metropolitanas está associada ao uso do solo. Podem ser consideradas como exceção algumas indústrias de embalagens e

equipamentos eletrônicos em centros regionais ou aglomerados, indústrias de confecções existentes em diversos tipos de municípios, além de outros exemplos isolados.

Deve-se observar que, no ramo automotivo, a presença do capital internacional é mais expressiva. Todavia, nos outros ramos também há cada vez mais empresas de capital externo, mesmo que no ramo agroindustrial a presença de capital regional ou nacional seja significativa, com muitas iniciativas procedentes de cooperativas agropecuárias.

Há forte presença de grandes empresas multinacionais nos ramos industriais que utilizam a madeira como matéria-prima. No ramo de papel, além das já mencionadas, encontra-se em Jaguariaíva uma unidade da *Norske Skog*, grande indústria de papel imprensa, (com capacidade de produção de 185.000 toneladas por ano), que atende a demanda das principais empresas jornalísticas do país. Esta unidade é parte de um grande grupo fornecedor desse tipo de papel no mundo, com 24 unidades industriais, distribuídas por 15 países em cinco continentes. Na América Latina, além da unidade de Jaguariaíva, há uma unidade no Chile. É relevante observar que embora localizada em uma cidade pequena (30.742 habitantes em 2000) no Nordeste paranaense, a empresa mantém um escritório comercial em Curitiba, *locus* de gestão comercial da mesma⁹¹.

Pode-se dizer que, embora a formação do novo perfil industrial esteja mais diretamente relacionado ao ramo automotivo, segmentos tradicionais agroindustriais igualmente trouxeram inovações, além do volume expressivo de investimentos. Como exemplo pode ser mencionado o ramo madeireiro que passou a ser explorado por grandes grupos, em detrimento de grupos menores (IPARDES, 2002). O fato se repetiu em outras atividades agroindustriais, isto é, além da mudança na pauta da produção industrial, houve uma mudança patrimonial relativa à composição do capital quanto à sua origem e dimensões das empresas que operam nas mencionadas atividades.

⁹¹ Informações obtidas no site www.norske-skog.com/dt, acesso em 4.mai.2005.

Quanto à localização dos investimentos, com base em levantamentos complementares⁹² (Tabela 5), há indícios de reversão, pois aparece um montante maior de investimentos anunciados em cidades menores. As cidades médias apresentaram um valor baixo em relação aos demais, mas deve-se considerar que são poucas as cidades classificadas nessa categoria.

Tabela 5 – Estado do Paraná. Distribuição dos investimentos, empregos e empresas, 2001-2003

Área de investimento	Investimentos(milhões R\$)	Número de empregos	Número de Empresas
Região Metropolitana de Curitiba	3.085,94	12.036	76
Aglomerados/Cidades médias	882,68	4.397	27
Centros regionais/ Cidades pequenas	4.465,28	6.180	45
Total	8.433,90	22.613	148

Fonte: Indicadores econômicos – Análise Conjuntural, Iparde, 2001-2003.

Com esses dados pode se inferir que houve uma interiorização dos investimentos nos municípios com pequenos núcleos urbanos. Mas não há nas pequenas cidades geração de empregos equivalentes ao volume de recursos envolvidos. O mesmo ocorre com o número de empresas. A leitura possível nesse caso é que apesar dos valores mais altos, eles estão concentrados em poucas empresas de grandes dimensões e sem geração expressiva de emprego. Deve-se considerar, ainda, que mesmo com cifras mais altas para as localidades menores, isso pode não representar uma dispersão efetiva tendo em vista a amplitude do território que elas representam.

⁹² Esta sistematização de informações, a partir das notas de investimentos na Análise Conjuntural, baseada nos protocolos de intenções, não deve de forma alguma ser entendida como o real montante de investimentos, empregos e empresas em processo de instalação no Paraná. Inicialmente, porque é possível que não estejam contemplados todos os investimentos, além do que, como se tratam de protocolos de intenções, é possível que nem todos se tornem efetivos. Por outro lado, as notas não obedecem a uma padronização do tipo de informação divulgada - volume de investimento e número de empregos gerados. Portanto, os resultados aqui apresentados são aqueles que foram possíveis inferir a partir desta fonte. De qualquer maneira, indicam tendências quanto à espacialidade dos investimentos e empregos no espaço paranaense. Foi a forma encontrada de conseguir acompanhar o que vem ocorrendo nos últimos anos, já que a informação obtida no rol de protocolos de intenções contemplava até o ano 2000, embora possua alguns registros de investimentos posteriores.

A maioria dos investimentos confirma a relevância, para áreas não-metropolitanas, do ramo agroindustrial ou inter-relacionado com atividades primárias, conduzidas em compasso industrial. Autores que estudam o mesmo processo em outros países confirmam o predomínio de ramos agroindustriais (TAN, 1986a, p. 145) e tradicionais (LABORIE, 1989) em pequenas cidades.

Também sugere-se que nas pequenas cidades predomine o fordismo, já que esse é o padrão dominante de organização agroindustrial, além de outras atividades de transformação consideradas como *pesadas* e pouco qualificadas (DI MÉO, 1997, p. 276). Deve-se observar que mediante análises industriais de pequenas cidades encontram-se situações diversas, pois uma das manifestações da produção flexível se expressa espacialmente em localidades menores especializadas – os distritos industriais⁹³.

De acordo com as novas tendências da dinâmica econômica, é possível que ocorra desconcentração dos investimentos e da geração de empregos no Paraná. Entretanto, esta é por ora só uma possibilidade, pois a força concentradora da Região Metropolitana de Curitiba ainda é significativa, tal como aparece num ‘balanço’ geral, os investimentos continuam espacialmente seletivos, aprofundando desigualdades.

As novas atividades industriais demandam infra-estruturas, como as redes de fibra óptica e de rodovias aprimoradas. Conquanto se observe uma melhor articulação territorial entre alguns núcleos e em alguns eixos – os pedagiados - as demais rodovias do Paraná estiveram em completa falta de manutenção. Tal fato, somado às informações acerca dos investimentos, tornam a suposição da interiorização e desconcentração econômica e de empregos no Paraná, por ora, fortemente contestável.

2.2.1.1 *A indústria no Noroeste paranaense*

A assertiva de que se formou um *novo* perfil industrial no Paraná é válida, conforme considerações já efetuadas anteriormente, notadamente para a área metropolitana. Nas demais áreas, embora tenham se instalado alguns ramos industriais diferentes, tais investimentos não foram suficientes para alterar o perfil da indústria regional. Na realidade, ramos já existentes vêm sendo consolidados (Tabela 6). Prevaecem aqueles considerados tradicionais no âmbito da indústria: alimentos e bebidas; vestuário e acessórios; móveis e decoração. Esses ramos destacam-se dos demais. É por meio deles que a região insere-se na economia mundialmente articulada.

⁹³ Tema a ser retomado no quarto capítulo.

Tabela 6 - Noroeste do Paraná. Número de indústrias por segmentos, 2002⁹⁴

SEGMENTOS INDUSTRIAIS	NÚMERO
Indústrias de transformação	
Alimentos e bebidas	332
Vestuário e acessórios	275
Móveis e decoração	182
Produtos de metal, máquinas e equipamentos	68
Produtos de madeira	66
Edição e impressão	66
Têxteis	56
Borracha e plástico	47
Outras	45
Couros e artefatos	43
Metalurgia básica	37
Aparelhos e materiais elétricos	30
Química	29
Celulose, papel e produtos	27
Produtos minerais não-metálicos	25
Automotores, reboques e carrocerias	16
Outros equipamentos e transportes	14
Instrumentação médico-hospitalar, automação industrial, precisão e ópticos	11
Máquinas escritório/informática	10
Combustíveis	9
Eletrônicos e comunicações	6
Indústrias extrativas	
Pedras comuns e areia	14
Marmoraria	17

Fonte: Federação das Indústrias do Paraná, 2002.

⁹⁴ Este levantamento não é censitário, ou seja, não se refere ao total de indústrias existentes, mas aquelas cadastradas pela FIEP. Entretanto, seguramente mostra as inclinações industriais da região.

Nas cidades menores, predominam agroindústrias, em especial laticínios, frigoríficos e abatedouros, farinheiras, fecularias e madeireiras, além da forte presença do segmento sucro-alcooleiro detalhado a seguir. Fora do ramo agroindustrial destacam-se os segmentos de vestuário e móveis.

Na década de 1970, quando houve o impulso ao ramo agroindustrial, a região Noroeste nele se destacava, em um Estado em que o mesmo predominava (SILVA, 1978). Atualmente, a região continua sendo agroindustrial, mas num contexto em que o perfil industrial do Paraná foi alterado.

A manutenção desse segmento como o mais significativo para a economia regional não significa que ele permaneceu como estava. Ao contrário, ele precisou adaptar-se ao contexto de uma economia com amplos e competitivos mercados. As unidades que não o fizeram precisaram encerrar as atividades ou foram incorporadas por outras (TEIXEIRA, 2002).

De qualquer maneira, foram produzidos outros patamares de desigualdade espacial, que, por conseguinte, concretizaram-se e reforçaram os diferentes níveis de oportunidades de trabalho, fatos significativos para compreender a dinâmica demográfica no interior do território paranaense. A Região Metropolitana de Curitiba consolida-se com esses investimentos como área de concentração de empregos, em especial daqueles melhor remunerados. Ainda que o *marketing* criado acerca do fato seja maior do que o realmente existente, é possível observar por meio de dados (Tabela 7) que a diferença é concreta.

Tabela 7 – Mesorregiões do Estado do Paraná. Distribuição do Emprego Formal⁹⁵ por Faixa de Remuneração, 2000 (%)

Faixas de Remuneração	Noroeste	C. Ocid.	Norte-Central	Norte Pioneiro	C. Oriental	Oeste	Sudoeste	Centro-Sul	Sudeste	RMC	Total
até 1 sal. mínimo	4,84	4,77	2,76	7,27	3,4	3,25	4,47	3,71	5,26	1,73	2,82
de 1 a 3 sal. mínimos	75,49	68,38	65,14	73,95	61,57	66,41	70,92	71,53	72,72	43,41	56,33
de 3 a 5 sal. mínimos	12,41	12,48	17,35	10,61	19,33	16,69	15,95	14,75	13,71	22,5	19
de 5 a 10 sal. mínimos	5,02	7,38	9,74	5,92	10,89	9,02	6,19	6,39	5,8	20,07	13,85
de 10 a 20 sal.mínimos	1,61	4,68	3,58	1,72	3,33	3,46	1,92	2,77	1,88	8,28	5,51
mais de 20 sal. mínimos	0,64	2,32	1,42	0,54	1,48	1,16	0,55	0,85	0,63	4	2,5

Adaptado de Silva, 2002.

As faixas médias de remuneração salarial mais alta possuem maiores indicadores na Região Metropolitana de Curitiba⁹⁶. É notável que a faixa que absorve o maior número de trabalhadores no Paraná é a de 1 a 3 salários mínimos, da qual somente a RMC está abaixo da média estadual. As três primeiras mesorregiões apresentadas na tabela são aquelas que compõem o recorte territorial designado por Noroeste nesse trabalho. Com esses dados, aparecem claramente as diferenças entre estas mesorregiões. A área com maiores problemas de desenvolvimento econômico (equivalente à mesorregião Noroeste na tabela), como já mencionado anteriormente, é a que tem percentual maior de trabalhadores com faixa média mais baixa de remuneração.

⁹⁵ A utilização de dados referentes ao emprego formal está aqui considerada apenas como um parâmetro comparativo, tendo em vista os limites que este tipo de informação possui para expressar a população concretamente ativa quando se inclui o circuito inferior da economia (SANTOS, 1979a). Neste, freqüentemente imperam relações de trabalho e econômicas baseadas na informalidade, fundamentais para se compreender principalmente a economia e a sociedade dos países subdesenvolvidos, embora a caracterização desse circuito apresente acentuada similaridade com as novas relações no capitalismo em processo de reestruturação e, portanto, deixando de ser uma exclusividade de tais países para alcançar expressão mais generalizada. Tal ressalva foi efetuada também por Signoles (1986) que critica a análise do emprego baseada apenas na repartição da população ativa por setor de atividade ou categorias socioprofissionais, pois não permitem mensurar o setor informal, o subemprego e pessoas que desenvolvem múltiplas atividades, etc.

⁹⁶ A Região Metropolitana de Curitiba mantém esses números, mas a instalação da indústria automobilística está associada a salários significativamente reduzidos em relação aqueles da Região Metropolitana de São Paulo, além da disciplina dos trabalhadores e menor presença do movimento sindical, como mostra Firkowski (2001-2002) e (2002).

2.2.1.2 A presença do segmento sucro-alcooleiro na região

A ênfase a este ramo deve-se à sua intensa presença e expansão na região estudada. Entre os quatro municípios escolhidos para uma análise comparativa no terceiro capítulo, dois possuem unidades produtivas do segmento sucro-alcooleiro: Colorado e Rondon.

Tal como já se considerou anteriormente, uma das opções do Noroeste do Paraná após as mudanças na agricultura, especialmente na área de solos arenosos, foi a instalação de destilarias de álcool e o cultivo da matéria-prima para esta atividade, a cana-de-açúcar, que passou a fazer parte da paisagem da região. O contexto era o da crise mundial do petróleo na década de 1970, quando foi concebido oficialmente no Brasil, em 1975, o Programa Nacional do Álcool (Proálcool). O objetivo era produzir álcool para ser usado como combustível automotor. O Brasil emergiu, desde então, como um dos maiores produtores e o que tem menores custos na produção de açúcar e álcool⁹⁷.

O uso do álcool como combustível no Brasil atingiu seu auge no início da década de 1980, quando se mantinha o preço 40% inferior ao da gasolina. Queda posterior nos preços do petróleo tornou a produção de álcool desvantajosa ao passo que o mercado de açúcar mostrava-se atrativo. Vários produtores anexaram ou adaptaram a estrutura industrial para produzir açúcar, a despeito da necessidade do álcool combustível no mercado interno. As descobertas de novas bacias de petróleo no Brasil, bem como o uso do gás como energia reforçou a tendência de utilização da estrutura industrial para a produção de açúcar.

No Estado do Paraná, são 27 unidades industriais do ramo sucro-alcooleiro (Cartograma 5 e Apêndice D), das quais algumas são apenas destilarias e outras funcionam como destilarias e usinas de açúcar, todas localizadas na área setentrional. Como em demais áreas produtoras do Brasil, na região as destilarias anexaram usinas e, conforme dados da Associação dos Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná (Alcopar), a produção de açúcar no Paraná aumentou aproximadamente quatro vezes nos primeiros anos da década de 1990⁹⁸.

⁹⁷ *A produção mundial de açúcar é de 136.326.504 toneladas. Deste total, 27.969.395 toneladas são adquiridas por meio do mercado mundial. As exportações brasileiras são de 6.502.375 toneladas, ou seja, 23,25% do total do mercado mundial. O açúcar brasileiro tem o menor custo do mundo: US 160,00 a tonelada, enquanto a média internacional é de US\$ 364,00 (BERTELLI, 2002).*

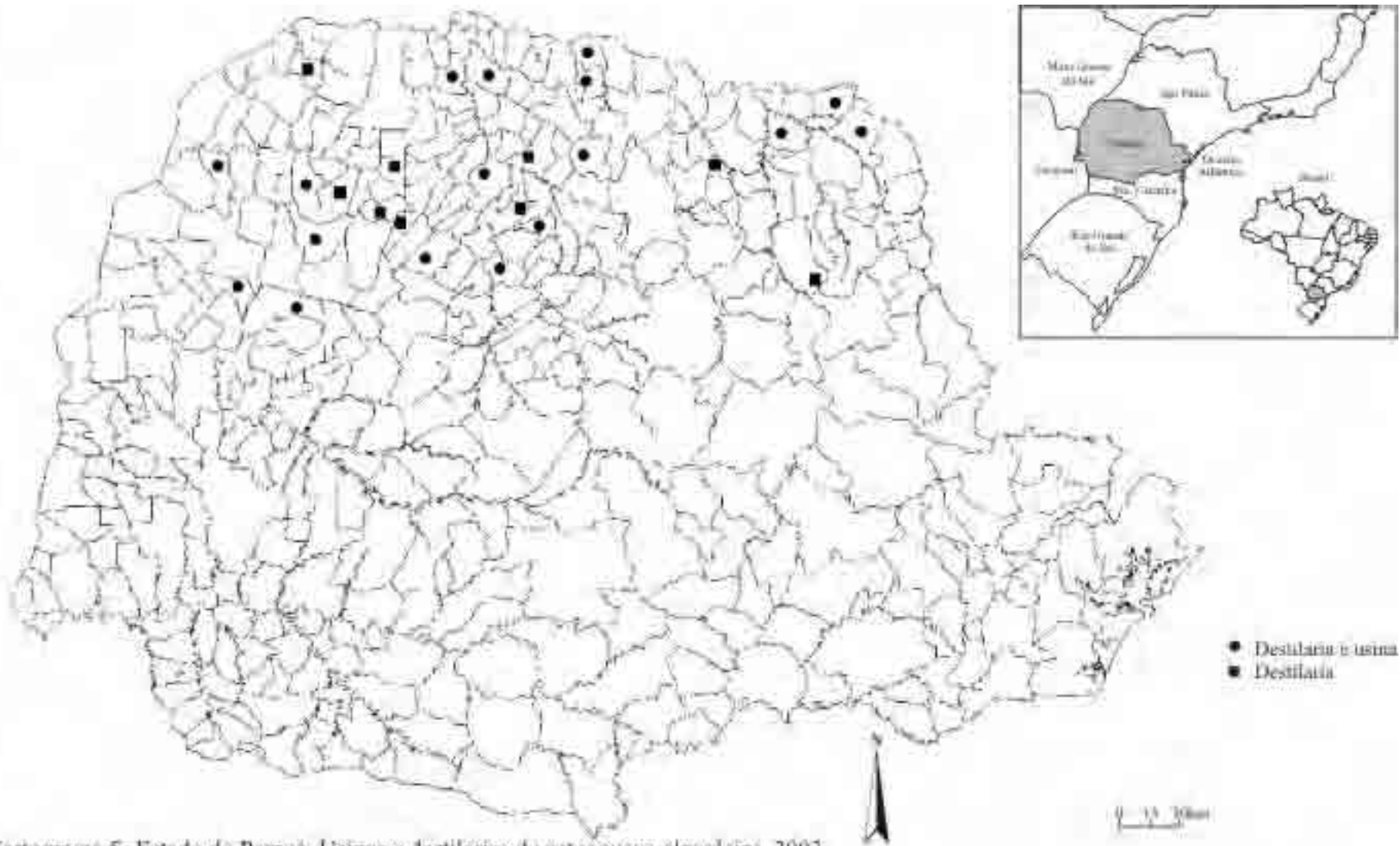
⁹⁸ Na safra 1991/1992, a produção foi de 4.716.537 sacas de cinquenta quilos de açúcar. Na safra 2000/2001, a produção foi de 19.930.840 sacas de cinquenta quilos. Já a produção de álcool oscilou bastante durante o período, chegando a quase o dobro na safra 1997/98, todavia em 2000/2001 (736.977 metros cúbicos de álcool) registrou produção semelhante a safra de 1991/1992 (799.268 metros cúbicos).

Várias unidades produtivas foram constituídas no âmbito de cooperativas originárias do período cafeeiro, como a Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá (Cocamar), Cooperativa dos Cafeicultores de Mandaguari (Cocari), Cooperativa Agropecuária dos Cafeicultores de Porecatu (Cofercatu), Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Nova Londrina (Copagra) e Cooperativa Agropecuária de Rolândia (Corol). A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (empresa colonizadora de Maringá e região) possui duas unidades produtivas: Companhia Agrícola Usina Jacarezinho, produtora de açúcar e álcool, em Jacarezinho, e a Destilaria Melhoramentos, produtora de álcool, em Jussara.

Com os recentes conflitos mundiais envolvendo países produtores de petróleo, a procura por alternativas energéticas ganhou impulso e trouxe novo ânimo para a produção do álcool combustível. A indústria automobilística já vem se adequando, produzindo desde 2004 modelos que podem utilizar tanto o álcool como a gasolina⁹⁹, como estratégia para vencer a insegurança dos consumidores com relação à falta de combustível. Empresários do ramo sucro-alcooleiro já vinham desenvolvendo intenso marketing no sentido de restaurar a credibilidade no fornecimento do álcool hidratado, utilizado como combustível, além dos insistentes lobbies para a adição em percentual cada vez maior do álcool anidro à gasolina.

Os empresários estão buscando alternativas para sua expansão, mediante maior competitividade. No âmbito internacional, o açúcar depende para tanto da retirada de subsídios europeus, o que poderá ampliar bastante a produção para exportação. A perspectiva positiva quanto ao açúcar somada às gestões para expansão do mercado para o álcool combustível caracterizam um segmento em expansão, o que pode ser dimensionado pela produção de açúcar na Região Centro-Sul do país, por safra. Assim, se em 2002/2003 foram 270 mil toneladas, em 2004/2005

⁹⁹ Três empresas possuem modelos bi-combustíveis: *Volkswagen*, *General Motors* e a *Fiat*.



Cartograma 5- Estado do Paraná. Usinas e destilarias do setor suco-alcooleiro, 2003.
Fonte: Altopa

vs

foram 319 mil toneladas. Já a produção do álcool (anidro e hidratado) em 2002/2003 foi de 11,2 bilhões de litros e em 2004/2005 de 13,3 bilhões de litros (ZAFALON, 2004).

A produção do açúcar e do álcool demanda intensa mão-de-obra pouco qualificada para o corte da cana-de-açúcar. A geração de empregos, conforme informações do próprio segmento, obedece à proporção de um emprego para cada cinco hectares de cana na área rural. No Paraná, são 319.781 hectares de área plantada que, segundo esta proporção, absorve mais de sessenta mil trabalhadores. Na área industrial, absorve-se aproximadamente dez por cento do número de pessoas da área rural, portanto aproximadamente seis mil trabalhadores. O número de pessoas dependentes desse segmento pode ser maior se considerados os desdobramentos indiretos do mesmo na vida econômica. No país todo, são 1,2 milhão de empregos, sendo seiscentos mil no Estado de São Paulo.

Não há dúvida de que este ramo tem significativo papel na manutenção de grande número de pessoas vivendo no interior do Estado do Paraná, em áreas de intenso esvaziamento demográfico. Por outro lado, a condição de trabalho das pessoas envolvidas na atividade do corte de cana é precária. Trata-se de uma atividade extenuante, mal remunerada, além de freqüentemente mutiladora.

Por isso, cabe questionar a que custos sociais tão amargos a produção brasileira de açúcar pode ter os mais baixos valores do mundo, com a submissão de um 'exército' de trabalhadores brasileiros a essas condições precárias de trabalho. Há, ainda, o custo político pelo rigor no trato com a mão-de-obra para o controle e sujeição da mesma. Não obstante, uma das principais argumentações dos empresários para obtenção de benefícios governamentais está na geração de empregos¹⁰⁰. Alegam que os empregos gerados são em grande parte para a população sem qualificação, proveniente do campo brasileiro nos últimos anos. Entendem, ainda, que contribuem para a revitalização das pequenas cidades evitando a saída de moradores. Esta argumentação é utilizada com a finalidade de obter apoio do governo para o segmento, pois no Brasil com o discurso da geração de empregos se consegue muita coisa, tendo em vista ser esta uma necessidade premente da sociedade.

¹⁰⁰ Empenhados em ampliar os negócios, representantes do segmento apresentaram estudos ao governo, nos quais ele aparece como o de menor custo para a geração de empregos, entre sete ramos industriais (Ramo - Custo por emprego em dólares): Química e petroquímica - 220.000; Metalúrgica - 145.000; Bens de Capital - 98.000; Indústria Automobilística - 91.000; Bens intermediários - 70.000; Bens de consumo - 44.000; Proálcool (Agrícola + Indústria) - 11.000 (Fonte: Conselho de Desenvolvimento Industrial do Paraná). Não se discute, evidentemente, a qualidade do emprego e as condições de trabalho, além de outras implicações.

Embora o árduo trabalho do cortador de cana expresse precariedade, o ramo sucro-alcooleiro é extremamente moderno. A tecnologia utilizada por esta atividade industrial está continuamente sendo renovada, o que possibilita que etapas inteiras do processo produtivo industrial sejam controladas por uma só pessoa, através de computadores. Fala-se de agricultura de precisão para a cana-de-açúcar, e conforme anunciam profissionais do ramo, com o fim das queimadas por exigências ambientais, o trabalho de corte da cana deverá ser realizado por máquinas¹⁰¹. Esta possibilidade merece uma avaliação das implicações que poderão ocorrer para os trabalhadores. Eles ajudaram a consolidar este ramo industrial e estão na iminência de serem eliminados do processo.

Se este árduo trabalho humano pode ser substituído por máquinas, ainda com ganhos ambientais, do ponto de vista tecnológico e humano isso poderia representar um enorme avanço. Mas, nos marcos do capitalismo, os efeitos sociais dessas conquistas são catastróficos, pois os seres humanos são simplesmente descartados. Tais práticas mantêm atual a advertência de Andrade (1995, p. 76) de que a modernidade e a modernização não devem ser encaradas somente como opções de uma maior utilização tecnológica em benefício de grupos econômicos e sociais, mas, sobretudo, como o caminho para, utilizando a tecnologia, oferecer à população melhores condições de vida. Modernizar não é somente transformar, como querem alguns grupos que se beneficiam da modernização, mas transformar para melhor. E na metamorfose para melhor o trabalhador não deve ser apenas objeto, mas também sujeito do processo.

¹⁰¹ A legislação que proíbe as queimadas se refere, inicialmente, apenas ao Estado de São Paulo, ainda que exista um debate envolvendo outras áreas produtoras. Foi firmado naquele Estado, em 1999, com validade até 2005, um *Pacto pelo emprego no agronegócio sucro-alcooleiro*, estabelecendo compromissos entre as diversas partes envolvidas: governo da unidade federativa em questão, a União, Associação dos Municípios Canavieiros e outras entidades ligadas ao ramo para manter os empregos nos patamares de 1999. Para tanto, vários compromissos foram assumidos pelo governo estadual e federal, como o uso do álcool combustível nas frotas oficiais, gestões no mercado internacional no

2.2.2 Implicações socioespaciais

As transformações econômicas e o perfil industrial paranaense, traduzidos em oportunidades de trabalho como se procurou enfatizar, são elementos explicativos dos desdobramentos demográficos que continuam a oscilar entre a concentração e o esvaziamento, tendo em vista a formação do pólo automotivo na Região Metropolitana de Curitiba (MOURA, 2003b, p. 589-591).

Se as mudanças na agricultura trouxeram ampla subtração demográfica por toda a região, sobretudo na década de 1970 e 1980, observa-se que na década de 1990 o processo não se esgotou e que o declínio demográfico continua. A explicação dessa pertinaz situação na região está articulada ao desenvolvimento industrial do Estado, tal como ele se apresenta, confirmando o modesto papel das cidades menores quanto às atividades industriais, em especial no que se refere à geração de empregos melhor remunerados.

Enquanto surgiam áreas de esvaziamento no interior paranaense, a Região Metropolitana de Curitiba apresentava surpreendente crescimento, como destacaram Moura e Ultramarini (1994, p. 6-7) e Moura, Ultramarini e Cardoso (1994, p. 23). Em 1950, a área a ela correspondente¹⁰² somava 317.442 habitantes. Em 1980, já eram 1.440.626 habitantes. Foi a Região Metropolitana brasileira com a maior taxa de crescimento na década de 1970, situação que persistiu durante a década seguinte, períodos que coincidem com as transformações agrícolas assinaladas anteriormente. De acordo com dados do último censo demográfico, esta Região Metropolitana permanece entre as que mais crescem no Brasil, mormente pelo incremento dos municípios periféricos, ao lado das Regiões Metropolitanas de Brasília, Fortaleza e Salvador. A Região Metropolitana de Curitiba soma 2.768.394 habitantes, com taxa média de crescimento anual, calculada entre 1991 e 2000, de 3,1%, significativamente superior a média metropolitana brasileira, que é de 2% para o mesmo período, e a média do país como um todo que é de 1,6% (MOURA et al., 2004).

No território paranaense, a Região Metropolitana igualmente se destaca como a área que mais cresce (Tabela 8), seguida das cidades consideradas oficialmente como de porte médio pelo IBGE (aquelas que possuem entre cem e quinhentos mil habitantes). Mas os centros

sentido de ampliá-lo, misturas de 26% de álcool anidro na gasolina e 3% no diesel, medidas compensatórias para adoção do automóvel a álcool, isenções de Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI) deste tipo de automóvel para taxistas e frotas de locadoras, entre outros tantos.

¹⁰² Embora a Região Metropolitana de Curitiba tenha sido instituída com 13 municípios pelo governo federal apenas em 1973, por meio da Lei número 14/1973, juntamente com Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e Fortaleza (MOURA *et al.*, 2004), os autores consideraram para a comparação entre os anos de 1950 e 1980 os 14 municípios que a compunham no final desta última década: Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Curitiba, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais.

urbanos que estão entre cinquenta e cem mil habitantes também apresentaram um índice significativo de crescimento demográfico, o que uma vez mais mostra que os mesmos apresentam uma dinâmica semelhante às cidades de porte médio, ao menos nesta unidade da federação.

Tabela 8 - Estado do Paraná. Distribuição da população por classes de municípios, 1996-2000

Classes de Municípios	1996	2000	Taxa crescimento anual %
RMC	2.431.804	2.725.505	3,3
100-500.000 hab.	1.752.356	1.902.197	2,02
50-100.000 hab.	886.828	953.638	1,83
20-50.000 hab.	1.421.853	1.465.647	0,83
Menos 20.000 hab.	2.510.963	2.511.139	0,06

Tabela elaborada com base em dados do IBGE/1996 e 2000.

É saliente como os percentuais de crescimento demográfico diminuem, conforme as classes de municípios¹⁰³. Os municípios demograficamente menores no Paraná são os que, de modo geral, apresentam os menores indicadores. São pouco numerosos os municípios que podem ser considerados demograficamente grandes no Paraná, pois, tomando por base o recenseamento do ano 2000, são apenas 28 municípios com população acima de cinquenta mil habitantes, das quais nove estão na Região Metropolitana de Curitiba, dois no aglomerado de Londrina e Cambé e outros dois no aglomerado de Maringá e Sarandi. Outros quinze são centros ou capitais regionais paranaenses.

A dinâmica demográfica da região Noroeste, mediante o contexto econômico assinalado, mostra que entre 1980 e 1991 (Cartograma 6) dos 132 municípios existentes na região naquele período, 95 perderam população. Houve uma persistência no declínio demográfico, embora menores em relação à década anterior, tanto no que se refere ao número de municípios, quanto nas taxas correspondentes, com exceção de alguns

¹⁰³ O mesmo se observa para o Brasil, como pode se conferir em Baeninger (2003, p. 285), onde, para a média nacional (1,63%), as Regiões Metropolitanas apresentam índices que vem decrescendo (1,99%), mas ainda assim maiores dos que os municípios demograficamente inferiores que apresentam o mais baixo percentual (1,02%), tomando por referência os anos de 1991-2000.

municípios que também estão em áreas com maiores dificuldades econômicas, tendo em vista suas características naturais, principalmente a qualidade de solo e o relevo. Há um expressivo crescimento ao longo do eixo das principais cidades da região, especialmente entre Maringá e Londrina, além de um maior crescimento dos municípios vizinhos a esses núcleos principais dos aglomerados urbanos de Maringá/Paiçandu/Sarandi e Londrina/Cambé/Ibiporã. No aglomerado urbano polarizado por Maringá, aparecem como indicadores mais expressivos os dos municípios de Paiçandu e Marialva, do qual se originou posteriormente o município de Sarandi, que neste período já era parte do processo de aglomeração urbana, a partir de Maringá. Esse processo acompanha a tendência geral de expansão territorial das cidades, seguidamente justificado pela diferença de custo da moradia.

A variação nas taxas de crescimento foi menor no sentido dos indicadores negativos e maior no sentido dos valores positivos, oscilando de -5,15% a 14%. Os índices mais altos referem-se aos municípios envolvidos no mencionado processo de periferização.

Quanto ao último período analisado, de 1991 a 2000, reforça-se a tendência da década anterior, com maior crescimento ao longo do eixo rodoviário (Cartograma 7) que articula as cidades principais, dos municípios limítrofes a estas, bem como persistem perdas mais expressivas nas mesmas áreas do período anterior, especialmente ao sul e oeste da região (Cartograma 8).

Nesse último período, do total de 156 municípios, 91 tiveram declínio de população, e destes, 36 perderam inclusive população urbana, o número mais alto de todo o período analisado¹⁰⁴. Dados indicam (Tabela 9) que existe a mesma tendência nas classes de municípios com até vinte mil habitantes, que possuem percentuais de declínio demográfico parecidos. Mais da metade dos municípios destas classes apresentam decréscimo. Com os municípios entre vinte e cinquenta mil habitantes, o percentual é menor, embora o número de municípios desta categoria seja também reduzido, ou seja, são treze municípios, dos quais quatro perdem população. Os municípios que estão em faixas demográficas com mais de cinquenta mil habitantes não apresentam indicadores de decréscimo populacional, pelo contrário indicam acréscimos demográficos, revelando o reverso do processo de esvaziamento, a concentração, absorvendo habitantes que saem dos municípios demograficamente menores.

¹⁰⁴ Conforme levantamento elaborado sobre diminuição de população urbana, foi a seguinte - entre 1960-1970: 13 municípios; 1970-1980: 14 municípios; 1980-1991: 13 municípios; 1991-2000: 36 municípios. Ao todo, dos 165 municípios, 64 tiveram redução de população urbana num dos períodos analisados.

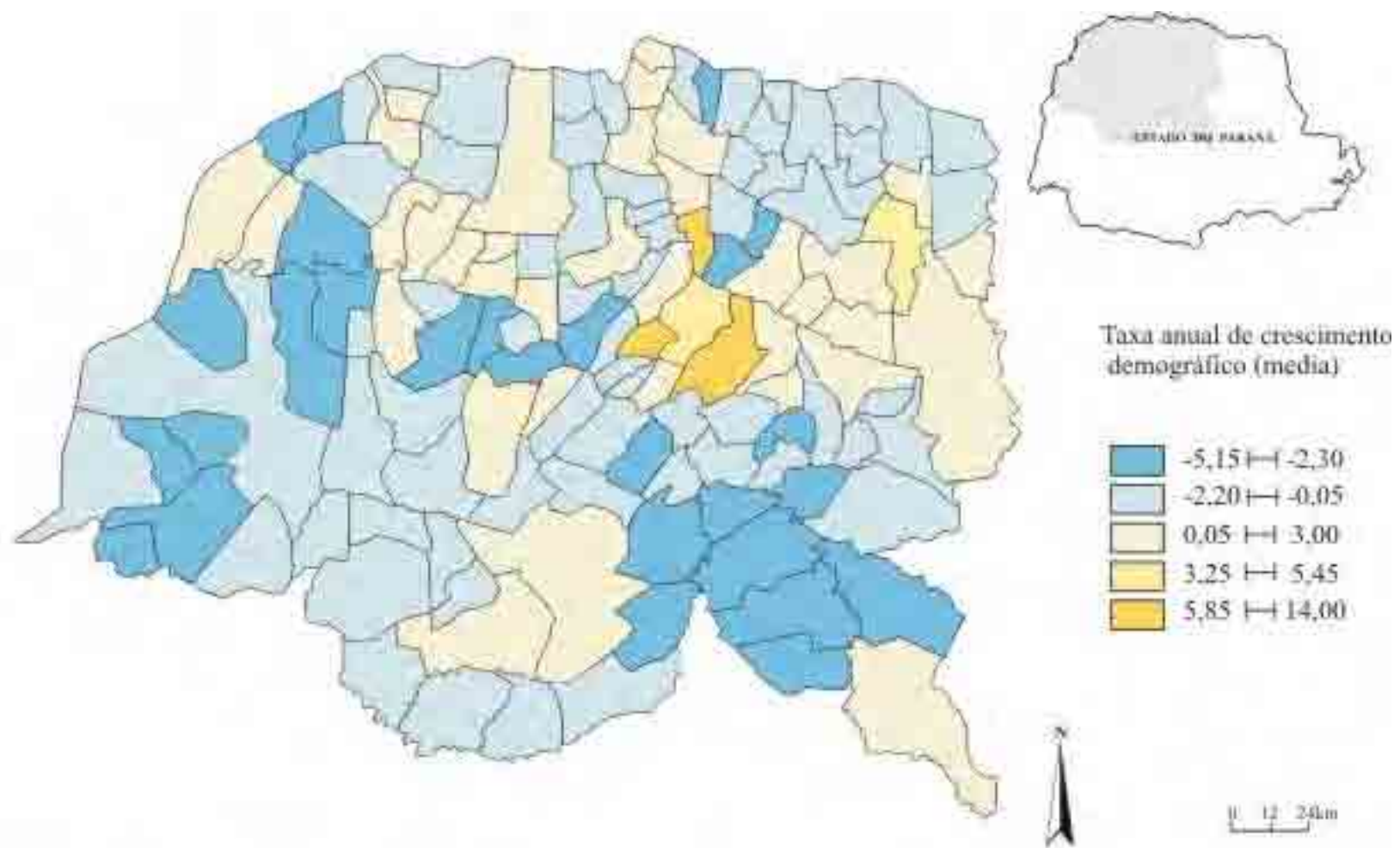
Tabela 9 – Noroeste do Paraná. Número de municípios com declínio demográfico/Classes de municípios, 1991-2000

Classes de municípios	Número de municípios existentes	Número de municípios com declínio demográfico
Até 5 mil habitantes	53	30 (56,6%)
De 5 mil a menos de 10 mil habitantes	55	36 (65,4%)
De 10 mil a menos de 20 mil habitantes	35	21 (60%)
De 20 mil a menos de 50 mil habitantes	13	4 (30,6%)
De 50 mil a menos de 100 mil habitantes	6	-
De 100 mil a menos de 500 mil habitantes	3	-
Total	165	91 (55,1%)

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

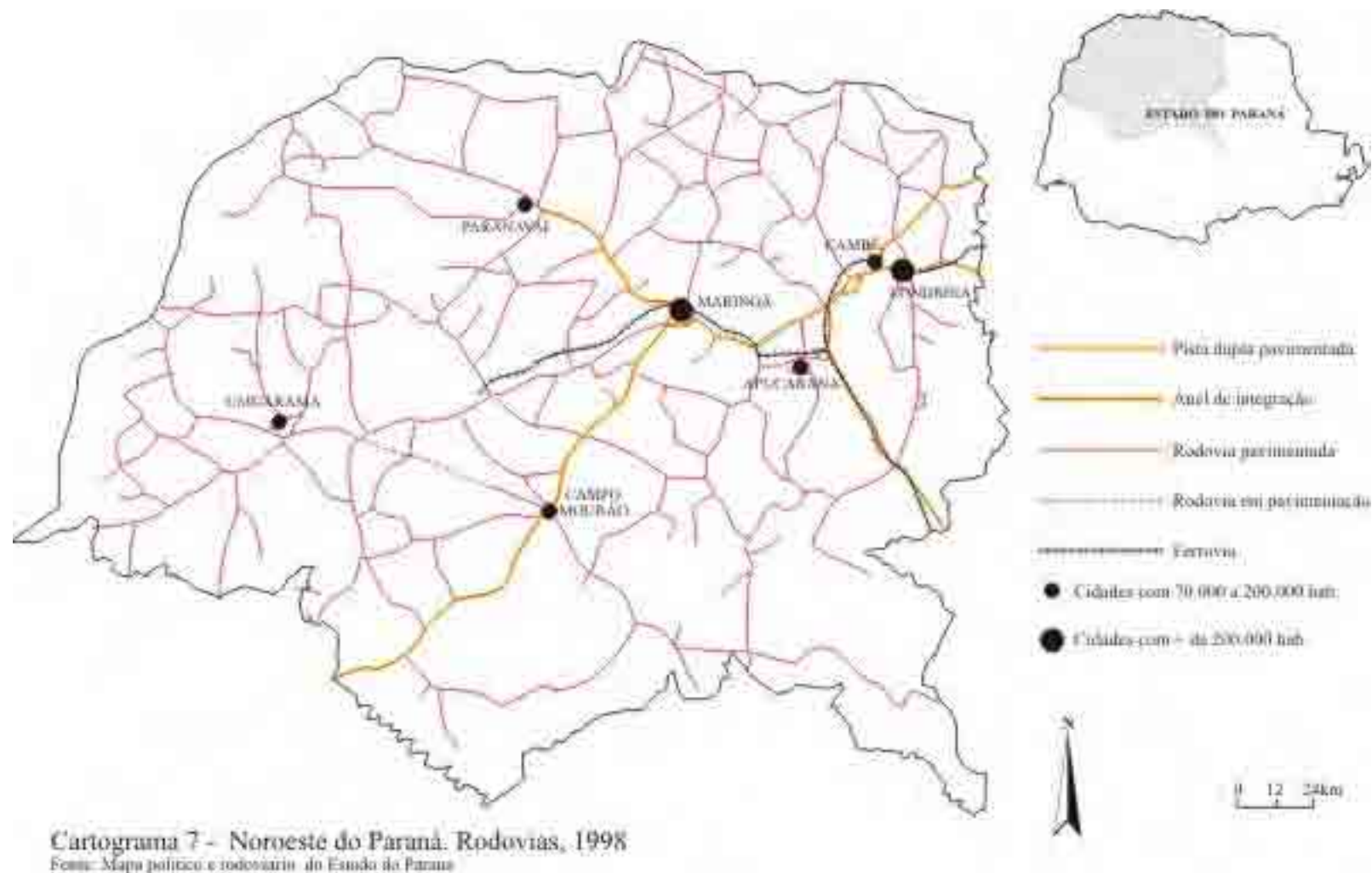
As respostas obtidas, na aplicação de questionários, com a pergunta: “Conhece pessoas que se mudaram (parentes, amigos, conhecidos)? Para onde foram (principais destinos) e por que se mudaram?”¹⁰⁵, ou seja, acerca da mobilidade geográfica de antigos moradores, indicam os destinos preferidos pelos mesmos e mostram Maringá e a Região Metropolitana de Curitiba como os destinos mais citados dentro do território paranaense, seguidos de Londrina ou de outras localidades com papéis regionais, como Cianorte, Paranavaí e Umuarama (Quadro 3).

¹⁰⁵ Questão que faz parte dos questionários aplicados nos municípios selecionados para estudo comparativo no terceiro capítulo: Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica, conforme se explica no apêndice metodológico. As questões apresentadas neste capítulo são aquelas referentes à mobilidade espacial da população destas cidades e que reiteram questões levantadas neste capítulo, acerca da rede urbana. A ordem que os destinos são mencionados nos quadros obedece à quantidade de vezes que foram citados. Encontra-se em apêndice o modelo do questionário (Apêndice F).

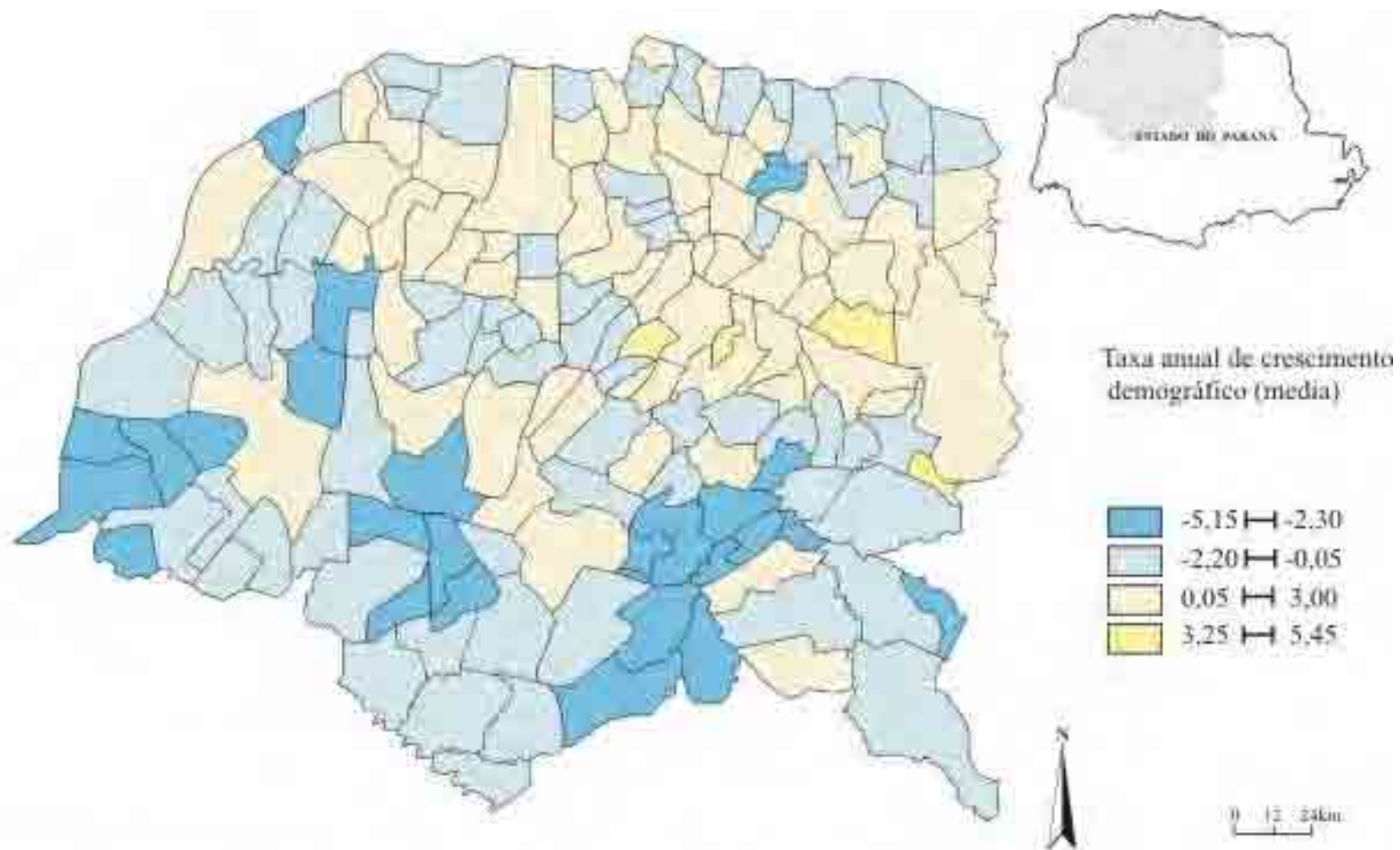


Cartograma 6 - Noroeste do Paraná. Taxas de crescimento demográfico, 1980-1991

Fonte: IBGE, Censos demográficos - 1980 e 1991.



Cartograma 7 - Noroeste do Paraná. Rodovias, 1998
 Fonte: Mapa político e rodoviário do Estado do Paraná



Cartograma 8 - Noroeste do Paraná. Taxas de crescimento demográfico, 1991-2000

Fonte: IBGE, Censos demográficos - 1991 e 2000.

Quadro 3 - Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. Principais destinos migrantes, 2003¹⁰⁶

Município	Destinos paranaenses	Outros
Colorado	Maringá, Curitiba e Londrina	Mato Grosso, São Paulo capital e interior
Querência do Norte	Curitiba, Maringá, Umuarama e Londrina	Mato Grosso, São Paulo capital, Rondônia e Mato Grosso do Sul
Rondon	Curitiba, Maringá, Cianorte e Paranavaí	São Paulo capital, Mato Grosso e interior paulista ¹⁰⁷
Terra Rica	Maringá, Curitiba, Paranavaí e Londrina	São Paulo capital, Mato Grosso e interior paulista

Fonte: Questionários aplicados, 2003.

Fora do Estado do Paraná os principais destinos mencionados foram o Estado de Mato Grosso, São Paulo (capital e interior) e Rondônia. Estas referências sintetizam os principais destinos assinalados dentro e fora do Paraná. Outras respostas merecem, ainda, ser comentadas.

Embora Minas Gerais não tenha aparecido entre os destinos mais citados, foi expressiva a menção ao mesmo, em especial por produtores ou trabalhadores que pretendiam continuar *lidando* com café. Também foram frequentes menções a Rondônia e Mato Grosso do Sul. No caso de Querência do Norte, além desses locais, aparecem os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, expressões da migração de retorno, além do Paraguai, onde alguns compraram terras e outros foram trabalhar. Em quase todas as cidades aparecem referências à emigração para países como Estados Unidos, Portugal, Japão, Espanha, Itália e Inglaterra, mostrando a participação das sociedades que vivem nestas pequenas cidades no recente processo de grandes deslocamentos imigratórios no âmbito internacional.

As manifestações acerca da questão “Para onde você iria no caso de sair da sua cidade?” sinalizam que a concretização das intenções de mobilidade demonstradas pelos atuais moradores reforçaria a tendência de migração para as principais cidades da região e para a capital do Estado e seu entorno metropolitano. As intenções de mobilidade para fora do Paraná mostram uma tendência menor de fluxo para o Estado de Mato Grosso e para a capital paulista, sendo mais freqüente as referências a cidades do interior paulista (Quadro 4).

¹⁰⁶ Referência temporal da aplicação dos questionários e não da mobilidade.

Quadro 4 - Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. Possíveis destinos dos moradores, 2003

Município	Possíveis destinos
Colorado	Maringá, Curitiba, Londrina e Mato Grosso
Querência do Norte	Maringá, Curitiba, sem planos de mudança e Estados Unidos
Rondon	Maringá, sem planos de mudança, Cianorte e Curitiba
Terra Rica	Maringá, Curitiba, Mato Grosso e interior paulista

Fonte: Questionários aplicados, 2003.

Ao perderem alento os fluxos migratórios para fora do Paraná, notadamente para o Centro Oeste e Norte do país, aumentou a migração para a Região Metropolitana de Curitiba, impulsionada pelos novos ativos industriais, bem como para cidades médias e centros regionais paranaenses. Quanto a estes últimos, é conveniente observar que a dinâmica similar às cidades de porte médio mostra que fatores aparentemente insignificantes podem fazer a diferença no comportamento demográfico. Assim, cidades consideradas oficialmente como pequenas, mas demograficamente superiores à maioria delas, expressam uma dinâmica diferente, mediante o que se deve estar de acordo com Prenant (1986, p. 477) no que se refere ao fato de que o contingente herdado pesa sobre condições ulteriores de acolhimento.

Estas informações confirmam a propensão que tem se revelado nos últimos anos de migrações de curtas distâncias, para cidades maiores e próximas do município de origem. Assim, explica-se que os moradores de Colorado indiquem tanto Maringá quanto Londrina, já que a posição daquele município torna essas cidades relativamente próximas. Essa mesma explicação serve para o caso de Rondon em relação a Cianorte e Paranavaí, sendo esta última destino também de emigrantes saídos de Terra Rica. Esse mesmo processo foi detectado por Bacelar (2003, p. 36) no Triângulo Mineiro, onde o “[...] sonho das pessoas é se mudar para os centros regionais” e Prenant (1986, p. 495), analisando o caso argeliano (parte do considerado mundo árabe), igualmente sublinha os fluxos constituídos por ‘migrantes de proximidade’. Estas referências mostram que esta tendência não é exclusiva da região analisada.

Muitos respondentes manifestaram não terem nenhuma intenção de se mudar, o que foi uma das respostas mais frequentes para os moradores de Querência do Norte e Rondon, mas também presente nos outros municípios.

¹⁰⁷ Ao constatar esse fluxo, é significativo observar que o interior paulista é considerado como segunda concentração industrial brasileira (ELIAS, 1996, p. 19).

Algumas pessoas preferiram não mencionar uma cidade específica, referiam-se ao tamanho da cidade. Convergiram respostas sobre a intenção de se mudar para uma cidade maior. Por outro lado, alguns afirmaram que só se mudariam para outra cidade pequena. Essas manifestações sobre a mudança, concretizada ou intencional, para outras cidades pequenas da região apareceram, com frequência, mas como são muitas as pequenas cidades, isso não faz de nenhuma delas, especificamente, um ponto comum de destino, mas convém mencionar que no conjunto foram expressivas essas referências, em geral motivadas por vínculos já estabelecidos: são locais de nascimento ou de moradia anterior, ou ainda, locais onde vivem parentes e amigos.

A motivação principal para a mobilidade, como já se conhece no âmbito científico, é a busca da sobrevivência por meio do trabalho (emprego ou outras atividades que resultem na geração de ganhos) tanto em segmentos formais como informais. Mas, é possível perceber que diferentes destinos possuem, de modo geral, motivações diferentes. Enquanto para São Paulo e Curitiba, por exemplo, foram predominantemente trabalhadores a procura de emprego, para os Estados de Mato Grosso e Rondônia foram investidores agrícolas, além de comerciantes e prestadores de serviços. Assim, fluxos humanos de natureza diferente podem apresentar uma variação quanto ao volume e orientação, como também constatou Prenant (1986, p.543).

Embora a migração tenha envolvido significativa parte da população que ficou sem opção de sobrevivência na região, ela não esteve baseada exclusivamente nesse contingente, ou seja, muitos se foram porque as pequenas cidades não atendiam mais os seus anseios financeiros ou profissionais. Foram frequentes as mudanças de famílias inteiras ou de jovens tendo como motivação os estudos. Nesse caso, os destinos mais frequentes foram Maringá e Curitiba. Por esses motivos, nos fluxos atuais, são predominantes os movimentos migratórios urbano-urbano, frequentemente motivados pela falta de oportunidades nas cidades menores¹⁰⁸. Esses foram os principais motivos, indicados pelos respondentes, para justificar os fluxos e as inclinações de mobilidade espacial nos municípios da região. Por fim, pouquíssimos indicaram locais que gostariam de morar tendo em vista a apazibilidade dos mesmos, como áreas do litoral.

Para entender as dinâmicas observadas nos cartogramas, especialmente nos últimos, é necessário um olhar amplo, pois tal como aludira Santos (1984), a urbanização não pode ser compreendida como uma realidade 'autocontida', mas como parte da totalidade espacial, dependente,

¹⁰⁸ Segundo dados apresentados por Baeninger (2003, p. 281), já durante os anos 1980, 60,7% dos brasileiros migrantes partiram de uma área urbana para outra.

ela própria, da totalidade social¹⁰⁹. Então, para apreender o processo de mobilidade espacial é necessário estar atento, tanto aos espaços de saída quanto aos espaços de destino da população, tal como enfatizara Brunhes (1988, p. 260): “En todo movimiento de migración o de emigración, cuántos fenómenos sociales en el punto de partida, cuántos fenómenos sociales en el punto de llegada!”.

O redirecionamento agrícola na região, como parte do processo geral de modernização no Brasil, e os efeitos socioespaciais dele decorrentes somam-se aos efeitos da concentração de investimentos e empregos na área metropolitana de Curitiba, especialmente impulsionados pela formação do novo perfil industrial do Estado, comandado pelo ramo automotivo.

Estes fatores explicam as mutações socioespaciais, ainda em curso, no Noroeste paranaense, especificamente no conjunto de pequenas cidades, que expressam, em grande parte, a mobilidade da população na insistente busca de oportunidades e de sobrevivência.

2.3 Transformações culturais, inovações na acessibilidade e no consumo

O período-chave para entender as transformações na região, desde meados da década de 1960, contudo mais visível nas estatísticas entre 1970 e 1980, consiste igualmente num marco temporal para mudanças culturais¹¹⁰ que, se não são universais, atingem áreas em diversos pontos do mundo. As decorrências são semelhantes onde houve avanço das forças produtivas capitalistas, especialmente, onde se instalaram processos de modernização da agricultura.

¹⁰⁹ Em outra obra, Santos (1996a, p. 93 e 101) volta a ressaltar a idéia de totalidade, idéia segundo a qual, afirma o autor, “[...] todas as coisas presentes no universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes” e num outro excerto “O desenvolvimento desigual e combinado é, pois, uma ordem, cuja inteligência é apenas possível mediante o processo de totalização, isto é, o processo de transformação de uma totalidade em outra totalidade”.

¹¹⁰ Adota-se uma noção ampla de cultura, baseada na materialidade e condição de vida. Conforme entende Villoro (1999), ela consiste num conjunto de relações possíveis entre certos sujeitos e seu mundo circundante, com crenças comuns e valorações compartilhadas, comportamentos, costumes e regras de conduta parecidas. Essas disposições situam-se num meio concreto, constituído por uma rede de objetos (artefatos, obras de consumo e de desfrute), de estruturas de relação conforme as regras (instituições, rituais, jogos), animado por um sistema significativo comum (língua, mito, formas artísticas).

Conquanto as mudanças pareçam ter sido mais bruscas onde ocorreram as transformações na agricultura, permitindo de certa maneira uma oposição melhor caracterizada, às vezes ‘caricaturizada’, entre o rural e o urbano, elas também ocorreram no interior das cidades, ou seja, a cultura urbana também não é mais a mesma.

Alguns objetos tornaram-se ícones dessa mudança, especialmente a televisão, mas também os telefones e, mais recentemente, os computadores, enfim equipamentos que teoricamente ampliariam as relações humanas, mas que efetivamente provocaram o isolamento, afetando a efervescência que existia nas cidades como pontos de encontros. Como assinala Hobsbawm (1995, p. 301), a difusão da televisão tornou desnecessário ir a futebol (e também ao cinema, apresentações culturais, celebrações religiosas, encontros e debates políticos) e o telefone substituiu (ou diminuiu) as conversas e encontros nas praças e feiras¹¹¹.

No entendimento de Lefebvre (2001a), o duplo processo de industrialização/urbanização ao passo que promoveu uma explosão da cidade, trouxe também elementos para a sua implosão, já que sua população e território cresceram sem que pudessem manter seus atributos antigos. Este processo faz parte de um certo racionalismo cujas ações ignoram o urbano, produzindo separações, enquanto a essência do urbano é a reunião. Portanto, o mesmo autor reconhece ao lado de uma crise mundial da agricultura e da vida camponesa tradicional, uma crise mundial da cidade tradicional, o que produziu mutações em escala planetária. Pode-se dizer, então, que o que ainda designamos como cidade e urbano, difundidos e popularizados, adquirem natureza diferenciada daquela anteriormente existente.

Perfila-se um modo de viver urbano, que penetra no campo, comportando sistemas de objetos e valores:

Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás [...] que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário ‘moderno’ o que comporta novas exigências no que diz respeito aos ‘serviços’. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano [...], os costumes, a rápida ação das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma uma racionalidade divulgada pela cidade. Geralmente a juventude [...], contribui ativamente para essa rápida assimilação das coisas e representações oriundas da cidade (LEFEBVRE, 2001a, p. 11-12).

¹¹¹ Os objetos são cada vez mais mediadores da vida cultural, aprofundando processos como esse indicado por Hobsbawm, já que por meio de novas tecnologias possibilitou-se uma percepção da simultaneidade no mundo. Se desde o século XVIII até o século XX a imprensa conseguiu ideologicamente produzir opiniões padronizadas, os novos meios de comunicação tornaram a emoção conduzida e sincronizada (VIRILIO, 2004).

Com isso, tende-se a apagar a distinção cultural entre cidade-campo, mas em decorrência da maneira contraditória como ocorre, permanecem ‘ilhas’ de ruralidade e significativa parte do que se considera como cidade é interpretada, na mesma perspectiva teórica, como espaços de mediação entre o campo e a cidade, cuja expressão brasileira seriam as favelas. Entretanto, continuamente a favela se consolida e oferece um sucedâneo à vida urbana, miserável, no entanto intensa (LEFEBVRE, 2001a, p. 75). Serão as favelas espaços mediadores ou substitutos das cidades? Ou são espaços que expressam a contradição existente no processo de urbanização precária, sobretudo em países como o Brasil, convertendo-se na cidade possível e concreta mediante as circunstâncias em que é produzida? É preciso considerar que compõem o grupo de novos cidadãos tanto os que querem como os que precisam viver ou sobreviver nas cidades. São estas pequenas trilhas abertas por uma reflexão mais ampla, cujo aprofundamento resultaria em outros rumos para o trabalho.

É certo, então, que as mudanças econômicas e seus efeitos foram acompanhados por abrangente transformação cultural, alterando valores que permeiam e estabelecem relações sociais, bem como na forma e no volume de consumo, fatores relevantes para compreender o significado das pequenas cidades, em especial no que se refere aos seus papéis de localidades centrais. Abordar estas mudanças culturais é tratar da modernidade e da efemeridade que a acompanha, como algo mais que, embora aparentemente tão solidificado, desfaz-se no ar.

A produção de uma *nova* cultura decorre do que se passou com as pessoas quando se estabeleceu uma condição de vida diferente. Se havia um mundo dual, segmentado em rural e urbano, com as modificações ocorridas esses conceitos tornaram-se questionáveis. O debate acadêmico sobre o rural e o urbano transita por esses processos de mudança, mostrando que eles não podem mais ser atribuídos, automaticamente, a determinados espaços. O contexto regional em mudança soma-se a essa transição.

2.3.1 O rural e o urbano

Existem diversas tentativas e critérios para se delimitar o rural e o urbano, tarefa que, se já era complexa antes, atualmente aproxima-se tanto do impossível quanto da inutilidade. Critérios estáticos e limitados de diferenciação facilitam aplicações pragmáticas, freqüentemente prisioneiras do curto prazo, para fins estatísticos e administrativos, mas que pouco contribuem para o entendimento das dinâmicas sociais. É o que ocorre com critérios administrativos que usam o urbano e o rural como adjetivos territoriais; estabelecimento de um patamar demográfico, ou

de determinada densidade, para qualificar uma área como urbana de acordo com o número de habitantes por quilômetro quadrado¹¹²; ou ainda, de acordo com a natureza das atividades econômicas da população.

Essas são maneiras descontextualizadas de compreender o rural e o urbano, que não são, em uma expressão de Durkheim, fatos sociais (RODRIGUES, 1984) ou coisas dadas. Ao contrário, são dimensões produzidas no decorrer da história, e que merecem ser estudadas nesta perspectiva e, só a partir daí, as contribuições podem ser significativas.

O processo de urbanização com o capitalismo atinge proporção inédita, instigando dúvidas quanto às formas que sua expressão poderá atingir, como a de Mumford (1965, p. 11): “Desaparecerá a cidade ou – o que seria outro modo de desaparecimento – transformar-se-á todo o planeta numa enorme colméia urbana?”. Ou, entendimentos como de Beaujeu-Garnier (1997) que sinaliza para uma *civilização* urbana, propagada a partir das cidades, mas não limitada a ela, já que se refere a costumes e hábitos. Observa-se que, em concepções como esta, o urbano não se restringe a um território¹¹³. Trata-se de um adjetivo de maior amplitude, que qualifica uma série de abrangentes modificações.

Em convergência, Wirth (1979, p. 93-95) entende o urbano como um modo de vida, alegando que a urbanização já não denota meramente o processo pelo qual as pessoas são atraídas a uma localidade intitulada cidade e incorporadas em seu sistema de vida. Refere-se, também, àquela acentuação cumulativa das características que distinguem o modo de vida associado com o crescimento das cidades e concretizado além dos limites das mesmas.

Retomando o referencial *lefebvreano*, o rural e o urbano consistem em condições de vida diferenciadas, produzidas historicamente, ainda que espacialmente descompassadas. Por este viés, rural designa uma condição de vida pretérita, que vem sendo superada material e culturalmente. Lefebvre (1975) fala da comunidade rural como homens débeis ante a natureza. Estes homens cujo aparelhamento técnico é precário são obrigados a dispor de muito tempo na produção de sua sobrevivência. Eles constituem-se em grupos sociais coesos para realizar o

¹¹² Com essa afirmação não se nega o significado do debate da densidade demográfica nos assentamentos humanos, que tem se tornado bastante relevante, no sentido de qualificar o urbano, mas não no sentido de conceituá-lo, até porque as formas urbanas dispersas têm provocado baixíssimas densidades, deixando, portanto, de ser esse um atributo relevante na definição da cidade.

¹¹³ Do ponto de vista territorial, uma das saídas conceituais que vem sendo utilizada é a idéia de *continuum urbano*, apresentada por Clark (1985, p. 109), bem como por outros autores, a maioria deles inspirados na realidade dos Estados Unidos, onde o grau de dispersão urbana é mais expressivo.

árido trabalho agrícola. Este trabalho não tem nada a ver com a operação de tratores agrícolas com cabines de ar condicionado dos tempos atuais.

A vida rural, examinada de um ponto de vista conhecedor dos avanços realizados, significa uma situação humana em que a sobrevivência só é possível com muito trabalho. O resultado deste trabalho oferece o mínimo necessário para viver. Esta condição social de vida é exatamente a encontrada por Cândido (1971) em estudo sobre a vida rural brasileira na primeira metade do século XX. O autor estudou vários aspectos dos habitantes rurais (os *caipiras*). A precariedade parece tanto maior, pois o desenvolvimento social da produção gerou novos padrões de consumo, modificando os parâmetros, bastante distanciados dos padrões mínimos tradicionalmente estabelecidos na vida rural, convertidos em padrões de miséria (CÂNDIDO, 1971, p. 223).

Era uma sociedade extremamente autoritária, estóica e permeada por costumes e expressões de disciplina coletiva, que determinava a sua própria manutenção ao manter o casamento como indispensável, às vezes involuntário, seguidamente *arranjado* entre os pais. A educação era extremamente rígida e em muitos casos não incluía a escola. As relações de compadrio e parceria eram valorizadas, pois a sobrevivência passava pelo suporte coletivo. Sociedade extremamente religiosa, o compadrio instituía-se através do batismo. Explica Cândido (1971, p. 245) que o compadrio, consiste em “[...] relação afetiva entre os compadres [...] criava possibilidade ou disposição para intercâmbio mais intenso: convivência, prestação de serviços, assistência mútua, etc.”, pois conforme já se mencionou anteriormente a organização e a disciplina coletiva eram fundamentais ao funcionamento desta sociedade.

Os valores expressos como característicos da vida *caipira* foram dissolvidos rapidamente, considerados atualmente como picarescos. Algumas práticas mantidas são consideradas resquícios. As permanências devem, contudo, ser reconhecidas. Sobre as mudanças na cultura *caipira*, Cândido (1971) explica que “a noite cai depressa nos povos sem escrita.”¹¹⁴.

Não há como discordar que os valores e interesses urbanos traduziram-se em costumes disseminados por quase todo o território, compondo uma cultura diferenciada. Contudo, este processo pode ser compreendido de maneira mais ampla, como uma nova condição de vida, a

¹¹⁴ Conforme registra o texto de Cândido, esta frase utilizada pelo autor é emprestada de um autor denominado Gabriel Germain.

condição urbana, produzida no âmbito do modo capitalista de produção. Se o rural significa limitação, o urbano representa uma condição social em que, teoricamente, é possível superar a precariedade, ainda que tal superação se mantenha no plano das perspectivas otimistas.

Aos poucos, o *moderno* incorporado por essa nova condição de vida passou a ser um termo *elogioso*, ao passo que para o triunfo da nova ordem capitalista se promovia o descrédito da cultura popular, “[...] amesquinhando e conspurcando tudo quanto ela criara, contestando-lhe a moralidade e ridicularizando-lhe a estética, qualificando de grosseiras ou bárbaras todas as suas mais altas realizações”. Mas a condição de vida *moderna* não trouxe ao homem, genericamente reconhecido, a esperada superação da precariedade, pois, “A despeito de suas máquinas, ele continua passando fome no meio da fartura [...]” (MUMFORD, 1958, p. 205 e 298).

A quantificação e a qualificação da sociedade brasileira como de forte tendência urbana é resultado de um processo paulatino¹¹⁵, histórico, que produziu notáveis transformações na sociedade brasileira. Registra Holanda (1987), em *Raízes do Brasil* em um capítulo denominado *Herança Rural*, a ditadura exercida pelos domínios rurais no Brasil Colônia. Neste período, havia uma primazia da vida rural. Igualmente Santos (1996b, p. 19), ao buscar as raízes da urbanização brasileira, demonstra como foi lento o processo de transferência da população para as cidades, pois durante séculos o Brasil foi um país agrário. O autor argumenta que foi necessário mais de um século (século XVIII a século XIX) para que a urbanização brasileira atingisse a maturidade; e mais um século para que assumisse as características atuais. É preciso ter referenciais como estes e de trabalhos como o já mencionado de Cândido para que se possa perceber que foram muitas as transformações ocorridas desde esse ‘Brasil essencialmente rural’, embora o país prossiga como um país significativamente agrícola.

Portanto, a questão do Brasil ser urbano, ou não, é mais ampla do que seus dados demográficos, vistos sem historicidade¹¹⁶. Todavia, recuperar a discussão, contrapondo elementos do Brasil pretérito, demonstra que intensas mutações ocorreram com a economia, território,

¹¹⁵ O processo de urbanização no Brasil é frequentemente considerado rápido, e assim o foi, principalmente na segunda metade do século XX. Entretanto, neste texto considera-se uma escala temporal maior. O processo denominado de paulatino refere-se à produção da condição social que tornou possível a transferência da população do campo para a cidade no Brasil. Prado Jr. (1998, p. 42) auxilia nesta argumentação mostrando como foi difícil, há mais ou menos um século e meio de colonização, o abastecimento alimentar dos centros urbanos. Apesar de neste período estes serem muito pequenos, havia neles uma população dedicada, sobretudo, à administração e ao comércio, sem tempo nem meios para ocupar-se de sua subsistência e cujo número era suficiente para fazer sentir o problema de sua manutenção. Estas questões tiveram que ser superadas para que o processo de urbanização pudesse ocorrer com o ritmo adquirido recentemente.

¹¹⁶ Tal como se verifica em Veiga (2002).

sociedade e, enfim, com a cultura brasileira. Apesar de tantos ‘solavancos’, as assimetrias sociais prosseguem. Como afirma Harvey (1980, p. 266) “A pobreza urbana é, na maior parte dos casos, pobreza rural reorganizada dentro do sistema urbano”, que se complementa com o que ensina Ribeiro (1996, p. 19-40) sobre o processo de urbanização que ocorre sem gerar uma urbanidade correspondente, conforme já mencionado na introdução.

Na região Noroeste do Paraná, no período em que houve o predomínio da economia cafeeira, encontravam-se características semelhantes àquelas encontradas por Cândido no Estado de São Paulo. Embora a cafeicultura estivesse amparada em relações comerciais tão bem articuladas com o mercado mundial, a peculiaridade com que era produzido na referida região faz com que os elementos explicativos sejam parecidos.

As pequenas propriedades e o uso da mão-de-obra familiar exigiam a disciplina cotidiana para a execução das atividades diárias relacionadas ao cultivo do café, ou mesmo do algodão e outros produtos obtidos com o trabalho no estabelecimento agropecuário para o consumo da família, já que só se compravam mercadorias que não era possível produzir.

Os casamentos já nem sempre *arranjados*, ainda resultavam de relacionamentos muito controlados moralmente pela família e pela sociedade local. Eram realizados, costumeiramente, após as colheitas agrícolas, período em que havia condição financeira para as celebrações festivas e constituição de novas unidades familiares.

Apesar da participação num espaço-tempo articulado internacionalmente, por meio da comercialização dos produtos agrícolas, os habitantes do campo possuíam uma cronologia baseada no ritmo da natureza, em tempos em que esse ainda tinha relação com o ritmo da produção agropecuária¹¹⁷. A *modernização* trouxe ao campo o império do tempo medido, no qual a obediência às condições naturais diminuiu e o calendário agrícola incorporou elementos do conhecimento técnico e científico (SANTOS, 1996a, p. 243).

A religiosidade era mais expressiva, bem como as relações sociais que nela se estabeleciam, como aquelas de compadrio. Eram comuns as *quermesses*, ou festas religiosas realizadas nas pequenas cidades, bem como nas diversas *paróquias* distribuídas pelo interior dos municípios.

¹¹⁷ Brandão (1983, p. 58) mostra esse ritmo cronológico, explicando que “Dentro de um ‘calendário agrícola’ que começa em setembro e termina em outubro do outro ano, atividades de trabalho na roça alternam-se com períodos de menor ocupação com a lavoura. Entre setembro e novembro ocorre o tempo de plantio mais intenso de feijão e milho, assim como de outras ‘roças’ menos comuns. Entre fevereiro e março são feitas as colheitas do ‘grande plantio’. Mas entre fins de abril e começo de agosto acontece o grande período de colheitas que antecede o tempo da ‘vagante’ maior, que ocupa os meses de agosto, parte de setembro e uma fração de outubro, na dependência de quando começam as chuvas”.

Poucas dessas festas resistiram às transformações culturais e, só muito recentemente, algumas vêm sendo retomadas como atrativo turístico. Todavia, é mais comum atualmente que se realizem festas nas sedes municipais, freqüentemente laicizadas, cuja tematização baseia-se em motivos gastronômicos ou vincula-se a motivos econômicos, com produtos que possuam projeção econômica suficiente para criar vínculos de identidade com as localidades.

Outro modo de diversão existente nas cidades da região eram os enormes cinemas, tal como já se mencionou no primeiro capítulo, vários ainda presentes na paisagem dessas localidades como recintos refuncionalizados. Muito mais do que projeção de filmes, o cinema promovia uma *feira* antes e depois das sessões. Era um momento de encontro dos jovens, que são, atualmente, os *pioneiros* locais, que recordam nostalgicamente sessões lotadas, nas quais predominavam filmes do *Mazzaropi*¹¹⁸.

A acelerada transitoriedade faz com que a condição de vida produzida no âmbito capitalista seja profundamente alterada no curso de uma geração. Não há um modelo completo de reprodução da vida e de valores que prossiga entre gerações subsequentes.

As transformações culturais que ocorreram na região decorreram das mudanças nas condições materiais de vida que foram expressivas na região, mas também fizeram parte de uma lógica ampla que atingiu o Brasil como um todo, convertendo-o de país agrário em um país urbano. Os novos valores difundiram-se rapidamente, veiculados basicamente pela televisão. É nesse momento que Becker e Egler (1998, p. 169-170) entendem que o Brasil inaugurava a modernidade com a coexistência da pobreza.

Não a pobreza primitiva, mas aquela iluminada pela pequena janela das telas dos aparelhos de televisão, que se espalhavam nas centenas de milhares de casas, casebres e favelas. Conectando ricos, remediados e pobres no mundo ilusório e utópico das novelas e dos noticiários programados, a ideologia eletrônica da televisão cumpriu no Brasil um papel único no mundo, enquanto instrumento de política social e formação de opinião durante o período autoritário e depois dele.

¹¹⁸ Amácio Mazzaropi (1912-1981) nasceu em São Paulo, mas viveu em Taubaté, mesma cidade de Monteiro Lobato. Começou sua vida artística num circo teatro, passou pela televisão, mas sua maior produção foram cerca de trinta filmes nos quais atuava como diretor e ator, quase sempre incorporando o personagem do *Jeca*. Ele retratava uma pessoa saída do interior, trajada como tal e que se atrapalhava com objetos urbanos como os elevadores e as escadas rolantes (considerado por alguns como uma versão de *Carlitos* brasileiro), abordava temas exatamente de uma sociedade em plena mudança de valores: as relações familiares abaladas pelo divórcio, as solteiras, mas também a política nos moldes interioranos, os conflitos fundiários e idéias associadas à progressão social como heranças inesperadas, loterias e casamento.

Foi assim que a dimensão cultural, ancorada na televisão e com amplo alcance nacional, teve significativo papel no processo de modernização econômica brasileira, ocorrida com teor tão excludente. A inviabilização da permanência de maioria dos pequenos estabelecimentos agropecuários e a eliminação de postos e das várias formas de relação de trabalho no campo são expressões concretas desses eventos na região estudada.

2.3.2 Alterações no consumo

O declínio da sociedade rural é acompanhado por mudanças no consumo, pois junto com ela diminui a produção para subsistência e o costume de adquirir somente o mínimo nos estabelecimentos comerciais. A passagem para uma condição urbana, ainda que marcada pelas contradições, cria uma sociedade com uma alta demanda, ou repleta de necessidades a serem supridas por meio do comércio ou de serviços, acentuando fortemente a divisão social do trabalho e a financeirização¹¹⁹ ou economização (SANTOS, 1984) das relações sociais. Desta maneira se explica a criação de novos padrões de atividade comercial.

No ambiente urbano, a sociabilidade tende a se concretizar com relações criadas no meio profissional, resultante das atividades econômicas, diferenciadas daquelas fundamentadas na amizade, no companheirismo e de base familiar. Ocorre também, de maneira geral, uma secularização dos valores. Fala-se em tendências, não em transformação absoluta, pois ainda existem relações ancoradas nas mais diversas combinações.

A ampliação qualitativa e quantitativa do consumo implica em uma maior diversidade de produtos e novas demandas que, aos poucos, foram incorporadas ao cotidiano das pessoas. Desta maneira, o perfil do comércio e serviços, mesmo nas cidades menores, foi alterado, tornando-se mais complexo. Portanto, embora num contexto em que as pequenas cidades, em sua maioria, perde centralidade, existe um comércio que contempla certa diversidade, tendo por parâmetro o comércio existente em décadas anteriores. Por isso, não é possível estudar esse processo

¹¹⁹ Capel (1971, p. 37), com base em Simmel, explica que a economia do dinheiro estimula a abstração humana e favorece o desenvolvimento de faculdades intelectuais e a despersonalização das relações humanas.

comparando número e tipos de estabelecimentos, pois há que se considerar essas alterações culturais e de consumo, que atingiram a sociedade como um todo. A diferença está nos papéis que as pequenas cidades como centros de comércio possuíam no período anterior.

Portanto, ocorreu nas últimas décadas uma modificação geral no perfil comercial, que se apresenta de maneira mais numerosa, ampla e diversificada, como os super e hipermercados, grandes grupos e redes de lojas e *shoppings*, cada vez mais comuns, ao passo que estabelecimentos comerciais tradicionais são fechados (CHARRIE; GENTY; LABORDE, 1992; DIRY, 1997; CORRÊA, 1999). Instalados mais efetivamente em cidades maiores esse novo padrão de comércio afetou a centralidade comercial dos pequenos núcleos urbanos.

Foram alterados não só o perfil dos estabelecimentos comerciais, como a variedade e o aspecto de comercialização dos próprios produtos. Anteriormente vendidos em embalagens maiores ou na quantidade desejada por cada consumidor, são agora repartidos em embalagens menores, que indicam uma frequência maior às compras e agilidade num sistema em que os estabelecimentos comerciais impõem cada vez mais o auto-serviço. O vinho vendido em barricas agora é vendido em pequenas garrafas, exemplifica Ferrer Regales (1991, p. 128). Processos semelhantes ocorreram com o comércio do açúcar, arroz, feijão e farinha de trigo, anteriormente vendidos em sacas de sessenta quilos; óleo vegetal em latas de dezoito litros; o sal em embalagens de trinta quilos e a gasolina que era vendida enlatada em tambores com torneiras, entre outros.

A importância do consumo para a rede urbana está na estrutura que ele exige, já que a reestruturação dessa rede diante do mesmo pode significar o *desmantelamento* daquela pré-existente, afetando as interações espaciais, especialmente os papéis e significados das pequenas cidades.

Mas, a sociedade urbana não exige apenas um comércio mais abundante e variado, como demanda diversos serviços, basicamente relacionados à educação e à saúde que dificilmente possuem nas pequenas cidades estrutura idêntica a das cidades maiores. A distribuição desses serviços está relacionada a decisões de intervenção pública (CHARRIE; GENTY; LABORDE, 1992, p. 76). Mesmo em cidades pequenas com uma dinâmica demográfica positiva existem muitas dificuldades para manter o mínimo do atendimento necessário. Por isso, em convergência com Renard (1997, p. 19), defende-se que esse consumo mais exigente e sofisticado pode ser suprido por meio de iniciativas supramunicipais¹²⁰. No

¹²⁰ O tema da supramunicipalidade é tratado no último item do quarto capítulo. No Brasil, estas iniciativas são significativas como possibilidade de universalizar certos serviços, ressalva-se que nem sempre eles possam ter qualidade que permitam compreendê-los como um consumo exigente e sofisticado.

setor de serviços, também ocorreram casos de perdas de papéis das pequenas cidades, como explica Di Méo (1997, p. 278) no que se refere ao atendimento em unidades de saúde, em especial referentes à maternidade e intervenções cirúrgicas, convertidos comumente em centros de convalescença e repouso.

Uma breve observação sobre um outro aspecto trazido por essa forma de comércio de maiores dimensões, como ensina Sennet (1998, p. 180), é que o preço fixo nele praticado induz à passividade, já que elimina a negociação, pois para o referido autor a “[...] pechincha e os rituais dela resultantes são os exemplos mais comuns do teatro diário de uma cidade, e do homem público como ator”. Por exemplo, a loja de departamentos envolve vendas mais volumosas e com maior rapidez, sem tempo para a negociação e a pechincha. Há, portanto, mais do que alteração no consumo e nas formas de estabelecimentos que o suprem, conformam-se outros comportamentos sociais.

Nos países considerados desenvolvidos, a maioria das pequenas cidades possui estabelecimentos comerciais pertencentes a grandes redes e serviços das mais diversas instituições financeiras, além de outros tantos, como indica Renard (1997, p. 36-38): as auto-escolas, agências de viagens e profissionais liberais como arquitetos, contadores e advogados, ainda que esses quase sempre trabalhem numa situação de monopólio.

Costa (2000, p. 258) detecta em Portugal uma uniformização do consumo entre as cidades menores e as áreas metropolitanas, com expansão da oferta comercial e adoção cotidiana de eletrodomésticos, onde “As lojas franqueadas e as grandes superfícies, substituem-se ao comércio tradicional e à feira, mesmo em cidades de pequena dimensão”. As compras não diárias são quase totalmente feitas em super ou hipermercados, ao passo que as necessidades diárias são supridas por mercearias, ou seja, por pequenos estabelecimentos comerciais que conservam esse papel. Quanto aos serviços de apoio à produção (intermediação financeira, serviços de segurança, publicidade, controle de qualidade, informática, consultorias, etc.), estes são ainda reduzidos nas cidades menores.

Todas essas alterações, embora convergentes numa perspectiva universal, apresentam peculiaridades em países como o Brasil, onde desigualdades brutais na distribuição de renda acabam por gerar circuitos diferentes de atendimento aos imperativos de uma sociedade tão segmentada. É assim que se explica a formação do circuito inferior da economia (SANTOS, 1979a, p. 273-274), com a finalidade de atender à demanda da população com baixo poder de consumo. A vida nas cidades ampliou a demanda para o suprimento das necessidades, mas há uma parte da sociedade que participa do ímpeto consumista de maneira muito restrita. Assim ocorre nas pequenas cidades estudadas. Como prevalecem

ocupações em atividades agroindustriais, especificamente a sucro-alcooleira, predominam junto com esse tipo de atividade seu caráter excludente, já que a remuneração da força de trabalho não é suficiente para que essa parte da sociedade possa estar efetivamente no circuito do consumo.

No âmbito da rede urbana, o mesmo autor esclarece que nas pequenas cidades nem sempre há uma dimensão mínima requerida para a instalação de um comércio moderno. Os consumidores que requerem produtos ou serviços raros dirigem-se às cidades maiores. Mas o circuito inferior não está somente nas pequenas cidades, ele está onde está a população pobre, como nas periferias de grandes e médias cidades (SANTOS, 1979a, p. 290), como modo de viabilizar o consumo.

Nas pequenas cidades, de maneira geral, as inovações ocorrem de maneira mais lenta, sendo estes locais onde predominam permanências por mais tempo, pois não há um acompanhamento completo do novo perfil desenhado para o comércio e serviços nos últimos anos. Nas cidades brasileiras, esta diferença é mais profunda em consequência das já mencionadas e enormes diferenças na distribuição da renda. Observam-se alguns estabelecimentos de capital local, como pequenos ou médios supermercados, *boutiques*, lojas de *presentes* e utilidades de R\$ 1,99 misturadas a outras de perfil antigo, com aspecto de *armazéns* ou *vendas*.

Quanto aos serviços, da mesma maneira, não se difundiram como nos países considerados desenvolvidos; ao contrário, tem sido freqüente o fechamento de agências bancárias¹²¹, mostrando que não há nestas localidades uma parcela da sociedade com poder aquisitivo suficiente para manter essas atividades. Isso foi agravado com o processo de privatização e ‘saneamento’ dos bancos.

¹²¹ No Estado de Minas Gerais, houve uma polêmica por esse motivo, depois da compra do Banco do Estado de Minas Gerais pelo Banco Itaú. Por causa do rendimento modesto das agências de pequenas localidades, diferente do seu padrão médio de lucro, o Banco Itaú pretendia fechar 58 agências, afetando o atendimento a aproximadamente trezentos mil habitantes. Para manter as agências abertas, tal instituição exigia das prefeituras o pagamento de valores entre 7 e 15 mil reais. No Paraná, o antigo Banco do Estado do Paraná (Banestado) também foi adquirido pelo Itaú e existe a mesma intenção de fechar agências nas cidades menores. Contudo, no Paraná, várias agências de novas instituições financeiras de capital cooperativo vêm se instalando nas pequenas cidades, suprimindo as lacunas deixadas por outros bancos que se foram. O Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) já possui mais de duzentas agências, a maioria em pequenas cidades. Mas os dados gerais para o Brasil confirmam que muitos municípios não possuem atendimento bancário, pois de um total de 5.507 municípios brasileiros, aproximadamente 1.600 não possuem nenhum tipo de atendimento; outros 1.397 municípios possuem, apenas, uma agência e 670 apenas um posto de atendimento. Em suma, aproximadamente 67% dos municípios brasileiros possuem no máximo uma agência bancária ou um posto de atendimento.

A alteração que o consumo traz no âmbito da rede urbana não pode ser compreendida sem as implicações da capacidade de deslocamento da sociedade, tema a ser desenvolvido na seqüência.

2.3.3 A acessibilidade

Os assentamentos humanos precisam ser pensados juntamente com a capacidade de deslocamento da sociedade, que tem se alterado de maneira exponencial por meio de diversas modalidades de transportes. As sociedades locais são mais ou menos afetadas, dependendo da posição das mesmas na composição da rede urbana e dos circuitos de que pode participar. Cumprindo o papel de unificação de mercados, articulando efetivamente economias, os transportes são substanciais para compreender a espacialidade humana produzida, bem como as modificações na condição de vida (BEAUJEU-GARNIER, 1997, p. 452).

No que se refere à dinâmica urbana, foi a popularização do automóvel, outro *ícone* da vida contemporânea que, associado a outros objetos que compõem o transporte rodoviário, causaram intensas mudanças tanto no espaço intra-urbano como no interurbano. São meios de interações espaciais amplamente tributários da contração espaço-tempo (DUBUC, 2004, p.82).

É muito freqüente que a forma cada vez mais dispersa das grandes cidades e áreas metropolitanas sejam explicadas pelo deslocamento flexível e facilitado por meio do automóvel. O resultado tem sido assinalado de modo negativo pela maioria dos estudiosos, enquanto avança o processo de dispersão na cadência do interesse do capital imobiliário, gerando uma cidade carente de densidade, dispendiosa para o poder público e para seus moradores, além de ser excessivamente fragmentada sob o aspecto funcional e social. Isso tem provocado o surgimento de um *novo urbanismo*¹²² regulado pela revalorização da densidade, do transporte público e do pedestrianismo.

¹²² O novo urbanismo é considerado como uma reação, inicialmente expressa no âmbito dos Estados Unidos, aos subúrbios e a dispersão urbana excessiva por ele provocada. Por isso preza a densidade, a multiplicidade de usos e zoneamento flexível, além do pedestrianismo. Entretanto, ao invés destas idéias serem aplicadas sobre áreas concretas, inspirou a criação de novas cidades, empreendimentos imobiliários que na realidade têm representado uma nova forma de gentrificação urbanística, ou seja, mais uma opção para classes que já contavam com uma série delas, enquanto os problemas sociais expressos em condições de vida precárias nas cidades prosseguem. Esse assunto será retomado no quinto capítulo.

Apesar desse movimento, observa-se que, concretamente, as distâncias percorridas diariamente aumentam na maioria das cidades, mediante a periferação de uma série de atividades, ao passo que o transporte público tem um funcionamento radial polarizado nas áreas centrais, portanto, inadequados para os deslocamentos diários, no período atual. Por isso, ao invés de diminuir, cresce a presença do automóvel no cotidiano urbano, apesar de suas desvantagens econômicas, ambientais e estéticas (CAMAGNI, 2002, p. 234-237).

As implicações trazidas pelo automóvel não atingem exclusivamente áreas metropolitanas, mas toda a rede urbana e as pequenas cidades nela situadas de diversas maneiras. A acessibilidade é contada menos pela distância em quilômetros e mais pela distância horária, ou seja, o tempo necessário com os meios de circulação disponíveis para ter acesso a tais localidades. Por exemplo, em estudo comparativo, Barreau e outros (1973) consideraram que localidades com até uma hora de afastamento de cidades com papéis regionais e impulsionadoras do desenvolvimento possuem um afastamento considerado fraco; de uma a duas horas seria um afastamento médio e mais de duas horas representam um afastamento forte.

O debate mais comum, com efeitos universais nos papéis das pequenas cidades, é quanto à difusão do automóvel que coloca os habitantes dessas cidades mais facilmente em contato com centros regionais, com equipamentos comerciais e de serviços mais diversificados e sofisticados. Por isso, para que não declinem demasiadamente seus papéis terciários, os pequenos centros precisam reforçar os estabelecimentos que cumprem esta função “[...] sobre todo en una etapa como la actual, en la que por razones de economía de escala tienden a perder sus funciones comerciales em beneficio de las grandes ciudades, processo favorecido por las mejoras en la movilidad y del parque automobilístico” (RODRÍGUEZ ALVAREZ, 2001, p. 45).

Portanto, um dos efeitos do uso do automóvel foi a perda, ao menos relativa, da centralidade das pequenas cidades, pois facilitou o acesso ao comércio nas cidades maiores, dotadas das grandes superfícies dos super e hipermercados, nem sempre presentes em localidades menores. Por isso, outros tantos autores sinalizam para esse estreitamento da centralidade e, por conseguinte, na necessidade de uma redefinição dos papéis dessas cidades (CORRÊA, 1999; GIRAUT, 1997; FERRER REGALES, 1991, p. 86). Nas palavras de Dubuc (2004, p. 71), o crescimento da velocidade da circulação provocou declínio dos pequenos centros ‘curto-circuitados’ pela concorrência com os grandes. A mesma preocupação aparece em Renard (1997, p. 36) ao considerar que a instalação de grandes superfícies comerciais na periferia das grandes cidades facilita sobremaneira o acesso às mesmas, afetando o papel comercial das pequenas cidades.

Fluxos dessa natureza na região são freqüentes em direção aos centros regionais (Quadro 5), motivados especialmente por serviços médicos e odontológicos e pelo comércio, dependendo da cidade de origem. A intensificação dos fluxos está relacionada a ampliação da estrutura viária da região, como pode se ver no comparativo viário entre 1970 e 1998, apresentado no cartograma 9.

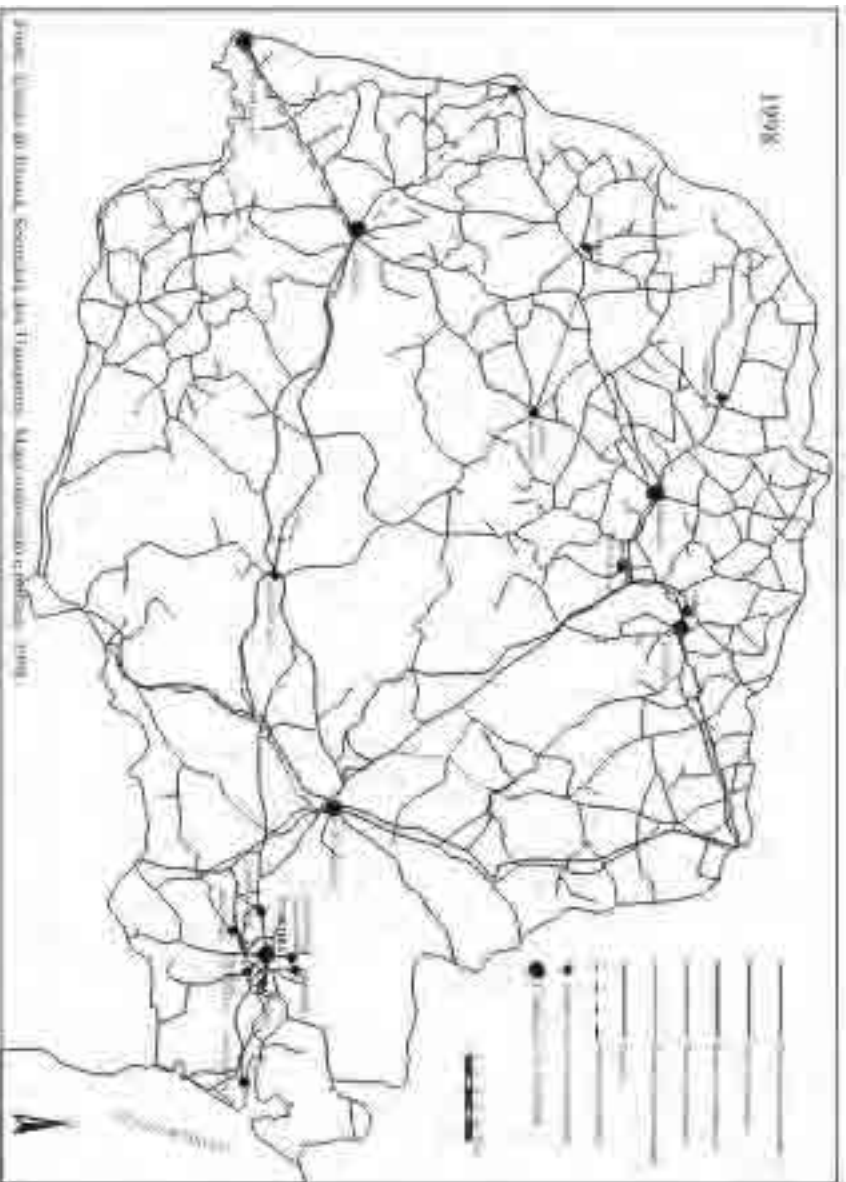
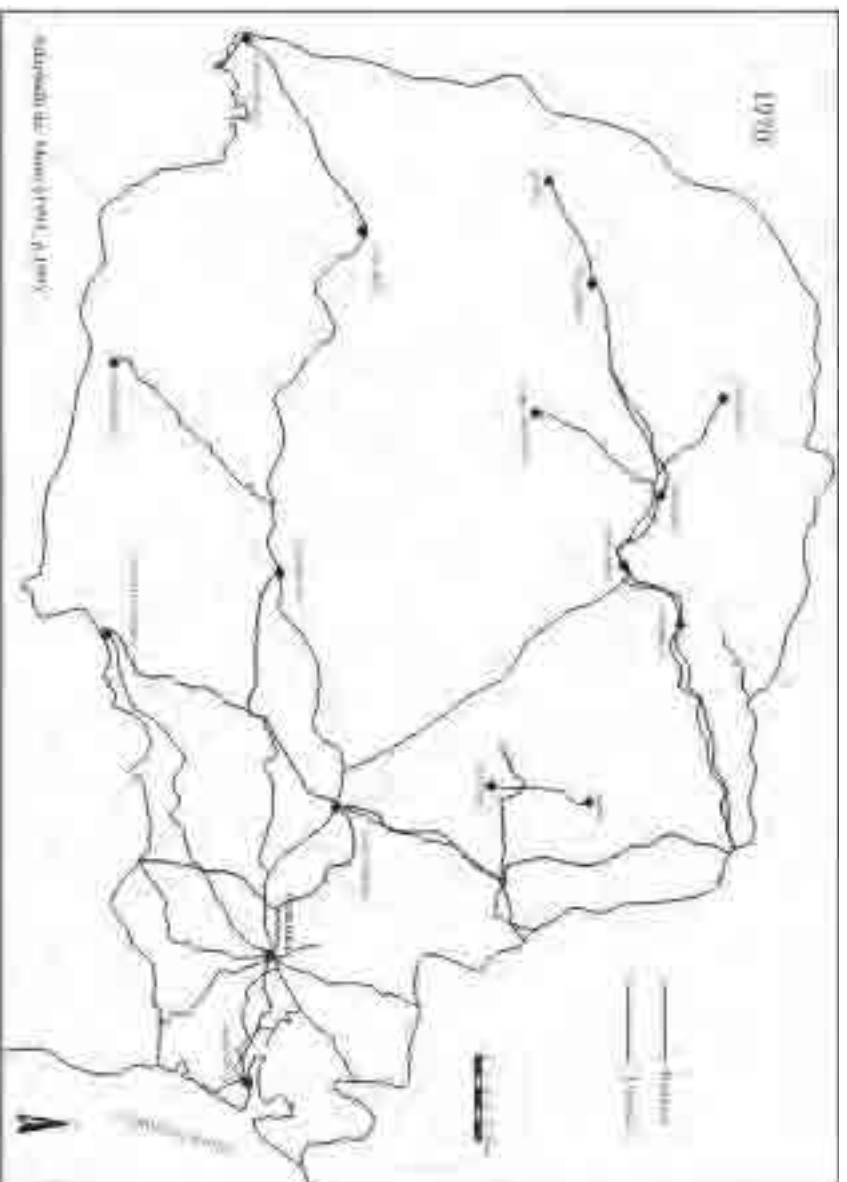
Tomando por referência os municípios de Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica, foi possível apreender parte desses fluxos. Cidades onde os serviços bancários são restritos, os moradores precisam se locomover para ter acesso a determinados bancos ou serviços, como Querência do Norte e Rondon, que não são comarcas, então há mobilidade por esse motivo também. Outras razões que justificam esses fluxos são compras de produtos para uso profissional, além do consumo produtivo rural conforme já assinalado antes. Pessoas que vivem em pequenas cidades, conforme respostas obtidas, viajam até mesmo para doar sangue, participar de encontros religiosos, encaminhar seguro-desemprego, entre outros. Para algumas pessoas, esses deslocamentos são tão freqüentes que nem são considerados como viagem.

Quadro 5 – Colorado, Querência do Norte, Rondon, Terra Rica - Viagens mais freqüentes, 2003

Município	Viagens freqüentes
Colorado	Maringá, Londrina ¹²³ , Presidente Prudente
Querência do Norte	Loanda, Paranavaí, Maringá/Santa Cruz Monte Castelo
Rondon	Cianorte, Maringá, Umuarama
Terra Rica	Paranavaí e Maringá

Fonte: Questionários aplicados, 2003.

¹²³ É preciso observar que Londrina é uma cidade demograficamente superior a Maringá, cujas atividades em alguns aspectos são equivalentes ou mais completas que em Maringá, embora exista uma certa complementariedade entre as duas. O fato desta cidade aparecer com menor peso explica-se porque a maior parte da região abrangida nesse trabalho é polarizada por Maringá, em razão da proximidade. Londrina, porém, tem polarização equivalente em relação à parte oriental no setentrão paranaense.



Cartografía de: Estado de Puebla, Comparsitas (a todo color), 1970 - 1998

Em Colorado, a frequência maior é para Maringá, mas como a cidade está localizada de forma relativamente próxima a Londrina e Presidente Prudente, cidade de porte médio do território paulista, o fluxo se divide um pouco. Moradores de Querência do Norte mostram intenso fluxo diário em direção a Loanda, que também é considerada uma pequena cidade, mas é comarca desse município e possui um comércio mais diversificado, além de serviços bancários mais completos. Foi notável também em relação à Querência do Norte, o constante fluxo com Santa Cruz Monte Castelo, no mesmo nível que Maringá, também justificados por serviços e compras. No caso de Rondon, a articulação com Cianorte é muito forte, tal como de Terra Rica com Paranaíba.

Se é problemático que as grandes cidades possuam estabelecimentos *modernos* que as pequenas não tenham, tendo em vista o deslocamento da população para aquelas, Renard (1997) pondera que quando estruturas de super e hipermercados chegam nas pequenas cidades, torna-se difícil para o comércio tradicional da cidade resistir. A estratégia para lidar com o problema tem sido a tentativa de reabilitação de áreas centrais antigas e do seu comércio, tornando-os mais atrativos e em condições de disputar com os novos estabelecimentos. No caso das pequenas cidades da região, como existem apenas pequenos supermercados, a disputa maior é com as grandes superfícies dos centros regionais.

Outra questão que se apresenta quando se instalam unidades pertencentes a grandes redes de comércio ou prestação de serviços em pequenas cidades é que elas convertem-se em uma outra maneira de drenagem espacial da renda, pois diferentemente dos estabelecimentos comerciais de capital local, estes centralizam a gestão financeira e os recursos em matrizes quase sempre distantes.

Mas há outros desdobramentos decorrentes das facilidades, ou não, em relação ao trânsito entre as cidades no âmbito da rede urbana. A acessibilidade a cidades com papéis regionais tem sido considerada como possível elemento explicativo para o dinamismo econômico de pequenas cidades, tal como Santos (1989, p. 139), que aponta as muitas e diversas situações das pequenas cidades que ele encontrou em seu estudo na região de Campinas. Ele fala de pequenas cidades estagnadas coexistindo com outras cidades dinâmicas, explicadas pela acessibilidade, diferenciando áreas onde há uma atividade industrial predominante e cultivos altamente capitalistas. Quanto aos centros com os piores indicadores, que tendem ao esvaziamento e estagnação, estão geograficamente isolados, distantes dos eixos viários principais.

Pequenas cidades localizadas em áreas próximas a áreas metropolitanas e em eixos dinâmicos podem passar por um incremento nos seus papéis industriais, geração de emprego, aumento das receitas e outros benefícios econômicos. No entanto, o inesperado crescimento demográfico

pode apresentar efeito desestruturante, gerando problemas próprios das periferias metropolitanas subdesenvolvidas, já que tais pequenas cidades passam a funcionar como cidade dormitório ou satélite industrial (SANTOS, 1989).

A proximidade e a acessibilidade facilitada, impulsionadas pela generalização do uso do automóvel, trazem outros papéis para as pequenas cidades situadas relativamente próximas a cidades médias ou áreas metropolitanas, cada vez mais freqüentemente transformadas em áreas residenciais principais ou secundárias, como apontam diversos autores (CHARRIE; GENTY; LABORDE, 1992; FERRER REGALES, 1991; SANTOS, 1989), ou ainda como foco de atrações turísticas (LABORIE, 1989, p. 179). Mais especificamente sobre as residências secundárias e funções recreativas em áreas aprazíveis, de acessibilidade relativamente facilitada, segundo sinaliza Dubuc (2004), tal possibilidade está associada além da mobilidade ao aumento da renda e do tempo livre.

Neste mesmo impulso, um conjunto de atividades diferentes das tradicionais passou a ser desenvolvido no campo. Estas atividades caracterizam-se pela incorporação de novos produtos agropecuários, industriais, prestação de serviços e atividades de entretenimento, caracterizada pela busca por espaços bucólicos e/ou marcados pela tradição cultural, nos momentos de ócio. Estas atividades, emergentes em vários pontos do globo, entusiasmaram grupos de estudiosos brasileiros que passaram a falar de um ‘novo rural’ no Brasil. Levando-se em consideração o que já se ponderou, nesta tese, sobre o rural e o urbano, deve-se questionar se essas propostas de volta ao campo e revalorização da natureza podem ser compreendidas como rurais. Este retorno ocorre de uma perspectiva urbana. Ele só é aceitável, por parte da sociedade, tendo em vista o conforto, a acessibilidade, o vínculo com a cidade e com a mídia que veicula valores urbanos. Ou será que as pessoas voltariam para o campo sem eletricidade e outros confortos, já incorporados como necessidades, com base em referenciais urbanos? O que impulsiona atividades consideradas como do *novo rural* consiste numa demanda basicamente urbana e se há algo de *rural*, pode-se dizer que se trata de um rural resultante de uma estetização, como algo para ser consumido enquanto tal ¹²⁴.

¹²⁴ Essa forma de compreender estes novos fatos encontra respaldo em George (1983), ao assegurar que se o homem abandona ocasionalmente a cidade, o faz quase sempre como cidadão, uma vez que a aglomeração populacional cria a necessidade de afastamentos periódicos. Ele pondera que essa necessidade de sair das cidades, expressa por seus habitantes, demonstra o seu restrito significado de local de trabalho e cumprimento de obrigações.

Já se registra também um processo de transformação de residências secundárias em principais e incorporação efetiva de áreas como novos espaços de assentamento, como destaca Gottdiener (1993, p. 24) nos Estados Unidos, esclarecendo que o compreende, decididamente, como não-rural.

Na multiplicidade de casos que se encontra numa rede urbana também se encontram situações contrárias quanto à questão da acessibilidade e da manutenção da dinâmica das pequenas cidades, seguidamente associada a uma boa situação geográfica no que se refere ao sistema de transporte. Há localidades que possuem centralidade acentuada graças ao isolamento. Trata-se, assim, de um maior uso comercial local por causa da localização geográfica, embora sempre que possível a população busque por centros comerciais maiores (CHARRIE; GENTY; LABORDE, 1992, p. 30). No Brasil urbano pretérito, apreendido por Deffontaines (2004, p. 131-132), ele compartilha o entendimento de que a circulação, com formas variadas, tenha sido responsável pela gênese de diversas aglomerações, mas também considera curiosa a constatação de cidades originadas no isolamento, menos por imperativo econômico, assinala ele, já que o consumo poderia naquele período ser suprido pelos costumeiros vendedores ambulantes ou *mascates*. Tampouco a produção agropecuária passava pela cidade no contexto estudado pelo autor, pois iam direto ao porto de embarque. Estas cidades se explicavam por “[...] uma necessidade de vida social, para romper a monotonia da solidão [...]. A aglomeração aparece como uma reação contra o isolamento.”. Portanto, tanto a acessibilidade como o isolamento podem ser elementos explicativos para a existência e para os papéis das pequenas cidades.

Por este viés, observa-se que as pequenas cidades prosseguem imprescindíveis, especialmente quando a acessibilidade é precária tendo em vista a distância física ou social, conservando as mesmas nesses casos os papéis de importantes centros de mercado, suportes para o consumo, sobretudo em momentos e espaços de maior densidade demográfica, quando existem atividades que utilizam intensamente a força de trabalho, como nas áreas de expansão agrícola no Brasil.

As pequenas cidades como espaços de moradia e convivência também atendem a demandas comerciais e de serviços mínimos. Quando a mobilidade é dificultada, ora pelo isolamento, ora porque os moradores pertencem predominantemente a um segmento social que não pode ter acesso à mesma distância horária daqueles que contam com o automóvel, tais localidades figuram ainda como principal centro comercial. Isso

amplia a relevância das pequenas cidades, tendo em vista a falta de acesso às facilidades trazidas pelo automóvel e, portanto, limitando a capacidade de locomoção, ainda que situados numa distância horária inferior a uma hora em automóvel.

Conquanto as maiores implicações do uso do automóvel no que se refere às pequenas cidades estejam relacionadas a aspectos interurbanos, há também algumas reflexões sobre questões intra-urbanas que merecem ser mencionadas.

Do ponto de vista do urbanismo, freqüentemente as pequenas cidades são associadas ao pedestrianismo, ou seja, a possibilidade de dispensar o automóvel. Esse modo de compreendê-las é semelhante ao de George *apud* Capel (1971, p. 36): “[...] agrupaciones densas de viviendas en el interior de las cuales todos los desplazamientos funcionales se realizarían a pie [...]”. No entanto, destaca Bielza de Ory (1991, p. 74) uma tendência contrária, pois em pequenas cidades utiliza-se o automóvel para percorrer distâncias curtas, que em uma grande cidade provavelmente seriam percorridas a pé, tendo em vista a situação do trânsito e as dificuldades para estacionar. Outra constatação é que também nestas localidades a vulgarização do automóvel dilatou as dimensões das cidades (CHARRIE; GENTY; LABORDE, 1992, p. 51). São referências que também se aplicam parcialmente às pequenas cidades da região Noroeste do Paraná.

Outra decorrência intra-urbana são os procedimentos que procuram revitalizar áreas centrais de cidades antigas, não adaptadas à motorização pela irregularidade dos traçados e estreiteza das ruas, com a finalidade de recompor o papel comercial das pequenas cidades e da capacidade de resistência do comércio tradicional diante das novas redes e grandes estabelecimentos. Assim, existem registros ou recomendações de procedimentos vinculados à dinamização das áreas centrais, como reforço das atividades comerciais e de serviços, criação de ruas para pedestres, praças, além do incentivo a atividades culturais e esportivas (CHARRIE; GENTY; LABORDE; 1992, p. 20; ANDALUCÍA, 2001, p. 87 e 90). Na região estudada, não existem cidades antigas, portanto, esse processo não se aplicaria às mesmas. Entretanto, é curioso e quem sabe merecedor de estudos o fato de que essas iniciativas de restauração e reforço das atividades comerciais de pequenas cidades antigas parecem ter influenciado os *calçadões*, construídos em quase todas as pequenas cidades da região.

A produção de uma acessibilidade qualitativamente nova entre os espaços, bem como a intensificação dos fluxos são fatores universais, mas que também ocorreram na região e que são significativos para compreender as redefinições espaciais ocorridas. À centralidade reduzida por causa da concentração fundiária e conseqüente redução de população e da densidade demográfica regional, reforçada pelos efeitos das

modificações industriais, adiciona-se as implicações dessas últimas transformações assinaladas, todos fundamentais para entender a redefinição da rede urbana e dos papéis e significados das pequenas cidades.

2.4 Redefinição da rede urbana e novos papéis e significados para as pequenas cidades

A espacialidade humana tem sido produzida com dinâmicas e contornos que expressam as metamorfoses sociais, econômicas e políticas atuais. Os nexos entre a economia, a política e os processos sociais sempre estiveram diretamente relacionados à produção do espaço. Os processos, ainda em curso, que vem redefinindo a rede urbana são os mesmos que redefinem a economia, a cultura, a qualidade das relações sociais e valores que as permeiam.

A teoria explicativa da rede urbana desenvolvida por Christaller (1988), considerada como clássica e, portanto, referencial comparativo para apreender as modificações atuais, resultou da procura de uma explicação geral para o número, tamanho e distribuição das cidades. Esta teoria fundamentou-se basicamente em atividades terciárias como o comércio varejista e a prestação de serviços e *certas* regularidades expressas na teoria das localidades centrais. Berry (1971, p. 3) já procurava mostrar elementos novos a serem considerados por esta teoria mediante a complexificação econômica, tendo em vista que nas cidades “[...] se entrelaçam la geografía de la producción y la del consumo”, mas mantêm a análise restrita a dinâmicas vinculadas às atividades comerciais e de serviços, em uma apreensão idealizada em modelos geométricos.

Portanto, a insuficiência dessa teoria para tratar da rede urbana atual não se explica somente pelas alterações no perfil das necessidades e na racionalidade de seu suprimento, mas também no imperativo de incluir elementos na análise, como a dispersão relativa de atividades industriais, porque promovem interações diferenciadas. Observa-se tanto na literatura como na realidade analisada que a redefinição da rede urbana não está restrita ao seu funcionamento como um conjunto articulado de localidades centrais, como centros de comércio e de serviços, ainda que as transformações nesse âmbito também tenham sido substanciais.

Tendo em vista o recorte temático da pesquisa, as mudanças indicadas neste capítulo têm como objetivo subsidiar a compreensão da inserção atual das pequenas cidades na dinâmica da rede urbana. Mas, há modificações nas formas e papéis nos mais diversos tipos de núcleos

urbanos, bem como na qualidade das interações, dos quais se traça um breve panorama, entendendo as dinâmicas ocorridas nos mais diversos espaços como parte de uma totalidade.

Estudar as pequenas cidades da região Noroeste do Paraná consiste em estudar, predominantemente, espacialidades inseridas em áreas de esvaziamento, mesma situação encontrada por outros estudiosos de pequenas cidades em diversas áreas do Brasil e do mundo. Contudo, Aydalot (1987), ao discutir sobre o declínio demográfico, o faz pensando em áreas metropolitanas, revelando a tendência maior da migração interurbana, após relativo esgotamento do êxodo rural. Os casos de declínio demográfico de cidades maiores, conforme ele, não têm relações com o tamanho das mesmas, mas com o fato de que ocorrem em áreas de industrialização antiga, pesada e em decadência, por mudanças nos padrões técnicos, usos energéticos e/ou de consumo (casos das indústrias de carvão, siderurgia e têxtil), além de fatores relacionados aos custos de produção, tendo em vista a concorrência ampliada.

Uma vez mais se trata de uma mobilidade pela sobrevivência, como explicam Cheshire e Hay (1985, p. 42), mais do que o tamanho demográfico importa considerar que “[...] allí donde se produce una pérdida de población por emigración neta, tanto del centro como del hinterland, este fenómeno tende a estar asociado con problemas de oportunidades de empleo”, tendo ocorrido em localidades de tamanhos demográficos variados.

No Brasil, constatou-se nas últimas décadas uma desaceleração nos índices médios de crescimento populacional das áreas metropolitanas. Entretanto, são necessárias ponderações, já que se as metrópoles perderam papéis industriais tradicionais, lembra Hall (1985) que as indústrias de alta tecnologia tendem a se instalar em áreas periféricas das mesmas, sendo assim consideradas aquelas que distam aproximadamente até cem quilômetros, ou conforme Lencioni (1996, p. 198), no caso de São Paulo, até 150 quilômetros. A mesma postura tem Veltz (2001, p. 150), ao confirmar a metrópole, mais do que os distritos isolados, como o meio privilegiado do novo capitalismo e “[...] dos sistemas produtivos ultradecompostos [...]”.

Além desses papéis industriais específicos, as metrópoles mantêm a relevância por meio de outros papéis, como sinalizam Camagni (2002, p. 242) e Corrêa (2002, p. 68), o controle econômico das empresas ou corporações que, sediadas na metrópole, projetam-se diretamente em espaços externos a ela, tornando-a base espacial da gestão, tanto mais complexa quando efetivada pelas grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, além de dotadas de enorme poder econômico e político. A concentração de sedes de empresas faz da metrópole um centro de gestão do território, “[...] centro privilegiado do ciclo de reprodução do capital, onde se dá a gestão do processo de criação do valor e criação, circulação e apropriação da

mais-valia em amplo espaço geográfico” (CORRÊA, 2002, p. 68). Papel consolidado com a soma de instituições estatais, serviços sofisticados e variados, além das convergências logísticas.

É sobre estas convergências logísticas que expõe Dias (2000), como a Região Metropolitana de São Paulo ampliou sua participação de 30% para 45% na transmissão de dados de todo país, constituindo o principal ‘nó’ da rede brasileira, seguida do Rio de Janeiro, cuja capacidade de produzir, coletar, armazenar e distribuir informações é apenas 1/3 daquela da metrópole paulista. O mesmo ocorre com a presença de bancos estrangeiros que também aumentou em São Paulo, entre outros dados que esboçam os outros significados adquiridos por essa metrópole e que tem correspondido de maneira geral aos papéis de outras tantas, consideradas como cidades globais¹²⁵.

A rede urbana agora é mundial, já afirmara Sanchez (1981, p. 210), pois o poder passa pelas cidades hegemônicas de cada Estado, numa divisão que parece tender a uma regionalização em escala mundial, ressalta o mesmo autor, numa distribuição espacial que nada tem a ver com a geometria, mas sim com as relações sociais de produção. Essa rede torna-se cada vez mais instável por causa da competição feroz e volátil conduzida pelas finanças e investimentos internacionais, portanto neste âmbito, mais do que nunca, perambulam as incertezas admitidas por Borja e Castells (1999, p. 39).

A mundialização econômica articulou cidades em diversos pontos do planeta, comandadas por impulsos catalisados nas cidades globais, conceituadas como “[...] lugares-chaves para os serviços avançados e para as telecomunicações necessárias à implementação e ao gerenciamento das operações econômicas globais. Elas também tendem a concentrar as matrizes das empresas, sobretudo daquelas que operam em mais de um país” (SASSEN, 1998, p. 35). Comumente, as crescentes transações financeiras e comerciais ampliaram os papéis das grandes cidades, mostrando que esses espaços, esboçados pelo capitalismo industrial, são reiterados, ainda que com formas e papéis diferentes, no período comandado pelo capitalismo financeiro. Prosseguem os padrões de aglomeração, mas não motivados pelo continuísmo, pois há uma nova lógica para tanto (SASSEN, 2003, p. 20).

¹²⁵ A terminologia para designar as grandes aglomerações urbanas é variada, abrangendo várias propostas, preocupação já registrada desde os romanos, quando já existiam cidades com mais de um milhão de habitantes. O conceito de cidades globais ou mundiais para designar as cidades tidas como capitais financeiras, extrapola ao critério puramente demográfico. Vários autores concordam em apontar como tais Nova York, Tóquio e Londres como as principais. Conforme Sassen (1998, p. 34), além das cidades globais, também são espaços que emergiram juntamente com os processos desencadeados pela economia mundializada as Zonas de Processamento das Exportações e Centros Bancários em ‘paraísos fiscais’.

Neste sentido, altera-se a rede urbana, mas prossegue a primazia de São Paulo sobre o território brasileiro. De acordo com Santos (1994, p. 15), a base industrial foi o alicerce para o centro nacional e internacional de serviços que essa metrópole representa atualmente. Ele considerou que São Paulo figura agora como pólo nacional, não pelo seu papel industrial, mas como uma metrópole onipresente no território brasileiro (SANTOS, 1996b, p. 54), embora mais voltada aos interesses exteriores. Sobre o papel de São Paulo na rede urbana brasileira, há outras manifestações semelhantes, como Geiger (1995) que confirma essa metrópole como principal local de articulação da economia brasileira com a economia mundial¹²⁶.

Em resumo, o Brasil metropolitano atual consiste em 26 unidades oficialmente instituídas como tal¹²⁷, três regiões integradas de desenvolvimento e duas aglomerações urbanas, abrangendo aproximadamente 40% da população total do país em 477 municípios. Houve recentemente a configuração de novas áreas metropolitanas e a formação de aglomerações urbanas no interior do país, muitas dessas últimas consideradas formalmente como novas Regiões Metropolitanas. Há um conjunto bastante diferenciado entre estas áreas, que mereceu, por parte de Moura e outros (2004), uma sistematização que sumariamente mostra a seguinte distribuição da população metropolitana: 17% nas duas principais metrópoles brasileiras consideradas como *globais* (São Paulo e Rio de Janeiro¹²⁸, total de 56 municípios); 13,6% em sete metrópoles nacionais (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza, Brasília, total de 150 municípios); 3,4% em metrópoles regionais (Belém, Campinas, Goiânia, total de 35 municípios); 5% em metrópoles polarizadas por centros regionais (Baixada Santista, Vitória, São Luis, Natal, Maceió, João Pessoa, Florianópolis e Londrina, total de 65 municípios); 1,4% em metrópoles polarizadas por centros sub-regionais (Maringá,

¹²⁶ Apenas para registrar um contraponto, há quem apresente outra leitura, como Gunn (1995) que considera essa uma ‘visão paulicêntrica’, ou um olhar para o Brasil da perspectiva dos interesses paulistas, que senão produzidos por eles, é conveniente aos mesmos. Para tanto, ele valoriza os processos indicados por aqueles que falam de uma desconcentração urbana no Brasil, tomando por referência as taxas de crescimento, a redistribuição das atividades industriais e quanto às atividades financeiras, pondera que se aumentam os depósitos captados por bancos comerciais privados e estatais com sede em São Paulo, em outros segmentos financeiros, principalmente aqueles relacionados aos investimentos, a metrópole paulista declina.

¹²⁷ A maior parte destas áreas metropolitanas foi instituída a partir do final da década de 1990, das quais até então eram apenas nove regiões assim consideradas. Os efeitos da institucionalização metropolitana indicados por Schmidt como (1984, p. 93) “[...] instrumentos políticos mais importantes usados pelo governo federal para implementar seus programas urbanos.”, desencadearam a aprovação e institucionalização, ampliando o território e a população que pelo menos oficialmente fazem parte do Brasil metropolitano.

¹²⁸ Deve-se observar que é bastante controverso considerar o Rio de Janeiro como cidade global. Como o objetivo deste trabalho não se refere a este tipo de debate, utiliza-se esta referência apenas para mostrar a distribuição da população brasileira, sem entrar no mérito específico da questão.

Norte/Nordeste Catarinense, Vale do Itajaí, Vale do Aço, Carbonífera, Foz do Rio Itajaí, Tubarão); 1% em entorno de Regiões Metropolitanas diversas. São duas Regiões Metropolitanas *formais* para o Noroeste paranaense – Londrina e Maringá.

Esse é o desenho do Brasil metropolitano, que abrange quase metade da população brasileira. Portanto, mesmo que em valores relativos o crescimento desses espaços seja menor, o contingente absoluto envolvido é bastante grande. Apesar de alguns índices menores de crescimento, cabe observar que ainda são “[...] extremadas as taxas correspondentes as RMs de Curitiba e Brasília, superiores a 3% a.a., sobre bases populacionais próximas a 3 milhões de habitantes” (MOURA *et al.*, 2004, p. 6). Portanto, no Paraná não há decréscimos metropolitanos. Pelo contrário, são áreas com os indicadores mais elevados.

Outra ressalva fundamental é que o crescimento metropolitano, na realidade, corresponde ao crescimento de municípios periféricos, seguidamente em áreas não formalizadas sob o ponto de vista urbanístico. Os indicadores sociais mostram um aumento da pobreza nestas áreas (MOURA *et al.*, 2004, p. 9)¹²⁹, o que faz das Regiões Metropolitanas ou das aglomerações, de maneira geral, espaços extremamente contraditórios, pois procurados pelas oportunidades que oferecem acabam por ampliar o grau de carências (MOURA, 2003b, p. 592).

Mas a periferização das metrópoles, e das cidades de maneira geral, também se compõem por espaços de moradia de luxo no processo de auto-segregação; por atividades industriais e criação de novas centralidades comerciais, compondo uma morfologia urbana mais dispersa, decorrente de uma redistribuição tanto de papéis industriais, comércio e serviços, como residencial, mediante novas facilidades dos fluxos de informação e transportes.

Há diversas manifestações e propostas de entendimento desse processo no meio acadêmico. Assim, Gottdiener (1993) expõe sobre o espraiamento urbano, numa forma qualitativamente nova de assentamento e um novo aspecto de polinucleação metropolitana, vinculados a uma

¹²⁹ Esse assunto vem sendo tratado também ocasionalmente pela mídia. A revista *Veja* publicou no início deste ano (24.1.2001) reportagem denominada *A explosão da periferia: crime, desemprego e miséria: uma tragédia brasileira em torno das grandes metrópoles*. Nesta reportagem, ficou destacado que quando se fala de crescimento das cidades, na verdade se fala de crescimento das periferias pobres que apresentam os piores indicadores sociais quanto ao acesso real à cidade, ou ao direito à cidade em seu significado mais amplo (SECCO; SQUEFF, 2001, p. 91.). Na Folha de São Paulo (27.6.2004), encontra-se como manchete da *Folha Cotidiano* - *SP cresce 6 vezes mais em fronteira urbana*, mostrando dados de Estudo do Cebrap sobre o crescimento populacional de áreas periféricas de São Paulo, enquanto o que se considera como cidade consolidada apresenta declínio demográfico. Nesta reportagem, menciona-se o *Jardim Paraná*, área não formalizada, onde já se contavam aproximadamente três mil famílias, com taxa média de crescimento ao ano de mais de 10% (DIAS, 2004).

nova organização capitalista. No Brasil, se falou num processo de desmetropolização, que Santos (1996b, p. 55) considerava combinado ao processo de metropolização, com a criação de outras grandes concentrações urbanas. Já Lencioni fala de metrópole desconcentrada (1996, p. 198) e Feldman (2003, p. 106) de metropolização disseminada, tendo em vista o crescimento das cidades do interior do Estado de São Paulo.

O que se observa, de maneira geral, é que as dispersões ocorrem em um entorno metropolitano mais amplo, envolvendo distâncias horárias de aproximadamente uma hora em dinâmicas cotidianas diretamente vinculadas às metrópoles. Mediante esse processo, Ascher (1995) propõe o conceito de metápole para tentar abarcar os processos engendrados pela metropolização, composta a partir de metrópoles pré-existentes e muito diversas, conformando um conjunto de espaços heterogêneos e integrados no funcionamento cotidiano da metrópole (ASCHER, 1995).

Em recente trabalho focalizado na produção territorial de formas urbanas mais extensas e dispersas, ‘em pedaços’, Sposito (2004, p. 369), após ampla revisão dessas e outras propostas, propõe o uso do termo metametrópole, que ao reunir o conceito de metápole e de metrópole seria capaz de designar aquilo que ainda tem como elemento estruturador a metrópole, mas que já se constitui além dela. Como se vê, tão movimentada como a realidade anda o debate acadêmico que procura apreender a mesma.

Outro fenômeno recente na redefinição da rede urbana é o despontar das cidades médias, que consiste, ao que tudo indica, um fenômeno universal. Estudiosos diversos já destacaram o crescimento dessas cidades, como Costa (2000) em Portugal, Ganau Casas e Vilagrasa i Ibarz (2003) na Espanha, Beaujeau-Garnier (1997, p. 269) na França e Santos no Brasil (1996b), apesar da diferenciação de critérios para sua definição que dependem do contexto em que estão inseridas. A realidade do Noroeste mostra que além do crescimento das cidades médias, nos patamares definidos pelo IBGE, crescem também cidades que, embora demograficamente menores, possuem dinâmicas semelhantes, casos de Paranaíba, Umuarama, Campo Mourão e Cianorte.

A vitalidade observada neste tipo de cidade está relacionada ao incremento industrial, em parte motivado pela instalação de novas atividades, mas também decorrente do crescimento do ramo agroindustrial; além das atividades terciárias, referentes ao atendimento de um nível de consumo mais exigente e até mesmo do consumo comum ofertado em estabelecimentos de grandes superfícies comerciais, ampliando significativamente seus papéis e promovendo sua consolidação.

O que é certo é que estas cidades estão adquirindo novo papel na rede urbana, dependendo da sua localização, entorno territorial e acessibilidade, embora a maior parte do crescimento dessas cidades tenha ocorrido em detrimento do esvaziamento de municípios vizinhos, conforme pode se apreender da região estudada, mas igualmente assinalado por Ganau Casas e Vilagrasa Ibarz (2003, p. 49).

Outro ponto a ser destacado é que as interações interurbanas estão acontecendo com padrões desconhecidos anteriormente. Podem ser assinaladas duas mudanças qualitativas. A primeira diz respeito às possibilidades técnicas e à natureza das relações econômicas que ampliam e tornam comuns fluxos entre espaços não contíguos, ampliando alcances espaciais além de trazer novos elementos para se pensar a hierarquia urbana, não mais estreitamente vinculada ao tamanho demográfico. Assim, se a rede urbana podia ser compreendida na dimensão espacial contígua da região, já que as relações interurbanas ocorriam basicamente com fluxos materiais de pessoas e mercadorias, a rede atual ficou mais complexa, pois além desses fluxos, outros se sobrepõem aos mesmos, imateriais ou virtuais, em virtude da circulação das informações e dos investimentos de capital. Estes novos fluxos prescindem da contigüidade espacial já que se realizam por redes geográficas, nas quais a distância física pouco ou nada representa. Neste sentido, os núcleos urbanos extrapolam áreas contíguas como espaço de suas relações econômicas.

A segunda alteração a ser assinalada consiste na qualidade das interações, pois se tornam mais comuns as relações baseadas na cooperação e especialmente na competição, embora as interações fundamentadas na hierarquia e na lógica territorial permaneçam. Há uma contribuição teórica significativa de Camagni (1993) a respeito da natureza das interações verificadas na rede urbana. Ele propõe o paradigma de redes para que se possa avançar na sistematização dos processos que ocorrem neste âmbito geográfico. Para tanto, ele se baseia nas novas tendências de organização das empresas e nas lógicas desenhadas a partir das mesmas: territorial (espaço de atuação definido pela 'gravitação', ou seja, tem um alcance limitado e submetido ao custo do transporte, pode ser explicada pela teoria clássica); competitiva (menor relevância dos custos de transportes, o que representa a possibilidade de conquistar um mercado maior, sendo o espaço importante como pontos estratégicos que associados ao *marketing* podem ajudar as empresas a ampliarem seus alcances) e *em rede* (uso intensivo das redes, tendo em vista relações com fins complementares, notadamente com a finalidade de inovação), considerada pelo mesmo autor como a mais desejável tanto no âmbito empresarial como no ordenamento territorial, que pode ter nessa lógica a inspiração para sua organização voluntária, ou seja, como referencial para a gestão e o planejamento.

Para bem sinalizar as mudanças na rede urbana brasileira, é significativo considerar parâmetros pretéritos indicados por Geiger (1963), que documentam e permitem dimensionar melhor as expressivas mudanças na rede urbana do país como um todo. Conforme ele, em 1950, já eram muitas as pequeninas cidades, sendo que 55% da população urbana da época vivia em localidades com até cinquenta mil habitantes, então limite demográfico entre cidades médias e pequenas. Do mesmo modo, nesse período já era grande a concentração nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro. Por outro lado, nas palavras do autor, o número de cidades médias (entre cinquenta e cem mil habitantes) e de cidades grandes (acima de cem mil habitantes) não era expressivo. Ele comenta que no Paraná os índices de concentração ainda não eram altos, pois havia uma “[...] melhor distribuição do fato urbano em todo o Sul do Brasil, reflete, entre outros fenômenos, a existência dos pequenos centros das regiões agrícolas e resulta, em parte, da posição da economia agrícola, com o domínio, em certas áreas das pequenas e médias propriedades” (GEIGER, 1963, p. 41).

Se, anteriormente, a rede urbana estava baseada em extremos de concentração e dispersão, ou seja, nas áreas metropolitanas e no grande conjunto de pequenas cidades, ela continua tendo como expressão significativa as áreas de concentração, embora com formas mais dispersas; formação de concentrações secundárias onde também crescem mais as áreas periféricas e, por fim, continuam sendo uma manifestação significativa da rede urbana brasileira, as numerosas e variadas pequenas cidades, várias inseridas em contextos territoriais das espacialidades em esvaziamento. O Brasil urbano é multifacetado, assinalou Gonçalves (1994, p. 200), “[...] uma simultaneidade de urbanos diferentes [...]”, visto que possui diversas expressões, embora mais conhecido pelas dimensões de suas metrópoles.

A estrutura político-administrativa do território mostra que 75% dos municípios brasileiros possuem menos de vinte mil habitantes e apenas 25% possuem mais de vinte mil habitantes. Números relativos que indicam tanto a concentração quanto a dispersão da territorialidade urbana brasileira. Com base nos dados do Censo de 2000, confirma-se a tendência de esvaziamento dos municípios com pequenos núcleos urbanos, pois dos 5.507 municípios brasileiros, 27,2% do total tiveram declínio de população e outros 40% dos municípios estão abaixo da média nacional de 1,6% ao ano, a maioria destes demograficamente pequenos.

No caso da região em estudo, os cartogramas apresentados já mostraram o contínuo esvaziamento demográfico. As estimativas demográficas referentes a 2002 não mostram sinais de reversão, indicando que esse processo ainda não se esgotou e está relacionado às dinâmicas econômicas mais recentes do território paranaense, nomeadamente, a espacialidade dos investimentos e dos empregos, ainda

predominante na Região Metropolitana e nos aglomerados urbanos, que indubitavelmente prosseguem como áreas de concentração, em detrimento das áreas de esvaziamento demográfico.

Conforme Corrêa (2001, p. 427-428), a rede urbana brasileira era menos complexa até a década de 1960. A complexificação¹³⁰, no entender do mesmo, foi trazida por uma série de fatores, alguns já mencionados anteriormente: mudanças na industrialização, a modernização agrícola e seus efeitos, a difusão do modo de vida urbano, relações mais diretas entre o varejo e o setor industrial atingindo parcialmente o comércio atacadista; circulação facilitada, incorporação de novas áreas à agricultura moderna, maior estratificação social com a classe média, alterações na organização empresarial e a atuação de grandes corporações, além da difusão do circuito inferior da economia.

Como se vê, são muitos os fatores que implicam em alterações na composição e no funcionamento da rede urbana, pois ela é expressão de uma profunda mudança da sociedade e do modo capitalista de produção de onde procedem os imperativos das relações na mesma. Se diferente e complexa está a sociedade, assim também se apresenta a sua espacialidade, expressão e condição materializada das relações sociais.

2.4.1 Os papéis e significados atuais das pequenas cidades

As pequenas cidades são muitas e apresentam-se diferentemente. Fazem parte das múltiplas faces do urbano brasileiro. Concomitante à existência de cidades estagnadas estão os centros urbanos dinâmicos, dependendo do contexto em que estão inseridos (SANTOS, 1989, p. 139; DUBUC, 2004, p. 71). Charrie, Genty e Laborde (1992, p. 34-35) também constataram muitas desigualdades nesta parte da rede urbana quanto à tendência demográfica e à manutenção ou não de seus papéis.

O insistente declínio demográfico em áreas municipais com pequenas cidades na região Noroeste inevitavelmente induz ao questionamento de seus papéis no período atual. Esse declínio, conforme já se expôs antes, não é exclusivo da área estudada. Na região Sul, mais de 40% dos municípios perde população, índice acompanhado pelo Paraná (MOURA, 2003b, p. 580). Em outras áreas do Brasil, como em Minas

¹³⁰ Alguns autores falam em simplificação da rede urbana, que estaria baseada no processo de crescimento das grandes cidades e declínio de pequenas (DUBUC, 2004), ou na simplificação hierárquica que de acordo com Camagni (2002) teria apenas três níveis: a rede de cidades mundiais, as nacionais especializadas e as regionais especializadas. Entretanto, ao se considerar o conjunto de centros urbanos, tendências demográficas e as interações entre os mesmos, não se encontra uma simplificação, ao contrário, trata-se de uma realidade urbana mais complexa, variada e também cada vez mais contraditória.

Gerais (SOARES, 1997, p. 119), ocorrem processos semelhantes. Mesmo que a subtração da população não corresponda à área urbana, mas ao restante do território municipal, os papéis das pequenas cidades como localidades centrais são afetados.

Apesar do declínio demográfico não constituir uma dinâmica exclusiva de áreas polarizadas por pequenas cidades, são estas as que passam por esse processo de modo mais freqüente. Isto ensinou a realidade estudada, pois as pequenas cidades compõem a estruturação de um entorno territorial que se esvazia. Tal freqüência mostra que há sim uma relação intrínseca com as dimensões urbanas¹³¹, embora não se possa generalizar, conforme já se sinalizou antes, tendo em vista o número de pequenas cidades e a multiplicidade de situações em que as mesmas se encontram.

As circunstâncias que permitiram o surgimento das diversas pequenas cidades da região não se mantiveram por tempo suficiente para que estas pudessem se consolidar economicamente, tendo em vista as bruscas mudanças ocorridas pouco depois da formação e da criação das mesmas. O mesmo se passa com os vínculos afetivos que deveriam decorrer de um tempo que para muitos não se completou em razão da mobilidade espacial.

A singularidade na formação do conjunto de cidades da região estava no fato de que se pensara a distribuição dos núcleos, suas formas e seus papéis de modo articulado. Atualmente, embora se mantenha seu aspecto, os papéis passaram por modificações e muitas dessas localidades tiveram diminuídos seus papéis como localidades centrais que justificavam sua existência no período de surgimento.

A diminuição da centralidade está relacionada, inicialmente, a menor densidade demográfica regional por causa das alterações na estrutura fundiária e na diminuição de trabalhadores. Mas, as alterações no consumo e na acessibilidade igualmente explicam a redução da centralidade das pequenas cidades, já que os novos fluxos e novos padrões comerciais ampliam o alcance e tamanho possível do mercado dos

¹³¹ São vários os exemplos em que regiões consideradas rurais, onde a rede urbana baseia-se fundamentalmente em pequenas localidades, apresentam constante diminuição demográfica. Na Argentina ocorre processo idêntico, onde, conforme divulgou-se recentemente, seiscentas vilas podem desaparecer em conseqüência do declínio demográfico: “O impacto causado pela crise econômica – e, em muitos casos pelo isolamento provocado pela privatização das linhas de trem nos anos 90 – tornou difícil a vida nesses subdistritos, o que levou a população a migrar para centros urbanos próximos em busca da sobrevivência” (DIANNI, 2004). Essa situação e seus números vêm sendo divulgados por uma organização não-governamental denominada *Recuperação Social de Povoados Nacionais que Desaparecem* (Responde), coordenado pela geógrafa Marcela Benitez. Essas localidades com redução demográfica, consideradas *em risco*, correspondem a 40% das localidades com menos de dois mil habitantes. Os números indicam que esse é um processo que se intensificou na última década por causa dos problemas econômicos vividos naquele país.

centros regionais e grandes cidades. Com isso, há uma fragilização dos centros urbanos menores e uma mudança na inserção das pequenas cidades na rede urbana (LABORIE, 1997, p. 24 e 29).

Deve-se observar, todavia, que a redução da centralidade é bastante relativa, já que, de maneira geral, permanecem significativos os equipamentos urbanos como o comércio, mas nomeadamente a hierarquização administrativa e os serviços públicos que tendem a conservar a lógica territorial e, por conseguinte, o papel de lugar central para pequenas cidades (BEAUJEU-GARNIER, 1997, p. 456). O peso desse papel também depende da situação geográfica da localidade, pois em algumas circunstâncias ele se conserva menos questionável. São circunstâncias em que são mantidas a densidade demográfica do entorno e/ou de relativo ou completo isolamento geográfico. Contudo, de maneira geral, as pequenas cidades não se explicam mais exclusivamente como localidades centrais.

O estreitamento relativo da centralidade e o entorno de declínio demográfico demonstram que não há mais razão de ser para as pequenas cidades? Embora num primeiro olhar possa parecer que a presença das pequenas cidades seja indiferente ao funcionamento econômico da região, trata-se de algo realmente apenas aparente, pois novos papéis as tornam significativas tanto para a economia, como do ponto de vista social. Este último está relacionado com a condição social e política de vida nas pequenas cidades, tema a ser tratado no quinto capítulo.

Tendo em vista a redefinição da rede urbana, há sinais de reinserção das pequenas cidades no âmbito da mesma, através de novos papéis econômicos ou por meio de funções não centrais (CORRÊA, 1999) e dependendo da sua posição territorial (VILAGRASA IBARZ, 1996). Entende Costa (2000, p. 5) que este período pode ser compreendido como de grande desafio para as áreas não-metropolitanas como um todo.

Pequenas cidades vêm assumindo papéis industriais e terciários (CHARRIE; GENTY; LABORDE, 1992, p. 54), dos quais predominam atividades industriais consideradas tradicionais. No caso das pequenas cidades da região Noroeste do Paraná, prevalece em especial o ramo agroindustrial, freqüentemente monoindustriais, o que desenha uma situação econômica de maior fragilidade diante das incertezas do mercado mundial. As atividades agroindustriais são significativas para as pequenas cidades como um todo, tanto para aquelas em que a sede industrial está presente, mas também para os municípios vizinhos, pois normalmente uma unidade industrial está vinculada ao uso de solo de diversos municípios fornecedores de matéria-prima, bem como o recrutamento da mão-de-obra ocorre em âmbito microrregional.

Apesar desta tendência geral, como são múltiplas as pequenas cidades e suas situações, Laborie (1997, p. 48) apresenta uma conclusão semelhante quanto ao papel das mesmas na organização territorial da produção industrial que não se reduz a uma só fórmula. Segundo o mesmo autor, cada pequena cidade industrial representa um sistema industrial local original.

Na região Noroeste do Paraná, as pequenas cidades constituem pontos fundamentais para o funcionamento da agricultura moderna e da agroindústria. Elas se tornaram o local de moradia da maioria da população saída do campo, ao mesmo tempo liberando-o para os cultivos modernos em propriedades maiores, mas mantendo parte desses trabalhadores nas proximidades para a execução do trabalho temporariamente contratado. Além disso, a manutenção de uma estrutura administrativa e de articulação territorial mínima faz desses pontos suportes logísticos para a instalação de unidades receptoras ou de processamento industrial. São várias as usinas e destilarias, farinheiras, fecularias, indústrias de óleo vegetal, fiação de algodão, além de unidades de recepção de casulos do bicho-da-seda e outros produtos, bem como unidades cooperativas e respectivos entrepostos. Portanto, mantém-se o papel destes locais como pontos de organização da produção.

As pequenas cidades como pontos logísticos para a modernização foram identificados também por Becker e Egler (1998, p. 146) nas novas *fronteiras agrícolas* brasileiras, pois são *lócus* das instituições estatais e de difusão da informação, além de espaço onde se concentra a mão-de-obra. Em outro estudo, Becker (1984, p. 66) já desenvolvia a idéia de que os pequenos núcleos funcionavam como base logística da ordenação territorial, funcionando como local de concentração e redistribuição da força de trabalho, de modo que pudesse estar disponível quando necessária, em diversos pontos do território, cuja rede de localidades assegura a circulação regional da força de trabalho. De acordo com a mesma referência, quanto menor o núcleo, mais exclusiva a função de fazer circular a mão-de-obra, mais precários os equipamentos e menor o tempo de permanência, o que lhes atribui o caráter dominante de espaço de reprodução momentânea, ou seja, enquanto a oferta de trabalho existe.

Tais núcleos declinam com o deslocamento das frentes de trabalho. Assim, as cidades são, nas palavras da autora, 'pontas de lança' para a ocupação do território, por isso mesmo, não são produzidas para durar, pois depois da força de expansão vem a frente pioneira, com latifundiários que se apropriam das terras já desmatadas e preparadas. E com os latifúndios, ocorre uma vez mais a concentração de terras e, por conseguinte, as espacialidades marcadas pelo esvaziamento, diminuindo a densidade demográfica e os papéis das pequenas cidades. Essa

efemeridade exacerbada das novas áreas de fronteiras evidencia esse papel, que também se encontra com as pequenas cidades da região Noroeste do Paraná.

Em convergência, Martine (1984, p. 79) situa os resultados da dispersão no contexto geral do comportamento demográfico brasileiro que considera concentrador, explicando que “[...] de fato, novas áreas estão sendo incorporadas, atraindo contingentes populacionais; porém, a capacidade das regiões de fronteira de reter produtivamente esta população, durante um tempo considerável, parece ser muito limitada”. Os pequenos núcleos que surgem com esse processo, como suportes logísticos, são tão descartáveis como os donos da força de trabalho que prepararam as terras. Esta realidade sob a perspectiva social só pode se reverter se, ao invés de ter como alternativa a mobilidade espacial, ‘inquietação conformista’ (MARTINS, 1979), houver mobilização popular (BECKER, 1984, p. 72). Para tanto, os vínculos afetivos e o envolvimento com o espaço seriam elementos desejáveis, embora dificultados com a instabilidade que permeia a produção desses espaços. Estas questões serão retomadas no último capítulo.

Acerca das funções não centrais, as pequenas cidades destacam-se como substanciais espaços de moradia. Nas últimas décadas, acompanhando o ritmo da urbanização brasileira, o citado processo de inversão do local de residência fez destas cidades, embora com subtração de centralidade, localidades maiores em extensão territorial, relevantes espaços de moradia¹³², já que, de maneira geral, passaram a concentrar a maior parte da população municipal.

O papel residencial das pequenas cidades tem se mostrado temporário para muitos. No processo conhecido como migração em etapa, as pequenas cidades figuram como locais de adaptação à vida urbana, ou como um preparo para viver posteriormente em cidades maiores em casos, corriqueiros, de não inserção no *mercado de trabalho*, formal ou informal. Esse papel de adaptação à vida urbana encontra-se expresso na morfologia habitual das pequenas cidades, sobretudo nos países subdesenvolvidos, onde não é usual a produção de moradias verticalizadas que podem agravar os problemas referentes a tal adaptação (KEZEIRI¹³³, 1986, p. 668).

¹³² Como expõe Lefebvre (2001a, p. 16), se esse papel parece pequeno é porque juntamente com todos esses eventos a própria noção de habitar foi diminuída, pois anteriormente ela trazia consigo a participação na vida social da cidade ou da aldeia, como atributo da vida urbana.

¹³³ Questão pertinentemente exposta por este autor ao tratar das pequenas cidades da Líbia e os principais problemas que envolvem a produção destes espaços naquela realidade, onde o consumo de terras agrícolas por moradias tem sido fator preocupante. Esta preocupação deveria estar presente nas cidades do Noroeste paranaense, especialmente nas

Esse papel das pequenas cidades relaciona-se diretamente ao apoio logístico que as mesmas representam para o funcionamento da agricultura moderna e das atividades das agroindústrias de modo geral. Ele pode ser apreendido pela paisagem, por meio da qual se verifica que a qualidade das habitações produzidas com a intervenção estatal são visivelmente moradias para trabalhadores. São comuns conjuntos habitacionais, expressos numa arquitetura repetitiva, relativamente distanciados das plantas principais das cidades, em terrenos menores, com casas igualmente minúsculas. A malha urbana da maioria das pequenas cidades da região evidencia, tanto quanto a paisagem, tal crescimento territorial com os atributos assinalados.

Entretanto, o papel residencial das pequenas cidades abrange, além da classe trabalhadora, a mais afetada pelas mudanças, outros segmentos sociais, como os vários proprietários rurais que aderiram à vida nas cidades. Deve-se registrar, também, que muito recentemente esboça-se uma tendência de mobilidade de aposentados para pequenas cidades¹³⁴, supostamente mais tranquilas, adotadas, por eles, como espaços de moradia.

Apesar da instabilidade que marcou a produção desses espaços, tais cidades perderam um pouco da sua aparência efêmera de cidade de fronteira agrícola. Isso porque ao se tornarem significativos espaços de moradia, a paisagem passou a ser composta por diversas construções de alvenaria, embora ainda restem casas de madeira. Persiste, contudo, grande diferença na paisagem das pequenas cidades e de grandes e médias cidades, reveladora da concentração territorial do capital.

Áreas com atrativos naturais, como ocorre na região, nas proximidades dos rios Paraná, Ivaí e Paranapanema, convertem-se em espaços de residências secundárias, onde a densidade demográfica nos finais de semana amplia-se significativamente. Em alguns casos, quando as áreas metropolitanas ou de aglomerados se aproximam, em consequência do crescimento territorial, ou ocorre uma aproximação relativa tendo em

áreas cujos solos são tidos como dos mais adequados para a agricultura e estão sendo consumidos por interesses imobiliários, como já lamentou oralmente Aziz Ab'Saber, em visita à Maringá.

¹³⁴ Esse processo já havia sido percebido por Beaujeu-Garnier (1971, p. 245) que se exprime em termos muito parecidos sobre a mobilidade de pessoas aposentadas, que procuram “[...] ambiente mais tranquilo, melhores condições econômicas e clima menos rigoroso que o das localidades em que foram obrigadas a viver quando ganhavam a vida”.

vista a facilidade de acesso, as residências secundárias passam a ser residências principais, como já vem ocorrendo em áreas mais próximas a Maringá e Londrina.

O crescimento periférico de áreas metropolitanas e cidades médias abarca muitas pequenas cidades de onde procedem fluxos, compondo a migração pendular, tal como já apreendera George (1983), pois nas cidades maiores os salários são melhores e o regime de trabalho menos ingrato. As pequenas cidades próximas a áreas metropolitanas ou aglomerados urbanos mantêm ou ampliam os volumes demográficos, mas amiúde perdem a autonomia e funcionam como extensões daquelas áreas. Assim, além das pequenas cidades funcionarem como locais de moradia dos trabalhadores que atendem tanto a agricultura moderna como as agroindústrias, elas também abrigam trabalhadores cujos postos de trabalho estão localizados em cidades maiores. Tal como Veltz (1998, p. 37) já assinalara, em tal situação o emprego é mais concentrado do que o local de moradia da população, o que provoca intensos deslocamentos cotidianos entre proximidades metropolitanas e de aglomerados urbanos.

Enfim, as pequenas cidades ganham novos significados, extrapolando o costumeiro papel de localidade central. Por isso mesmo, com a redução da centralidade elas não são insignificantes, por mais que se encontrem fragilizadas. Entretanto, esses novos papéis não possuem um *esquema* explicativo regular, embora os processos apresentem tendências parecidas. A multiplicidade e a diversidade de situações destas cidades indicam que o entendimento das mesmas no âmbito da rede urbana precisa considerar vários elementos, denotando certa complexidade. De qualquer maneira, os papéis das pequenas cidades são reafirmados.

O próprio papel de moradia tem conotações diversas como pode se inferir dos parágrafos anteriores. Elas tanto figuram como locais de moradia de trabalhadores da agricultura e/ou agroindústria, bem como de outras atividades industriais ou terciárias. Também, dependendo das *amenidades* e acessibilidade oferecidas, podem ser locais de moradias secundárias, quase sempre associadas a atividades recreativas, configurando um uso elitizado desses espaços, que contrasta com a condição de vida da população local.

O papel de moradia adquirido pelas pequenas cidades, em decorrência das mudanças na agricultura, com a acolhida parcial do êxodo rural (LABORIE, 1989, p. 176), faz com que tais localidades funcionem, politicamente, como *locus* de gestão dos conflitos sociais¹³⁵. Elas acolheram os

¹³⁵ Afirmação inspirada em Topalov (1988) que assinala que se a questão urbana se tornou central é porque ela interessa ao Estado, já que a cidade tornou-se o lugar estratégico da gestão dos conflitos sociais.

trabalhadores e pequenos proprietários rurais enquanto se apagavam as ‘rugosidades’,¹³⁶ do campo, absorvendo a maior parte da população para deixar o campo livre e demograficamente esvaziado a um uso efetivamente capitalista, mediante a frenética incorporação de áreas ao processo de modernização agrícola.

Pequenas cidades originadas pela economia cafeeira e no presente situadas em áreas sucro-alcooleiras, caso da região em estudo, mas também de cidades paulistas como destaca Silva *apud* Bernadelli (2004, p. 178), podem ser equiparadas a verdadeiras vilas operárias, funcionando como verdadeiras seções ou quintais das empresas.

O que ocorreu e ocorre com as pequenas cidades da região e outras do Brasil, no que se refere à fugacidade que as cercam, está relacionado com o que Capel (2003b) denominou de obsolescência do espaço, cada vez mais comum, especialmente no contexto do neoliberalismo, em que mais do que nunca a transitoriedade permeia tudo. Nesse caso das pequenas cidades, trata-se não de obsolescência completa já que há novos, embora sutis, significados para as pequenas cidades. Portanto, se havia instabilidade na rede urbana, sobretudo em relação às numerosas pequenas aglomerações brasileiras, conforme já registrara Deffontaines (2004, p. 143)¹³⁷, no período atual essa característica se generaliza e se acentua. O caráter amplo e diverso da urbanização brasileira, notadamente quanto às pequenas cidades, tem na própria instabilidade a causa de sua multiplicidade (DEFFONTAINES, 2004, p. 145).

Mediante essas cidades aparentemente ‘descartáveis’ e insignificantes, indicadoras da irracionalidade ou racionalidade específica do capitalismo, é possível retomar Berman (1986, p. 97) e terminar esse capítulo reiterando seu início, já que tudo que essa sociedade constrói pode ter curta existência,

[...] Tudo que é ‘sólido’ - das roupas sobre nossos corpos aos teares e fábricas que as tecem, aos homens e mulheres que operam as máquinas, às casas e aos bairros onde vivem os trabalhadores, às firmas e corporações que as exploram, às vilas e cidades, regiões inteiras e até mesmo as

¹³⁶ Resíduos do passado que representam obstáculo à difusão do novo (SANTOS, 1996a, p. 35).

¹³⁷ Deffontaines (2004) considera inteiramente *anormal* o número de cidades mortas existentes num país novo como o Brasil. Ele se refere à letargia das cidades mineiras, de pequenos portos e outras tantas, que já indicavam que ao lado de um Brasil que se povoa há um Brasil que se despovoava. Na Argentina, como destaca Silveira (1996, p. 314) ocorre processo semelhante, pois entre as pequenas cidades existem as cidades cogumelos com altíssimas taxas de crescimento, contrapostas a outras (possivelmente antigas cidades cogumelos) com acentuados decréscimos demográficos.

nações que as envolvem – tudo isso é feito para ser desfeito amanhã, despedaçado ou esfarrapado, pulverizado ou dissolvido, a fim de que possa ser reciclado ou substituído na semana seguinte e todo o processo possa seguir adiante, segue adiante, talvez para sempre, sob formas cada vez mais lucrativas (BERMAN, 1986, p. 97).

A dinâmica do capitalismo é afinadíssima com as crises, ele se renova em meio à crise e ao caos, que pode aniquilar tudo o que cria, para recriar de outra maneira. Entretanto, o mesmo autor vê nesse processo uma constante reinvenção do mundo a possibilidade de uma perspectiva positiva:

[...] a cultura do modernismo continuará a desenvolver novas visões e expressões de vida, pois as mesmas tendências econômicas e sociais que incessantemente transformam o mundo que nos rodeia, tanto para o bem como para o mal, também transformam as vidas interiores dos homens e das mulheres que ocupam esse mundo e o fazem caminhar. O processo de modernização, ao mesmo tempo que nos explora e nos atormenta, nos impele a apreender e a enfrentar o mundo que a modernização constrói e a lutar por torná-lo o nosso mundo. Creio que nós e aqueles que virão depois de nós continuarão lutando para fazer com que nos sintamos em casa neste mundo, mesmo que os lares que construímos, a rua moderna, o espírito moderno continuem a desmanchar no ar (BERMAN, 1986, p.330).

Mais do que criar e recriar, a dinâmica observada em relação às pequenas cidades faz parte do processo de regulação social que mantém a terra e a riqueza concentrada, a maior parte da sociedade como tão somente mão-de-obra barata, cuja contratação é cada vez mais precária e incerta, alienada do seu trabalho, do espaço em que vive e do próprio futuro. A efemeridade da rede urbana é também a efemeridade da sociedade. São transformações intensas que não trazem quase nada de substancialmente novo no plano das relações sociais e humanas, somente acentuam e favorecem a manutenção de tudo como sempre foi. Essa relevante permanência se confunde em meio ao ritmo das mudanças assinaladas. Nem por isso as utopias deixam de ser renovadas.

CAPÍTULO 3

PEQUENAS CIDADES: ENTRE SINAIS DE LUMINOSIDADE E LETARGIA



“[...] a questão a colocar é a da própria natureza do espaço, formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade”.
(Milton Santos)

“Os lugares não podem [...] ser definidos exclusivamente pela presença, mas também pela ausência do ser. Eis a sua força, porque, na medida em que não substantivam a sociedade dita moderna, os lugares se tornam mais aptos a acolher outras manifestações da sociedade, outras formas de existência próprias de outras racionalidades”. (Maria Laura Silveira)

São múltiplas e variadas as pequenas cidades. O numeroso conjunto de localidades existentes no Noroeste paranaense expressa igualmente tal pluralidade, que pode estar relacionada a vários fatores, como a origem, posição geográfica, dimensão demográfica e desenvolvimento econômico. Como são numerosas, delineiam distintas situações e cumprem diferentes papéis. É por essa diversidade na dinâmica municipal e dos respectivos centros urbanos que se formula a problemática desse capítulo.

Por que em meio ao pertinaz declínio da população total e, em alguns municípios até mesmo da população urbana, outros se mantêm estacionários ou apresentam crescimento demográfico? O capítulo anterior reuniu explicações para o declínio demográfico e a redução da centralidade das pequenas cidades da região. Contudo, os processos assinalados não afetaram todos os espaços da mesma maneira ou com igual intensidade, em parte porque estes encontram condições diferentes de preparo para enfrentar transformações.

Essa realidade plural mostra que algumas localidades escapam da inclinação geral e apresentam outra dinâmica. O que ocorre de diferente entre os municípios que ganham e os que perdem população? O que ensinam os municípios da região? E qual é o significado das pequenas cidades nesses diferentes contextos?

Este capítulo tem como objetivo apresentar a análise de alguns municípios selecionados para um estudo comparativo, tendo em vista a busca de elementos explicativos para esse vigor diferenciado. Foram escolhidos quatro municípios com base em procedimentos e critérios expostos no apêndice metodológico.

A manutenção ou acréscimo de população, ainda que pequeno, podem ser lidos, nesta parte do trabalho, como indicadores de uma condição diferenciada no contexto geral da região. Assim, foram escolhidos dois municípios que apresentaram acréscimos demográficos (Colorado e Querência do Norte). Para se contrapor a esta dinâmica de crescimento demográfico, elegeram-se um município entre aqueles que

apresentaram altos índices de perdas demográficas (Rondon). E para não trabalhar apenas com os extremos, ‘o mais, mais’ ou ‘o menos, menos’¹³⁸, acrescenta-se ao estudo comparativo um município que representa a *normalidade*, aqui entendida como tendência geral, caracterizada pela perda de população total, como a maioria dos municípios, mas em índices mais baixos (Terra Rica).

Comparar pode servir tanto para mostrar similaridades como diferenças. No presente estudo, se há distinções no comportamento demográfico, o que pode explicá-las? Entre os espaços que mantêm os valores demográficos há semelhanças? Alguns fatores podem estar presentes em praticamente todas as pequenas cidades e respectivos municípios, mas eles possuem peso diferenciado e só de determinado ponto ou circunstância podem se tornar relevantes e explicativos.

O estudo destes municípios implicou em contatos mais diretos com referências espaciais concretas por meio de atividades de campo variadas. Portanto, além dos objetivos assinalados, esta etapa promoveu maior aproximação empírica com o tema de estudo (as pequenas cidades), fundamental após o tratamento mais genérico das mesmas no âmbito da rede urbana. As similaridades que parecem prevalecer nestes espaços desvanecem quando o foco se aproxima, o que permite apreender suas especificidades. Tal procedimento situa esta parte da pesquisa entre os extremos dos enfoques amplos (envolvendo numerosas localidades como foi necessário para problematizar a questão até esta etapa) ou monográficos, buscando uma perspectiva nem ampla e nem estreita demais.

Buscar explicações para as dinâmicas demográficas positivas, enquanto manifestações de *animação* econômica e social no interior da própria região, procurando compor, assim, uma perspectiva baseada em referências concretas, ou seja, como forma de compreender os sinais de luminosidade em meio a aparente letargia. Este é o propósito nesta parte do estudo, assentada não apenas numa caracterização dos espaços escolhidos, mas na busca de aportes à compreensão desta realidade.

Apenas para situar a formulação deste capítulo na literatura científica, observa-se que, entre os raros estudos sobre as pequenas cidades, foram encontrados alguns semelhantes a este trabalho, pelo menos no que se refere à preocupação que motivou a sua formulação e a incidência

¹³⁸ Lefebvre (1991) expõe sobre a ‘clareza objetal’. Ele argumenta que a nitidez pode ofuscar a explicação, por isso não é recomendável trabalhar apenas com situações extremas. Essas escolhas estão explicadas com detalhes no apêndice metodológico.

atribuída ao dado demográfico como substancial para mensurar o dinamismo (BARREAU *et al.*, 1973¹³⁹; CHARRIE; GENTY; LABORDE, 1992 e DUBUC, 2004).

A redação desse capítulo não tem como objetivo suprir lacunas quanto à ausência de referências históricas e nem exaurir as dimensões de análise em relação aos mencionados municípios. Ainda que em um primeiro momento da pesquisa tenha sido necessário estudar a realidade municipal como um todo, ou seja, estudar a história desses espaços e complementar as poucas fontes materiais existentes ouvindo antigos moradores, recolher dados e informações diversas recorrendo a vários recursos, com a finalidade de apreender uma realidade desconhecida, neste momento a redação resulta de alguns recortes e eleições, tendo em vista os objetivos propostos. Ainda assim, a redação deste capítulo envolve muitas aferições em relação aos quatro municípios, pela natureza do estudo.

Ressalva-se, ainda, que tudo o que foi apreendido acerca da realidade dos municípios selecionados por meio de observações, dados primários ou secundários, são constatações datadas, que seguramente estão em processo de modificação e assim se espera, na melhor acepção que o termo possa representar.

3.1 Considerações sobre os municípios escolhidos

Tal como mencionado, os municípios foram selecionados pelo comportamento que apresentaram quanto à dinâmica de crescimento ou declínio demográfico. Inicia-se com algumas considerações sobre elementos e fatores relativos à comparabilidade¹⁴⁰ dos mesmos.

Com a finalidade de observar a dinâmica demográfica, tomando por referência os quatro períodos analisados, foram eliminados involuntariamente municípios que foram emancipados depois da década de 1960, pois os mesmos não apareciam nas estatísticas em todos os intervalos considerados. Assim, os quatro municípios possuem uma cronologia semelhante no que se refere à sua formação e notadamente na coincidente emancipação, já que todos se tornaram municípios em 1954, inclusive pelo mesmo dispositivo legal (Lei número 253 de 26.11.1954).

¹³⁹ Ainda que com preocupações semelhantes e uso do dado demográfico para mensurar o dinamismo, o trabalho mencionado utiliza-se de técnicas quantitativas, enquanto nesse trabalho as interpretações vinculam-se a procedimentos mais qualitativos.

¹⁴⁰ Sobre a comparabilidade, observa-se que se comparar implica em buscar similaridades e diferenças, trata-se de um procedimento possível tanto em casos parecidos como em situações diversas que, como advertiu Gomes (2002), pode corresponder a comparar o incomparável.

Quanto ao período em que houve início o processo de (re)ocupação são registrados os seguintes marcos temporais: Colorado, 1948; Rondon, 1949; Querência do Norte, 1950 e Terra Rica, 1949.

Alguns elementos, normalmente citados de maneira formal, são aqui lembrados, tendo em vista que os dados dos municípios serão confrontados. Nesse intuito, é importante lembrar que as dimensões territoriais são significativas, sobretudo para ler e ponderar acerca dos números referentes ao uso do solo e principais produtos agrícolas. Assim, as dimensões territoriais dos municípios estudados correspondem em quilômetros quadrados aos seguintes dados: Colorado - 403; Querência do Norte - 915; Rondon - 556; Terra Rica - 701¹⁴¹. Deve-se observar, também, que não existem diferenças climáticas, edafológicas ou morfológicas significativas para justificar uso diferenciado do solo.

A situação geográfica¹⁴² dos quatro municípios (Cartograma 10), embora não tenha figurado como fator de seleção, criou uma combinação instigante, já que os dois municípios com dinâmica demográfica positiva possuem situações diferentes. Colorado tem uma situação geográfica considerada favorável¹⁴³, de entroncamento rodoviário, enquanto Querência do Norte, lindeira ao Rio Paraná, está numa situação geográfica de isolamento. O mesmo se passa com os dois municípios em decréscimo demográfico. Ao passo que Terra Rica encontra-se em uma situação de isolamento geográfico, Rondon está situado em um entroncamento rodoviário.

¹⁴¹ É notável a divergência entre os dados obtidos. Foram consultadas várias fontes, nenhuma com valores coincidentes, ainda que as diferenças sejam pequenas. Os números adotados aqui são os divulgados no *site* www.ibge.com.br, acessado em 6. jul.2005.

¹⁴² É conveniente esclarecer que enquanto o termo posição designa a localização física, situação envolve outros elementos que tornam a posição um fator vantajoso, como a presença de eixos de circulação (GEORGE, 1983, p.40). É freqüente entre os autores que tratam do tema o destaque à posição de encruzilhada ou confluência.

¹⁴³ Município cuja sede urbana está situada em um ponto que apresenta algumas confluências rodoviárias, articulando o município com Itaguajé, Santa Inês, Santo Inácio, Nossa Senhora das Graças e de maneira menos direta com outras pequenas localidades.

vs

Embora a dinâmica, no que se refere ao declínio ou crescimento populacional, tenha sido elemento fundamental para a escolha dos municípios, o tamanho demográfico dos mesmos não foi utilizado como um critério, até mesmo porque poderia ser um elemento explicativo das diferentes dinâmicas. Portanto, os quatro municípios apresentavam patamares populacionais bastante desiguais em 1960, mas em 1970 eles estavam bastante próximos em relação a esse dado. A partir da década de 1970, a interpretação fica mais fácil, pois nenhum deles passou mais por desmembramentos. É notável como a dinâmica demográfica modifica e, até mesmo, inverte as posições nas quatro décadas (Gráfico 4). Rondon, que era o município mais populoso, mesmo após os desmembramentos ocorridos entre 1960 e 1970, com 22.005 habitantes, apresenta menor tamanho em 2000, com 8.515 habitantes. Colorado é o maior, com 20.951 habitantes. Já Terra Rica, como representante de uma situação intermediária, manteve a posição de segundo município, com 13.796 habitantes. O município de Querência do Norte é o terceiro quanto ao tamanho demográfico, com 11.439 habitantes.

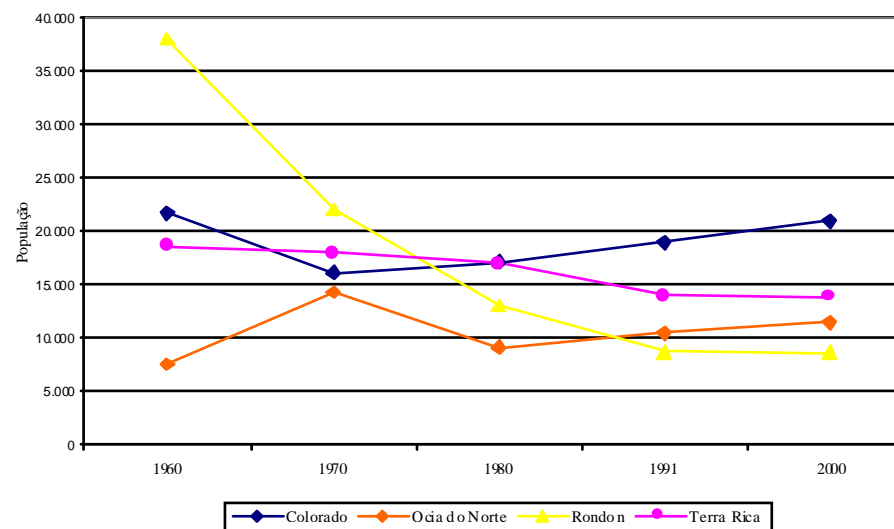


Gráfico 4 - Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. População total, 1960-2000
 Fonte: Censos demográficos IBGE.

Novas estimativas¹⁴⁴ populacionais indicam a mesma tendência verificada em 2000, ou seja, Colorado continua crescendo (1%/ano). Querência do Norte segue com taxa aproximada a que já possuía quanto ao acréscimo de população (0,96%/ano). Rondon (-0,15%/ano) continua perdendo população, assim como Terra Rica (-0,16%/ano), ainda que com índices de declínio menores. Como se vê, são municípios cuja comparação permite contrapor, mesmo que de forma limitada e parcial, os processos de esvaziamento e concentração que caracterizam tanto as dinâmicas paranaenses como de outras áreas do Sul brasileiro, ou ainda, do restante do país.

Em processos de esvaziamento demográfico, é significativo analisar a estrutura etária da população, pois é corriqueira a saída de jovens, sendo, portanto, comum que essas localidades possuam índice de envelhecimento demográfico mais alto. Um comparativo neste sentido em relação aos quatro municípios (Tabela 10) demonstra que as faixas etárias de 0 – 4 anos e de 5 – 9 anos oscilam entre 8% e 10%. Em Querência do Norte, estão os índices mais altos com 10% de população entre 0 e 4 anos e 11% entre 5 e 9 anos.

Tabela 10 – Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. Faixas etárias da população, 2000

Municípios	0-4 anos	5 - 9 anos	10-19 anos	20-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	60 anos ou mais
Colorado	1.679(8%)	1.775(8%)	4.021(19%)	3.580(17%)	3.478(17%)	2.669(13%)	1.697(8%)	2.058(10%)
Qcia do Norte	1.134(10%)	1.275(11%)	2.501(23%)	1.856(16%)	1.738(15%)	1.158(10%)	843(7%)	933(8%)
Rondon	764(9%)	823(10%)	1.591(19%)	1.450(17%)	1.390(16%)	948(11%)	697(8%)	864(10%)
Terra Rica	1.124(8%)	1.329(10%)	2.598(19%)	2.255(16%)	2.129(15%)	1.542(11%)	1.177(9%)	1.643(12%)

Fonte: IBGE, 2000.

Em todos os municípios, a faixa etária de 10 a 19 anos é a maior – 19% em Colorado, Rondon e Terra Rica. Em Querência é de 23%. De maneira geral, pode se dizer que a população mais jovem concentra-se em Querência do Norte e a mais idosa em Terra Rica. Mas, os quatro

¹⁴⁴ IBGE, *Estimativas das populações residentes em 1.7.2002, segundo os municípios.*

municípios podem ainda ser considerados como de tipo jovem¹⁴⁵, pois todos possuem 35% ou mais de população com até 19 anos e menos de 15% acima de 60 anos, o que exprime uma situação considerada favorável no que se refere à estrutura etária.

Como praticamente todas as pequenas cidades desta região do Estado do Paraná, estes municípios possuem sedes urbanas que foram planejadas, ainda que como modestos esboços. Assim, a ocupação das pequenas cidades obedeceu inicialmente a uma racionalidade territorial mínima, porém nas décadas seguintes foram adicionadas novas áreas loteadas resultando nas formas que podem ser visualizadas na série de plantas urbanas (Planta 1 a 4), que se apresenta nas próximas páginas. Seguem algumas observações sobre a morfologia desses pequenos núcleos urbanos.

O traçado da cidade de Colorado é ortogonal, como da maior parte das cidades. Possui duas avenidas principais que se cruzam, sobrepondo-se diagonalmente a este traçado conformando a área central (Planta 1). O comércio não se concentra apenas nestas avenidas, ao contrário, apesar de estar presente nestas, encontra-se disperso em diversas ruas da área central, o que dá uma aparência diferente das demais cidades pequenas, nas quais, em geral, concentram-se as atividades comerciais em duas ou três avenidas. Muitos estabelecimentos comerciais funcionam em prédios antigos que guardam um pouco da arquitetura original da cidade, como o antigo cinema onde funciona uma loja de móveis.

Observa-se também, em Colorado, muitas construções em andamento. Há em sua paisagem muitos imóveis de alto padrão construtivo, localizadas em diversos pontos da cidade. Há, até mesmo, um minicondomínio horizontal denominado *Condomínio Residencial Jatiúca*, localizado na periferia da cidade.

A cidade apresenta uma disposição territorial bastante dispersa, e algumas áreas mais pobres ficam muito afastadas, como o Jardim Cairi e o Conjunto Habitacional das Laranjeiras. No entanto, o Jardim Progresso, a despeito de sua denominação, é o mais precário da cidade e o caso

¹⁴⁵ Conforme parâmetros e tipologias estipulados em Barreau e outros (1973): Tipo A (idoso) – menos de 35% de 0 a 19 anos e mais de 15% de 65 anos e mais; Tipo B (médio)- menos de 35% de 0 a 19 anos; mais de 50% de 20 a 64 anos e menos de 15% de 65 anos e mais; Tipo C (jovem) - mais de 35% de 0 a 19 anos; menos de 15% de 65 anos e mais. Estes são parâmetros que devem ser pensados de maneira adaptada ao Brasil, embora as características demográficas brasileiras tenham se alterado bastante desde que Beaujeu-Garnier (1971) estipulou um ‘Tipo Brasileiro’, caracterizado por mais de 52% da população abaixo dos 20 anos e 4% acima de 60 anos. Esta classificação proposta

mais notável, pois fica isolado a oeste da área urbana, com acesso pavimentado para automóveis apenas pela rodovia, embora próximo de outros conjuntos habitacionais e loteamentos. O local é conhecido como *Buracão*, pois há uma ravina entre ele e o Jardim das Palmeiras, que isola o Jardim Progresso do restante da cidade. Houve, na década de 1990, um projeto denominado Parque Ecológico Água da Cachoeira que pretendia resolver o problema com a construção de um parque, com pistas para caminhadas, áreas com churrasqueiras, brinquedos, etc. Entretanto, mais de dez anos depois, pode-se observar que o referido projeto não se efetivou. No local, podem ser vistos restos de alguns brinquedos de um parquinho infantil, como escorregadores de madeira, que se encontram completamente deteriorados e sem condições de uso.

Conforme a administração municipal¹⁴⁶, há um déficit de aproximadamente mil moradias em Colorado, com famílias já cadastradas para novos conjuntos habitacionais previstos. Quanto à infra-estrutura básica, Colorado é uma cidade que apresenta algumas características notáveis, pois possui uma rede de abastecimento de água municipal, com custo menor que da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) e, conforme dados oficiais, possui 85% da área urbana com rede de esgoto.

Além da sede municipal, são expressivas as dimensões demográficas do distrito Alto Alegre, próximo à unidade agroindustrial sucro-alcooleira, que leva o seu nome. A proximidade do distrito com extensas áreas de terras exploradas pela referida atividade industrial explicam a população de 3.058 habitantes, composta por muitos cortadores de cana. Este número é superior ao de alguns municípios da região. Santa Inês, por exemplo, possui população total de 2.099 habitantes, sendo 906 habitantes a população rural e 1.193 habitantes da área urbana. Na paisagem do distrito Alto Alegre, prevalecem casas de madeira muito simples, revelando mais um espaço de moradia dos trabalhadores, onde é evidente a falta de investimentos públicos e privados, embora possua subprefeitura.

para uma realidade diferente permite observar que predomina comparativamente o Tipo Jovem na composição da população, o que pode ser visto apenas como uma característica destas localidades, bem como qualificativos favoráveis a um processo de reversão econômica e social.

¹⁴⁶ As informações relativas à atual administração foram obtidas por meio de entrevista com Antonio Sardinha Filho (chefe de gabinete e pioneiro da cidade), concedida em 20.8.2003 e com o Sr. Cláudio Ártico (ex-vice prefeito e ex-prefeito, na ocasião secretário de finanças e esposo da prefeita Aparecida Moron Ártico), realizada em 29.9.2003.

O plano urbano de Querência do Norte é igualmente ortogonal. A singularidade no traçado está em duas avenidas - Avenida Brasil Paraná e a Avenida Santos Dumont. Cada uma delas circunscreve uma área de formato aproximadamente retangular composta por trinta e oito quarteirões inteiros e quatro quarteirões com os ângulos recortados ao meio, o que dá um formato circular nas extremidades do desenho geométrico das avenidas (Planta 2). A principal via é a Avenida Porto Alegre, onde se concentram as principais atividades comerciais e de prestação de serviços. Entretanto, outras vias na área central são utilizadas para essa finalidade.

Na planta da cidade é possível perceber que a parte planejada inicialmente possui terrenos maiores. As áreas mais recentemente incorporadas, ocupadas pela população mais pobre, possuem terrenos menores e distantes da área central. Há um loteamento, oficialmente denominado Vila Mário, mais conhecido como *Meias datas*. Nas proximidades do mesmo, estão conjuntos habitacionais e residências simples e de pequenas dimensões, onde vivem famílias cuja renda chega a ser inferior ao salário mínimo. Por outro lado, nas ruas e avenidas da cidade, observam-se diversas residências de padrão elevado, construídas recentemente, sendo esta uma característica notável na paisagem urbana deste pequeno centro urbano.

Outro elemento que desperta a atenção é a falta de asfalto na área urbana. Isto faz a cidade parecer menor do que é, pois para quem passa pela avenida principal e olha as ruas paralelas, vê poucos quarteirões asfaltados à direita e à esquerda. Mas o fim do asfalto não representa o limite da aglomeração urbana. A cidade segue sem asfalto por alguns quarteirões.

Quanto ao núcleo urbano de Rondon, o traçado inicial era semi-radial. De uma praça circular, onde agora se localiza a rodoviária projetavam-se ruas e avenidas, no sentido oeste, numa lógica, segundo a qual, provavelmente previa-se uma expansão que incorporaria os demais sentidos a partir deste ponto central. Contudo, a formação de ravinas exigiu a construção de tubulação para o escoamento das águas pluviais e a remoção de diversas casas, comprometendo a expansão deste plano radial no sentido leste.

Por esse motivo, a forma da cidade ficou bastante longitudinal, o que prolonga as distâncias. A praça que deveria ser central, ficou isolada (Planta 3).

A Avenida Brasil, que é a principal, juntamente com as demais avenidas, possui largos canteiros centrais, com muitas árvores e calçadas dos dois lados dos canteiros, utilizadas por pedestres. Na área da planta original, a cidade é bem arborizada, tranqüila e silenciosa. Nas áreas

periféricas e nos novos conjuntos habitacionais, verifica-se a perda da qualidade do desenho urbano, pois nessas áreas os terrenos são bem menores, as ruas mais estreitas, além de ficarem afastados do centro da cidade, aumentando as distâncias que os moradores devem percorrer para ter acesso às áreas melhor equipadas da cidade. O loteamento denominado *Aeroporto*, por exemplo, onde vive parte da população com menor renda do município, fica isolado pela rodovia. Não é um local adequado para moradia, já que é barulhento e perigoso para as crianças.

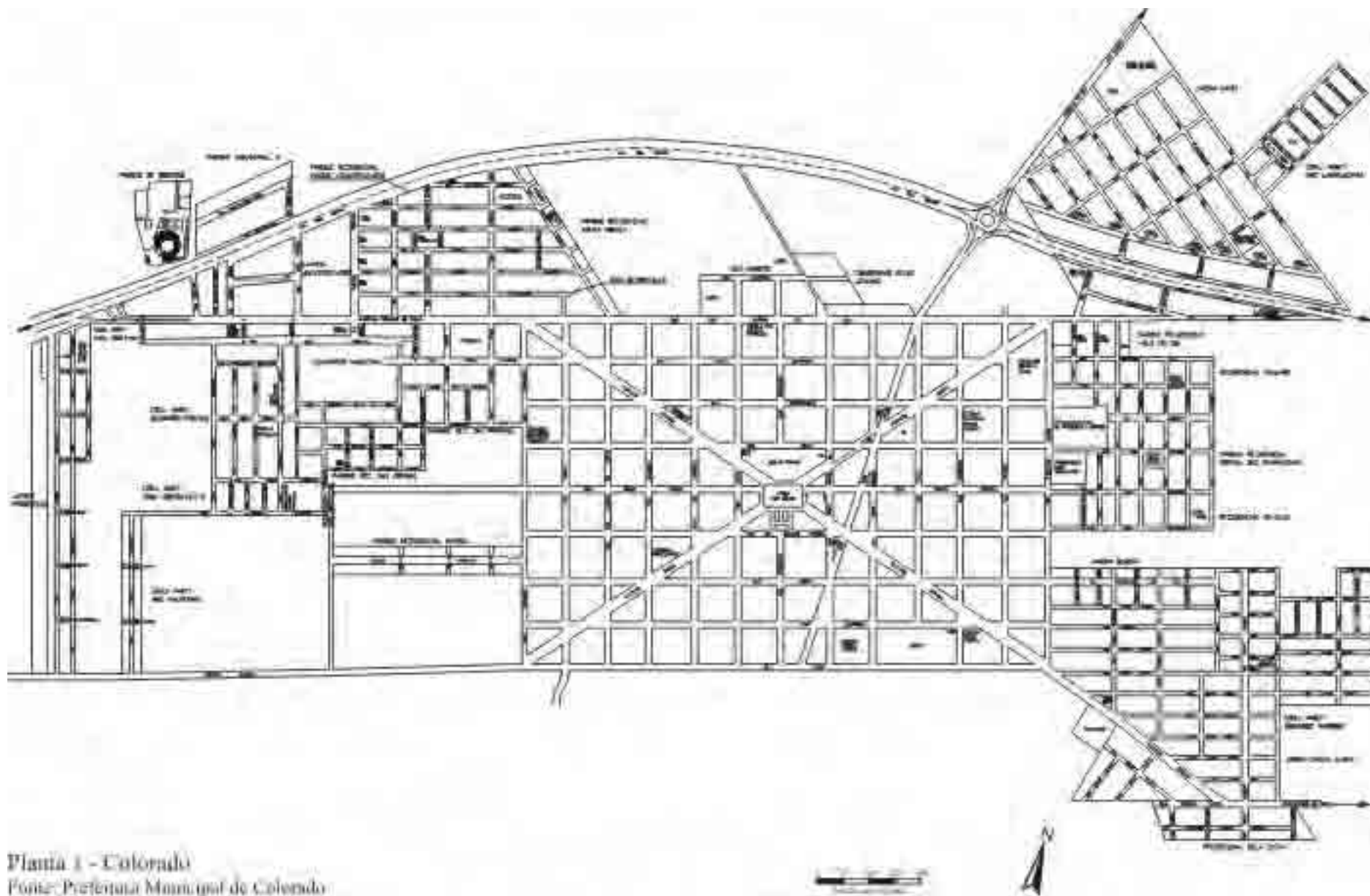
A administração municipal preocupa-se em construir novas moradias (quatrocentas casas), pretendendo atrair a mão-de-obra oriunda de outros municípios para morar em Rondon. Esta preocupação está relacionada ao declínio demográfico, que agora incomoda mais, pois o município chegou a ter seus índices no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuídos¹⁴⁷. Portanto, a produção de moradia nesse caso aparece como um ‘remédio’ para o declínio demográfico, com o objetivo de tentar recuperar as receitas municipais.

Na cidade de Terra Rica, o traçado urbano também é ortogonal. Torna-se um pouco linear, pois na área norte do perímetro urbano possui apenas três quarteirões ocupados no sentido leste e dois no sentido oeste da Avenida São Paulo, principal eixo viário da cidade. Já ao sul, a cidade adquire um formato mais quadrangular, com vários quarteirões a partir da avenida principal. Todos os quarteirões possuem um formato quadrado. Apenas a praça, onde se localiza a igreja, possui um formato de losango. A maior parte dos estabelecimentos comerciais localiza-se na avenida principal, o que reforça a morfologia linear da cidade (Planta 4).

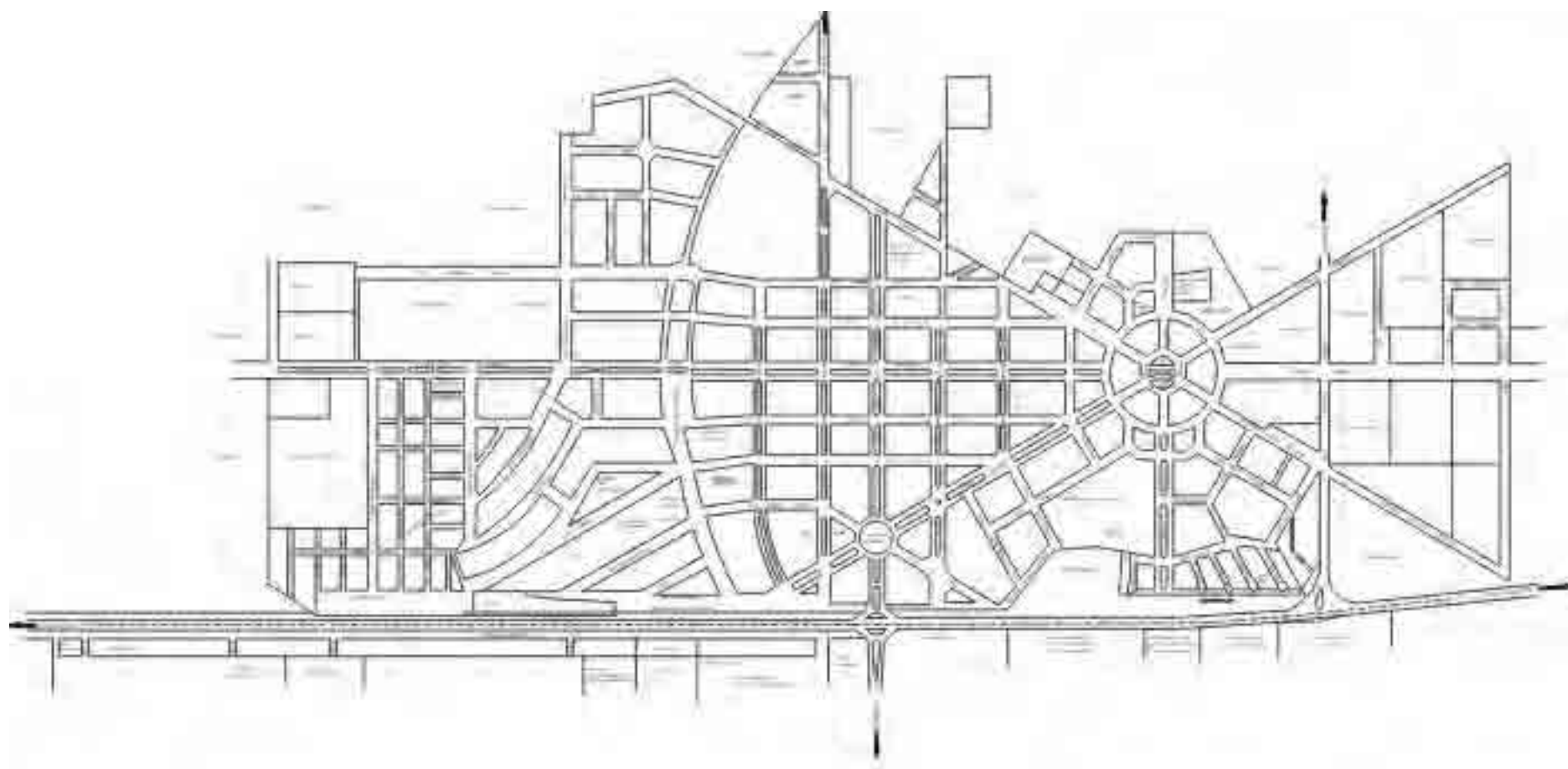
A cidade foi projetada para abrigar uma população de aproximadamente cinquenta mil habitantes, ou seja, havia um ímpeto de crescimento da região que criava essa expectativa, nesse e em muitos outros municípios da região. Por esse motivo, as avenidas são compridas e locais onde haviam sido previstas praças são agora ocupadas com pastagens¹⁴⁸.

¹⁴⁷ O Fundo de Participação dos Municípios é composto por 22,5% da receita líquida da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. São, portanto, receitas tributárias repassadas aos municípios tendo em vista alguns critérios, dentre os quais a população total. Ele oscila entre cotas de 0,6 a 4,0. A primeira cota é para municípios com até 10.188. Esta situação vivida por Rondon aconteceu com muitos municípios com pequenos núcleos urbanos, onde houve declínio demográfico. Ocorreu uma revisão do enquadramento dos municípios nessas cotas. Por isso, vários municípios estão passando pela redução de receitas advindas dessa fonte. Essa diminuição foi negociada e tem sido progressiva.

¹⁴⁸ Informação oral de Edson Paulo Calírio, geógrafo da prefeitura municipal, que escreveu um pequeno livro sobre a história do *Morro três irmãos* – história, lenda e mistério, publicado em 2001.

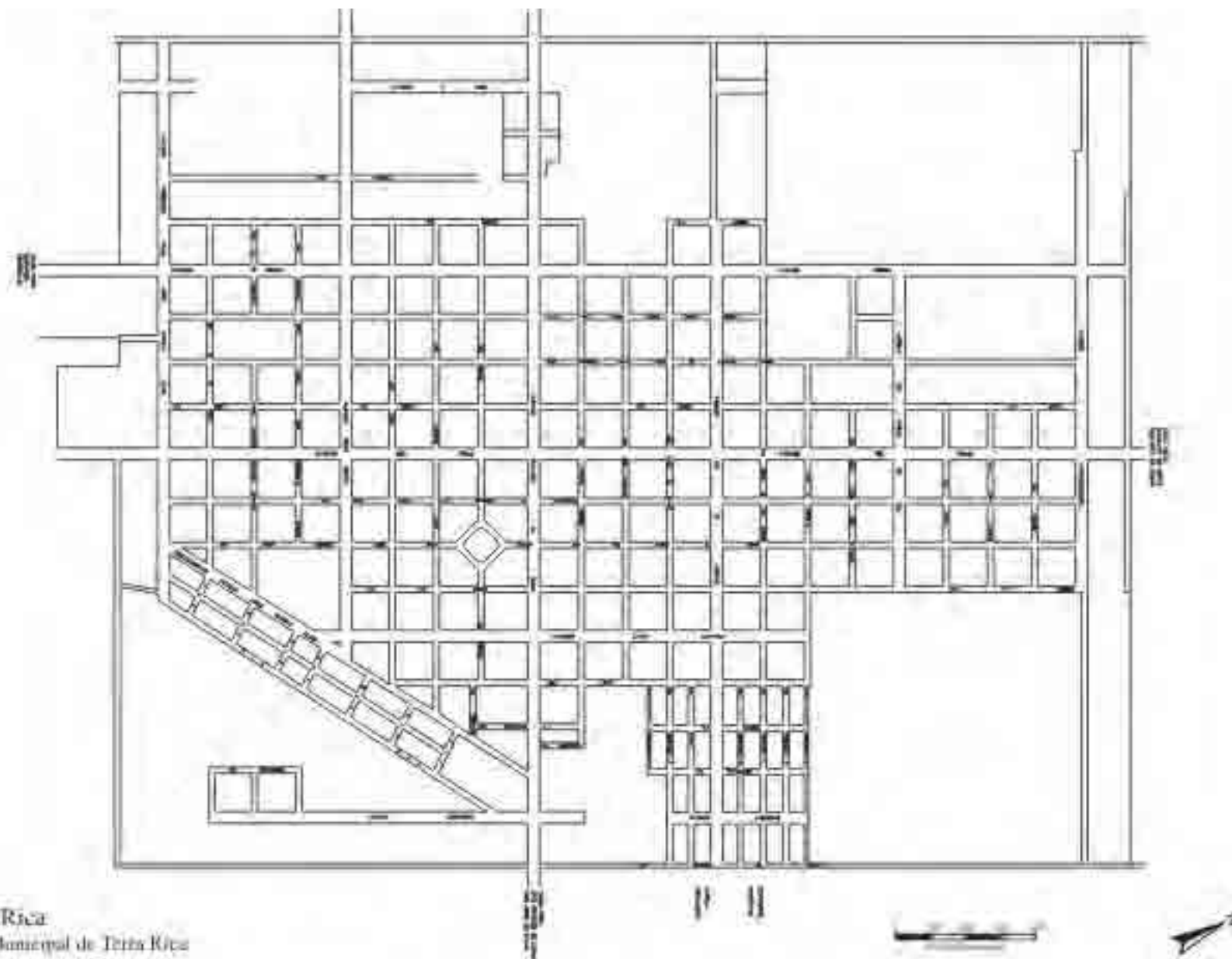


Planta 1 - Colorado
Fonte: Prefeitura Municipal de Colorado



Planşa 3 - Rondou
Sursă: Prefectura Municipal de Roman.





Planta 4 - Terra Rica
Fonte: Prefeitura Municipal de Terra Rica

Com lógica de estruturação urbana similar às demais cidades, as famílias mais pobres moram na periferia, onde as moradias são diminutas e precárias. Estas constatações exigem que se observe que, guardadas as devidas proporções, estas pequenas cidades também expressam em sua paisagem as diferenças na distribuição de renda e de acumulação de riquezas. Portanto, embora se fale de uma maior integração social, observa-se que a diferenciação social também já se encontra materializada territorialmente nas pequenas cidades.

Como cidades com forte papel residencial, em especial como local de moradia para trabalhadores, todas possuem essas áreas periféricas, onde a *aprazibilidade* comum nessas localidades já não se faz presente. Nas quatro pequenas cidades, as áreas adicionadas como conjuntos habitacionais destoam daquelas previstas no planejamento inicial. Sem arborização, com terrenos reduzidos, afastadas do centro da cidade, não raramente separadas por rodovias e, em muitos casos, sem pavimentação. Isso revela o descuido na implantação dessas periferias, em desarmonia com os planos urbanos atinentes a essas cidades. Assim, deve-se concordar com Moreno Jimenez (1985, p. 417-418) quando constata que, quanto menor o município, maior carência em relação ao planejamento interno da cidade. Isso se repete em praticamente todas as cidades, especificamente naquelas áreas produzidas de forma padronizada por meio da implantação de conjuntos habitacionais ou produção facilitada pelo poder público de âmbito municipal, estadual ou nacional.

Conforme Bernaderlli (2004, p. 127-129 e 235), é muito significativa a participação do Estado na produção de moradias e outras políticas que destinam-se à reprodução da força de trabalho agroindustrial. Ela constatou que a existência destas políticas se tornou necessária tendo em vista a insuficiente remuneração para garantir a reprodução social. O Estado assumiu o papel de suprir moradias e complementar a renda das famílias de trabalhadores, por meio de cestas básicas ou outras políticas sociais, desonerando o capital agroindustrial que assim pode praticar salários que não são suficientes nem mesmo para a reprodução da força de trabalho. Deste modo, o Estado tem papel fundamental e garante, ao mesmo tempo, a reprodução do capital, do trabalho e do espaço.

Como pode se apreender com dados da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar), também foi expressiva a atuação estatal na produção de moradias no Noroeste do Paraná. Estes dados não respondem pela totalidade de investimentos no setor, no entanto, permitem dimensionar tais iniciativas. Assim, consta que, em Colorado, foram 24 empreendimentos e 995 unidades habitacionais; em Querência do Norte, foram nove empreendimentos e 273 unidades; em Rondon, também foram nove empreendimentos, com o total de 347 unidades habitacionais;

por fim, em Terra Rica, foram sete empreendimentos que somam 452 unidades habitacionais. São dados estreitamente vinculados aos papéis adquiridos pelas pequenas cidades, conforme indicado no segundo capítulo. Portanto, essa *arquitetura* que expressa a intervenção estatal no suprimento de habitação faz parte da paisagem destas e das demais cidades da região.

3.1.1 Indicadores econômicos e especificidades dos municípios

Todos os quatro municípios tiveram parte de suas histórias associada à economia cafeeira (Tabela 11). Entretanto, verificam-se peculiaridades neste pretérito econômico mais ou menos comum. Em meados da década de 1950, essa ainda era a principal referência econômica dos municípios da região. Entre os quatro municípios analisados, observa-se a proeminência de Colorado quanto aos valores de produção, o que indica o peso dessa atividade tanto nesse município, como em Rondon e Terra Rica. Contudo, esse já não era o caso de Querência do Norte, onde aparecia o arroz como o principal produto, seguido do algodão e somente em terceira colocação estava o café.

Tabela 11 - Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. Principais produtos agrícolas por valor estimado de safra, 1956/1957

Produto	Colorado (Cr\$)	Querência do Norte (Cr\$)	Rondon (Cr\$)	Terra Rica (Cr\$)
Café	125.000.000	8.400.000	50.000.000	34.000.000
Feijão	4.353.600	1.440.000	Si	7.293.000
Milho	2.497.500	3.750.000	3.155.000	4.656.000
Algodão	2.035.800	8.800.000	4.455.000	3.120.000
Arroz	969.760	11.200.000	2.625.000	3.388.000

Fonte: Ferreira, 1959.

Si – Sem informação

Houve diferenças na duração do ciclo cafeeiro em cada município. Apesar da intenção primeira dos gaúchos instalados em Querência do Norte de se tornarem cafeicultores, os problemas de mercado e as geadas constantes somaram-se neste município à falta de tradição destes agricultores com o café, o que foi decisivo para explicar o ciclo mais curto dessa economia em sua história, atenuando as implicações decorrentes de suas crises.

A insistência na cafeicultura, em diversos pontos do Noroeste do Paraná, ocorreu basicamente entre produtores vindos do Estado de São Paulo, isto é, agricultores que possuíam tradição no cultivo do café ¹⁴⁹. Para alguns, esse cultivo ainda é importante no presente, ora adotando a tecnologia adensada ou semi-adensada, ora persistindo com a produção convencional. Essa idéia do cafeicultor persistente e da resistência a alterar a pauta agrícola emergiu de forma evidente nos municípios de Terra Rica e Rondon, com produtores que, apesar de todas as dificuldades, declaram gostar de plantar café. É certo que no solo arenoso, caso dos quatro municípios, tal pertinácia tem relação com a ausência de uma opção deliberada pelo mercado, como ocorreu com a soja em áreas da região de solos mais propícios. Isso fez com que o ciclo do café nestes municípios fosse mais longo ¹⁵⁰.

O cultivo de arroz no município de Querência do Norte foi favorecido por uma conjunção de fatores: a existência abundante de água (o município é lindeiro ao Rio Paraná e tem ao sul o Rio Ivaí, somando aproximadamente setenta quilômetros de margem fluvial, além dos rios que tem curso no seu interior); topografia adequada à irrigação; além de ser um produto conhecido dos agricultores gaúchos.

Somou-se a alternativa do arroz em Querência do Norte e de forma menos expressiva nos demais municípios, o cultivo do algodão que absorvia muita mão-de-obra, elemento significativo para a explicação da dinâmica demográfica. O arroz irrigado continua como principal produto agrícola do referido município. Houve quase uma década de interrupção, na fase de acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que ocupavam e reivindicavam áreas litigiosas, adequadas a esse cultivo. Na condição de acampados, os trabalhadores não podiam realizar grandes plantios, em razão da insegurança quanto à posse da terra e pela falta de acesso ao financiamento. Em Querência do Norte, está, nos dias de hoje, a maior produção de arroz irrigado do Paraná, sendo os agricultores do município responsáveis por um terço da produção paranaense.

A diferença entre esses municípios, no que se refere à produção agrícola, aparece na listagem dos sete principais produtos agrícolas de cada um, atualmente, verificando-se que no rol de Colorado, Rondon e Terra Rica o café ainda aparece, enquanto no de Querência do Norte tal produto já não consta da pauta produtiva (Tabela 12).

¹⁴⁹ Monteiro Lobato expressou literariamente esta sua percepção do *cafeicultor teimoso* já em 1900, numa crônica denominada *Café! Café!* - com o caso de um produtor que insistia com o café apesar das oscilações intensas de preços (LOBATO, 1995, p. 159-163).

¹⁵⁰ Conforme registrou material comemorativo aos 23 anos do município de Rondon, publicado em 1978, ainda neste período o café era o principal produto: Café 285.000 sacas, milho 40.000 sacas, soja 25.000 sacas, arroz 18.000 sacas e 14.000 sacas de feijão (RONDON, 1978, p. 15).

Tabela 12 - Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. Principais plantios agrícolas (ha.), 2000-2001

Produto	Colorado	Querência do Norte	Rondon	Terra Rica
Amoreira			679	
Arroz irrigado		4.000		
Cana-de-açúcar	11.300		11.068	
Café	1.060		1.160	531
Feijão das secas		600		300
Feijão das águas				200
Milho	1.000	3.002	1.500	1.500
Milho safrinha	600	800	120	1.200
Soja	550	3.000		
Mandioca	500	2.408	800	3.700
Outros	490	969	360	280

Fonte: Emater, 2003.

Tanto em Colorado como em Rondon, onde estão localizadas unidades industriais do ramo sucro-alcooleiro, a cana-de-açúcar tornou-se o principal produto cultivado, consumindo grandes áreas agricultáveis. Em Colorado, a produção de cana-de-açúcar para a atividade industrial foi dividida com os municípios vizinhos, o que permite, no âmbito municipal, um uso menos monopolizador e relativamente diversificado do solo. Já no município de Rondon, embora os números sejam próximos aos de Colorado, deve-se ponderar as dimensões territoriais superiores e o tamanho menor da unidade industrial sucro-alcooleira. O cultivo de cana-de-açúcar no território do município de Rondon atende, além da indústria local, outras de municípios vizinhos: a Usina de Cidade Gaúcha – Açúcar, Álcool e Energia Elétrica (Usaciga) e a Cooperativa Agrícola Regional de Produtores de Cana (Coopcana) de Paraíso do Norte.

Os solos utilizados pela Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Cana de Rondon (Coocarol) são aqueles mais próximos da unidade industrial, pois nesse tipo de atividade em que o consumo de matéria-prima é bastante volumoso, a proximidade entre áreas de cultivo e processamento industrial e as vias de acesso disponíveis convertem-se em fator fundamental.

Em Colorado, o café é a segunda maior produção agrícola, seguido do milho e outros. Em Querência do Norte, além do arroz irrigado, é significativa a produção de milho, soja e mandioca. Em Rondon, depois da cana-de-açúcar, destaca-se a produção de milho, café e mandioca. Em

Terra Rica, o principal produto agrícola é a mandioca e o milho, entre outros. O cultivo de mandioca é expressivo nos municípios onde estão indústrias processadoras do produto, especialmente fecularias, como nos dois municípios mencionados como produtores.

Em todos, já se observa o cultivo de soja, segundo os novos padrões técnicos definidos para o arenito, com destaque dos índices do município de Querência do Norte. A possibilidade do cultivo de soja tem aumentado os preços da terra, em todos os municípios onde é possível a produção, alterando substancialmente as cifras das transações imobiliárias.

Não obstante a presença da produção mencionada, os municípios localizados nos solos arenosos caracterizam-se pelas grandes extensões de áreas destinadas às pastagens (Tabela 13), a maioria como pecuária extensiva, grande consumidora de solo, com geração de poucos postos de trabalho¹⁵¹. Mais da metade do solo rural de Colorado está ocupado com pastagens. O mesmo ocorre em Querência do Norte. A proporção de solos utilizados (ou subutilizados) por pastagens é ainda maior em Rondon e Terra Rica, nos quais aproximadamente 70% do solo correspondente a esse uso.

Tabela 13 - Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. Uso do solo rural (ha.), 2000-2001

Ocupação do solo	Colorado	Querência do Norte	Rondon	Terra Rica
Pastagens cultivadas	23.805	56.831	32.574	46.935
Pastagens naturais		1.200		
Lavouras permanentes	12.365	125	12.907	905
Lavouras anuais	2.310	14.654	3.780	6.013
Outras áreas	1.800	25.906		10.447
Matas naturais	700	3.100	964	1.300
Reflorestamento	220	370	770	2.000
Total	41.200	102.186	50.820	67.600

Fonte: Emater, 2003.

¹⁵¹ Nas insubstituíveis palavras de um pioneiro de Terra Rica, Vicente Filipack “O casco de boi acaba com a cidade, o que cresce a cidade é lavoura branca [...] mais gente para trabalhar”. Lavoura branca é uma expressão utilizada para designar cultivos agrícolas não perenes: milho, algodão, arroz, mandioca, etc.

No que se refere à diversificação agropecuária, observou-se tentativas mais significativas, neste sentido, no município de Colorado. Na pecuária, além da bovinocultura, há a suinocultura, avicultura e piscicultura. O processamento industrial da pecuária de corte é realizado no município, onde tradicionalmente se mantém um frigorífico funcionando, além de unidades industriais que aproveitam o couro bovino. Registram-se, também, algumas pequenas unidades de transformação artesanal do leite, com a produção do queijo. Em Terra Rica, em que pese a relevância da pecuária de leite e corte, não funcionam mais os estabelecimentos industriais de processamento, tanto os dois laticínios que foram desativados, como o frigorífico que conta com a perspectiva de ser reativado.

Na área de fruticultura e olericultura, o município de Colorado registra o cultivo da acerola, banana, melancia, entre outras frutas, muitas aproveitadas na produção industrial de polpa para sucos. Além disso, é significativa a produção de alface, pepino e tomate, entre outras hortaliças. A existência da *Feira do Produtor*, organizada pela Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) é uma forma de comercialização que estimula tal diversificação e viabiliza a sobrevivência de pequenos produtores.

Em Rondon, há algumas iniciativas na área de fruticultura, sobretudo com o cultivo da laranja, uva e abacate. Na olericultura, os principais produtos são pepino e tomate. Na pecuária, destaca-se a bovinocultura de corte e mista. A bovinocultura de leite corresponde a menos de 10% do total de pecuaristas.

No município de Terra Rica, algumas tentativas na produção de hortaliças e de frutas foram prejudicadas pela distância dos maiores mercados consumidores, sobretudo de Maringá, dificultando o escoamento dos mesmos para a sua comercialização. De acordo com a administração municipal¹⁵², foi implementada uma política de diversificação agrícola nos anos 1990, com o Plano de Desenvolvimento Rural, incluindo incentivo ao plantio do café adensado, à criação do bicho-da-seda e ao cultivo da mandioca, do milho e do algodão. Para facilitar a permanência dos habitantes rurais em seus estabelecimentos, promoveu-se a construção de poços artesianos comunitários, o que viabilizou pequenos projetos de irrigação.

Quanto ao conjunto de atividades industriais, com os dados organizados comparativamente, sobressaem claramente Colorado e Terra Rica como municípios com maior número de estabelecimentos (Tabela 14).

¹⁵² As informações atribuídas à administração atual foram obtidas em entrevista com o prefeito Mário Luiz Lanziani, realizada em 27.10.2003.

Como se vê, Colorado é uma cidade que, embora pequena, apresenta relativa diversidade industrial, constituída neste aspecto, especialmente, por pequenas empresas, com exceção da Usina Alto Alegre (a ser detalhada em parte específica sobre o município) e de algumas outras plantas agroindustriais de médio porte, como o beneficiamento de café, arroz, feccularia, frigoríficos e laticínios. Entre as pequenas empresas industriais, há forte presença do ramo moveleiro, além de confecções e acessórios, no qual se destaca o ramo de artigos em couro, especialmente cintos, com empresas renomadas no cenário nacional. Esta atividade está afinada com certa tradição e destaque da cidade no que se refere aos rodeios¹⁵³ no Paraná. Há outros ramos menos expressivos: material para construção civil, gráficas e madeireiras.

Querência do Norte é pouco expressiva no que se refere ao desenvolvimento industrial. A maior empresa do município é uma feccularia. O principal produto agrícola - o arroz - tem apenas 5% da produção beneficiada no mesmo. O beneficiamento ocorre em centros regionais como Umuarama, Paranaíba, Maringá e outros. Assim, o município não aproveita a oportunidade de gerar empregos e impostos, já que após o beneficiamento o valor do arroz acrescenta 38% ao preço anterior. Nestes dois ramos agroindustriais - feccularia e beneficiamento de arroz - estão as maiores possibilidades de crescimento industrial. Outras atividades estão vinculadas ao processamento do leite e a instalação de uma pequena unidade industrial de processamento de conservas de pepinos. Nas vilas rurais existem pequenas iniciativas informais no segmento de confecções.

¹⁵³ Colorado realiza rodeios há mais de trinta anos (desde 1973). São os mais famosos do Paraná. Estes eventos, que agora se repetem em várias cidades do interior, são expressões da dimensão cultural que veicula signos referentes à modernização do campo, importados como demais elementos do processo. Como exemplo emblemático há o caso de Barretos, cujos rodeios se realizam no maior recinto latino-americano do gênero com capacidade para 35 mil pessoas - o *Parque do Peão*, projetado por Oscar Niemayer (ELIAS, 1996, p. 152).

Tabela 14 – Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. Número de Estabelecimentos Industriais, 2003

Segmentos industriais	Colorado	Querência do Norte	Rondon	Terra Rica
Alimentos	22	6	8	10
Mobiliário	20	1	2	12
Confecções	12	-	4	2
Metalúrgica/Serralheria	5	1	3	6
Madeira	4		1	1
Construção civil/Materiais de construção	3	2	-	-
Gráfica	3	-	-	2
Materiais elétricos/comunicações	2	-	-	-
Têxtil	2	-	1	1
Bebidas	2	-	-	-
Química	1	-	2	1
Outros	3	3	1	2
Total	78	13	22	37

Fonte: Prefeituras Municipais, 2003¹⁵⁴.

O município de Rondon possui, como outros da região, atividades basicamente agroindustriais – abatedouro de aves, farinheira, laticínio, entre outras, e a maior planta industrial é da Cooperativa Agroindustrial de Produtores de Cana de Rondon - Coocarol (detalhada em tópico específico sobre o município). Outra atividade industrial de Rondon que absorve significativo número de trabalhadores é o abatedouro de frangos Parati. Foi instalado em 1994, com o estímulo da Prefeitura Municipal, com o objetivo de viabilizar alternativas para os produtores rurais, também auxiliados pelo poder público municipal na instalação da infra-estrutura. A *Burajiru Takushoku Kumiai* (Bratac) possui, no município, um posto de coleta de casulos do bicho-da-seda, encaminhados para a unidade industrial da empresa, em Londrina. Entretanto, esta é uma atividade em decadência no município, pois de 270 barracões restam 150, em consequência das oscilações no mercado internacional. Instalaram-se, recentemente, outras empresas industriais em barracões cedidos em comodato pela Prefeitura Municipal, onde na maioria, funcionam

¹⁵⁴ Os dados referentes à composição das atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços estão todos baseados em informações fornecidas pelas respectivas prefeituras municipais, cada qual com maneira específica de organizar e apresentar as informações, o que dificulta uma classificação exata. Portanto, eles são apenas referências comparativas.

confeções, uma delas procedente de Cianorte. Embora o argumento para auxiliar as empresas seja a geração de empregos, diversas manifestações indicam que tais confeções absorvedoras basicamente de mão-de-obra feminina, geram na realidade, ocupações precárias, já que os salários são baixíssimos¹⁵⁵.

Terra Rica não possui nenhuma grande empresa, mas conta com certa diversificação das atividades industriais, decorrentes de uma política municipal de industrialização no início da década de 1990, mediante a qual se ofereciam estímulos municipais, de iniciativa do poder executivo, resultando na instalação de marmoraria, serralheria, fábrica de doces, oito unidades de indústria moveleira, artigos em couro, torrefação de café, entre outras. O maior empregador municipal é uma feclaria, mas o processamento industrial de mandioca ocorre também com a produção de farinha. Ademais, existe algumas facções de confeções articuladas com indústrias de Maringá. Há expectativas de trazer para o município uma unidade do ramo sucro-alcooleiro. Considera-se, para tanto, a existência de áreas que poderiam ser utilizadas para o cultivo da cana-de-açúcar. A concretização desse projeto, porém, terá que superar a resistência dos agricultores quanto ao plantio desse produto, inexistente no município, já que os mesmos são reticentes e não produzem nem arrendam terras com essa finalidade. Com a implantação de uma unidade sucro-alcooleira de capital exógeno, pretende-se absorver a mão-de-obra local, já que aproximadamente mil pessoas trabalham no corte de cana e coleta de laranjas fora do município, especialmente em Teodoro Sampaio, no Estado de São Paulo. São pessoas que atravessam diariamente o Rio Paranapanema de balsa para trabalhar. Outros trabalhadores vão para Nova Londrina e Rondon. A coleta de laranjas é uma alternativa para o trabalho eventual, na entressafra da cana-de-açúcar, quando pequena parte de trabalhadores permanece contratada para o plantio desse produto.

Com as atividades comerciais repete-se o que ocorre com os dados relativos à industrialização, pois os números de estabelecimentos são visivelmente mais expressivos em Colorado e Terra Rica (Tabela 15).

O comércio de Colorado é relativamente sofisticado, já que possui algumas atividades que não existem em outras pequenas cidades, como concessionária de veículos, lojas de equipamentos de informática, piscinas, entre outras. Esse aspecto mais dinâmico do comércio de Colorado pode ser apreendido em parte por sua aparência, pois há um *cuidado* com as fachadas e vitrines coloridas e atrativas, diferenciando essa cidade

¹⁵⁵ Conforme informação oral de ex-contratada, na condição de aprendiz o salário era de R\$ 50,00. Mas, mesmo entre as costureiras efetivas, a média salarial não ultrapassava um salário mínimo. É comum a baixa remuneração nesse ramo. Como sublinharam Sánchez Lopez e outros (1984, p. 48) entre demais elementos que definem a localização das atividades está a “[...] aceptación de bajos niveles de remuneración de la mano de obra [...]”. A despeito disso, os valores praticados, nesse caso concreto, devem ser motivos de destaque.

das demais estudadas, onde os estabelecimentos são muito singelos. Apesar de alguns estabelecimentos que suprem demandas consideradas mais raras, prevalecem os estabelecimentos que atendem necessidades essenciais, como confecções, calçados e produtos alimentícios, além de acessórios automotivos e lojas de materiais de construção.

A cidade de Colorado exerce polarização em relação aos municípios com centros urbanos menores na região. Comentam tanto os moradores quanto os próprios comerciantes que em datas de pagamento na Usina Alto Alegre, sobretudo dos cortadores de cana, os estabelecimentos comerciais de Colorado ficam lotados. Esta polarização, além do equipamento comercial, decorre de serviços e órgãos estatais presentes em Colorado.

Diversas instituições localizadas em Colorado atendem à microrregião. Assim, ocorre com os serviços jurídicos atrelados à instituição da Comarca, dotada de duas varas (civil e criminal) que respondem por vários distritos judiciários: Alto Alegre, Itaguajé, Nossa Senhora das Graças, Santa Inês e Santo Inácio. Outras entidades que exercem polarização: Agência do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Agência de Rendas; Departamento de Trânsito (Detran) e Procuradoria do Consumidor (Procon). Há, ainda, cinco bancos: Banco do Brasil, Itaú, Caixa Econômica Federal, Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco) e do Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), portanto mais completo que a maioria dos pequenos núcleos urbanos.

A presença destas instituições, que promovem Colorado como localidade central, merece duas observações. A primeira se refere ao papel do Estado (na esfera nacional e da unidade da federação) quanto à sua distribuição institucional que adquire relevância fundamental na diferenciação das pequenas cidades. Esse mesmo aspecto das pequenas cidades, enquanto localidades ‘enquadrantes’, ou como pontos de distribuição de serviços públicos, foi sublinhado por outros estudiosos. Com este intuito, Bonnenfant (1986, p. 575) destaca o papel do Estado no crescimento urbano na Arábia Saudita, ao distribuir seus equipamentos administrativos em centros de mais de cinco mil habitantes. Do mesmo modo, Kezeiri (1986, p. 654) sublinha entre os diversos investimentos em pequenas cidades, aqueles oriundos da estrutura administrativa do Estado. No Brasil, a estreita associação formal entre o município e a cidade torna os processos de emancipação relevantes, enquanto via de acesso à instalação de determinados serviços e equipamentos¹⁵⁶. Daí, a segunda observação, de que elementos com presença usualmente tida

¹⁵⁶ Por isso, entre os estudos de pequenas cidades encontram-se alguns que focalizam a emancipação municipal, como Pinto (2003).

como corriqueiras nas cidades de maior porte representam um diferencial na composição dos papéis das pequenas cidades. Por isso, para estudar tais espaços é preciso aprender a reconhecer e valorizar detalhes, conquanto aparentemente minúsculos, ganham significância nos mesmos.

Em Querência do Norte, os equipamentos comerciais oferecem produtos elementares e de consumo mais freqüente, sendo mais significativos os ramos de alimentos, confecções e materiais de construção. Apesar de uma composição simples, o comércio é dinâmico. Pela especificidade geográfica de município limeiro ao Rio Paraná, o comércio local inclui artigos para pesca (na tabela somado na categoria *outros*). Este tipo de comércio raramente se encontraria numa cidade com o porte de Querência do Norte, não fosse pela sua posição geográfica. As atividades comerciais locais destinam-se ao consumo da população do próprio município, já que pelo isolamento geográfico não há uma polarização maior, mas, por outro lado, esse mesmo fator reforça sua centralidade municipal já que inibe parcialmente a mobilidade para outros centros urbanos.

Embora com situação geográfica bem articulada¹⁵⁷, as atividades comerciais e de prestação de serviços de Rondon não exercem nenhuma polarização. Estas atividades restringem-se a atender algumas necessidades básicas da população local, que recorre freqüentemente ao comércio de Cianorte. Portanto, ao invés de polarizar, o município é polarizado. Nesse caso, ao invés da situação geográfica caracterizada como benéfica pelos nexos rodoviários e proximidade a uma cidade maior explicar o dinamismo, explica a ausência dele. Assim, o comércio de Rondon compõe-se de poucos estabelecimentos que oferecem produtos essenciais. A aparência física desses estabelecimentos comerciais revela a pouca sofisticação. Muitos conservam o aspecto tradicional dos armazéns de *secos & molhados* do período da cafeicultura. Apenas um pequeno supermercado ocupa o prédio que era do antigo cinema, em frente a um calçadão.

¹⁵⁷ Esta situação geográfica já foi valorizada no passado, conforme material publicado pela prefeitura em 1978. O *slogan* de Rondon era *Entroncamento rodoviário, eixo econômico do Noroeste* (RONDON, 1978).

Tabela 15 – Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. Número de Estabelecimentos Comerciais, 2003

Ramos comerciais	Colorado	Querência do Norte	Rondon	Terra Rica
Confecções, calçados, tecidos, acessórios, jóias e armarinhos	89	15	13	39
Alimentos, bebidas, secos e molhados	55	24	20	42
Veículos, acessórios e peças	24	3	1	10
Materiais de construção	20	9	5	11
Farmacêuticos, cosméticos, químicos e odontológicos	14	5	2	8
Equipamentos e máquinas, aparelhos, material elétrico, de comunicação e informática	13	1	2	3
Combustíveis, lubrificantes e gás	11	3	5	3
Móveis e utilidades domésticas	11	4	3	5
Papelaria, livraria, artigos para fotos, discos, fitas, decoração de festas	11	4	1	4
Representação comercial	10	2	1	4
Agropecuária (químicos e mecânicos)	9	2	1	3
Outros	13	22*	2	2
Total	280	94	56	134

*Diversos estabelecimentos foram enquadrados nesta categoria porque o relatório fornecido pela Prefeitura não permitia identificar o ramo de atividade.

Fonte: Prefeituras Municipais, 2003.

Figurando, comparativamente, como a segunda cidade com melhores equipamentos comerciais, o conjunto de estabelecimentos em Terra Rica atende igualmente necessidades elementares, pois predominam unidades do ramo alimentício, confecções e calçados. Poucos estabelecimentos indicam alguma sofisticação ou atendem a um consumo mais especializado.

Quanto aos serviços, reiteram-se as posições de destaque dos municípios de Colorado e Terra Rica. Tanto no caso da síntese das atividades comerciais quanto naquelas de prestação de serviços não se contempla a complexidade real. Repete-se, no caso dos serviços, a presença em Colorado de algumas atividades incomuns em pequenas cidades da região, como academias de ginástica e natação, escolas de línguas e música, empresas de assessoria empresarial, seguradoras, locação de veículos, vigilância e segurança, além de atividades de entretenimento. Contudo, como no que se observa em relação às atividades comerciais, o maior número de estabelecimentos são aqueles voltados

para atividades fundamentais: alimentação, transportes e comunicações, saúde e higiene pessoal, além das atividades de reparação, manutenção e conservação (Tabela 16).

Deve-se registrar o funcionamento em Colorado de uma experiência supramunicipal, o Consórcio Intermunicipal de Saúde. O município de Colorado é o principal financiador do mesmo (55% dos recursos financeiros), sendo o restante dividido entre os demais municípios, conforme utilização dos serviços. Além de alguns médicos que residem em Colorado, alguns especialistas provenientes de Maringá estabelecem um dia na semana para atender neste município. Dos quatro municípios estudados, este é o único a sediar o atendimento relativo à saúde decorrente da cooperação intermunicipal. Os demais participam de consórcios, mas o atendimento se realiza em municípios vizinhos.

Em Querência do Norte, não se encontra nenhuma sofisticação nas atividades de prestação de serviços. Somente alguns poucos estabelecimentos dedicam-se a assessorias. Embora os números sejam significativos pelas dimensões da cidade, prevalecem os serviços básicos. A posição geográfica gera demanda por atividades específicas, no caso serviços portuários, incluídas na tabela como serviços de transportes. Duas agências bancárias, uma do Banco do Brasil e outra do Sicredi, funcionam no município. A ausência de outros bancos, como a Caixa Econômica Federal explica significativas filas observadas em frente a uma lotérica para pagamento de determinadas contas. Quanto aos serviços jurídicos, o município faz parte da jurisdição de Loanda.

Da mesma forma, em Rondon, encontram-se apenas atividades básicas. Os dados relativos ao ensino são de creches e escolas públicas. Como em Querência do Norte, não existem escolas de línguas, música, nem de atividades profissionalizantes e preparatórios para vestibulares, entre outras tantas carências reclamadas pela população local. Embora Rondon seja um município antigo, não tem comarca própria e pertence à jurisdição de Cidade Gaúcha, município dele desmembrado. Relatos de moradores lamentam as oportunidades perdidas no passado para instalar a comarca, pois agora o município não reúne mais os requisitos necessários.

No ramo bancário, a cidade conta com duas agências – Banco do Brasil e Banco Itaú. Outras necessidades nesse sentido são atendidas por atividades localizadas em Cianorte. É notório observar que a Prefeitura Municipal funciona em parte do prédio do Banco do Brasil, pois houve redução no número de funcionários daquela agência, que se explica tanto pela reestruturação administrativa e tecnológica nos serviços bancários, como também pela menor movimentação existente no município. O atendimento na saúde é realizado em hospital (fundado na época

do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - Funrural), além do posto de saúde municipal. São realizados contratos entre os médicos e uma fundação que administra o hospital, tendo em vista o atendimento da população.

Tabela 16 - Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. Número de Estabelecimentos de Prestação de Serviços, 2003

Serviços	Colorado	Querência do Norte	Rondon	Terra Rica
Alojamento, alimentação	83	55	12	56
Transportes e comunicações	81	13	31	34
Saúde e Higiene pessoal	65	10	12	31
Reparação, manutenção, conservação	54	25	5	60
Financeiros, assessorias, advocacia, contabilidade	34	10	9	22
Serviços auxiliares diversos	31	11	68	31
Escolas, academias	17	7	6	8
Imobiliário, loteamento, engenharia, topografia	12	3	1	4
Mídia, diversão, eventos	13	4	3	9
Total	384	135	147	255

Fonte: Prefeituras Municipais, 2003.

Em Terra Rica, também predominam atividades elementares de serviços, ainda que se destaque a existência de uma escola particular de ensino fundamental e médio, estabelecimentos de ensino de informática, cursos profissionalizantes e pré-vestibulares. Há serviços bancários do Itaú e Banco do Brasil. A Comarca, como a maioria das pequenas cidades, possui juizado único, com jurisdição apenas no território municipal. Tanto as atividades comerciais como de prestação de serviços em Terra Rica não exercem polarização significativa além dos limites municipais. Por outro lado, a localização do município dificulta em parte a saída da população para centros maiores e, por isso, consome-se mais no próprio município.

Outros estudos sobre pequenas cidades reiteram que é comum o predomínio de atividades básicas quanto ao comércio e serviços. É assim que Négro (1997, p. 362-363) igualmente assinala, em relação à realidade francesa, a predominância do comércio atinente aos gêneros alimentícios, enquanto o comércio de móveis e equipamentos domésticos já aparecem enfraquecidos nas pequenas cidades, por causa das grandes superfícies de vendas localizadas em cidades maiores. O autor também faz referência a determinados estabelecimentos que trazem alguma

sofisticação ao perfil comercial e de serviços de determinada cidade (ópticas, laboratórios de análises clínicas, academias de ginástica, etc.), destacando a preocupação com o aspecto visual dos estabelecimentos comerciais.

Em um contexto em que predominam atividades elementares, um terciário mais desenvolvido gera maior centralidade (DESMARAIS, 1984, p. 359). Já no estudo de Baker (1998), que trata da realidade da África Subsaariana, enfatiza-se que alguns pequenos centros situados nos principais eixos de comunicações podem desempenhar papéis importantes, considerados naquela realidade de ordem superior - embora corriqueiras nos espaços estudados - como a revisão e reparação de veículos, bem como o fornecimento de combustíveis para o transporte. Portanto, informações que podem parecer insignificantes tornam-se expressivos elementos no estudo de pequenas cidades numa perspectiva comparativa, pois tais atividades expressam a condição social, neste caso, traduzida em capacidade de consumo, intimamente vinculada aos equipamentos que existem com a finalidade de supri-la. Como já ensinara a teoria *christalleriana*, uma localidade central só pode surgir em determinado ponto da superfície terrestre se houver alguma expressão econômica para tanto. Portanto, pode-se ler por meio da rede urbana uma realidade econômica, política e social.

Este tipo de informação pode, ainda, ser utilizada para auxiliar na classificação de pequenas cidades, como propõe Cote (1986, p. 701), ao estudar a realidade argeliana. Ele sinaliza que seriam pequenas cidades localidades com número de estabelecimentos comerciais entre cem e oitocentos, além de perfazer um total de vinte a quarenta tipos de equipamentos. Com base neste referencial e levantamento do conjunto de estabelecimentos comerciais e industriais de municípios do setentrião paranaense (FRESCA, 2000, p. 240), constata-se que aproximadamente metade dos pequenos núcleos urbanos, apesar de sedes municipais, não alcançam o patamar mínimo de estabelecimentos. Vários não atingem nem a metade, ou seja, não possuem nem cinquenta estabelecimentos, realidade da maioria dos municípios com até cinco mil habitantes.

A avaliação e/ou adaptação desse referencial para o complexo e diverso mosaico da realidade brasileira pode ser uma saída metodológica, que adicionada a outros critérios, poderá ajudar a traçar limites em relação ao mínimo de complexidade necessária para se admitir a existência de uma cidade, de acordo com o entendimento de Santos (1979b) exposto no primeiro capítulo.

Além da dimensão e complexidade mínima, este critério pode ser útil na definição do limite superior no agrupamento das pequenas cidades numa tipologia urbana, nesse caso como parâmetros distintivos entre este tipo de cidade e as de porte médio. De acordo com o mesmo

referencial, podem ser assim consideradas aquelas que possuem mais de oitocentos estabelecimentos. Para as cidades da região, esse critério parece ser adequado e confirma centros regionais acima de cinquenta mil habitantes, como se sinalizou antes, como localidades detentoras de dinamismo similar a cidades de porte médio, já que elas alcançam ou superam as cifras anteriormente indicadas.

Antes de prosseguir com o comparativo, seguem alguns registros a mais sobre os quatro municípios para complementar e detalhar suas especificidades.

3.1.1.1 Colorado

A formação de Colorado, como a maioria das cidades setentrionais paranaenses, decorre de iniciativas empresariais. Foi a Companhia Colonizadora Imobiliária Agrícola de Catanduva (CIAC) que, no início de 1948, preparava o loteamento das terras rurais e urbanas, a qual deu origem a Colorado. Como os proprietários da companhia eram de Catanduva, cidade do interior paulista, ela estimulou a vinda de muitas pessoas da mesma região, fato que pode ser comprovado em conversa com *pioneiros*¹⁵⁸ da cidade, procedentes de Urupês, Santa Adélia, Elisiário e outras localidades paulistas¹⁵⁹. O povoamento inicial do município contou, ainda, com a presença de japoneses, que até antecedem a ação da companhia colonizadora, decorrentes de outra iniciativa imobiliária numa gleba de terras com cinco mil alqueires, formando uma localidade no interior do município denominada Pau D'Alho.

Como a maioria das pequenas cidades e municípios da região, o crescimento populacional foi muito rápido e, em seis anos, Colorado já se constituía como município, desmembrando-se de Jaguapitã. Em 1962, passou à sede de comarca, abarcando vários municípios, ainda polarizados juridicamente e, em outras atividades, por Colorado.

Sobre a movimentação na pequena sede urbana de Colorado no período da economia cafeeira, o pioneiro Urbano Palhari comenta: “[...] na época, tinha oito máquinas de café, a gente contava fila de sessenta caminhões, [...]”. Algumas dessas máquinas pertenciam a grandes grupos

¹⁵⁸ Deve-se considerar que o uso deste termo traz uma carga ideológica de histórias contadas de maneira apologética, ressaltando *proezas* de agentes capitalistas. Os nomes reconhecidos, freqüentemente, não incluem os trabalhadores ou personagens múltiplos, co-autores de realidades atribuídas oficialmente a estes ‘heróis’. Estas ressalvas foram levadas em consideração e os discursos dos pioneiros não foram considerados de forma acrítica.

¹⁵⁹ A catedral de Colorado, conforme relataram seus pioneiros e comprovou-se posteriormente, foi construída com projeto semelhante ao de Catanduva-SP, cuja modificação mais expressiva foi a retirada da torre, pois o sino já estava fora de uso.

como *Anderson Clayton*. Apesar de muitas máquinas, não havia nenhuma torrefação. Há uma *marca* registrada como *Café Colorado*, mas é recente. Havia um fluxo intenso na pequena cidade, apesar das dificuldades de transportes. As famílias vinham como podiam para a cidade, em especial para a compra do mês. A cidade contava na época com quatro estabelecimentos atacadistas, 54 varejistas e uma agência bancária (FERREIRA, 1959, p. 120-122). Normalmente, os ônibus que circulavam nas estradas municipais eram lotados e as viagens intermunicipais bastante demoradas, em razão da falta de rodovias asfaltadas.

A evolução demográfica do município (Gráfico 5) mostra que houve significativa saída da população entre 1960 e 1970, o que, em termos absolutos, correspondeu a 5.614 habitantes, aproximadamente $\frac{1}{4}$ da população total do município. Nos períodos subsequentes, Colorado apresentou retomada gradual do crescimento. De acordo com os dados atuais, apresenta quase o mesmo patamar demográfico que possuía em 1960, porém completamente invertida no que se refere à distribuição no interior do município, com alta taxa de urbanização (89,57%). A população urbana está assentada no núcleo principal e no distrito de Alto Alegre.

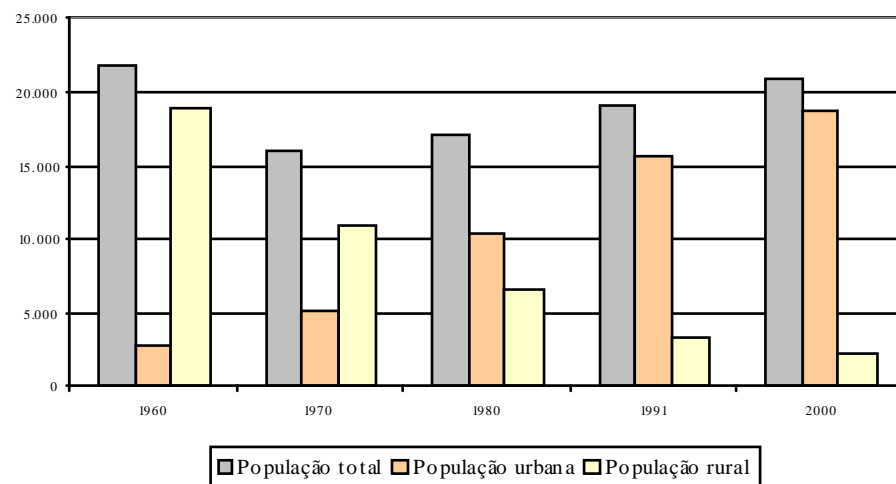


Gráfico 5 – Colorado. Evolução da população total, rural e urbana, 1960-2000
Fonte: Censos demográficos, IBGE.

As mudanças demográficas estiveram acompanhadas de alterações na estrutura fundiária (Tabela 17). Atualmente, o município possui 629 estabelecimentos rurais, dos quais 180 possuem até dez hectares, 380 possuem entre dez e cem hectares e 69 tem mais de cem hectares. Em 1960, eram 1.146 estabelecimentos, dos quais 416 possuíam até dez hectares, 680 estavam entre dez e cem hectares e 41 com mais de cem hectares. Houve uma redução entre estes dois períodos de 517 estabelecimentos agropecuários no município, sendo visível que esta redução ocorreu com os pequenos estabelecimentos.

Tabela 17 - Colorado. Estrutura Fundiária: número de estabelecimentos por classes de área (ha), 1960-1995

Ano	0-10	10-100	100-500	mais de 500
1960	416	689	38	3
1970	766	721	45	5
1980	353	518	66	8
1985	147	422	70	9
1995	180	380	63	6

Fonte: Censos agropecuários, IBGE.

Neste município, é pequeno o número de estabelecimentos agropecuários com mais de quinhentos hectares. Ainda assim, observou-se um crescimento, pois em 1960 eram três e no último censo agropecuário foram registrados seis estabelecimentos.

Colorado está situado numa área em que a erradicação de cafeeiros começou antes do início da década de 1970, por isso houve brusca queda de população entre 1960 e 1970. Como o município era grande produtor de café, foi um período de grande mudança. Todavia, já na década seguinte foi instalada, em Colorado, uma unidade industrial do ramo sucro-alcooleiro, inicialmente produtora de álcool, resultante do estímulo ao Programa Nacional do Álcool (Proálcool). A produção de açúcar começou na década de 1990 tornando-se, desde então, a principal atividade da empresa. O capital é exógeno ao município de Colorado, formado pela sociedade de duas famílias (Junqueira e Figueiredo), sendo tal unidade a

primeira do grupo, embora a família Junqueira já tivesse tradição neste ramo. Agora, o grupo possui mais duas unidades no Estado de São Paulo. O escritório central fica em Presidente Prudente.

É certo que a instalação desta empresa no município foi fundamental, pois ocorreu no período da erradicação de cafeeiros, marcado pela incerteza e falta de alternativas. A presença da mesma criou alguma expectativa, o que é significativo para a história do município que, de maneira geral, reverteu a tendência ao esvaziamento nas décadas seguintes.

A iniciativa foi exclusivamente dos empresários, que mediante a intenção de se instalar no Paraná, elegeram o distrito de Alto Alegre, no município de Colorado. O atual presidente da empresa Cidisney Miguel Gil¹⁶⁰, morador do município há mais de quarenta anos e seu prefeito, na década de 1970, quando a empresa estava se instalando em Colorado, explicou que não houve nenhum incentivo municipal. Como prefeito desse período instável, ele relata que as providências foram no sentido de tentar manter a cafeicultura. Para tanto, a Prefeitura Municipal chegou a montar um viveiro de cafeeiros. Diante da indefinição do que fazer, tentava-se recuperar a produção cafeeira. Todavia, como ensinou a história, não era apenas uma questão de conseguir recuperar cafezais por causa das geadas (notadamente a de 1975), pois havia uma conjuntura econômica que não era mais favorável à cafeicultura no Noroeste paranaense, conforme já se expôs no capítulo anterior. Por isso, foi extremamente significativa a instalação de uma outra atividade econômica.

A Usina Alto Alegre pode ser considerada, atualmente, a maior instalada no Estado do Paraná, por meio de diversos critérios como a área plantada de cana-de-açúcar, toneladas de cana moída e produção de açúcar. Ela se destaca ainda na produção de álcool anidro. Já a produção de álcool hidratado (utilizado como combustível) é pouco expressiva (Apêndice D).

Apesar de ter se instalado, com incentivo para a produção de álcool, a empresa destaca-se pela produção de açúcar, que corresponde a 80% do seu faturamento atual. É uma, dentre pouquíssimas empresas do ramo no Brasil, que optou por priorizar o mercado interno brasileiro. Portanto, todo o processo de produção é diferente das demais, que não exportam o produto final, mas matéria-prima para ser refinada no país comprador. A empresa produz o açúcar cristal e refinado já pronto para uso, encontrado no comércio varejista da região. Os principais compradores estão no Sul brasileiro. Ela é também exportadora, mas do produto final. A produção do álcool anidro (adicionado na gasolina)

¹⁶⁰ Informações obtidas por meio de visita à Usina Alto Alegre e entrevista com o Sr. Cidisnei Miguel Gil, realizada em 26.9.2003.

aproveita parte do produto retirado do caldo, após extração da matéria-prima para o açúcar. Há, ainda, a produção de álcool gel, para uso doméstico.

Operando com um sistema técnico bastante moderno, a empresa adota estratégias atuais de gestão, como a terceirização do restaurante, parte do transporte e manutenção em geral. Ela é auto-suficiente em energia elétrica, produzida com geradores próprios a partir de resíduos do processo produtivo. Enfim, trata-se de uma unidade industrial que tem incorporado inovações técnicas e administrativas. E o que é mais significativo para este estudo, é a maior empregadora do município. O número de trabalhadores contratados oscila durante o período de safra (de abril a dezembro) e entressafra (janeiro a março). Em setembro de 2003, eram 850 trabalhadores na indústria, 1.150 trabalhadores na área agrícola e 2.400 cortadores de cana, somando 4.400 trabalhadores.

Além da mão-de-obra municipal, ela emprega trabalhadores de municípios próximos, como Flórida, Munhoz de Melo, Santa Fé, Guaraci, Nossa Senhora das Graças, Lupionópolis, Santo Inácio, Santa Inês, Itaguajé, Jardim Olinda, Paranapoema, São João do Caiuá, Paranacity, Lobato e Colorado, o que totaliza quinze municípios. Embora trabalhando no município de Colorado, eles continuam morando nos municípios vizinhos porque o custo dos imóveis em Colorado é mais alto. Já os trabalhadores da área industrial procedem de Colorado, do distrito de Alto Alegre, Nossa Senhora das Graças e Guaraci. Outra marca da expressão regional da empresa é quanto aos municípios onde estão áreas arrendadas para o cultivo de cana-de-açúcar: Flórida, Santa Fé, Nossa Senhora das Graças, Santo Inácio, Santa Inês, Paranacity, Lobato, além de Colorado.

As relações de trabalho baseiam-se em contratos temporários para o período de safra. Quase todos são recontratados quando nova safra se inicia, embora alguns possam ser eliminados definitivamente do quadro da empresa, na linguagem dos próprios trabalhadores ‘levam facão’¹⁶¹. Portanto, apesar de ser uma grande empregadora, seus trabalhadores não podem contar com nenhuma estabilidade em relação ao emprego.

Conforme é possível inferir, esta empresa tem expressão microrregional no que se refere à geração de empregos e uso de solo rural. Até mesmo o sindicato dos trabalhadores de indústrias químicas e farmacêuticas, que representam os trabalhadores da planta industrial, tem sede em Colorado e possui uma ampla área de abrangência no Paraná.

¹⁶¹ No estudo de Bernadelli (2004, p. 211), ela enfatiza os problemas gerados pela entressafra da cana-de-açúcar. Citando Costa, ela destaca que a *parada* no corte da cana marca o tempo de ‘corte dos homens’.

Com isso, Colorado tem o perfil de um município industrial (Gráfico 6), já que comparativamente aos demais setores, a indústria se sobressai na economia municipal.

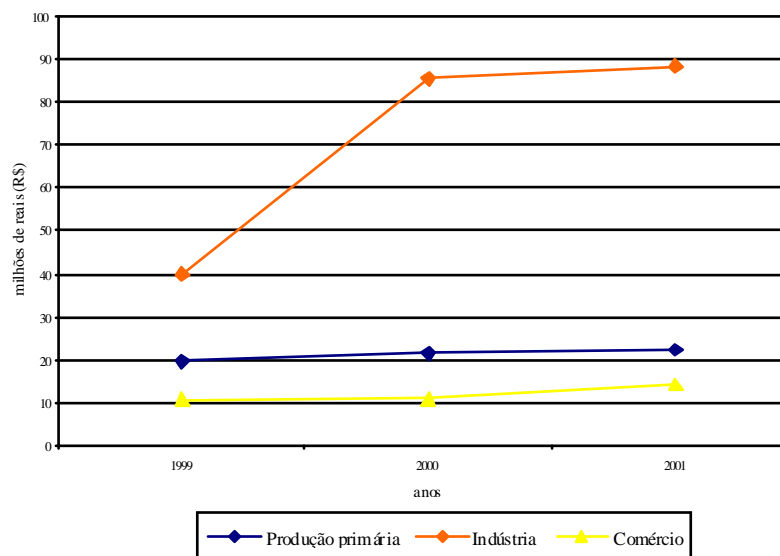


Gráfico 6 – Colorado. Valor adicionado por Setor de Atividade, 1999-2001
Fonte: Secretaria da Fazenda Estadual.

As demais atividades econômicas, nos setores primário e terciário, são também significativas, mas com valores muito inferiores daqueles compostos pelas atividades industriais. A complexidade econômica adquirida por esse município não se explica mais somente pela presença da grande empresa, mas também pelos desdobramentos que ocorreram desde então. Acerca desse esclarecimento, em circunstâncias similares, Prenant (1986, p. 537) adverte sobre os efeitos da localização exclusiva ou quase exclusiva de grandes estabelecimentos industriais, que podem ofuscar a atuação de outros agentes econômicos. Em suma, Colorado adquiriu novas funções urbanas, tornando-se um município industrial, com implicações concernentes a esse fato e seus desdobramentos na dinâmica demográfica.

Não obstante tais *efeitos* econômicos, falar de Colorado implica em considerar a presença de uma grande planta industrial numa pequena cidade. Em virtude de seu porte, não há equivalentes entre os outros estabelecimentos industriais do município, configurando uma situação quase monoindustrial, com respectivas correspondências econômicas e políticas tanto na perspectiva do capital, quanto na perspectiva do trabalho por ela absorvido e pautado por imposições completamente unilaterais por parte da empresa.

De maneira geral, as grandes empresas instaladas em pequenas cidades criam dinâmicas similares às de *Company Towns*¹⁶², estabelecendo explícita ou tacitamente regras. Comumente procuram manter sua condição monoindustrial, pelo menos no que se refere a possíveis concorrências, pretendendo manter as referidas condições unilaterais nas relações de trabalho, além da interferência direta ou indireta no comando político local, entre outras práticas advindas desta situação.

Constata-se, neste ponto, uma situação paradoxal. Se, por um lado, é vantajoso para as empresas usufruírem da condição de grande e quase exclusiva empregadora e geradora de riquezas de uma pequena cidade, como sinaliza Veltz (1998, p. 225-237), a concentração de atividades em espaços metropolitanos oferece lógicas anônimas de mercado, com riscos compartilhados e oportunidades de sinergias maiores. Enfim, constituem lógicas que facilitam o encerramento de atividades ou processos de reestruturação. Segundo o mesmo autor, os custos de *desengajamento* são mais fracos (ou talvez apenas pareçam mais fracos) social e economicamente no meio metropolitano. Em pequenas e médias cidades, são muito dolorosas as implicações desses processos, pois nestes espaços a responsabilidade de empregador é integralmente exposta.

Por isso, o ramo agroindustrial e outros igualmente considerados como indústrias pesadas, baseadas em grandes plantas industriais e vinculadas ao uso do solo do entorno, é que se localizam nos municípios com pequenas e médias cidades, pois seria inviável a concentração desse tipo de atividade industrial em áreas metropolitanas pela dimensão das áreas que demandam (tanto no processo industrial como na obtenção da matéria-prima) e pelo tipo de mão-de-obra que utilizam (numerosa e barata). São ramos que aproveitam a condição monoindustrial,

¹⁶² Termo tradicionalmente utilizado em inglês, porque decorre de uma prática mais freqüente na Inglaterra e nos Estados Unidos, embora a experiência tenha se disseminado pelo mundo, em diversos casos, mas não exclusivamente, decorrentes de ações de empresários procedentes daqueles dois países. São cidades criadas por grandes empresas, algumas por serem mesmo do ramo imobiliário, outras como suporte para o empreendimento de atividades produtivas. Estas cidades podem se tornar cidades públicas com a incorporação de municipalidade, o que apenas diminui o peso do comando empresarial. A empresa é fundamental para o funcionamento da localidade e sua retirada pode ter efeito econômico fatal na mesma. O mesmo ocorre com outras cidades que mesmo não tendo sido criadas por empresas dependem muito de uma única companhia, que funcionam como *Company Towns*, sem que a mesma não tenha a posse/propriedade da localidade.

mas convivem com os reverses dessa situação, já que os referidos espaços são os mais adequados para o desenvolvimento desse tipo de atividade produtiva.

3.1.1.2 *Querência do Norte*

Trata-se de um município que vem apresentando lento, mas constante índice de crescimento demográfico. Como mencionado antes, tem uma localização relativamente isolada. Existe algumas peculiaridades na história desse município. Diferente dos demais, a população total não alcança seu auge na década de 1960, mas na década de 1970, mostrando que não se observa, neste caso, um crescimento tão acelerado como ocorreu na maioria dos municípios da região (Gráfico 7). Isso se explica pelos conflitos fundiários que coexistiram no referido município com o processo de *colonização* e a forma de atuação da própria empresa colonizadora que não inspirava confiança aos compradores.

Nesse município, atuou uma empresa que reunia sócios paulistas e gaúchos, a Companhia Brasil-Paraná. Repetiu-se a intensa propaganda junto aos locais de origem dos empresários, no caso Estados do Sul brasileiro, especialmente o Rio Grande do Sul. Enquanto a história da região está marcada pela maior presença de paulistas, no referido município, foi intensa a presença de gaúchos que adquiriram pequenas propriedades (*colônias*¹⁶³). Eles vieram em busca de terras e, apesar de não haver produção de café no Rio Grande do Sul, tinham intenção de aderir à cafeicultura. Por outro lado, também foi intensa a presença de nordestinos que vieram em busca de trabalho¹⁶⁴.

Outro traço que marca a produção deste espaço - os conflitos fundiários - não corresponde a uma exclusividade do município de Querência do Norte, como já se comentou antes, pois diversos conflitos atingiram o Estado do Paraná por várias décadas. Entretanto, nesse município, há maior relevância diante da violência e resistência ocorrida. A questão fundiária em Querência do Norte é substancial e ajuda a explicar a realidade atual, pois se trata do município da região estudada com maior presença de famílias assentadas, atreladas ao MST.

¹⁶³ Uma colônia equivale a dez alqueires paulistas, ou seja, 24,2 hectares.

¹⁶⁴ Conforme escreve Haracenko (2002), desde o início já se contava cerca de quatrocentos homens (peões), na maioria nordestinos (em especial alagoanos e sergipanos), responsáveis por serviços braçais, como a derrubada da mata. Esses homens vieram do Nordeste nos famosos caminhões 'pau-de-arara'. Alguns nordestinos trabalharam na chamada 'quebra-de-milho', que se tratava de emboscadas feitas por jagunços de fazendeiros para a retirada das famílias de posseiros de sua moradia, fato que ocorria notadamente quando a cultura do arroz já estava pronta para a colheita.

A história de municípios onde a questão agrária ganha maior expressão força a lembrança de que a história do Paraná, sobretudo em sua parte setentrional, caracterizou-se não só pela presença de empresas colonizadoras. A intensa procura por terras reforçou a atuação de grileiros e outros agentes protagonistas de conflitos fundiários, que ocorreram ou apareceram de forma mais aguda onde o poder das companhias não se impôs tão deliberadamente¹⁶⁵. A área que compõe o município de Querência do Norte era disputada entre fazendeiros que receberam terras do governo de Moisés Lupion¹⁶⁶ e posseiros, além da presença da companhia colonizadora (HARACENKO, 2002).

Portanto, a história de Querência do Norte é bem mais complexa do que o simples registro da chegada dos migrantes gaúchos e nordestinos, entre 1950 e 1953. Para entender a realidade deste município, é preciso considerar os conflitos agrários e a resistência dos trabalhadores rurais na região, assunto já tratado por alguns trabalhos acadêmicos (GONÇALVES, 2004; HARACENKO, 2002 e MONTENEGRO GÓMEZ, 2002).

No que se refere à formação da pequena cidade, como aconteceu em outros empreendimentos da região, a cada *colônia* adquirida o proprietário era obrigado a comprar um terreno para construir na cidade. No entanto, em Querência do Norte a divulgação por parte da companhia colonizadora de uma infra-estrutura inexistente, além de problemas políticos e administrativos, como o afastamento do primeiro prefeito, levou muitos compradores de terrenos urbanos a interromper os pagamentos, criando impasses, pois tais terrenos não eram mais inteiramente da empresa, nem dos compradores. Para tornar ainda mais complexo esse processo, ocorreram ocupações por terceiros. Portanto, Querência do Norte, além do problema fundiário no campo, teve e ainda tem problemas com a questão fundiária urbana¹⁶⁷. De qualquer maneira,

¹⁶⁵ É notável como, ao ler sobre os conflitos no Estado do Paraná, verifica-se que as áreas comercializadas pela CMNP parecem não ter passado por conflitos. Para obter o propagado sucesso esta empresa teria pago, várias vezes, pela propriedade da terra, o que se esclarece na história da Companhia contada por ela mesma (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977). No texto de Westphalen, observa-se que entre os inúmeros conflitos abordados não se fala da área da referida empresa. Este fato é, em parte, desmistificado por Tomazi (1999). Outro fato relevante é que a CMNP teria cedido glebas de terras para outros colonizadores particulares na porção mais ocidental do Estado, revelando um “[...] certo desinteresse em planejar em tais formações arenosas.” (SOARES *apud* HARACENKO, 2002, p. 58).

¹⁶⁶ Moisés Lupion foi duas vezes governador do Estado do Paraná – de 1946 a 1950 e, de 1956-1960. De 1950 a 1955, o governador Bento Munhoz da Rocha trabalhou no sentido de regularizar a questão fundiária no Paraná, com demarcações de lotes e levantamento aerofotogramétrico envolvendo todo o Estado. Moisés Lupion doou terras pertencentes ao Estado, como os leitos de rios, no município de Querência do Norte.

¹⁶⁷ Ainda há muita irregularidade quanto aos terrenos urbanos, o que tem dificultado a resolução de problemas administrativos, tais como a inadimplência quanto ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Segundo dados de 2003, a Prefeitura recebeu apenas 9% da dívida ativa, a inadimplência é de mais de 90%. Esta informação foi obtida por meio de entrevista com o prefeito Vlaumir Rodrigues, realizada em 1.12.2003.

como as demais pequenas cidades da região, a sede urbana funcionava como primordial localidade central com algumas atividades industriais do ramo madeireiro e alimentar. Em 1956, contava com 34 estabelecimentos comerciais varejistas e três atacadistas (FERREIRA, 1959, p. 421-422).

O índice de urbanização, segundo dados do ano 2000, é de 61,24%, o que poderia significar um indicador de menor êxodo rural. Contudo, nesse município a análise não pode ser tão simples. A partir da década de 1980, iniciou um crescimento da população rural, que só pode ser compreendido no referido contexto histórico, relacionado com a forte presença do MST no município como resultado da história de resistência existente no mesmo acerca da já citada questão fundiária. Junto com a população rural cresceu a população urbana, indicando uma área de rara dinamicidade demográfica no enredo regional.

Essa dinâmica rompeu um declínio expressivo observado de 1970 a 1980, como ocorrera com praticamente todos os municípios da mesma região. Foram, em termos absolutos, 5.168 emigrantes. Vários gaúchos retornaram ao Rio Grande do Sul, enquanto outros buscaram novas fronteiras no Norte do país, além de outros destinos que marcaram o êxodo demográfico de Querência do Norte. Nas duas últimas décadas, o município tem apresentado crescimento demográfico, mas ainda não recuperou a população que tinha em 1970 (Gráfico 7).

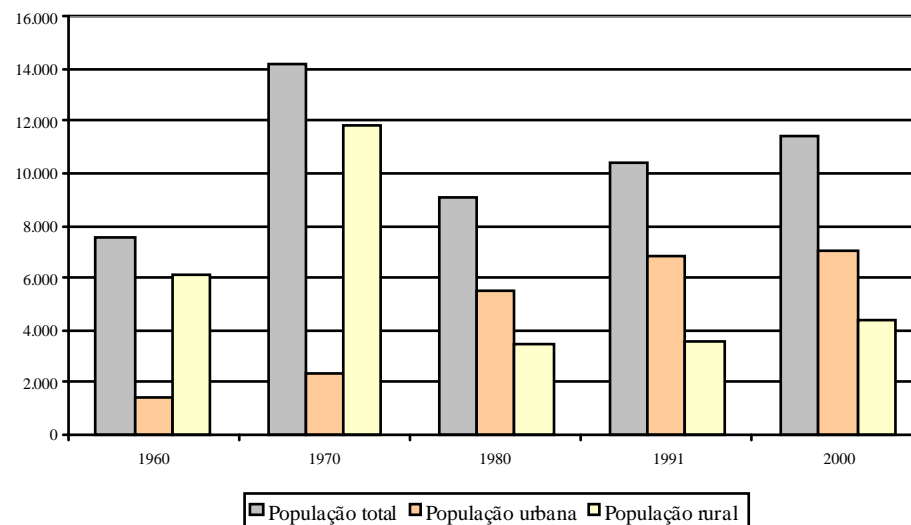


Gráfico 7 - Querência do Norte. Evolução da população total, rural e urbana, 1960-2000
 Fonte: Censos demográficos, IBGE.

Os dados referentes à estrutura fundiária acompanham o comportamento demográfico (Tabela 18). Os pequenos estabelecimentos agropecuários atingiram maior número apenas em 1970, mas diferente dos outros municípios aparece, também, um número maior de estabelecimentos com áreas superiores a quinhentos hectares. Na década de 1980, houve uma acentuada redução dos estabelecimentos que possuem entre dez e cem hectares. Até 1985, houve uma desconcentração fundiária, marcada especialmente pelo aumento do número de estabelecimentos pertencentes ao grupo de dez a cem hectares. Por outro lado, em 1960, eram seis estabelecimentos com mais de 500 hectares e, em 1996, contou-se 35.

Tabela 18 - Querência do Norte. Estrutura fundiária, número estabelecimentos por classes de área (ha.), 1960-1995

Ano	0-10	10-100	100-500	mais de 500
1960	58	223	23	6
1970	799	311	48	29
1980	230	189	66	35
1985	425	329	80	36
1995	158	374	86	35

Fonte: Censos agropecuários, IBGE.

Os oito assentamentos no município ocupam uma área de aproximadamente dezessete mil hectares e abrangem 673 famílias, o que dá uma média de área por família de mais de vinte e cinco hectares. Por isso, tem aumentado o número de estabelecimentos entre dez e cem hectares. Contudo, no que se refere aos estabelecimentos maiores (mais de cem hectares) observa-se que igualmente tem aumentado. De alguma maneira, este município expressa o embate fundiário brasileiro, pois se num extremo a resistência e a luta pela terra provocam alguma desconcentração fundiária, em outro a dinâmica econômica e a prática política pautada pelos interesses latifundiários continuam provocando concentração de terra e redução do número de estabelecimentos menores. Os dados não revelam a natureza dos conflitos e as lutas sociais que marcaram esta oscilação na estrutura fundiária no município em estudo.

Trata-se de uma história complexa que precede a presença do MST, relacionada à concessão de terras em áreas de posseiros, bem como ao desalojamento de ribeirinhos e ilhéus por causa de enchentes, que foram criando a história da resistência no referido município (SANTOS; ALMEIDA, 2003, p. 5), somada ao MST em 1988, com agricultores procedentes do Sudoeste do Paraná¹⁶⁸ e de outros municípios como Amaporã, Reserva e Castro. Muitos conflitos se seguiram, e como já mencionado antes, há outras pesquisas que detalham e analisam tais fatos.

¹⁶⁸ Conforme Santos e Almeida (2003), as famílias procedentes do Sudoeste são famílias excedentes dos assentamentos ocorridos nesta região. Vieram, ainda, famílias desabrigadas pela Usina de Itaipu.

Em síntese, cabe destacar que são cerca de vinte anos de história marcada por ocupações e conflitos que contextualizam a existência atual dos oito assentamentos rurais em Querência do Norte, cujos dados são os seguintes:

Tabela 19 - Querência do Norte. Assentamentos rurais, 2003

Assentamento	Área (ha.)	Número de Famílias
Antonio Tavares Pereira	1.000,50	73
Che Guevara	2.453,20	70
Chico Mendes	2.296,50	81
Fazenda Santana	560,71	21
Luiz Carlos Prestes	1.256,00	50
Margarida Alves	556,60	20
Pontal do Tigre	8.096,10	336
Zumbi dos Palmares	801,80	22
Total	17.021,41	673

Fonte: Incra, 2003.

Em todo o Paraná, de acordo com a mesma fonte, são mais de quinze mil famílias assentadas em cem municípios paranaenses, localizados sobretudo em áreas do Sudoeste, Noroeste e Centro do Estado. Somando todos os assentamentos, destacam-se os seguintes municípios¹⁶⁹:

¹⁶⁹ Existem assentamentos localizados em área de dois municípios. Neste caso, foi dividido por dois o número total de famílias.

Tabela 20 – Estado do Paraná. Municípios com maior número de famílias assentadas, 2003

Município	Número de famílias assentadas
Rio Bonito do Iguaçu	1.504
Querência do Norte	673
Honório Serpa	596
Marmeleiro	538
Bituruna	515

Fonte: Incra, 2003.

Mediante estes dados, é possível compreender o significado de Querência do Norte como espaço de assentamento rural. É o segundo município desta unidade da federação, com maior número de famílias assentadas. Existem, ainda, 607 famílias acampadas, o que demonstra a tendência a aumentar o número de assentamentos. É assim que se explica a alteração na estrutura fundiária do município.

A presença dos assentamentos trouxe uma série de implicações para Querência do Norte. Enquanto diversos municípios perdem população no Noroeste paranaense, esse é um dos municípios que conseguiu reverter a tendência de declínio demográfico. Houve, com isso, uma revitalização na economia da sede municipal (MONTENEGRO GÓMEZ, 2002, p. 58). Deve-se observar que, após anos de conflitos, os assentados rurais do MST vêm conseguindo se integrar na vida econômica e política da cidade. Além da dinâmica no comércio e na demanda por serviços, os assentados produzem e entregam a produção na Cooperativa Agroindustrial do Noroeste do Paraná (Copagra), na feccularia e em outros pontos de vendas, além da cooperativa do próprio movimento.

Quanto à integração política, eles possuem representação oficial, já que um vereador que compõe a câmara municipal de Querência do Norte é assentado. Por outro lado, a presença do movimento social no município provocou a instalação do Sindicato Patronal Rural. Relatos indicam que a presença do MST estimulou a adesão ao movimento de famílias mais pobres da periferia da cidade. Neste sentido, pode se afirmar que os resultados da luta social têm mais implicações do que a dinâmica econômica positiva decorrente do crescimento demográfico. O

movimento social na cidade tem também um resultado político positivo. É a contestação presente com freqüência, com passeatas, manifestações em órgãos públicos e *banquinhas* de panfletagem no centro da cidade.

Já o comportamento dos setores econômicos de Querência do Norte (Gráfico 8) indica que a produção primária mantém-se como a principal. A indústria tem oscilado um pouco nos últimos anos, diminuindo relativamente sua participação no valor adicionado. As atividades comerciais apresentam pequeno crescimento.

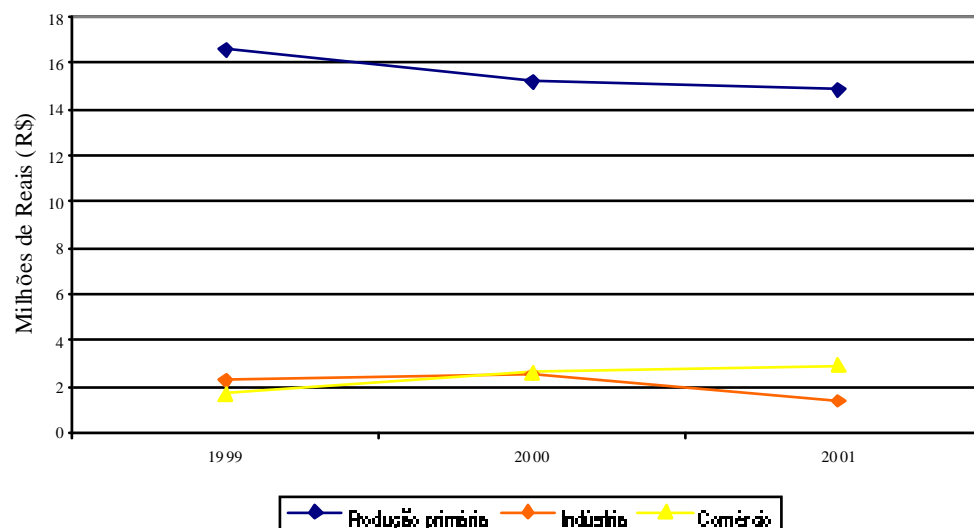


Gráfico 8 - Querência do Norte. Valor Adicionado por Setor de Atividade, 1999-2001
Fonte: Secretaria da Fazenda Estadual.

São notáveis, entretanto, as diferenças entre os valores da produção primária e os outros setores. Querência do Norte não se destaca por novas atividades urbanas ou industriais, mas pela dinâmica do seu espaço agrário. Esta dinâmica assegura a manutenção da área urbana como

localidade central, que tem como hinterlândia a vasta área municipal, abarcando comunidades, moradores dos portos¹⁷⁰ e ilhas do Rio Paraná. A recuperação da centralidade de Querência do Norte está intimamente relacionada à desconcentração fundiária e conseqüente elevação da densidade da população rural.

Na contramão do que ocorre em outros municípios, neste funciona ampla escola rural com ensino médio. No âmbito municipal, as estatísticas escolares sinalizam crescimento expressivo no número de matriculados. É também um dos poucos municípios com novos cursos sendo aprovados pela Secretaria de Estado da Educação, como foi o caso do curso de magistério no final de 2003. São dados do *vigor* recuperado na dinâmica municipal.

3.1.1.3 Rondon

Localizado em ponto relativamente central da região estudada, é um dos municípios que mais perdeu população desde 1960 na referida área. Lembrando que, de acordo com os dados do Censo Demográfico realizado em 2000, a população total do município é de 8.515 habitantes. Em 1960, possuía 38.063 habitantes. Entretanto, desde esse período ocorreram os desmembramentos de Cidade Gaúcha, em 1960 (que por sua vez deu origem à Nova Olímpia, em 1967 e Guaporema, em 1961); Indianópolis, em 1960 (que posteriormente deu origem a São Manoel do Paraná, em 1990). Em 1970, eram 22.005 habitantes e, a partir daí, já não houve mais desmembramentos. Portanto, os indicadores de declínio desde 1970 são explicados pela emigração (Gráfico 9).

Em números absolutos, de 1970 a 1980, houve uma redução da população total que passou de 22.005 para 12.997 habitantes, com perda de 9.008 habitantes. Nesse período, houve inclusive pequena perda de população urbana, que passou de 3.595 para 3.237 habitantes. De 1980 para 1990, prosseguiu a tendência de perda demográfica expressiva – 4.350 habitantes. De 1990 em diante, continuou a ocorrer decréscimo demográfico em relação à população total, entretanto num ritmo menor. Nas últimas décadas, a população urbana vem crescendo, compondo agora uma taxa de urbanização de 68,4%.

¹⁷⁰ São três portos: Porto Natal, Porto 18 e Porto Brasília. Neste último, há um distrito administrativo e infra-estrutura mais adequada ao turismo. No distrito há empreendimentos imobiliários para residências secundárias. Entretanto, este é o porto mais distante (34 km) da sede e a estrada é precária, já que não é nem cascalhada. A população querenciana tem maior afinidade com Porto Natal, onde, igualmente, estão previstos outros investimentos imobiliários.

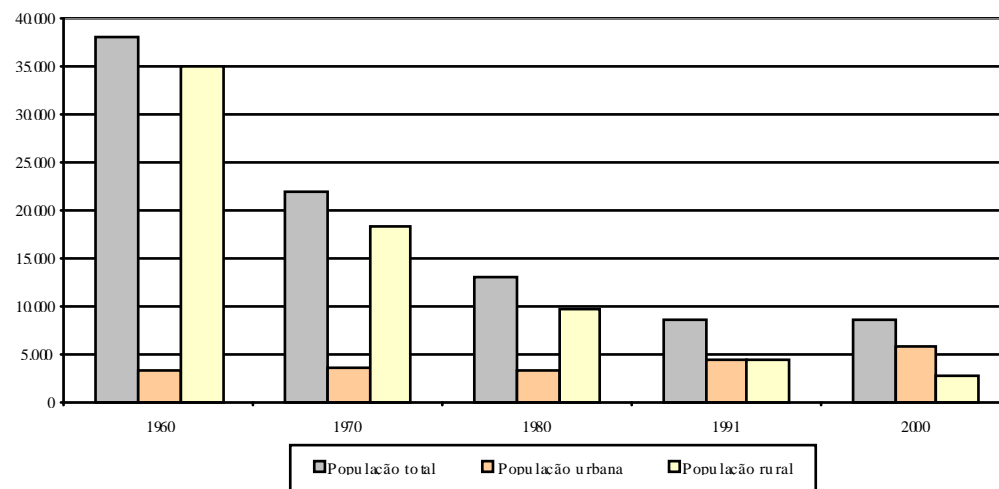


Gráfico 9 – Rondon. Evolução da população total, rural e urbana, 1960-2000
 Fonte: Censos demográficos, IBGE.

A história de Rondon está relacionada ao empreendimento imobiliário atribuído a Leôncio de Oliveira Cunha, que era proprietário de uma gleba de terras na região. Em 1949, começou a ‘abertura’ da área, onde hoje se localiza o município. O *colonizador* contratou corretores, que atuaram no Estado de São Paulo, por isso, os *pioneiros* do município de Rondon são basicamente pequenos proprietários ou trabalhadores rurais paulistas, oriundos notadamente da região de Marília. Eram pequenos proprietários que queriam obter novas áreas, ou trabalhadores que sonhavam em conseguir terras próprias. Além dos paulistas, vieram mineiros, a maioria na qualidade de mão-de-obra para a cafeicultura.

Rondon teve crescimento bastante rápido. No final da década de 1950, já estava instalada uma pequena cidade com energia elétrica, cinema, escola e outros serviços. O município tinha serrarias e máquinas de beneficiamento de café. Conforme Ferreira (1959), eram 34 estabelecimentos industriais, entre os diversos ramos: madeireiro, cerâmica e produtos alimentares. Quanto ao comércio, eram 41 estabelecimentos varejistas, dois atacadistas e uma agência bancária (FERREIRA, 1959, p. 446). Para atender ao fluxo de viajantes, no município

havia seis hotéis e uma pensão que prestavam serviços de hospedagem e alimentação¹⁷¹. Neste período, Rondon era entre os municípios analisados o mais dinâmico, além do mais populoso.

Quanto à estrutura fundiária, houve notável concentração de terras. Os pequenos estabelecimentos rurais, com até dez hectares, atingiram maior número em 1970 – 1.339 estabelecimentos, enquanto, em 1996, eram apenas 139, ou seja, foram incorporados por estabelecimentos maiores 1.200 pequenos estabelecimentos. O número de estabelecimentos médios – de dez a cem hectares também teve significativa redução, pois passou de 652, em 1970, para 294, em 1996. Numericamente, os grandes estabelecimentos agropecuários não tiveram um aumento muito expressivo, o que significa que os que já eram inicialmente maiores foram anexando os demais, apenas aumentando as respectivas áreas (Tabela 21).

Tabela 21 - Rondon. Estrutura fundiária, número estabelecimentos por classes de área (ha.), 1960-1995

Ano	0-10	10-100	100-500	mais de 500
1960	779	1444	146	13
1970	1339	652	79	13
1980	198	452	103	15
1985	348	440	89	20
1995	139	294	83	15

Fonte: Censos agropecuários, IBGE.

Predominam grandes estabelecimentos agropecuários, vários pertencentes a proprietários ausentes. Portanto, a área rural do município é marcada pelo latifúndio e pelo ausenteísmo. São duas características que apresentam implicações negativas na dinâmica demográfica do município, já que comprometem o território do mesmo, sem gerar empregos ou outros incrementos econômicos e sociais positivos.

¹⁷¹ É notável que hoje o município praticamente não disponha de serviço de hospedagem. Há apenas um pequeno dormitório em péssimas condições de conservação.

Nesse município, também está localizada uma unidade do ramo sucro-alcooleiro, a Coocarol. É uma cooperativa de proprietários de terras que contava com 48 cooperados em 2003, 317 funcionários na área industrial e 1.200 cortadores de cana-de-açúcar, sendo maiores os números referentes aos trabalhadores em períodos de safra. Também instalada com o estímulo do Proálcool, tornou-se ativa em 1990. Em 2003, ela era a segunda maior destilaria de álcool hidratado (utilizado como combustível) do Paraná (Apêndice D). Embora haja intenção por parte dos sócios, ainda não se iniciou a produção de açúcar.

A Coocarol possui expressão microrregional, tanto no que se refere ao arrendamento de terras, quanto à contratação de mão-de-obra. Ela possui áreas arrendadas nos municípios de Japurá, São Manoel do Paraná, Mirador, Indianópolis, São Tomé, Maria Helena, entre outras, além daquelas utilizadas no próprio município de Rondon. A contratação dos cortadores de cana, do mesmo modo, extrapola os limites municipais, sendo os mesmos procedentes dos seguintes municípios: Alto Paraná, São Tomé, Maria Helena, Nova Olímpia, Tapira, Cruzeiro do Oeste, Tamboara, São João do Caiuá, Amaporã, Rondon, Indianópolis, Japurá, Guaporema, Paraíso do Norte, Cidade Gaúcha, Mirador e Cianorte¹⁷². A mão-de-obra da unidade industrial é basicamente de Rondon, sendo apenas alguns funcionários procedentes de Paraíso do Norte.

Os cortadores de cana são contratados por um condomínio de produtores de cana¹⁷³: Produtores de Cana de Rondon (Procaron), formado para gerir o trabalho. Segundo o responsável (Irimal Aparecido Basso), quando havia cultivo de algodão no município a mão-de-obra era disputada, pois enquanto não findava a colheita daquele produto os bóias-frias não trabalhavam no corte de cana. Isto indica uma certa preferência, pois o trabalho com o algodão é mais leve e limpo. Embora a mão-de-obra utilizada no corte de cana-de-açúcar seja considerada *desqualificada*, os trabalhadores precisam demonstrar destreza, pois existe uma produtividade mínima a ser cumprida diariamente (sete toneladas). Essa expectativa faz com que trabalhadores sejam considerados idosos para a atividade com 45 anos (THOMAZ JÚNIOR, 1996, p. 208).

Nesta área do Estado, as unidades agroindustriais estão bastante próximas, o que provoca uma demanda de mão-de-obra que nem sempre pode ser suprida com trabalhadores do próprio município ou do entorno. São utilizadas duas soluções para esse problema: a mobilidade pendular

¹⁷² Informações obtidas na Coocarol. Os nomes dos municípios foram retirados do Acordo Coletivo de Trabalho.

¹⁷³ Trata-se de novo modelo de contratação de trabalhadores rurais. Consiste no registro de empregados em nome coletivo de empregadores, sem intermediação. Nesse caso, a acepção de condomínio é diferente da tradicional, pois não pressupõe propriedade comum. Na realidade, construiu-se uma nova figura jurídica, incentivada pelo Ministério do Trabalho como instrumento para formalizar as relações de trabalho.

de trabalhadores temporários trazidos de municípios mais distantes, como é o caso daqueles procedentes de Terra Rica para a destilaria de Rondon e a migração sazonal que se refere aos trabalhadores provenientes de outras áreas do Brasil¹⁷⁴.

Na região paulista de Ribeirão Preto, essa situação de concentração das unidades agroindustriais é corriqueira, gerando igualmente intensa demanda pelo trabalho desqualificado, suprida por meio do trabalho eventual de migrantes temporários ou definitivos. Portanto, ali a presença densa e resoluta desse segmento provocou a instauração de outros segmentos industriais a ele vinculados e, em decorrência, considerável crescimento demográfico de cidades como Sertãozinho (ELIAS, 1996, p. 210), entre outras.

Quanto aos dados econômicos de Rondon, é possível perceber que as unidades agroindustriais são expressivas na geração do valor adicionado no município. Oscilando junto com atividades primárias, o setor industrial é o segundo do município. As atividades comerciais e prestação de serviços apresentam pequeno crescimento (Gráfico 10).

¹⁷⁴ Em Rondon, conta-se a experiência da vinda de 250 trabalhadores procedentes do Norte mineiro, nos anos de 1996 e 1997, para trabalhar no corte de cana para a Coocarol. Eles foram *alojados* num galpão ainda conhecido como *Barracão dos Mineiros*. Entretanto, ocorreram problemas como falhas na administração desse pessoal. A empresa apenas cedeu alojamento e deixou o restante por causa de um 'gato' que desviava quase todos os recursos destinados à alimentação, agravando a desnutrição e insatisfação dos trabalhadores. Além disso, eles sofreram com o frio na região, nos meses de junho e julho. Eles estavam acostumados a sair de Minas Gerais para trabalhar, mas sentiam falta de casa e, especialmente, das festas juninas. Foram observados muitos casos de alcoolismo e de violência entre os mesmos.

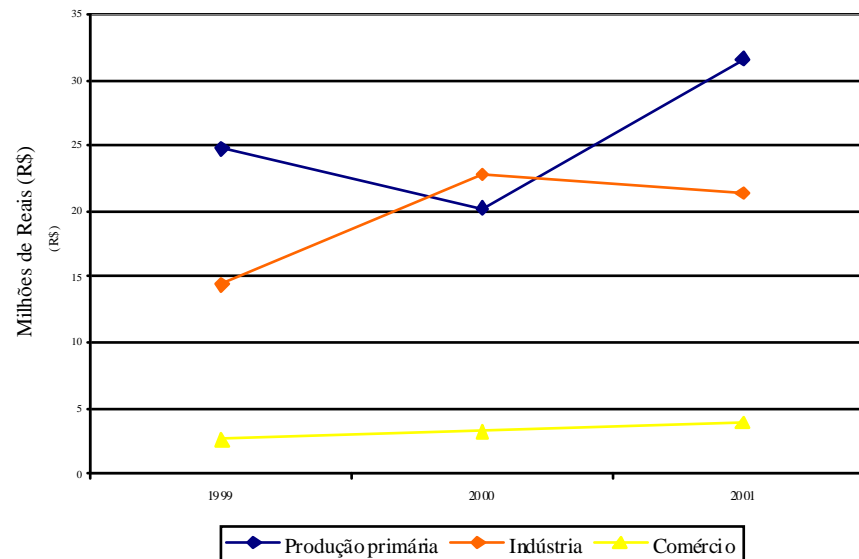


Gráfico 10 – Rondon. Valor adicionado por Setor de Atividade, 1999-2001
 Fonte: Secretaria da Fazenda Estadual.

Apesar deste desempenho industrial, não há geração de bons empregos. De maneira geral, geram-se subempregos, com baixa remuneração e condições precárias de trabalho.

3.1.1.4 Terra Rica

A área que hoje constitui o município de Terra Rica, lindeiro ao Rio Paranapanema, foi adquirida pela Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (Sinop), composta por Ênio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho, oriundos do Sudoeste paulista, que demarcou e vendeu lotes urbanos e rurais. Terra Rica foi o primeiro empreendimento da Sinop, que depois projetou outras quatro cidades no Paraná, juntamente com o loteamento da área rural dos respectivos municípios: Formosa do Oeste, Iporã, Ubiratã e Jesuítas. Em fase posterior, essa empresa concretizou novos loteamentos em Mato Grosso, onde se atribui a ela a criação de outras cidades: Vera, Santa Carmem, Cláudia e a cidade mais conhecida,

com o topônimo da empresa - Sinop. Os primeiros moradores chegaram em 1949, procedentes em especial do Sudoeste de São Paulo, mesma região em que a referida empresa possuía escritório.

Em Terra Rica, foi grande a dificuldade para a obtenção de água potável, tendo em vista a profundidade do lençol freático, que inviabilizava a perfuração de poços comuns¹⁷⁵. A população improvisava o abastecimento buscando água em lata e carrinhos de madeira. A água chegava também com tambores e carros pipas. O problema foi amenizado, na década de 1970, quando foi construída uma pequena hidroelétrica no município para gerar energia e bombear água para a cidade. Ainda em operação, leva o nome do seu incentivador – Usina hidroelétrica Padre Eduardo.

Por esse motivo, muitas mudanças que chegavam ao município não chegaram nem a ser descarregadas. Quando a própria Sinop realizou outros investimentos no Paraná, muitos moradores de Terra Rica transferiram-se para as novas localidades. Além do problema da água, faltava também energia elétrica, o que foi regularizado apenas em 1968 com a chegada da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel). Portanto, Terra Rica teve problemas com a fixação de moradores por causa dessas dificuldades.

Apesar disso, Terra Rica foi uma significativa localidade central no período em que predominava a economia cafeeira, quando contava com 144 estabelecimentos comerciais varejistas e dois atacadistas (FERREIRA, 1959, p. 501).

O problema do fornecimento de água só foi resolvido completamente em 1994, quando foi instituída a Autarquia Municipal de Água. Até então, o abastecimento era precário. Em algumas áreas da cidade, a água só chegava à noite, momento em que tinha que ser armazenada em caixas.

Sobre a evolução demográfica do município, observa-se que não foram bruscas as transformações. Ocorreu perda de população total, mas paulatinamente, no mesmo compasso da inversão entre a população rural e a população urbana, que perfaz, com base nos dados de 2000, um

¹⁷⁵ Este tema tem pouca expressão nos debates da urbanização brasileira e paranaense, provavelmente pelas condições naturais onde as cidades se instalaram. Entretanto, no Noroeste paranaense, apesar do suposto planejamento das pequenas cidades, este não passou de um esboço da cidade que precedia à venda dos terrenos, pois o que aconteceu com Terra Rica se repetiu com outras cidades localizadas no Arenito ~~Caiá~~, cuja dificuldade de acesso à água foi uma surpresa, resolvida em várias com a perfuração de poços artesianos. Autores que estudam pequenas cidades em meios geográficos onde esta questão se impõe de forma mais contundente, como o caso da Líbia, analisado por Kezeiri (1986, p. 667), tornam evidente tal fator como explicativo da topologia das cidades, pois a raridade da água é um dos problemas mais graves e indissociáveis do assentamento e expansão urbanos.

índice de urbanização de 76,22% (Gráfico 11). Assim, a população de Terra Rica apresentou um pequeno decréscimo de 1960 até 1970 que somou 615 habitantes. De 1970 para 1980, a perda foi maior, passando de 18.004 para 16.979 habitantes, numa diferença de 1.025 pessoas. De 1980 para 1991, a redução foi de 3.970 habitantes e foi o período em que o declínio demográfico foi maior. Após 1990, a perda continua, mas agora envolvendo menor número de pessoas. A população atual é de 13.796 habitantes.

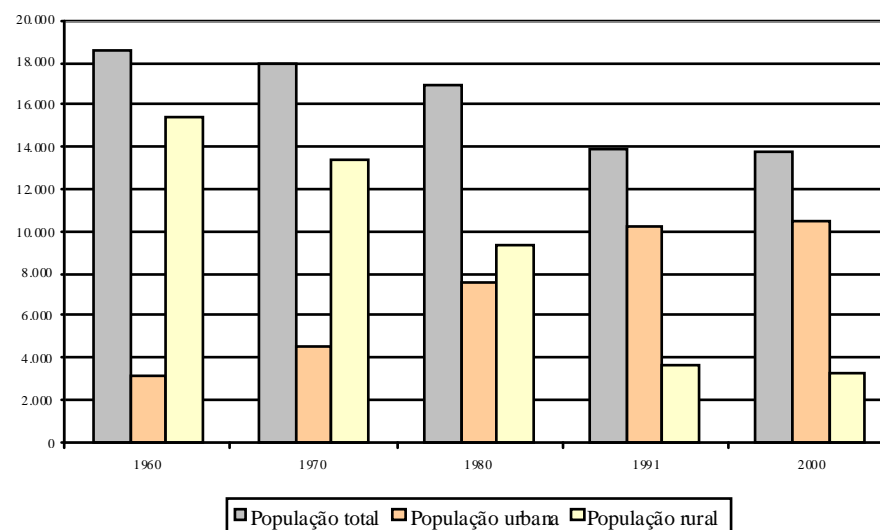


Gráfico 11 - Terra Rica. Evolução da população total, urbana e rural, 1960-2000
Fonte: Censos demográficos, IBGE.

Quanto à estrutura fundiária, as alterações foram mais movimentadas, com uma repartição fundiária mais acentuada, tomando por referência a característica da região em 1970, quando os pequenos e médios estabelecimentos agropecuários eram predominantes (Tabela 22).

Tabela 22 - Terra Rica. Estrutura fundiária, número de estabelecimentos por classes de área (ha.), 1960-1995

Ano	0-10	10-100	100-500	mais de 500
1960	205	571	51	9
1970	786	798	86	17
1980	476	595	107	23
1985	588	489	121	25
1995	221	410	105	24

Fonte: Censos agropecuários, IBGE.

Entre 1970 e 1985, a estrutura fundiária oscilou bastante, mas na última década houve nova redução dos estabelecimentos agropecuários menores. Entre 1970 e 1996, foram reduzidos 565 estabelecimentos com até dez hectares e 388 estabelecimentos entre dez e cem hectares. O número de estabelecimentos com mais de quinhentos hectares aumentou de nove, em 1960, para 24, em 1996. Em Terra Rica, é grande o número de proprietários rurais ausenteístas, que conforme a administração municipal deve representar 60% a 70%.

O MST está presente também em Terra Rica e tem contribuído para reverter o declínio demográfico, bem como a concentração fundiária. Mas essa presença corresponde a duzentas famílias assentadas, portanto, não é tão intensa quanto em Querência do Norte (Tabela 23). Além das famílias assentadas, há mais trezentas famílias acampadas. Contudo, por ora não existe o mesmo resultado que naquele município.

Tabela 23 - Terra Rica. Assentamentos Rurais, 2003

Assentamento	Área (ha.)	Famílias
Vila Nova	622,45	28
São Paulo	394,46	18
Santo Antonio das Águas do Corvo	1.326,16	54
Nossa Senhora da Penha	916,10	37
Sétimo Garibaldi	851,84	63
Total	4.111,01	200

Fonte: Incra, 2003.

As famílias assentadas trabalham, basicamente, com bovinocultura de leite e com o cultivo da mandioca. Os assentamentos ocorreram há mais ou menos cinco anos e, na apreciação da administração pública, aumentaram os problemas sociais na cidade, em especial durante o período em que as famílias permaneceram acampadas. Com os assentamentos, a expectativa é que ocorra um incremento da dinâmica econômica do município, tendo em vista as primeiras colheitas. Segundo relatos locais, o comércio já está mais movimentado. É certo que sem a presença desses assentamentos os índices de decréscimo demográfico seriam maiores.

Outra peculiaridade de Terra Rica é que pode ser considerado o município mais turístico entre os quatro analisados. Este perfil se conforma com as praias no Rio Paranapanema, onde podem ser praticados esportes náuticos. Mas a maior atração do município é o conjunto formado pelos Três Morrinhos, onde se pratica o vôo livre em asa delta. Uma vez por ano realiza-se um campeonato nesta categoria, já que a topografia do município é considerada muito adequada à prática desse esporte. Estas atividades turísticas atraem pessoas oriundas da própria região e, no caso do vôo livre, de diversos pontos do Paraná e do Brasil. A difusão do turismo, de maneira geral, e especificamente em relação a

pequenas cidades, tem sido valorizada recentemente. Tal dinâmica ocorre em regiões antigas ancoradas em atrativos históricos¹⁷⁶ ou em áreas aprazíveis com atrativos naturais, como é o caso do município aqui mencionado.

O maior valor adicionado da economia municipal está nas atividades primárias (Gráfico 12). As atividades industriais estão em posição intermediária e, por fim, as atividades terciárias, que vêm apresentando um pequeno crescimento.

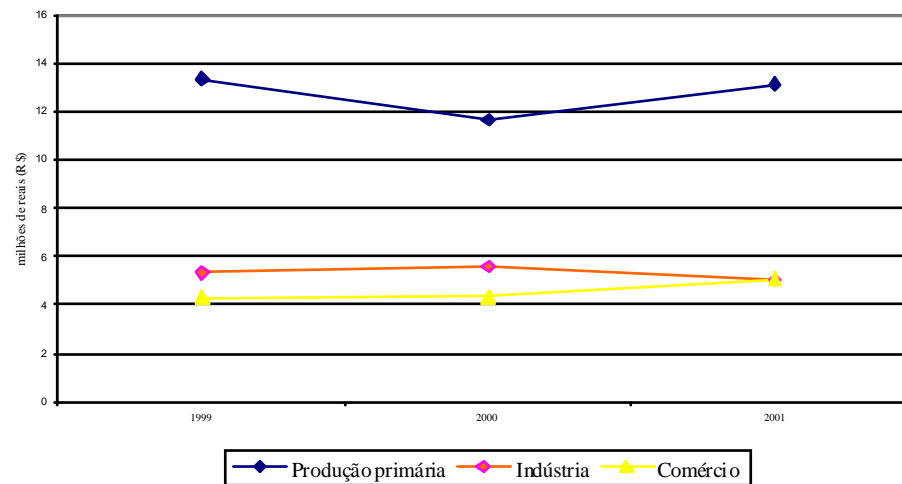


Gráfico 12 - Terra Rica. Valor adicionado por setor de atividade, 1999-2001
Fonte: Secretaria da Fazenda Estadual.

É notável que, em Terra Rica, tanto os dados relativos à população quanto aqueles relacionados à economia apresentam uma oscilação menor, o que confirma sua situação de município intermediário, no que se refere aos parâmetros comparativos.

¹⁷⁶ Nos últimos anos, observa-se a intensificação do turismo, que passa a ser pensado como uma alternativa de desenvolvimento econômico para pequenas cidades, especialmente as pequenas cidades históricas. O material de divulgação mais detalhado encontrado foi o da Oficina Nacional de Turismo da Alemanha: *Pequeñas ciudades encantadoras de Alemania*. Observa-se por meio desta iniciativa uma política de incentivo turístico a estas pequenas localidades, por meio da qual se procura ressaltar a natureza histórica dessas localidades onde viveram personalidades universais como grandes compositores. São espaços de antigos principados, ducados, condados, a maior parte delas datadas oficialmente entre 700-1.000 anos. Como atrativos extras, promovem-se festivais de música, teatro, cinema, além de passeios temáticos como visitas ao luar, etc. (ALEMANIA, 2002).

3.2 O que faz a diferença?

Algumas interpretações para a dinâmica municipal diferenciada já foram ensaiadas nos itens anteriores. Nesta parte, procura-se sistematizar alguns pontos considerados substanciais para assinalar essas diferenças. Esses pontos não se apegam a elementos pré-definidos aleatoriamente e nem inspirados por outras pesquisas, ainda que se encontrem constatações coincidentes. Ao contrário, eles resultaram da análise dos quatro municípios, tomada em parte de modo cotejado, mas também isoladamente quanto aos detalhes e especificidades de cada um. Assim, o estudo dos municípios permitiu eleger alguns elementos que podem ser indicados como primordiais na explicação, ao menos parcial, das diferenças assinaladas.

3.2.1 Cronologia e características da reversão econômica

Tanto Colorado quanto Querência do Norte sofreram os efeitos da crise da economia cafeeira, quando esta deixou de ser a principal atividade econômica da região. É certo, entretanto, que as implicações nesses municípios foram amenizadas, o que está relacionado com uma ligeira reversão econômica, embora em contextos bastante diversos entre si.

Em Colorado, houve uma redinamização econômica, com a instalação de uma grande planta agroindustrial. Foi relevante a atividade ter se instalado logo na década seguinte à crise cafeeira, contendo os *efeitos* da mesma. Por isso, Colorado apresenta perda demográfica apenas entre 1960 e 1970. A troca rápida da base econômica permitiu que a situação de declínio demográfico e econômico fosse revertida.

No entanto, o fato de Rondon, município com maior declínio demográfico deste exercício comparativo, contar também com uma unidade sucro-alcooleira provoca novas indagações, pois não se observa os mesmos resultados, exigindo a busca de pormenores. Portanto, não basta sinalizar para a existência dessa atividade, já que ela aparece em municípios com situações demográficas extremas entre aqueles selecionados para o estudo. Desta maneira, deve-se destacar o momento da instalação da atividade. Em Colorado, ela foi imediata à decadência da economia cafeeira na região, no final da década de 1970, na ocasião denominada Destilaria Alto Alegre. Já em Rondon, a produção industrial só foi inaugurada no início da década de 1990, quando o município já havia passado por intensa perda demográfica.

Outros elementos significativos correspondem ao porte e à natureza da planta industrial, além das externalidades geradas pela mesma. A unidade industrial de Rondon (Coocarol) possui um porte significativo, mas corresponde a aproximadamente 1/3 daquela instalada em Colorado (Usina Alto Alegre – Unidade Junqueira) (Apêndice D), obviamente com implicações e desdobramentos diferentes. Não só a dimensão é diferente como a qualidade da planta industrial. Em Colorado, encontra-se um complexo industrial tecnologicamente atualizado e com cuidados administrativos que mereceram a certificação *International Organization for Standardization* (ISO) 9001¹⁷⁷, entre outras. Além disso, a empresa adotou um Programa *Trainee* para jovens profissionais de várias áreas acadêmicas. São procedimentos que fazem circular, no município, profissionais qualificados, ainda que temporariamente.

Portanto, o conjunto industrial em Colorado é conduzido com a incorporação de novas formas de gestão, conforme já se comentou anteriormente. Além das qualidades mencionadas, deve-se levar em conta procedimentos como a terceirização total de algumas atividades (caso do restaurante que atende aos funcionários) e a terceirização parcial dos serviços de transporte e manutenção geral das instalações industriais. A terceirização gera externalidades e impulsiona outras empresas locais. É curioso que, no caso de Rondon, também há terceirização, mas de natureza diferente. O processo de terceirização da unidade industrial sucro-alcooleira naquele município ocorreu entre os próprios sócios da cooperativa. Alguns montaram empresas para prestar serviços e *cuidar* de determinadas demandas da destilaria. Essa atividade fica restrita a um grupo já vinculado a esse setor econômico, ou seja, funciona numa espécie de ‘circuito fechado’ entre alguns *notáveis* locais. Adiciona-se a isso certa obsolescência tecnológica e deficiências na capacidade e na forma de gestão empresarial. Se as diferenças são notórias num confronto de dados, elas tornam-se evidentes com uma observação *in loco*.

Assim, embora a indústria tenha sido composta com capital local, a forma de conduzir essa atividade não abrange de forma dinâmica o restante da sociedade, ou seja, não ocorre incremento econômico expressivo, como em Colorado, ainda que com uma empresa de capital exógeno e todo o processo de drenagem de renda que isso representa.

¹⁷⁷ Certificação emitida no Brasil pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A norma ISO 9001 estabelece requisitos relativos à qualidade no processo de produção, com o objetivo de gerar confiabilidade ao produto. Há um acompanhamento criterioso de todo o processo de produção, bem como das instalações industriais nas quais ocorre o processo. A intensificação das trocas comerciais no âmbito mundial traz junto a exigência das certificações que representam garantias quanto à qualidade do produto e na forma com que ocorre o processo de produção.

Deve-se lembrar que a economia de Colorado possui agora outras tantas atividades desenvolvidas por empresas de médio e, notadamente, de pequeno porte que geram praticamente o mesmo número de empregos que a referida grande empresa. Estas sim, emanam de profusas iniciativas locais, fator primordial para entender as diferenças de dinamismo, nesse caso profundamente relacionados com as atitudes dos grupos sociais (CAPEL, 2003b, p. 180). O poder da iniciativa local aparece como elemento recorrente nos estudos, como Oliveras e Samitier (1985, p. 44) que o sublinha, enquanto instaurador de novas atividades que contribuem à viabilização da permanência da população.

Como se viu antes, a cafeicultura era fundamental na economia de Colorado, mas a instalação da referida atividade industrial trouxe rapidamente novos papéis para o município. Se o café ainda continua sendo produzido no município, isso não impediu que a economia local adotasse novas referências. Desta maneira, pode-se dizer que o município de Colorado se desvinculou do ciclo econômico cafeeiro, no que se refere à incidência que tal economia possuía para o município, como para toda a área setentrional do Paraná. É nesse sentido que pode se falar de um ciclo cafeeiro mais curto, com uma superação rápida da crise a ele vinculada, mesmo que o município continue figurando como produtor de café, dado relevante atualmente apenas como indicador de diversificação agrícola.

No caso de Querência do Norte, houve um rompimento mais radical com a cafeicultura. Conforme referências já feitas anteriormente, a explicação para este fato está vinculada à história da formação do município, com a vinda expressiva de gaúchos. A falta de tradição dos mesmos com o plantio do café fez com eles procurassem rapidamente outra alternativa. As características físicas do município – em especial a topografia e a disponibilidade abundante de água – foram fundamentais para que os mesmos adotassem o cultivo de arroz, trazendo para o município uma atividade econômica comum do meio agrário do Rio Grande do Sul, maior produtor brasileiro de arroz¹⁷⁸. Essa rápida reversão não evitou a emigração, mas contribuiu para que ela não tivesse o mesmo peso que teve em outros municípios.

Outro diferencial que explica o dinamismo de Querência do Norte é a intensidade da luta social pela terra e os conflitos fundiários, expressos concretamente em densos assentamentos rurais. Assim, a centralidade da pequena cidade foi recuperada.

¹⁷⁸ O Estado do Rio Grande do Sul é responsável por aproximadamente metade da produção brasileira de arroz, especialmente no sul do seu território; papel que divide com os Estados de Mato Grosso, Santa Catarina e Maranhão, entre outros. O Paraná tem inexpressiva produção no conjunto do país. Estas informações podem ser conferidas no *site* <http://www.scp.rs.gov.br>, acesso em 20.jul.2005.

Os outros municípios – Rondon e Terra Rica – tiveram mais dificuldades após a mencionada crise da cafeicultura no Noroeste do Paraná. A falta de outras iniciativas econômicas imediatas fez com que o ciclo do café se prolongasse e, com ele, os efeitos de declínio demográfico da população total, mais intenso no caso de Rondon e mais persistente que intenso no caso de Terra Rica. Nos dois casos, observa-se indiferença à mudança. O apego ao papel do município e, de forma mais ampla, de toda a região, na divisão territorial do trabalho pretérita responde, parcialmente, pela letargia.

No município de Rondon, houve a instalação da destilaria de álcool, conforme já se comentou. Ela provocou na última década uma mudança no perfil econômico do município junto com outras atividades de médio e pequeno porte. Contudo, embora se registrem essas iniciativas econômicas em Rondon, com a instalação de unidades industriais, prevalecem ocupações precárias e o subemprego, fato que se observa tanto no ramo agroindustrial como nas confecções, instaladas com *facilidades* oferecidas pelo poder público municipal. São práticas que reiteram, de forma mais contundente nesse município, a condição social assimétrica que permeia a realidade brasileira como um todo. Ademais, em Rondon houve uma brusca e longa, ainda não terminada, fase de declínio demográfico que afetou a composição da atividade comercial e de serviços, fazendo com que houvesse a perda da expressão do pequeno núcleo urbano enquanto localidade central.

O município de Terra Rica, conquanto não tenha apresentado quedas bruscas, permanece sem alternativas econômicas expressivas, além da pecuária extensiva. Por outro lado, como mostraram os indicadores econômicos, a cidade apresenta uma relativa diversidade industrial e comercial, baseada em empresas com pequenas dimensões, mas que conformam uma dinâmica econômica razoavelmente positiva no conjunto, conforme atestam os dados, capazes de manter o município nessa posição demográfica intermediária. Mas esse conjunto, por outro lado, foi incapaz de completar uma reversão econômica no município. O mesmo ocorre com os assentamentos rurais que não possuem, ainda, uma presença suficiente para mudar o curso da dinâmica demográfica e devolver à sede urbana um papel mais dinâmico, enquanto localidade central.

Enfim, a relevância que tem a rápida reversão econômica, associada a outras características, mostra que, mais do que saber fazer, é necessário no cenário econômico mundialmente articulado saber adaptar-se ou permitir a mudança. Por isso, a flexibilidade é, cada vez mais, parte dos atributos descritivos de êxito econômico.

3.2.2 Manutenção do dinamismo das atividades econômicas

A proeminência da flexibilidade, anteriormente destacada, refere-se à troca das atividades que compõem a pauta econômica de cada município, bem como a capacidade de adotar e manter a permeabilidade, quanto ao aspecto tecnológico e gerencial, como já se destacou no item anterior quanto às atividades industriais.

As inovações no meio agrícola são também relevantes, como a substituição do café tradicional pelo adensado que potencializa o uso do solo rural. É também expressiva a adoção do cultivo da soja, nos padrões técnicos recomendados para os solos do Arenito Caiuá, presente de maneira mais significativa no município de Querência do Norte que, de acordo com o que já se assinalou antes, trouxe valorização econômica para essas áreas, anteriormente desvalorizadas e subutilizadas.

É igualmente relevante a manutenção das atividades comerciais e de prestação de serviços com ofertas razoavelmente diversificadas e articuladas a novidades, bem como a conservação da aparência dos estabelecimentos onde tais atividades se realizam, pois ela traduz a dinâmica dessas atividades. Dos municípios estudados, Colorado é o que conta com esse fator de maneira mais efetiva. Contudo, em Terra Rica e Querência do Norte, também se observa, ainda que com intensidade menor, uma dinamicidade comercial e de prestação de serviços. Já o comércio da cidade de Rondon expressa o contrário. Predominam feições que o município preserva do momento em que era mais dinâmico, o que representa inadequação ao presente e o remete ao tempo pretérito, no qual parece permanecer.

Essa importância da atualização tecnológica, gerencial e articulada às tendências gerais das atividades econômicas não nega a acumulação contraditória e que se realiza com diversas combinações, entre atividades modernas e tradicionais, que efetuam os agentes capitalistas. O que aparece como relevante é que, em um processo de comparação, a conservação da dinâmica econômica emerge como fator substancial, definindo espaços pelo que são e pelo que não são.

Outra ressalva é necessária, pois o que se sinalizou antes, a respeito de Rondon e de seu vínculo com o passado, é relativo, já que existem atividades econômicas diversas, embora se desenvolvam com peculiaridades menos externalizantes, o que constitui uma maneira específica de acumulação para a elite econômica local. Na realidade, os estímulos municipais acabaram gerando mais oportunidades de negócio do que bons empregos.

São minuciosos os diferenciais entre áreas de maior luminosidade ou letargia econômica e social, sendo esses apenas atributos, mais ou menos presentes, e não explicações completas e definitivas acerca das diferenças espaciais.

3.2.3 Aproveitamento da situação geográfica e outros recursos

A situação geográfica, como já se expôs, constitui um fator relevante para a análise da dinâmica dos municípios e respectivas pequenas cidades. Como assinala Gaidon (1986, p. 729), esse é um fator de diferenciação das pequenas cidades em meio a seus variados papéis. Em geral, considera-se privilegiada a posição de encruzilhada como propícia ao desenvolvimento urbano (GEORGE, 1983, p. 40)¹⁷⁹. Trata-se de um fator que recebe ênfase na diferenciação de dinâmicas econômicas e demográficas.

A situação privilegiada de entroncamento rodoviário se aplica ao caso de Colorado, que mantém seu papel de localidade central justificado parcialmente por essa particularidade geográfica. Entretanto, como Rondon está numa situação geográfica semelhante, deve-se ponderar que não basta a situação geográfica favorável. É preciso ter em conta o conteúdo das atividades existentes na pequena cidade para a consolidação e aproveitamento desse predicado. A situação, por si só, pouco ou nada representa. Tal aproveitamento ocorre no município de Colorado, mas não ocorre em Rondon.

Já, os outros dois municípios e seus núcleos urbanos, localizados em extremos do território paranaense, numa situação frequentemente considerada como limitadora, também possui significados diferentes. Em Querência do Norte, ela não parece constituir um obstáculo, já que a pequena cidade tem expressão enquanto localidade central, especialmente devido à recuperação da densidade demográfica e associada a essa situação de relativo isolamento geográfico, que dificulta, sobretudo, para a população rural o deslocamento para cidades maiores. Portanto, ao invés de limitar a dinâmica nessa pequena cidade, a referida situação geográfica revela-se favorável para a manutenção do papel da mesma como localidade central.

¹⁷⁹ Sobre o detalhamento das situações geográficas, é comum encontrar em estudos geográficos franceses a referência à França profunda, em contraposição a Região Metropolitana de Paris. Nesse intuito, Négro (1997, p. 361) considera três tipos de localização: áreas próximas à Região Metropolitana ou periurbanas; situações geográficas profundas e as intermediárias.

Em Terra Rica, a presença dos assentamentos ainda não devolveu de forma suficiente o tamanho demográfico para que a cidade ganhe reforço enquanto localidade central. Entretanto, como essa cidade tem um comércio relativamente suficiente e diversificado e um relativo isolamento, ela se mantém parcialmente como localidade central. Contudo, em Terra Rica, o isolamento parece incomodar mais e é considerado como obstáculo. Nos dois municípios, reclama-se a ausência de articulação por meio de pontes (com o Mato Grosso pelo Rio Paraná no caso de Querência do Norte e, com São Paulo pelo Rio Paranapanema no caso de Terra Rica). Isso mostra a relevância que a sociedade local atribui à melhor articulação dos respectivos municípios, embora nos dois casos o isolamento preserve o papel de localidade central. Essas pequenas cidades partilham menos seus papéis com as atividades localizadas nos centros regionais.

Em síntese, a situação geográfica pode tornar-se um elemento significativo ou não, pois a boa situação geográfica só se torna efetiva com o seu aproveitamento, assim como o isolamento pode não ser negativo se houver certa densidade demográfica, somada à presença de equipamentos comerciais minimamente suficientes, pelo menos no que se refere ao atendimento das necessidades elementares.

Tanto em Terra Rica quanto em Querência do Norte, há um outro tipo de aproveitamento relativo à localização geográfica. Trata-se da dimensão lúdica e turística propiciada pela presença de rios, praias e portos. No caso de Terra Rica, há ainda os Três Morrinhos e a prática do vôo livre, conforme já comentado. São fatores significativos, ainda que não cheguem a compor elemento explicativo da dinâmica demográfica.

Além da questão da situação geográfica, que deve estar somada ao conteúdo e qualidade das atividades para que represente um ponto positivo na dinâmica municipal, outros fatores relacionados ao aproveitamento ou não de recursos são relevantes para entender as diferenças entre os espaços estudados. Desta maneira, deve-se lembrar o melhor aproveitamento e relativa diversificação do uso do solo rural existente em Colorado e Querência do Norte.

Embora praticamente todo município com pequena cidade possua casos de proprietários rurais absenteístas, essa questão apareceu com maior peso em Rondon e Terra Rica. Em Colorado, o número de estabelecimentos com áreas mais extensas é reduzido. Frequentemente, o absenteísta é um grande proprietário. No caso de Querência do Norte, embora se fale em absenteísmo, essa situação tem sido revertida parcialmente, junto com a relativa desconcentração fundiária. Esse fator representa maior 'drenagem' de renda do município, além de normalmente tais estabelecimentos rurais estarem comprometidos com atividades que absorvem pouquíssima mão-de-obra, especialmente em

solos arenosos, onde predomina a pecuária extensiva. Além desse uso econômico, que traz poucos resultados para a dinâmica local, os absenteístas municipais não ocupam o espaço político da pequena localidade, que também passa por um esvaziamento (MARTINS, 1973, p. 149). Portanto, o absenteísmo traz consigo uma série de implicações negativas para as dinâmicas municipais e das respectivas pequenas cidades¹⁸⁰.

É inevitável observar, tal como ensina a realidade demarcada para essas reflexões, que figuram como positivas as experiências municipais que destoam, mesmo que pouco, dos predicados relacionados às raízes brasileiras, especialmente referentes à concentração fundiária.

3.2.4 Política local

Seriam as dinâmicas diferentes resultados da política local ou de um tratamento político diferenciado dos municípios? A princípio não se observou em nenhum deles um sistema de planejamento e nem mesmo projetos isolados que pudessem justificar o desenvolvimento diferenciado. Existem alguns estímulos, já assinalados, para atrair indústrias, incentivos à diversificação agrícola e outras iniciativas semelhantes, situadas no âmbito da administração municipal, articuladas com entidades de extensão rural ou outras que atuam na área agrícola, como cooperativas e agroindústrias. Contudo, as dinâmicas que ocorrem em cada um destes municípios estão relacionadas mais à espontaneidade econômica do que à atuação política local.

No entanto, para entender a política local é preciso adicionar ao foco da política oficial, dinâmicas que a configuram por meio dos vários segmentos sociais em cada município. São arranjos peculiares que ajudam a compreender o desenvolvimento de tais espaços de maneira geral.

Destaca-se, inicialmente, em Colorado, a atuação política num nível geograficamente mais amplo, que se refere ao papel do Estado enquanto distribuidor de algumas instituições, que não existem em outras localidades na respectiva microrregião, resultante em parte das reivindicações políticas locais. Entretanto, o dinamismo econômico local no que se refere à indústria decorre de ações privadas. De alguma

¹⁸⁰ A constatação do absenteísmo como elemento explicativo relevante exigia a busca de dados mais completos. Conforme experiências de pesquisadores, o acesso a informações detalhadas poderiam ser obtidas através do Cadastro Municipal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), relacionados num documento conhecido como Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR) onde constam os endereços para remessas dos impostos a serem pagos. Assim, vários contatos com o Incra foram efetuados no sentido de obter tais informações, que resultaram na orientação de que tal informação poderia ser obtida em cada prefeitura. Observou-se reticência por parte dos funcionários municipais em fornecer essas informações. Quando finalmente foram obtidas, observou-se que o Incra não registra mais esses endereços. Vários endereços constam como aos cuidados das prefeituras municipais. É relevante essa observação, porque podem representar artifícios para escamotear o absenteísmo, em um contexto em que esse se tornou elemento significativo para a reivindicação de áreas para a reforma agrária por parte dos movimentos sociais.

maneira, pode-se dizer que Colorado resulta da intervenção pública quanto à dotação de atividades e da intervenção privada¹⁸¹ em relação às grandes e pequenas iniciativas econômicas.

Nesse mesmo município, no âmbito local, constatou-se significativa mobilização da população, por meio de entidades como a Associação Comercial e Industrial, o Rotary Club e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em geral compostas por pessoas que participam tanto de uma quanto de outra, inclusive com as mesmas lideranças. As ações recentes dessas entidades mostram seu caráter diverso, relacionado tanto a preocupações com a dinâmica econômica do município, como a questões sociais. Menciona-se, assim, o apoio ao hospital por meio de doações e a promoção de cursos de preparo profissional para atividades industriais, por meio da conquista de recursos do Banco Social¹⁸². Nesta ocasião, forjou-se a composição do Conselho do Trabalho, onde também estão tais lideranças e os trabalhadores, representados via sindicato, mais especificamente, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Essa instituição, do mesmo modo, é considerada bastante ativa na cidade, menos no que seria o seu papel tradicional como sindicato e mais quanto a procura de opções econômicas para os pequenos produtores e realização de cursos, trabalho que divide com a Emater, entidade a qual igualmente se atribui dinamicidade.

O Banco Social trouxe pequenos financiamentos, que em dois anos totalizaram quarenta operações, sendo a maioria para negócios informais (salões de beleza, fábrica de carteiras de fundo de quintal, postos de lanches, oficinas mecânicas, funilarias e compras de máquina de costura), resultantes tanto do processo de terceirização como de iniciativas em que os próprios fabricantes comercializam seus produtos. São dados que não aparecem nas estatísticas oficiais, mas que ajudam a fazer a diferença.

Enquanto a administração pública local foi considerada como obstáculo para as ações da sociedade, observa-se que as instituições em geral são conduzidas de forma acalorada¹⁸³, com muita animação. Colorado é uma “cidade cheia de reuniões”,¹⁸⁴. As entidades possuem a

¹⁸¹ Cote (1986, p. 712-713) esboça uma tipologia das pequenas cidades e respectivo dinamismo. São quatro situações: 1) intervenção pública e privada (indústrias, bom aparelho comercial, poder público); 2) cidades colocadas adiante pelo poder público (especialmente em áreas montanhosas, fronteiriças, etc.); 3) dinamismo local – urbanização privada (autoconstrução); 4) sem equipamentos públicos e sem dinamismo local.

¹⁸² Estas informações foram obtidas por meio de entrevista a uma dessas lideranças, conhecido como Valdir da *Superpão* (Valdir Xavier Fonseca), proprietário de uma panificadora, localizada no Conjunto Santa Clara, membro do *Rotary* e do Conselho do Trabalho. O Banco Social tem sido mantido pelo Governo do Estado do Paraná por meio da Secretaria de Fazenda em parceria com o Sebrae e, ocasionalmente, com prefeituras.

¹⁸³ A idéia da riqueza da vida associativa e suas relações com a política está também em Putnam (2005). Segundo ele, mesmo quando os fins não são políticos, há na prática associativa uma política latente.

vivacidade dos seus componentes, que procuram aproveitar todas as oportunidades por eles visualizadas, aquelas proporcionadas por elementos exógenos como a criação e a atuação nos Conselhos Municipais, como outras inventadas e criadas localmente, ainda que se lamente, unânime e constantemente, a histórica falta de apoio da política municipal oficial.

Como exemplo, cita-se a criação em 2003, por parte do Rotary, do prato típico de Colorado denominado Boi na Moita¹⁸⁵. Iniciativas como estas normalmente são das prefeituras. No caso de Colorado, não houve o envolvimento do poder público, nem mesmo quando solicitado a efetuar o registro da marca, o que também acabou sendo feito pelo grupo que o inventou. Apesar de recente, tal invenção já extrapolou as fronteiras municipais, pois os seus promotores realizam a festa em cidades como Cianorte e Paranavaí, para ajudar entidades desses outros municípios. Este caso é expressivo da dinâmica local de Colorado, pois mostra os papéis desempenhados pelos diversos agentes que se reúnem no cotidiano da cidade. Portanto, se o dinamismo de Colorado pode ser atribuído à política, isso não pode ser reconhecido no que se refere à política da administração oficial, mas na dimensão política que se manifesta em formas e espaços políticos aproveitados e inventados pela sociedade local.

Em Querência do Norte, a dinâmica política mais expressiva também não se explica com base nas ações da Prefeitura Municipal, mas no embate e luta pela terra, o qual já existia antes da presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, mas que se consolida com os assentamentos. Essa característica da política local encontra adeptos de um extremo e de outro entre os demais segmentos sociais locais.

Após alguns anos no município, já há uma aceitação do movimento social, e mais do que isso a adesão e apoio ao mesmo. Todavia, como esse é o traço marcante da política local, há iniciativas no sentido contrário, como a abertura nessa pequena cidade da já referida unidade do

¹⁸⁴ Frase de Valdir Xavier Fonseca em entrevista, confirmada por outros contatos e depoimentos ouvidos por ocasião das atividades de campo. Essas afirmações a respeito de Colorado lembram o município de Motril na Espanha, estudado por uma equipe coordenada por Vazquez Barquero (1987, p. 77-78) que destaca o dinamismo daquele município, coincidente com Colorado em outros fatores, conforme segue: “Geográficamente se ha definido a Motril como encrucijada. Económicamente llama la atención su diversidad. Pues bien, sociológicamente, Motril puede definirse como un microcosmos. Y este es, sin duda alguna, un factor fundamental para entender la viveza con que se produce el proceso de formulación de la política de desarrollo local.[...] Vaya usted a Motril en vacaciones y una semana después se sorprenderá asimismo formulando proyectos”. Conforme pode se apreender pelo texto, o município merece essas referências porque há muita iniciativa local. Quando há problemas econômicos num segmento econômico, já se começa a verificar outras possibilidades e saídas. Outra coincidência com Colorado é que nesse município também está presente o ramo sucro-alcooleiro. Motril possuía, por ocasião da pesquisa, a maior superfície de cana-de-açúcar da Espanha e da Europa, o que não é considerado desejável, já que se trata de uma atividade de baixa rentabilidade (VÁZQUEZ BARQUERO, 1987, p. 58).

¹⁸⁵ O prato é baseado na paleta do boi recheada com *bacon*, pimentão e molho, embrulhada em celofane, assada coberta com capim.

Sindicato Patronal Rural, antes inexistente. O movimento social já tem o apoio da maioria dos comerciantes e alcançou a representatividade política. Deve-se ressaltar que, na aplicação dos questionários realizados para este trabalho, apareceram manifestações favoráveis à desapropriação de outras áreas de terras para novos assentamentos, por parte de pessoas exteriores ao movimento, enquanto outros assinalam que este trouxe mais despesas e problemas para o município.

Estas questões parecem traduzir o principal embate político cotidiano vivido em Querência do Norte. Se há outros, ficam ofuscados pela relevância da questão fundiária neste município, envolvendo não só os interessados diretos, mas toda a sociedade. Esse embate mostra que o movimento social criou espaços políticos significativos.

Deste modo, o município recuperou a densidade da área rural e relativa desconcentração fundiária, atributos que justificam a manutenção dos papéis da pequena cidade como localidade central, além dos novos significados que possuem essas pequenas cidades na região. Uma vez mais, a dimensão política mais expressiva refere-se a alternativas concebidas pela sociedade e não pela política administrativa oficial. São faces concretas da realidade analisada que nutrem a perspectiva positiva em torno da capacidade de auto-instituição e da autonomia por parte da sociedade, convergente ao referencial teórico apresentado na introdução.

Foi curiosamente em Rondon, município com maior declínio demográfico, onde se observou de maneira mais objetiva a presença do poder público municipal que se mostra por meio de obras diversas (Câmara Municipal de Vereadores com um minianfiteatro; edifício com biblioteca, museu e espaço para realização de cursos; Capela Mortuária e barracões industriais). Estas obras conferem um aspecto visual positivo à paisagem da pequena cidade, onde, conforme já se viu, tudo o mais carece de investimentos e de dinamicidade. Do mesmo modo, estão nesse município as escolas mais conservadas. Isso mostra uma prefeitura menos alheia aos interesses da sociedade local, entretanto com ações que não são capazes de mudar a dinâmica demográfica negativa do município.

No âmbito social, a principal mobilização está vinculada à igreja católica, sendo notório o trabalho realizado na pastoral dos idosos. Essa pastoral assumiu um papel que, na maioria dos municípios, cabe ao poder público municipal. Em Rondon, por meio de ativas lideranças, ela proporciona aos idosos uma qualidade de atendimento bem superior àquelas encontradas em municípios onde tal tarefa está aos cuidados das prefeituras. Reunindo recursos financeiros, obtidos com promoções diversas, foi construído um amplo salão para festas e bailes, além de sala

equipada com aparelhos de ginástica. Com esse trabalho, a liderança consegue apoio entre os próprios idosos para realizar a manutenção daquele espaço.

Outro exemplo que ilustra a dinamicidade da igreja está na preocupação em criar uma página na internet sobre o município, com a história e dados gerais. Nas escolas, também existe uma ‘atmosfera’ dinâmica que combina com sua conservação física, comandada pelas mesmas lideranças já assinaladas, pois são pessoas cujos nexos profissionais estão na educação.

A atuação dos líderes locais, por meio da igreja ou da escola, atenua a condição social de pobreza e diminui a apatia que marcava a história do município, porém, do mesmo modo, sem alcance para reverter sua trajetória demográfica negativa.

Em Terra Rica, observa-se uma administração pública local mais preocupada com o desenvolvimento econômico do município, em busca de alternativas, como a mencionada intenção de que nele se instale uma unidade sucro-alcooleira e se efetue a sua promoção turística. Entretanto, observa-se que tais iniciativas dependem mais de agentes exteriores ao município. No que se refere à unidade agroindustrial, procura-se estimular o interesse de um grupo de fora. No caso do turismo, as idéias implantadas no município também são decorrentes de assessoria de um escritório promotor do turismo regional, com sede em Maringá. Não se observam mobilizações significativas por parte da sociedade local em Terra Rica.

A Igreja Católica teve um papel significativo no passado, na resolução da questão da água, mas atualmente parece não ter a mesma expressão. A presença do MST na cidade não tem a mesma intensidade que tem em Querência do Norte, mas seguramente é, como naquele município, a forma mais expressiva de conflito político cotidiano, ainda em uma fase de pouca aceitação e interação com o restante da sociedade local.

Esta análise não encontra na política institucionalizada papéis expressivos quanto à produção de um contexto econômico e demográfico favorável. Os fatos políticos diferenciados estão relacionados a ações espontâneas. Existem atividades que resultaram dos subsídios e incentivos municipais, mas insuficientes para qualquer reversão. Nos casos analisados, testemunha-se a relevância do envolvimento da sociedade local com seus problemas, por meio de ações e práticas, dotadas de significado político. Estes são, ainda que parcialmente, elementos explicativos ou representativos da dinâmica local. Questões relativas à dimensão política serão retomadas no quinto capítulo.

Um olhar para o conjunto desses quatro municípios mostra que não é possível resumir a explicação de suas dinâmicas em um ou em outro elemento. São combinações únicas, pois o dinamismo não se explica apenas pela condição econômica e sua manutenção, nem pelo papel do poder público municipal e nem somente pela situação geográfica, etc. Ele pode resultar da combinação específica de diversos fatores em determinado espaço. Por meio do estudo realizado, não se chega a nenhum esquema explicativo como o encontrado por Santos (1989), que tomou a situação geográfica e a acessibilidade como elementos-chaves para explicar as dinâmicas das pequenas cidades na região de Campinas. São estes fatores significativos no Noroeste paranaense, mas trata-se de uma explicação parcial. Reafirma-se, com isso, a complexidade da realidade das pequenas cidades, ainda que os itens assinalados deixem pistas valiosas para sua compreensão.

Essas considerações foram aquelas possíveis e apreendidas com a análise da realidade desses quatro municípios. Caso se aproximasse o foco de outros municípios da região, seguramente despontariam outras combinações e novos fatores poderiam esboçar outras explicações, como o caso dos municípios que tem uso intensivo de mão-de-obra por meio da fruticultura ou outras atividades, que também ampliam a densidade municipal e criam oportunidades de trabalho e renda. Por outro lado, certamente diversos pontos assinalados se repetiriam.

Outros estudos baseados em diferentes metodologias, em realidades igualmente diversas, confirmam parcialmente os fatores assinalados, bem como indicam outros. Assim, diagnósticos baseados na metodologia difundida como DAFO¹⁸⁶ (VÁZQUEZ BARQUERO, 1987; LASTRA PEREZ, 2001) constatarem como fatores negativos: localidades com atividades monoindustriais, especialmente se associadas à falta de iniciativas locais e de solo industrial; formação inexistente ou inadequada por parte dos trabalhadores; envelhecimento demográfico; isolamento geográfico; carência de serviços; ausência de transformação industrial dos produtos primários municipais; dependência de decisões externas, entre outros. As 'ameaças' estão relacionadas à susceptibilidade das atividades econômicas, perante a intensa concorrência na economia mundial. São do mesmo modo indesejáveis problemas ambientais e rivalidades entre lideranças e agentes pertencentes a espaços que precisam associar-se, como entre

¹⁸⁶ D (Debilidades ou Deficiências); A (Ameaças); F (Fortalezas); O (Oportunidades). Metodologia mais estreitamente vinculada ao planejamento estratégico, do meio empresarial ela passou a ser aplicada para a produção de diagnósticos territoriais. Em geral, as debilidades e fortalezas se referem a características próprias e as ameaças e oportunidades estão relacionadas à inserção do referido espaço na economia mundializada, ou espacialmente mais integrada, e o que este fato pode representar. Apesar desse vínculo inicial com o planejamento estratégico, essa metodologia difundiu-se de maneira notável e seu uso não pode mais resultar em rótulos classificatórios automáticos, pois são apenas procedimentos técnicos que podem ser utilizados como instrumento para a elaboração de diagnósticos em processos de planejamento participativo.

municípios vizinhos. Como pontos fortes e oportunidades, surgem fatores como a construção, recuperação ou manutenção de eixos viários e de comunicação, produtividade e certificação de qualidade, lideranças locais, programas de financiamentos e atrativos turísticos.

Pesquisa baseada em técnicas estatísticas, elaborada por Barreau e outros (1973), confirma a relevância dos seguintes fatores associados ao dinamismo de pequenas cidades: estrutura etária com baixo índice de envelhecimento e estruturas socioprofissionais com número elevado de profissionais liberais e cargos diretivos e tipo geográfico da cidade (papéis e localização). Já a análise de Dubuc (2004), também em procura de elementos responsáveis pelo dinamismo de pequenas cidades, destaca os processos do entorno das mesmas, notadamente os novos papéis associados à recreação e residências secundárias. Conforme Charrie, Genty e Laborde (1992, p. 44) são mais dinâmicas as cidades que acolhem segmentos industriais novos; as que possuem atrativos turísticos e as que prosseguem como localidades centrais.

Como pode se inferir dos fatores explicativos da dinâmica demograficamente diferenciada referente aos quatro municípios analisados, bem como o que se pode apreender dos outros trabalhos mencionados, alguns fatores aparecem reincidentemente, confirmando sua relevância quase universal, ou seja, em que pese as múltiplas assimetrias, eles permanecem significativos. Ainda que sem pretensões prescritivas, constatações como essas são substanciais para o estabelecimento de políticas.

3.3 Os papéis dessas pequenas cidades

O enfoque mais próximo da realidade dos municípios e suas pequenas cidades permite reafirmar o papel destes espaços como pontos de apoio ao desenvolvimento do ramo agroindustrial. São locais privilegiados para localização de indústrias de baixo valor adicionado e emprego de mão-de-obra pouco qualificada do entorno, como também constatou Laborie (1997, p. 41), papel esse incrementado com a expansão de tais ramos em um contexto econômico de amplas escalas (de mercado e produção).

A referência à letargia não significa ausência de produção econômica, denota menor ímpeto e atualização técnica nas atividades desenvolvidas, sendo admissível, então, uma acepção do termo que só pode ser relativa. A natureza das atividades econômicas exige igualmente ponderar sobre a luminosidade, que pode não ser de primeira grandeza, mas secundária e dependente (SILVEIRA, 1996, p. 331). Isto significa

participar da divisão territorial do trabalho e do tempo mundial, combinando a simultaneidade e o descompasso, como o referencial econômico da maioria das pequenas cidades, o que exprime de forma concreta a sua participação e papel enquanto espaços econômicos, políticos e sociais.

Portanto, as diferenças estão situadas entre tênues e estreitos limites, mais ou menos demarcados no seguinte excerto:

[...] por serem modernas ou por serem obsoletas, pela contemporaneidade da sua geração ou pelo seu envelhecimento em face da nova ordem, todas essas cidades regionais encarnam parcelas maiores ou menores da racionalidade atual. Constituem-se formas-conteúdo racionais e outras menos racionais, mais opacas, próprias de uma racionalidade ultrapassada. Poder-se-ia dizer que a fidelidade a uma racionalidade pretérita abre, para as cidades, o caminho de sua inadequação no território das verticalidades (SILVEIRA, 1996, p.323).

A manutenção da condição social e ocupações precárias relacionam-se com essa assimetria nos coeficientes de luminosidade, diminutos nos ‘lugares globais simples’ (SANTOS, 1996a, p. 258). Neles predomina a escassa formação educacional e profissional (PRENANT, 1986, p. 529), o que por outro lado tende a justificar e realimentar a implantação de atividades que geram apenas este tipo de emprego, compondo espaços do fazer, distantes do comando político. Quiçá figurem apenas como pequenos pontos de comando técnico, em regra, apenas parcialmente presente (SILVEIRA, 1996, p. 302).

Ainda quanto ao aspecto econômico das cidades da região estudada, nomeadamente o industrial, constata-se que a maioria se enquadra, nos termos de Dodier (1997, p. 306), como localidades especializadas. Isso acontece em um contexto em que há diversificação das especializações no conjunto das cidades, mas não diversificação em cada uma, de maneira suficiente para garantir alguma estabilidade econômica no caso de crise da atividade econômica principal. São atividades que se voltam a um mercado de grande escala, ampliado com o processo de mundialização da economia. O mesmo processo que provoca essa especialização é o que a torna vulnerável. No caso da região Noroeste, as atividades agroindustriais se repetem com alguma frequência, caso das usinas e destilarias, fiações, fecularias, entre outras, conformando os principais papéis econômicos da região como um todo, perfilando algumas especializações não só municipais, como regionais. Nestes espaços, vê-se mais claramente que a transitoriedade da economia pode dar a cadência da transitoriedade espacial.

Deriva da especialização a exposição da cidade e da região à concorrência e exigências de uma economia mundializada. As cidades e regiões são como fragmentos movediços dessa totalidade e podem repentinamente se verem esvaziadas de seus papéis, pois sucumbem como pontos descartáveis, obrigatoriamente impelidas a procurar novas significações (SILVEIRA, 1996, p. 312).

No que se refere aos outros papéis das pequenas cidades, a aproximação do foco de análise permitiu confirmar que houve somente redução na centralidade e não perda completa desse papel tradicional. Entre as cidades analisadas, três mantêm atividades suficientes para a manutenção desse papel, ainda que divididas com aquelas de maior expressão regional. Portanto, resistem como localidades centrais, a despeito de todas as implicações consideradas pelas transformações no consumo e na acessibilidade, que prestam o tom a esses tempos difíceis para as pequenas cidades, especialmente para aquelas arraigadas em áreas não centrais, onde tem sido comum o desaparecimento paulatino do comércio (VACHON, 2001, p. 2).

Comparadas a práticas comerciais em cidades maiores, as atividades das pequenas cidades são reduzidas e elementares, mas realizam-se comumente pelo contato pessoal, enquanto naquelas prescinde-se cada vez mais da relação humana direta, pois há cada vez mais a mediação do telefone, televisão, fax ou internet. Não obstante, as alterações na dinâmica interurbana, a hinterlândia de uma cidade enquanto centro de mercado, prossegue diretamente proporcional e dependente do volume e da natureza de sua composição, como já assegurava Berry (1971, p. 2). Daí, mesmo entre aquelas cidades consideradas genericamente como pequenas, ficam demarcadas as diferenças de acordo com o conteúdo de suas atividades comerciais e de prestação de serviços, bem como da respectiva centralidade reveladora do alcance econômico das mesmas. O referido autor destaca a relevância dos milhares de pequenos centros de mercados dispersos pelo mundo, ainda que estes “[...] centros de mercado no tienen casi nunca aquella apariencia de grandiosidad, es en ellos donde tiene lugar el proceso diário de intercambio”.

Entre os quatro municípios estudados, a centralidade é mais forte em Colorado, cujas atividades atendem a uma hinterlândia de alcance extramunicipal. Em Querência do Norte e Terra Rica, a área polarizada está restrita aos limites municipais, mas a relativa condição de isolamento reforça esse papel. No caso de Querência do Norte, o aumento da densidade demográfica praticamente devolve, ou até amplia, para a pequena cidade, a dinâmica que a mesma possuía no nostálgico período cafeeiro. Já em Rondon, a centralidade é pouco expressiva, praticamente inexistente, sendo este um exemplo de perda quase completa desse papel, sobretudo tendo em vista a dinâmica anterior do município.

Em Colorado, circunstâncias e ações exteriores resultaram na instalação de uma grande unidade industrial, promovendo uma conjuntura favorável para a geração de empregos e outros investimentos, bem como na manutenção ou até ampliação do papel de localidade central, à

medida que polariza alguns municípios da microrregião. A dinâmica de Colorado está relacionada com sua refuncionalização econômica e com a composição que adquiriu seu terciário público e privado.

Em Querência do Norte, a dinâmica explica-se parcialmente pela adoção de um novo referencial econômico para a área agrícola. Entretanto, o fator de maior relevância deve-se à alternativa criada pela luta social, que diminuiu a concentração fundiária e, por conseguinte, a recuperação da densidade demográfica e da dinâmica econômica do entorno, o que permitiu à pequena cidade recuperar sua centralidade.

Quanto à Terra Rica, observam-se algumas mudanças, como as instalações industriais e as iniciativas relacionadas ao turismo, além da presença do MST, mas nenhuma em proporção suficiente para reverter o quadro de marasmo que se criou após a crise cafeeira. Na área urbana, conforme já assinalado, há uma composição econômica relativamente diversificada e suficiente quanto ao comércio e prestação de serviços. Estas atividades e seus respectivos alcances reforçados no âmbito municipal pelo relativo isolamento imprimem a esta localidade nuances de auto-suficiência, como a comarca nela existente cuja jurisdição resume-se ao território municipal.

Contudo, estas cidades já não são como eram, explicáveis só como localidades centrais. A esse papel mais antigo, adicionam-se aqueles apontados no segundo capítulo.

Ao ter subtraído seu papel como localidade central, a pequena cidade de Rondon explica-se mais por esses papéis generalizados, como espaço de moradia e como ponto de apoio logístico intimamente relacionado com o papel econômico da região. Nesse município, mais especificamente, esse papel se concretiza de maneira a evidenciar a precariedade do trabalho. Característica não exclusiva desse município, mas que sua realidade carente de dinamismo claramente exprime, juntamente com os efeitos do absenteísmo e da ausência de iniciativas.

Tal como o café não correspondia apenas a um cultivo, mas a um complexo econômico com determinada formação socioespacial, a economia agroindustrial igualmente não se resume aos extensos usos do solo agrícola, nem a topologia de suas plantas industriais, mas expressa uma forma de compreender e organizar o território e a sociedade que nele vive, tendo em vista a manutenção das áreas para esses grandes cultivos e a mão-de-obra disponível para o trabalho eventual, portanto em condições precárias e unilaterais, ou *flexível*, dependendo do ponto de vista. A manutenção da concentração fundiária é a garantia dos requisitos para que o segmento agroindustrial possa prosperar, pois ao dificultar o acesso à terra, são excedentes os seres humanos cuja sobrevivência depende exclusivamente do trabalho, eventualmente contratado. E os

pequenos núcleos urbanos, sedes ou não dessas unidades agroindustriais, participam dessa dinâmica, constituindo espaços de moradia dessa parte da sociedade, papel que se mantém independentemente do dinamismo demográfico ou não.

3.4 Alguns problemas comuns

As explicações para a dinâmica demográfica diferenciada são marcadas pelas sutilezas. No entanto, os locais dotados de um pouco mais de luminosidade não devem ser idealizados, pois os diferenciais são expressivos apenas porque parecem viabilizar maior permanência da população, sem que isso represente melhor condição de vida e resolução de problemas.

As manifestações obtidas nas quatro cidades acerca de questionamento relativo à identificação de carências e problemas nestas localidades mostram algumas convergências que ratificam tal assertiva. As respostas, com algumas ressalvas e exceções, foram significativamente parecidas no conjunto, se bem que se alteram, em parte, as prioridades (Quadro 6)¹⁸⁷.

A maior preocupação com o emprego ou oportunidades de geração de renda é a mais insistentemente expressa pelas pessoas. Como já se sabe, são problemas que fazem parte do quadro geral da realidade brasileira e da sociedade capitalista de um modo geral. Essa preocupação reafirma-se com a indicação da necessidade de indústrias, também associada e justificada pela geração de empregos, indicando o tradicional referencial de desenvolvimento nutrido pelo senso comum. Quase sempre os apontamentos relativos à carência de postos de trabalho foram acompanhados de observações acerca do baixo nível de renda que impera nestas pequenas cidades, explicado tanto pela falta de emprego quanto pela natureza das ocupações existentes.

¹⁸⁷ Nesse quadro, estão reunidas as dez respostas mais frequentes, como forma de identificar prioridades. A ordem de apresentação do quadro obedece à hierarquia com que apareceram as respostas (quantidade de vezes em que foram mencionadas em cada município). Os elementos que surgiram nos quatro municípios estão em marrom. Aqueles que apareceram em três municípios estão em bordô. Os que apareceram em dois municípios aparecem em vermelho e os que surgiram em apenas um dos municípios estão em amarelo.

Quadro 6 - Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. Síntese “*O que falta na cidade?*”, 2003

Colorado	Querência do Norte	Rondon	Terra Rica
Cultura/diversão	Emprego/renda	Emprego/renda	Emprego/renda
Emprego/renda	Indústrias	Cultura/diversão	Indústrias
Ensino superior/profissionalizante	Cultura/diversão	Indústrias	Saúde
Saúde	Melhor administração	Saúde	Cultura/diversão
Indústrias	Comércio diversificado	Escola/educação	Ensino superior/profissionalizante
Melhor administração	Melhorar vias: ruas e estradas ¹⁸⁸	Moradia	Melhor administração
Comércio diversificado	Saneamento	Melhor administração	Nada
Limpeza pública/paisagismo	Assistência social	Hotéis/restaurantes	Infra-estrutura turística
Tudo	Saúde	Ensino superior/profissionalizante	Salários melhores
Planej. Urbano, projeto político	Incentivo ao esporte e à cultura	Limpeza pública/paisagismo	Comércio diversificado

Fonte: Questionários aplicados, 2003.

Premente mostrou-se a questão da saúde, tanto a pública quanto a privada, pois as pequenas cidades carecem de equipamentos e profissionais para emergências com algum grau de complexidade, ou mesmo atendimentos rotineiros, ambos necessários para estabelecer um cotidiano mais seguro e confortável nestas localidades, já que nem sempre os casos permitem percorrer a distância horária até centros regionais melhor equipados.

Insistentemente sublinhados os itens relativos à cultura e diversão também estão entre os elementos que fazem mais falta, em especial para os mais jovens e aqueles que possuem renda mais elevada. Os moradores comentam a ausência de cinema, parques e outros espaços lúdicos, cujo acesso depende de deslocamentos aos centros regionais.

Aparece, igualmente, de maneira uniforme, a preocupação com a melhoria da administração pública. Nos quatro municípios, grande número de pessoas assinalou esse fator como algo primordial na vida local, pois esta é uma dimensão que poderia fazer a diferença, mas que tem permanecido aquém das expectativas e problemas manifestados pela realidade local.

¹⁸⁸ A malha viária no município de Querência do Norte consiste num dos principais problemas para a gestão local. Como o município é extenso, são aproximadamente novecentos quilômetros de estradas vicinais, se asfalto e de difícil manutenção. Com a densidade rural ampliada em razão dos assentamentos essa torna-se uma questão ainda mais relevante.

A diversificação nas atividades comerciais também é algo desejável aos moradores de pequenas cidades, pois apareceu como elemento de destaque em Colorado, Querência do Norte e Terra Rica. Essa resposta ocorreu também em Rondon, mas de forma bem menos freqüente, talvez expressando parcial conformismo da sociedade local, ora com os estabelecimentos existentes, ora com as constantes viagens para Cianorte com a finalidade de fazer compras, entre outras atividades.

Há algumas necessidades que são mais específicas, como é o caso da infra-estrutura turística, apontada em Terra Rica, município que pretende incrementar esse segmento, mas também aparece em Querência do Norte. Em Rondon, a necessidade de pelo menos um hotel ou albergue é bastante lembrada. No caso de Querência do Norte, a densidade rural e a extensão territorial do município torna fundamental a atenção às articulações viárias no interior do mesmo. Destaca-se, também, nesse município, a consciência da sociedade em relação à necessidade de se resolver questões relativas a saneamento e problemas sociais.

Como pode se ver, foram apontadas questões relativas à limpeza pública e paisagismo (em todos, mas com maior relevância em Colorado e Rondon); necessidade de planejamento urbano e político (especificamente em Colorado); necessidade de incentivo ao esporte e a cultura (em Querência do Norte, onde há lideranças mais afeitas ao esporte); melhorias nas escolas e na educação; carências de cursos profissionalizantes e ensino superior. Quanto a este nível de ensino, os moradores de Querência do Norte e Rondon reconhecem sua importância, mas de forma geral entendem que é inviável a instalação desse tipo de atividade nas pequenas sedes urbanas, por isso sinalizam interesse pelos cursos técnicos e profissionalizantes. Em Colorado, até porque já funcionou temporariamente uma extensão da Universidade Estadual de Londrina que se encontra desativada, a sociedade local compreende que deveria se manter essa atividade funcionando na cidade. O mesmo ocorre em Terra Rica, embora sem fundamentação equivalente à registrada em Colorado.

Vale destacar outras respostas como a necessidade de melhor aproveitamento da terra e de resolver problemas sociais, manifestadas em Colorado; melhoria da segurança (Colorado, Querência do Norte e Rondon); de acesso aos telejornais regionais e estaduais (em Querência do Norte onde a televisão precisa de antenas parabólicas); de emissoras de rádio (Rondon) e rádio FM (Terra Rica); de telefonia celular (Terra Rica e Rondon); de pontes e estradas (Querência do Norte e Terra Rica).

Mais algumas respostas obtidas em Rondon merecem ser citadas, como a necessária atenção a estradas vicinais; escolas com atividades em contraturno para crianças (especialmente porque se são filhas de bóias-frias ficam sozinhas em casa quando não estão na escola); assistência social e distribuição de renda; avanço político e, por fim, a resposta indicando que é preciso “*mais gente*” expressa a consciência do declínio demográfico.

Dessas observações, apreende-se que emana uma sabedoria considerável dos respondentes dos questionários, considerados no seu conjunto, notadamente porque muitas respostas revelam não só as carências, mas projetos presentes implicitamente no cotidiano local. É possível afirmar que traçam um bom diagnóstico da vida local, com seus problemas e seus anseios. Cabe observar, ainda, que a identificação desses revela predominantemente perspectivas urbanas, relacionadas à natureza da ocupação profissional e à existência de equipamentos vinculados ao espaço rotineiro da vida. Não estiveram ausentes em nenhuma dessas cidades os satisfeitos com tudo para quem não falta nada, curiosa e frequentemente entre os mais pobres. Do mesmo modo, não faltaram os pessimistas, para quem falta tudo, sem que se aponte especificamente nada.

Ao analisar pequenas cidades do interior paulista, Bernadelli (2004, p. 271) também constata a falta de emprego como o maior problema daquelas pequenas cidades, seguidos de outros pontos coincidentes com aqueles aqui assinalados, especialmente quanto às deficiências no atendimento à saúde, a má avaliação da administração pública local e a falta de atividades lúdicas.

Com indagações semelhantes, vale observar que resultados de pesquisa coordenada por Gaspar (1998) em localidades portuguesas detectaram problemas e anseios não tão diferentes, tendo em vista elementos apontados como prioridade pela população sobre o desenvolvimento econômico e a geração de emprego, a melhoria de infra-estrutura e equipamentos, aspectos culturais e recreativos, problemas ambientais e espaços verdes, acessibilidade, *combate à exclusão social*, para citar os mais relevantes.

A identificação dos problemas permite relativizar as diferenças entre os municípios, pois ainda que a dinâmica demográfica possa trazer alguns indicadores positivos e sobretudo perspectivas diversas, não traz consigo todas as soluções. No entanto, tal dinâmica exprime a viabilidade econômica e a possibilidade de redinamização desses espaços.

Com essa perspectiva mais social, é possível ponderar a respeito de possíveis ‘ganhos’ ou ‘perdas’, quando determinado espaço recebe investimentos e acolhe população. Espaços com esses atributos são do ponto de vista econômico pontos luminosos, contrapostos àqueles onde

parecem prevalecer o torpor. Todavia, como resultado corriqueiro da inserção na divisão territorial do trabalho no modo capitalista de produção, traz as contradições que compõem a sua lógica, confirmando o descompasso entre o crescimento econômico e avanços políticos e sociais de modo alargado. Ademais, as pequenas cidades revelam questões sociais cuja amplitude procede da formação econômica brasileira. São elementos mais portadores de similitudes do que de diferenciação. Por isso, há imperativos comuns entre pontos dotados de luminosidade ou opacidade, revelando os limites das resoluções locais e endereçando o debate a outras dimensões escalares.

CAPÍTULO 4

OLHAR INTERES CALAR, POLÍTICA TERRITORIAL E PERSPECTIVAS PARA AS PEQUENAS CIDADES



“Uno de los grandes peligros es olvidar que el territorio, en sí mismo, no es nada, sino que el único criterio válido son las personas, y que aquello que le suceda al territorio interesa en la medida en que afecte, o pueda afectar, a los seres humanos [...].

[...] lo que sea el futuro depende de las actuaciones que nosotros mismos efectuemos en el presente, sobre la base de lo que hemos recibido del pasado.”

(Joan Eugeni Sanchez)

“Al igual que Borges, los geógrafos debemos construir geografías, fabular arquitecturas, proponer mundos alternativos. Y tal vez también pensar en la forma de encontrar el hilo para ayudar a la gente a orientarse en el laberinto del universo [...]”.

(Horacio Capel)

Pensar a espacialidade humana com base na perspectiva adotada neste trabalho, ou seja, do mirante das pequenas cidades, espaços marcados pela *fragilidade*¹⁸⁹, permite reconhecer mais claramente as implicações políticas e econômicas em determinados espaços, decorrentes de interesses e decisões definidos em outras escalas geográficas. A produção do espaço só pode ser compreendida de um ponto de vista escalar mais amplo do que os recortes territoriais estabelecidos.

A reflexão que se encontra neste capítulo está assentada em três preocupações. A primeira baseia-se nos limites da escala local, apreendidos concretamente por meio do estudo comparativo, reiterados pelas referências teóricas. As pequenas cidades da região Noroeste do Paraná possuem problemas comuns, tanto aquelas que apresentam maior dinamismo como as marcadas pela letargia. Alguns problemas derivam da escala local, mas outros são decorrentes de dinâmicas estabelecidas em escalas geograficamente maiores, como a falta de emprego e o subemprego, além da escassez e qualidade dos equipamentos e serviços públicos. Não são estas questões exclusivas das localidades estudadas. Tampouco poderão ser resolvidas somente com ações locais, evidenciando ainda mais os limites de ações que tenham como alcance apenas esta escala, tal como ela se encontra inserida na dinâmica econômica e social atual. E, neste caso, são limites locais em uma realidade configurada pela formação econômica brasileira, presentes na formação socioespacial da região, consoante ao que se ponderou no primeiro capítulo.

¹⁸⁹ A idéia de pequenas cidades como *espaços frágeis* aparece em vários trabalhos da coletânea organizada por Laborie e Renard (1997) e mais especificamente no artigo: *Bourgs-centres et espaces fragiles* (DIRY; RIEUTORT, 1997, p. 199-208). A *fragilização* está relacionada ao funcionamento econômico, freqüentemente baseado numa atividade principal que ancora o restante da economia local, como se constata, por exemplo, com base no fato da maioria destas cidades, quando industrializadas, serem monoindustriais. Também expressam fragilidade a falta de vitalidade local e as dinâmicas demográficas recessivas. A mesma idéia está em Veltz (1998), que ressalta a baixa diversidade econômica como fator responsável pela vulnerabilidade dessas áreas.

Um segundo ponto na formulação deste capítulo decorre da necessária atenção à política territorial e, mais especificamente, ao tratamento político das pequenas cidades no âmbito da rede urbana e às dimensões territoriais político-administrativas a elas correspondentes (o município). A inquietação com a política e com o planejamento explica-se por uma atitude prospectiva, que prossegue com a sistematização de perspectivas que se desenham para estes espaços, com base nos novos referenciais de desenvolvimento.

Por fim, a terceira preocupação, está relacionada à necessidade de melhorar o suprimento de equipamentos e serviços nas pequenas localidades, o que pode ser viável por meio dos instrumentos de articulações supramunicipais, tema que encerra o capítulo.

Este capítulo resulta de um olhar que transita do interior para fora da região, buscando, entretanto, respostas para os processos e questões nela encontrados. O diálogo com a realidade concreta de análise está presente na medida em que o que se desenvolve, nesta parte do trabalho, procura trazer elementos que ajudem a ampliar a compreensão da condição política e econômica dos espaços analisados, sem perder de vista o referencial teórico adotado. Pela natureza das temáticas envolvidas, foi necessário retomar algumas questões sinalizadas no segundo capítulo acerca da mundialização da economia, reestruturação do capitalismo e outras afins.

4.1 Sobre a necessidade de um olhar interescalar

O espaço geográfico resulta de um 'desenhar' coletivo. Sua produção é permeada por determinações políticas, econômicas, sociais e culturais, combinando ações de diferentes alcances escalares. Atentar para as dinâmicas e limites do local implica em um olhar interescalar.

Assinala-se a necessidade de focalizar não só espaços absolutos, mas também outras dimensões espaciais, cujas dinâmicas articulam-se e ajudam a explicar determinadas configurações (SMITH, 1988). Qualquer que seja o recorte territorial elaborado para uma pesquisa, a análise do mesmo contemplará mais que uma escala geográfica, já que os fatores explicativos não podem ser apenas endógenos ou referentes à área estudada. Portanto, ainda que as representações cartográficas existentes num trabalho envolvam apenas o recorte territorial inicialmente estabelecido, expressando uma dada escala cartográfica, a compreensão das dinâmicas relevantes deverá perpassar outras escalas geográficas. Nos termos de Isnard (1982, p. 54-55), já não é sobre o terreno que o geógrafo deverá procurar elementos explicativos, deverá olhar também para

fora do espaço analisado, por isso propõe o conceito de espaços alienados para designar regiões que devem ao exterior não só sua criação, como sua integração no mercado mundial.

Ensina Santos (1996a, p. 121) que, quanto às escalas das forças operantes, devemos levar em conta o lugar geográfico, econômico ou político de onde procedem as variáveis. A força de um evento está relacionada com a sua escala de origem¹⁹⁰. Preocupação semelhante já havia aparecido em outro estudo (Santos, 1996c, p. 104-105), no qual ele expõe que a produção das escalas e a captura das mesmas vinculam-se a ampliação do poder. Ele denominou de espaços derivados aqueles cujos princípios de organização se devem bem mais a necessidades exógenas e longínquas do que aos impulsos ou organizações simplesmente locais. Menciona-se, ainda, um terceiro estudo de Santos (1994, p. 125), no qual ele expõe que a multinacionalização da economia consagrou a participação cada vez mais ampla dos Estados “[...] na coleta dos tributos e nas decisões concernentes à sua aplicação”, ao passo que as unidades da federação são cada vez menos capazes de promover a instalação de novas atividades.

Preocupação semelhante aparece em Lefebvre (2001a, p. 48), quando ele procura entender a cidade na relação da sociedade em seu conjunto, situada entre uma ordem próxima e uma ordem distante. Esta última, regida por grandes e poderosas instituições¹⁹¹. A ordem distante se impõe e está instituída em nível superior.

Acompanhar essas forças definidoras de eventos e seus interesses corresponde a seguir as ‘trilhas’ da transformação do espaço geográfico em espaço social do poder, como propõe Sánchez (1981, p. 14). Lembra este autor, fundamentado na teoria marxista, que o poder e as relações por ele estabelecidas procuram a apropriação do excedente produzido socialmente. Então, é possível analisar sua vertente espacial seguindo o circuito da criação do valor e do seu deslocamento¹⁹². A mais-valia produzida pelos trabalhadores desloca-se através do espaço até alcançar as mãos do ‘bloco dominante’ (SÁNCHEZ, 1981, p. 176). A análise deve transitar por escalas de diversas amplitudes e continentes de múltiplas determinações. Por isso, o espaço geográfico não pode ser compreendido como um ‘mosaico’.

¹⁹⁰ O autor cita, como exemplo, que um evento mundial pode se originar numa empresa multinacional, num banco transnacional ou noutra instituição supranacional. Assim, apenas algumas forças são capazes de produzir eventos que incidem sobre diversas áreas, ou de grande amplitude espacial, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que criam eventos mundiais.

¹⁹¹ Antes representadas basicamente pela Igreja (repartição das paróquias e bispados) e pelo Estado (distribuição de escolas, universidades e outros equipamentos públicos que definem a hierarquia urbana). No presente, há outras tantas instituições que expressam essa ordem distante.

¹⁹² Acompanhar o principal circuito da criação do valor na região Noroeste do Paraná significa seguir ‘trilhas’ do agroindustrial, conforme procurou se demonstrar no segundo capítulo.

Parte desse processo e sua implicação espacial foram identificados por Corrêa (1994), como ‘drenagem de renda’ por meio de circuitos de exploração de interesses, representados nos centros maiores da rede urbana, em relação ao restante do território. Para este autor, estas propostas de entendimento estão relacionadas à rede urbana como produto do capitalismo, adquirindo feições coerentes à acumulação capitalista e à reprodução dos grupos sociais.

Reconhecer a desigualdade espacial, decorrente de processos como a ‘drenagem’ e a concentração espacial de riquezas não implica em negar as diferenças sociais no interior das cidades menores. Significa afirmar que há uma maneira de imposição de interesses que se utiliza das escalas geográficas. A elite local, amiúde, mantém-se enquanto tal, respaldando esses interesses com a exploração da maioria da sociedade local.

O poder econômico não se apropria simplesmente do excedente, mas estrutura direta ou indiretamente a geração do mesmo, definindo a pauta de produção e as condições de trabalho, enfim, expondo ao seu controle sociedades locais e seus respectivos espaços.

O desenvolvimento tecnológico produzido pelo homem criou diversos instrumentos que possibilitam a articulação dos espaços. Esta materialidade é que torna premente pensar não só a produção do espaço, mas a produção das escalas geográficas. Portanto, assim como outras teorias, a teoria escalar decorre não só de um avanço acadêmico, mas resulta de um movimento da realidade.

A questão tornou-se ainda mais complexa nas últimas décadas, porque há uma redefinição das escalas institucionais de comando. Assim, por exemplo, no que se refere à leitura da Geografia Política antes focalizada apenas no Estado, conforme Sánchez (1992, p. 87), agora passa por três escalas: mundial, nacional e local. A atual ênfase na questão das escalas possui, portanto, razões concretas – questionamento do nacional e emergência cada vez mais significativa do supranacional e mundial, paralela à importância atribuída ao local. Vainer (2001, p. 141), ao procurar entender as escalas da ação política, enfatiza que a questão da escala nunca se colocou com tanta relevância, ganhando diferentes ênfases, sobretudo na relação local e global.

A economia mundial, ou seja, a configuração de um poder econômico quase sem fronteiras, tem como política promover a negação da escala nacional. Ao mesmo tempo, porém, redefine-se o papel do Estado, sendo os territórios nacionais tomados como espaços da economia internacional (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Esta escala de poder tem sido convocada para apoiar a circulação de capital e, no caso brasileiro, de

capital basicamente exógeno, no interior de suas fronteiras, buscando ou criando *virtuosidades* concertadas aos interesses dos seus agentes concretos.

O *novo* capitalismo exige um *novo* Estado, ou um diferente arranjo institucional. Há no âmbito internacional, uma submissão de países pobres ao mercado de capitais e suas instituições – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Acordo Geral sobre Tarifas de Comércio (GATT - *General Agreement on Tariffs and Trade*). Estas instituições exigem controles, ajustes e austeridade fiscal, com o objetivo de oferecer ao referido mercado uma condição estável e segura no âmbito financeiro, retribuída com incertezas constantes, criadoras de desordem local. E enquanto recuam as interferências estatais, avança a disciplina de mercado, a competição, a desregulamentação formal das relações de trabalho, privatização de serviços públicos, desmantelamento do bem-estar social e criminalização da pobreza urbana, entre outras modificações (BRENNER; THEODORE, 2002, p. 350).

Então, apesar das heranças de uma inserção econômica e política de âmbito nacional, não se pode contar mais com atuações de um Estado comprometido, ao menos no discurso, em promover políticas que visem a atenuar o desenvolvimento desigual no seu território.

O Estado Nacional é visto, agora, como uma instituição inadequada. Nas palavras de Borja e Castells (1999, p. 20), está obsoleta, tendo em vista as novas dinâmicas econômicas e sociais. E a crítica ao Estado Nacional faz-se reunindo interesses diferentes, mas que aparecem como convergentes, como se pode observar na argumentação dos autores anteriormente citados:

[...] los estados nacionales son demasiado pequeños para controlar y dirigir los flujos globales de poder, riqueza y tecnología del nuevo sistema, y demasiado grandes para representar a pluralidad de intereses sociales e identidades culturales de la sociedad, perdiendo tanto legitimidad a la vez como instituciones representativas y como organizaciones eficientes (BORJA; CASTELLS, 1999, p. 18).

A legitimidade do Estado Nacional sempre teve focos de contestação, inclusive gerando violentas páginas da história humana, em diferentes partes do mundo por causa dos governos autoritários. Eles forçavam a coerência desta escala que tanto rimava com crescimento econômico e com a acumulação no capitalismo industrial e monopolista.

Mas esta contestação é diferente dos interesses que movem a economia mundial, cujas forças querem limitar a atuação dos Estados Nacionais e, para tanto, reclamam autonomia para a escala local, manifestações que antes eram da esquerda política, especialmente de vertente

anarquista. Recentemente, propositadamente ou não, reúnem-se argumentos em nome do local como se fossem todos idênticos, numa arriscada e confusa combinação.

Conforma-se um cenário de múltiplas faces. Em um extremo deste debate estariam os *globalistas* que defendem a emergência de uma sociedade civil globalizada, na qual o global representa uma esfera de luta política, anunciando uma cidadania global, alcance já conquistado pela mercadoria. Em outro extremo, estão aqueles que atribuem todo poder ao local, apostando nas identidades locais. Eles defendem a importância do local como centro de gestão do global neste período técnico-científico (BORJA; CASTELLS, 1999, p. 14).

Pensar o significado econômico e social das pequenas cidades corresponde a pensar os limites e alcances das ações empreendidas na escala local, neste momento mais do que nunca marcado por incertezas. No atual contexto, o que pode o poder local¹⁹³? Num momento em que freqüentemente se contrapõe o local e o global, negando a escala nacional, o que representa esta escala local? Para avançar nesta discussão é preciso compreender o que é esta escala local em uma perspectiva histórica.

4.2 A construção da escala local

A adoção de um pensamento escalar, com ênfase na escala local, implica em tentar resolver, primeiramente, as imprecisões quanto às referências ao local, ou pelo menos fazer considerações que esclareçam posturas adotadas neste trabalho acerca desta escala. Embora a concepção mais aceita seja a de município, também se encontra este termo designando limites de Estados Nacionais ou até mesmo continentais¹⁹⁴. O local tem sido utilizado para designar dimensões espaciais em que possa haver qualquer possibilidade de coerência para unificá-la ou algum princípio que expresse unidade. Conforme Smith (2000), qualquer escala define-se no movimento dialético de ‘igualização’ (forças de cooperação que estabelecem a coerência e a composição da identidade escalar) e ‘diferenciação’ (forças de competição) que devem definir as fronteiras de cada uma. Identificar estas fronteiras é uma tarefa difícil, na qual a exatidão não pode ser um valor fundamental.

¹⁹³ Referência a título de artigo de Vainer (2001), cuja indagação é pertinente neste trabalho.

¹⁹⁴ Por isso, Vainer (2001, p. 143) alerta sobre a imprecisão do termo, em um momento em que tantas referências se fazem a ele.

Apesar da dificuldade, é basilar buscar um consenso mínimo, pois tomar qualquer dimensão como local impede um tratamento teórico adequado ao espaço geográfico. É este mínimo de consenso que se busca aqui.

Tomando por referência Smith (1988, 1992 e 2000), que identifica diversas escalas¹⁹⁵, a dimensão local estaria entre a escala nacional e a escala doméstica. No ordenamento territorial brasileiro, a menor parcela oficialmente reconhecida, com atribuição de algum poder, é o município. A idéia de que o município corresponde à escala local, coincide com autores que relatam experiências de desenvolvimento local e da regulamentação do regime local, tendo o município como unidade territorial básica (RODRÍGUEZ ALVAREZ, 2001 e ABELLA SANTAMARÍA, 1980), também aceita por Andrade (1996, p. 219) quando pensa a realidade brasileira.

Com preocupação semelhante, Souza (2002, p. 106-109) diferencia três níveis para a escala local – microlocal, mesolocal e macrolocal. O autor considera, nesta sistematização, que a escala local refere-se a recortes espaciais de vivência pessoal e formação de identidades socioespaciais. Podem ser considerados como de nível microlocal o quarteirão, o bairro ou subdivisões intra-urbanas equivalentes, expressão de uma esfera mais privada, relacionada ao espaço de moradia e seu entorno, no âmbito da cidade. O nível mesolocal refere-se à cidade e ao município, espaço de referência para mobilizações, reivindicações e a prática política. O nível macrolocal equivale a um nível local ampliado, como as Regiões Metropolitanas ou entes supramunicipais. De qualquer maneira, observa-se como o menor recorte administrativo oficial o município e sua sede urbana, confirmando-os como referência para se pensar estes níveis escalares.

É preciso observar que, no âmbito do reconhecimento político, o debate sobre as pequenas cidades converge com esse tema do municipalismo e com a escala local¹⁹⁶. Do ponto de vista político-administrativo, formaliza-se a existência de municípios e não de cidades. Então, a história do municipalismo é a história da instituição que, de maneira mais ou menos genérica, tem documentado a instituição da sociedade local. Sendo assim, cabe verificar como foi construída essa escala, com base em que interesses e que alcances podem ter.

Sobre a convergência entre o municipalismo e as pequenas cidades, é conveniente lembrar que não é possível estudar as pequenas cidades de maneira isolada do seu entorno territorial, fundamental para explicar as dinâmicas nelas existentes. Enquanto cidades maiores são estudadas

¹⁹⁵ Compilação das escalas identificadas por Smith (1988, 1996, 2000): escala do corpo, escala doméstica, escala da comunidade, escala urbana, escala local, escala regional, escala nacional e a escala global.

¹⁹⁶ Estabelecendo um diálogo com estudiosos destes temas aumenta o número de interlocutores, ainda que para avançar teoricamente as trocas mais significativas ocorreram com outros trabalhos que tratam mais especificamente das pequenas cidades.

com recorte intra-urbano, as cidades menores devem ser compreendidas na sua relação com o entorno e de acordo com a sua inserção na rede urbana. Por isso, o reconhecimento político maior da escala municipal implica, também, em reconhecer as pequenas cidades, visto que são momentos raros em que o foco sai das áreas metropolitanas.

No caso brasileiro, as cidades fazem parte da conceituação jurídica dos municípios¹⁹⁷, já que a aglomeração principal figura como sede, ganhando o estatuto oficial de cidade. Embora, atualmente, estabeleçam-se estas diferenças conceituais, conforme Orduña Rebollo (2003, p. 1), a instituição municipal surgiu como uma forma de governo urbano.

A necessidade maior de justificar a relação entre o município e a cidade ocorre quando se trata de aglomerações menores, porque em áreas metropolitanas o governo municipal é um governo urbano pelas próprias dimensões das aglomerações. Além do que, a gestão destas aglomerações exige outros marcos políticos e jurídicos que procuram atender a complexidade presente nas mesmas.

Assim, os municípios compõem as menores dimensões espaciais da estrutura político-administrativa, constituindo-se neles, com seus agentes sociais, a escala local de poder. Com a formação do Estado liberal, o governo municipal passou a ser gerido pelo regime adotado pela instância estatal superior para estas escalas, geograficamente menores e hierarquicamente subordinadas. Entretanto, a existência do município tem vários outros referenciais históricos antes deste período.

Aceitando o município como escala local, o questionamento sobre seu alcance pode ser reformulado: O que pode o município no atual contexto? O que pode agora a dimensão espacial, circunscrita nesta instituição, tem nexos com o que ela tem sido na sua perspectiva histórica? Neste tema, como em outros, o exame de possíveis avanços e recuos da sociedade não prescinde da experiência do passado.

Sem a pretensão de um tratamento detalhado e cronologicamente exaustivo, procura-se assinalar na seqüência alguns momentos considerados relevantes na história do município, enquanto instituição local, e apresentar as razões porque declinaram ocasionalmente. Mesmo sem a pretensão de esgotar o assunto, esta parte do texto prolonga-se pela natureza do próprio tema.

¹⁹⁷ Os vínculos entre as cidades e os municípios merecem estudos específicos. Brunhes (1964, p. 222) mostrou a necessidade dessa discussão diferenciando paróquia, município e *pueblo*, com origens e finalidades diferentes.

A instituição do município é bastante antiga e é substancial retroceder para verificar sua origem e, posteriormente, suas transformações. Oficialmente, ele é identificado desde o Império Romano. No entanto, Kropotkin¹⁹⁸ (191?, p. 20) recua ainda mais, explicando a soberania da *comuna*¹⁹⁹ e como o reconhecimento jurídico romano origina-se no direito consuetudinário:

[...] todas las instituciones de que se ampara el Estado en beneficio de las minorías, todas las naciones de derecho que encontramos (mutiladas a beneficio de las minorías) en nuestros códigos, y todas las formas de procedimiento judicial que ofrezcan garantías al individuo, tuvieron sus orígenes en el municipio del pueblo. Así, pues, cuando nosotros creemos haber hecho un gran progreso estableciendo el jurado, no hacemos más que volver a las instituciones de los bárbaros, después de haberlo modificado en provecho de las clases dominantes. El derecho romano no hizo otra cosa que sobreponerse al derecho consuetudinário.

A instituição municipal está na formalização do direito romano, como decorrência de um direito concreto e usual que o antecede. Tornou-se uma forma própria de governo urbano romano que, com a expansão do império, foi designando territórios a ele incorporados. A palavra município (*municipium*) foi sendo aplicada a cidades que Roma ia conquistando, com o objetivo de facilitar sua administração (POSADA, 1979, p. 240 e ORDUÑA REBOLLO, 2003, p. 1). Correspondia, então, ao tratamento outorgado aos locais conquistados, estendendo-se aos territórios atualmente pertencentes à França, Espanha e Portugal.

Esta organização inspirou o ordenamento de outros territórios, mesmo que com diferentes formas e nomenclaturas, como unidade territorial básica (ABELA SANTAMARÍA, 1980, p. 36-37). Portanto, é uma instituição difundida e que, de maneira geral, encontra equivalentes, já que o município “[...] en efecto es esencial y universalmente un núcleo de vecinos, o sea, de personas que viven en un espacio continuo, seguido, el cual se limita o define, según las condiciones reales de vecindad.” (POSADA, 1979, p. 251).

No período romano, ainda que subordinados, os municípios conservavam certa autonomia, tal como Posada (1979, p. 241) reforça a idéia de liberdade que era associada à cidade: “Así un lugar cuyos asuntos locales se hallasen intervenidos desde fuera, no era para los griegos y romanos clásicos una ciudad en el verdadero sentido”. Esta teria sido a primeira lição que a história do municipalismo romano deixou, uma vez que a força deste império aumentou por causa dessa amplitude da liberdade local que, nos seus melhores tempos, apoiava-se num sistema de autogoverno, como entes

198Villar Borda (1984, p. 27) refere a afirmação de Kropotkin, sobre as origens do município: “El municipio, sea urbano o rural, es decir, la ciudad y la aldea, tiene un remoto origen en la sociedad primitiva, cuya formación fue estudiada tan detenidamente por el antropólogo e historiador norteamericano Lewis H. Morgan, en una obra ya clásica, que sirvió en sus grandes bases a Federico Engels para fundamentar su concepción histórico-materialista de la familia, la propiedad y del Estado”.

199 O termo *comuna* tem o mesmo significado que município na língua francesa, mas muitos autores o adotam mesmo quando escrevem em outras línguas.

federados. O município, assim constituído, compatibilizava interesses políticos romanos com os núcleos populacionais, vários constituídos por antigas cidades soberanas politicamente.

Quando o despotismo²⁰⁰ passou a dominar as municipalidades, ocorreu também a decadência da estrutura imperial. Conforme Orduña Rebollo (2003, p. 3-13), convergem os autores em assinalar que o período de florescimento da vida municipal romana se manteve até fins do Século II e princípios do Século III, quando aumenta o poder centralizado, provocando a decadência municipal, mas também, em breve, a decadência imperial. Os sinais de crise mostraram-se pela economia, guerra civil e declínio da população urbana. Houve uma desestruturação militar que não conseguiu fazer frente a invasores germânicos em meados do Século III, e então, as cidades foram abandonadas e algumas chegaram a ficar desertas.

De uma sociedade urbana a uma sociedade rural, com concentração de propriedades, e, por conseguinte, uma classe de latifundiários “[...] que paulatinamente fueron sustrayendo poder al município, convirtiéndose estos en organismos de la administración periférica del centralismo imperial” (ORDUÑA REBOLLO, 2003, p. 13). Já se observava o compasso entre o centralismo e os latifúndios, desfazendo autonomias locais e impedindo avanços políticos. Este processo foi acompanhado de práticas autoritárias, como apropriação de recursos locais para manter obrigações correntes, freqüentemente suntuosidades do poder central, intervenções municipais²⁰¹ e substituição da eleição pela nomeação de magistrados.

Com o declínio dos romanos, esta instituição foi mantida, mas modificada de acordo com os novos dominadores. Inicialmente, os visigodos²⁰² mantiveram a divisão territorial implantada pelos romanos, mas com práticas diferentes, com viés mais centralista, já que atribuía ao

²⁰⁰ Villar Borda (1984, p. 36) explica este despotismo: “Asediados por los pueblos bárbaros, internamente destruidos por las contradicciones de un sistema que había llegado al extremo límite de sus posibilidades, perdido el elán de los tiempos heroicos, corroidos por las sublevaciones, moralmente acabados, los romanos acudían al robo como medio de subsistir: robo de los ricos a los pobres, de las ciudades a las poblaciones pequeñas, del poder del Estado a las provincias del Imperio ilimitado que se escapaba de sus manos por la incapacidad de gobernarlo y mantener al mismo tiempo el orden interno perturbado por los grandes levantamientos de esclavos y por la aparición del cristianismo como religión de los oprimidos”.

²⁰¹ “Las múltiples obligaciones municipales, las dificultades de los magistrados para cumplir sus compromisos económicos, la cada vez más escasa recaudación y también los desmesurados gastos que excedían a los ingresos, fueron las causas de que la hacienda de las ciudades entrase tempranamente en decadencia, razón que sería aprovechada por los Emperadores para intervenir en el régimen municipal” (ORDUÑA REBOLLO, 2003, p. 11).

²⁰² Povo de origem germânica, pertencente a um grupo conhecido como *godos*, ocuparam área da Península Ibérica no século V, quando visigodos e árabes introduziram novas modificações: o pagamento de tributos pelos munícipes, denominado *monera*; criação de cargos de *alcaide* (oficial de justiça), de *alvazil* (vereador, camarista) e de *almotacé* (inspetor de pesos e medidas, encarregado de taxar mercadorias) (INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, 2003).

rei amplos poderes. A figura de um juiz (*iudex*), designado pelo rei, substituiu a estrutura administrativa contida no município romano e a função de arrecadação de impostos foi mantida (ORDUÑA REBOLLO, 2003, p. 16).

Aos poucos, os municípios romanos foram substituídos por distritos qualitativamente diferentes, em uma sociedade que tendia a *ruralização* e ao parcelamento do solo, configurando latifúndios. Com isso, houve uma desintegração que facilitou a entrada islâmica. Observa-se que o enfraquecimento das escalas locais correspondia ao enfraquecimento dos poderes mais amplos que as englobava.

Na Idade Média, ressurgiu vigorosamente a força da escala local, derivada de um processo de revolução comunal formando núcleos autônomos. Estes possuíam como traço característico a particularidade e a diversidade, pois cada cidade adquiria sua fisionomia, sem um poder unificador, ou seja, sem um império (POSADA, 1979, p. 246).

Kropotkin (191?, p. 25) sublinha este momento da história, marcado por uma revolução de *comunas*, sem heróis e instituições centrais. De acordo com o referido autor, nos séculos XI e XII havia um processo geral de contestação contra a formação de reinos e projeção de figuras autoritárias:

Esta revolución que la masa de los historiadores prefiere ignorar, vino a salvar a Europa de la calamidad que amenazaba, deteriorando la evolución de los reinos teocráticos y despóticos en los que hubiera acabado por sucumbir nuestra civilización, después de algunos siglos de brillante desarrollo, como sucumbieron las civilizaciones de Mesopotâmia, Asíria y Babilônia. Dicha revolución abrió una nueva fase de vida: la fase de los municipios libres.

Comunas dispersas por toda Europa viviam de acordo com suas próprias decisões. Reconheciam síndicos escolhidos entre si e aprovavam um documento com finalidade constitucional. Algumas destas tornaram-se cidades populares como Florença, Veneza e Nuremberg, para citar algumas. Estas localidades federavam-se entre si, de acordo com suas necessidades e objetivos. E assim, Kropotkin mostra aspectos positivos do período conhecido como de ‘trevas’. Segundo ele, a humanidade jamais conheceu um período de bem-estar relativo tão bem assegurado a todos como foi nas cidades da Idade Média. Os inegáveis conflitos e batalhas existentes nas cidades neste período são considerados como de resistência diante dos corriqueiros inimigos da autonomia local (KROPOTKIN, 191?, p. 33).

Essa tese de Kropotkin sobre a revolução *comunalista* na Europa está comentada por Hall (2002, p. 168), que assinala o caráter autônomo das cidades, efetivamente resultado da federação de níveis escalares menores, como os distritos, ruas, paróquias, etc.

Vários autores (Orduña Rebollo, 2003; Villar Borda, 1984; Posada, 1979) registram um debate sobre se teria havido ou não uma continuidade entre o município romano e o município medieval. Todos reconhecem a dificuldade de uma resposta convicta a esta questão, mas sinalizam que se alguns elementos isolados subsistiram do município romano, a estrutura, organização e princípios foram reformulados. O surgimento do *Conselho Aberto*²⁰³ está relacionado ao município medieval. É possível aproximar alguns atributos dos municípios medievais aos municípios atuais, como as funções de fornecimento de água, limpeza de ruas, intervenção na vida econômica, entre outros.

O Estado com o apoio da Igreja, que Kropotkin considerara como ‘bárbaros modernos’, conseguiram, ao lado de camponeses²⁰⁴, submeter as cidades. Com o surgimento da realeza, apoiada pela Igreja, as cidades do século XVI já não eram mais o que haviam sido antes. A autoridade permeava a vida social, marcando um retrocesso político. Se antes os homens acreditavam na sua iniciativa, neste novo período “El hombre se convierte desde entonces en un enamorado de la autoridad. [...] llama a un salvador, se entrega a un dictador, un César municipal, y le confiere plenos poderes [...]” (Kropotkin, 191?, p. 44). É um processo de transformação geográfica e, ao mesmo tempo, de mudança na condição política, cuja recuperação tem sido custosa. Como é possível apreender deste período, a manutenção de municípios livres e autônomos estava vinculada à atitude política de sua sociedade, atuante e resistente aos processos de centralização.

Convergindo com essa leitura, Orduña Rebollo (2003) mostra que, conforme ocorria concentração de terras e surgiam desigualdades, declinava o princípio de homens livres e a equidade deixava de ser o parâmetro nas relações sociais e políticas. O funcionamento democrático da instituição municipal foi comprometido, quando poucos personagens atuavam na condução política da vida local.

A complexificação da vida municipal com a introdução da prefeitura no século XI, interrompendo práticas simples e a democracia direta, foi um duro golpe rompendo a autonomia e democratização das estruturas municipais medievais. Conforme Orduña Rebollo (2003, p. 55):

[...] la pérdida del sentido democrático de la institución, segundo el desmedido afán intervencionista y centralizador de Poder Real y finalmente la existencia una oligarquía urbana, que habiendo accedido con exclusividad a los oficios y gobiernos municipales, apoyaba cualquier iniciativa centralista, antidemocrática y antiautonomista que consolidase su status personal, económico y social.

²⁰³ Conselho Aberto: corresponde à forma política de condução da instituição municipal, no período medieval, baseada na assembléia geral de moradores, para Posada (1979, p. 246), exemplificado com o caso do município *leonés e castellano*, nos séculos XII – XIV.

²⁰⁴ Kropotkin alerta para o problema da emancipação parcial na sociedade. Naquele momento, as comunas não haviam conseguido emancipar os camponeses como os cidadãos, apesar de tentativas e lutas contra os senhores feudais. Posteriormente, esta parte da sociedade não emancipada - os camponeses - aliou-se a reis e imperadores nas lutas contra as cidades, tendo em vista a sua subordinação.

Destaca o mesmo autor que a imposição do poder senhorial no fim da Idade Média encerrou as possibilidades de manutenção dos valores democráticos populares e de autonomia dos municípios.

A rendição a um poder centralizado foi um recuo político. Neste fato, é possível reconhecer a relação entre o fenômeno espacial e o político. A história dos avanços e recuos políticos possui correspondentes espaciais²⁰⁵, como este de capitulação das sociedades locais à centralização. Neste caso, não se altera a configuração espacial, mas a qualidade da relação política entre a sociedade e o espaço.

O princípio federativo marcado por uma rica vida política foi substituído pela submissão e disciplina, mas não sem resistência, como lembra Kropotkin (191?, p. 48), houve um período de rebeliões contra o Estado e a Igreja, também simplificado por historiadores e conhecido como a Reforma de Lutero. O papel do Estado central foi de anular a independência das cidades, subtrair riquezas dos comerciantes e artesãos, centralizar e apoderar-se dos mesmos e arruiná-los, matando a indústria e as artes, além de defender interesses dos considerados mais fortes por meio de impostos.

Por isso, Kropotkin (191?, p. 58) demonstrou indignação ao entendimento de que houve uma morte *natural* das comunas, pois o que ocorreu foi resultado de um processo de imposição de poder, transformando por completo a organização política anterior com a subordinação e controle da vida local. Ele indagou se não poderia o Estado pelo menos respeitar a instituição das comunas como instância da vida local, ao que ele mesmo respondeu que não, porque para sua manutenção ele necessitava de submissão direta. Não se admitia um Estado dentro do outro. Apenas tolerava-se a manutenção do nome das instituições municipais, com alguns vestígios de autonomia, jamais de independência, unicamente por motivos fiscais, para não agravar demasiadamente o orçamento central.

A postura municipalista de Posada (1979, p. 202) está de acordo que as cidades e municípios alcançaram o mais alto grau de vida política quando conformavam Estados, ou *quase Estados* locais. Nesta direção, Villar Borda (1984, p. 57) expõe que a constituição de cidades e municípios, estabelecidos de forma autônoma, como pequenos Estados, foi uma situação que se prolongou em alguns países como a Alemanha, cuja unificação e formação do Estado Nacional, como novo desenho territorial exigido pela ampliação do mercado com o desenvolvimento do capitalismo, só ocorreu em 1870, fato destacado na história do pensamento geográfico.

²⁰⁵ Gomes (2002) mostra que a cidadania grega vinculava-se ao pertencimento a um determinado território, pois historicamente os cidadãos surgiram da concentração de pessoas numa certa área contra o espaço rural da época. Tal espaço é condição e meio para o exercício dessa cidadania.

O ponto de convergência dos municipalistas com o anarquismo é a crítica ao centralismo e a valorização da escala local. Ao tratar do municipalismo libertário, Bookchin (2005) sinaliza para as dimensões do local de trabalho e da comunidade como pólos do que denomina teoria e prática social radical, porém ambos recaem sobre a primeira, *locus* da exploração, mas também costumeiramente vista como ponto de organização do proletariado. Com isso, a outra dimensão equivalente à escala local, ficou em parte esquecida pela esquerda política, mantida por algumas referências que, ao não aceitar o Estado, aceita a dimensão escalar superior somente como resultado da confederação de municípios, ‘uma comuna de comunas’, nas palavras do autor já citado²⁰⁶.

No âmbito teórico, encontram-se nos referenciais anarquistas críticas bem fundamentadas ao mundo polarizado. A leitura de que as sociedades locais estão alheias ao comando do seu espaço torna-se clara com base nesses referenciais. Os anarquistas são acusados de nostalgia na sua ânsia pela sociedade descentralizada, mas pondera Bookchin (1989), se trata tão somente de defender uma forma racional de vida, fundamentada em pequenas iniciativas quanto ao uso de energia, transporte e outros. Desta maneira, desenha-se uma composição do mundo que possa funcionar sem macroestruturas e sem o processo geral de uniformização, forma correspondente dos poderes instituídos. Assim, a proposta de descentralização pelo viés anarquista implica em um mundo sem medo da diversidade e da multiplicidade.

A dimensão local, na sua organização administrativa mais usual – o município – é considerada como fundamental em meio a interesses assaz diferenciados. Falam em nome do município os que pretendem manter a sociedade como está, bem como aqueles que resistem e que acreditam num porvir diferenciado. Por isso, é fundamental ler nos discursos as intenções, pois o que aparentemente pode figurar como convergência, pode representar empenhos opostos.

Numa perspectiva histórica, Lorca Navarrete (1978) diferencia as acepções tradicionais e liberais. Os tradicionais consideram o município como ‘natural’, uma ampliação da família e utilizam retoricamente a tradição para ressaltar o significado do município. Já os liberais também consideram laços sociais de base municipal, mas de uma perspectiva histórica e como decorrência do compartilhar cotidiano. Entretanto, adverte

²⁰⁶ Um olhar para a produção bibliográfica de cunho anarquista em língua portuguesa, publicada tanto em Portugal como no Brasil (GONÇALVES; SILVA, 2001), mostra a escassa produção sobre a dimensão municipal, prevalecendo os trabalhos sobre a influência dessas idéias no meio sindical. De qualquer maneira, pertence ao anarquismo a manutenção do debate numa perspectiva mais crítica a respeito do municipalismo, assunto que merece trabalhos específicos, aqui apenas assinalado, especialmente nesse momento em que emerge o debate sobre as escalas de maneira geral.

o mesmo autor que salvo pouquíssimas exceções (quando os homens conhecem seus direitos e possuem forças para fazê-los valer) são corriqueiras as dificuldades políticas e a tirania no âmbito municipal.

Com a formação do Estado liberal, houve uma readequação da dimensão espacial político-administrativa. Ao tratar da formação do Estado liberal e o significado do município neste contexto, Nadal (2005) mostra estreitos vínculos entre estas escalas de poder. O Estado central com preocupação de estruturar de forma eficiente a administração territorial, além de manter municípios já existentes incrementa o seu número. Ele recorreu a um tratamento uniforme e racional do território²⁰⁷, com a constante preocupação central de controlar a dinâmica municipal.

Deve-se observar que a formação do Estado Nacional, com origem na Revolução Francesa, originalmente foi parte da vertente socialista desta revolução, na qual o regime municipal foi decisivo, já que pôs em movimento milhares de municipalidades, multiplicando a influência dessa revolução. Posteriormente, apesar deste significativo papel, o poder central passou a nomear dirigentes locais. Enfatiza Villar Borda (1984, p. 63-65): “Es la Administración bonapartista en todo su rigor! Una vez más se prueba que las libertades municipales son enemigo jurado de los regímenes despóticos y la desconfianza en la decisión popular es característica común a todos los gobiernos dictatoriales.”. O Estado francês tornou-se referência constante de centralização²⁰⁸.

Para avaliar o tratamento político da escala local num contexto absolutista, lembra Villar Borda (1984), que não é necessário buscar um passado remoto, já que os propósitos totalitários das ditaduras européias no período entre guerras baseavam-se na eliminação de liberdades e autonomias locais e regionais. Foi assim na Itália, Alemanha, Espanha e Portugal, com regimes marcados pela centralização de poder. Em Portugal, por ocasião da formação do Estado Nacional, os municípios eram dirigidos pelo Colégio dos Homens Livres, compostos por membros da aristocracia. Contudo, em 1348, a corte passou a nomear os corregedores e outras autoridades com a função de supervisionar o governo

²⁰⁷ Segundo Nadal (2005, p. 11*), o projeto unificador consiste num dos elementos que melhor serve para compreender a base ideológica da administração municipal como divisão territorial: “Qué marcha tan progresiva y admirable! Reunir tantos intereses, igualar tantas clases, destruir tantas preocupaciones, desarraigar tantos abusos, llevar en fin la ley niveladora sobre aquel inmenso e informe canal de prerrogativas”. [*Este texto foi originalmente publicado na Revista Geocrítica, em 1982, disponibilizado posteriormente como documento eletrônico conforme referência bibliográfica. A paginação aqui mencionada é a do documento eletrônico].

²⁰⁸ De acordo com Putnam (2005, p. 34-35 e 60), ao tratar do momento de unificação da Itália, “[...] o modelo franco-napoleônico, altamente centralizado, era a última palavra em ciência administrativa [...] uma forte autoridade central era a solução necessária para a débil integração do novo Estado-nação”. Prefeitos fortes, nos moldes do sistema francês, controlavam o funcionalismo e as políticas dos governos locais. Os governos locais funcionavam como meras secretarias da administração central.

municipal estreitando o poder local, convertido em mero ponto de apoio administrativo mediante o processo de centralização de poder (CIGOLINI, 2000).

Com a formação do Estado Nacional, a instituição municipal deixa de ser parcial no território e converte-se em norma geral, dando origem ao municipalismo contemporâneo. Assim, o município passou a ser uma criação do Estado central, aumentando sua dependência e ampliando a espoliação tributária da população. O Estado liberal reinventa a instituição municipal no compasso dos seus interesses, fazendo das administrações municipais não a representação da população, mas seu governo interior, diminuindo o caráter político das prefeituras, aumentando por outro lado seu caráter administrativo e burocrático.

Numa rara menção ao tema, por parte de Marx (19?, p. 82-83), em *A guerra civil na França*, ele adverte que “[...] as criações históricas completamente novas estão destinadas a ser tomadas como uma reprodução de formas velhas, e mesmo mortas da vida social, com as quais podem ter certa semelhança”. Ele menciona a variedade de interpretações e interesses a que tem sido submetida a comuna. Deste modo, procura diferenciar a comuna como engrenagem secundária do aparelho estatal; daquele significado adquirido por ela (especificamente a Comuna de Paris durante a resistência em fato histórico conhecido por esse nome), como governo da classe operária e forma política para a emancipação econômica do trabalho e que, para tanto, conseguiu superar, ainda que momentaneamente, o poder centralizado. Este enfrentamento e capacidade de resistência também a diferenciara da comuna medieval. Nesse episódio de curta duração, mas de grande significado histórico, desenhou-se uma outra forma de escala local reconquistada pela sociedade. No entanto, tem prevalecido, historicamente, a escala política local como mecanismo de Estados centralizadores.

Neste cenário político, tornam-se comuns intervenções exteriores na administração local, sem formalização de justificativas. Configurou-se uma administração extremamente centralizada, acompanhada no nível local de uma política *caciquil*²⁰⁹. Acrescenta Nadal (2005, p. 27) que, além da administração central utilizar os municípios como entidades de seu poder, talvez o fato mais importante tenha sido a sua utilização como instrumentos ideológicos para uma consciência territorial e nacional única. Com isso, procurava obter estabilidade territorial, condição básica

²⁰⁹ As práticas conhecidas como de poder caciquil correspondem no Brasil ao coronelismo, embora caracteristicamente reconhecidas na escala local expressam a cooptação desta escala a poder centralizado, com a anuência de um grupo local que contribui para a sua manutenção. Lorca Navarrete (1978, p. 118) também expõe sobre a articulação entre o poder centralizado e a organização caciquil, esta verdadeira forma de governo local, tornando a administração municipal permanente obra do favoritismo e do compadrio oligárquico, convertendo o município num nome sem essência. Este debate será retomado no capítulo 5.

para o funcionamento de uma administração, criando um sentimento de pertencimento tanto local como nas dimensões pretendidas pelo novo Estado.

E, assim, segue a história do município oscilando entre atender aos interesses centralizados, como engrenagem, ora funcionando como escala de resistência aos mesmos. De maneira geral, a espacialidade capitalista compõe-se por Estados liberais marcados por forte centralismo. E, no âmbito deste poder centralizado, é costumeiro que a escala local seja considerada um simples mecanismo da máquina estatal.

Posada (1979, p. 438-439) busca na experiência da Inglaterra uma referência diferenciada e que, segundo ele, deve ser vista como pedagógica. Destaca que, na organização territorial deste país, não se observa a uniformidade e a subordinação concêntrica e burocrática dos serviços. Sugere que, numa comparação entre o mapa administrativo da Inglaterra com o da França e Espanha, enquanto estes últimos podem ser desenhados com certa facilidade, no caso da Inglaterra “[...] todos los colores del iris no bastarían quizá para señalar las tintas correspondientes a las divisiones territoriales inglesas, tal como han ido resultando de la tradición”. O complexo mapa deste país decorre de sua organização ‘de baixo para cima’ e sem uniformidade quanto à prestação de serviços e organização do local.

Como um dos maiores entusiastas da escala local, enquanto dimensão que favorece a vida política democrática, Tocqueville (1985, p. 54-60) destaca que é na comuna que reside a força dos povos livres. Animado com as instituições comunais que encontrou nos Estados Unidos, ele relata que elas formam um conjunto completo e regular fortalecido pelas leis e pelos costumes, fazendo com que os anseios do povo sejam atendidos e que a vida comunal faça se sentir constantemente. Conforme o mesmo autor, o habitante daquele país prende-se à sua comuna porque ela é independente; interessa-se por ela porque concorre para dirigi-la e situa nela a sua ambição e o seu futuro, confundindo-se com cada um dos episódios da vida comunal. Destaca-se, ainda, com base no pensamento de Tocqueville que, sem independência, as cidades podem albergar apenas súditos, mas não cidadãos ativos.

Contudo, é a racionalidade territorial construída na Península Ibérica, sob a influência do centralismo francês que traslada a América Latina²¹⁰, levando a instituição do município, no período considerado na perspectiva europeia como de conquista territorial. Molina Martinez

²¹⁰ Entretanto, o processo de centralização latino-americana será diferente daquela ocorrida na Europa, que, ao menos inicialmente, durante a Revolução Francesa, fundamentava-se como estandarte político das classes subordinadas. Conforme Molina Martinez (1996, p. 160): “El centralismo liberal, de corte jacobino, que impulsó la

(1996) explica que o cabildo, forma de administração local hispano-americana no período colonial, estava baseada no modelo de ordenamento territorial peninsular. Numa prática bem parecida com a romana, o poder absolutista dos reis utilizava para consolidar terras conquistadas a oferta de recompensas aos habitantes, incorporando-os como soldados e instituindo municípios.

A criação de municípios tinha relações com o caráter urbano da *colonização* espanhola, baseada na fundação de cidades como pontos de apoio em diversos sentidos – defesa contra os indígenas, centro político, social e econômico e de comunicações, funcionando como fortaleza e mercado, sede de governo e centro cultural, além de demarcar o ponto de partida da expansão militar, religiosa e econômica. Eram como ‘trampolins’ para saltos ao desconhecido, conformando papéis que cumprem as cidades de fronteira: fontes de abastecimento, pontos de descanso e de partida, cujo ritmo deixa uma paisagem bastante efêmera (DOMINGUEZ COMPAÑY, 1978). As cidades surgiam como atos administrativos e possuíam um território extra para diversas atividades, embora a delimitação municipal fosse em princípio vaga e imprecisa (MOLINA MARTINEZ, 1996, p. 40-47)²¹¹.

Não obstante a diferença entre a prática colonialista portuguesa e a espanhola²¹², da mesma forma que outros países da América Latina, no Brasil a instituição municipal tem os mesmos referenciais históricos. Ela foi implementada no Brasil Colônia, inicialmente na Vila de São

constitución de los estados nacionales en Europa era progresista, ya que propugnava a igualdad jurídica de los ciudadanos y los territorios. Esa no fue, desde luego, la historia en Iberoamerica”.

²¹¹ Aqui se reforça a idéia do município como forma de governo urbano.

²¹² Holanda (1987), em *Raízes do Brasil*, no capítulo denominado *O semeador e o ladrilhador*, compara a colonização hispânica com a portuguesa na América. Os espanhóis fundaram cidades planejadas, elegendo pontos interioranos, buscando melhores sítios urbanos no território sob seu domínio. Os portugueses não investiram no Brasil e nas cidades que surgiram neste país na época da colonização. A ação portuguesa voltava-se à mera exploração comercial, criando dificuldades à entrada de população e empreendimentos no interior do país. Isto chegou a tornar-se norma explícita no governo de Tomé de Souza: “[...] pela terra firme a dentro não vá tratar pessoa alguma sem licença especial do governador ou do provedor-mor da fazenda real, acrescentando-se ainda que tal licença não se dará, senão a pessoa que possa ir ‘a bom recado e que da sua ida e tratos se não seguirá prejuízo algum [...]’” (HOLANDA, 1987, p. 66). Por outro lado, Rossa (1998) pondera que a interpretação de que a colonização portuguesa deuse de forma gradual e dispersa ignora a *globalidade* do sistema colonial português. Argumenta que enquanto os portugueses seguiam conquistando territórios, os espanhóis iniciavam políticas coloniais (final do século XV) e, portanto: “El proceso así resumidamente esbozado, hace evidente como la evolución hasta ser urbe de los establecimientos portugueses en ultramar desde la fase de descubrimientos, transcurrió con sus problemas intrínsecos [...]” (ROSSA, 1998, p. 507). No caso brasileiro, mesclam-se um urbanismo mais regulado, reconhecível em tramas espaciais de cidades insulares como Angra, implantadas com a tutela do poder central e um urbanismo mais *voluntário* nos assentamentos desenvolvidos por particulares, como os donatários de capitânias. Com o encerramento dos ‘descobrimientos’, no século XVI, se inicia uma administração mais direta do Brasil, desencadeando o processo de urbanização.

Vicente, a primeira do Brasil de 1532, com as mesmas normas e atribuições que imperavam em Portugal, sob a denominação de concelho (ROCHA, 2001, p. 8).

Essa espacialidade construída e imposta sobre a organização anterior da América Latina revitalizou a instituição municipal quando ela já havia entrado em decadência na Península Ibérica. Villar Borda (1984, p. 81-86) cogita que a distribuição dos pontos de apoio urbano ao empreendimento colonizador pode ter aproveitado alguns pontos de estabilidade da sociedade local, evitando, assim, uma interpretação de que houve um mero transplante de instituições forâneas.

As localidades funcionavam em forma de *cabildo* aberto, que consistia em reunir os moradores para debater problemas de interesse comum, num formato de representação popular. Este caráter mais democrático teria sido possível pela sua distância do poder central²¹³.

No caso brasileiro, a história da escala local também oscilou entre a centralização e breves momentos de resistência. Foram elementos da centralização portuguesa a figura do juiz de fora, representante da Coroa que deveria controlar agrupamentos locais; o vereador (cargo já regulamentado pelas Ordenações Afonsinas) que também deveria vigiar a vida local; além das regras posteriores que incluíam a regulamentação dos impostos e nomeação de servidores (Ordenações Manuelinas)²¹⁴. Conforme Andrade (1996, p. 219), no período colonial os municípios foram relevantes politicamente por causa das dificuldades de comunicação e da concentração da população em pequenas áreas cercadas por territórios habitados por povos indígenas ou despovoados.

Da mesma forma que em outros países, houve períodos de maior resistência local e de conquistas obtidas com lutas políticas nesta escala. Assim, ressalta-se que as Câmaras Municipais na busca de autonomia registraram algumas vitórias como a criação de novas vilas, sem autorização da coroa²¹⁵ e, além disso, apoiaram lutas populares no processo de independência. Convém mencionar que as Câmaras Municipais, neste período, eram controladas por oligarquias locais, com poder de enfrentamento de ordens reais. Relata Andrade que (1996, p. 219) um dos

²¹³ Pelo que é possível apreender da literatura que trata do tema, a distância do poder central e, sobretudo, em períodos em que este se enfraquece – como na guerra com os árabes e, posteriormente, durante a invasão napoleônica, foram momentos em que as instituições locais na América Latina conseguiam manter práticas políticas mais democráticas.

²¹⁴ Este tema encontra-se no trabalho de Rocha (2001, p. 10-11). Além das Ordenações Afonsinas e Manuelinas, ela se refere às Ordenações Filipinas. Conforme a autora, verifica-se com estas ordenações a perda de vitalidade das comunidades locais.

²¹⁵ Casos de Campos, Parati e Pindamonhangaba no século XVII (INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, 2003).

momentos mais significativos foi quando, após a Independência, D. Pedro I dissolveu a Assembléia Constituinte e outorgou uma carta constitucional ao Império (1824), procurando legitimá-la com a aprovação das Câmaras Municipais. Apesar do autoritarismo do imperador, explica este autor que “[...] as câmaras de Olinda, Recife, Salvador e Itu se recusaram a aprová-la por se tratar de uma imposição aos interesses do povo e por faltar ao Imperador, aclamado pela livre aprovação do povo, a competência para substituir os seus representantes na elaboração da Carta Magna”.

Todavia, aos poucos, esta organização mais descentralizada ficou comprometida, amainando a vitalidade inicial. Isto ocorreu em consequência da negociação de cargos oficiais e intervenções autoritárias de governadores. A vida cotidiana local passou a ser comandada por oligarquias fechadas e hereditárias, que faziam da detenção do poder prerrogativas para o prestígio social e intervenção na economia, nutrindo seus próprios interesses.

Como em outros países latino-americanos, aos poucos alguns personagens se organizaram para não abandonar postos públicos locais, com seus nomes sempre presentes nas atas municipais. Quando não apareciam diretamente é porque foram substituídos pelo filho, cunhado ou genro. Este costume cria uma pequena ‘aristocracia’ local, criando privilégios e proeminências no cotidiano: na igreja, nas procissões, nos locais de reunião, enfim nos atos públicos de maneira geral (DOMINGUEZ COMPAÑY, 1978, p. 66). Privilégios com origens tão remotas, mas que parecem descrever práticas atuais. Mostram além da rendição a autoridade, a constante homenagem a ela prestada na vida cotidiana.

A decadência da instituição municipal como forma de gestão democrática do espaço explica-se ora pelo centralismo, ora pela referida pressão exercida pelas oligarquias locais, fazendo valer não os interesses locais, mas aqueles que lhes são convenientes. Os municípios deixaram de representar os interesses da sociedade local como um todo, pois foram apropriados por apenas parte desta sociedade.

Ainda em meio aos retrocessos e avanços políticos, convergem alguns autores em entender que coube às sociedades locais o protagonismo no processo de independência de alguns países, visto que nelas estavam as conspirações para tal empresa. As reações a estas conspirações chegaram ao instituto da inquisição²¹⁶, que declarava heréticas afirmações que sustentavam a soberania das corporações municipais e interesses da sociedade, em geral. A despeito disso, os levantes prosseguiram. No início do século XIX, eram realizadas reuniões abertas tendo

²¹⁶ Putnam (2005, p. 135) encontrou idéias semelhantes ao buscar na história as origens das atuais regiões italianas. Entre os processos mais autoritários no Sul, por meio de constituições de Frederico, os direitos feudais de barões eram reafirmados e considerava-se *sacrilégio* questionar as decisões do soberano.

em vista acertar posturas de não reconhecimento de autoridades espanholas. Esta organização local foi a base para a formação dos novos Estados na América Latina (MOLINA MARTINEZ, 1996, p. 117; VILLAR BORDA²¹⁷, 1984, p. 111; DOMINGUEZ COMPAÑY, 1978, p. 64-65).

Tal como aconteceu na Revolução Francesa, após a independência a instituição municipal passou por retrocessos políticos. A organização da sociedade local passou a ser vista como obstáculo no âmbito dos novos Estados, movidos pela ordem e progresso. As oligarquias nos países latino-americanos readequam-se aos diferentes momentos do capitalismo, controlando os fatores produtivos e assegurando seu domínio, tanto em momentos de liberalismo ou de nacional desenvolvimentismo (MOLINA MARTINEZ, 1996, p. 165-166). Neste contexto, a sociedade civil não passa de um esboço, num Estado baseado em relações políticas pautadas pelo clientelismo e de dominação tradicional e fundamentação patrimonial (MARTINS, 1994, p. 13).

No compasso latino-americano, o Brasil, no período imperial, teve cerceado o expressivo movimento das Câmaras Municipais, às quais perderam suas funções políticas e financeiras, mantendo apenas funções executivas consoantes com determinações centralizadas. Práticas amparadas por uma legislação inspirada em modelo napoleônico, do começo do século XIX, transformaram as Câmaras em corporações administrativas e os municípios passaram a ser tutelados. As relações de poder operante em escalas mais amplas contam com o poder local, nos moldes do *coronelismo* tendo em vista a legitimação eleitoral. A influência dos *notáveis* locais garantia a legitimidade das esferas superiores, por isso os municípios ficavam em mãos amigas dos representantes desses poderes (LEAL, 1978).

Na Primeira República, com o poder federal enfraquecido e comandado por paulistas e mineiros, o município passou ao controle de oligarquias estaduais que manipulavam as eleições para se manterem no poder. A legislação era vaga sobre o município, deixando margem para que tais entes federados dessem a essa instituição a feição que lhe conviesse, numa completa ingerência que envolvia desde autoritárias nomeações de seus dirigentes, até a manipulação das finanças municipais. Quando, como resultado do movimento tenentista, a União voltou a ganhar força, seguiu-se um período de centralização absoluta e dissolução dos órgãos legislativos do País, inclusive das Câmaras Municipais.

Registraram-se algumas conquistas municipais na constituinte de 1946, quando os municípios voltaram a fazer parte da estrutura político-administrativa do país, com eleições diretas para seus administradores, novas possibilidades de arrecadação de tributos e regras para

²¹⁷ Nas palavras de Villar Borda (1984, p. 111): “Cabildo abierto! Es el grito espontáneo que resuena en toda la América española, en las gargantas de los patriotas, es la expresión del pueblo que instintivamente sabe que el único germen de poder democrático está allí [...]”.

intervenções municipais, até então arbitrárias²¹⁸. Ainda assim, as instituições municipais foram comandadas por forte centralismo. Várias das propostas que favoreciam os municípios não foram implementadas e velhas práticas políticas retornaram. As unidades federativas estaduais não repassavam corretamente os recursos previstos para os municípios, fazendo com que muitos deles recorressem judicialmente, gerando uma jurisprudência de interpretação favorável aos municípios concedida pelo Supremo Tribunal Federal (INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, 2003). No período de vigência dessa constituição, ocorreram várias emancipações. Em 1964, o golpe militar provocou a ruptura constitucional e iniciou-se um processo inverso, quando o número de municípios passou por uma retração (CIGOLINI, 2000, p. 61). Enfim, esbarrando na centralização federal e nas oligarquias estaduais, o município no Brasil constitui uma conturbada figura da espacialidade administrativa e política.

Oficialmente, no Brasil, o município corresponde a uma pessoa jurídica de direito público interno, participante do sistema federativo nacional, como um dos seus níveis de governo e com autonomia para gerir os assuntos de seu interesse. No âmbito territorial, existem também os distritos, que não são pessoas jurídicas, mas divisões administrativas do território municipal. O município brasileiro tem como domicílio civil sua sede e uma sede jurídica que é a comarca, não existente em todos os municípios. Na prática, a comarca²¹⁹ representa os serviços jurídicos na escala local.

Na realidade, a história política do Brasil é marcada pelo autoritarismo e centralismo²²⁰. Poucos foram os momentos em que forças sociais, representadas por instituições locais e regionais, puderam figurar concretamente como entes federados. Após duas décadas de ditadura

²¹⁸ Sobre as eleições diretas dos administradores municipais, havia restrições para vários municípios considerados estratégicos, como as capitais de Estado, estâncias hidrominerais, bases ou portos militares importantes. Quanto às intervenções, só poderiam ocorrer se houvesse atraso no pagamento de dívida.

²¹⁹ Há uma notável diferença entre o significado da comarca no Brasil em relação a outros países. Na Espanha, a comarca corresponde à hinterlândia de uma localidade central, historicamente definida por atividades econômicas, políticas e sociais que servem como referência supramunicipal para a distribuição de serviços públicos. Recentemente, a figura da comarca tem sido utilizada especialmente pela Comunidade Autônoma da Catalunha, conforme se detalha na última parte deste capítulo.

²²⁰ Holanda (1987, p. 11) explica esses traços políticos da sociedade brasileira como parte de nossas *raízes*, ou seja, foram comportamentos ibéricos, mais especificamente portugueses: “[...] mesmo que rara e difícil, a obediência aparece algumas vezes, para os povos ibéricos, como virtude suprema entre todas. E não é estranhável que essa obediência – obediência cega, [...] tenha sido até agora, para eles, o único princípio político verdadeiramente forte. A vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares [...] Não existe, a seu ver, outra sorte de disciplina perfeitamente concebível, além da que se funde na excessiva centralização do poder e na obediência”.

(1964-1984), marcadas por retrocessos no âmbito municipal²²¹, ocorreu um processo considerado como de democratização, cujos resultados estão expressos na Constituição de 1988. O mesmo processo se passou na Espanha, na década de 1970, com primeiras eleições em 1979. Já na década de 1980, vários países latino-americanos começaram a passar por uma tendência descentralizadora, criando expectativas de autonomia municipal. Boisier (1997, p. 87) expõe a descentralização como uma megatendência universal, relacionada com múltiplas questões, como a revolução científica e tecnológica, lei de reformas do Estado, demandas da sociedade civil e tendências privatizadoras. Essa relativa simultaneidade dos fatos indica uma espécie de concertação de instituições com poderes para interferir e produzir arranjos adequados ao atual período. Na teoria de Santos (1996a, p. 121), são eventos que revelam a imposição ampla do poder, já que não ocorrem de maneira isolada e cujo movimento vem de uma totalidade superior à do espaço onde se instalam.

Assim, a Constituição de 1988, no Brasil, tem sido considerada como um marco de concessão de maior autonomia local. Formalmente, é a primeira do país, única entre países federativos, a reconhecer o município como ente federado, com previsão de aumento de recursos e fortalecimento de finanças públicas (PINTO, 2003, p. 54). Este fortalecimento, todavia, deve decorrer, em grande parte, de arrecadação própria. Há uma pressão fiscal para que os municípios cobrem os tributos de sua competência, com o objetivo de aumentar tal arrecadação, diminuindo a dependência de instâncias superiores.

Aumentaram as responsabilidades locais com a municipalização dos serviços públicos de saúde e de educação básica, sem repasses suficientes de recursos para tanto. Apesar destes problemas, este processo tem sido muito valorizado. Pondera Bizelli (2001, p. 12) que, embora as perspectivas de resolução de problemas pela administração local representem uma importante inovação, esta é frágil para enfrentar os desafios sociais brasileiros, notadamente no que se refere a criar formas inclusivas para a totalidade da sociedade. Então, resta saber se tal desafio pode obter respostas adequadas na dimensão local brasileira, tal como ela se acomoda no cenário político e econômico atual.

Este debate remete às fontes do poder local. Ele pode ter origem na sociedade local por meio da resistência e conquista do espaço político. Outra possibilidade é a transferência do poder, através da descentralização, que pode significar tanto uma redistribuição com maior grau de autonomia orçamentária e decisória, como uma simples transferência de atribuições. Tendo em vista que, se há propostas de descentralização é

²²¹ Neste período, foram extintos municípios no Brasil, especialmente no Norte e Nordeste. Além disso, o índice do Fundo de Participação dos Municípios foi reduzido pela metade (de 10% passou a 5%) (PINTO, 2003, p. 52).

porque o contexto de onde elas partem é centralizado. Pode ser diferente somente a forma de conseguir a descentralização. A primeira é uma descentralização conquistada e a segunda concedida.

De acordo com Arretche (1996, p. 87), a descentralização pode representar formas de controle sobre os municípios, tidos como engrenagens da estrutura administrativa. Ela tem sido considerada como fundamental para acelerar o tempo de resposta do local ao ritmo e exigências econômicas mundiais, superando barreiras burocráticas. É neste contexto que se pode compreender a afirmação de Boisier (1997, p. 89): “La descentralización, como política de Estado, em los países de régimen unitário de América Latina, se encuentra presente, a lo menos en el discurso, en todos ellos”²²².

Para entender esse processo, é preciso diferenciar a descentralização administrativa, mais restrita, da descentralização política. Enquanto a descentralização política baseia-se na autonomia política, a descentralização administrativa deriva dos poderes centralizados. Somente quando a descentralização é política pode se falar de federalismo e de autonomia das entidades territoriais (BOBBIO, 1986, p. 331).

Com preocupações semelhantes quanto às finalidades do processo de descentralização e seus limites, Villar Borda (1984, p. 188), ao estudar o caso específico da Colômbia, argumenta que não é suficiente a descentralização administrativa, que deve estar acompanhada pela descentralização política, além de exigir bases econômicas e financeiras, porque, de outra maneira, ela significará uma carga adicional de responsabilidade e empobrecimento dos municípios e, por conseguinte, de significativa parte da sociedade local. Segundo o mesmo autor, as instituições municipais são apropriadas pelo caciquismo, e por isso se menospreza a capacidade política local: “No puede aceptarse la idea paternalista en que han pretendido legitimarse las dictaduras latinoamericanas, según la cual el pueblo no está ‘maduro’ para la democracia, como si la única forma de educarse para la democracia no fuese su ejercicio” (VILLAR BORDA, 1984, p. 349-354).

Molina Martinez (1996, p. 194-214), ao estudar o panorama latino-americano deste processo, da mesma forma, observa que tal tendência está acompanhada de dificuldades financeiras nos municípios, depositários de maiores responsabilidades com a transferência de serviços aos governos locais com a finalidade de diminuir os encargos do Estado Nacional, obrigando as instâncias locais a buscar recursos. Este autor

²²² Este autor faz uma breve apreciação do processo de descentralização na América Latina. É relevante observar que quando se defende a descentralização, retirando a importância do Estado Nacional, considera-se que isso ocorre porque há processos de articulações supranacionais. Entretanto, na América Latina, observa-se o processo de descentralização, mas destaca Boisier (1997, p. 90) que não existe, ainda, na América Latina, uma política regional e supranacional concretamente definida.

sinaliza para os perigos desta descentralização, já que ela está associada a um rearranjo institucional afinado com a reestruturação econômica, tornando-se uma referência administrativa que, por si só, nada modifica. Ao contrário, a fragmentação das estruturas de decisão poderá hipotecar a capacidade de gestão.

Transitando pela literatura, encontram-se outros exemplos de que os processos socioespaciais não aconteceram de forma muito diferente pelo mundo. Gorzelak (1989, p. 22) mostra que nas antigas economias socialistas, como a polonesa, ocorreram dinâmicas semelhantes, sobretudo no que se refere à concentração espacial de atividades e gestão centralizada que ainda persiste, tornando a autonomia da autoridade territorial mais estreita em relação à sua responsabilidade. Os recursos são insuficientes e há determinações centrais de como deve ser gasto. Os administradores locais estão mais submetidos aos níveis superiores de autoridade do que às respectivas comunidades. As transformações são convergentes e igualmente se fala em descentralização e concessão de maior autonomia para a escala local²²³. Por isso, o autor sinaliza para vantagens de pequenas e médias cidades na Polônia que “[...] atraem população e atividade econômica já que estas cidades não enfrentam problemas infra-estruturais, diferentemente das grandes” (GORZELAK, 1989, p. 34).

Na China, o poder centralizado é reincidentemente contestado por forças locais de áreas negligenciadas politicamente, deixando lições, uma vez que governos foram derrubados por tais forças. Atualmente moradores de vilas rurais se manifestam, fechando estradas com barricadas, pedindo restituição de impostos por causa da corrupção, contestando decisões governamentais de despejo de moradias, enfim, “[...] são zonas potenciais de oposição” (SPENCE, 2005). Contudo, há uma intervenção decidida do governo central em tentar controlar o ordenamento territorial²²⁴.

²²³ Muito antes, Kropotkin (1920) já havia se manifestado sobre a necessidade de fortalecer as escalas locais na economia socialista, em carta a Vladimir Lênin. Considerando questões sociais do distrito de Dmitrov, argumenta ele que viver num grande centro como Moscou impossibilita conhecer as verdadeiras condições do país. Para isso, é preciso estar cotidianamente com as pessoas. Portanto, complementa “Una cosa es indiscutible. Aún si la dictadura del proletariado fuera un medio apropiado para enfrentar y poder deruir al sistema capitalista, lo que yo dudo profundamente, es definitivamente negativo, inadecuado para la creación de un nuevo sistema socialista. Lo que si es necesario son instituciones locales, fuerzas locales; pero no las hay, por ninguna parte. En vez de eso, dondequiera que uno voltea la cabeza hay gente que nunca ha sabido nada de la vida real, que está cometiendo los más graves errores por los que se ha pagado un precio de miles de vidas y la ruina de distritos enteros.[...] Sin la participación de fuerzas locales, sin una organización desde abajo de los campesinos y de los trabajadores por ellos mismos, es imposible construir una nueva vida”.

²²⁴ Isnard (1982, p. 117) já destacara como a China, diferentemente de outros países, procurou controlar, por meio de uma política urbana, o êxodo com a difusão de atividades industriais em regiões consideradas rurais tendo em vista a geração de empregos e a fixação da população.

Isto mostra que o que se afirma sobre o declínio do Estado Nacional, talvez não se aplique à China, onde, apesar das contestações, ele prossegue como uma instituição forte.

Na bibliografia sobre pequenas cidades reunidas para esta pesquisa, os textos que mostram uma preocupação maior de intervenção, no que diz respeito às pequenas cidades, tratam da realidade chinesa. O Estado Nacional mantém um forte poder central e é bastante intervencionista, apesar de estar vivendo um intenso processo de transformação social e surpreendente migração interna²²⁵.

Neste caso, a preocupação com as pequenas cidades explica-se por essas transformações ocorridas, de modo extremamente acelerado nas últimas décadas. É claro o objetivo de controlar a urbanização concentrada e, de maneira geral, a distribuição e o reassentamento espacial da população. As pequenas cidades oscilaram entre o declínio e a estagnação até a década de 1970 e apresentaram dinâmicas demográficas e econômicas positivas nas décadas seguintes, resultantes de iniciativas de revitalização das mesmas com instalação de novas empresas industriais e comerciais. A meta era gerar postos para 250.000 trabalhadores fora de áreas metropolitanas (TAN, 1986b, p. 269).

Enfim, para ler o caráter do processo de descentralização atual é fundamental estar atento às diretrizes de instituições internacionais quanto à austeridade financeira (na Europa com as instituições vinculadas a União Européia e, para outros países, as determinações do Fundo Monetário Internacional) que tem como finalidade controlar a gestão econômico-financeira de entes locais, por meio de tribunais de contas e órgãos afins. Em nome da eficácia e da qualidade, há uma submissão ao controle técnico. A terminologia utilizada na normativa atual para designar os diferentes tipos de controle econômico-financeiro baseia-se na fiscalização (com atuação de órgãos internos e externos e se põe maior ênfase no cumprimento da legalidade), intervenção (controle interno); controle financeiro (controle posterior da gestão financeira) e auditoria (baseia-se na legalidade, eficiência e economia) (ARAGÓN, 1999).

A cronologia do surgimento destas entidades, na década de 1980, mostra sua relação com as novas exigências decorrentes da dinâmica econômica. No Brasil, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar número 101/2000) estabelece normas de finanças públicas para prevenir riscos e corrigir os desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando o planejamento, o controle e a transparência²²⁶.

²²⁵ Jonathan Spence (2005), estudioso da realidade chinesa, em recente entrevista, destacou essa elevada migração interna “Há provavelmente 800 milhões de pessoas se movendo pela China em busca de emprego e trabalhando nas grandes cidades”; grande pobreza no campo e muitos problemas sociais. A intervenção tem finalidade de controle demográfico o que é apropriado, notadamente no país mais populoso do mundo.

Esses procedimentos fazem parte do processo que pretendem atender as exigências de estabilização econômica, criando um contexto favorável para dissipar incertezas vinculadas à inflação e reduzir a instabilidade financeira. São ajustes exigidos pelo capital financeiro para operar com segurança e estabilidade, retribuídas, como já se assinalou antes, com incertezas que atingem a sociedade cotidianamente.

Por outro lado, as exigências de austeridade fiscal, apesar de controladoras, poderão diminuir a corrupção e as relações políticas baseadas no favorecimento político. Todavia, convém não esquecer que esta é mais uma forma de mostrar falta de confiança e autonomia para a escala local e em nome de uma suposta incompetência criar formas de interferência. Pressionam-se os locais a aumentarem a arrecadação e geri-las bem, mediante as novas atribuições do Estado Nacional. Portanto, estas práticas muito mais do que resolver antigos problemas tem relações com a captura tanto da escala local e da escala nacional por interesses longínquos e desarticulados do cotidiano.

Toda essa sistematização e reflexão sobre a escala local, embora se refira, inicialmente, a momentos historicamente distantes, serviu para colocar lentes no olhar sobre a realidade dos municípios, especialmente aqueles com pequenos centros urbanos e restrito poder de resistência e força política.

A instituição municipal surgiu da capacidade de autogestão da sociedade. Ao longo do tempo, embora não de uma maneira linear, mas num trajeto marcado por insurgências, tal instituição passou a ser comandada de forma autoritária por oligarquias locais e interesses forâneos. A sua captura por estes interesses comprometeu a autonomia, tornando alheio aos cidadãos o encaminhamento político local.

O comando econômico do local é definido numa perspectiva ampla, articulando interesses provenientes de escalas nacionais e mundiais com alguns notáveis, proprietários do capital e/ou do poder político local. Os investimentos ausenteístas ampliam ainda mais a condição de 'espaço derivado'. Tratar do comando do espaço significa tratar do comando da maior parte da sociedade que nele vive e trabalha, mas que não toma parte em decisões que tantas implicações trazem para o seu cotidiano.

O encaminhamento político, mais por omissão do que de forma explícita, comumente respalda os interesses econômicos. A leitura da produção do espaço, na escala das pequenas cidades, passa pela reflexão sobre o poder presente nas diferentes escalas geográficas e nas fontes que definem tal mando político dos espaços. De acordo com Capel (2003b, p. 13), a administração da polis atual é mais complexa, porque está

²²⁶ Mediante essa lei, as prefeituras devem limitar os gastos e mantê-los equivalentes à arrecadação de cada mês; fazer obras e ações aprovadas em leis e de interesse coletivo; cobrar os tributos de sua competência sem concessão de isenções ou descontos; limitar os gastos com a folha de pagamento em 54% da receita, entre outras normas.

submetida a diversas instituições, incluindo centros de decisão mundial, alheios e distantes da vida local: “[...] Este mundo amplamente interconectado permite que se ejerzan poderosa influencias desde lugares lejanos, y exige nuevas formas de regulación y de gobierno”.

A falta de autonomia política e a vulnerabilidade econômica são elementos fundamentais para compreender a não-apropriação efetiva do espaço, por parte da sociedade como um todo. Por isso, é fundamental a idéia de autonomia, especificamente de autonomia coletiva, proposta por Castoriadis e apresentada nas reflexões teóricas iniciais, no sentido de recuperar a atuação política e a capacidade de autogestão por parte da sociedade.

A escala local costuma ser automaticamente associada à democracia, o que facilita que propostas em nome desta dimensão sejam facilmente aceitas²²⁷. Embora seja uma dimensão imprescindível de atuação política e fundamental da perspectiva da apropriação social do espaço, não existe esta relação mágica. Conforme mostra a história, ela pode ser apropriada por interesses alheios e distantes e funcionar como mecanismo autoritário dos mesmos, subordinando a sociedade local.

Olhando para as referências do passado, podem ser considerados como hostis ao município, enquanto instituição democrática, as práticas autoritárias e centralizadoras. As ingerências são justificadas em nome da eficácia na prestação do serviço público, mostrando a desconfiança que a racionalidade técnica ideologicamente alimenta acerca da democracia e da capacidade de auto-instituição da sociedade.

Ensina também a história que os interesses latifundiários subtraem poder do município, em específico quando são absenteístas, reiterando constatação anterior, pois retira decisões do local. Observa-se, ainda, que mesmo nos momentos de forte centralismo, as instituições locais são mantidas como mecanismo de controle e como forma de arrecadação de tributos, num processo bem parecido ao que ocorre neste período histórico.

A recuperação da autonomia passa por uma completa descentralização política e não apenas administrativa. As instituições que respondem por escalas geográficas mais amplas de poder devem decorrer de uma livre federação, baseada na cooperação voluntária. Conforme Smith (1992), é necessário estar inserido politicamente num espaço para conseguir a articulação e atuação sobre demais dimensões geográficas. Então, a apropriação efetiva do espaço local é condição fundamental para a sociedade atuar em outras escalas, como forma de resistência, num

²²⁷ Putnam (2005, p. 36) expõe que no caso da institucionalização dos governos regionais na Itália, os seus defensores acreditavam tanto no poder de mudança institucional para reformular a política que interpretavam o destino dos novos governos de modo quase ‘messiânico’.

momento em que a acumulação capitalista e sua institucionalização política adquirem um ponto inédito de controle e comando dos espaços e de suas respectivas sociedades. É preciso pensar em outras formas de atuação em escalas amplas, criando condições para que a sociedade possa estar largamente representada nestas dimensões.

A descentralização administrativa que ocorre neste período consiste em repassar responsabilidades, como a oferta de serviços sociais básicos pela administração local, num processo em que não só o município funcione como parte do mecanismo de poder, mas o próprio Estado Nacional tende também a figurar apenas como parte desta engrenagem. Debilitado ou apenas transformado, esta instituição é diferente da que se formou nos séculos XIX e XX. Há uma instabilidade institucional diante das constantes mudanças, embora sejam mantidos os rótulos. Essa descentralização é bastante diferente da que propõe a redistribuição do poder político e o incentivo à participação dos agentes sociais e econômicos na gestão dos seus próprios problemas (BOISIER, 1999, p. 811-812). As escalas são construídas e reconstruídas socialmente. Seguir as trilhas do poder consiste em acompanhar os processos que permeiam tais dimensões como arenas de mobilização (GONZÁLEZ, 2005).

Em resumo, a história da escala local é marcada por intensa força social subordinada pelo poder central, suprimindo a autonomia política da mesma, despolitizando a sociedade. Ao concentrar o poder em escalas mais amplas, este fica claramente mais distante do alcance da sociedade e dificulta a democracia. Nesse contexto, na escala local, alcança-se bem pouco, sobretudo no que se refere aos problemas decorrentes de determinações amplas, como aquelas da formação econômica brasileira e suas implicações econômicas e sociais. Esta história mostra como o município vai se distanciando do seu conteúdo e significado inicial. Ele oscila na cadência do poder, sendo construído ou reconstruído conforme os interesses que imperam em cada momento histórico. Deste modo, esclarecem-se as limitações concretas do local.

Essa captura política da dimensão local está relacionada com o processo de drenagem de renda, facilitando o trânsito do capital e de sua acumulação. O amplo alcance espacial que a dinâmica econômica atinge na atualidade, embora em meio a um discurso de descentralização, está respaldado numa espacialidade político-administrativa centralizadora, que se pode identificar menos pela forma e mais pelas práticas políticas.

4.3 Centralização, concentração e primazia na política urbana

A produção de escalas coerentes com a centralização do poder é parte do mesmo processo que leva à concentração econômica e espacial de capital, circunstanciada pelo desenvolvimento desigual, ou seja, da assimetria com que ocorre o avanço das forças produtivas. A leitura da rede urbana implica em reconhecer que, embora o capitalismo opere com forças de dispersão e concentração, destacam-se os espaços resultantes desse segundo processo, até porque deles procedem comandos sobre os demais.

A espacialidade produzida pelo capital industrial e monopolista, reforçada pelo capital financeiro, tem como principal característica a concentração espacial tanto de capital como demográfica, transformando quantitativa e qualitativamente as cidades, produzindo imensas aglomerações.

A concentração espacial foi fundamental para o capitalismo industrial por causa da escala de produção, visto que, conforme Smith (1988, p. 177), com um grande grupo trabalhando lado a lado em razão da concentração de capital e apropriação das forças de cooperação dos trabalhadores, o capitalista passa a contar com o trabalhador coletivo, que ultrapassa a soma dos trabalhadores individuais.

O processo de trabalho no capitalismo existe como uma massa concentrada de meios de produção, na realidade riqueza social concentrada como capital, que comanda um exército de trabalhadores (BOTTOMORE, 2001, p.57). Então, a concentração deve ser compreendida como processo que reúne meios de produção e, por consequência, a sociedade, já que significativa parte dela compõe um dos fatores de produção, o trabalho.

Já o processo de centralização do capital ocorre mediante combinação de capitais anteriormente independentes. Enquanto a centralização social refere-se à reunião do valor de troca em mãos de cada vez menos pessoas, a centralização espacial é a centralização física dos valores (SMITH, 1988, p. 180-181).

Evidencia-se, nesta leitura, que o processo de acumulação de capital é também um processo geográfico, pois afirma Smith (1988, p. 182), respaldado pela teoria de Marx, que a acumulação de capital não provoca somente a acumulação do proletariado, mas a acumulação deste em certos lugares de produção. Falar de desenvolvimento desigual é falar da divisão de trabalho, mas também da divisão de capital. A acumulação

capitalista concentrou o que antes se encontrava disperso, recriando parâmetros do desenvolvimento espacialmente desigual, freqüentemente designado por desequilíbrio, mas que, na realidade, compõe a lógica de acumulação capitalista fundamentada na desigualdade. E os elementos de diferenciação espacial no capitalismo, embora possam ter uma fundamentação natural, decorrem das relações sociais, porque o capital é, antes de tudo, uma relação social.

Conforme já se destacou anteriormente, deve-se considerar a centralização política, além da concentração e centralização de capital, para entender como se retira a autonomia das escalas locais. Se a análise realizada sobre a construção da escala local mostra como a forma em que ela se encontra instituída subtrai a força política da sociedade local, o processo de concentração econômica mostra a subtração de riquezas destes espaços. De acordo com Lefebvre (2001a, p. 5) o capital comercial já tornou móvel a riqueza e constituiu circuitos de trocas e redes que permitem a transferência de dinheiro, criando as condições para a acumulação do capital industrial, que ocorre sobre uma base político-administrativa fundamentada no Estado centralizado.

O prosseguimento deste item resulta da análise de documentos que subsidiam políticas urbanas no Brasil, bem como estudos anteriormente efetuados acerca deles²²⁸. As fontes são aquelas que, por hora, representam o enfoque de conjunto existente para a rede urbana, com finalidade de atuação política. A leitura desses documentos orientou-se pela maneira como focalizam as áreas não-metropolitanas, especificamente áreas onde a expressão urbana está baseada em pequenas cidades. Outras discussões seriam possíveis com base nos mesmos documentos, entretanto, esta sistematização tem o objetivo mencionado.

A preocupação com a política territorial não ignora que, para transformar o espaço, é preciso transformar radicalmente a sociedade, que, em realidade, é o que importa. Contudo, considera-se que o espaço não só expressa a formação social, mas estabelece condições no sentido de reproduzir o que está estabelecido, como também pode ser um coadjuvante na trilha do vir-a-ser. Portanto, adotar a perspectiva do planejamento implica, teoricamente, na concepção do espaço como condição.

²²⁸ Não há aqui a pretensão de exaurir a documentação existente, mas de analisar os principais documentos.

Por outro lado, estudar tais documentos pode ser relevante simplesmente pela ajuda que oferece para entender os interesses que permeiam o espaço produzido, com características de concentração e centralização, na medida em que expressam as preocupações do ponto de vista do poder instituído.

A história do planejamento no Brasil sempre esteve bastante vinculada a objetivos econômicos, pautada por ambiciosas metas que, no início do século XX, pretendiam converter este país em uma potência econômica. A política desenvolvimentista fez com que o Brasil passasse rapidamente de uma economia basicamente agrário-exportadora para uma economia urbano-industrial, acompanhada de uma série de transformações culturais, conforme já se considerou no segundo capítulo.

A maior preocupação em relação ao território brasileiro sempre foi promover uma maior integração do país, obtida parcialmente pela incorporação econômica de áreas, especialmente por meio da agricultura moderna, além de estratégias como a criação da Zona Franca de Manaus e a construção de Brasília.

Boisier (1997, p. 87) demonstra preocupação com a falta de política territorial, especialmente num país com a extensão do Brasil, mas escassa na América Latina como um todo, tanto nos Estados unitários, como entre os federados. Nas palavras do autor estes últimos, freqüentemente, “Son federales en el papel y unitarios en la práctica y no escaparon a la ‘tradición centralista’ de América Latina”.

Neste sentido, deve-se arrazoar que toda atuação de alcance econômico possui implicações espaciais. A política territorial explícita, conforme Sánchez (1992, p. 72), configura-se por formulações dirigidas a intervenções sobre o território, a médio e longo prazo, com a finalidade de que assumam formas adequadas ao conjunto de interesses que controlam o poder político.

Contudo, na política e, especialmente, na política territorial, a omissão ou uma política territorial não explicitada, assume freqüentemente a forma de política territorial efetiva. Mesmo que não se decida voluntária e previamente o que se fazer com o território, as atuações econômicas resultam em implicações territoriais. A política territorial deve ser entendida como um processo de manipulação consciente do território, enquanto a não-política é um processo de efeitos espaciais indiretos, que derivam de atuações políticas que não haviam considerado a dimensão espacial como variável de atuação (SÁNCHEZ, 1992, p. 73). Portanto, quando não há uma política territorial formalizada, há uma implícita, silenciosa e sutil, nem sempre involuntária.

Ademais, outras intervenções políticas trazem efeitos territoriais. Mills (1987, p. 561) explica que, num país como os Estados Unidos, sem política urbana explícita, várias ações do governo apresentam efeitos urbanos, como a geração de emprego, política de transportes e moradias, dentre outras. Estes programas podem induzir, por exemplo, a localização das pessoas em grandes áreas metropolitanas ou em pequenas cidades, ou seja, contribuem na definição ou redefinição dos assentamentos humanos.

Em convergência a essas idéias, Boisier (1997, p. 93) alerta que se não há uma política de ordenamento territorial, permite-se que este se resolva por omissão, engendrado pela supremacia econômica. Assim, todo território encontra-se de fato ordenado, pensamento que se resume na seguinte frase de Napoleão, sublinhada em texto de Brunhes (1988, p. 254): “La política de los Estados está en su geografía”. É preciso ponderar, no entanto, a distância entre os resultados do ordenamento territorial por omissão daquele socialmente desejável.

No caso brasileiro, políticas territoriais explícitas - como o Programa de Cidades Médias – estiveram descompassadas da política de desenvolvimento econômico do país. Enquanto a política econômica promovia a industrialização e a concentração urbana, aquele programa manifestava preocupação com a excessiva concentração territorial. Os resultados das atividades econômicas imperaram e se converteram na política territorial efetiva (ROCHFORD, 1998)²²⁹.

Este fato não é exclusivo do Brasil. Experiências semelhantes de desconcentração demográfica encontraram obstáculos similares. A intervenção territorial na Inglaterra no final do século XIX e início do século XX, tendo em vista o crescimento de Londres, foi marcado por várias iniciativas no sentido de reverter a morfologia territorial, como a proposta para as *ciudades-jardins* de Howard em 1898²³⁰, e de outras cidades novas implementadas posteriormente, cujos efeitos foram considerados escassos para modificar a imensa periferia que se formava (BENEVOLO, 1999, p. 677).

Conforme o mesmo autor, a regulação do crescimento de Londres só se tornou possível na década de 1930. Para enfrentar a crise de 1929, descobriu-se a necessidade de corrigir a distribuição das atividades econômicas – agricultura, indústria, comércio e serviços sobre o território da Inglaterra.

²²⁹ Sposito (2004) escreve sobre as relações entre este programa implementado no Brasil e sua evidente inspiração francesa.

²³⁰ Concretizada com a construção nos arredores de Londres de duas novas cidades – *Lechtworth* (1902) e *Welwyn* (1919).

Delle Donne (1990, p. 224) referindo-se ao mesmo assunto, pondera que tentar conter a emigração significa dar atenção ao aspecto secundário, já que a concentração resulta da polarização das instituições que controlam a dinâmica econômica, como os bancos, escritórios, bolsas de valores e outras. Numa realidade demograficamente concentradora e politicamente centralizadora, as políticas foram orientadas pela primazia urbana, reiterando todo o processo.

Desta maneira, é possível entrever a dificuldade de se implementar políticas territoriais que se contrapõem ao desenvolvimento econômico. O êxito da política territorial depende das atividades econômicas. Por isso, atitudes conservadoras adotam a política territorial da não-política (SÁNCHEZ, 1992, p. 74), já que intervir no território exige regulação econômica.

Pontes (1983) estudou desde as primeiras iniciativas do planejamento urbano brasileiro na década de 1930 até a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano presente no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), de 1975 até 1979. Pela sistematização desenvolvida por esta autora, observa-se que, no referido período, raramente as pequenas cidades foram lembradas na formulação das políticas, embora os documentos analisados tratem da urbanização brasileira como um todo. Nas poucas oportunidades em que tais localidades são mencionadas e prevê-se algum instrumento de planejamento e gestão, a implementação destes não chega a ocorrer²³¹.

A autora destaca que o Estado brasileiro manteve uma atitude de primazia urbana, visto que os técnicos do governo consideraram que cada espaço e cada cidade se definiriam no cenário da rede urbana de acordo com as relações que estabelecesse como repercussão da metropolização. Mesmo quando se discute a desconcentração, ela é pensada tomando como parâmetro a metrópole. Nas palavras da autora: “A posição geográfica das cidades médias em relação às metrópoles têm grande significação para os fenômenos de desconcentração a partir da metrópole. Tal desconcentração pode não se traduzir em dispersão propriamente, mas na formação de concentrações secundárias cujo número decresce a partir do núcleo principal” (PONTES, 1983, p. 408-409). Portanto, quando se propôs desconcentração espacial das atividades no Brasil, pensava-se em incrementar as cidades médias, gerando concentrações secundárias.

²³¹ Serra (1991, p. 85) menciona um desconhecido *Programa de Cidades de Pequeno Porte*, formulado junto com políticas voltadas a cidades de porte médio e grande, além de áreas metropolitanas. Contudo, conforme o mesmo autor este programa jamais teve qualquer expressão. Schmidt (1984, p. 99) também menciona que paralela à existência de um *Programa de Cidades de Porte Médio* existia um para Cidades de Pequeno Porte.

Rocheftort (1998, p. 93-102) referenda a afirmação de Pontes sobre o Programa de Cidades Médias. Ele destaca o contexto demográfico brasileiro de intenso crescimento da população urbana, entre 1940 e 1960, provocando preocupações com a reorganização urbana.

As cidades médias apareciam como potenciais absorvedoras da atividade industrial, moderando o crescimento das metrópoles²³². Analisando período mais recente, Costa (2000, p. 202) explica que também no caso de Portugal foi comum apontar cidades médias como base de sustentação das estratégias de *reequilíbrio* e policentrismo, pretendidos pelas políticas de ordenamento territorial. Com o mesmo intuito, Rocheftort (1998, p. 93) explica que a política de *reorganização do território* em vários países consiste em políticas para cidades médias. Gaspar (1998, p. 400) explana sobre o papel das cidades médias como ‘remédios’ para a macrocefalia, já que, para ele, após as cidades jardins, as cidades novas, os pólos de crescimento e metrópoles de equilíbrio, tais cidades avultam como verdadeiras ‘redentoras’ das assimetrias espaciais.

Numa sistematização mais genérica, Borja e Castells (1999, p. 54) igualmente sinalizam para as políticas de desenvolvimento das cidades médias como forma de desviar parte dos fluxos migratórios de áreas metropolitanas e descentralização de atividades econômicas. Em *A questão urbana*, Castells (1983, p. 88-95) já se referia sobre esse papel das cidades menores, naquela ocasião mais especificamente em países socialistas. Assim, com o objetivo de diminuir a concentração da população nas grandes cidades, especificamente em Moscou, após a II Guerra Mundial, foram criadas mais de seiscentas novas cidades²³³. Ele menciona *ordenamento* e políticas territoriais semelhantes em Cuba e na China.

No Brasil, o estímulo à implementação de pólos que ajudariam a estruturar o território nacional, promovendo uma ocupação mais *racional* do mesmo e uma melhor difusão do desenvolvimento econômico, baseava-se em centros urbanos que já eram considerados como

²³² A política territorial mais intensa, no sentido da desconcentração foi com o II PND quando se considerou que, apesar das economias de aglomeração, existem os custos do congestionamento. A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano propôs áreas de intervenção de acordo com os objetivos a serem alcançados em cada área, conforme segue:

- ✓ Área ou subsistema de contenção – áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro.
- ✓ Área ou subsistema de disciplina e controle – Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Campinas, Santos e Brasília, além das Regiões Metropolitanas do Nordeste e Norte.
- ✓ Áreas ou subsistemas de dinamização – as áreas estrategicamente mais importantes desta política, aptas a receber impulsos de promoção da rede, pólos de desenvolvimento – áreas mais urbanizadas da região Sudeste e Sul, metrópoles regionais nordestinas e cidades médias do Centro-Oeste e Sul do País (centros que estejam entre cinqüenta mil e duzentos e cinqüenta mil habitantes), que desempenhem papel estruturador na rede urbana.
- ✓ Áreas ou subsistemas de promoção – áreas periféricas, com fraca urbanização, de investimentos públicos ou privados como Itaipu, Ilha Solteira, etc., turísticas e áreas estagnadas ou decadentes onde a urbanização é frágil – Vale do Ribeira, interior do Nordeste. (PONTES, 1983, p. 450).

²³³ O autor menciona unidades de aproximadamente 15 mil pessoas, com edifícios residenciais de quatro ou cinco andares, providos com equipamento escolar, serviços coletivos e centros de recreação e protegidos por cinturão verde, ligados com transporte coletivo a centros mais dinâmicos, numa concepção bastante semelhante às novas cidades inglesas. Além dessas unidades, ele expõe projetos de implementação de ‘agrocidades’.

intermediários na rede urbana. Então, se por um lado, esse processo representou desconcentração metropolitana, por outro, representou concentração já que as cidades médias atraíam fluxos humanos provenientes das pequenas cidades. Portanto, foi uma desconcentração na perspectiva da metrópole. Tomando por referência as pequenas cidades, esse processo figurou apenas como uma outra forma de concentração.

Quanto à origem dos fluxos humanos, a forte concentração nas maiores cidades brasileiras nem sempre resultam do dinamismo econômico dessas localidades, mas são, sobretudo, conseqüências das transformações ocorridas no panorama econômico no restante do país e que provocou brutal aceleração e intensidade ao processo de urbanização. O que houve foi a concentração progressiva da população rural e de habitantes de pequenas cidades que fugiram da miséria e da ociosidade, resultando na desarticulação da rede urbana pretérita refletindo as crises sociais e econômicas e evidenciando a preponderância das grandes aglomerações (PONTES, 1983, p. 498).

Estudos mais recentes sobre a rede urbana brasileira demonstram que, desde a década de 1970, já se detectava o processo de esvaziamento das pequenas cidades. Conforme Motta, Mueller e Torres (1997), a análise da rede urbana brasileira na década de 1970, remete a um estudo elaborado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (CNDU), em 1985, cuja “[...] principal conclusão foi que na década houve ‘de um lado a perda da importância relativa dos pequenos centros, o fenômeno conhecido como esvaziamento das pequenas cidades, e de outro o aumento da participação relativa das cidades acima de 500 mil habitantes e regiões metropolitanas’ exceto São Paulo e Rio de Janeiro”. No entanto, o mesmo estudo apresentava indícios de que o sistema urbano atingiria um ponto de inflexão até o final dos anos 1970, com uma tendência à desconcentração econômica e demográfica, restrita, entretanto, a um entorno próximo aos grandes centros metropolitanos. (CNDU, 1985, p. 81 *apud* MOTTA; MUELLER; TORRES, 1997, p. 8).

Neste período, enquanto demais cidades cresciam, aquelas que possuíam abaixo de 50 mil habitantes apresentaram declínio demográfico. A pesquisa revela que dentro do grupo de centros pequenos, que apresentavam tal tendência, o estrato que apresentou índices mais baixos de crescimento demográfico foi de núcleos com até 10 mil habitantes. A participação dos pequenos centros urbanos na composição da população brasileira passou de 40% em 1970, para 31,6% em 1980. Explicam-se estes dados pela migração decorrente do desenvolvimento industrial em algumas áreas, mas, também, pela modernização agrícola brasileira, em especial no Centro-Sul, processo responsável pela liberação de enorme contingente de trabalhadores rurais.

No referido trabalho, há uma análise do processo de redistribuição da população brasileira, decorrente de rearranjos econômicos que possuem forte expressão na recente dinâmica urbana. Abrangendo o período de 1980 a 1991, detectou-se uma desaceleração nas taxas de crescimento da população urbana em todos os grupos de cidades. Algumas taxas negativas em determinados grupos são atribuídas à mudança de estratos destas cidades já que elas cresceram demograficamente. Assim, deve-se mencionar o expressivo aumento no número de cidades de 50 mil a 100 mil habitantes, resultado desse processo de aumento no tamanho médio das cidades.

Observou-se, neste período, conforme previsto pelo estudo anterior, um ponto de inflexão na realidade demográfica e urbana brasileira, porque, genericamente, as Regiões Metropolitanas obtiveram crescimento relativamente menor da população. No período 1980-1991, o grupo dos centros com até 50 mil habitantes apresentou pequena desaceleração no ritmo de crescimento demográfico. Já no grupo com até 10 mil habitantes houve crescimento demográfico, parcialmente explicado pela criação de quinhentos novos municípios no país, após 1985, fazendo com que várias localidades passassem a figurar oficialmente como cidades.

Quanto aos fatores que podem explicar a dinâmica urbana de 1980 a 1991, no referido estudo sinaliza-se para: - a desconcentração geográfica da produção; - o processo de crise que gerou estagnação quanto à mobilidade espacial da população²³⁴; - a queda da fecundidade; - o processo de contrametropolização (tendência da classe média e alta residir fora das áreas metropolitanas); - espraiamento da rede urbana com as novas cidades do interior, provocando maior dispersão da rede urbana, em decorrência da expansão da fronteira agrícola e outras atividades (MOTTA; MUELLER; TORRES, 1997, p. 22).

Em capítulo dedicado aos *Desafios da política e da gestão urbana nas grandes cidades*, o enfoque passará a ser os problemas que se verificam nesta classe de cidades. O texto expõe a significativa periferização da população em centros urbanos maiores, por causa da baixa renda que dificulta o acesso à terra urbana. Neste sentido, expõem-se preocupações acerca dos loteamentos clandestinos e do volume de população que vive nestas áreas, sobre a moradia acessível em grande parte somente pela autoconstrução, assinalando a falta de saneamento e outros meios de consumo coletivos. Contudo, uma ênfase geográfica da questão não deve apenas constatar problemas dessa natureza. Valorizar adequadamente a dimensão espacial deve resultar de um olhar para o território e para a rede urbana.

²³⁴ Tem-se verificado que, numa conjuntura de crise, parece haver uma preferência por tentar resolver a questão da sobrevivência no lugar mais conhecido, na comunidade em que existem redes de amigos e parentes já estabelecidos.

A análise que se iniciou de uma escala geográfica ampla - a rede urbana - acaba por evidenciar problemas como o do saneamento, notadamente das grandes periferias urbanas. Esta problematização leva a políticas urbanas restritas, que não se implantam na escala da rede urbana. Trabalhar com a parte esquecida dessa rede - as pequenas cidades - permite perceber mais facilmente este limite da política urbana, reduzida, conforme já advertira Lefebvre (2001a, p. 43), ao urbanismo dos canos e da limpeza pública. A realidade socioespacial no Brasil deve ser compreendida na totalidade urbana, no conjunto de seus núcleos, dinâmicas sociais e econômicas, bem como de seus fluxos.

Nos documentos, os autores lembram dinâmicas que se passam em várias áreas do território brasileiro. No entanto, tais dinâmicas são vistas como dissociadas daquelas que ocorrem nas grandes cidades, e não como são, partes da mesma realidade. Ainda que se reconheçam as articulações que ocorrem entre estas áreas, em geral para explicar a concentração, parece que só a realidade existente nas grandes cidades é passível de intervenção. As dinâmicas de outras áreas são consideradas como fatos consolidados, já que as possíveis interferências nestas áreas raramente compõem a pauta da política urbana. Falta correlação nestes estudos, quando se contrapõe a amplitude das questões levantadas no início, incluindo dados de toda a rede urbana e o que se apresenta como desafio para a gestão urbana que, em geral, restringe-se às áreas metropolitanas.

Os autores ressaltam a descentralização administrativa como primordial para a política urbana brasileira, assinalando as comunidades locais como estratégicas. Defendem a modificação do papel do poder público que, de provedor direto de serviços e infra-estrutura urbana passa para regulador, facilitador e orientador do processo de desenvolvimento urbano, com o objetivo de estabelecer um “[...] ambiente financeiro e normativo propício para que o setor privado e a comunidade cumpram um papel cada vez mais importante no atendimento de suas próprias necessidades” (MOTTA; MUELLER; TORRES, 1997, p. 39-40). Como é facilmente perceptível, a tendência destas recomendações é de privatização e de repassar responsabilidades para os municípios. Os objetivos implícitos não são o de democratização. Trata-se de diminuir cargas financeiras e a responsabilidade política do Estado, agora mais do que nunca, reclamado para atender objetivos corporativos, conforme já assinalado antes.

O mais recente estudo elaborado sobre a rede urbana brasileira (IPEA *et al.*, 2000) também considera dinâmicas presentes em todo o território nacional as recentes transformações ocorridas na economia e respectivas implicações nessa rede. Entre as novas tendências, o estudo

expõe sobre *certa* desconcentração do investimento e do emprego, concomitante a uma reconcentração dos imperativos da acumulação financeira internacional que, no caso brasileiro, materializam-se, sobretudo, em São Paulo.

Especificamente sobre a região Sul do Brasil, o estudo constata a existência de áreas de concentração e extensas áreas de esvaziamento (IPEA *et al.*, 2000, p. 39), processo iniciado nos anos 1970 pela reestruturação que ocorreu na economia, especialmente no setor agropecuário. Nesta região, o referido período é marcado por intensa urbanização e concentração de população em aglomerações urbanas. Nas décadas seguintes de 1980 e 1990, consolida-se esse processo. Embora a tendência atual seja de desaceleração no processo de urbanização, a dinâmica de concentração demográfica nas cidades continua, menos pela capacidade atrativa dos centros maiores e mais pela falta de oportunidades para a população que saiu do campo. Enfatiza-se, ainda, que significativo número de municípios se enquadra na taxa de crescimento anual menor que 1%, considerada como de decréscimo de população. Conforme o texto, entre 1980-1991, no Paraná estavam 76,2% dos municípios nesta situação, dos quais 81,7% já perdiam população desde 1970, o que faz do Paraná “[...] o estado com maior proporção de municípios nesta condição” (IPEA *et al.*, 2000, p. 52).

Apesar de fazer referências às áreas em esvaziamento, na maioria composta por municípios com pequenos núcleos urbanos, a classificação da rede urbana resultante deste estudo compreende apenas centros urbanos com mais de cem mil habitantes, em seis categorias: metrópoles globais, nacionais e regionais, estrato superior da rede com treze centros urbanos; centros regionais, ponto intermediário da rede urbana com dezesseis centros urbanos; centros sub-regionais (CSR) 1 e 2, que somam juntos oitenta e dois centros urbanos, sendo trinta e um do CSR-1 e cinquenta e um do CSR-2.

Sobre a proposição de políticas públicas, documento complementar do mesmo estudo destaca a questão dos ritmos de desenvolvimento diferenciados e as fortes disparidades nas condições de vida e acesso aos serviços públicos nas cidades brasileiras. A tendência de metropolização convive com o que o texto apresenta como a outra face deste processo, a dispersão espacial de pequenos centros urbanos, que “[...] ainda é uma manifestação importante da dinâmica dos sistemas urbanos brasileiros. Tomado no contexto nacional, este processo de dispersão assume importância fundamental no Centro-Norte, e é o principal responsável pela organização do espaço nas áreas abertas recentemente [...]” (IPEA *et al.*, 1999, p. 9).

O estudo prevê a continuidade de esvaziamento das pequenas cidades na região Sul, enquanto nas recomendações para a formulação de políticas públicas, a ênfase das ações recai uma vez mais sobre as áreas metropolitanas e aglomerações urbanas²³⁵, admitindo dificuldades cada vez maiores de promover condições humanas e sociais de vida adequadas nas grandes cidades, onde a concentração de população e atividades pressionam a infra-estrutura existente.

Em estudos que tomam a rede urbana como um todo, não há como ignorar a questão das pequenas cidades, seja porque em grande parte do Brasil estas constituem áreas de esvaziamento, ou pelo papel que desempenham nas novas fronteiras brasileiras, como no Norte do país, onde apresentam os maiores indicadores de crescimento demográfico. Mas por que estas cidades não são contempladas nas políticas urbanas? Talvez, porque pelas suas dimensões sejam consideradas espaços sem complexidade. Como escreve Oliveira (2000, p. 212), ao encerrar seu estudo sobre pequenas cidades da Amazônia, elas são espacialidades seguidamente desconsideradas “[...] pelo próprio fato de estarem eivadas de coisas simples, transmutadas numa sensação de extrema obviedade por serem consideradas lugar comum e porque quase sempre a nossa preocupação é com as carências e com as perdas, estudando o espaço como inumano”. A falta de estudos permite que se difundam idéias de que tais localidades são áreas sem problemas ou que não se conheça os mesmos de forma suficiente. A conclusão é a mesma apontada por Signoles (1986, p. 815) de que um bom conhecimento das pequenas cidades é fundamental.

Nos documentos em que as pequenas cidades são mencionadas, constituem parte da explicação das razões do crescimento das grandes cidades. Fala-se de espacialidades em esvaziamento, tendo em vista as espacialidades de concentração. Há uma perplexidade em relação às formas metropolitanas, densas de tudo, em especial de contradições. Assim, as recomendações estão sempre vinculadas a problemas urbanos mais fortemente evidenciados nos grandes centros: a questão da habitação irregular; os problemas ambientais (lixo e saneamento); falta de empregos e outras carências. E a ausência de políticas para as espacialidades em esvaziamento torna intermináveis as ações sobre estes problemas das áreas de concentração. Impera no espaço a racionalidade econômica, na qual a primazia na política urbana, explícita ou implícita, ‘rima’ com a centralização do poder e concentração de riquezas. A aglomeração expressa a forma do poder e sua concentração.

²³⁵ “[...] definir e institucionalizar políticas dirigidas, prioritariamente, à gestão das aglomerações urbanas metropolitanas e centros urbanos de grande e médio porte, pautadas nos critérios de sustentabilidade do desenvolvimento, bem como na constituição de canais de representação que amenizem os conflitos entre a autonomia municipal, os interesses nacionais, regionais e os da pluralidade dos segmentos sociais [...]” (IPEA *et al.*, 1999, p. 30).

A acirrada concorrência atual entre as cidades assinaladas como globais atraem novamente a atenção sobre as cidades maiores, projetando-as como mostra da ‘riqueza da nação’, difundidas por meio de *marketing* e eventos. Defende Borja e Castells (1999, p. 190) que as grandes cidades são as multinacionais do século XXI e para o seu bom funcionamento reclama-se a intervenção pública.

Com a recente instituição do Ministério das Cidades no Brasil, a expectativa de que algo de novo possa acontecer está no estímulo à criação de fóruns e de oportunidades de debates acerca das questões locais, criadas pela realização das conferências das cidades. O clima de debates poderá ser desencadeado pelas etapas da construção da nova política urbana e pela expectativa de que cada município constitua seu próprio conselho, tendo em vista uma mudança na condução política, que deverá ter uma formulação mais democrática.

Os objetivos da nova política urbana encerram prioridades sociais relacionadas à redução da concentração de renda e maior geração de emprego. Ela contém a idéia da necessidade de um redesenho da rede de cidades no plano do desenvolvimento regional e da superação das conseqüências do desenvolvimento para as áreas mais pobres, problemas de aglomeração excessiva e ampliação de áreas de concentração de pobreza. Entre as diretrizes, está o apoio à estruturação de uma rede de cidades mais equilibrada, promovendo a desconcentração do desenvolvimento urbano.

No texto elaborado para o Estado do Paraná por ocasião da *Conferência das Cidades*, problematizou-se a política de atração de investimentos ocorrida no Paraná e os prejuízos advindos da renúncia fiscal, diminuindo a arrecadação pública e desestruturando o arranjo econômico e demográfico existente, elementos já citados no segundo capítulo. Assim, problematiza-se acerca do custo social efetivo desse padrão de desenvolvimento e que resultados esse projeto de investimentos concentrados traz para o restante do Paraná, com espaços em esvaziamento esquecidos. O mesmo documento destaca a necessidade de estabelecer diretrizes para o território paranaense como um todo (CONFERÊNCIA DAS CIDADES, 2003, p. 5). São questões afinadíssimas com aquelas levantadas por este trabalho.

Aparecem, também, iniciativas de *Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte* (BRASIL, 2004), assim considerados os que têm até cem mil habitantes. As finalidades assinaladas abrangem o trabalho social, obras, projetos, drenagem, equipamentos públicos nas diversas áreas – educação, saúde, segurança, desporto, lazer, transporte, assistência à infância e aos idosos. Prevê-se, ainda, geração de trabalho e renda, gestão dos resíduos sólidos, abastecimento de água, esgoto sanitário, planos diretores, mobilidade e transporte e habitação.

Sinaliza-se para a participação comunitária e apoio a mobilizações existentes. Novos capítulos desta história serão escritos daqui para frente. O momento histórico é decisivo no sentido de fomentar, ou não, uma nova tendência para a rede urbana brasileira. Rochefort (1998) sinaliza para a necessidade de uma visão prospectiva, como pode se observar nos seguintes excertos:

[...] rede e estrutura são quase sempre afetadas por fenômenos de sobrevivência devidos à permanência de qualquer cidade, mesmo depois de terem desaparecido os fatores que estiveram na origem de sua criação. Redes e arcabouço urbano parecem às vezes inadequados e inadaptados em relação às necessidades atuais. Assim, coloca-se o problema da reorganização voluntária da estrutura e das redes urbanas de um país desde que este se proponha lançar uma política coerente de reorganização do território. O essencial, contudo, é saber se opta mais uma vez por deixar as coisas seguirem o seu curso e corrigir seus efeitos mais desastrosos, ou se se julga que é tempo de agir de antemão, 'pensar' o espaço onde queremos viver amanhã (ROCHEFORT, 1998, p. 27 e 54).

É esta visão prospectiva um pouco mais ampla que está faltando na formulação da política urbana brasileira, com um tratamento das questões urbanas na escala da rede, concomitante a um olhar atento para os espaços concretos, materializados mediante dinâmicas econômicas e sociais. Quiçá possa se romper o silêncio que cerca o tratamento político das pequenas cidades, visto que, como afirma Cote (1986, p. 699), está mal definido o significado político dos espaços assim compreendidos. Problematizando a política urbana do ponto de vista das pequenas cidades, detecta-se a falta de visibilidade e atenção política, bem como a escassa produção acadêmica sobre as mesmas no Brasil e em outras partes do mundo (SIGNOLES, 1986, p. 812; VACHON, 2001, p. 11).

Por outro lado, Jacobs (2000, p. 15), ao argumentar que as grandes cidades são constantemente negligenciadas na teoria urbanística, apesar de serem espaços econômicos e políticos tão significativos, traz alguns elementos a mais para o debate, aqui apresentados apenas como ligeiro contraponto.

Apesar dos constantes estudos na academia terem como foco os problemas e mazelas urbanas das grandes cidades, do ponto de vista urbanístico ela raramente é pensada enquanto tal. Produzida como um mosaico, resultante de uma colagem de inspirações geralmente baseadas em pequenas cidades, ela carece de articulações e de integração entre suas diversas áreas. Isso resulta em cidades extremamente dispersas, carentes de densidade e diversidade. Por isso, a mesma autora afirma que “Os bairros metropolitanos não precisam proporcionar a seus moradores uma imitação da vida das vilas ou das cidades de pequeno porte, e desejar que isso aconteça é tão inútil quanto prejudicial” (JACOBS, 2000, p. 127).

Expressões disso são os condomínios fechados que se implantam nas grandes e médias cidades. Eles procuram reproduzir a segurança e a tranqüilidade, ou até mesmo as fantasias em torno da reconciliação com a natureza, presumivelmente encontrada nas pequenas cidades. Tais empreendimentos são formas de estar dentro da grande cidade, mas também de estar fora dela (Moura, 2003a). São expressões nas grandes cidades de valores considerados como característicos das pequenas cidades²³⁶, manifestando a negação daquelas, dentro da dinâmica das mesmas.

Confirma-se, assim, como são profundas e mútuas as implicações entre os vários tipos de cidades e suas dinâmicas, tanto pelas formulações urbanísticas como pela mobilidade dos habitantes. Poderia se dizer que o êxito das formas, que tentam reproduzir valores de pequenas cidades dentro de uma grande cidade, contém algo de melancolia, embora grande parte das pessoas não possa usufruir destes empreendimentos imobiliários²³⁷.

Também é preciso lembrar que a prática urbanística pauta-se pela racionalidade do mercado imobiliário, cuja lógica idealiza e simula utopias, incorporando signos em torno a diversas formas e acumulando com muitas delas: gentrificação de áreas antigas, verticalização, condomínios fechados e construção de subúrbios para citar alguns exemplos. O ‘urbanismo dos promotores de vendas’, concebidos para o mercado, vende não apenas uma moradia ou um imóvel, mas sim urbanismo ao qual se associa ideologicamente imagens de felicidade ou uma nova arte de viver (LEFEBVRE, 2001a, p. 25; CAPEL, 2003b, p. 239).

Não deve ser o capital imobiliário a decidir a forma e a qualidade da cidade. O planejamento territorial tem um interesse público e, nas palavras de Capel (2003b, p. 18), a cidade deve ser pensada no seu conjunto, de maneira integrada, tendo em vista todas suas dimensões: “[...] su carácter de urbs, de civitas, de polis. Eso es lo que falta, urbanización, ciudadanía y política. La construcción de una ciudad mejor no es solo urbanismo (la construcción de un entorno habitable), es también civismo (espacios públicos, educación, escuela, solidaridad) [...] y política (igualdade social, democracia, participación) [...]”.

²³⁶ Esta observação ampara-se, no que se refere aos condomínios horizontais em alguns trechos do trabalho de Caldeira (2000). Ela cita um condomínio denominado *Aldeia da Serra* considerado “[...] um parque residencial temático para pessoas que sentem saudade ‘daquele tempo antigo’” [ou quem sabe de um outro espaço, ou outra cidade?]. Este condomínio imita uma aldeia colonial – na praça central há um coreto e há uma capela colonial com pinturas e esculturas barrocas. Em outro trecho, a autora fala do ‘enclausuramento’ em que vivem os habitantes das grandes cidades. Fala da questão das portas abertas e portas fechadas. Associa-se portas abertas com ordem e segurança e portas fechadas com desordem e insegurança. Nas pequenas cidades ainda há portas abertas.

²³⁷ Por outro lado, pode-se afirmar que nas periferias pobres das grandes e médias cidades há uma manutenção parcial da sociabilidade considerada como característica das pequenas cidades. Nos empreendimentos estilizados e caros não se alcança essa sociabilidade, o que reitera seu caráter meramente aparente. O tema da sociabilidade será retomado no quinto capítulo.

Então, embora a complexidade das grandes cidades gere tantos estudos e documentos de política urbana, elas também não recebem um tratamento adequado. Isto confirma que o espaço tem se produzido, tanto por ações mais restritas por meio do urbanismo, como por outras que deveriam ser mais amplas pela política urbana. As pequenas cidades idealizadas, inspiradoras de empreendimentos imobiliários, poucas relações têm com as esquecidas pequenas cidades concretas.

Além de pensar a cidade como um todo, deve-se pensar a realidade urbana no seu conjunto, com a dinâmica que se desenvolve na rede urbana. A pergunta seguinte neste raciocínio é se, em tal enredo, a atitude mais adequada é defender um desenho mais *apropriado* para a rede urbana? Isso exige alguns cuidados, porque mais do que com a forma espacial é preciso se preocupar com os processos que a definem, ainda que se considere a forma espacial como um fator de peso na definição dos processos. Encontrou-se na bibliografia interlocutores, como Racionero (1981, p. 182), que defende um urbanismo descentralizado, baseado em cidades médias e pequenas, associado a maior *qualidade de vida* e prática da democracia.

Reitera-se, entretanto, a relevância dos processos e mais do que defender formas apropriadas, que simplesmente se reconheçam politicamente espacialidades concretas enquanto tal, ainda que *não competitivas*.

Como já mencionado antes, ao estudar as pequenas cidades não se adota neste trabalho uma postura contrária às grandes cidades. Embora a grande cidade resulte dos processos de concentração de capital e de políticas (explícitas ou implícitas) afinadas com a centralização de poder, a sociedade fez dela um espaço muito rico do ponto de vista da vida cultural. A sociedade reunida é bem mais do que o *trabalhador coletivo* e o *exército reserva* que interessa ao capital. Mesmo em condições sociais adversas e contraditórias, produziu-se um rico espaço de convivência e manifestação. Onde se concentrou a opressão também se concentrou a oposição e a resistência.

Deve-se observar, entretanto, que a concentração de capital expressa na paisagem urbana, as oportunidades profissionais e a riqueza cultural produzida pela sociedade, dentre outros elementos, imprimem um caráter de *superioridade* das grandes cidades, mediante o qual as pequenas cidades são repetidamente ridicularizadas e alvos de desdém (GIRAUT, 1997, p. 97).

O olhar para espaços, cujo significado para o capitalismo e para a sociedade parece menos evidente, deve levar em conta as dinâmicas de outros espaços, uma vez que são faces diferentes dos mesmos processos, com implicações compartilhadas. Portanto, trata-se de ler no espaço

produzido que a polarização esteve afinada com o poder e com as políticas territoriais que tendem a referendar o mesmo desenho, reforçando o processo de mobilidade espacial da sociedade, vista tão somente como fonte de mão-de-obra. Na perspectiva do capital, é isso que a sociedade representa, prescindindo de outras tantas dimensões e valores, inclusive, dificultando a produção de uma espacialidade onde impere a escala humana. Não fosse por isso, os espaços diminutos não precisariam sê-lo quanto a suas possibilidades políticas, sociais e culturais.

A escala local atual encontra-se cheia de limitações e os instrumentos que figuram como aqueles que deveriam propor políticas mais amplas não o fazem. Se para compreender e atuar no mundo atual é necessário um olhar interescalar, isto ainda não se faz presente nos documentos que subsidiam as políticas urbanas, em especial nos momentos de assinalar diretrizes.

A fugacidade com que se produz o espaço e a mobilidade espacial da sociedade como mão-de-obra inibe a consolidação de vínculos, dificultando a materialização do mesmo como lugar e sua apropriação política. Na manutenção deste debate em pauta está uma possível contribuição da Geografia, como parte da teoria social crítica que tende a jogar luzes na trilha da emancipação humana.

4.4 Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades?

Os novos referenciais de desenvolvimento, gestão e planejamento do território estão vinculados às transformações que vêm ocorrendo nas últimas décadas. As bases materiais para as articulações entre os territórios e formação de redes, as transformações macroeconômicas na forma de acumulação capitalista e seus desdobramentos microeconômicos promovem uma nova forma de intervenção territorial²³⁸.

Tratar desse tema implica em enfrentar certa complexidade. Os eventos que inspiram estas reflexões são contemporâneos e embora já se observe com clareza algumas dinâmicas, elas estão em curso e, portanto, não é possível e nem prudente uma análise conclusiva acerca das mesmas. Embora recentes, existe uma ampla produção bibliográfica, tanto de entusiastas como de críticos, o que dificulta acompanhar todo o debate de interpretação das novas dinâmicas, bem como as proposições pragmáticas inspiradas nas mesmas.

²³⁸ Convém observar que falar de novos referenciais não significa entender que há um modelo completamente diferente de desenvolvimento. A formação destes novos referenciais está relacionada com uma nova forma de regulação das relações econômicas e sociais, que permite a reorganização do capital dentro de sua tendência de acumulação (LÁZARO ARAÚJO, 1999, p. 700).

A formulação de políticas territoriais tem como motivação principal tentar resolver o desenvolvimento desigual. Imediatamente anterior ao que se tem denominado como nova política regional ou local, havia outra pensada no âmbito do Estado interventor *keynesiano*. Tais intervenções foram formuladas tendo em vista as disparidades geradas pelo desenvolvimento industrial, não acompanhado por todas as regiões. Algumas permaneciam com uma economia agrária e, por conseguinte, sem a mesma capacidade de gerar empregos e excedentes que permitissem alcançar os mesmos níveis de renda das áreas industrializadas. Os contrastes geraram o êxodo demográfico. As intervenções basearam-se na concessão de incentivos financeiros e fiscais que barateassem os custos de instalação, melhoria de infra-estruturas e implantação de grandes empresas, atitudes que pretendiam impulsionar o desenvolvimento. A definição das áreas que seriam promovidas, bem como as atuações, baseavam-se em decisões centralizadas (MÉNDEZ, 1997, p. 350-352). De acordo com o mesmo autor, os resultados obtidos com essa política foram variados, mas sempre bastante limitados, conforme já se assinalou antes, pois foram concomitantes a uma dinâmica econômica concentradora.

As atuais possibilidades criadas pelo desenvolvimento tecnológico e relativa *flexibilidade espacial* esboçam uma topologia menos concentradora das atividades econômicas e criam expectativas de uma outra configuração espacial. O processo de reestruturação econômica traz uma série de transformações na rede urbana.

As adaptações do capitalismo, diante da crise industrial, incorporam agora de forma mais efetiva no processo produtivo a outra face das economias de aglomeração, os espaços não-metropolitanos. Isso não significa, conforme tem se ponderado, desinteresse pelos espaços metropolitanos. Ao contrário, este processo reforça e renova o que já se conhecia acerca deste modo de produção: sua capacidade de combinar elementos e processos contraditórios.

Mais do que nunca, os empreendedores capitalistas buscam virtuosidades espaciais (mão-de-obra barata, condições ambientais adequadas, subsídios e incentivos financeiros, desregulamentações), procurando integrar o mundo dentro de um singular sistema de divisão territorial do trabalho, enredando todos e tudo no interior do processo de circulação e acumulação do capital.

A localização industrial, antes caracterizada por uma distribuição *clássica*, vinculada a áreas metropolitanas, passou por mudanças com a transferência de empresas para áreas não-metropolitanas, resultante do processo de reestruturação produtiva, atraindo a atenção para estes

espaços. Então, o processo de redefinição da espacialidade econômica, ainda que relativa, traz novidades para o planejamento territorial, mediante essa possibilidade de incluir áreas não-metropolitanas de maneira mais deliberada no processo de desenvolvimento industrial.

Essas idéias foram inspiradas nas regiões apreciadas como bem sucedidas neste modelo²³⁹, cuja referência mais comum é seguramente a Terceira Itália²⁴⁰, com mais de uma centena de distritos industriais localizados em médias e pequenas cidades (GAROFOLI, 1986). De acordo com Tattara e Volpe (2005, p. 1- 6), enquanto na década de 1970, o modelo industrial italiano pós-guerra, baseado em grandes unidades industriais deixou 150 mil desempregados, pequenas empresas dos distritos industriais empregaram, no mesmo período, mais de quatrocentos mil (em números atuais já são quinhentos mil) trabalhadores. No conjunto de distritos da Terceira Itália estão mais da metade dos empregos industriais italianos. Por esses números, tal experiência tem sido designada de ‘milagre’ econômico italiano (MIRANDA, 1997, p. 435).

Assim, houve um entusiasmo inicial que Benko e Lipietz (1994, p. 4) denominaram de ‘nova ortodoxia’ na interpretação e perspectivas das dinâmicas econômicas que propõem ‘tudo para o distrito industrial’, em substituição a ‘ortodoxia’ anterior que propunha ‘tudo para a metrópole’. Aos poucos começaram a surgir contribuições nas quais se pondera se as mudanças foram realmente significativas ao ponto de configurar modelos, ou paradigmas de desenvolvimento, para outras áreas. Por exemplo, Gerry (2003, p. 3), ao analisar a realidade de Portugal, registra que continuam existindo áreas marginalizadas e considera que apesar dos esforços públicos e privados “[...] visando atrair o investimento, emprego e outros efeitos locais multiplicadores às regiões marginais, as decisões locais das grandes empresas reflectem predominantemente outras forças e outros fatores, ligados às condições de concorrência no mercado global [...]”.

Garofoli (1986) também questiona se a proliferação dos sistemas produtivos locais é uma especificidade italiana ou se esse fenômeno pode ser extensivo a outros espaços. Esse autor identifica processos semelhantes em outros países europeus, especialmente na Espanha. Seu

²³⁹ A mais completa sistematização encontrada sobre isso é a de Vazquez Barquero (2001a, p. 105 e 198): “Alguns casos foram identificados e analisados, principalmente nos países de desenvolvimento tardio do Sul da Europa (como a Terza Itália, na Itália; a Comunidade Valenciana, na Espanha; ou o Vale do Ave, na região Norte de Portugal), mas também em países de industrialização recente (como Santa Fé, na Argentina; Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, Brasil; ou Leon, no México), em economias em processo de industrialização (como Sialkot, no Paquistão; ou Tiruppur, na Índia), bem como em países industrializados (como Baden-Wurtemberg, na Alemanha; Jutland, na Dinamarca; Smaland, na Suécia; ou o *Silicon Valley*, o *Orange County* e a *Route 128*, nos Estados Unidos”. Mencionadas em conjunto, houve um descompasso temporal entre essas experiências. Entre a Europa e a América Latina, por exemplo, há aproximadamente uma década de diferença.

²⁴⁰ A maioria dos autores ao se referirem à Terceira Itália atribuem a expressão a Bagnasco que em 1977 publicou: *Ter Italie: la problemática territoriale dello sviluppo economico italiano*. Putnam (2005, p. 169) explica que com essa expressão o autor mostra que, “[...] além das ‘duas Itálias’ sobejamente conhecidas, isto é, o triângulo industrial nortista e o Mezzogiorno atrasado, existia uma ‘terceira Itália’ constituída por uma economia difusa [...]”.

estudo assinala que a formação dessas áreas pode ocorrer com uma progressiva transformação de uma tradição artesanal para um processo industrial. Os casos de sucesso explicam-se porque, de alguma maneira, demonstram vantagens no que se refere à qualidade, inovação ou custo. O desenvolvimento de uma indústria local está ligado à possibilidade de conquistar o mercado nacional ou internacional.

Conforme Sforzi (1999, p. 13-14), a natureza local do desenvolvimento passa de uma marginalidade teórica para o centro da atenção, fato em geral associado à crise da produção em massa e à reestruturação produtiva. Com a finalidade de destacar que a economia local convivia silenciosamente com a concentração industrial anterior, ele questiona essa associação e a considera equivocada, porque desta maneira a importância da dimensão local dependeria de uma contingência histórica. No entendimento deste autor, a multiplicidade do espaço industrial atual não se contrapõe a um passado caracterizado por uma única forma de industrialização dominante.

Tal como perceber que havia uma industrialização difusa significou admitir modelos diferentes de desenvolvimento, não contemplados teoricamente, agora também deve se evitar a generalização excessiva destas experiências bem-sucedidas como se fossem *modelos* para outras áreas, tendo em vista as particularidades e singularidades de cada formação socioespacial. É fundamental levar em conta que a Terceira Itália está integrada ao *arco alpino*, a região mais rica e dinâmica da Europa, ou seja, conta com uma posição geográfica vantajosa (TATTARA; VOLPE, 2005, p. 2). Estas reflexões giram em torno da questão, que explícita ou implicitamente permeiam estas análises, que consiste em saber se há realmente uma possibilidade de um desenvolvimento econômico difuso que possa se contrapor a um desenvolvimento concentrado.

Admitindo os distritos enquanto modelos de 'regeneração' de economias locais e regionais, Amin e Robins (1994, p. 79) igualmente questionam-se sobre o peso que deve ser atribuído a estas experiências, já que até mesmo entre os distritos italianos, tidos como *modelos*, são muitas as diferenças. Os autores, desconstruindo a imagem de áreas bem-sucedidas, expõem sobre a precarização das relações de trabalho, com uso de tempo parcial e baixa remuneração, além de questionarem a formação de um sistema industrial articulado, pois em geral há pouca liberdade de mercado para as pequenas empresas dependentes de poucos grandes compradores. Análises como estas mostram que o processo de

reestruturação produtiva, no que se refere ao proveito de mão-de-obra barata e em condições precárias, bem como o processo de desmobilização política da classe trabalhadora possui um forte componente espacial²⁴¹.

Coexistiam formas diferentes de industrialização e o que é considerado modelo agora era menosprezado antes, enquanto imperava como paradigma a concentração em massa de trabalhadores e capital²⁴². A ausência de referenciais teóricos para interpretar estas outras formas da espacialidade industrial remete a quem já havia tido essa preocupação em outro período histórico: Marshall, e a forma por ele analisada e conhecida como o *distrito marshaliano*.

Convém mencionar que a aproximação de Marshall com a economia tem como fundamento uma preocupação social, expressa em perguntas que se fazia: “Como organizar la sociedad para eliminar el residuum?”²⁴³ (BECATINI, 2002, p. 75). A idéia de sua obra é de uma teoria do desenvolvimento humano, que o fez ver outras possibilidades de desenvolvimento industrial “[...] contrastando la previsión de un capitalismo que corre hacia pocas megalopolis, habría dirigido el pensamiento hacia una pluralidad y una alternancia de modelos de asentamiento civil y productivo sobre el territorio” (BECATINI, 2002, p. 36).

A reflexão de Marshall baseia-se em interações dentro de um sistema de empresas de pequena ou média dimensão, concentradas num espaço e em sua relação com a população trabalhadora e não trabalhadora, num território de comum assentamento industrial e residencial.

As interações entre as empresas dependem da natureza da atividade do distrito e de sua especialização setorial. São ‘horizontais’ quando as empresas são da mesma fase do processo de produção; ‘verticais’ quando as empresas desempenham tarefas de fases distintas e são integradas pelo processo produtivo no próprio distrito; ‘laterais’ quando os produtos são diferentes, mas pertencem a uma mesma classificação. A integração

²⁴¹ Antunes (1999, p. 130-131), estudioso brasileiro das transformações ocorridas no mundo do trabalho, estabelece esta relação mostrando que paralelamente à automação ocorre uma descentralização física das grandes unidades fabris, inclusive fazendo referência à Itália e mostrando que essa combinação fraciona o trabalho para redes compostas por pequenas unidades: “[...] a automação e a informática são meios eficientes para serem contrapostos ao poder operário e o trabalho coletivo de massa. [...] é evidente que o trabalhador coletivo de massa dos anos 70 diminuirá em muito sua potencialidade revolucionária”.

²⁴² Conforme Sforzi (1999, p. 18-21), isto se explica porque a unidade de estudo na economia baseava-se na empresa e o local contava apenas como depósito de mão-de-obra. Por isso o espaço era secundário na análise econômica. Na economia, volta-se a atenção para o distrito marshaliano, retirando a ênfase da empresa para o entorno. Sobre a coexistência de modelos de desenvolvimento industrial, o referido autor interpreta o mesmo fenômeno afirmando que esse processo deu origem a um capitalismo industrial mais aberto e com uma forma variada de desenvolvimento. Trata-se, conforme Bellandi (1986, p. 31), de buscar vantagens em diferentes formas de organização industrial.

²⁴³ Referindo-se à sociedade victoriana, ele se pergunta como uma sociedade tão cheia de bons sentimentos produz, todavia, um vasto ‘residuum’ social, formada por gente sem ofício nem benefício, sem dignidade, sem esperanças, quando a força produtiva do homem, acelerada pela acumulação e progresso técnico, se desenvolvia prodigiosamente? (BECATINI, 2002, p. 28).

‘diagonal’ decorre de atividades externalizadas ou complementares do processo produtivo tais como embalagem, transporte, comércio, finanças, etc. (BELLANDI, 1986, p. 33-34).

A industrialização dispersa combina efeitos da *desindustrialização* com a industrialização local ou endógena. Ainda que relativizada por muitos, é consenso que há possibilidades técnicas de difundir a produção, embora tantos outros fatores sejam decisivos para essa tendência possa se concretizar. A existência de atividades industriais em pequenas cidades, no atual contexto, é substancialmente diferente daquela que se voltava a atender necessidades locais, em tempos de circulação dificultada e fluxos precários. A atividade industrial recentemente dispersa é parte do acirramento da divisão do trabalho e não prescinde de nexos facilitados e, freqüentemente, relaciona-se com a desregulamentação, com menor número de exigências que se faz ao capital para que se instale. Ademais, a relativa desconcentração industrial não representa descentralização do capital.

Diferentemente das intervenções *keynesianas* que procediam de uma administração central, a nova política regional baseia-se em iniciativas de agentes de escalas locais e regionais. O termo mais comum para designar esse processo é o *desenvolvimento local*, que a despeito de sua ambigüidade²⁴⁴ faz referência a estratégias cujos atores possuem vínculos mais próximos e diretos com o espaço, alcançado pelos respectivos planos e ações.

Esse planejamento *voluntarista* traz para o debate questões relativas às outras faces da espacialidade capitalista: áreas não-metropolitanas, onde predominam cidades médias e pequenas. Conforme já procurou se demonstrar em várias passagens, isso não ocorre de forma dissociada ao desenvolvimento econômico. Ao contrário, são práticas inspiradas nas novas dinâmicas econômicas. Apreende-se no estudo do tema que o local emerge como escala relevante de planejamento e gestão, em parte pela possibilidade de uma nova configuração da localização das indústrias, mas também como respostas a crises e dificuldades, ou ainda, pela disponibilidade de recursos e boa localização. A questão é se as novas tendências podem corresponder, de forma equivalente, aos ânimos que criam essas expectativas.

²⁴⁴ Neste caso, os dois termos são ambíguos. Sobre a questão do local, a parte desenvolvida anteriormente ajuda a compreender melhor o seu significado. Desenvolvimento é outro conceito bastante questionável. Souza (2002, p. 60) traz um debate pertinente sobre o assunto, compreendendo o desenvolvimento como mudança social positiva, compartilhada neste trabalho. Contudo, o uso da expressão desenvolvimento local também é contestada porque a questão do desenvolvimento dificilmente é apenas local, ou pode ser resolvida apenas nesta escala. Enfim, a sua utilização não significa concordância, mas uma forma de se referir a um processo que ficou conhecido por esta designação.

A realidade da região estudada não favorece uma leitura *idealizada* desses novos referenciais de desenvolvimento, já que as novas dinâmicas econômicas e espaciais não trouxeram implicações que possam ser interpretadas positivamente, notadamente no que se refere às questões sociais. Portanto, esta parte do trabalho se justifica mais por uma leitura de possibilidades do que por uma interpretação ou constatação do real.

A postura adotada quanto a esses novos referenciais não está no extremo do ingênuo e excessivo ânimo e nem no extremo de completo pessimismo. Procura-se nessa sistematização avaliar os limites e alcances que tais dinâmicas podem representar, trazendo junto com a caracterização seus contrapontos, complementados num ‘balanço’ final.

4.4.1 O desenvolvimento local e conceitos afins

Um dos maiores estudiosos e divulgadores do desenvolvimento local, o economista Vázquez Barquero, em várias referências explica a espontaneidade inicial dessas experiências. Examinando a propagação das iniciativas locais por toda Europa, na última década, ele entende que houve um processo de aprendizagem gerada pelos *ajustes* à reestruturação produtiva. Tais iniciativas procuram responder a problemas como o desemprego, baixa produtividade e perda de mercados (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001b, p. 45). O mesmo autor, em livro publicado no Brasil, estabelece relações entre o que ocorre na Europa e na América Latina, afirmando que tanto lá quanto cá, foi necessário *encarar* a necessidade de reestruturar a produção, com mudanças organizacionais, tecnológicas, comerciais, etc. Os atores locais reagiram ao fechamento de empresas e aumento do desemprego, já que não havia ações suficientes por parte das administrações centrais (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001b, p. 25).

Áreas cuja economia estava baseada em segmentos industriais que entraram em declínio (mineração, siderurgia, têxtil, etc.), exigiram mobilização tendo em vista a ‘reconversão’ local (CHESHIRE; HAY, 1985, p. 31). Em análise convergente, Laborie (1997, p. 26-28) associa o declínio demográfico de pequenas cidades francesas aos setores de atividades, concluindo que perdem mais aquelas cuja economia estava baseada em segmentos em crise²⁴⁵.

²⁴⁵ Exemplo dessa situação é a pequena cidade da Catalunha denominada Berga. Ela possuía tradição industrial na mineração de carbono e no setor têxtil. Ambos entraram em decadência. A diminuição dos empregos gerou declínio demográfico. A instalação de algumas indústrias do setor de alimentação reverteu parcialmente a decadência, mas a localidade não recuperou mais a mesma dinâmica. Informações sobre Berga foram obtidas em texto de Vazquez Barquero (1993, p. 182) e em entrevista realizada no dia

Outros exemplos de situações que exigiram a mobilização local foram as das áreas vinícolas atingidas por uma praga denominada *filoxera*, que trouxeram experiências locais positivas de desenvolvimento econômico. Exemplificam esse caso o Vale de Vinalopó²⁴⁶ (Província de Alicante, Comunidade Autônoma de Valência, Espanha). Outro exemplo parecido é o de Sant Sadurní d'Anoia (Comarca do Penedés, Província de Barcelona, Comunidade Autônoma da Catalunha, Espanha). A mesma praga atingiu as vinhas do município, trazendo anos de escassez. Mas, a iniciativa de alguns agentes locais de buscar outras espécies de uva que conseguissem conviver com a praga reverteu a situação. Desde então, o município se projeta como a *Capital de la Cava* (vinhos frisantes), já que suas mais de oitenta unidades produtivas respondem por 90% da produção espanhola. As cifras oficiais de produção são de mais de 130 milhões de garrafas por ano²⁴⁷.

As experiências de desenvolvimento local corresponderam, inicialmente, a respostas da sociedade ou de alguns agentes, diante das dificuldades e desafios econômicos. Mediante estas possibilidades, conformou-se um debate sobre os modelos locais de desenvolvimento, com valorização de recursos e características próprias, conduzidos por processos de iniciativas preferencialmente locais. Desde então, muito se escreve sobre desenvolvimento local. Embora possa haver registros de processos semelhantes, esses referenciais de desenvolvimento emergem de maneira expressiva como resposta ou como adaptação ao processo de reestruturação econômica.

Sob esse rótulo, encontram-se ações de diversos gêneros, sem modelo único, envolvendo desde a instalação ou melhoria de infra-estrutura ou suporte físico (telecomunicações, transportes, disponibilização de solos industriais), a promoção econômica do território e dos produtos autóctones com estratégias de *marketing*, inclusive com certificações de origem, participação em feiras e exposições, formação profissional e acesso a informações necessárias por meio de assessorias, em especial para pequenas empresas; outras atitudes de apoio ao empreendedorismo,

24.2.2005, com a responsável municipal pelo desenvolvimento econômico, Lurdes Rover. As iniciativas que pretendem promover o desenvolvimento local ainda estão se iniciando, baseada na divulgação da qualidade na produção de embutidos e implementação de certificação de origem geográfica, estímulo ao turismo tendo como atrativos o entorno urbano e uma festa popular bastante conhecida – *La Patum*, realizada por ocasião da festa católica de *Corpus Christ*. Derivada dos antigos teatros medievais, incluía manifestações pagãs, perseguidas pela igreja. Era realizada em várias localidades, mas com tal perseguição só prevaleceu em Berga, sendo o mais marcante atrativo cultural local.

²⁴⁶ O Vale do Vinalopó produz, atualmente, uva de mesa. Estão inscritos no programa de denominação de origem geográfica 4.500 hectares de cultivo da fruta. Essa área possui uma *Asociación para el Desarrollo del Alto Vinalopó*, com uma série de estratégias e projetos de desenvolvimento local.

²⁴⁷ Conforme entrevista realizada com Rafael Pariot, Presidente da *Unión de las Tiendas* e coordenador de uma organização ecológica local, em 14.12.2004.

como o estímulo à criação de cooperativas e incubadoras de empresas, além da viabilização de financiamentos e instituição de fundos de apoio à geração de emprego.

Essa diversidade de práticas dificulta a conceituação que, por isso, não pode se prender a elas, mas ao objetivo que, em geral, é o de reforçar a capacidade de uma área concreta, para buscar de forma autônoma sua própria via de desenvolvimento, criando um entorno favorável ao mesmo, fazendo valer as características e a riqueza de cada território, dirigido por agentes locais (RODRÍGUEZ ALVAREZ, 2001, p. 37).

Nas palavras de Benko (1999, p. 228), o desenvolvimento local é “[...] antes de tudo, a flexibilidade, opondo-se à rigidez das formas de organização clássica, uma estratégia de diversificação e de enriquecimento das atividades sobre um dado território com base na mobilização de seus recursos (naturais, humanos e econômicos) e de suas energias, opondo-se às estratégias centralizadas de manejo do território [...]”.

De maneira geral, as estratégias de desenvolvimento local procuram reduzir a dependência do exterior e aproveitar potencialidades locais. Argumenta-se que o território tornou-se elemento relevante do desenvolvimento. O ‘enraizamento’ local das empresas é outro elemento importante. Isso se deve ao maior protagonismo da sociedade local, com vistas a potencializar seus recursos e estar de maneira *competitiva* no contexto econômico atual.

Se as estratégias são variadas, os arranjos locais são únicos, ou seja, dificilmente se encontra a mesma situação, ou a mesma combinação de fatores. O desenvolvimento local é uma resposta à reestruturação produtiva que situa o desenvolvimento desigual num contexto de regiões ganhadoras e regiões perdedoras. Correspondem a tentativas de adaptação a este momento histórico.

Como as estratégias são variadas, elas ultrapassam o setor secundário, incluindo atividades primárias e terciárias, com maior tendência à terciarização da economia. No entanto, o acompanhamento parcial do que se escreve sobre o desenvolvimento local mostra que embora se fale de uma sociedade pós-industrial quase todo o debate se desenrola em torno dos novos processos industriais, no qual o crescimento do setor de serviços é parte deste processo. Há muita preocupação em entender os novos fatores locais das indústrias e as novas exigências porque elas continuam sendo significativos referenciais de desenvolvimento. É bem verdade que agora de maior relevância para áreas não-metropolitanas.

Nesse caso, o entendimento de que há uma sociedade pós-industrial é algo que só pode ser proferido na perspectiva da acumulação do capital financeiro (que subordina outras formas de acumulação) e do tipo de espaço que mais lhe corresponde, o metropolitano, já que diminuídas as atividades industriais adquiriu papéis baseados num terciário composto por atividades de controle, gestão administrativa e financeira, pesquisa

e desenvolvimento de tecnologia, entre outros. Embora as metrópoles ainda possuam todos os tipos de atividades econômicas, elas geram maior acumulação por meio dos fluxos financeiros e outros afins, o que torna os demais insignificantes para os agentes capitalistas, ainda que não o sejam para a maioria da sociedade.

O aprofundamento dos processos gerou o aprofundamento do debate, detectando a necessidade de estabelecer diferenças, dando origem a outros conceitos para o entendimento dessas novas propensões econômicas.

O desenvolvimento local endógeno refere-se à utilização de recursos e à capacidade de atores locais conduzirem o próprio processo de desenvolvimento, sem dependência direta de fatores exógenos. Diferencia-se do desenvolvimento exógeno, dependente de decisões adotadas fora da área. Tal processo só pode ser considerado como completamente endógeno, ‘enraizado’ territorialmente, quando todos os recursos utilizados são locais - empresários, trabalhadores qualificados, recursos financeiros e tecnologia inovadora (GAROFOLI, 1986, p. 159-161). No contexto da economia mundial, vale ponderar que, se atrair investimentos exteriores traz riscos, qualquer iniciativa de desenvolvimento local contém componentes endógenos e exógenos em uma complexa e também arriscada interação.

O distrito industrial, tal como o conceitua Becatini (1994, p. 20), corresponde a uma entidade socioterritorial caracterizada pela presença ativa de uma comunidade de pessoas e densidade de empresas num determinado espaço geográfico e histórico e que “[...] tende a criar uma osmose perfeita entre comunidade local e as empresas”. Difundem-se nos distritos valores como a ética do trabalho e as relações familiares e sociais baseadas na reciprocidade. Já um sistema produtivo local produz externalidades específicas. Normalmente, esta expressão designa redes de pequenas e médias empresas inseridas em âmbitos territoriais reduzidos, especializadas em algum ramo de atividade econômica, entre as quais ocorrem relações de mercado em condições próximas à concorrência perfeita da teoria econômica clássica, bem como relações de cooperação, permitindo aos produtores aproveitar as vantagens da divisão do trabalho e a cooperação com troca de informações.

São distintos graus de complexidade entre os mesmos, sendo os mais simples denominados áreas de especialização produtiva, quando ocorre a supremacia de um setor de produção, mas sem fenômenos de inter-relação produtiva entre as empresas que são concorrentes e dedicadas à mesma fase de elaboração do produto. São áreas recentes, originárias do processo de desconcentração territorial da produção. Os sistemas produtivos locais mais complexos e evoluídos, denominados áreas-sistema, caracterizados por ser de tipo autoconcentrado, ou seja, são

completamente baseados na utilização de recursos locais (empresários, capital, trabalhadores qualificados, tecnologia, etc.), compondo um processo de desenvolvimento autônomo (CLIMENT LÓPEZ; GUTIERREZ DEL VALLE, 2002, p. 6 e 19; GAROFOLI, 1994, p. 37-38).

Já o planejamento estratégico, inspirado em práticas empresariais, diz respeito, como entende Rodríguez Alvarez (2001, p. 30), ao aproveitamento dos recursos locais, definindo aspectos e características que melhor singularizam a cidade e seu entorno, além de detectar debilidades que devem ser corrigidas. De acordo com Hildenbrand Scheid (1999), é na Alemanha que esta forma de planejamento avança de forma mais notável, sendo aplicado em dimensões territoriais sub-regionais. O ponto de maior destaque é que ao contrário de centrar-se num plano, este tipo de planejamento se faz pela soma de projetos capazes de gerar de maneira relativamente rápida um maior prestígio e *imagem de êxito*. O resultado do plano estratégico, explicam Borja e Castells (1999, p. 165), não se resume a um programa de governo, mas a um *contrato* político entre as instituições públicas e a sociedade civil.

4.4.2 Principais características/requisitos

O que pode se dizer que tem em comum as diversas formas dessas estratégias de desenvolvimento local/endógeno? As principais características das experiências *positivas* são consideradas como requisitos na perspectiva do planejamento.

4.4.2.1 Empreendedorismo

A maioria das experiências de desenvolvimento local baseia-se em pequenas e médias empresas, por isso a ênfase no empreendedorismo. O desenvolvimento passa a ser atribuído à capacidade de iniciativas privadas que cabe ao Estado, no seu novo papel, apoiar e estimular. Por essa lógica, os espaços serão mais ou menos desenvolvidos, dependendo da capacidade de empreendedorismo local. O não desenvolvimento pode ser lido como falta de atitude empreendedora. Assim se recriam justificativas para a diferenciação espacial, responsabilizando a sociedade local pela sua condição. Neste caso, se uma região não se desenvolve é porque não foi capaz de superar a dificuldade de se ajustar às novas dinâmicas e *oportunidades* do capitalismo. Com isso, deixa de se discutir uma série de coisas que podem implicar nessa dificuldade como a condição social e a exposição da economia local e nacional a regras alheias ao controle de agentes localizados nessas escalas.

Cabem ao Estado ações, como o desenvolvimento de estudos, assessoria técnica, jurídica e econômica, promover a industrialização providenciando solo industrial e formação adequada da mão-de-obra, gerir entidades financeiras e estimular a criação ou instalação local de empresas, organização de sistema de informação, promover e estimular a participação em feiras, mercados e exposições, além de captar iniciativas e fomentar a cooperação interempresarial e institucional. O Estado, por meio de seus agentes públicos, associados aos agentes privados, compõe o que se denomina como *orgware*²⁴⁸ do desenvolvimento local (VAZQUEZ BARQUERO, 2001b, p. 50-51 e 1993, p. 295).

Ao explanarem sobre novos modos de fazer política pública, inspirados no modelo americano, Dommergues e Delfour (1999, p. 123) falam de reinventar a arte de governar. Esta reinvenção está associada aos novos papéis do Estado. Ele opera tanto estimulando o empreendedorismo, confundindo-se com uma espécie de provedor de assessorias para as empresas, como fazendo incorporar em suas próprias instituições atitudes empresariais e competitivas.

Com as altas taxas de desemprego, os empreendedores surgem como ‘salvadores’, visto que são os protagonistas do desenvolvimento. Com isso, eles obtêm mais do que mão-de-obra barata, porque conseguem estímulos e apoio para contratar essa mão-de-obra barata, isto é, ampliam-se as vantagens para os agentes do capitalismo, endógenos ou exógenos. E o chamado *protagonismo* do espaço está relacionado a esta capacidade de criar atrativos para os investimentos econômicos. Isso tem feito com que muitos trabalhos acadêmicos passem a ser uma análise da adequação ou não dos espaços às dinâmicas econômicas atuais, procurando avaliar se são *competitivos*.

Ao lado do empreendedorismo convive o cooperativismo, contudo, por ora, de maneira bastante precária. O aumento de experiências baseadas no cooperativismo está relacionado com as crises de desemprego geradas pela instabilidade econômica atual. Elas surgem da mobilização de funcionários que assumem o comando de empresas falidas, onde antes trabalhavam; ou de pequenas mobilizações para organizar, sobretudo, pequenas unidades fabris ou outras atividades.

Especialmente estas últimas, apresentam muitas dificuldades em razão da baixa experiência empresarial e formação geral dos associados. Além disso, significativa parte do faturamento de pequenas cooperativas se realiza com contratos prévios de venda com outros fabricantes e

²⁴⁸ Explicando o caráter diverso das ações de desenvolvimento local, Vázquez Barquero afirma que algumas se dirigem à melhora de infra-estruturas (*hardware*), outras procuram suprir carências e melhorar os fatores imateriais do desenvolvimento, como as iniciativas, conhecimento, informação e capacidade empreendedora (*software*) e, por fim, outras tratam de fortalecer a capacidade organizativa do território (*orgware*) (VAZQUEZ BARQUERO, 2001b, p. 48-51 e 1993, p. 295).

cadeias comerciais, funcionando como parte de outras fábricas. Por isso, diferenciam-se unidades que maximizam o conhecimento daquelas que maximizam os efeitos do baixo custo salarial para manutenção das ocupações. Neste último caso, fala-se de *indústrias não industrializantes*, já que operam apenas como executoras de fases de cadeias de produção exógenas (SÁNCHEZ LOPEZ *et al.*, 1984).

Mas há uma perspectiva mais positiva em torno do cooperativismo como processo catalizador de iniciativas locais, com fins sociais. As cooperativas como agentes de desenvolvimento local também utilizam recursos endógenos para satisfazer as necessidades locais. Outro fator positivo é que as cooperativas tendem a integrar-se em rede e podem interagir entre escalas geográficas com o objetivo de comercialização e representação da produção local. O exemplo mais comentado recentemente é o da formação de redes de comércio justo (COQUE MARTINEZ, 2003, p. 276, 278, 291-292) ²⁴⁹.

4.4.2.2 O saber fazer e a formação

O saber fazer local e a formação da população, tendo em vista a ocupação profissional, são considerados como explicativos do surgimento do processo de industrialização local. Assim, regiões que tiveram um passado industrial detêm um saber que pode ser aproveitado.

Em relação aos distritos industriais, fala-se de uma ‘atmosfera’ industrial. Nela se concentra grande número de pessoas dedicadas a atividades especializadas e parecidas. É como se o conhecimento acerca das mesmas estivesse dispersa pelo ar, inevitavelmente conduzindo ao aprendizado dos mais jovens (BELLANDI, 1986, p. 39).

²⁴⁹ O comércio justo é definido pela Associação Européia de Comércio Justo como “[...] un sistema de intercambio que permite a los pequeños productores de los países pobres conseguir acceder a los mercados de los países ricos” (GARCÍA ALONSO, 2003, p. 354). A experiência mais antiga é de 1993 e consistia em fazer chegar a cem mil famílias suíças por meio da *Co-op Suíza*, café procedente de pequenos produtores da África e América Latina que organizados em cooperativas investiam parte dos recursos em melhoria das condições locais e desenvolvimento de outros produtos. Nos países ricos, surgem as *Tiendas de la Solidariedade*, que funcionam como cooperativas de consumo e decorrem de iniciativas de consumidores com perfil ético, organizados mediante organizações não-governamentais (ONGs) (COQUE MARTINEZ, 2003, p. 291-292). Para que os produtos possam fazer parte da rede de comércio justo é preciso que sejam produzidos: sem o trabalho infantil e em condições de trabalho dignas, que o pagamento seja justo e as relações comerciais duradouras; cuidados ambientais e com a qualidade dos produtos e onde haja relações de igualdade de gênero. Embora seja uma experiência da última década, já se encontra razoavelmente bem difundida, com uma série de iniciativas, envolvendo vários produtos. Além de lojas, são realizadas feiras para comercialização de produtos e difusão cultural dos países envolvidos. Estas informações podem ser conferidas no *site* www.e-comerciojusto.org e outros acessíveis a partir deste. Esta é mais uma novidade que deve ser acompanhada pelas Ciências Humanas e Sociais, porque ao mesmo tempo em que procura trazer outros valores para as relações de produção e comerciais, pode também estar sendo utilizado ideologicamente, ou de forma a obter proveitos ainda mais imediatos.

A ‘atmosfera’ industrial e o saber fazer local são exclusivos de uma determinada sociedade, portanto uma característica territorializada junto com a sociedade que a detém. Esse saber local é nutrido pelo cotidiano, afirmou Santos (1999, p. 22), e implica em apropriar-se de um tempo passado e da sua herança, como acúmulo de conhecimento, que pode ser utilizado na vida econômica contemporânea.

Quando não há formação adequada, se há algum desenvolvimento industrial, ele só pode ser justificado por atrativos referentes ao barateamento da produção, por meio do baixo custo da mão-de-obra. Sánchez Lopez e outros (1984, p. 52) mencionam que esse é o caso de muitas pequenas iniciativas, com escasso capital, plantas reduzidas e organização do trabalho quase artesanal, expansão a custo de restringir as remunerações do único fator produtivo com peso importante neste processo – o trabalho. É importante considerar que “[...] esos intentos deben aceptar las condiciones de un juego que vienen dadas por entero del exterior”.

4.4.2.3 *Inovação*

A capacidade de introduzir novidades tornou-se fundamental, já que dela depende a geração de novas necessidades, estímulos extras para o consumo, ou ainda, descobertas de outras vantagens a serem inseridas na produção, procurando o aperfeiçoamento e diminuição de custos. Assim, mais do que saber fazer, mais do que contar com a experiência, é preciso que a sociedade local seja receptiva e catalisadora de inovações, pois as regras de mercado não incluem a acomodação. As novas dinâmicas econômicas são produzidas com novas palavras de ordem, como a inovação e a qualidade.

Foram a falta de impulso inovador e renovação do empresariado que diminuíram os fatores de vitalidade e comprometeram o desenvolvimento dos distritos marshalianos (GAROFOLI, 1986, p. 163). Então, a inovação é elemento de destaque no desenvolvimento econômico atual, valorizado e almejado na formulação destas novas políticas territoriais. Há espaços que alcançam a designação de meios de inovação, correspondente ao sistema territorial com concentração de atividades inovadoras. Eles podem ser espontâneos (complexos de alta tecnologia e meios inovadores) ou planejados (tecnopólos, parques tecnológicos e científicos) (MÉNDEZ, 1997 p. 141-159).

O que pode ser considerado como inovação? Sistematiza Lázaro Araújo (1999, p. 697-699), baseado em Schumpeter²⁵⁰, que efeitos positivos podem ser obtidos com a introdução de um bem ou de uma nova qualidade de um bem; um novo método de produção que não precisa ser uma descoberta nova do ponto de vista científico, mas uma nova forma de lidar comercialmente com uma mercadoria; abertura de um novo mercado; conquista de uma nova fonte de provisão de matérias-primas ou bens manufaturados; criação da nova organização de qualquer indústria. Ele destaca que a inovação tem uma dimensão territorial, visto que há uma interação entre a mudança técnica e o território, de forma que este não é um elemento exógeno ao processo tecnológico, mas contribui à sua produção. Por isso, se fala em entorno e meio inovador, conjunto de recursos materiais e imateriais acumulados no território com fronteiras não muito bem delimitadas.

A realidade regional analisada, bem como as fontes bibliográficas, mostram que os ramos industriais que predominam em áreas de pequenas cidades são tradicionais: têxtil, confecções, calçados, móveis, cerâmicas, transformação metálica e produtos alimentícios. Contemplam ramos bem variados, mas nas palavras de Vázquez Barquero (1986, p. 104), de tecnologia ‘madura’. Respalda esse entendimento Laborie (1997, p. 41) quando constata que as pequenas cidades são lugares *privilegiados* para a localização de indústrias de baixo valor agregado e que empregam mão-de-obra pouco qualificada. É a mesma situação encontrada nas agroindústrias da região Noroeste paranaense.

De acordo com o que já se mencionou no segundo capítulo, predominam na referida região unidades sucro-alcooleiras, farinheiras, fecularias, produção de óleos vegetais, entre outros. Outros setores que se destacam na região são também setores industriais considerados tradicionais, como os setores de confecções, produtos têxteis e móveis. Isso confirma a dificuldade dessa área em se tornar um meio inovador do ponto de vista industrial.

Já as regiões mais desenvolvidas, em específico as áreas metropolitanas, são as mais ativas quanto à inovação. A inovação é considerada como uma das mais significativas alavancas da economia na *era da informação*, sobre a qual advertem Borja e Castells (1999, p. 53 e 248) que não cabe ilusão, porque “[...] la era de la información es ya, y será cada vez más, la era de las megaciudades. [...] La globalización fragmental al territorio urbano-regional

²⁵⁰ Schumpeter, assim como Marshall, tem sido recuperado, porque foi o precursor em difundir o papel da inovação nos processos de desenvolvimento econômico. A referência na qual se baseia o autor para sistematizar sobre a inovação é: *Teoría del desenvolvimiento económico*, Fondo de Cultura Económica, México, com versões editoriais de 1911, 1934 e 1944. Para Schumpeter a história econômica é impulsionada pelas inovações: “He tratado de demostrar que el modo em que aparecen las innovaciones y en que son absorbidas por el sistema económico es suficiente para explicar las contínuas revoluciones económicas que son la característica principal de la historia económica.” Este é um excerto do prólogo de Schumpeter, citado por Lázaro Araújo (1999).

em áreas e grupos in y out. [...] El território metropolitano se convierte em el medio natural de actividade econômica [...] ²⁵¹”. Portanto, ao que parece, as áreas metropolitanas continuarão concentrando atividades de maior reconhecimento no âmbito econômico.

4.4.2.4 Sinergias e amenidades

Ao falar do empreendedorismo já se expôs sobre a necessidade de sinergias para o desenvolvimento local e do novo papel do Estado em liderar e concertar interesses. Os esforços podem ser coordenados mediante *comportamentos adequados* por parte da sociedade local, estabelecendo códigos comuns de cooperação.

Aprofundando a análise dessas relações, Köhler (1999, p. 92-100) fala de ‘corporatismo local’, referindo-se à interação mais institucionalizada de interesses e organismos governamentais como uma forma de comunicação e cooperação horizontal num território determinado, misturando o funcional e o territorial, na medida em que o território se especializa em determinado setor de produção.

As amenidades sociais juntamente com as ambientais são atrativos fundamentais das áreas não-metropolitanas, ressaltada pelos estudiosos do processo de desenvolvimento local. Assim, Vázquez Barquero (1986, p. 97) ressalta que se aumenta a valorização de áreas “[...] con factores como las buenas condiciones de vida, la seguridad ciudadana o la menor conflictividade social y permanece el atractivo de aquellas que tienen facilidades de comunicaciones y transporte, infraestructuras y servicios, suelo urbanizable y polígonos industriales”. A característica de não conflituosa está destacada, ainda, no seguinte excerto do mesmo autor: “Por vezes, a idéia de pertencer a uma comunidade local diferenciada está tão fortemente arraigada que se sobrepõe ao sentimento de classe, o que altera as relações industriais, interferindo nos conflitos sociais e limitando-os”. Ele ressalta a *ética do trabalho* que melhora os recursos humanos, reduz os conflitos sociais e favorece o processo de acumulação de capital (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001b, p. 48-49).

O comportamento político das pessoas que vivem em localidades com poucas manifestações de resistência é visto como oportuno para a redefinição das relações capital e trabalho. Há quem considere que tais amenidades decorrem da menor heterogeneidade social existente nestes

²⁵¹ Em exposição proferida no Debate Público *Patrimônio, cambio urbano y ciudadanía*, em Barcelona no dia 21.2.2005, Castells ratificou essa afirmação. Os espaços de inovação são por excelência as grandes cidades, porque elas reúnem uma série de atributos: recursos humanos de alto nível cultural concentrados, conectividade, são espaços de liberdade e tolerância (ainda que relativos) e maiores receptoras de imigração, o que favorece a criatividade.

espaços (OCAÑA OCAÑA, 1991). Contudo, longe de ser unânime, esse entendimento depende da área analisada para ser verdadeiro ou, ainda, da forma de interpretação da realidade social que pode ver no silêncio e na obediência vantagens locais.

Os interesses são unificados, os conflitos e diferenças silenciados em nome da ‘salvação’ do local, para que seja uma ‘região ganhadora’. Para a maior parte da sociedade isso pode significar alguns empregos, na maioria dos casos subempregos e relações de trabalho precárias. Assim, fica evidente que o conflito capital e trabalho prossegue mais do que nunca, incorporando estratégias espaciais. Em nome de uma difusão positiva da imagem local, das sinergias e das amenidades, as relações sociais precisam ser consensuais, ou o menos conflituosa possível. Por isso, é fundamental que todos acreditem que estão ganhando com o desenvolvimento local. Nunca é demasiado lembrar a ressalva de Berman (1986, p. 94) de que o desafio do desenvolvimento não é que o homem esteja em virtude do mesmo, mas este sim esteja em benefício do homem.

Tal como se valorizam as amenidades sociais, são relevantes as amenidades ambientais, consideradas mais adequadas nas cidades menores, mormente aquelas que ainda não passaram pelo processo industrial²⁵². A emergência da questão ambiental e o discurso da sustentabilidade somaram-se aos argumentos da descentralização. Essa condição ambiental positiva é considerada como um patrimônio e potencialidade de desenvolvimento (FERRER REGALES, 1991). O entendimento dessa questão pode oscilar entre fixar-se nas oportunidades que se cria para as áreas que contam com as características desejadas, ou ver por outro ângulo, o descarte de espaços que trazem problemas gerados pelo próprio capitalismo porque existem outros locais mais *amenos* disponíveis²⁵³.

Portanto, o processo de difusão industrial não é uniforme e nem aleatório, ao contrário, é extremamente criterioso e exigente. E esses dois atributos – sinergias e amenidades – são profundamente territorializados.

²⁵² É substancial fazer essa ressalva, pois como explica Bielza de Ory (1991, p. 64) “[...] pequeñas ciudades que crecieron en la era industrial en función de los recursos hidroeléctricos (Monzón, Sabiñanigo...) mineros (Andorra, Utrillas...) están hoy en declive y ofrecen una calidad ambiental paupérrima”.

²⁵³ Marx e Engels *apud* Quaini (1983, p. 125-126) mostram que este não é um fato novo, sendo comum no capitalismo mediante o comprometimento das amenidades (ambientais e sociais) a busca por novos espaços, como aparece no seguinte excerto: “A primeira exigência da máquina a vapor, e a exigência principal de quase todos os ramos de exploração da grande indústria, é uma água relativamente pura. Mas a cidade industrial transforma qualquer água em fétido líquido de esgoto. Portanto, quanto maior a concentração urbana for a condição fundamental da produção capitalista, igualmente cada capitalista industrial em particular tenderá a abandonar as grandes cidades, criadas pela produção capitalista, para ir exercer a exploração industrial no campo”.

4.4.2.5 Conectividade

A incorporação mais efetiva de áreas não-metropolitanas ao processo produtivo industrial ocorre muito seletivamente, pois ela depende da articulação, ou seja, da possibilidade material e concreta de coordenação e integração do trabalhador coletivo, mas não concentrado espacialmente. O capitalismo que se baseava na concentração espacial das forças produtivas pode agora, com as comunicações eletrônicas, satélites e informática obter a cooperação transespacial e a constituição de um trabalhador coletivo geograficamente disperso (SMITH, 1988, p. 177).

A acessibilidade depende da inserção em redes, porque embora possa haver alguma dispersão produtiva, as decisões prosseguem centralizadas. A conectividade criou novas possibilidades de articulação, mas também gerou novos problemas.

Neste sentido, Bielza de Ory (1997, p. 193) expõem o pouco sucesso nas tentativas de desconcentração e estimam os efeitos de políticas centrais espanholas que, ao dotar o território de vias férreas sem estações nas pequenas cidades, tendem a favorecer escalões superiores da hierarquia urbana.

Em um período de tão grande difusão de redes pelo território, recriam-se as desigualdades entre sociedades que possuem os territórios equipados e aquelas que não receberam esses investimentos. Ao invés da desconcentração, as redes podem ignorar áreas intermediárias, gerando o ‘efeito túnel’ (GUILLAUME, 1999). São áreas onde as redes de transportes estão presentes em sua materialidade, como objetos, mas não disponibilizam o acesso aos seus serviços²⁵⁴.

²⁵⁴ Uma situação que a mobilização local fez conhecida foi a de Teruel, localizado numa área de declínio demográfico na Espanha. A sociedade civil organizada reivindica um transporte ferroviário de qualidade, rápido e seguro. Queriam que a localidade fosse incluída no trajeto do trem de alta velocidade de Madrid – Valencia, mas ela foi ignorada. A mobilização local começou em 2000. A publicação: *El Ave y las pequeñas ciudades. El caso de Teruel: ponencias y otros documentos de interés sobre el proyecto de inclusión de Teruel en el corredor de AVE Madrid-Valencia*. Teruel: Fundación Teruel Siglo XXI, 2004, 252 p., resultante de uma jornada técnica de estudos sobre o tema, realizada em junho de 2002, fez parte da mobilização denominada *Teruel existe*.

4.4.2.6 *Competitividade*

A nova perspectiva de desenvolvimento territorial – o desenvolvimento local – consiste em valorizar os espaços de acordo com a capacidade dos mesmos em produzir *competitivamente*, ou seja, destacar-se no mundo da produção em razão da qualidade, da inovação ou baixo custo. Este tem sido um valor quase unânime, sendo raras as adesões a um contradiscurso.

O ideário da competitividade está relacionado à projeção de uma situação ideal de funcionamento da sociedade no neoliberalismo. Para tanto, oferecer o mínimo para toda a sociedade, é necessário para garantir a segurança, ou seja, diminuir a pobreza é fundamental somente como regulação social. A idéia de justiça é a de que todos possam superar situações que limitam a capacidade de competir.

Contudo, a necessidade de produzir competitivamente gera conflitos entre unidades territoriais semelhantes e em condições sociais e políticas parecidas, que o *planejamento estratégico* procura diferenciar. O urbanismo *neoliberal* é pautado pela competitividade. É o urbanismo do *city marketing*²⁵⁵. São cidades mutuamente destrutivas, resultantes de uma política de mercado para o espaço. Se a política territorial anterior, em geral por omissão, já estava afinada com o desenvolvimento econômico, agora ela não só está afinada com aquele, como propõe que se trate o território como uma empresa. As cidades tornam-se ‘arenas’ geográficas de competitividade. O planejamento estratégico, localizado e, portanto, desarticulado, impregna de competitividade cidades, regiões e lugares²⁵⁶, compondo uma lógica diferenciada na rede urbana (CAMAGNI, 1993).

A cidade como empresa pressupõe a existência de *clientes e usuários*. O governo cria *novos produtos* para aumentar a arrecadação. Como toda empresa, a cidade precisa de *marketing*, com a finalidade de promover uma imagem positiva, apoiada em infra-estrutura e serviços para

²⁵⁵ Esta nova forma de urbanismo, tão afinada à reestruturação econômica e política, vem sendo rapidamente difundida, inclusive por meio de eventos como o primeiro Congresso Nacional de *Marketing* das Cidades, realizado em Elche (Espanha) em novembro de 2004, ocasião em que fez parte da pauta a *venda* e a imagem da cidade. Já se prevê a segunda edição do evento em 2006, na mesma cidade, que já aderiu ao modelo.

²⁵⁶ Esta discussão é feita, com muita propriedade, por Vainer (2000, p. 76). Dentre outras afirmações, destaca-se a seguinte: “Inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, originalmente sistematizados na Harvard Business School, o planejamento estratégico, segundo seus defensores deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas. Assim, por exemplo, Bouinot e Bermils afirmam a necessidade da ‘transposição da démarche estratégica para a gestão urbana’ porque as cidades vêm sendo desafiadas por ‘mutações idênticas’ as vividas pelas empresas [...]. Para Borja, ‘as cidades se conscientizam da mundialização da economia e da comunicação’ e, em consequência, ‘se produz crescente competição entre territórios e especialmente entre seus pontos nodais ou centros, isto é, as cidades’”.

atrair investimentos e usuários *solventes* (BORJA; CASTELLS, 1999, p. 153). São propostas claramente excludentes e tendem a satisfazer a parte da sociedade com maior poder de consumo, omitindo conflitos e negando a dimensão política da cidade.

Além das estratégias do *city marketing*, a valorização de produtos endógenos ganha certificação de origem geográfica, que passa a significar e garantir a qualidade da produção local, pela qual todos devem zelar. Na realidade, a política atual é a ausência da intervenção que cede espaço à concorrência. Nessa perspectiva, a nova política territorial consiste na preparação das cidades e o uso das referências geográficas para a competição por iniciativa delas mesmas, sem nada orquestrado de uma escala maior.

Mais do que produzir desigualdade espacial, o capitalismo nela se estrutura, buscando no *excepcionalismo* vantagens para o desenvolvimento econômico. Se antes havia um Estado, que ao menos no discurso aparecia comprometido com a atenuação do desenvolvimento desigual, agora se estimula a competição, recriando e acentuando assimetrias.

O que pode ser positivo na busca pela competitividade e pela inovação? Procurar tornar um espaço competitivo, de acordo com os novos referenciais de desenvolvimento, consiste em colocar a serviço da produção e da economia qualquer recurso ou atributo local. Isto pode ser visto de duas maneiras. No movimento geral do capital isso, significa que, por meio deste discurso, ele engendra tudo e todos. Por outro lado, do ponto de vista local, isso pode levar à descoberta de recursos ou qualidades despercebidas, aumentando as possibilidades de inserção econômica.

É pertinente ainda questionar: quem cuida do que não é competitivo (Araújo *apud* Boisier, 1999, p. 816)? As áreas que não são consideradas competitivas são abandonadas, já que das assimetrias surge a competitividade espacial, e destas a criação de vantagens para os agentes do capital.

O cenário de um mundo competitivo não pode produzir outra coisa senão uma geografia ainda mais instável. A instabilidade da economia local e a falta de alcance político para revertê-la produzem a vicissitude do espaço, enquanto lugar, como espaço social e de vida cotidiana.

4.4.2.7 Participação

Nunca a participação foi tão aclamada como nas últimas décadas. Ela passou a ser recomendada até mesmo por instituições como o Banco Mundial e a União Européia. Assim como ocorre com a descentralização, a participação também passou a ter muitas suspeitas

convergências. Compreensões idealizadas desses conceitos exigem atenção extra ao tratar do tema. As variadas acepções transitam entre os limites de promover a emancipação humana ou de completa, mas dissimulada, submissão.

Uma justificativa pela difusão da participação no âmbito do governo é apresentada por Dommergues e Delfour (1999, p. 123), argumentando que é necessário renovar o diálogo com a sociedade, mediante as crises de legitimidade. Então, a recomendação de uma gestão pública participativa decorre da surpreendente abstenção americana nas eleições de 1996 (mais de 50%), o que representa uma grave crise de legitimidade do governo e do Estado. A mesma legitimidade que Vainer (2001, p. 142) afirma que o governo local tem conseguido mais facilmente do que os Estados Nacionais.

Já no âmbito empresarial, ocorre um ‘envolvimento manipulatório’ por meio do qual se busca o consentimento dos trabalhadores em projetos que freqüentemente beneficiam exclusivamente aos empresários (ANTUNES, 2004).

Neste contexto, é fundamental verificar que práticas são consideradas como participação e que sentidos podem ter.

Formas limitadas de participação são expostas por Borja e Castells (1999, p. 304-309) como supostos *mecanismos participativos*, ou seja, são idéias de como o governo pode ser participativo. As sugestões baseiam-se em várias ações: comunicação e informação, tendo em vista o direito dos moradores de receber informação; consulta cidadã; direito de sugerir e de reclamar; audiências públicas anuais promovidas pela prefeitura; permissão e estímulo a iniciativas cidadãs em atividades de interesse municipal, bem como gestão cívica de infra-estrutura e equipamentos; realização de campanhas como resposta a problemas sociais graves (drogas, segurança, marginalidade), *qualidade de vida* (trânsito, meio ambiente, patrimônio arquitetônico, higiene, limpeza) e promoção social e cultural da cidadania; defesa de usuários e consumidores, etc.

Como se vê, são propostas baseadas apenas no estímulo ao voluntariado e na informação aos cidadãos, aparentando uma gestão um pouco mais transparente. Esses mecanismos de participação tão restritos correspondem ao que Lefebvre (2001a, p. 100) denominou de a *ideologia da participação*, que “[...] permite obter pelo menor preço a aquiescência das pessoas interessadas e que estão em questão. Após um simulacro mais ou menos desenvolvido de informação e de atividade social, elas voltam para a sua passiva tranqüilidade, para o seu retiro. É evidente que a participação real e ativa já tem um nome. Chama-se autogestão”.

São demasiados os obstáculos à verdadeira participação, ainda que tão recomendada e divulgada. Na realidade, o conteúdo ideológico e resultado pragmático das formas de participação restritas compõem parte das dificuldades para alcançar uma participação autêntica.

Sobre as dificuldades de um governo que realmente queira implementar mudanças políticas, Souza (2002, p. 388) enumera os *boicotes* patronais, escassez de recursos e a resistência do saber técnico em aceitar e colaborar com esquemas de participação popular. O referido autor ressalta que a solução nunca é fácil e é sempre política, envolvendo muita negociação. Por isso, a relação entre cidadãos e técnicos é menos significativa e apenas mediadora²⁵⁷, pois a essência da participação deve estar na possibilidade de intervenção nas decisões, implicando na relação entre cidadãos e políticos (LEAL MALDONADO, 1995, p. 61).

As formas restritas de participação são comprometedoras, uma vez que levam à cooptação, ou seja, são utilizadas como forma de eliminar focos de oposição, nas palavras de Souza (2002, p. 388), funcionando como uma ‘pseudoparticipação’. Por isso, o mesmo autor escreve sobre a qualidade da relação do poder público com a sociedade civil, que envolve desde a coerção (autoritarismo extremo e sem preocupações em manter ideologicamente as aparências), manipulação (população é induzida a aceitar uma intervenção mediante propaganda ou outros mecanismos, não há intenção por parte do Estado em estabelecer um diálogo), informação (Estado disponibiliza informações sobre as intervenções planejadas), consulta à população, cooptação (pode ocorrer de diversas formas: cooptação de lideranças com convites para integrar a administração ou adesão a canal participativo sem poder decisório, provocando a desmobilização social), parceria (primeiro grau de participação efetiva, de colaboração da sociedade civil com o governo em ambiente de diálogo, tendo em vista a implementação de uma política pública ou uma intervenção), delegação de poder e autogestão (nível mais elevado que pode ser alcançado no capitalismo associado à democracia representativa) (SOUZA, 2002, p. 203-207).

No Brasil, todavia, as experiências de orçamento participativo representam processos animadores que contêm certo *enfrentamento* e conformam o despontar de uma nova tendência política. As experiências são bastante variadas. Em alguns municípios os avanços políticos foram maiores e em outros o mesmo rótulo pode estar designando mais uma forma de cooptação política do que de participação efetiva. Esse processo deve ser valorizado pelo aprendizado político que pode estar trazendo, tendo em vista os fóruns de debate que cria.

²⁵⁷ Questiona Lefebvre (2001a, p. 101): “[...] Poderá a vida urbana recuperar e intensificar as capacidades de integração e de participação da cidade, quase inteiramente desaparecidas, e que não podem ser estimuladas nem pela via autoritária, nem por prescrição administrativa, nem por intervenção de especialistas?”.

Enfim, o processo de participação é um requisito fundamental para que o espaço possa se produzir com atributos mais humanos, atenuando a tão acentuada desigualdade social. A condição de simples força de trabalho deixou uma herança de passividade. Mas, num momento de *ebulição* política e de redefinições institucionais, no qual o uso ideológico e simplificado de velhas metas, antes pleiteadas por contrapoderes, exige atenção redobrada.

4.4.3 Da espontaneidade à institucionalização do desenvolvimento local

Se as idéias acerca do desenvolvimento local emergem da observação de experiências surgidas espontaneamente, agora já se fala de uma *política de desenvolvimento local*. As iniciativas deram origem à formulação de políticas. As primeiras políticas públicas locais na Espanha (1979-1991) baseavam-se na oferta de polígonos industriais com vantagens fiscais e gestão de fundos de combate ao desemprego. A União Européia estimula o desenvolvimento local com a instituição de quatro fundos estruturais: *Fondo Europeo de Desarrollo Regional* (Feder), *Fondo Social Europeo* (FSE), *Fondo Europeo de Orientación y de Garantia Agrícola* (Feoga) e *Instituto Financiero de Orientación de la Pesca* (Ifop), classificando áreas de acordo com suas características e objetivos²⁵⁸. A maioria dos casos de desenvolvimento local analisados por Rodríguez Álvarez (2001, p. 40) foram impulsionados por esses fundos. Portanto, com a institucionalização de políticas de desenvolvimento local, os processos possuem novo estímulo para serem desencadeados. Se tal fato pode representar, lamentavelmente, um menor peso das iniciativas e mobilizações locais, é certo que há muitas questões que não se resolvem apenas localmente, tal é o caso do desemprego na sociedade atual.

Com a institucionalização, aumenta a limitação no âmbito temporal do desenvolvimento local, já que na avaliação de Lozano Peña e Martinez Fernandez (1991, p. 149-152) dificilmente se trabalha com a perspectiva do longo prazo, ainda que os requisitos necessários para que as dinâmicas ocorram, de maneira adequada, demandem um tempo maior. As dificuldades podem ser explicadas, em primeiro lugar, pelos ciclos políticos normalmente de quatro anos, que impedem, por exemplo, uma atuação plena na questão do desemprego. Assim, localmente as ações se

²⁵⁸ Resumidamente, convergem as fontes em assinalar os seguintes objetivos: 1) Desenvolvimento de regiões menos desenvolvidas; 2) *Reconversão* de zonas com atividades em decadência; 3) Combate ao desemprego de longo prazo; 4) Requalificação de trabalhadores e facilidades para integração profissional de jovens; 5) Ajustes para atividades agrícolas e pesca; 5b) Desenvolvimento de áreas com elevado percentual de pessoas empregadas na agropecuária, com baixa renda e baixa densidade demográfica, além de êxodo rural; 6) Desenvolvimento e ajustes de regiões com baixa densidade demográfica.

limitam a obedecer orientações das instituições criadas, com o intuito de diminuir o desemprego e não a constituição de um verdadeiro instrumento de desenvolvimento local. Estes problemas se associam à questão mal resolvida e incerta quanto ao acesso aos recursos necessários, o que induz a constante busca de opções neste sentido e ao proveito do que se pode obter em cada momento. Conquanto, do ponto de vista teórico, explicita-se a necessidade de um planejamento de longo prazo, sua implementação acaba por esbarrar nestes problemas e se realiza com perspectivas de curto prazo.

Onde o processo não ocorreu com espontaneidade, há propostas de encontrar políticas específicas, com procedimentos baseados no diagnóstico territorial, detecção de capacidades locais no contexto econômico e apoio a iniciativas econômicas coerentes ao diagnóstico realizado, formação de empresários e trabalhadores, além da dotação de infra-estruturas adequadas. Onde estas condições já existem, cabe consolidar o sistema, como o apoio ao associativismo empresarial, centros tecnológicos e de formação, promoção de imagens de *marcas* ou denominações de origem e fomento de serviços especializados para a produção (CLIMENT LÓPEZ; GUTIERREZ DEL VALLE, 2002, p. 28-29). Como se percebe, estas recomendações sintetizam, de modo parcial, as características relacionadas anteriormente.

Desta maneira, ganha destaque o significado das instituições. Vazquez Barquero (1993, p. 14), que já reclamava do ‘vazio institucional’ e da carência de um marco de apoio para as iniciativas locais, faz desse mais um elemento explicativo do sucesso ou fracasso das dinâmicas locais, tal como assinala mais recentemente: “As barreiras ao desenvolvimento aparecem, freqüentemente, em razão das carências e do mau funcionamento da rede institucional [...]”. Sobre a América Latina, o autor registra a mobilização da Comissão Econômica para América Latina (Cepal), com o objetivo de promover o desenvolvimento local. Igualmente o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio de estudos de caso, examina a viabilidade de estabelecer linhas de financiamento (VAZQUEZ BARQUERO, 2001a, p. 24-25 e 189).

No Brasil, já é possível reconhecer influências das instituições internacionais, que dão o tom da fundamentação de algumas políticas públicas brasileiras, segundo Montenegro Gómez (2002, p. 83 e 155). Constatam-se relações entre políticas implementadas nos últimos anos no país e as diretrizes e política de desenvolvimento rural do Banco Mundial, além da concepção de desenvolvimento local utilizada na União Européia. O entendimento do autor é de que essas influências não foram adequadas para a realidade brasileira, sobretudo, com a condição fundiária existente nesse país. Ele assinala que os objetivos do desenvolvimento local sob esses parâmetros não enfrentam essa questão crucial

para a sociedade brasileira, mas reforçam relações capitalistas, ignorando e menosprezando alternativas criadas pela própria sociedade, através de movimentos sociais tão expressivos, como o MST e outros com reivindicações semelhantes.

Se estes novos referenciais de planejamento baseiam-se, inicialmente, em experiências econômicas concretas ou em iniciativas espontâneas de desenvolvimento, com a institucionalização ocorreu maior difusão do mesmo, juntamente com as ideologias que lhes são correspondentes.

4.4.4 Limites e alcances do desenvolvimento local

O propósito de refletir sobre os limites e alcances do desenvolvimento local, embora se reconheça sua conveniência à reestruturação do capitalismo, é parte do exercício de procurar nos processos e tendências atuais as possibilidades de ruptura e de transformação da sociedade, que só podem estar nela mesma. E, como assinala Souza (2002, p. 526), a sociedade não é uma máquina, o que permite expectativas positivas, diferentes daquelas pretendidas pelos processos em curso. Ao passo que foram sistematizadas os qualificativos do desenvolvimento local, já foram apresentando alguns embates teóricos. Essa parte tem como objetivo complementar essa tarefa.

Análise parecida encontra-se no trabalho de Moura (1993, 1997), numa apreciação das novidades na gestão pública local, mostrando a tendência conservadora do que aparece como novo, mas também mostrando uma interpretação que visualiza, de forma positiva, a reafirmação e ampliação de fóruns públicos e as experiências de cooperação intermunicipal. Ela estudou dois extremos, contrapondo o empreendedorismo competitivo associado ao planejamento estratégico e o ativismo democrático difundido no Brasil pela esquerda, tendo em vista a construção de espaços para a participação, constituição de novas esferas públicas e de controle sobre o Estado, com o objetivo de criar uma nova cultura política. São processos diferentes, com significados diferentes, contudo concomitantes e, conforme já exposto antes, com algumas formulações aparentemente coincidentes.

Como se vê, é preciso estar atento, porque os processos e seus objetivos se confundem. Essa confusão evidencia-se na constatação de Villasante apud Moura (1997, p. 60), pois se referindo à Espanha, afirma que o impulso popular que vinha da transição democrática se perdeu e, desse modo, o planejamento participativo foi substituído pelo estratégico. Este último ocorre sem efetiva participação popular, ao mesmo tempo

em que governos locais apelam para ação do voluntariado, tendo em vista a cooperação de indivíduos e organizações em programas e políticas pré-definidas.

No Brasil, identifica-se uma retomada do planejamento por forças democráticas, após a crise do planejamento tecnocrático e autoritário, procurando criar um padrão alternativo, tal como sinalizam Vainer e Smolka (1991, p. 29-32), ao passo que advertem: “Frente às determinações do neoliberalismo, o resultado certamente dependerá da capacidade política das forças sociais que hoje reivindicam o planejamento urbano. [...]”.

A manutenção de uma perspectiva otimista ampara-se no entendimento de que, ao trazer novas dinâmicas, os atributos que acompanham o desenvolvimento local ou, de maneira geral, os novos referenciais de desenvolvimento e planejamento podem trazer idéias e atitudes diferentes e portadoras, ainda que remotas, de um potencial renovador do quadro político e social. É esse exercício que se faz aqui.

A ênfase ao território é especialmente significativa para a Geografia. Durante muito tempo as análises econômicas e sociais prescindiam do espaço geográfico. Agora, essa dimensão ganhou relevância, já que as dinâmicas econômicas, ao incorporar, de forma mais efetiva, diversas áreas ao circuito industrial expõem características e virtuosidades das mesmas, bem como do comportamento e atitude política da sociedade local, tornando os debates mais territorializados.

Entretantes, com frequência, fala-se de protagonismo territorial, sem mencionar que ele ocorre por meio de agentes determinados e concretos, subjetivando unidades territoriais. O problema é que nesta perspectiva ignoram-se as diferenças sociais que podem existir no interior de cada unidade territorial, favorecendo o fetichismo espacial, merecedor das mesmas críticas que receberam alguns enfoques dos estudos regionais. Em nome do bom andamento da economia local e da sua boa projeção, a sociedade é chamada ao consenso, a despeito das diferenças sociais, conforme pode se verificar na seguinte recomendação: “[...] para mejorar los resultados de una economía, es necesario incidir sobre todo el sistema de actores, apoyando además a las empresas a las organizaciones e instituciones”, ou seja, a proposta é de colocar tudo e todos pelo desenvolvimento econômico. Portanto, nesse caso, o fetichismo espacial possui nexos com atitudes pragmáticas conservadoras. Entendimento semelhante apresenta Bruneau (1998, p. 180), ao expor que autores com perspectiva mais prescritiva que analítica atribuem protagonismo às unidades espaciais, considerando as cidades como atores que expressam sua ‘vontade’ de aderir e se adaptar às novas exigências produtivas, ofuscando a quem pertence e beneficia tais interesses.

Para avançar teoricamente nesse sentido, é preciso que a reflexão territorial incorpore a reflexão social. Cabe avaliar o ordenamento territorial não apenas pela sua adequação - ou não - ao modo de produção, como aparece em numerosos e eficientes trabalhos. É preciso ler neste ordenamento, que se faz adequado à economia, as implicações que ele traz para a sociedade.

Mesmo que o tratamento a este tipo de análise possa apresentar restrições momentâneas, o fato de estar em pauta trará novas abordagens. Esta observação vale para outras questões, como a da descentralização e da participação. É positivo que estejam evidenciadas, uma vez que, assim, poderá se avançar na prática e na teoria.

É igualmente significativa para a Geografia a projeção do enfoque interescalar, que procura acompanhar as novas dinâmicas econômicas, possibilidades de articulações, redefinições institucionais e as adequações político-administrativas das dimensões espaciais que ocorrem neste período.

O desenvolvimento local precisa ser pensado em articulação com escalas mais amplas. Pensar o local separado de outras dimensões espaciais encobre a natureza do desenvolvimento, que é articulado com processos gerais, portadores de instabilidade por causa da mobilidade intensa do capital financeiro, que definem e redefinem os investimentos. O local, nos tempos atuais não precisa, e nem deve, permanecer isolado. Por outro lado, as sociedades locais não podem tomar rumos ditados por outras escalas, abdicando da gestão do próprio espaço. A escala global deve representar oportunidades de articulação para sociedades presentes nas escalas locais.

Se as escalas geográficas menores, ao invés de concorrer, pudessem federar-se espontânea e verdadeiramente, poderiam concertar ações em escalas mais amplas, enfrentando o centralismo com poder compartilhado²⁵⁹. Ao invés de imposições e subordinações, uma administração dividida e planejada. Como já se ponderou no início deste capítulo, são poucas as políticas territoriais e, dificilmente, elas conseguem ser efetivas se destoadas dos interesses econômicos. Contrariar tais interesses como eles se apresentam, talvez só seja possível com um Estado com poder regulador.

²⁵⁹ Em evento sobre descentralização e regionalização, realizado no Chile, uma das exposições foi audaciosa em se manifestar contra a autonomia municipal, justificando que num contexto de municípios pobres e ricos isso estabeleceria padrão de serviços muito diferente. O expositor propôs um Fundo Comum Municipal, com papel redistributivo e de cooperação. Por isso, ele fala do poder central como ponto de apoio inicial para a descentralização e do enfrentamento compartilhado do poder central (GALILEA, 1993, p. 118). Como essas diferenças foram produzidas no âmbito da centralização, talvez valha a pena pensar um processo amplo de descentralização com esse tipo de estratégia.

É hora, então, de repensar a questão do Estado Nacional. Se os interesses econômicos atuantes na escala mundial não estão afinados com o nível de poder nacional, em suas atribuições tradicionais, em outro extremo, talvez essa seja a escala adequada de resistência nesse momento. É a dimensão que pode exigir e regular investimentos e negociações exógenos. Se as assimetrias sociais e espaciais foram produzidas no âmbito desse Estado, sendo as formações socioespaciais fragmentos particulares dele, é nesse âmbito que as ações para resolvê-los podem ser mais efetivas. Essas reflexões aqui apresentadas não pretendem ser conclusivas, mas apenas trazer alguns elementos para o debate.

Nesse sentido, assinalam Becker e Egler (1998, p. 250), que para vencer a miséria no Brasil é preciso uma mobilização de recursos que somente o Estado é capaz de prover e gerenciar, envolvendo recursos no setor privado, que não poderá mais se eximir dos custos de uma distribuição mais equitativa da renda nacional. Para tanto, prosseguem os referidos autores, o resgate da política é essencial para a conquista da cidadania, instaurando um processo de governabilidade que afirme as instituições democráticas, sujeitas ao controle social e voltadas para o interesse coletivo, reafirmando o Estado de direito como melhor antídoto contra a ditadura em todas as suas formas. Essa é uma perspectiva possível, a que reitera a confiança no Estado, mediante o processo de sua reformulação.

Então, esta perspectiva implica em atitudes políticas diferentes das que vêm sendo mantidas, já que não é possível defender um Estado Nacional centralizador e autoritário, que dificilmente adotará posturas de resistência a instituições e interesses econômicos internacionais. Alerta Brandão (2003) que longe da idéia de calma, tranqüilidade e equilíbrio, ou seja, de *amenidades*, o desenvolvimento no contexto atual implica em um estado de tensão, de constante disposição política para se contrapor ao que está instituído, para então construir outros referenciais. Observações fundamentais para um país que apresenta tantas dificuldades, decorrentes tanto do comando externo como de fatores internos da sociedade brasileira e que favorecem a continuidade e a reprodução da desigualdade.

Se é assim, é preciso contar com a reconstrução da escala nacional, respaldada por instituições locais e pela sociedade que, dotadas de autonomia política, possam conduzir de maneira mais adequada a inserção das unidades territoriais brasileiras, enquanto escalas recapturadas

pela sociedade²⁶⁰. Numa perspectiva que soma uma contribuição de viés anarquista deste propósito, a noção de federalismo aceitável está vinculada ao direito da menor unidade possível decidir seu próprio destino (BREITBART, 1989, p. 202).

Para tanto, não é possível permanecer com um desenvolvimento à deriva, ao ‘gosto’ do mercado, sem um projeto vinculado a uma escala mais ampla, que seja, por ora, a nacional. Mais alguns autores apresentam reflexões afins, como Daniel (2002), que destaca a necessidade de um novo federalismo. Conforme Coutinho (2003), para que se mantenha um horizonte de desenvolvimento, é preciso que se reduza a vulnerabilidade. Trata-se, de acordo com o mesmo autor, de remontar o Estado e recuperar sua capacidade indutora, constrangida pela difícil conjuntura fiscal. Como bem sugere Feldman (2003), deve-se pensar em formas de garantir que os agentes que representam o poder público não figurem apenas como um ator entre outros tantos, ao passo que o momento exige que este seja um ator diferenciado, com responsabilidades pelo interesse coletivo.

A idéia da recuperação destas escalas por parte da sociedade encontra respaldo no pensamento de Santos (2001, p. 74), pois se o território é hoje um território nacional da economia internacional, a pobreza, igualmente, corresponde à pobreza nacional da ordem internacional, realidade que obriga ao debate em torno de soluções, em escalas espaciais correlatas àquelas em que se forjam os problemas. Nesse intuito, ele entende como necessário o alcance de uma cidadania plena, vinculada a soluções que devem ser buscadas localmente, “[...] desde que, dentro da nação, seja instituída uma federação de lugares, uma nova estruturação política-territorial, com a indispensável redistribuição de recursos, prerrogativas e obrigações. A partir do país como federação de lugares será possível, num segundo momento, construir um mundo como federação de países” (SANTOS, 2001, p.113).

Já no desenvolvimento local, há uma escala obediente ao *global*, preparadora de infra-estruturas, subsídios e reguladora de conflitos²⁶¹. Deixa disponível aos interesses capitalistas uma mão-de-obra barata e submissa, além de evitar as deseconomias de aglomeração, beneficiando-se

²⁶⁰ Questões bastante pertinentes a escalas de poder e escalas onde seria possível construir a cidadania estão em Vainer (2001, p. 21), referência na qual o autor defende um projeto nacional, argumentando que “[...] ao escamotearem a escala nacional, globalistas e localistas de todos os tipos estariam fazendo o jogo da própria globalização, cujo ponto de ataque central, não por acaso, é o Estado Nacional, única escala e instituição escalar em condições de viabilizar, suscitar, a construção de alternativas viáveis ao capitalismo simultaneamente globalitário e fragmentador”. Apesar dessas afirmações, o autor vê a possibilidade de transformar o global numa esfera de luta política.

²⁶¹ Sobre o aproveitamento econômico das virtuosidades de cada espaço e de suas *vantagens comparativas e competitivas*, Santos (1996a, p. 198) mostra como esse processo exige a produção da heterogeneidade constante dos lugares, numa divisão aprofundada. Com isso, ele considera que há um novo significado para a noção de ‘exército reserva de lugares’ (WALKER, 1978 *apud* SANTOS, 1996a, p. 198).

das vantagens que oferecem os distintos territórios, fazendo com que algumas experiências de desenvolvimento local apóiem-se basicamente na precarização das condições de trabalho²⁶².

A formação de um espaço econômico único com o processo de globalização é descompassada das conquistas sociais, especialmente para quem vive “[...] un entorno considerablemente pequeno em la mayoría de los casos: el lugar, el pueblo, la ciudad, [...] En términos de cotidianidad, pocos individuos son realmente ciudadanos nacionales (salvo en la acepción jurídica); la mayor parte de la población ejerce una suerte de ciudadanía local [...] depende estrechamente de lo que ocurra en su entorno cotidiano” (BOISIER, 1999, p. 813-814).

Sobre as iniciativas de desenvolvimento local na América Latina, Albuquerque (1999, p. 830-833) assinala que elas vêm surgindo de forma dispersa e buscam melhor aproveitamento dos recursos endógenos para enfrentar as dificuldades atuais, de forma geral, sem nenhum apoio institucional e financeiro. A preocupação com o equilíbrio macroeconômico não tem resultado na devida atenção aos âmbitos locais: “Todo ello se ha concretado em uma concepción esencialmente exógena y centralista del desarrollo territorial, infravalorando los recursos humanos, las pequeñas empresas locales y el potencial endógeno”. O mesmo autor sugere o financiamento dessas iniciativas de desenvolvimento local e a promoção de observatórios sobre as mesmas na América Latina.

As escalas locais podem reunir forças de resistência, não obedientes ao global. E, assim, ao invés dessa escala figurar como mera intermediária do processo de produção, pode se desenhar uma escala de verdadeira atuação no processo político, tendo no planejamento um projeto coletivo.

O espaço é produzido e determinado por interesses de agentes que não vivem o seu cotidiano. É porque se apropriam do espaço que agentes capitalistas podem comandar o trabalho e acumular os excedentes, figurando por isso como sujeitos que conseguem se apropriar do

²⁶² O uso da precarização nas relações de trabalho aparece nos textos dos entusiastas do desenvolvimento local: “A força de trabalho utilizada é flexível, no sentido de ser capaz de realizar tarefas diversas no processo de produção. Da mesma forma, a oferta de mão-de-obra tem condições de se adaptar às necessidades das empresas mediante o trabalho em tempo parcial, a domicílio ou de caráter informal.” Em outra passagem: “A teoria do desenvolvimento endógeno afirma que um dos fatores explicativos dos processos de acumulação nas economias locais consiste, freqüentemente, em sua capacidade de aproveitar recursos humanos com níveis salariais relativamente baixos. As formas de trabalho flexível, como o trabalho a domicílio, o temporário e o informal, o emprego do trabalho feminino, a difusão do cooperativismo e o comportamento não reivindicativo dos sindicatos (no caso de trabalhadores muito integrados à cultura local) possibilitam, com efeito, manter relativamente baixos os custos do trabalho. Isto faz com que as taxas de lucro das empresas locais se posicionem em patamares que favorecem o processo de acumulação no contexto local” (VAZQUEZ BARQUERO, 2001a, p. 40 e 65).

cotidiano de muitos, cotidianos de espaços *derivados*. Se as condições de vida da maioria da sociedade estão determinadas pelas dinâmicas sociais, econômicas e políticas em interação nos níveis escalares nacional e internacional, seriam necessárias mudanças estruturais capazes de abrir possibilidades de reversão (VAINER, 2001, p. 26). Entretanto, depositar as expectativas nessa possibilidade ampla de ruptura (já tantas vezes frustrada) não pressupõe desqualificar pequenos processos mais lentos e com possibilidades mais remotas de mudança que vem ocorrendo no nível local. Estas começam pequenas e aparentemente insignificantes, mas podem tornar-se grandes. A mobilização no nível local tem, por ora, alcances limitados, mas podem tornar-se significativos. O ideal seria apoiar e poder contar com os dois processos na promoção de mudança.

A ênfase insistente nas escalas menores, nesse momento histórico, pode ter motivação ideológica, segundo Lefebvre (2001a, p. 177) ao expor que uma das principais contradições do espaço está entre o espaço globalmente produzido, em escala mundial, e suas fragmentações e pulverizações que resultam das relações de produção capitalistas. Nos termos do mesmo autor, o espaço se ‘esmigalha’ e academicamente também só é conhecido de forma fragmentada pelas ciências parcializadas, enquanto ele se forma como totalidade mundial e mesmo interplanetária. Para entender os limites dessa ênfase fragmentada, é preciso ter em conta, nos termos do próprio Lefebvre (2001a, p. 24), que no mundo moderno o homem mudou de escala. As escalas foram produzidas, ainda que como forma de imposição do poder político e econômico, mas produziu uma nova condição. Portanto, não basta mais recuperar apenas o comando sobre a escala local, mas por meio dela conquistar novas dimensões escalares, como escalas geográficas mais amplas na ação política.

Como adverte Lázaro Araújo (1999, p. 685), tomando por referência o conhecimento humano como um todo, avançam demasiadamente as técnicas e pouquíssimo a ciência. No que se refere ao território, avançam as técnicas de análise, mas não o entendimento do que ocorre sobre o território. Tanto o parcelamento pragmático quanto o científico, no que se refere ao espaço geográfico, só pode apresentar resultados bem restritos.

Destaca-se, por outro lado, que a necessidade da sociedade local se mobilizar em torno de iniciativas e estímulos ao envolvimento político, é fator substancial para que, compreendida no âmbito local, figure como sujeito coletivamente constituído, sinalizando para a recuperação da autonomia e crescimento político. A capacidade de gerir o espaço, com o sentimento de pertencimento e se envolver com o planejamento futuro, ainda que de maneira inicialmente comprometida com outros interesses, é um passo assaz significativo na trilha para a

emancipação humana. Mais do que com a letargia econômica, isso faz romper com a passividade ou com a aceitação da inserção subordinada dos lugares no processo global de desenvolvimento, procurando compartilhar e construir uma realidade desejada.

O mesmo ocorre com a difusão do cooperativismo. São aberturas para que a sociedade comece a trilhar outros caminhos e construir outras relações. O desenvolvimento local nesta perspectiva mais crítica sugere processos integrais, dinâmicos e complexos que envolvam os diferentes ramos de desenvolvimento e incorporem elementos, como a produtividade, a distribuição da terra, o fortalecimento da sociedade civil, os processos de descentralização administrativa, a construção de mercados internos sólidos, a educação e infra-estruturas (COQUE MARTINEZ, 2003, p. 268).

Reconhece-se nesta forma de entender o desenvolvimento local que ele não deve ser baseado em iniciativas tão variadas e desarticuladas, mas tentar contemplar as diversas dimensões que o interesse ‘sincero’ de resolver problemas exige. A sugestão de diversidade econômica também é fundamental, porque o desenvolvimento baseado tanto na monocultura, como na monoindústria deixa os territórios débeis diante das incertezas dessa economia articulada mundialmente. Diversificação e empreendimentos ‘enraizados’ localmente, com menor presença de absenteístas, são substanciais para aumentar a independência do local de dinâmicas exteriores.

Compreendendo que há um encaixe perfeito entre os conceitos de cooperativismo e desenvolvimento local, Rodríguez Cohard (2003, p. 12) argumenta que o bom funcionamento depende da homogeneidade entre os sócios já que unifica objetivos e que o desenvolvimento local, nesta perspectiva, não esquece de orientar-se pela prioridade social.

Com todo o viés ideológico que tem acompanhado o debate sobre a escala local, é um desafio procurar pensá-la e recuperar a perspectiva crítica. Daniel (2002, p. 33) procurou também enfrentar esse desafio, assinalando que não serve qualquer desenvolvimento local e a qualquer custo. Deve haver a preocupação social, cooperação, criação e alargamento das esferas públicas, onde diferentes atores possam dialogar. O desenvolvimento local orientado por princípios socialistas deve valorizar práticas e experiências que expressem tais princípios. Então, ele fala de difundir a linguagem dos direitos e de uma radicalização da democracia. Proposta que soma esses processos no nível local com a perspectiva de um novo federalismo.

As perspectivas que incorporam o cooperativismo trazem junto as reflexões sobre as crises e transformações no mundo do trabalho e as formas emergentes, assim como a ênfase à dimensão local, tendo em vista sua escala humana e a possibilidade de recuperação da democracia, recompondo com tal dimensão espacial um fórum de luta social.

As experiências latino-americanas, neste sentido e tal como entende Coque Martinez (2003, p. 290-294), permitem olhar o futuro com otimismo, uma vez que, se o mundo atual exige participação econômica, a melhor forma para tanto é o cooperativismo, proposto por seus próprios componentes. Assim, cria expectativas positivas as “[...] nuevas formas de organizarse los sectores sociales más pobres, de manera muchas veces informal, dando fuerza mediante la unión participativa a microempresas, asociaciones populares y otros instrumentos con que la gente trataba de sobrevivir en entornos hostiles. Es la denominada Economía Popular Solidária [...]”, que compreende diversas manifestações, como as cooperativas de financiamento rural, feiras de consumo familiar, empresas comunitárias, cooperativas de fato e outras²⁶³.

Os valores que se encontram no cooperativismo e nesta nova forma de economia vêm se tornando um referencial positivo para vários pesquisadores, que compartilham o otimismo anteriormente mencionado. Assim é com Haddad (1998, p. 45-46), que vê a possibilidade de transição do atual capitalismo de sociedade por ações para uma espécie de capitalismo cooperativo, embora reconheça que há casos bem sucedidos e outros nem tanto. Isso exige o estímulo ao cooperativismo e à difusão de práticas necessárias ao avanço político da sociedade.

Os trabalhos mais recentes de Singer e Machado (2000, p. 39-41) propõem o socialismo como autogestão, baseado no cooperativismo autogestionário, claramente diferenciado do cooperativismo de negócios, no qual os camponeses ficam dependentes da direção da cooperativa para vender seus produtos a bom preço e obter insumos a crédito. Neste, a dominação e a exploração de camponeses por suas cooperativas são bastante comuns. A perspectiva do cooperativismo autogestionário, ao contrário, torna mais próxima a conquista da autonomia.

²⁶³ Existe uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, atividade de extensão universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao todo 23 no país que abrigam, ao todo aproximadamente, em dados não precisos, 150 cooperativas. Do ponto de vista institucional, há também a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão. No âmbito acadêmico latino-americano a *Red de Investigadores Latinoamericanos de Economía Social y Solidária* (Rilless), coordenada por Coraggio. Também cabe destacar que o maior exemplo quantitativo de autogestão no Brasil é desde 1995 uma cooperativa do setor sucro-alcooleiro (Catende/Harmonia) - uma usina de açúcar que abrange área de cinco municípios. Depois de falida, passou aos funcionários que somam 12 mil, sendo 2.800 empregos diretos com a permanência no comando do antigo administrador e um conselho administrativo. Enquanto diversas outras da Zona da Mata do sul do Pernambuco estão ‘quebradas’, esta continua em atividade. Embora a gestão seja complexa pelo seu tamanho, já há alguns resultados sociais, como o combate ao analfabetismo, educação ambiental, erradicação do trabalho infantil e diversificação da produção (VIANA, 2002).

Ainda que as experiências cooperativistas sejam inicialmente precárias, elas trazem valores e atitudes diferentes que poderão construir uma outra perspectiva para a sociedade. Conforme as referências econômicas passem a contar com mais elementos endógenos, a sociedade local ficará menos susceptível a decisões exteriores, o que poderá ampliar a autonomia. Assim, a recuperação de ideais cooperativos torna mais próximo o desenvolvimento de um sistema de produção descentralizado e autogestionado. Uma sociedade nessa trilha poderá cuidar melhor de sua inserção econômica, da vida local e, quem sabe, poderá alcançar escalas mais amplas de ação.

4.4.5 O Desenvolvimento local e as dinâmicas na região Noroeste do Paraná

Como se assinalou inicialmente, o desenvolvimento desta parte do trabalho está mais vinculado a entender perspectivas do que em considerá-la como um referencial interpretativo para as dinâmicas regionais atuais. Contudo, como há influências em práticas observadas na região, são traçadas algumas relações:

- ✓ Ênfase no empreendedorismo - É possível observar na região as interferências, em especial, do Serviço Brasileiro de Apoio às micro e pequenas empresas (Sebrae), com a difusão de idéias baseadas no empreendedorismo. Idéias que têm sido levadas até mesmo para as escolas, por meio de um referencial de pedagogia empreendedora.
- ✓ Formação de agrupamentos (*clusters*) de iniciativas de produção agrícola e processamento industrial, pretendendo tornar o agronegócio na região cada vez mais sofisticado, conformando uma agricultura capitalista cada vez mais exigente de investimentos e certificações para estar no mercado mundial.
- ✓ Geração de solo industrial com a construção de barracões, freqüentemente acompanhados de outros estímulos para disputar a localização de algumas empresas.
- ✓ Projeção de *slogans* e marcas das cidades²⁶⁴, numa versão de *city marketing* que envolve as pequenas cidades da região.
- ✓ Turismo rural e regional, difundido na última década, especialmente por intermédio de um escritório de *Turismo Regional*, com sede em Maringá (institucionalmente reconhecida como organização da sociedade civil de interesse público desde 1999). São várias as iniciativas:

²⁶⁴ Alguns exemplos da região: Engenheiro Beltrão – Cidade Alegria; Farol – Cidade Fraterna; Goioerê – Cidade mais Nordestina do Sul do Brasil; Mamborê – Terra das Cavalgadas; Marialva – Capital da Uva Fina.

realização de festas, feiras e outros eventos²⁶⁵, adoção de pratos típicos²⁶⁶, criação de roteiros e circuitos (*Ralis* fluviais – Rio Ivaí e Piquiri; Caminhos da Seda; Sítio-tur; Circuito Coração do Paraná); novos balneários com construção de infra-estrutura para hospedagem; promoção de cursos basicamente voltados à culinária rural e implementação de restaurantes; acolhida e planejamento de roteiros, trilhas e caminhadas; artesanato como recurso turístico entre outros mais genéricos acerca do turismo rural.

Convém observar que há casos de cidades com especialização industrial na região estudada, conformando experiências idênticas aos distritos industriais. É o caso de Cianorte com as confecções, Arapongas com a indústria moveleira e Apucarana com a produção de bonés. Em menor proporção aparecem Loanda, com a produção de torneiras metálicas e Jaguapitã com bilhares. A primeira experiência nesse sentido, na região, foi a indústria de confecções em Cianorte, com início no final da década de 1970. Enfrentou dificuldades em virtude da abertura de mercado na década de 1980, por causa da concorrência com a Coreia e China, o que levou a algumas falências, mas voltou a se recuperar conforme mostram os números atuais: são 350 empresas formais e outras centenas de pequenas empresas na informalidade, somando aproximadamente quinze mil empregos. Mais da metade das operações com microempresas paranaenses está nesta cidade²⁶⁷. Também difundem-se experiências cooperativas em cidades da região. Outro fato a ser registrado é o fenômeno da imitação, pois é comum que pequenas cidades próximas a Cianorte possuam pelo menos uma unidade fabril do mesmo ramo, embora muitas vezes estas estejam vinculadas àquela cidade. No Paraná, existem outros municípios em processo de especialização industrial, como é o caso de Campo Largo com a indústria de cerâmica e porcelana.

Há outros exemplos no Brasil que vêm se tornando bastante conhecidos, como Birigui-SP, especializada em calçados infantis e com desemprego *abaixo de zero*, conforme anunciou animadamente Dimenstein (2005) em recente artigo, ou seja, a cidade *importa* trabalhadores e

²⁶⁵ Araruna – Santo Antonio Ecológico; Capanema – Feira do Melado; Diamante do Norte – Expoflora; Farol – Fandango do Safista; Jacarezinho – Fetexas; Mamborê – Expomam; Marilena – Festa do Milho; Maripá – Festa das Orquídeas; Porto Rico – Festa de Nossa Senhora dos Navegantes; Querência do Norte – Festa do Arroz; Terra Rica – Festa da Brasilidade; Ubatã – Expo-Bira, entre outras. Algumas são festas tradicionais como a de Nossa Senhora dos Navegantes de Porto Rico que já tem quase quarenta anos, mas a maioria foi criada *estrategicamente*.

²⁶⁶ Seguem alguns exemplos: Araruna - Leitoa na panela; Boa Esperança - Vaca atolada; Campo Mourão - Carneiro no buraco; Diamante do Norte - Lombo surrado; Engenheiro Beltrão - Leitoa pururuca; Farol - Pernil a pururuca; Fênix - Peixe na cerâmica; Goioerê - Leitão maturado; Janiópolis - Leitoa fuçada; Mamborê - Leitoa mateira; Peabiru - Carneiro ao vinho; Ubatã - Frango caipira na pedra. A maioria destes *pratos típicos* foram *criados* nos últimos anos. O mais antigo da região é o de Campo Mourão - Carneiro no buraco, que começou a ter uma festa própria em 1990.

²⁶⁷ As informações aqui mencionadas são da Associação de *Shoppings* Atacadistas de Moda em Cianorte (Asamoda).

não tem conseguido suprir os postos necessários para obter o volume de produção que é capaz de comercializar. São 166 fábricas e uma vida local que articula, com base na cooperação, empresários e trabalhadores e outras sinergias necessárias para esse modelo, como mostra a bibliografia que dele trata.

Com estes exemplos e aqueles acessíveis por meio de leituras fica evidente que a experiência de industrialização local e/ou endógena coincide setorialmente com muita frequência. Os distritos são quase sempre especializados em calçados, confecções, vinhos, móveis e outros ramos tradicionais que aparecem menos. Então, é verdade que as possibilidades econômicas para as pequenas cidades foram ampliadas, mas o desenvolvimento destas localidades está ancorado em atividades menos inovadoras e o baixo custo do trabalho continua sendo um fator de grande peso.

O registro dessa experiência em diversos países confirma a tendência de industrialização difusa e com arranjos peculiares. Contudo, a possibilidade de que esse fenômeno possa se disseminar e figurar como possibilidade infinita para outros espaços é bastante remota. Como explica Brandão (2003), essas saídas são frágeis, especialmente num país como o Brasil, com constantes dificuldades econômicas, já que elas funcionam como ‘ilhas de produtividade’, formando focos que nunca encontrarão uma somatória que possa corresponder a todo território. Esses são os limites de experiências baseadas na especialização industrial e os custos de deixar a política territorial restrita ao planejamento voluntarista.

Por outro lado, a metropolização volta a mostrar força, como principal tendência do decênio, baseada mais em atividades terciárias avançadas, criando progressivamente ‘macroheterogeneidades’ geográficas, segundo explica Veltz (1998, p. 22 e 71). Lembrando que o mesmo autor expõe sobre as preferências geográficas das empresas em favor de regiões densas e áreas metropolitanas, onde além da concentração da mão-de-obra e serviços há maior facilidade de desengajamento do empreendimento, porque nelas há outras oportunidades de empregos. Em cidades menores, há implicações ‘dolorosas’ quando uma atividade econômica considerável é encerrada e a responsabilidade do empregador fica mais clara. Por isso, o arranjo que se tem no distrito industrial baseado num conjunto de pequenas empresas parece ser o mais adequado para as pequenas cidades.

Tendo em vista que a realidade socioespacial do Noroeste do Paraná envolve não só desafios econômicos, mas acima de tudo, desafios sociais, observa-se que, ao invés de estimular o empreendedorismo por meio de empresários, poderiam ser valorizadas e apoiadas as iniciativas baseadas no cooperativismo e autogestão, cuidando para que não sejam apenas mais uma alternativa de precarização do trabalho. Além de promover a dinâmica econômica local, ainda tem um maior alcance social. Enquanto do estímulo aos empresários resultam subordinação e subempregos, do cooperativismo além de uma gestão financeira mais justa há também um ganho com o aprendizado político que dele poderá decorrer.

Como se assinalou antes, as dificuldades enfrentadas pelo processo de formação de cooperativas encontram obstáculos relativos à falta de experiência e formação de seus componentes. Essa é outra ação fundamental – cuidar da formação das pessoas. Mas, ao invés de se falar somente de formação profissional e qualificação, conhecimentos técnicos que sem dúvida são importantes; deve-se trabalhar, contudo, com uma perspectiva mais ampla de educação que não seja apenas a preparação para o trabalho. Buscar dimensões da educação em que os indivíduos sejam tratados mais do que como potenciais trabalhadores, como seres humanos dotados de sensibilidade, criatividade e afetividade.

É hora de valorizar elementos que possam desenhar o vir-a-ser como a abertura para falar da participação, envolvimento territorial e o cooperativismo. Manter o debate sobre essas idéias livre de suas nuances ideológicas é substancial no intuito de orientar adequadamente os novos referenciais para o planejamento. Não é recomendável deixar ao cargo do acaso, parceiro do poder, cenas da vida futura.

4.5 Políticas supramunicipais e as pequenas cidades

Detectar insuficiências de serviços e equipamentos em pequenas cidades remete ao debate sobre as articulações entre municípios, com o escopo de somar esforços no sentido de viabilizá-los, já que de maneira isolada seria, senão impossível, dificultoso. Desta forma, soma-se, além dos recursos, a demanda, evitando estruturas obsoletas.

A dificuldade em atender às necessidades da população que vive nestas áreas, de maneira suficiente e adequada, está relacionada ao processo concomitante de concentração urbana e formação de áreas de esvaziamento. Pode se dizer que se essa dinâmica não pode ser

completamente generalizada, corresponde à realidade encontrada em diversos países. A escassez de recursos e a baixa pressão social são os principais fatores da não instalação ou falta de manutenção de equipamentos e serviços.

Embora sejam áreas com menor tamanho e densidade demográfica, estagnadas ou em esvaziamento – mas não esvaziadas, constituem espaços concretos e cotidianos de parte significativa da sociedade e, como tais, devem ser reconhecidos. Nesse sentido, as políticas supramunicipais podem representar possibilidades de viabilizar e melhorar o acesso da sociedade a serviços e equipamentos.

Tendo em vista essa possibilidade é que se propõe o estudo deste tema. São incursões iniciais, que o desenvolvimento da pesquisa trouxe para reflexão. No Brasil, são tão restritas as experiências concretas, quanto respectivas avaliações e estudos. Procurando ampliar o referencial, este item inclui experiências concretas e bibliografia espanhola, já que se trata de uma experiência bastante difundida na Espanha. Apesar disso, faltam apreciações críticas sobre os resultados por elas alcançados. As referências encontradas são da área de direito, conforme poderá se conferir ao longo do texto. Contemplam preocupações como a adequação ou não de instrumentos jurídicos existentes.

Outra observação necessária para que se compreenda a finalidade dessa análise e seus limites é que, embora se faça referência a experiências internacionais, em específico a espanhola, a preocupação que motiva a elaboração do texto é da realidade brasileira, em específico a da região de estudo. No âmbito das Ciências Sociais e Humanas do Brasil, recomenda-se sempre, pertinentemente, muita cautela na busca de ‘modelos’ de países desenvolvidos. Por isso, não se considera as experiências encontradas como um modelo, mas como fonte de idéias e de referências para se pensar possibilidades de resolução para os problemas encontrados nas pequenas cidades. Tendo presente esse cuidado, mas ao mesmo tempo, a necessidade de intercâmbio de experiências, sem sentimentos de inferioridade, é que se procura pensar e sistematizar um pouco sobre o tema.

As necessidades são diferentes de acordo com a formação econômica e socioespacial. No caso das cidades estudadas na região Noroeste do Estado do Paraná, os principais problemas locais apontados²⁶⁸ foram a geração de emprego e renda, os subempregos, acesso a atendimento médico e hospitalar, deficiências na educação básica e dificuldade de acesso ao ensino superior, atividades lúdicas e culturais. Neles encontram-se as maiores necessidades sobre as quais é necessário agir nesta realidade e cujas soluções podem ser pleiteadas de forma conjunta.

²⁶⁸ Esta afirmação pauta-se pelos questionários aplicados nas quatro cidades da região estudada: Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica, já mencionados nos capítulos anteriores.

As articulações supramunicipais, com a finalidade de resolver os problemas mencionados, têm um significado social, já que as pequenas cidades brasileiras são cidades constituídas basicamente por população de renda mais baixa. Assim, Oliveira (2000, p. 34) entende ao estudar as pequenas cidades da Amazônia que expõe sobre uma geografia e história pertencente aos mais pobres. Dados sobre a distribuição da renda no Brasil mostram essa diferença social e sua dimensão espacial, tal como constata Pochmann e Amorim (2003, p.10-11 e 38), ao procurarem indicadores adequados para mensurar as desigualdades brasileiras, que cerca de 42% dos municípios brasileiros estão associados à situação de exclusão social e, entre os Estados do Sul, o Paraná é o que apresenta maior proporção de municípios com piores índices. Somente duzentos municípios apresentam um padrão de vida adequado²⁶⁹.

A necessidade de somar esforços é maior entre os municípios menos populosos e com pequenos núcleos urbanos. Os dados referentes aos consórcios intermunicipais de saúde do Estado do Paraná referendam essa afirmação, pois o percentual de participação está inversamente relacionado à população municipal (NICOLETTO; CORDONI JR; COSTA, 2005, p. 32). O tema da supramunicipalidade igualmente aparece vinculado às pequenas cidades em estudo da *Association des Petites Villes de France* (2004), no qual examina-se, com base em enquetes com prefeitos este tipo de experiência. Os principais objetivos da cooperação intermunicipal naquele país são relativos à moradia, cuidados ambientais, equipamentos culturais e esportivos, entre outros.

Entes locais complexos formam parte das necessidades atuais de gestão política, tanto em áreas não-metropolitanas como em áreas metropolitanas. Inicialmente, procurou-se estudar um pouco as relações entre a natureza do ordenamento territorial e as propostas de supramunicipalidades, para depois buscar os referenciais de experiências intermunicipais. Por fim, estão breves comentários sobre estas experiências no Brasil.

²⁶⁹ Deve-se observar que se entre os municípios com melhores indicadores aparecem vários municípios com pequenas cidades, alguns localizados próximos a áreas metropolitanas e outros isolados (São Caetano do Sul-SP, Águas de São Pedro-SP, Holambra-SP, Vinhedo-SP; Monte Belo do Sul-RS, Nova Pádua-RS, etc.), as grandes cidades brasileiras – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba e outras estão nesta listagem, juntamente com várias cidades médias. Os municípios com pequenas cidades com bons indicadores estão predominantemente nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Já a listagem dos municípios com piores indicadores são do Norte e, sobretudo, do Nordeste brasileiro (POCHMANN; AMORIM, 2003, p. 215-221).

4.5.1 O supramunicipal e o município

A proposta de ações no âmbito supramunicipal vincula-se à realidade municipal ou à espacialidade político-administrativa existente. Essa frase justifica-se com base numa observação do parcelamento territorial espanhol. Portanto, retoma-se aqui a questão municipal, mas com o objetivo específico de contextualizar o surgimento das articulações municipais.

A possibilidade de contar com espaços produzidos historicamente sob outros marcos jurídicos, econômicos e sociais, anteriores ao capitalismo, sem que as formações espaciais pretéritas tenham sido apagadas de maneira tão brutal como ocorreu na América Latina, promove a identificação de diversas localidades que hoje constituem municípios ou instituições administrativas locais equivalentes. Assim, apesar dessas instituições subordinarem-se aos interesses capitalistas com o Estado liberal, há a herança de um denso parcelamento territorial, e combinado com esse processo, intensos debates sobre a escala local, seus alcances e limites.

Martin Mateo (1987, p. 42) apresenta dados do que considera como o *problema* dos pequenos municípios e seu crescimento numérico: a Itália contava em 1961 com 8.035 municípios, dos quais 6.000 tinham menos de 5.000 habitantes; a Alemanha dispunha de 11.028 municípios com menos de 500 habitantes; na Espanha, de seus mais de 8.000 municípios, três quartos não passavam de 2.000 habitantes, enquanto na França, onde o problema se apresenta com traços mais agudos, contava-se com 35.000 municípios de menos de 2.000 habitantes e média de 400 habitantes. Estes países conservam, aproximadamente, números similares de municípios.

Enquanto alguns seguem reconhecendo no município uma dimensão apropriada, outros contestam a espacialidade político-administrativa nele baseada, nestes moldes de parcelamento territorial. Estes defendem formas supramunicipais como necessárias, não para reforçar o município, mas porque esta dimensão de governo não é mais vista como adequada. As experiências supramunicipais consistem, nesta perspectiva, a possibilidade não só da articulação com o objetivo de atender necessidades, mas como um processo mais amplo de reordenação de estruturas locais, promovendo quiçá um mapa mais ajustado (BARRERO RODRÍGUEZ, 1995, p. 111). Portanto, o debate sobre as possibilidades supramunicipais está articulado a uma avaliação da estrutura municipal e às dimensões locais de poder.

A idéia de articulação intermunicipal não é nova, mostra Diaz de Arcaya (1919). Na Espanha, desde fins do século XIX e início do século XX, há registros da associação intermunicipal na França desde 1890, quando já se falava de Sindicatos de Prefeituras e na Alemanha consta,

desde 1911, uma lei sobre articulações locais. Portanto, já existe uma tradição de associativismo municipal. Para o autor, há um consenso positivo, visto que independente da composição política, tais associações são sempre consideradas como convenientes. Alguns reconhecem nelas tendências democráticas e outros destacam atributos relativos à eficácia na gestão. Já no começo do século passado, o referido autor revelava preocupações em relação à fragmentação excessiva em municípios e sinalizava para as articulações municipais como formas de atenuar a situação, argumentando que propor autonomia diante dessa realidade municipal é ‘ficção’, argumenta o autor, já que se têm ‘caricaturas’ de municípios, ou municípios de ‘brinquedo’.

Dados recentes da Espanha mostram uma relativa redução no número de municípios. Em 1842, eram 11.271, já em 2001 eram 8.108 municípios, cifras que ainda caracterizam o que Burgueño Rivero (2001, p. 192) denomina de *minifundismo* municipal sobre o que reclama reformas na ‘geografia administrativa’²⁷⁰. Entretanto, conforme ele relata, a questão do mapa municipal pode ser considerada como um *tabu* no país, já que as reações políticas às propostas de fusões de municípios foram negativas.

Estas referências ao número dos municípios são necessárias para se compreender o contexto em que surgem as experiências de articulação intermunicipal em países europeus e, sobretudo, na Espanha. Contudo, as associações supramunicipais, vêm sendo difundidas não só nos casos de países onde o número de municípios é considerado excessivo, mas também em outros, como forma de resolver problemas de gestão em áreas com menor densidade demográfica, como forma de aproveitar os recursos da melhor maneira. Por exemplo, em Portugal, Gaspar (1998, p. 32) relata a implementação de novos equipamentos e infra-estruturas, de âmbito supralocal, como hospitais distritais, universidades, entre outros. São equipamentos coletivos que se distribui em âmbito regional, conformando uma relação de complementaridade entre centros urbanos.

Do mirante da rede urbana, essas práticas correspondem a busca de relações de cooperação e de horizontalidade, ao invés de competitividade, entre núcleos de uma mesma dimensão, contíguos ou não. Ganau Casas e Vilagrasa Ibarz (2003, p. 56), ao estudarem as cidades médias na Espanha, ressaltam outros pontos que destacam a relevância do supramunicipal, como evitar duplicidade de serviços urbanos e a necessidade de uma planificação de uma perspectiva territorial mais ampla.

²⁷⁰ Esse autor entende que deve haver duas reformas – racionalização do mapa municipal e implementação de comarcas. Esta postura encontra respaldo em outros autores da ampla literatura que se produz neste país sobre esta questão, especialmente no âmbito do direito.

4.5.2 Experiências supramunicipais

Tanto quanto existem municípios na Espanha, existem experiências associativas entre estas instituições locais. Conforme Orduña Rebollo (2003, p. 724), as figuras associativas municipais surgiram quase simultaneamente aos primeiros municípios. Persistem com adaptações de acordo com a legislação vigente em cada período. Segundo o referido autor, a persistência dessa figura decorre da economia e eficácia mais elevada do que se pode obter em iniciativas isoladas.

São consideradas como precursoras instituições denominadas Comunidades de Villa y Tierra, dos séculos XI e XII, cujos detalhes podem ser encontrados em Orduña Rebollo (2003, p. 725). Elas foram, no período medieval, instituições de grande influência política e econômica. De acordo com o mesmo autor, tiveram no início um caráter popular, mas depois se converteram em instrumentos de poder, controlados por minorias oligárquicas que as governavam sem participação. Ressurgem no século XIX por causa da crise econômica dos municípios.

Outro questionamento acerca do funcionamento dessas experiências está em Le Saout (1997) que procura desvendar reais interesses que agem em nome da cooperação intermunicipal, mas que pode estar marcada por relações de hostilidade e pressão política.

Enquanto na Espanha difunde-se a figura da mancomunidade²⁷¹, respondem aos mesmos propósitos: *Syndicats de communes* franceses e belgas, *Consorti intercomuni* italianos, *Gemeinverbande* alemãs, além dos *Joints comitees* ingleses. De acordo com Martin Mateo (1987, p. 42), diversos países possuem instrumentos similares.

Estas experiências não prosperaram até que os cidadãos recuperassem a liberdade pública, a democratização das estruturas locais, reconhecimento e autonomia, o que ocorreu na Espanha depois da década de 1970, após as primeiras eleições municipais. Os primeiros governos locais tiveram que dotar os municípios de serviços locais, o que impulsionou a articulação. Os dados encontrados respaldam essa afirmação, visto que, em 1977, eram 39 mancomunidades e, em 2003, já somavam 984 (ORDUÑA REBOLLO, 2003, p. 745).

²⁷¹ As definições sobre esta e demais instrumentos de cooperação entre municípios estão na seqüência deste item.

4.5.2.1 Mancomunidades

Numa definição básica, as mancomunidades consistem num agrupamento de municípios para a realização de objetivos comuns. No caso espanhol, são voluntárias e compostas por personalidades jurídicas homogêneas – os municípios. Os participantes comprometem recursos e outros esforços em projetos que não poderiam, ou que seria desvantajoso ou desnecessário, realizarem sozinhos. Não é preciso continuidade territorial entre os municípios que decidem formar uma mancomunidade, desde que os objetivos não a exijam. Martin Mateo (1970, p. 160) define as mancomunidades como associações de municípios para realização de determinados fins, articulando assim a cooperação de várias prefeituras para resolver suas limitações para a realização de obras e prestação de serviços.

O crescimento dessas articulações, de acordo com López Menudo (1995, p. 31), talvez possa se explicar pelo contexto de hegemonia do partido governista nos últimos anos no âmbito local, evidenciando um clima de confiança que só se estabelece nestas circunstâncias. É certo que, entre segmentos que se opõem politicamente, as negociações são mais difíceis e este é um fator a se ponderar ao se trabalhar com a possibilidade de articulações municipais.

As mancomunidades são regidas de acordo com estatutos, nos quais devem estar definidos municípios participantes, objetivos que contemplem obras e serviços de competência municipal, denominação e domicílio, recursos financeiros e compromissos, direitos e deveres dos municípios afetados, período de vigência, funcionamento e outros detalhes.

Algumas dessas iniciativas, contam com apoio institucional de uma escala de poder mais ampla. Para citar um exemplo, a Mancomunidade do Bajo Guadalquivir, cujo projeto está voltado a uma Operação Integrada de Desenvolvimento (OID), foi aprovada pela União Européia e contou com o apoio político-administrativo da Andaluzia e do governo central. Relatos destacam que, com esse apoio, foi possível construir e melhorar a infra-estrutura de serviços e comunicações, a atração de investimentos que incrementaram paulatinamente os níveis de emprego, dotação de solo industrial, abastecimento de água, modernização dos portos pesqueiros, promoção do segmento turístico, entre outros. Quanto ao problema do emprego, foram realizados programas de formação, melhorando a qualificação e profissionalização da população da comarca, sobretudo de jovens. Este programa foi dirigido não só a desempregados, mas também aos que já trabalhavam e aos empresários, com o

objetivo de melhorar a formação de maneira geral. Portanto, mais do que soma de iniciativas locais, foi significativo o apoio de instituições cujo poder refere-se a escalas mais amplas.

O reverso dessa articulação institucional mais ampla é de que possuem também a finalidade de controle, porque, conforme argumenta Martin Mateo (1987, p. 69) “Las Comunidades Autônomas no pueden adoptar, sin embargo, una postura meramente pasiva ante la incorporación de nuevas entidades al mundo de la administración local de su territorio”. Apesar de se compreender como positivo que as comunidades sejam criadas de maneira voluntária, não se admite que isso se faça sem marcos jurídicos admitidos e aprovados nas referidas instâncias superiores de poder político e territorial. Então, a autonomia local é sempre posta em ‘xeque’, é uma autonomia concedida e vigiada.

Não há regularidade na organização das mancomunidades, já que decorrem de iniciativas voluntárias e manifestam pluralidade em relação aos objetivos e número de participantes. Quanto aos objetivos, existem mancomunidades com objetivos exclusivos e outras com diversos objetivos. Algumas surgem com objetivos exclusivos e com o tempo são ampliadas. Várias surgiram com o objetivo exclusivo de abastecimento de água²⁷² e depois incorporaram outros. Também é freqüente que um município esteja em mais que uma mancomunidade, procurando atender diferentes finalidades.

Longe da pretensão de querer efetuar um inventário das mancomunidades existentes, mas como parte do exercício de buscar nas experiências concretas referenciais para as articulações municipais, registra-se de forma mais ou menos agrupada os objetivos das mancomunidades:

- ✓ Desenvolvimento socioeconômico: respaldo à criação de empresas e apoio às existentes, com atenção especial às pequenas e médias empresas e diversificação econômica de zonas rurais; formação de recursos humanos para melhorar possibilidades de emprego. Para tanto, desenvolvem-se programas de formação e inserção profissional²⁷³; estímulo à cooperação transfronteiriça e desenvolvimento turístico (inclusive turismo de eventos e competições esportivas).

²⁷² Conforme Martin Mateo (1987, p. 63), as mancomunidades que cuidam do abastecimento de água são as mais antigas e compõem significativa parte das atuais. Procuram resolver a provisão comum a vários municípios, realizando captações que seria demasiado caras para cada um isoladamente.

²⁷³ Há inclusive uma mancomunidade (Valle del Vinalopó, província de Alicante, Comunidade Valenciana) que se propõe a alcançar a promoção do emprego e a plena ocupação.

- ✓ Infra-estrutura: construção e melhora de infra-estruturas e comunicações; melhora e manutenção de estradas rurais; parques de máquinas conjuntos; melhorias no abastecimento e conservação de água, com controle da concessão dos serviços de abastecimento à empresa privada bem como atividades relativas ao saneamento, ou seja, depuração da água já utilizada.
- ✓ Gestão ambiental: informação ao consumidor e campanhas educativas sobre a reciclagem e limpeza pública; recolhida e tratamento de resíduos sólidos e limpeza viária.
- ✓ Cultural e educativo: construção de centros educativos; circuito cultural; dinamização esportiva; facilitar acesso da população a serviços telemáticos.
- ✓ Médico-sanitários: programas antinarcóticos e prevenção de riscos no trabalho.
- ✓ Outros: serviço social; políticas para faixas etárias específicas; residências para terceira idade e assistência jurídico-administrativa.

Um levantamento mais específico das mancomunidades da Comunidade Autônoma da Catalunha encontra-se no Apêndice E. Das 63 mancomunidades presentes neste recorte territorial, a maior parte localiza-se na província de Barcelona (32), seguida da província de Girona (20), Tarragona (12) e Lleida (9). Ainda sobre os números, a maior mancomunidade em número de municípios é da área metropolitana de Barcelona, com 31 municípios e objetivos diversos. Outra com 25 municípios, Mancomunitat Intermunicipal de l'Alt Empordà, tem como objetivo exclusivo um abatedouro comarcal. Por outro lado, há 12 mancomunidades com o número mínimo de dois municípios. Do total de 63 mancomunidades, 48 possuem objetivos exclusivos, nas quais se destacam aquelas que possuem como objetivos a captação, tratamento e distribuição de água potável, bem como o esgotamento de águas residuais e pluviais. São 16 mancomunidades com essa finalidade. A recolhida e depósito de resíduos sólidos urbanos é finalidade única de dez mancomunidades. Ainda entre as exclusivas estão as que têm como objetivo instalar e manter abatedouro comarcal (3), serviços fúnebres e cemitério (2) e atendimento a deficientes (2).

Várias articulações que possuem múltiplos objetivos também contemplam aqueles das exclusivas. Enfim, são muitas as finalidades com que os municípios se associam. O levantamento dos objetivos pode ser uma fonte de idéias do que pode se resolver de maneira conjunta. Mesmo que não represente tudo o que é possível, amplia horizontes.

Observa-se que algumas mancomunidades possuem objetivos bem definidos. Outras possuem objetivos mais genéricos como *Melhorar a vida do cidadão e Bem-estar social*. Quanto mais genérico, mais difícil de estimar suas ações e resultados. Na regulamentação jurídica, prevê-se que a revisão de competências pode ocorrer tanto para adicionar como para reduzir objetivos. Da mesma forma pode ocorrer mudança no número de componentes para mais ou para menos.

4.5.2.2 *Outros entes locais complexos: consórcios, comarcas e agrupações funcionais*

Os consórcios, denominação mais usual na Itália, são compreendidos como forma de cooperação entre entes locais e de outros níveis escalares, podendo ser de natureza jurídica heterogênea, caracterizando um instrumento mais flexível e adequado a este momento em que se estimula uma gestão baseada na cooperação público-privado. Assim se diferenciam os consórcios e as mancomunidades. A diferença não está na estrutura associativa, mas nos entes que os compõem. Significativa parte dos consórcios espanhóis resulta da integração entre prefeituras e províncias, portanto com presença de administrações públicas extralocais. Embora, por definição, os consórcios possuam componentes mistos, necessariamente não precisam ser assim, e freqüentemente, na prática, não são (MARTIN MATEO, 1970, p. 12 e 1987, p. 111-118).

Ao analisar as experiências da Andaluzia, referentes aos consórcios, López Menudo (1995) deduz que estes em geral possuem objetivos específicos²⁷⁴, que ele diferencia das mancomunidades, caracterizadas em geral por maior pluralidade nos objetivos. Entretanto, essa não é uma diferença tão consistente, pois depende das entidades que se toma por referência na comparação, já que também existem diversas mancomunidades com finalidades exclusivas, como se constatou na Catalunha. A média de entidades integradas nos consórcios é de dez. O que possui maior número agrupa 57 municípios (Consórcio Provincial de Prevenção e Extinção de Incêndios e Proteção Civil de Córdoba). Em outro extremo, há outros onze consórcios com apenas dois membros. Ocorre a mais diversa mostra de possibilidade associativa, já que há casos em que

²⁷⁴ Segundo sistematização de López Menudo (1995, p. 24), os objetivos/número de consórcios da Andaluzia correspondem a: Abastecimento de água e gestão de seu ciclo integral: 9; Serviços integrados de saneamento: 1; Coleta e tratamento de resíduos sólidos: 9; Criação, organização e gestão de aterros: 1; Extinção de incêndios e salvamento: 5; Conservação e manutenção de caminhos rurais: 8; Parque de máquinas: 1; Parque de máquinas, limpeza, resíduos sólidos urbanos, águas, fomento cultural: 1; Desenvolvimento agropecuário, pesqueiro, industrial e outros: 3; Serviços sociais: 1; Promoção turística: 1; Orquestras: 2; Promoção, impulso e execução de atividades esportivas: 2; Escolas de hotelaria e de formação de artesãos: 9; Promoção e desenvolvimento integral: 2.

um dos elementos é um município que se associa com outras entidades, como instâncias político-administrativas setoriais ou organizações não-governamentais (LÓPEZ MENUDO, 1995, p. 25).

Os consórcios têm sido utilizados de diversas maneiras, alguns para organização de grandes eventos, como no caso da Catalunha, onde foram constituídos consórcios como o Comitê Organizador Olímpico Barcelona 92, criado em 1987 e o Consórcio Urbanístico para o Desenvolvimento da Vila Olímpica, formado em 1988 (LÓPEZ MENUDO 1995, p. 26). As figuras associativas não são excludentes entre si porque, conforme o mencionado autor, as mancomunidades e outras associações municipais podem consorciar-se com outras entidades.

As comarcas, assim como as outras formas de organizações, possuem suas origens na história. Durante a Idade Média, a comarca correspondia a uma organização informal, em torno a um segundo mercado, que se diferenciava do grande mercado de grandes e escassos centros urbanos medievais. Esta modalidade possui equivalentes em outros países, como o condado inglês, que de alguma forma seria uma figura parecida com uma comarca ou com uma província menor, indicando suas origens feudais e as semelhanças nesta formas de articulações (MARTIN MATEO, 1987, p. 151).

Esta figura administrativa foi tradicionalmente uma dimensão para o atendimento de necessidades de forma supramunicipal. Ela vem sendo retomada na Espanha e, como as mancomunidades, ganhou impulso com a restauração democrática em 1978. A instituição das comarcas permite criar uma infra-estrutura mais adequada para os cidadãos, facilitando o acesso a serviços culturais, esportivos e assistenciais, enfim para quase tudo que exija um tratamento supramunicipal, levando em consideração demanda e capacidade financeira.

Ademais de representantes de entes locais e prestação de serviços, as comarcas podem organizar o atendimento de serviços de instâncias superiores, como o fomento agrário (apoio aos agricultores, informação e assessorias) e atendimento à saúde. Desta maneira, pode ser providenciado maior número de unidades, menores e próximas às pessoas que delas necessitam, como os hospitais comarcais, a defesa civil, além da manutenção conjunta dos ciclos escolares associada ao transporte escolar, mediante a dificuldade de cada município em manter todos os ciclos (MARTIN MATEO, 1987, p. 158).

A diferença entre a comarca e a mancomunidade é que, uma vez instituída, ela se impõe aos municípios que dela fazem parte, independente deles terem sido protagonistas a favor ou contra a sua aprovação. É um fato exterior e produzido em instâncias superiores aos municípios afetados (MARTIN MATEO, 1987, p. 175).

Contudo, as comarcas possuem nuances de entidade fantasma, pois é de difícil implementação, segundo Barrero Rodríguez (1995, p. 50). Por outro lado, a administração local tem encontrado outros instrumentos mais fáceis de serem utilizados para articular a prestação conjunta de serviços, como aqueles citados anteriormente.

Todavia, para Abella Santamaría, (1980 p. 15), as comarcas vêm sendo cogitadas como instâncias da supramunicipalidade que possibilitam a convivência local de segundo grau (de primeiro são os municípios), como uma possível resposta à necessidade de um novo regime local. Acrescenta que é uma fórmula idônea de fortalecimento supramunicipal e de descentralização, restando apenas discutir se é uma fórmula a ser generalizada ou para ser aplicada apenas onde ocorre uma determinada e concreta realidade que pode servir de base.

Como figura supramunicipal são, oficialmente, apenas 68 comarcas no território espanhol, das quais a maioria se localiza na Catalunha (41), onde é um elemento mais arraigado na história, adotado de maneira a incluir todos os municípios nestas dimensões administrativas, funcionando como forma de organizar e suprir diversos serviços, constituindo uma nova dimensão de ente local. Além da Catalunha, destacam-se em números de comarcas a Comunidade Autónoma de Aragon (19) e o País Vasco (7) (BURGUEÑO RIVERO, 2001). Onde as comarcas funcionem efetivamente, outras formas de associação entre municípios de comarcas diferentes podem ocorrer desde que o objetivo não esteja no programa de atuação comarcal.

4.5.3 Experiências supramunicipais no Brasil

As experiências brasileiras no âmbito da cooperação intermunicipal são ‘embrionárias’ e têm como denominação o termo utilizado na Itália: consórcios intermunicipais. Embora haja registros de que já estavam previstos na Constituição de 1937 e que, em 1960, fora implantado o primeiro do Brasil, na região de Bauru voltado à promoção social (NICOLETTO; CORDONI JR; COSTA, 2005, p. 30), apenas nas últimas décadas difunde-se esta forma associativa, tendo em vista a possibilidade de melhor aproveitamento de recursos e a oferta de serviços que um município de maneira isolada teria maiores dificuldades para disponibilizar.

O surgimento destas experiências está relacionado à Constituição de 1988, tal como já se afirmou antes, aclamada como momento em que se concede maior relevância à instituição municipal. Os municípios passaram a responder por prestação de serviços que antes não eram da sua competência, como as políticas públicas de caráter social, notadamente, saúde e educação. Em um dos poucos estudos brasileiros sobre o tema, Barros (1995), ao analisar experiências paulistas, confirma a década de 1980 como o período de origem de maior número de experiências, por iniciativa sobretudo das prefeituras, governos estaduais e organizações não-governamentais.

Perante as novas responsabilidades, os consórcios intermunicipais surgiram como forma de viabilizar os novos papéis municipais. A regulamentação ocorreu dez anos depois das novas referências constitucionais, por meio da Lei Complementar número 82/1998²⁷⁵, mas já há modificações tramitando no legislativo brasileiro.

Conforme definição legal, os consórcios intermunicipais consistem na sociedade de municípios que fazem parte de um mesmo aglomerado urbano ou de uma microrregião, portanto contíguos territorialmente. Deve ser previamente autorizado por lei aprovada no legislativo local. Depois de constituído, deverá estar regido por um estatuto, aprovado por um Conselho Diretor. Os objetivos previstos podem ser diversos: execução de serviços públicos de interesse comum ou obras, aquisição de bens, produtos e equipamentos e realização de eventos.

Os recursos financeiros dos consórcios intermunicipais são provenientes das contribuições comprometidas formalmente por cada município que deles façam parte. As unidades federativas podem, por meio de convênios, destinar parte do orçamento aos consórcios. As contribuições dos municípios associados podem ser padronizadas, ou seja, o mesmo valor para todos os participantes, ou pode oscilar de acordo com a receita municipal, população e demanda de uso dos bens e serviços oferecidos ou, ainda, algum outro critério pertinente. Após percorrer os

²⁷⁵ No caso paranaense, em termos jurídicos, a peça documental compõe-se, além da referida lei, pelo Decreto Estadual número 4.514 e outros que preparam a documentação do consórcio numa perspectiva centralizada, por esta unidade federativa. Com a justificativa da dificuldade gerada pela falta de documentação, *facilita-se* para os municípios, com a instituição de normas e controle por meio de um serviço autárquico autônomo denominado Paraná Cidade. Assim, a peça documental inclui modelos prontos na forma de minutas e outras sugestões: Minuta de Protocolo para Constituição de Consórcio Intermunicipal; Sugestão de anteprojeto de lei, que autoriza o município a participar do consórcio intermunicipal; Sugestão de ata de constituição de consórcio intermunicipal, aprovação do estatuto e eleição de conselho diretor; Minuta de estatuto de consórcio intermunicipal; Minuta de ato administrativo; Minuta de regimento interno de consórcio intermunicipal.

trâmites necessários para sua aprovação, o consórcio adquire personalidade jurídica²⁷⁶, passando a ter orçamento próprio e podem constituir patrimônio próprio para a realização de suas atividades.

Quanto aos objetivos, no Brasil a maior parte das experiências está focalizada na área da saúde. O primeiro com essa finalidade foi o de Penápolis-SP em 1986. De acordo com dados, em 1999 eram 143 no Brasil, abrangendo 1740 municípios, ou seja, 30% do total dos municípios brasileiros. Com a municipalização dos serviços de saúde no Brasil, a articulação municipal tornou-se uma necessidade para gerar os recursos necessários para tal atendimento, diante das dificuldades financeiras dos municípios.

Além disso, a fragmentação da estrutura de fornecimento dos serviços de saúde com a municipalização pode acabar gerando ociosidade de equipamentos. Um exemplo dessa ociosidade, mencionada por Mendes apud Teixeira e outros (2003), é o caso de uma microrregião cearense (Baturité), composta por oito municípios que possuem oito hospitais, com taxa de ocupação média de 22%. Além do edifício, há todo um equipamento hospitalar e clínico caro, que exige manutenção, com pouca utilização. O fato relatado com esse exemplo repete-se pelo Brasil.

Freqüentemente, os consórcios intermunicipais de saúde realizam atendimentos de complexidade média, já que aqueles mais corriqueiros e menos complexos devem ser feitos no âmbito municipal. Nicoletto, Cordoni Jr. e Costa (2005, p. 30) contaram vinte experiências no Paraná em 2000. A história do surgimento dos consórcios neste Estado é explicada pelos autores pela dificuldade que o governo tinha em contratar recursos humanos. A começar dos primeiros anos da década de 1990, os consórcios assumiram, onde foram implantados, essa responsabilidade de organizar o atendimento sanitário de complexidade média.

Além dos consórcios de saúde, há outras experiências no Brasil. Os principais setores, que segundo Barros (1995) motivaram a cooperação intermunicipal no Estado de São Paulo, foram a preservação de bacias hidrográficas, educação, saúde, desenvolvimento, pavimentação, alimentação e aterro sanitário. Quanto às prioridades sistematizadas pelo autor, para orientar novas cooperações intermunicipais, baseiam-se fundamentalmente na educação, na saúde e na geração de postos de trabalho.

²⁷⁶ Há um debate no Brasil quanto à natureza desta personalidade jurídica, se deve ser pública ou privada. Conforme a legislação vigente, os consórcios são figuras de personalidade jurídica privada, e algumas avaliações apregoam que isso facilita o processo de funcionamento administrativo do mesmo já que é possível contratar e efetuar compras sem burocracias. Entretanto, como pessoa jurídica de direito privado, deve recolher tributos como tal.

Outras orientações do mesmo autor, retiradas das experiências concretas por ele analisadas, dizem respeito ao melhor arranjo para os consórcios, como o número de municípios envolvidos, que não deve nem ser demasiado pequeno pela fragilidade e falta de recursos, nem demasiado grande para não dificultar a cooperação e eficiência. Ele recomenda que seja entre seis e vinte e quatro municípios, e que se respeite a homogeneidade de características geográficas, ou seja, que se permaneça nos limites regionais. Também é sinalizada como desejável a participação da sociedade na definição dos objetivos e controle do cumprimento dos mesmos. Seria melhor que as prefeituras envolvessem outros atores, democratizando a estrutura e melhorando a condição para a eficácia organizacional e legitimidade social. Falta também, segundo o mesmo estudo, visão de médio e longo prazo.

Os empecilhos encontrados no funcionamento das experiências supramunicipais estão relacionadas à falta de repasse de recursos. A extrema dificuldade financeira de municípios demograficamente menores e a possibilidade de obter algum recurso extra por meio dos consórcios é que tem promovido algumas experiências supramunicipais. No entanto, é justamente esta dependência uma das maiores causas de fracasso dos consórcios, mas, há outros problemas como a dificuldade de operacionalização e dificuldades político-partidárias (BARROS, 1995, p. 57).

Novas propostas vêm surgindo no Brasil, como os consórcios na área de cultura. Muitas expectativas podem ser criadas com essa possibilidade, especialmente para pequenas cidades onde o acesso à cultura é freqüentemente precário. Além do objetivo de facilitar o acesso cultural à população, a instituição de consórcios poderia garantir continuidade política neste setor, em geral negligenciado pelas administrações locais.

Os defensores da idéia argumentam nesse sentido. Muitas vezes, a necessidade de investimentos na área cultural supera a capacidade do município em recursos financeiros e humanos. Por exemplo, uma cidade pequena não pode construir um teatro, porque não tem público efetivo para assegurar o retorno do investimento. Então, um planejamento cultural conjunto, além de maior aproveitamento, evitaria a competição entre os municípios para suas atividades culturais, com a proposta de um calendário que combinasse as atividades existentes em municípios associados. Desta maneira, os consórcios vêm sendo considerados como uma alternativa, já que na área cultural várias atividades poderiam ser desenvolvidas coletivamente, como a promoção de eventos e atividades, instalação de equipamentos culturais móveis ou fixos de maneira que se torne acessível para a sociedade dos respectivos municípios.

A dificuldade de pequenas cidades em oferecer serviços suficientes e adequados, somada à facilitação dos fluxos promove frequentemente a busca destes equipamentos em cidades maiores. Esta tem sido a solução encontrada até mesmo pelo poder público local, ao invés de procurar suprir a deficiência existente. Contudo, além da relação de dependência, ocorrem muitas vezes emergências que demandam soluções rápidas, em especial quando se trata de atendimentos na área de saúde e de defesa civil. São desafios que exigem o planejamento adequado e ações eficazes no sentido de resolvê-las.

Como qualquer instrumento, o resultado dependerá dos agentes envolvidos, suas intenções e o alcance de suas ações, e da maneira de conduzir sua implantação. Por si só não opera milagres, é apenas uma idéia a ser cuidada, constantemente avaliada, para que possa atingir os fins estipulados. Pode ser tanto um fórum político a mais para o exercício da democracia, como também poderá se converter em mais uma instância de apropriação de poder e, neste caso, os objetivos serão dificilmente alcançados.

Foi possível aprender das poucas referências que sinalizam para a história destas instituições, se não pautadas pela participação, poderão se converter em mais um canal do autoritarismo e do controle. Apesar disso, é fundamental o apoio financeiro oriundo de outras escalas de governo até que se consiga uma distribuição tributária mais adequada. Falar de autonomia financeira para os municípios sem isso é engodo, que consiste na prática em abandono.

Deve-se observar, ainda, que agrupamentos entre municípios extremamente heterogêneos quanto aos aspectos econômicos, demográficos e sociais poderão não apresentar um bom resultado para o conjunto dos municípios. O ideal é agrupar municípios com necessidades comuns, mais ou menos semelhantes.

Contam como elementos favoráveis para as cooperações supramunicipais na região Noroeste do Paraná, além da proximidade física das cidades, os fluxos intermunicipais impulsionados pela sociabilidade, como na frequência a festas e comemorações. Isto mostra uma significativa predisposição de mobilidade espacial, entre cidades vizinhas, por parte da população. Como pode se perceber, são muitas as possíveis aplicações, tanto no que se refere à multiplicidade de instrumentos que podem ser criados, quanto aos objetivos que podem ser perseguidos.

Por fim, deve-se assinalar a possibilidade de superação dos limites administrativos tradicionais e a gestão espacial em rede e cooperativa, que conforma uma nova tendência, segundo Bruneau (1998), uma vez que dessa maneira os problemas são repartidos e resolvidos de maneira coletiva pelas unidades territoriais.

No caso brasileiro, tomando por referência as dimensões territoriais e o número de municípios existentes (5.507), o mapa municipal não tem a mesma condição que existe no ordenamento territorial espanhol, isto é, não existe uma situação de 'minifundismo municipal'. Somente em algumas áreas existe uma maior fragmentação. Assim, as propostas de associações intermunicipais poderão ocorrer sem outras intenções, ou seja, sem preocupações de reordenamento territorial, mas sim como uma forma democrática e voluntária das comunidades locais buscarem melhorar sua vida cotidiana.

Para encerrar, reitera-se a necessidade de pesquisas sobre estas iniciativas, no sentido de ponderar os seus resultados. Sem isso, há o risco de se acreditar cegamente nas promessas que as cercam, enquanto instrumentos, e nas avaliações administrativas sobre as mesmas. Uma contribuição da Geografia seria estudar como se resolvem questões relativas aos locais de instalação de equipamentos e prestação de serviços, resultantes destas articulações, verificando que implicações têm essa localização nas dinâmicas interurbanas e nos papéis desempenhados por cada localidade, bem como examinar se é adequada, ou não, para a sociedade que utiliza os serviços e equipamentos e se há outras maneiras de distribuir os mesmos.

CAPÍTULO 5

CONDIÇÃO SOCIAL E POLÍTICA NAS PEQUENAS CIDADES



Co

“Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços ‘bem sucedidos’, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade? É isso que interessa.” (Lefebvre)

“A desproblematização do futuro, não importa em nome de quê, é uma violenta ruptura com a natureza humana social e historicamente constituindo-se.” (Paulo Freire)

Contêm as pequenas cidades possibilidades adequadas de constituição para as sociedades locais? Este questionamento pode suscitar uma série de respostas e interpretações. Se há indagação, é porque de antemão se admitem dúvidas. Na realidade, esta indagação já estava implícita nos capítulos anteriores, sendo este, então, um ponto de retomada.

Ao refletir sobre tal questão, é fundamental lembrar que a sociedade é segmentada e, portanto, a resposta pode ser diferente de acordo com esse seccionamento social. Contudo, as referências aqui expostas sobre a sociedade sempre trazem como preocupação os segmentos que compõem a sua maioria, comumente constituída por trabalhadores, ou, em outros termos, pela parcela local dos milhões de brasileiros que dividem ínfima parte da renda ou riqueza produzida no país.

O que foi exposto nos capítulos anteriores tratava dos papéis econômicos e políticos das pequenas cidades e da dimensão escalar em que elas estão inseridas. Faltava pensar mais diretamente o significado social desses espaços e a política numa perspectiva mais próxima daqueles que os compartilham cotidianamente. Assim, neste capítulo, procura-se adotar uma trilha menos focalizada na economia, ainda que reconhecendo suas determinações. Como pode se apreender das reflexões anteriores, os papéis econômicos das pequenas cidades não dizem respeito estritamente aos interesses de seus habitantes. Ao contrário, são espaços capturados, em vários aspectos, por interesses que lhes são alheios. Compreender as pequenas cidades apenas por este ângulo mostra uma dimensão em que tais espaços não estão para as sociedades locais, isto é, para seus moradores.

Mas esta evidência assim se conforma somente quando a preocupação se volta ao significado social das pequenas cidades, enquanto dimensões espaciais concretas. É porque este questionamento já estava presente que se mostraram claramente as limitações impostas às sociedades locais pela racionalidade econômica, e de forma mais ampla, pelo poder constituído. Então, os resultados apreendidos por meio dos espaços analisados e as questões que se apresentam a partir deles dependem do ‘mirante’ adotado.

Ao propor o foco nesse capítulo sobre o significado social não se ignora, destarte, que a dinâmica econômica se produz no âmbito da sociedade, consoante conveniências diretamente relacionadas à sua parcela econômica e politicamente dominante, ao passo que se criam determinações para demais segmentos. Estabelecer um foco mais próximo das condições humanas e sociais não se apresenta como algo diverso e separado do que se expôs anteriormente. São dimensões diferentes, atreladas à mesma realidade. Deste modo, considera-se este capítulo como complementar e resultante de um olhar mais específico para os seres humanos que vivem os espaços aqui problematizados e que os significam na sua perspectiva.

Tais significados não procedem de elementos diferentes daqueles já assinalados. Ao contrário, o significado social constrói-se em torno do papel de moradia das pequenas cidades, já destacado no segundo capítulo. Procura-se, por fim, complementar as discussões acerca dos papéis e significados das pequenas cidades, trazendo alguns pontos a mais para a análise, sem os quais o trabalho não estaria completo pelo viés teórico a que se propôs compreender o tema em estudo.

As reflexões apresentadas neste capítulo foram, em parte, baseadas nos questionários aplicados (Apêndice F), já parcialmente explorados nos capítulos anteriores. Foram significativos, ainda, outros procedimentos associados a observações e entrevistas, realizados durante o trabalho de campo nas quatro cidades, que permitiram acompanhar mais de perto a dinâmica das pequenas cidades na região Noroeste do Paraná, cuja sistematização está concentrada no terceiro capítulo.

Este quinto capítulo se ampara, ainda, em referências bibliográficas que tratam de questões afins, tornando a análise mais geral. São procedimentos que procuram desvendar os vínculos e valores que compõem esse urbano diferente, não só nas suas dimensões demográficas e territoriais, mas também na sua natureza. Do mesmo modo, procura-se discutir a condição política existente nessas cidades, compassadas à condição social. Subseqüente a essas reflexões, estabelece-se um contraponto entre as pequenas cidades que inspiram utopias e as cidades reais. Procura-se trazer aspectos concretos das pequenas cidades, sem nenhuma intenção de poupá-las, mas também sem omitir fatores positivos de tais localidades. Por fim, procura-se assinalar que desenho pode ter um vir-a-ser nos contextos assinalados, procurando conformar perspectivas balizadas pelas idéias de apropriação social e efetiva do espaço e da emancipação humana.

5.1 Pequenas cidades pela sociedade local

Há neste item uma abertura para manifestações das sociedades locais acerca das pequenas cidades, enquanto espaços concretos e cotidianos de vida, com o objetivo de verificar a apreciação que deles fazem seus moradores, além de avaliar em que medida tal apreciação é afetada pelas dinâmicas municipais diferenciadas. Essas diferenças pesam na composição dos vínculos afetivos entre o espaço e seus cidadãos? Enfim, será que espacialidades em processo de esvaziamento e que deixam de ser lugares de muitos, são cotidianamente convertidos em lugares para a sociedades que permanecem? Ou será que a saída de tantas pessoas transformam estas localidades numa espécie de espaços transitórios de modo geral?

Para procurar algumas respostas acerca destas questões procurou-se ouvir a sociedade local. Tendo em vista as dimensões geográficas envolvidas neste estudo, foi complexo encontrar procedimentos que abarcassem uma postura de diálogo com quem vive mais diretamente a realidade problematizada. Então, mesmo utilizando um recurso tradicional como o questionário²⁷⁷, o objetivo foi de viabilizar e estabelecer alguma conversa com a sociedade, para não falar em nome de espaços determinados, sem interação com o pensamento de seus habitantes. Essa conduta procurou evitar um discurso sobre e incorporou, ainda que minimamente, as manifestações das pessoas. Para tanto, foi preciso levar em conta que, na construção do conhecimento científico, no atinente ao social e ao humano, como bem lembra Freitas (2002, p. 24), não se trabalha com um objeto mudo que meramente se contempla para se conhecer, pois as análises incluem a vida de sujeitos que possuem voz e que se expressam de diversas maneiras.

²⁷⁷ Conforme se assinala no apêndice metodológico, a aplicação dos questionários foi significativa porque não correspondeu apenas à obtenção das respostas, mas serviu de instrumento de circulação pela cidade por várias entidades e segmentos, superando o *script*, pela vivência que proporcionou com as sociedades locais. Algumas questões já foram apresentadas em capítulos anteriores. Para essa parte do trabalho ficaram questões relativas a expressões aos vínculos afetivos por parte dos moradores das pequenas cidades estudadas. Apenas para lembrar, os questionários foram aplicados nos quatro municípios abrangidos pelo estudo comparativo: Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica.

Os retornos obtidos foram muito parecidos nas quatro cidades analisadas (Quadro 7²⁷⁸), a despeito de todas as diferenças assinaladas anteriormente quanto à dinâmica econômica e demográfica. Isto já permite ensaiar uma interpretação de que, pelo menos nestes casos, tais dinâmicas não possuem uma relação direta com a apreciação que se faz das mesmas, por aqueles que partilham seu cotidiano.

Contam como especificidades os atrativos culturais e naturais peculiares em cada município, como os rodeios em Colorado, os Três Morrinhos, as praias e rios em Terra Rica e os portos e rios em Querência do Norte, indicando apego a atributos territorializados. Neste sentido, cabe destacar, também, a referência positiva à água que se faz no município de Terra Rica. Essa valorização tem que ser interpretada sob o lume da historicidade desta pequena cidade, pois, como já se explicou antes, o abastecimento de água foi uma das principais dificuldades enfrentadas, especialmente no início da cidade, mas que se prolongou por cerca de cinco décadas. As pessoas mencionam a qualidade da água como algo que tem o ‘sabor’ da conquista²⁷⁹.

Dois pontos ganham maior destaque na sistematização do conjunto de respostas obtidas: o ritmo e a sociabilidade nas pequenas cidades, sendo que algumas outras respostas decorrem de desdobramentos desses atributos. Deve-se levar em consideração que, ao pensarem os elementos que apreciam no cotidiano das pequenas cidades, esteve presente nas respostas obtidas, implícita ou explicitamente, fatores comparativos advindos de outras formas da vida urbana.

²⁷⁸ *No quadro estão as dez respostas mais freqüentes, na ordem em que apareceram em cada município. Os elementos que surgiram nos quatro municípios estão em marrom. Aqueles que apareceram em três municípios estão em bordô. Os que apareceram em dois municípios estão em vermelho e os que surgiram em apenas um dos municípios estão em amarelo. Estas observações servem, também, para os demais quadros deste capítulo.*

²⁷⁹ Outro aspecto, talvez mais velado, que pode se ler dessa valorização é que provavelmente a deficiência de abastecimento que existia no município aparecia nos debates políticos, razão porque algo tão substancial, mas freqüentemente menos aquilatado recebe nesse município expressão maior.

Quadro 7 – Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. “Do que você gosta na sua cidade? O que é melhor na sua cidade?”.

Colorado	Querência do Norte	Rondon	Terra Rica
Tranquilidade Amizade/família	Diversão/ festas Tranquilidade	Amizade/família Tranquilidade	Tranquilidade Natureza (praias, morrinhos)
Solidariedade/hospitalidade/povo Segurança Diversão (rodeios) Escola/professores Igreja/Igreja Budista	Amizade/família Natureza (rios, portos) Solidariedade/hospitalidade/povo Segurança Trabalho	Solidariedade/hospitalidade/povo Segurança Diversão Igreja Proximidade/facilidade de locomoção	Amizade/família Segurança Tudo Água Diversão
Trabalho Arborização Raízes/adaptação	Igreja Escola/professores Agricultura (fertilidade solo)	Trabalho Escola/professores Casa	Arborização Igreja Proximidade/facilidade de locomoção

Fonte: Questionários aplicados, 2003.

Se os elementos considerados nos capítulos anteriores já expressavam que as pequenas cidades não correspondem a miniaturas das grandes cidades, mas sim uma expressão do urbano com feições específicas; estas manifestações dos habitantes exprimem um cotidiano marcado por atributos que confirmam essa natureza diversa. São significações edificadas no âmbito de racionalidades que parecem escapar à lógica econômica.

Ao assinalar a tranquilidade como algo que se aprecia nas pequenas cidades, remete-se à análise para o tema do ritmo da vida urbana. Esta concerne, seguramente, a uma leitura marcada pela comparação com parâmetros de outras circunstâncias urbanas, vinculadas às cidades maiores e marcadas pela intensidade da cadência imposta diariamente²⁸⁰. O referencial para essa comparação, por parte dos respondentes, provavelmente foi construído pela estadia em cidades maiores, especialmente áreas metropolitanas. Entretanto, pode também ser atribuído à mídia, cujo foco, assim como a ciência e a política é, basicamente, metropolitano.

Cotejado a esse ritmo cotidiano está outro que faz o andar apressado em meio à multidão, o sentido da vida depreciado, os sentimentos embrutecidos e os sonhos distanciados pela falta de tempo, como ensina Carlos (1994, p. 58). De acordo com a mesma autora, o urbano marca

²⁸⁰ Estudo realizado por Gaspar e outros (1998), com base no que ele designa por *inquéritos*, obteve resultados parecidos, sendo o sossego e a calma um dos aspectos positivos mais destacados nas pequenas e médias cidades portuguesas por eles estudadas.

não só o ritmo, mas o modo de viver e pensar a vida. Em contraposição a esse ritmo acelerado, ela destaca um similar a esse aqui retratado pelas respostas dos questionários, no qual “[...] os adultos ainda podiam colocar cadeiras nas calçadas e ver as crianças brincando – jogando bola, pulando corda,[...] em que até se podia sentar e ‘ esperar a vida passar’, como ainda ocorre nas pequenas cidades do interior²⁸¹”.

Nas pequenas cidades, é possível percorrer alguns trajetos cotidianos a pé e, mais, caminhar devagar, pois não há uma multidão impondo um ritmo forçado. Então, a tranquilidade está relacionada a outro item apontado pelos respondentes – a facilidade de locomoção - pela proximidade que permite o pedestrianismo ou ao trânsito descongestionado para os que utilizam veículos automotores. Essas percepções também decorrem de uma apreciação comparada a outros ritmos impostos por outros cotidianos, marcados pela sofreguidão. De qualquer maneira, as manifestações locais mostram que se tem consciência desse atributo e o fato de emergir de maneira tão contundente o sagra como algo valorizado por seus moradores.

Como já se mencionou na introdução, são as pequenas cidades partes do urbano marcado por um ritmo mais lento e humanizado. Para situar a discussão num contexto mais universal, deve-se registrar que se conforma nos últimos anos, como contraponto aos ‘atropelos’ trazidos pela racionalidade econômica, diversas manifestações que anunciam o *elogio à lentidão*. Termo costumeiramente encontrado como adjetivo negativo passou agora a um predicado desejado, pelo menos no que se refere à possibilidade de um cotidiano menos nocivo. Essas manifestações emergem em forma de publicações e movimentos específicos como o *slow food*²⁸².

A tranquilidade e a maior possibilidade de desacelerar em pequenas cidades trazem ao debate esses espaços juntamente com esses predicados que lhes são próprios. Assim, pode se entender o *slow cities*, inspirado no mencionado *slow food*, formulado por Paolo Saturnini, prefeito de uma pequena cidade italiana (Greve-in-Chianti), motivado pelos baixos índices de emprego e conseqüentes migrações para cidades maiores. Anteriormente, para solucionar tais problemas tentou-se instalar grandes indústrias, mas estas iniciativas trouxeram fortes implicações

²⁸¹ Vale ainda mencionar excerto de *A miséria da filosofia* de Marx, citado por Carlos (1994, p. 58), ao ressaltar que o tempo passa a ser tudo, a medida da vida e o sentido do cotidiano: “Então não há por que dizer que uma hora de um homem equivale a uma hora de um outro homem; deve-se dizer que um homem de uma hora vale tanto como outro homem de uma hora. O tempo é tudo, o homem não é nada – quando muito é a carcaça do tempo. Não se discute a qualidade. A quantidade decide tudo: hora por hora, jornada por jornada”.

²⁸² O *Slow food* foi criado em 1986 na Itália como forma de valorizar a gastronomia cultural, produção orgânica e local. É claramente uma resistência ao *fast food*, valorizador da homogeneidade e da pressa. Já conta com oitenta mil membros em cem países, operando com certificações mediante o atendimento de algumas exigências que qualificam determinados estabelecimentos de acordo com os valores propagados por tal movimento.

sobre a produção e cultura local. Por isso, o movimento baseia-se na tradição da produção local, na arquitetura e na valorização do pedestrianismo, procurando com estes elementos constituir atrativos para amparar uma dinâmica local positiva²⁸³.

Ademais, a referência à lentidão tem aparecido na forma de publicações diversas. No romance *A lentidão* de Kundera (1995, p. 6-7) o autor apresenta reflexões com nuances nostálgicas²⁸⁴. A lentidão pode trazer consigo a recuperação de algumas atitudes como a de sonhar, sinaliza Sansot (2001, p. 13-14) na publicação designada em espanhol como “*Del buen uso de la lentitud*”, sendo essa lentidão não referente à incapacidade de adotar uma cadência mais rápida, mas sim à vontade de não precipitar o tempo e não permitir ser atropelado por ele. O referido autor expõe sobre “[...] un urbanismo moroso: es decir, de que, sin obstaculizar la libre circulación de las personas y de las mercancías, tomemos en cuenta la preocupación de vivir, por lo tanto de permanecer en los lugares con los que nos sentimos de acuerdo”. Ele pondera que tal política da morosidade parece contrária à noção de acessibilidade, supostamente baseada numa igualdade, concretamente apenas formal (SANSOT, 2001, p. 15 e 164).

Recentemente traduzido para o português, apareceu outro contundente elogio à lentidão escrito por Honoré (2005), sob o título de *Devagar*. Nesse livro, o autor sistematiza diversas iniciativas que ele entende como parte de uma *slow* filosofia, incluindo algumas iniciativas já mencionadas anteriormente e outras tantas. Ele vê nesse processo o despontar de uma expressiva mudança cultural, desafiadora do culto da velocidade, destacando que a desaceleração pode ser boa, num tom mais de auto-ajuda do que de preocupação social.

Todas essas referências trazem a questão do ritmo como algo opcional. Os motivos do otimismo podem ser entendidos, pois parece haver uma retomada dos valores humanos. Advogar a desaceleração é uma forma de reclamar maior humanização nas relações, o que é um sinal positivo. Não raramente, porém, esses discursos tornam-se elitizados, perdendo o viés de crítica, misturando-se a posturas mais comprometidas ao conservadorismo social que a perspectivas de superação de velhos embates.

²⁸³Além do site www.cittaslow.stratos.it, há outros que contemplam o assunto, como o www.radstrom.ca/susan, referente a estudo da canadense Susan Radstrom. Preocupada com uma pequena cidade do Canadá (Manitoba – não-metropolitana e em declínio demográfico), ela procura no referido movimento idéias plausíveis para tal localidade, com o objetivo de reverter sua dinâmica.

²⁸⁴ “Por que o prazer da lentidão desapareceu? Ah, para onde foram aqueles que antigamente gostavam de flunar? Onde estão eles, aqueles heróis preguiçosos das canções populares, aqueles vagabundos que vagavam de moinho em moinho e dormiam sob as estrelas? Será que desapareceram junto com as veredas campestres, os prados e as clareiras, com a natureza? Um provérbio tcheco define a doce ociosidade deles com uma metáfora: eles estão contemplando as janelas de Deus. Aquele que contempla as janelas de Deus não se aborrece; é feliz. Em nosso mundo, a ociosidade transformou-se em desocupação, o que é uma coisa inteiramente diferente; o desocupado fica frustrado, se aborrece, está constantemente à procura do movimento que lhe falta.” (KUNDERA, 1995, p. 6-7).

Portanto, não é possível trazer essas referências e não fazer algumas considerações quanto aos limites dessas manifestações favoráveis a um ritmo cotidiano menos intenso. Defender a desaceleração não tem peso *revolucionário*, apenas indica o surgimento de resistências e aversões à condição de vida que impera no presente. Então, a atenção a esse tema neste trabalho pode ser ‘lida’, não como parte do ‘coro’ às apologias, mas como uma postura de valorização ao processo de resistência a um ritmo desumano. Pode-se ver, por meio desse tipo de manifestação, a proeminência de outros valores, diferentes daqueles requeridos hegemonicamente pela vida econômica, ainda que não totalmente dela desvincilhados, já que o *slow* pode se converter em atributo luxuoso empregado pelo *marketing*.

Esta oposição mostra significados diferentes tanto para a velocidade como para a lentidão. Chamava a atenção Santos (1996a, p. 260-264) para a questão do ritmo, mas sob um outro ângulo, expondo sobre o tempo dos homens lentos, aqueles que não conseguiram apropriar-se da mobilidade produzida pela técnica, porque ela passa pelo mercado e pelo poder de consumo. Essa lentidão não resulta de uma opção, mas de uma condição social, que se contrapõe à adoção voluntária da lentidão. Portanto, registra-se um sentido dúbio para a lentidão.

A associação imediata desses atributos com determinados espaços, no caso as pequenas cidades, também deve ser cautelosa, pois apesar da tranqüilidade que parece imperar nas mesmas, ali, igualmente, é despótico o tempo consumido pelo trabalho. Para a multidão de trabalhadores que dependem do cumprimento de metas diárias, a possibilidade de arrefecer o ritmo não se apresenta como algo que possa resultar de uma decisão individual. São pessoas que não podem apropriar-se do seu tempo, pois ele é a medida da quantidade do trabalho vendido, única via para a sua reprodução. Tampouco podem os trabalhadores decidir sobre ritmos mais adequados, pois essa é medida do trabalho vendido, fazendo do tempo uma dimensão vivida pelo seu valor de troca. Ela vem acompanhada de uma exigência da intensidade do seu uso, que deve resultar numa determinada produtividade. Portanto, para muitos, o tempo segue arbitrário, ora abarcando-os no seu ritmo por meio do trabalho, ora excluindo-os da sua dispendiosa celeridade.

A questão do ritmo de vida passa, então, pela condição social. Apropriar-se da velocidade ou da lentidão pode decorrer de uma decisão apenas para aqueles que não são donos só da sua força de trabalho. Para os que estão no outro pólo das relações sociais, o ritmo é imposto, pelo menos no que se refere às horas dedicadas ao trabalho. É intenso porque é a medida do trabalho. É lento, enquanto capacidade de locomoção e de comunicação porque é mercadoria, e como tal, exige o equivalente ao valor de troca.

Essas ponderações explicitam a condição genérica dos trabalhadores e têm como objetivo apenas problematizar o que foi sublinhado pela sociedade local. A valorização da tranquilidade, de acordo com os próprios moradores, reitera o valor desse atributo no cotidiano. Ainda que o tempo de trabalho exija um ritmo não menos intenso que em outras áreas, o tempo restante pode ser usufruído com maior tranquilidade nas pequenas cidades. Tendo em vista a simplicidade, a proximidade e suas dimensões físicas, o ritmo mais humanizado depende menos da condição social de optar por ele, assim como a capacidade de locomoção passa menos pela capacidade de consumo.

Assim, não há como negar que, ao terem seu ritmo comparado com outros, as pequenas cidades guardam outra dimensão do tempo, servindo agora como referência para a retomada de escalas mais humanizadas e assinalando para a recuperação do valor de uso do tempo e do espaço.

Mais uma qualidade valorizada pela população local, também de provável cunho comparativo, tendo em vista o que se difunde pela mídia, é a segurança. Contudo, é preciso dizer que apareceram também manifestações relativas a problemas com segurança. Essas apreciações dúbias indicam que há um processo de transformação sinalizando a perda dessa característica. Deste modo, os moradores, com base em sua própria experiência, ora ressaltam a segurança, ora a falta dela. No caso das cidades analisadas, a segurança ainda prevalece como ponto positivo.

Outros elementos destacados pelos respondentes estão vinculados à afetividade e ao apreço, que comparece nas menções feitas a relações familiares e de amizade, quanto ao lugar, tendo em vista o *enraizamento* e a adaptação, e ainda de forma mais específica à casa; aos eventos e a dimensão lúdica. Apesar de terem sido apontados como atributos separados, na realidade, os elementos assinalados são combinados, pois as relações familiares e de amizade mais intensas estão ligadas ao ritmo mais tranquilo e simples de vida que, por sua vez, têm relação com a proximidade física e social.

Os vínculos de afetividade confundem-se à afeição pelo espaço, tornando-o singular pelos laços específicos que cria. Comumente, em pequenas cidades, o isolamento é pouco freqüente, o que amplia o significado dessas localidades no que se refere à sociabilidade que promove. Portanto, a sociabilidade fácil é um atributo característico das pequenas cidades, já conhecido, e que este trabalho apenas confirma.

Não obstante, nesse aspecto, também é preciso fazer ressalvas, pois estes espaços combinam relações cuja natureza lhes são próprias com aquelas específicas da sociedade de classes. O que ocorre é que as relações de natureza comunitária tendem a suprimir os conflitos de classes (LUGAN, 1997, p. 403).

A maioria dos elementos assinalados como aqueles que mais se apreciam nas pequenas cidades, são os mesmos que deixariam saudades no caso de mudança (Quadro 8). Então, as respostas a essa indagação reiteram as anteriores, apenas invertendo um pouco a ordem de valorização, agora mais homogêneas e unânimes em destacar as relações de sociabilidade com a família e amigos como aquilo que faria mais falta.

Quadro 8 – Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. “Do que você sentiria mais saudades?”.

Colorado	Querência do Norte	Rondon	Terra Rica
Amigos /Família	Amigos/família	Amigos/família	Amigos/família
Tranqüilidade	<i>Tranqüilidade</i>	Tranqüilidade	Tranqüilidade
Trabalho	<i>Lugar/cidade</i>	Diversão	Natureza (Pontos turísticos)
Hospitalidade do povo	Natureza (rios, portos)	Hospitalidade do povo	Tudo
Lugar/cidade	Trabalho	Lugar/cidade	Segurança
Escola	Tudo	Trabalho	Diversão
Casa	Cotidiano na cidade	Escola	Casa
Diversão (rodeio)	Diversão (festas)	Igreja	Lugar/cidade
Segurança	Segurança	Casa	Afetividade/solidariedade
Propriedades	Casa	Segurança	Nada

Fonte: Questionários aplicados, 2003.

É oportuno levar em conta que, para compreender as pequenas cidades, segundo assegura Oliveira (2000, p. 201), deve-se considerar as relações sociais, que contêm vida, sentimentos e emoções que se traduzem no cotidiano das pessoas. Especialmente, no estudo dessas localidades, é fundamental considerar que a cidade não se resume à aparência, mas nas palavras do referido autor: “Ela se produz e reproduz a partir do cotidiano de quem a constrói, contendo vida, fragmentos de vida e a dimensão do uso do espaço e do tempo”. São esses sentimentos que as tornam repletas de

significados sociais, aspectos indispensáveis para dimensionar os papéis das pequenas cidades para além da vida econômica. São elementos como esses que mostram que as diferenças entre as grandes e pequenas cidades não são apenas referentes aos quilômetros quadrados que ocupam suas edificações e nem somente quanto ao seu volume demográfico, mas estão nas relações e interações que existem no âmbito das mesmas.

Se na análise da composição dos equipamentos comerciais e de serviços nas pequenas cidades deve-se valorizar elementos aparentemente sutis, como se assegurou no terceiro capítulo, o estudo do significado social dessas localidades igualmente se encontra em meio à simplicidade, como mostram os resultados dos questionários, constatação que se compartilha com Oliveira (2000, p. 211): “[...] é preciso procurar nas coisas simples a beleza e a poesia onde não se fala disso ou talvez onde nem exista. É preciso compreender o olhar, o sorriso, todos os gestos e ações que abrem a porta para o infinito, tomando a vida mais agradável, as distâncias menores e os momentos mais intensos”.

Havia uma dúvida, se apareceriam manifestações diferentes, em especial nestas questões relativas aos vínculos, de acordo com as dinâmicas diferenciadas das cidades estudadas. Como se vê, não se constata essa diferença, o que significa que estes nexos independem da diversidade na dinâmica demográfica, econômica e política já assinaladas, até mesmo porque estas localidades compartilham problemas semelhantes. Em outras palavras, pode-se afirmar que a mobilidade demográfica mais intensa não pressupõe necessariamente vínculos afetivos depreciados.

São as pequenas cidades referências espaciais únicas para aqueles que nelas vivem. Por isso, no que diz respeito ao significado social, elas podem ser explicitadas mediante o conceito de lugar, compreendido como local onde se reúnem identidades significativas, sem delimitação territorial exata, consequência das ligações através do tempo e do espaço (FERREIRA, 2000). É oportuna, para complementar, a observação de Gomes (2002, p. 230), de que a forma cotidiana de lidar com os espaços é a forma de significá-los.

Esse caráter de proximidade e de afetividade, próprio do lugar, embora de difícil delimitação física, entende Felipe (1998, p. 8) que cabem no território municipal: “O território municipal é o lugar da fixidez, onde os homens colocam significados, símbolos e imagens, [...] forjadores de identidades e o poder institucionalmente estabelecido, aderências que prendem o indivíduo e o grupo social ao espaço, resultado da sua produção e da técnica, mas acima de tudo de suas vidas”.

São outros aspectos presentes no espaço, decorrentes de racionalidades extra-econômicas. Tal entendimento encontra-se em Santos (2001, p. 112), ao afirmar que o território não é apenas o lugar da ação pragmática, mas inclui um aporte da vida e uma parcela de emoção. Desta maneira, o território se metamorfoseia em algo mais do que um simples recurso e constitui um abrigo. Igualmente, por meio dos qualificativos

sinalizados pela sociedade, observa-se que tal sociedade não é só a reserva de mão-de-obra como interessa aos agentes econômicos. Há um significado humano e social que se produz ao compartilhar o cotidiano. Junto desponta o valor de uso do espaço.

Os moradores das pequenas cidades, em geral, destacam de forma positiva a hospitalidade, a solidariedade e a afetividade. Ao obter retornos semelhantes em localidades estudadas em Portugal, considerou Gaspar (1998, p. 61) que a vivência humana é mais agradável nestas cidades onde todos se conhecem e onde é mais fácil estabelecer redes de ajuda mútua e apoio, baseadas em familiares e/ou amigos. Destaca o autor que a proximidade espacial facilita a interação e, por isso, um dos aspectos que mais agrada é a convivência que se estabelece entre vizinhos e conhecidos e a facilidade em criar e manter amizades, além das redes de solidariedade que se estabelecem.

Esta constatação é comum, em cidades menores, como destaca entusiasmadamente Castro (2003), ao escrever sobre Itabirito, cidade com 38 mil habitantes localizada em Minas Gerais, onde se encontram múltiplas manifestações de uma sociedade civil ativa. Ponderando que também há problemas, mas em menor escala, o autor destaca que tal cidade não fará parte do *Programa Fome Zero*, porque a fome é ‘zero’, e a ‘fórmula’ é simples: todos ajudam, todos confiam, todos vigiam. No entanto, deve-se ressaltar que, embora a sociabilidade seja comum a todas as pequenas cidades, nem todas possuem uma mobilização efetiva no sentido de conseguir resultados sociais tão positivos como se atribuí ao exemplo anteriormente citado.

Nos dois primeiros quadros apresentados, emerge notavelmente o afincamento ao trabalho, ratificando o que vem se difundindo na bibliografia sobre os distritos industriais e desenvolvimento local, de que em cidades menores é comum e mais forte a difusão da ideologia do trabalho, bem como o espírito comunitário e o consenso.

O conjunto de respostas à pergunta “O que você gosta de fazer nas horas vagas?” permite conhecer melhor quem são essas pessoas que ressaltam positivamente o trabalho, os estudos, a casa, entre outras respostas tão surpreendentemente simples (Quadro 9).

Quadro 9 – Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. “O que você gosta de fazer nas horas vagas?”.

Colorado	Querência do Norte	Rondon	Terra Rica
Sair/estar com amigos	Ler	Assistir Tv/filmes	Ler
Ler	<i>Praticar esportes</i>	Ler	Assistir Tv/filmes
Assistir Tv/filmes	<i>Assistir Tv/filmes</i>	Pescar	Praticar Esportes
Família/casa	Descansar	Sair/estar com amigos	Pescar
Artesanato	<i>Sair/estar com os amigos</i>	Ouvir música	Família/casa
Praticar esportes	<i>Ouvir música</i>	Praticar esportes	Ouvir música
Pescar	<i>Passear</i>	Descansar	Sair/estar com os amigos
Ouvir música	Artesanato	Passear	Descansar
Estudar	Pescar	Estudar	Passear
Descansar	Cuidar de plantas	Internet	Cuidar da casa/artesanato

Fonte: Questionários aplicados, 2003.

Complementando, menciona-se algumas atividades que chamam a atenção e também compareceram com alguma frequência, embora não estejam entre as mais citadas. Em Colorado: freqüentar a igreja, dançar, passear, efetuar tarefas domésticas, trabalhar, trabalho voluntário e cuidar de plantas. Em Rondon: jogar baralho, ficar com a família, trabalhos manuais, rezar, dançar e cozinhar. Em Querência do Norte: estudar, ficar com a família, freqüentar rios e portos, entre outros. E, por fim, em Terra Rica: freqüentar prainhas e *pesque-pague*, jogar baralho e caminhar.

De maneira geral, as atividades lúdicas são simples, envolvem descanso, estar com os amigos e a família, trabalhos e atividades relacionadas ao artesanato e aos cuidados com a casa e quintal, ou ainda, atividades religiosas e o desfrute de elementos da natureza ou da cultura local. Predominam atividades que prescindem do consumo e pouco dispendiosas, além do que, reiteram as respostas anteriores quanto ao apreço à amizade, simplicidade, trabalho (profissional, voluntário ou doméstico), ou relacionado a algum passatempo.

Voltando à questão da sociabilidade, nesse ambiente em que todos se conhecem, há, contudo, o reverso dessa condição que se baseia no controle coletivo, mais corriqueiro em cidades menores. De acordo com pesquisa de Gaspar (1998), o conservadorismo e a mentalidade foram

citados como aspectos negativos e, em cidades maiores, o anonimato permite maior liberdade de expressão. Nas pequenas cidades estudadas, também ocorreram algumas manifestações de repúdio a esse indesejável controle. Há que se ressaltar, todavia, que prevaleceram manifestações positivas acerca do estreito relacionamento social.

Os atributos relacionados à sociabilidade, apreciados pela sociedade local, possuem nexos com o tipo de relações que se estabelecem nas pequenas cidades. Nestas localidades, prevalecem as denominadas relações primárias, que se contrapõem às relações secundárias. Na bibliografia, esta discussão está em Park (1979) e Wirth (1979, p. 101). As relações primárias baseiam-se em vínculos mais pessoais, informais, imediatos e fundamentados no parentesco e na afetividade, mediante os quais se estabelece também uma forma de controle. Já as relações secundárias, predominantes nas grandes cidades, como resultado da presença mais resoluta da cultura urbana e industrial, são impessoais, superficiais, formais e ancoradas no vínculo profissional ou de negócios. Nos termos de Gomes (2002, p. 111), nas grandes cidades inicia-se uma nova era, durante a qual os princípios do direito, ‘frios’ e formais, tendem a reduzir ao mínimo as relações ‘quentes’, do tipo familiar ou comunitário²⁸⁵. Na obra de Santos (1996a, p. 254-255), ele assinala que as relações construídas pela proximidade espacial compõem interações horizontais, produtoras da solidariedade.

Como já se considerou, no segundo capítulo, as transformações culturais trouxeram implicações generalizadas, contudo, com maior ou menor incidência espacial, o que está profundamente relacionado à vida econômica e à composição social de cada local. Assim, nas pequenas

²⁸⁵ Este autor aprofunda o estudo do tipo de relação que a sociedade estabelece entre seus componentes e com o espaço, como se constrói a legitimidade nos vários tipos de vínculos. Ele cria matrizes que permitem um entendimento mais elaborado, figurando como elementos explicativos em situações e conflitos onde estejam presentes, explícita ou implicitamente, questões territoriais. A primeira matriz é o ‘nomoespaço’, baseada numa relação da sociedade com o espaço regida por normas, leis, portanto uma relação fundamentada na lógica, regulando indivíduos diferentes. Embora esta relação caracterize o Estado moderno, o autor mostra sua origem pretérita: a *polis* grega, que se definia como a fronteira dos muros e de suas leis, criando um novo domínio da vida coletiva, redefinindo seus quadros físicos e comportamentais baseados na igualdade e na constituição do espaço público. Assim ocorreu a passagem de uma comunidade étnica para uma sociedade civil. Então, a delimitação espacial está associada à organização social e a desobediência à lei implica em penalidades correspondentes à exclusão territorial, como o encarceramento (GOMES, 2002, p. 34-39). A segunda matriz é o ‘genoespaço’, baseada nas origens comuns (reais ou criadas) da relação com o espaço, que constituem *grupos* ou *comunidades*. A unidade pode ser atribuída a traços étnicos, familiares, culturais, históricos, morfológicos, comportamentais ou mais que um desses, considerados de forma simultânea. A identidade comunitária está associada a uma identidade territorial, produzida por uma história de um território comum. As fronteiras desse tipo de espaço são fluidas e instáveis. O ‘genoespaço’ corresponde à forma mais típica das sociedades primitivas. Não obstante, o livro de Gomes não estabelece uma linearidade cronológica entre as duas matrizes apresentadas. As formas políticas de relacionamento da sociedade com o espaço, fundamento destas matrizes, coexistem e são recriadas, como pode se conferir nos casos analisados pelo autor.

localidades mantêm-se a sociabilidade. Embora se verifique o apreço ao trabalho, as relações sociais estabelecem-se mais por vínculos afetivos de amizade, familiares, ou seja, resultantes do contato mais imediato²⁸⁶.

A identificação dessas formas diversas de relações impulsiona uma série de outros debates no âmbito das Ciências Humanas e Sociais. Seria demasiado querer esgotar o tema. Por isso, os parágrafos seguintes apenas sinalizam algumas possibilidades a mais de análise.

Quando prevalecem relações secundárias, tem-se, em outros termos, um cotidiano *não provinciano*, entendendo-se com isso a ausência do controle moral que decorre das relações primárias. Na perspectiva conservadora, o controle social decorrente das relações primárias nas cidades menores asseguram comportamentos moralmente aceitos. A manutenção desses comportamentos tinha relação com a circulação restrita de outros referenciais e idéias, como aparece claramente em Rousseau (1993, p. 75), quando ele se manifestou radicalmente contrário ao teatro porque poderia alterar o comportamento de habitantes de cidades menores. Para ele, o teatro só poderia ser útil nas grandes cidades, como forma de ocupar os desempregados, mas não nas pequenas, onde bastava o descanso para os trabalhadores.

Ao expressar sua preocupação com o destino da política, Sennet (1998, p. 70) atribui ao anonimato e à passividade a decadência da vida pública, cuja explicação está na formação da nova cultura urbana capitalista, mais expressiva nas grandes cidades, onde se pressupõe a existência de uma condição cosmopolita por ele entendida como a manutenção do comportamento a certa distância “[...] das circunstâncias pessoais de todos e, portanto, não força as pessoas a tentarem definir umas para as outras quem são”. Complementando esse raciocínio, ele se questiona em meio à multidão de desconhecidos “[...] como tais pessoas irão fazer sentido umas para as outras?” (SENNET, 1998, p. 73).

Essa transição cultural, ainda conforme o mesmo autor, trouxe o homem expectador e passivo, em detrimento do ator. Ele argumenta sobre as mudanças que levaram à construção desse expectador, como a difusão do rádio e da televisão como elementos fundamentais para fazer da passividade a lógica.

²⁸⁶ Vale observar que, segundo Holanda (1987), no Brasil, de modo geral, predominam relações que se estabelecem com fundo emotivo. O reconhecimento da autoridade, em todos os níveis, ocorre desde que permita um convívio mais próximo e familiar, e que se estabeleça a intimidade. Para ele, o comportamento político brasileiro também se explica pelo desejo de ser o povo mais brando e comportado do mundo. Portanto, o que se atribui aqui como característico do comportamento de pessoas de pequenas cidades, no Brasil, aparece como algo mais generalizado. Esse é um traço que explica parcialmente a sociedade brasileira. Todavia, é sem dúvida um olhar incompleto, pois não vê e não valoriza os enfrentamentos e os conflitos que existem apesar desses traços tão peculiares da sociedade brasileira.

Já Putnam (2005) traz um contraponto. Conforme ele, alguns autores remetem a *comunidade cívica* para o passado: “Muitos teóricos associaram a comunidade cívica a certas comunidades pré-modernas, pequenas e coesas, muito diferentes de nosso mundo moderno – a comunidade cívica seria um mundo que já perdemos”. Por este viés, argumenta o autor, a dimensão pública está fadada a desaparecer, entendendo a modernidade como inimiga da civilidade. Ele procura mostrar o contrário, tomando por referência um estudo sobre a política italiana. Em áreas mais desenvolvidas economicamente foram encontrados maior participação e avanço político, enquanto em áreas tradicionais foram encontradas hierarquia e exploração, mas não solidariedade.

A forma como Rousseau pretendia proteger determinada sociedade de idéias novas, por ele consideradas nocivas, não serviria mais para os dias de hoje, pois a circulação de idéias tem novos suportes, em parte os mesmos que servem também à produção do expectador. Por meio da televisão, do computador e da leitura, por exemplo, há maior presença e circulação dos valores universais em todos os locais. Embora novos problemas possam surgir, uma maior difusão de idéias pode ajudar na diluição de comportamentos tacanhos, antes relacionados imediatamente a pequenas localidades.

Como se vê, é um debate antigo, mas não ultrapassado e, tampouco, concluído. Na realidade, o anonimato não elimina o controle, apenas o dissimula. Assim, escapam saídas verdadeiras, fundamentadas no crescimento e avanço nas relações que poderiam superar a intolerância e o preconceito, em qualquer tipo de cidade.

Por outro lado, o cosmopolitismo pode configurar uma perspectiva positiva. Como ensina Bobbio (1986, p. 299), há diversas matrizes e o cosmopolitismo já esteve presente em vários momentos da história com motivações tão diversas como a religião e o iluminismo. Ele enfatiza o cosmopolitismo como contraposição ao nacionalismo e, na sua interpretação do que seria cosmopolita, cita Voltaire: “O homem que desejasse que sua pátria não fosse nem a maior, nem a mais pequena, nem a mais rica, nem a mais pobre, seria um cidadão do mundo” (BOBBIO, 1986, p. 299). Por meio dele, porém, sem manter tal noção atrelada aos limites nacionais, pode-se compreender o cosmopolitismo como a capacidade das pessoas de extrapolar os limites e circunstâncias do espaço em que vive. Tal capacidade de se desprender culturalmente do lugar está relacionada, nesse caso, com uma forma de superação do sentimento de pertencimento, concomitante a uma forma de ampliá-lo, com a capacidade de sentir-se ‘em casa’ em qualquer espaço, como um cidadão do mundo. Isso significa apropriar-se não só do espaço vivido, mas por meio da condição humana possível com os avanços materiais, apropriar-se do mundo.

Ademais, recentes mudanças verificadas tanto nas pequenas quanto nas grandes cidades deixaram esse tipo de debate ainda mais inacabado. Conforme já se sublinhou anteriormente, as pequenas cidades preservam formas de convivência próprias. Elas favorecem amplamente o estreitamento das relações, como constatou Lugan (1997, p. 399-404), ao passo que já identificara sinais de transformações, motivadas por fatores isolados ou pela combinação deles: maior diversificação social provocada pela instabilidade demográfica que pode ocorrer por vários motivos, a mobilidade de fim de semana acarretada pela difusão das residências secundárias, presença de categorias socioprofissionais com mobilidade espacial intensa, falta de integração entre migrantes e moradores mais antigos, além de outras alterações possíveis no perfil demográfico da população, como a mudança na composição etária. Mediante essas considerações, o mesmo autor assinala que as mudanças referentes às interações sociais ocorrem em detrimento das formas de sociabilidade de tipo comunitário, em favor de uma sociabilidade resultante da aproximação das pequenas cidades com valores difundidos pela dinâmica urbana mundial.

Em outro extremo, não faltam igualmente alterações no cotidiano das grandes cidades, freqüentemente proclamadas como espaços de liberdade, apresentam crescente situação de reinventado controle, como pertinentemente sinalizou Capel (2001, p. 139), sem, contudo, desanimar das perspectivas positivas trazidas pelo urbano. Ele complementa assegurando que esse controle, apoiado pela população, responde ao temor e ao sentimento de insegurança que, na realidade, atingem o espaço e a sociedade como um todo. Portanto, emergem novas formas de controle, baseados em outras motivações, sem a sociabilidade que as contrabalançam nas pequenas cidades. São novos elementos para se pensar.

Encerra-se esta parte destacando o valor das pequenas cidades para seus moradores, sublinhando elementos apreendidos fora da racionalidade econômica, mostrando uma vez mais que os seres humanos, mesmo submetidos às mais precárias condições de vida, são mais que aquilo que fazem deles as relações sociais de produção. Tal constatação referente ao significado das pequenas cidades é o que realmente justifica e fornece sentido a esse trabalho e à preocupação que o permeia.

5.2 Poder local e condição política

A reflexão sobre a condição política nas pequenas cidades pode ser compreendida, inicialmente, como algo independente do que se assinalou nas questões anteriormente discutidas. Tal condição se inclui nessa problematização como item relevante para apreender as pequenas cidades enquanto dinâmicas concretas de vida.

São as pequenas cidades espaços significativos para a sociedade local pelas relações nelas estabelecidas, por meio de vínculos e significações tecidas cotidianamente. Contudo, isso não significa apropriar-se efetivamente do espaço e do seu comando, tendo em vista condições políticas e materiais. Observa-se que nas pequenas cidades as relações políticas também guardam especificidades. As considerações a seguir são pequenas e limitadas incursões sobre a vida política local.

Essa condição política não está completamente independente do que pode ser apreendido do item anterior, pois os vínculos e o estreitamento das relações possuem nexos com o que se denomina como relações de pessoalidade e ideologia unionista (CANIELLO, 2003, p. 32), distinguidas da vida nas cidades maiores pautadas pelo individualismo.

Reiterando afirmações anteriores, Caniello (2003) considera as cidades pequenas como contextos em que a sociabilidade é largamente condicionada pela ‘pessoalização’, porque os indivíduos estão incluídos num ambiente social em que o alto grau de proximidade produz inevitável visibilidade, o que faz com que, nestas cidades, a individualidade dissolva-se numa rede de relacionamentos compulsórios ditados pela frequência do contato no cotidiano. Nesse contexto de relações próximas, em que a cena social está marcada por relações de solidariedade e reciprocidade obrigatórias, é difícil veicular demandas conflitivas (CANIELLO, 2003, p. 33).

O conflito manifesta-se, segundo o referido autor, de maneira ritualizada e em determinadas situações quando as oposições são admissíveis e toleradas. A rivalidade ritualizada ocorre por meio de facções, como forma clássica de organizar o conflito. Nas pequenas cidades,

de maneira geral, é por ocasião das eleições que ocorrem explicitamente os conflitos políticos, quando se aceita a situação e a oposição. É comum a formação de grupos, que se revezam no poder, inclusive por meio de alternância com os mesmos nomes²⁸⁷.

A ideologia unionista, preconizadora da união e do consenso, impera mesmo durante esses conflitos aceitos e ritualizados, por meio de uma “[...] reciprocidade hostil que age inversa mas complementarmente no intercâmbio totalizador da vida cotidiana, provendo o campo do conflito de um componente interativo condizente com a tradição pessoalizante, na medida em que a facção fornece ao indivíduo uma rede de relações subsidiárias fundada em laços de solidariedade pessoais e dotada de uma forte referência de identidade grupal” (CANIELLO, 2003, p. 33). Assim, ela se mantém como ideologia marcada pela ojeriza ao conflito interindividual, um dos elementos estruturadores do denominado padrão pessoalizante das relações sociais.

Não há abertura política e nem são comuns contestações, bem como são praticamente inexistentes os canais de participação. O comando político constrói-se com base nessas facções e na figura da autoridade política, que não dispensa a referência ao coronelismo, outro forte componente da política local em pequenas cidades.

Há que se ressaltar, contudo, que essa não é uma peculiaridade brasileira. Como pode se aprender com Nadal (2005), ao se referir ao caso espanhol, explica o município como criação do Estado, gerando com a centralização a dependência do local e a formação de uma estrutura de poder, nos termos utilizados pelo autor, caciquil: “[...] el caciquismo es consecuencia del predominio político de la gran propiedad agrária, lo cierto es que no será roto por medios jurídicos o administrativos, sino por una práctica urbana e industrial”.

O poder local no Brasil estrutura-se dentro de bases idênticas, que se convencionou denominar de *coronelismo*²⁸⁸. Apesar do termo militar, tal referência guarda desse a imposição hierárquica que ele suscita, pois por coronel se entende uma pessoa de prestígio social, tradicionalmente com poder econômico assentado na terra e com capacidade de estruturar o poder local de acordo com seus interesses.

²⁸⁷ É corriqueiro encontrar prefeitos eleitos por duas ou três vezes. Por exemplo, em Terra Rica, Cláudio Soletti, ex-proprietário de serraria e pecuarista, foi prefeito três vezes: 1973-1976, 1983-1986 e 1996-2000. O prefeito Mário Luiz Lanziani, médico, também já foi prefeito anteriormente (1993-1996) e prosseguiu com outro mandato porque foi reeleito em 2004. Em Rondon, Paulo Borges de Medeiros, proprietário de terras, foi eleito duas vezes e José Augusto Mossambani, contador, também teve dois mandatos. Em Colorado, há vários nomes repetidos no cargo de prefeito: Olívio Dias (gestão de 1968-1972 e 1977-1981, prorrogado por Decreto até 1983), José Alencar de Andrade (1989-1992 e 1997-2000) e a família Ártico (com Cláudio Ártico, em presépio, que já havia sido vice-prefeito, foi prefeito de 1993-1996 e Aparecida Moron Ártico, sua esposa, prefeita de 2001-2004). Já em Querência do Norte, houve menor repetição dos nomes na gestão municipal. Somente Paulo Konrath, agricultor, foi prefeito por duas gestões, de 1963-1969 e de 1973-1977. A costumeira alternância acontece, igualmente, entre vereadores, secretários municipais e outros cargos.

²⁸⁸ A origem do uso do termo *coronelismo* no Brasil está relacionada à instituição da Guarda Nacional, em 1831. Os integrantes precisavam ter posses para arcar com os custos de armas e uniformes. Posteriormente, os postos foram colocados à venda pelo governo. Daí, a origem militar do termo. A partir daí, o coronel passou a ser visto como

O processo de urbanização trouxe transformações que enfraqueceram a figura tradicional do coronel, o que não significa que desapareceu o coronelismo, pois as práticas persistem embora mudem os atores (CARLOS, 1994). É assim que por ocasião do relançamento de uma das principais obras que trata do assunto no Brasil, o livro “Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil”, de Vitor Nunes Leal, escrito em 1949, o prefácio escrito por Barbosa Lima Sobrinho (LEAL, 1978, p. XVI) registra:

Que importa que o ‘Coronel’ tenha passado a Doutor? Ou que os seus auxiliares tenham passado a assessores ou a técnicos? A realidade subjacente não se altera, nas áreas a que ficou confinada. O fenômeno do ‘Coronelismo’ persiste, até mesmo como reflexo de uma situação de distribuição de renda, em que a condição econômica dos proletários mal chega a distinguir-se da miséria. O desamparo em que vive o Cidadão, privado de todos os direitos e de todas as garantias, concorre para a continuação do ‘Coronel’, arvorado em protetor ou defensor natural de um homem sem direitos.

Nas cidades estudadas os prefeitos não são mais proprietários de terras, mas empresários, professores, contadores e médicos. Contudo, há casos em que eles ainda são apoiados por proprietários de terras e representam tais interesses, mantendo vínculos estreitos com a prática política convencional, referendando as afirmações anteriores.

A preservação do coronelismo relaciona-se com uma estrutura econômica e social inadequada. Diferente do que pode parecer, não demonstra força política local. Ao contrário, mediante a submissão do poder local a um forte centralismo, estabelece-se um compromisso e troca de favores entre os donos do poder local e os comandantes de instâncias superiores. Esse é o arranjo político local, que preserva as formas centralizadoras e concentradoras analisadas no capítulo anterior. Como se afirma na referência citada e se confirma nesta pesquisa, não é possível compreender esse fenômeno sem levar em conta a forma como se mantêm concentradas a terra e as riquezas.

Como já sistematizara Leal (1978, p. 50-51), algumas permanências na sociedade brasileira a mantêm atual. A falta de autonomia legal produz uma autonomia extralegal, que na prática consiste na ‘carta branca’ outorgada pelo governo estadual aos correligionários locais, forma com que cumpre a sua parte do compromisso típico do coronelismo. Em nome desse compromisso, as autoridades estaduais fecham os olhos a quase todos os atos do poder local, inclusive aqueles marcados pela violência e outras arbitrariedades.

um homem poderoso, constituindo uma figura que persiste no cenário político brasileiro, mesmo com a superação da venda de postos e títulos militares. De acordo com Leal (1978, p. 253), com a extensão do sufrágio incluindo os votos dos trabalhadores rurais, ampliou-se o poder dos donos de terras, que promoviam nos seus ‘redutos’ a votação maciça em candidatos governistas. Desta forma, consideravam-se credores de recompensas, o que em geral significava ficarem livres para consolidarem seu domínio no município.

Nestes termos, destaca Carlos (1994, p. 233-241) que o coronelismo continua sobre novas bases e até com formas mais sofisticadas. Fundamentado no poder e na autoridade que os valores da sociedade capitalista conferem ao coronel, compreendido como a personificação e a forma de manifestação do poder privado que coexiste ao regime político de extensa base representativa pela manipulação de votos, reiterando continuamente a *liderança* e o prestígio político associado ao poder econômico, cuja atuação política pauta-se pelo clientelismo e subordinação do legislativo pelo executivo municipal. De acordo com a mesma autora: “No Brasil, o poder ditatorial procurou privar os cidadãos de sua dimensão política, e esta passava a ser exercida, oficialmente, pelos políticos profissionais, num clima de corrupção e jogo de interesses escusos [...]”.

A manutenção de práticas políticas tão conservadoras só pode ocorrer perante a manutenção da condição precária de vida da maioria. Nas pequenas cidades, a já mencionada *ojeriza* ao conflito torna-o ainda mais camuflado e, portanto, mais distante de ser solucionado. Essas velhas práticas políticas persistem nas pequenas cidades, onde a resistência e o movimento social não são costumeiros. Os casos de mobilização social registrados nos municípios com pequenos núcleos urbanos quase sempre dizem respeito ao trabalhador agrícola, nas últimas décadas sintetizados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, como o que se encontrou em Querência do Norte e Terra Rica. A presença deste movimento abala a prática política local, já que o conflito social e o enfrentamento tornam-se explícitos.

Por outro lado, a permanência de velhas práticas políticas também está vinculada ao embrutecimento do trabalho agroindustrial. Além do custo social do subemprego e das mutilações, há um custo político pelo rigor no trato com a mão-de-obra, nutrindo a obediência e a passividade. Conforme pode se apreender na região estudada e pela realidade trazida por outros estudiosos, como Thomaz Júnior (1996, p. 205), as empresas exigem tanto a produtividade como o bom comportamento dos trabalhadores, utilizando-se de dispositivos punitivos às infrações praticadas.

A intimidação e a passividade estão relacionadas, ainda, com o fato de que significativa parte da população vive em periferias que a estigmatiza no âmbito social, inibindo ainda mais o posicionamento político. Assim, as áreas periféricas revelam a condição dos seus moradores, pois tão periférica como a sua moradia é a sua participação política.

A fotografia apresentada na seqüência exprime com o caso de Rondon uma situação que se reproduz na maioria das pequenas cidades da região. Embora estas cidades estejam perdendo centralidade, há um crescimento territorial que nitidamente expressa o papel de moradia. A paisagem que se verifica nos conjuntos habitacionais e áreas resultantes da autoconstrução não deixa dúvidas de que são formados por casas para

população de baixa renda, tal como já se destacou no terceiro capítulo. Possuem alta densidade já que os terrenos são menores, muitas vezes sem asfalto e isolados da planta principal. O cuidado urbanístico desaparece. Há um nítido contraste na paisagem entre a área inicial da cidade e essas áreas a ela adicionadas em razão dos processos de transformações vivenciados na região.

As pequenas cidades abrigaram um grande contingente demográfico, mas esse acolhimento não ocorreu sem significativa diferenciação social. Cenas assim se repetem, indicando que por mais que os conflitos sociais permaneçam contidos nas pequenas cidades, em razão das peculiaridades com que nelas se desenrolem as relações sociais, a paisagem não consegue esconder tais conflitos, materializados no espaço produzido. Essa imagem está afinada ao que se escreveu no final do segundo capítulo sobre os significados recentes das pequenas cidades, além de ilustrar aqui a condição social e política da maioria dos novos cidadãos.

Por isso, a emergência de movimentos sociais nos considerados ‘redutos’ do coronelismo são fatos que ganham um destaque especial, tendo em vista sua raridade. Foi assim que ganhou relevância o protesto social vivido em Guariba-SP, em 1984, mais uma entre tantas outras pequenas cidades onde vivem ‘bóias-frias’, conforme relato e análise de Penteado (2000). Como mostra a autora, é possível ver o espanto da sociedade local mediante a contestação²⁸⁹, bem como os segmentos e entidades que apoiaram (igreja, imprensa, sindicato e prefeito) e os que refutaram (policiais e outros políticos de alto escalão) o movimento social. O referido estudo também mostra que os atos praticados naquele movimento emergiram de um cotidiano marcado pela extorsão e exploração, com notável repercussão em demais municípios com produção sucro-alcooleira, onde outros trabalhadores aderiram ao movimento. Outro ponto que merece ser destacado é o da natureza das reclamações, pois apesar de trabalhadores agrícolas, não houve nesse caso reivindicação de terras. Os ‘bóias-frias’ cobravam direitos relativos à vida urbana, como ressalta Penteado (2000, p. 218): “[...] preços justos pelos alimentos, pelo consumo de água e justiça dos salários”.

²⁸⁹ Conforme Penteado (2000, p. 30) ao explicar o início do movimento: “[...] a notícia da greve correu de boca em boca pela cidade: nos bares, nas casas e nas ruas dos bairros pobres da periferia da cidade, onde residiam os trabalhadores. [...] Os guaribenses foram dormir desconfiados [...]”.



Rondon, Vista aérea.

Fonte: *Rondon, Administração Popular*, 2004.

A presença do MST em Querência do Norte e Terra Rica, já comentados no terceiro capítulo, mostrou que a aceitação do movimento e da reivindicação social precisa ser persistente para diminuir o sobressalto da sociedade local. No caso de Querência do Norte, esta fase já está praticamente superada, enquanto em Terra Rica ainda há muita hostilidade com o movimento social. É preciso observar que a hostilidade nunca se vai completamente porque, como se trata de um conflito, permanecem vértices diferenciados de interesses.

Um outro estudo que traz a preocupação com o comportamento político e os conflitos, numa perspectiva metropolitana, expõe elementos que podem ser aqui considerados como um contraponto à afirmação sobre a rara manifestação política como algo peculiar às pequenas cidades. Mesmo numa área de periferia metropolitana a noção de direitos e reivindicação somente aos poucos passou a compor o vocabulário da sociedade, sinalizando para a formação de uma cultura política da contestação, que deverá suprimir o populismo e a caridade como forma de fazer política, sempre mediada pela figura de benfeitores escamoteando os conflitos de classes (BARREIRA, 1992, p. 32-34).

Então, ainda com base na mesma autora, o discurso sobre direitos sociais, na medida em que aponta para reivindicações e mobilizações, representam uma ruptura paulatina com as práticas tradicionais de poder, visto que, o aprendizado político e os novos sujeitos políticos constituídos com os movimentos sociais urbanos de várias tendências têm curto tempo de existência, pois emergiram após a ditadura: “Os movimentos urbanos, mesmo com reedição de práticas passadas, nem sempre reconhecidas, sinalizam a construção de símbolos e práticas de contestação que corporificam uma emergente cultura política” (BARREIRA, 1992, p. 176).

Em consonância, análises das novas perspectivas políticas no Brasil tendem a confirmar uma mudança na formatação política. Uma das inovações que vem se difundindo, associada ao processo de municipalização de alguns setores, é a exigência de formação de conselhos municipais.

Em meio a essas novidades no âmbito político nacional, Sposito (2004, p. 402) considera que, embora a constituição e o funcionamento de tais conselhos sejam reflexos da sociedade corporativa, “É preciso considerar, entretanto, que acertando ou errando, esses fóruns colocam, frente a frente, atores sociais que têm demandas, interesses, necessidades e imagens relativas à cidade em que habitam e, ao se defrontarem, tomam uns conhecimento dos outros e reúnem elementos a mais para pensar na cidade como totalidade”. Assim, destaca que nessas experiências mais do que os resultados trazidos pelas decisões tomadas, importam os processos vivenciados e a politização decorrentes, recuperando o que faz de uma aglomeração verdadeiramente uma cidade, isto é, sua dimensão política.

Igualmente, Pintaudi (2004, p. 176) pondera e defende uma avaliação criteriosa dos conselhos municipais, antes de qualificá-los imediatamente como de natureza emancipatória. Ela considera alguns resultados animadores, como o maior e melhor controle das ações públicas, maior eficácia na alocação de recursos (humanos e financeiros), mais equidade na distribuição dos recursos públicos, a educação política e, por fim, a sustentabilidade dos planos de governo.

Registra-se, ainda, uma outra avaliação relacionada ao alcance político dos conselhos municipais, baseada em estudos mais específicos de municípios de pequeno porte demográfico (até dez mil habitantes) e, portanto, correspondente a pequenas cidades. Nesse estudo, destaca-se a necessidade de que tais conselhos sejam independentes, ou seja, não devem fazer parte do complexo institucional da prefeitura, mas devem ter peso e voz como elemento político exterior à administração pública municipal, incluindo na problematização – quem deve criar, participar e qual o poder efetivo dos conselhos, tendo em vista as diversas concepções acerca deles. Eles podem ser vistos apenas como ‘braço’ do governo ou como forma de participação social por meio de diversos segmentos, nesse caso com possibilidades de alterar a natureza do poder local, além de poder interferir na qualidade dos bens e serviços públicos (CARVALHO, 2003, p. 7-9).

Para que essa perspectiva política positiva se consolide, assinala Carvalho (2003, p. 12) que é necessário: “[...] dar tempo para que a prática da participação nos pequenos municípios vá se consolidando, e os conselhos podem ser um caminho, se não se constituírem simplesmente como meras extensões da administração municipal”. Contudo, não é possível esquecer que os conselhos, como se encontram constituídos, não alteram as relações de poder já existentes, já que têm funcionado como instâncias formais, implantadas apenas com o cumprimento das exigências legais. Ao mesmo tempo em que estuda os conselhos, esse trabalho mostra o difícil caminho da participação popular nos pequenos municípios, evidenciando-os como mero cumprimento de ritual burocrático para a municipalização das políticas públicas (CARVALHO, p. 14-15).

Embora alguns conselhos constituam-se em cumprimento a uma exigência, com a finalidade de controlar a aplicação local e setorial de recursos, eles poderão provocar o envolvimento de mais pessoas com o processo de gestão local, aumentando a possibilidade de transparência, além de ações mais certeiras no direcionamento dos gastos públicos. A existência desses conselhos traz práticas políticas inovadoras que convivem com aquelas mais retrógradas. Por isso, é preciso tempo para que se desvencilhe das decorrências de seus vínculos com o poder político constituído.

No caso dos municípios estudados, também prevalece a criação dos conselhos como cumprimento de exigências formais e bastante atrelado ao poder público municipal. Isso comparece nas nomeações que colocam obrigatoriamente os representantes setoriais municipais, normalmente secretários diretamente subordinados aos prefeitos. Observa-se, contudo, pelo bom funcionamento de alguns que este pode se tornar um importante canal de intervenção da sociedade na prática política. Além disso, mesmo como auxiliar direto da administração municipal é uma instância que vem sendo valorizada, pois os acertos na gestão são maiores.

Pode-se mencionar como exemplo concreto da região o caso do Conselho de Saúde de Colorado, apontado como o que melhor funciona no município. Referendando as afirmações anteriores, o conselho tem conseguido avançar porque passou a funcionar de maneira desvinculada de secretarias municipais. Na referida cidade, encontrou-se outros exemplos de interferência política por parte de lideranças que, conhecedoras das novas recomendações legais, passaram a exigir o cumprimento das normas, tanto no que se refere à aplicação dos recursos, formação adequada dos conselhos, bem como transparência nos processos. Evidentemente, tais interferências são pautadas por intensos conflitos, inclusive judiciais, mostrando que esse tipo de postura política, especialmente numa cidade pequena, precisa ser ainda mais contundente.

A existência dessa postura em Colorado mostra-se por meio dessas cobranças ao poder público, mas também pela publicação de dois pequenos jornais semanais, até então, claros rivais políticos. Um servia de instrumento de apoio à administração local e outro de oposição. Enquanto o primeiro ressalta obras da prefeitura e critica os que contestam o poder, o jornal da oposição é um canal de denúncias referentes aos abusos de poder, clientelismo, carências de serviços públicos, entre outros problemas.

São poucos os casos que admitem o otimismo e permitem vislumbrar mudanças, mas eles existem. E essas experiências têm mostrado, pelas especificidades das relações nas pequenas cidades, que os estímulos para a formação de conselhos e participação política, provenientes de instâncias administrativas superiores, oferecem instrumentos para que as sociedades locais possam exigir, com amparo legal, o cumprimento de tais determinações. Como é algo que vem do exterior poderá ajudar a superar a ideologia unionista. Em concordância com as análises anteriores, ressalta-se que o valioso nisso tudo não são apenas as conquistas imediatas, mas, sobretudo, a mudança de atitude política que poderá trazer. São fatores significativos para a recuperação paulatina da autonomia local. As novidades políticas precisam de tempo, como constatou Putnam (2005,

p. 72-74) em seu estudo sobre inovações institucionais: “[...] não se pode avaliar o êxito em alguns anos, mas em décadas. [...] só gradualmente acabam adquirindo legitimidade popular”.

Esses são processos que merecem destaque, visto que nas pequenas cidades faltam canais para a manifestação e participação política por parte da sociedade, assim como espaços de contestação. Como já se mencionou antes, o predomínio nas pequenas cidades de trabalhadores com formação precária e com o cotidiano embrutecido pelo trabalho braçal cria uma condição em que é difícil traçar perspectivas positivas no sentido de reverter tal situação. Nesse meio no qual, mais do que em outros, mantêm-se práticas e ideologias conservadoras, a autoridade e o comando do território ocorrem de forma ainda mais alienada da maioria dos seus moradores.

Há, nas pequenas cidades, uma sociedade que, embora afirme seu apreço pela vida nestas localidades, permanece sem meios de agir e interferir na condução política dos seus *lugares*, o que significaria atuar sobre seus próprios destinos. Por isso, nessas localidades os conselhos e institutos semelhantes poderão trazer um avanço político substancial, em especial quanto à educação política.

A vida política local nas pequenas cidades merece estudo mais detalhado e específico do que essas observações. Todavia, neste trabalho estas cumprem apenas o objetivo de mostrar as limitações políticas em que, de maneira geral, encontram-se os moradores dessas localidades.

5.3 Pequenas cidades – das utopias às cidades concretas

O cuidado com o tamanho demográfico de uma cidade sempre esteve relacionado à projeção de cidades ideais e utopias. Enquanto as pequenas cidades concretas apresentam uma série de problemas e mostram-se politicamente conservadoras, uma série de utopias nelas se inspiram. No entanto, tais utopias baseiam-se em noções idealizadas de pequenas cidades, isto é, que estão pouco relacionadas com as cidades concretas. Pensar o espaço do homem pelo viés das pequenas cidades leva à contraposição da sua dimensão ideal e utópica, filosoficamente apontadas como localidades que favorecem a participação política, com a dimensão concreta, pois exatamente nas pequenas cidades observa-se que a participação é acuada, com pessoas intimidadas e conflitos sociais contidos.

Já é bastante conhecida, então, a preocupação em estabelecer um limite máximo de habitantes. No caso da Grécia Antiga, desde os registros atribuídos a Platão e Aristóteles, entre outros, as cidades ideais envolviam a necessidade de estabelecer limites, tendo em vista a viabilização da participação dos cidadãos nas tomadas de decisões²⁹⁰.

Conforme o próprio Platão (1964, p. 105 e 160) e Aristóteles (1986, p. 231-233), a cidade não deve ser nem muito pequena e nem muito grande, pois uma cidade constituída com um número muito pequeno de habitantes não será auto-suficiente, enquanto outra com número excessivamente grande, ainda que auto-suficiente para as necessidades básicas, será apenas um amontoado de gente. Assim, é preciso um limite mínimo de habitantes capaz de assegurar auto-suficiência, com vistas a uma vida melhor segundo as regras da comunidade política. Então, de acordo com eles, o melhor critério para limitar a população de uma cidade é permitir sua expansão somente até o ponto em que, assegurada a auto-suficiência, seja possível abranger a cidade com o olhar, o que também facilitava sua defesa.

A idealização da cidade na sociedade grega, destarte, era motivada pela sua dimensão política. A convivência política justa e a busca das virtudes permeiam a filosofia produzida naquela sociedade. Para tanto, além de projetar e idealizar cidades, registra-se que os cidadãos precisavam de tempo livre. Assim, os cidadãos não podiam ser trabalhadores manuais, comerciantes ou agricultores (MOSSÉ, 1999), pois tais atividades absorvem demasiadamente o tempo. A cidadania era explicitamente excludente, pois naquela sociedade não havia a possibilidade do não-trabalho trazida pelo processo social de industrialização. Essa é uma consideração significativa para entender a manutenção do conservadorismo político e social nas pequenas cidades estudadas, como locais de moradia de uma mão-de-obra predominantemente braçal, semi-analfabeta, senão completamente analfabeta, cuja reprodução ainda é fundamental para o agronegócio²⁹¹.

Os escritos de Morus (1992), datados do século XVI, inauguram o uso do termo utopia, posteriormente utilizado para designar outras propostas acerca do vir-a-ser. No que se refere à idealização urbana, ele não pensou apenas uma cidade, mas todo um ordenamento territorial

²⁹⁰ Todavia, é imprescindível ressaltar que naquela realidade a dimensão local não estava subordinada a interesses alheios, bem como não estavam expostas às condições sociais e políticas geradas pelo modo capitalista de produção. Com isso, adverte-se que não bastam agora as mesmas formas.

²⁹¹ Segundo Lefebvre (2001b, p. 179), a burguesia capta a possibilidade do não-trabalho produzida pela automatização, apenas para o seu uso. De acordo com o mesmo autor, ela manterá o trabalho nos países industriais, ao contrário de deixar emergir o não-trabalho. Essa atitude só pode ser compreendida porque da relação social de produção não resulta apenas o trabalho, mas a manutenção da desigualdade e, por conseguinte, da condição social que assegura o poder. É por isso que as riquezas acumuladas ultrapassam em muito a capacidade de consumo, pois dessa maneira funcionam como os mecanismos de manipulação política.

com um conjunto de cinquenta e quatro cidades, iguais no traçado e no aspecto tanto quanto permita o terreno. Nelas não haveria o instituto da propriedade privada. Tais cidades teriam no máximo seis mil famílias, com número de filhos entre dez e dezesseis. Portanto, ele pensou detalhadamente as questões demográficas, como pode se verificar no seguinte excerto: “Se a população de uma cidade é, no total, muito numerosa, ela servirá para encher o vazio das que são pouco povoadas. E se, em toda a ilha, a população torna-se exagerada, designa-se, em qualquer cidade, cidadãos que irão fundar, no continente mais próximo, uma colônia regida por leis outorgadas por utopia” (MORUS, 1992, p. 43). Fazia parte da idealização de Morus a predominância de homens regidos por bons sentimentos, mais do que por protocolos e regras (MORUS, 1992, p. 68).

É preciso observar que as cidades ideais são propostas como correção de elementos e características indesejáveis nas cidades existentes, ou seja, como uma negação de suas formas e práticas. Por outro lado, as idealizações passam a gerar cidades reais, entretanto com concretização apenas parcial do que foi idealizado. Isso ocorre porque as utopias freqüentemente foram propostas como uma negação total da condição social e política existente, mas quando implementadas o são em meio a essas condições.

De modo geral, as utopias continham previsões muito fechadas, prevendo e idealizando, sem admitir a presença do conflito social e do movimento. Encontravam-se inseridas numa atmosfera tão irreal quanto a dos contos de fadas, onde pairava algo de *foram felizes para sempre*, já que se projetavam como resolução definitiva para todos os problemas.

O problema do ideal demográfico preocupou vários filósofos e cientistas, afirma Mumford (1965, p. 207-237) fazendo igualmente referência à cidade grega, onde a democracia exigia o encontro face a face. As propostas para cidades ideais quase sempre ficavam entre 25-30 mil habitantes. Sobre a cidade grega, ele afirma “[...] não há melhor maneira de definir a cidade grega do princípio do período helênico do que dizer que constituía uma comunidade decidida, para o seu próprio bem, a continuar pequena” (MUMFORD, 1965, p. 244).

Algumas utopias tornaram-se experiências concretas como *Harmonia*, de Robert Owen em 1825, com população em torno de 1.200 habitantes que deveriam viver de maneira comunitária, o que o torna, também, um precursor do socialismo e cooperativismo. No mesmo período, Fourier acreditava que a fase avançada da humanidade envolveria uma forma de viver comunal, em unidades para aproximadamente 1.600 pessoas de diferentes posições sociais, denominadas *falanstérios*, com dormitórios, refeitório, biblioteca, teatro e outros. Suas idéias foram aplicadas de forma simplificada em edifícios denominados de familistério, abolindo o sistema comunal e alojando famílias em apartamentos situados em edifícios com serviços coletivos (BENEVOLO, 1999, p. 568).

Em 1849, John Silk Buckingham propôs a cidade ideal de *Victoria* para dez mil habitantes como remédio para os males ingleses. Outra proposta em 1876 é de um médico, Benjamin W. Richardson, que propôs uma cidade – *Hygea* – para cem mil habitantes, tendo em vista a melhoria das condições higiênicas urbanas. Estes exemplos dispensavam as preocupações econômicas e políticas das propostas utópicas da primeira metade do século, herdadas dos gregos. Nesse intuito, alguns empresários construíram em conjunto com suas fábricas as chamadas *Company Towns* (OTTONI, 2002, p. 20-31), onde foram implantadas muito superficialmente alguns princípios presentes nas utopias.

A proposta de ‘cidades jardins’ de Howard (2002, p. 187-188) não se baseava numa cidade isolada, mas em localidades de aproximadamente trinta mil habitantes dispostas geometricamente em torno a uma cidade central, fazendo com que o morador “[...] ainda que em certo sentido vivendo numa cidade de pequeno porte, na realidade viva e desfrute de todas as vantagens de uma grande e belíssima cidade, mantendo-se a poucos minutos a pé ou de condução de todas as delícias do campo [...]”.

A contextualização dessa obra que se encontra na introdução elaborada por Ottoni mostra como ela é formulada como parte do percurso da idealização das cidades. As utopias foram seguidas por propostas de sanitaristas e empresários, tendo em vista a condição em que se encontrava Londres na metade do século XVIII e XIX, onde já se desenhavam os problemas das cidades contemporâneas, provenientes da condição humana contraditória, gerada pela Revolução Industrial (OTTONI, 2002, p. 20-31 e BENEVOLO, 1999, p. 547).

Como se vê, a idealização de cidades incluindo limites demográficos convive com diferentes motivações. A manutenção das cidades em dimensões que viabilizem a atuação política, baseada na democracia direta é uma preocupação que se mistura com posturas relacionadas ao controle de viés *malthusiano*, além do sanitarismo e posturas antiurbanas.

Já o processo de urbanização tem ocorrido sem urbanidade e distante dos ideais políticos. Os críticos arquitetônicos têm confundido urbanidade com densidade demográfica e de construções (MUMFORD, 1965, p. 507). Deve-se lembrar a assertiva de Lefebvre (2001a) quanto à idéia de que a explosão da cidade é a causa da sua implosão.

Compartilha-se nesse trabalho o entendimento de urbanidade de Ribeiro (1996, p. 80-87), já citado na introdução de que ela implica no amadurecimento das relações políticas, sociais e culturais mediante a nova condição urbana. A autora fala da ausência de projetos para o urbano e que é preciso conceber um novo ideário para a vida coletiva e para o compartilhamento da materialidade historicamente construída.

As pequenas cidades concretas da região estudada são expressivos espaços de acolhimento da população proveniente do meio rural, ainda que como um degrau na migração em etapa, funcionando nesse caso como expressiva dimensão de adaptação cultural à vida urbana. São as pequenas cidades espaços locais, onde habitantes provenientes do meio rural precisam viver ou sobreviver num contexto urbano. Eles foram urbanizados, porém sem a urbanidade correspondente nos termos anteriormente explicitados.

Os novos cidadãos alteram o caráter da cidade brasileira como um todo e, das pequenas, especificamente. Todavia, trata-se de um momento de transição. Gaspar (1998) questiona-se sobre a conveniência de falar sobre a ‘cidadinidade’. As amplas transformações vividas pela sociedade, de maneira geral, levam à gestação de uma nova ‘cidadinidade’, nas palavras do referido autor. E, conforme ele sugere, é preciso educar para a vida urbana.

Ainda estamos à procura do rumo da urbanidade e da sociedade urbana. A dimensão política emerge como algo que deve ser recuperado, pois a liberdade do espaço público deve ser defendida com o mesmo entusiasmo que a liberdade de expressão, visto que a construção de uma cidade melhor não é só urbanismo, é, também, civismo e política, como destaca Capel (2003b, p. 18).

O avanço político implica no poder da sociedade de intervenção no seu espaço. No caso das pequenas cidades, essa perspectiva passa pela superação do conservadorismo político e pela reconstrução da autonomia coletiva. Portanto, a projeção da sociedade futura depende desse aprendizado político, mais do que da forma urbanística. Nesse sentido, destaca Delle Donne (1990, p. 232-233) que: “Não é dando um belo bairro com escolas, casas, hospitais, e transportes funcionais, que se resolvem as contradições de classe; não é a ‘via urbanística’ que conduz ao socialismo é necessário partir da contradição fundamental que existe entre capital e trabalho e terra) como objetivos, não apenas a coletivização dos meios de produção [...], mas a autogestão do poder [...]”.

Este debate mostra-se premente, pois algumas experiências concretas mostram que a imagem idealizada das pequenas cidades foram reeditadas e continuam subsidiando práticas urbanísticas equivocadas. Assim ocorre com a construção de cidades novas baseadas num *novo* urbanismo²⁹². Elas revelam novas projeções inspiradas na já referida noção idealizada de pequenas cidades, enquanto prossegue a negação e a cegueira para com as pequenas cidades concretas.

²⁹² Este urbanismo que se autodesigna como *novo*, será mesmo *novo*? Ajuda a pensar sobre este tema o texto de Rybcynski (1996, p. 209-210) em que ele expõe sobre o apreço americano “[...] pelo velho urbanismo baseado em pedestres” e sua “forma tradicional de urbanidade”. Segundo ele, parece que “[...] existe um desejo real de compensar nossa enervante agitação urbana com algo mais calmo, de menor tamanho, mais antigo. Real também é o desejo por uma identidade local, por uma troca de experiências em menor escala. O desejo de comunidade, ou pelo menos por um sentimento de comunidade [...]”.

O *novo* urbanismo corresponde a um movimento que se formou nos Estados Unidos, como reação aos subúrbios e com base em parâmetros estabelecidos a partir de cidades européias. Ele é regulamentado por 27 teses, consideradas como uma *Nova Carta de Atenas dos Estados Unidos*, que sinteticamente se resumem em reunir estruturas territoriais diversificadas em assentamentos com dimensões controladas (2-20.000 habitantes), estímulo ao pedestrianismo, difusão do transporte e espaços públicos. As rápidas menções a esse assunto estão aqui baseadas em Segre (2001), Veninga (2004) e Lara (2001).

Apesar das *boas* intenções, os estudos sobre algumas experiências que têm se difundido sob este rótulo revelam a gentrificação dessas idéias, expressando conservadorismo e homogeneidade. Nos termos de Segre (2001), constituem novos *guetos* para a alta classe média. Como sistematiza Lara (2001), ele não tem sido aplicado como solução para problemas urbanos já existentes em áreas já ocupadas, mas tem sido tomado como uma receita aplicada a novos empreendimentos que pretendem a perfeição da aparência. Então, o novo urbanismo aparece como uma forma extremada de auto-segregação, que não se limita mais a produzir redutos dentro da cidade, como os condomínios.

O conservadorismo está implícito em regras rígidas e unilaterais quanto à forma e à convivência, além da ausência de vida política. A forma arquitetônica ilude sobre uma retomada do passado. Esse novo movimento mostra como o urbanismo continua negando as grandes cidades, como já se comentou no quarto capítulo, embora suas saídas utópicas inspiradas em pequenas cidades se produzam no encalço da dinâmica metropolitana, como pretensas novas cidades, ou em termos mais adequados como *novos empreendimentos*. Desta forma, as pequenas cidades concretas e já existentes continuam à deriva, enquanto o debate e a produção urbana se nutrem de inspirações fundamentadas e idealizadas de pequenas cidades.

Os exemplos mais citados de aplicação do novo urbanismo são *Seaside* (pequeno centro de férias na Flórida, onde foi filmado o filme *The Truman's Show*); *Celebration* (empreendimento *Disney* de 1996, prevista para quinze mil habitantes só possui dois mil), entre outras como *Northwest Landing*, *Kentlands* e *Harbourtown*.

Convergem as críticas acerca dessas experiências, identificando nas mesmas uma ditadura regulamentar e arquitetônica, pois o morador não pode nem mesmo mudar a cor da casa e plantar uma árvore a mais, pois tudo é considerado como um cenário perfeito e planejado, que não deve ser *estragado* com a espontaneidade dos seus moradores. Aparentemente perfeitas de acordo com os mentores e empresários que as

vendem, eles as consideram como o melhor que há para se viver. São espaços estilizados, de fachada, com efeitos cenográficos, por conseguinte, de valorização exagerada da arquitetura, sendo seus empreendedores verdadeiros vendedores de fantasias (VENINGA, 2004). Tudo o que se diz dos condomínios fechados aparece extremado nestes espaços – o isolamento, a elitização, o controle, a parque-tematização e a aparência. Tais inspirações concretizam-se como projeções de novas pequenas cidades, mas também como novos enclaves nas áreas metropolitanas.

De acordo com Veninga (2004), a manipulação da imagem é importante para fazer a cidade mais atrativa para os investidores, mas também como forma de controle social. Ao figurarem como uma nova forma de *company towns*, esta nova idealização da vida urbana é administrada pelas empresas que a criaram, ou seja, não existem prefeituras e nem outras instituições fundamentais para a vida política. Dotada de serviços privados sofisticados, estes empreendimentos dependem do *condado* para serviços públicos. Estes empreendimentos correspondem a cenários que combinam a regressão política ao extremo poder do capital imobiliário. Cabe aqui o comentário já há muito proferido por Lefebvre (2001a, p. 23-24), em que os profissionais do urbanismo operam como médicos da sociedade, prescrevendo modelos do passado baseados na forma de pequenas comunidades. No entanto, são modelos sem conteúdo e sem sentido.

O que se infere dos diversos pontos já assinalados nesse capítulo, agora reunindo as utopias, cidades concretas e aquelas fantasiosamente produzidas, é a miséria da condição política. Com exceção das cidades ideais pensadas no ambiente filosófico da Grécia Antiga, que se projetavam com a finalidade de criar um meio adequado à prática política, as utopias e formas idealizadas herdaram a preocupação com o limite demográfico e com a aparência ordeira como se por si só esses elementos fossem suficientes. O novo urbanismo, apropriado pelos empreendedores, na medida em que criam fantasias e reiteram a segregação, são referências ainda mais empobrecedoras, na perspectiva de uma vida urbana plena.

Assinala Lefebvre (2001a, p. 119-120), ao procurar projeções urbanas, que se antes elas eram parte do pensamento filosófico, mais recentemente elas se encontram apenas na ficção científica, mostrando variantes possíveis e impossíveis da futura realidade urbana, onde antigos núcleos urbanos agonizam, recobertos pelo tecido urbano que prolifera e que se estende sobre o planeta, formando cidades gigantes que reproduzem uma estrutura de poder baseada em alguns poucos mandatários e um exército de comandados.

São antes antiutopias. Algumas ficções se cercam de aparatos e cenas baseadas na tecnologia. Mas, aí também, se revela muito claramente a miséria da política, pois as relações mostradas remetem ao passado, muitas vezes à monarquia. Nela perambulam *amos e majestades, prometidos, iluminados e salvadores* que nutrem a idéia de preservação da passividade política.

Um mundo pautado pela pobreza política realimenta a pobreza social. Por outro lado, o cotidiano dos pobres exige uma prática que poderá converter-se numa perspectiva política positiva, baseada no cooperativismo, alimentada pela simples necessidade de continuar existindo (SANTOS, 2001, p. 133). Essa perspectiva de Santos converge e reafirma o que se considerou no quarto capítulo.

Traçar o futuro implica em uma retomada da utopia, agora repensada, como pode se encontrar em formulações de diversos autores. E este, como um momento de muitas transitoriedades, configura um contexto em que a reflexão e a imaginação ‘jogam-se’ na construção de utopias e nostalgias (IANNI, 1997, p. 23-24). O processo de aprendizado político que parece vir se desenhando no cenário brasileiro já motiva a renovação das utopias, como parte do aprendizado da condição urbana e, portanto, como parte da formação de novos cidadãos. Os parágrafos seguintes registram este repensar da utopia.

Se antes a utopia dissociava-se da história, com a modernidade fundiu-se com ela. Assim, um entendimento materialista da utopia é que ela está potencializada na história, ou seja, deve ser compreendida em meio às condições concretas de se realizar (HABERMAS, 1987). A nova condição humana, produzida com a modernidade, inspira e renova as utopias, bem como as antiutopias. Essa forma de ver a utopia não pertence apenas a Habermas, mas também a outros cientistas vinculados à denominada *Escola de Frankfurt*. Assim, Bloch *apud* Freitag e Rouanet (1980, p. 145-146) fala de ‘decifrar’ o futuro incrustado no presente, desvendando o que ele tem de ‘frióvel’, visualizando por meio das ‘fraturas’ o presente que se abre para o futuro. Para Bloch, toda forma de pensamento que não se deixe guiar pela perspectiva do futuro utópico está condenada à opacidade, pois o pensamento verdadeiramente dialético é vinculado ao desejo, à esperança, ao sonho para a frente, a uma utopia concreta vinculada a tendências objetivas, já presentes no real. Assim, tanto a esperança é instruída pela realidade, como a realidade ilumina a utopia.

Nas palavras de Quaini (1983, p. 139-140), a grande missão da utopia é dar acesso ao possível, em oposição ao passivo assentimento ao atual estado de coisas. Ele destaca a necessidade de romper com a inércia do homem, lembrando a faculdade de que ele pode reformar

continuamente seu universo. Nesta perspectiva, o conteúdo utópico presente nas teorias sociais procuram anteceder as possibilidades e suas condições de realização. Trata-se, destarte, de superar a postura de resignação mediante o que se constata, por meio da crítica ao estabelecido e da possibilidade de criar referenciais para um outro acontecer histórico.

Já em outra contribuição, a utopia vislumbra não só o possível como o impossível, que libera e reinventa possibilidades, que de outro modo não existiriam, de acordo com Innerarity (2003, p. 240-249). Segundo ele, é isto que faz a reflexão utópica irrenunciável para o pensamento político e social. A abertura dessas possibilidades, segundo o referido autor, prescinde de uma idéia menos limitada de política, tida como o desenho das condições humanas, não restritas à experiência que se dispõe, mas que incorpore o inédito e o insólito. Nas palavras do mesmo, a utopia é hoje a salvaguarda da indeterminação, do caráter aberto e imprevisível do futuro. Não desenha uma antecipação do futuro, mas pondera sobre possíveis futuros, projetando, assim, uma sociedade com futuro aberto e uma certa *ingovernabilidade*. Portanto, assim como Habermas, esse autor fala de uma nova utopia que se diferencia por ser uma utopia de contingências (INNERARITY, 2003, p. 240-249).

Essas novas contribuições ao serem menos fechadas, são menos cerceadoras e menos dogmáticas. Fundamentam-se na autonomia e no crédito à dinâmica política e social que a própria sociedade poderá criar. Por isso, não é preciso traçar uma única trilha para um final feliz. Mais do que projetar formas arquitetônicas, o futuro deve ser iluminado pela possibilidade de novas relações políticas, sociais e culturais. A produção de uma espacialidade socialmente mais adequada passa pelo envolvimento, bem como pelo avanço político e cultural da sociedade como um todo.

Retomar a sociedade urbana enquanto utopia implica em considerar que estamos ainda aprendendo a ser urbanos, embora a condição urbana já esteja presente. A cidade deve ser vista enquanto dimensão educadora, *locus* desse aprendizado. Com base em Santos (1987, p. 43), pode-se afirmar que aprender a ser urbano implica em superar a ‘condição de não-cidadão’ ou de ‘cidadão mutilado’. Do ponto de vista geográfico, isso requer o rompimento com a existência de espaços sem cidadãos, ou de espaços conduzidos de forma alheia aos interesses da sociedade local, enquanto meros locais de reprodução da força de trabalho, como se constata na realidade exposta pelas pequenas cidades, situações em que ultrapassar a cultura do autoritarismo faz parte do aprendizado e da conquista da urbanidade. Quem sabe, assim, tanto as pequenas cidades como as maiores, tendo em vista as possibilidades materiais criadas, possam concretizar novas condições políticas e sociais.

5.4 Vir-a-ser e apropriação do espaço

Em vários pontos anteriores do trabalho, utilizou-se a idéia de apropriação do espaço. O objetivo deste item é deter-se um pouco mais na análise dessa idéia, como parte significativa das reflexões finais do capítulo e do trabalho como um todo. Apresentar esta parte no final foi apenas a forma de sistematização encontrada, pois na realidade tal idéia esteve presente o tempo todo na pesquisa, como parte do referencial teórico.

A referência à apropriação está em diversos pontos da obra de Lefebvre, mas foi, especialmente, a assertiva de que a prática da sociedade urbana deverá ser a prática da apropriação do tempo e do espaço pelo ser humano (LEFEBVRE, 2002, p. 131) que despertou o interesse para esta reflexão. Esta orientação teórica e a atenção ao processo de declínio demográfico dos municípios com pequenos núcleos urbanos, bem como as constatações da produção do espaço de forma alheia aos interesses da maioria da sociedade local, resumem a motivação que conduziram a esta interpretação. A desejável apropriação sinalizada por Lefebvre iluminou a 'leitura' da realidade, pois toda a sistematização elaborada procura mostrar o que impede essa apropriação efetiva do tempo e do espaço.

O termo apropriação tem um uso corriqueiro fora da obra de Lefebvre. O sentido restrito de apropriar-se é tomar como propriedade ou tornar próprio. A idéia de apropriação presente em Lefebvre não tem relação com a idéia de propriedade, como já se assinalou na introdução, pois a ela se contrapõe. A propriedade privada dificulta a apropriação humana e social de quase tudo: dos resultados da produção, do tempo e do espaço. Como seguidamente assinala-se, a produção é coletiva e a apropriação é privada. O marco jurídico da propriedade privada é que legitima essa apropriação²⁹³ contraditória, adversária de uma apropriação efetiva e humana do mundo, pois é extremamente seletiva.

Mesmo sob os marcos da propriedade, há outras formas de apropriação do espaço, porque não há existência social fora do espaço geográfico. É pelo espaço de moradia, pelo *habitat*, que comumente se compreende a apropriação social do espaço. Contudo, estas formas de apropriação não são emancipadoras, apenas mostram a contradição de uma sociedade, onde tudo é mercadoria e está para a produção, mas nem todos podem ser consumidores.

²⁹³ E o uso da apropriação neste sentido ajuda a mostrar a contradição, ao mostrar que não é propriedade efetivamente, mas que se baseia num instituto que permite tornar particular o que é social.

A não-apropriação dos resultados da produção econômica por significativa parcela da sociedade, pelo grau de determinação que ela tem na sociedade atual, implica, também, em não-apropriação dos comandos políticos do espaço. No mundo de hoje, as ações chamadas racionais tomam com frequência esse nome a partir da racionalidade alheia, fazendo com que as ações que operem em determinado espaço sejam cada vez mais estranhas aos fins próprios dos homens e do lugar (SANTOS, 1996a, p. 65-66). Deste modo, tais ações são ao mesmo tempo cada vez mais precisas, mas também cada vez mais cegas, porque obedientes a um projeto alheio, como explicita Santos: “Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação” (1996a, p. 263). Nas palavras de Lefebvre (1992, p. 48), aqueles que efetivamente produzem o espaço, não são as mesmas pessoas que o controlam.

Numa apreciação semelhante, Carlos (1994, p. 62-63) afirma que o homem enquanto trabalhador no modo capitalista de produção, cuja subsistência importa apenas como possibilidade de reprodução do capital, cria um mundo que lhe é alheio, que parece não lhe pertencer, onde ele não se reconhece e nem é reconhecido como produtor. Deste modo, produz-se um urbano com finalidades estranhas às necessidades dos indivíduos e distantes de suas aspirações e utopias, gerando um espaço alienado e carente de identidade entre sujeito e obra. Este processo deve ser entendido como parte da contradição entre a produção coletiva do espaço e sua apropriação privada, fundada na contradição capital-trabalho (CARLOS, 1994, p. 82).

A apropriação a que se refere Lefebvre incorpora a reflexão e a utopia marxista, pois só pode se concretizar com a superação da propriedade privada. Só assim os avanços técnicos e econômicos produzidos socialmente poderão ser apropriados socialmente e colocados ao serviço da sociedade, de forma emancipadora.

O urbano, enquanto lugar de encontro, cuja prioridade é o valor de uso, representa a inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens (LEFEBVRE, 2001, p. 117). Apropriar-se do tempo será possível quando arrefecer o ritmo e usufruir da velocidade puder ser uma decisão individual não mais marcada pela seletividade econômica, mas usufruída de acordo com conveniências humanas e sociais.

A cotidianidade pesa com um tempo e um espaço não apropriados. Por outro lado, é no cotidiano que a vida se perpetua. É nele que se constroem significados, que ao serem alheios ao econômico mostram que o valor de troca não é tudo. A vida que se concretiza no espaço,

lembrando o valor de uso, faz voltar à cena a apropriação. Questiona Lefebvre – será que o *homo quotidianus* ainda é um homem? Para que se reencontre as propriedades do ser humano é preciso que se supere o cotidiano, dentro do cotidiano e a partir da cotidianidade (LEFEBVRE, 1991, p. 204).

Em *O direito à cidade*, ele expõe o que entende como superação do cotidiano, sinalizando para aqueles que não habitam mais, porque podem de habitação em habitação estar em toda parte e não estar em parte alguma: “Daí provém a causa da fascinação que exercem sobre as pessoas mergulhadas no cotidiano; eles transcendem a quotidianidade [...]”. A estes se contrapõem àqueles absorvidos pelo cotidiano: “[...]será necessário mostrar aqui a miséria irrisória e sem nada de trágico do habitante, dos suburbanos, das pessoas que moram nos guetos residenciais[...]” (LEFEBVRE, 2001a, p. 117). Complementa, posteriormente, que a arte e a dimensão lúdica mostram a apropriação do tempo e do espaço em nível mais elevado, capazes de transformar as restrições do cotidiano. Afirma ele em *A produção do espaço* que querer mudar a vida e a sociedade são preceitos que nada significam sem a produção de um espaço apropriado (LEFEBVRE, 1992, p. 53).

Com essa perspectiva, ele esboça um novo homem e uma nova filosofia, que mostram o sentido da produção industrial como requisito material para o projeto filosófico, contrapondo a dominação à apropriação. É a perspectiva da sociedade urbana, da centralidade renovada pela dimensão lúdica, dos locais de encontro e trocas, do ritmo de vida com uso pleno e inteiro dos momentos e dos locais. Nesta sociedade, a vida cotidiana se torna obra, servindo-se de todos os meios da ciência, arte e técnica de domínio sobre a natureza material. A apropriação do tempo e do espaço começa, efetivamente, na sociedade urbana (LEFEBVRE, 2001a, p. 138-144).

Com este referencial, só se pode olhar com estranheza para a mobilidade espacial da população aqui problematizada, tendo em vista o seu significado social. Esse olhar não se baseia em idéias de que o crescimento demográfico é um processo natural e deve ser ininterrupto, nem, por outro lado, em inspirações *malthusianas* de inibições coercitivas da migração. A interpretação é a de que significativa parcela da sociedade não consegue apropriar-se efetivamente do espaço. A condição social de trabalhador pressupõe não só vender a força de trabalho, mas inclui a mobilidade espacial e, com isso, corresponde muitas vezes à renúncia involuntária ao *lugar*. Em geral, têm que sair aqueles que não possuem alcance político no comando do espaço, onde estão materializadas poucas, mas significativas, conquistas e laços afetivos. Então, é possível, após tantas reflexões, ver o declínio demográfico como decorrência da não-apropriação do espaço.

Entretanto, a não-apropriação do espaço possui outras implicações, pois se quem migra *desiste* do lugar, quem permanece sem condições para modificar sua condição social e política expressa outra face dessa alienação. A questão das pequenas cidades em processo de esvaziamento demográfico, tomando por referência tanto a parcela da sociedade que migra quanto aquela que se sujeita à precária condição social e política nelas compreendidas, expõe esse processo de maneira muito visível. Trata-se de ler por meio do espaço a dinâmica da sociedade nele inscrita. Questão também presente em outras situações e locais, mas que se mostraram pela busca da essência e dos significados dos processos verificados na região analisada.

Em resumo, a não-apropriação do espaço mostra-se tanto por aqueles que não mais conseguem permanecer em determinadas localidades e são obrigados a perambular, como também por meio dos que ficam, mas cuja condição social e política não alcançam intervir. Está compreendida nessa condição social e política a produção da passividade, que faz a população apática e sem meios de agir na condução política local. Por isso, mudar de vida implica quase sempre em mobilidade espacial.

A relevância da não-apropriação comparece como fundamental na leitura da realidade dos municípios com pequenas cidades, problematizada nesse trabalho, bem como na forma como se produz a realidade urbana como um todo. Se ela é vista fora dessa perspectiva, não se questionam as origens dos fluxos humanos que compõem outras formas urbanas e resultam em outras realidades igualmente marcadas por condições sociais e políticas precárias, onde também não há suficiente apropriação do tempo e do espaço.

Recente texto de Borja (2005)²⁹⁴ traz alguns pontos que contribuem para esta reflexão, ainda que se referindo a um espaço tão diferente dos analisados neste trabalho, já que ele se refere a um certo ‘mal-estar urbano’ em Barcelona, na Espanha, que ele se propõe a desvendar. Para tanto, ele começa citando Baudelaire: “A cidade muda mais depressa que o coração de seus habitantes”. Esta mudança rápida gera nos habitantes um sentimento de nostalgia de um tempo que já não existe. Contudo, afirma o autor, a cidade só existe na medida em que é apropriada por seus habitantes. No caso mencionado, projetos recentes desenvolvidos na cidade não são elaborados para eles, criando um sentimento de não posse. Os habitantes sentem-se despossuídos da cidade, pois parte dela se faz de e para fora. Para ele, também neste caso, trata-se de desenvolver conceitos, como o direito à cidade, ao lugar e a permanecer onde se decidiu viver (BORJA, 2005, p. 5). Como se vê, a despeito das diferenças

²⁹⁴ Apesar das discordâncias com os escritos desse autor em co-autoria com Castells, mencionadas no capítulo anterior, esta nova referência trouxe pontos que ajudaram a pensar o tema em análise.

socioespaciais²⁹⁵, constata-se em comum que a não-apropriação é determinada por essa produção de e para fora, ou seja, como já se mencionou antes, alheia e contra o interesse dos habitantes de determinados espaços.

As escalas que afetam determinado espaço, num momento de economia mundializada, correspondem a articulações bem mais amplas, ou seja, a apropriação do espaço não exige apenas ativa política local, mas nexos geograficamente alargados. Portanto, nos dias de hoje já não basta mais a mera recuperação da autonomia local, embora ela seja indispensável. A apropriação da escala local cria condições para agir nas demais escalas. Por isso, no caso das pequenas cidades, este quadro se agrava pela peculiar condição política e social em que significativa parte dos seus habitantes se encontra.

Nestes termos, a trilha de um vir-a-ser utópico inclui a apropriação do espaço. Tal como existe, o espaço figura como condição não de mudança, mas de reprodução social. Só habitar é diferente de apropriar-se. Os habitantes não decidem, pois frequentemente são apenas usuários do espaço. Por meio das manifestações dos moradores dos municípios estudados, foi possível verificar com os elementos e laços afetivos, uma lógica paralela à econômica, imprimindo ao espaço vínculos e usos que o tornam de alguma maneira especial, mas não efetivamente apropriado.

Negar o urbano historicamente construído indica resignação, justificada pelas mazelas e contradições encontradas pela sociedade na trilha para a sociedade urbana. É certo que o urbano existente está marcado pela precariedade, mas o desafio é a conquista da sociedade urbana que deve ser mantida enquanto perspectiva, como vir-a-ser, ou seja, como referência utópica, mais do que necessária, vital.

O alcance da sociedade urbana depende de mudanças econômicas e políticas, além do controle democrático do aparelho estatal e da autogestão generalizada, além de uma revolução cultural permanente, de acordo com a perspectiva teórica já assinalada. No Brasil, como no restante do mundo, a sociedade urbana, com a qualidade que Lefebvre projetou, ainda não se concretizou, consiste numa perspectiva positiva de avanço social e político em vários sentidos. A conquista da urbanidade e da sociedade urbana deverá ser mantida no cenário dos possíveis avanços sociais.

²⁹⁵ Os interesses que comandam a produção do espaço são tanto mais alheios em países como os latino-americanos, tendo em vista toda sua história de subordinação e as recentes privatizações econômicas, comandadas, na maioria, por interesses, diretos ou não, exteriores não apenas ao local imediato, mas ao país como um todo. É assim que prosseguimos cada vez mais desterrados em nossa própria terra (HOLANDA, 1987). Por isso, a questão da apropriação do espaço é uma questão pertinente, não só na escala local, mas também nas demais.

A condição urbana possui amplos alcances espaciais e produz novos parâmetros. Estes parâmetros deverão sinalizar para uma nova qualidade de vida, incluindo melhoras nas relações humanas. Um avanço político da sociedade poderá garantir que as conquistas socialmente produzidas possam ser apropriadas por todos, mantendo uma perspectiva positiva do urbano, com conquistas políticas advindas da vida urbana, bem como o acesso e intercâmbio de manifestações culturais diversas.

A perspectiva utópica da sociedade urbana está compreendida na expansão do direito efetivo à cidade. Nos termos de Lefebvre (2001a, p. 98), esta perspectiva está em estado virtual, de presença-ausência, compartilhada por aqueles que permanecem à margem da cidade corporativa: “O urbano é a obsessão daqueles que vivem na carência, na pobreza, na frustração dos possíveis que permanecem como sendo apenas possíveis. Assim, a integração e a participação são a obsessão dos não-participantes, dos não-integrados, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado”. Ele vê, nessa, uma nova expectativa humanista, que implicará na construção da cidade sobre novas bases, reiterando o urbano como o lugar do encontro, onde a prioridade é do valor de uso.

A perspectiva da sociedade urbana incorpora vozes otimistas sobre as cidades, nos dizeres de Capel (2001, p. 143-147), que destaca mesmo no âmbito da urbanização contraditória vivenciada até agora, a cidade como espaço promissor, lugar da criatividade, da inovação, da vida intelectual intensa, maior capacidade de interação, enfim de possibilidades diversas.

Talvez seja hora de retomar desafios já há muito sinalizados por Mumford (1965, p. 11), no sentido de superar a cidade existente e as potencialidades colocadas a partir dela, encontrando funções urbanas ainda não concretas e exaurindo possibilidades urbanas ainda não realizadas²⁹⁶.

Pensar o devir parece um desafio maior quando a área analisada é negligenciada, como é o caso da maioria das pequenas cidades. Mas elas podem figurar como parte dessas novas possibilidades e das novas experiências da sociedade urbana. Entendimento semelhante encontra-se

²⁹⁶ Nos termos do autor (Mumford, 1965, p. 11): “Se quisermos lançar novos alicerces para a vida urbana, cumpre-nos compreender a natureza histórica da cidade e distinguir, entre as suas funções originais, aquelas que dela emergiram e aquelas que podem ser ainda invocadas. Sem uma longa carreira de saída pela História, não teremos a velocidade necessária, em nosso próprio consciente, para empreender um salto suficientemente ousado em direção ao futuro, pois grande parte dos nossos atuais planos, sem exceção de muitos daqueles que se orgulham de ser ‘avançados’ ou ‘progressistas’, constituem pouco engraçadas caricaturas mecânicas das formas urbanas e regionais que ora se acham potencialmente ao nosso alcance.”. Não se vê nesse excerto uma postura antiurbana ou nostálgica como se atribui a este autor, mas uma proposta de renovação do urbano. Do mesmo modo, Harvey (1980, p. 271) anuncia: “Um urbanismo genuinamente humano ainda está por surgir. Cabe à teoria revolucionária mudar o caminho de um urbanismo baseado na exploração para um urbanismo apropriado à espécie humana”.

em Vachon (2001, p. 8-13), pois o desejo crescente da sociedade de viver em pequenas cidades, constatada por ele no Canadá, somado à capacidade tecnológica já materializada e que permite a desconcentração, são elementos que compõem as condições para uma redinamização dessas áreas. Portanto, assegura o mesmo autor, elas inevitavelmente terão que ser consideradas para a edificação da sociedade do século XXI.

Há muito o que aprender com Lefebvre sobre a sociedade urbana. Mas este desenho de vir-a-ser é capaz de reunir as reflexões aqui propostas. Entender as pequenas cidades e seu declínio demográfico como realidade que se oferece à crítica da centralização e da concentração. Compreendê-la como parte concreta do urbano e a superação das contradições como parte da utopia urbana. Por aí, não é possível compartilhar da nostalgia ou deixar-se iluminar pelo passado, mas trazer de volta os seres humanos enquanto sujeitos atuantes na sociedade urbana.

Atribuir a importância devida ao espaço, no âmbito da Geografia, enquanto parte das Ciências Sociais, passa, conforme indicaram os caminhos dessa pesquisa, por desvendar os processos econômicos e políticos que fazem com que o espaço se produza de forma alheia aos interesses da sociedade que vive em determinado espaço e que a privam do comando sobre o seu presente e futuro. Este entendimento da Geografia está afinado ao que diz Santos (1996a, p. 219): “[...] cabe à geografia perscrutar e expor como o uso consciente do espaço pode ser um veículo para a restauração do homem na sua dignidade”. Para ele, a Geografia, como ciência do homem, deve cuidar do futuro não apenas como mero exercício acadêmico, mas com o objetivo de dominá-lo para todos os homens, e não para um pequeno número deles, tendo em vista a produção de um espaço mais humano (SANTOS, 1996a, p. 213).

Tal como já se assinalou na introdução, tomando por referência o mesmo autor, deve-se partir do espaço e a ele voltar, sendo este parte de uma teoria menor, inserido numa teoria maior, a teoria social. Pensar as pequenas cidades inseridas em meio a áreas em declínio demográfico permitiu sublinhar a relevância da apropriação do espaço, como possível contribuição à emancipação humana. A apropriação do espaço faz parte da recuperação da autonomia. Ela foi significativa, tanto na interpretação da realidade analisada, que se explica pela ausência da apropriação, bem como pela sua conotação utópica na sociedade urbana, onde ela figura como possível conquista, juntamente com a apropriação do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



*“Se a noite não morasse na linguagem, alguém de nós diria a última palavra. Veríamos o brilho da luz sem mácula.
A luz nos silenciaria.” (Heráclito).*

O texto aqui apresentado resume o caminho percorrido, resultante da formulação e reformulação de questões à realidade que se nos apresentou. O percurso esteve orientado pela busca de respostas, porém, com muita frequência foi preciso refazer as perguntas, procurando chegar tanto aos questionamentos mais adequados, como à forma mais pertinente de expressá-los. Esse trajeto foi, certamente, marcado por acertos e erros. Contudo, é preciso considerar que, por mais que se quis acertar, o aprendizado também se construiu com os equívocos.

Uma temática nas Ciências Sociais e Humanas pode ser desenvolvida de várias maneiras, dependendo do momento em que é constituída, no qual seu desenvolvimento ocorre, de quem a formula e em que circunstâncias ela é formulada. A maneira como ela se apresenta faz parte do histórico da pesquisa e da relevância atribuída aos diversos pontos do trabalho em determinados momentos. A forma aqui apresentada não é a única possível, contudo foi considerada a mais adequada no contexto de realização da pesquisa. O desenvolvimento do tema promoveu crescimento intelectual, porém o texto foi produzido numa cronologia que expressa diferentes fases do aprendizado.

Simultaneamente ao cumprimento do que se havia proposto na pesquisa, outras possibilidades foram despontando. A satisfação e a alegria pelos resultados alcançados e pelas respostas encontradas misturam-se, assim, à angústia de finalizar o infindável. Por isso, se por um lado, pode-se dizer que o trabalho está encerrado, por outro, persiste o sentimento de que se trata de algo inconcluso. Deste modo, o uso do título no gerúndio parece adequado, pois indica uma ação contínua, não terminada.

Deve-se observar, também, que o trabalho com dimensões geográficas mais amplas faz os enfoques parecerem sempre incompletos ou insuficientes, tendo em vista a multiplicidade de relações que pressupõe, tornando frequentes as lacunas. Em trabalhos assim, torna-se ainda mais vital lembrar que o labor acadêmico deve ser compreendido coletiva e interdisciplinarmente, uma vez que, só assim, as lacunas podem ser preenchidas e as análises completadas.

Apresentam-se, a seguir, considerações mais específicas sobre o desenvolvimento do tema. Como se procurou, ao longo do trabalho, ir somando os resultados a cada capítulo, rerepresentá-los agora produziria uma síntese empobrecida e repetitiva. Por isso, acrescentam-se apenas algumas reflexões, tomando o desenvolvimento do trabalho em seu conjunto.

O questionamento acerca do declínio demográfico em áreas onde predominam municípios com pequenos núcleos urbanos, que se constatou como uma tendência mais ou menos comum, conduziu as indagações sobre o significado econômico e social das pequenas cidades. Na procura de respostas a essas questões é que se tornou evidente o que se designou como a não-apropriação efetiva do espaço por parte da sociedade.

A maior parte da sociedade local apenas está no espaço, mas pouco interfere sobre os processos que definem sua reprodução contínua. E este fato está relacionado à produção do espaço, deliberada em grande parte por relações econômicas e políticas hegemônicas. Assim, os significados encontrados para os referidos espaços foram respostas imediatas aos questionamentos. A não-apropriação do espaço apareceu, de maneira indireta, como uma expressiva explicação de tal dinâmica como processo social e político.

Outro aspecto que se tornou muito perceptível, por meio desse estudo, foi a efemeridade do espaço, o que está intimamente relacionado à dificuldade da sociedade em interferir nas determinações das condições locais e o modo como tem se definido o funcionamento da economia mundializada.

A questão do declínio demográfico em municípios com pequenos núcleos urbanos foi compreendida não só como êxodo rural, mas como uma questão da Geografia Urbana. Esse processo decorre da incorporação de uma lógica industrial ampla e que afetou a vida de praticamente toda a sociedade brasileira.

Os fatos destacados em relação à região estudada foram fortemente definidos por interferências estatais, tanto no período de sua formação socioespacial, quanto naquele referente às transformações econômicas mais recentes. No primeiro capítulo, já se observava que a formação da região estava assentada sobre bases econômicas instáveis. Este fato está relacionado, ainda, ao papel econômico dos países em desenvolvimento e a transitoriedade e a insegurança com que transcorrem suas dinâmicas.

O ritmo das transformações dificultou a consolidação das numerosas pequenas cidades. Verificou-se, entretanto, que a despeito da diminuição demográfica nos municípios com pequenas cidades, elas mantêm papéis e significados expressivos na estruturação econômica e social da região.

Estudar as pequenas cidades em conjunto também permitiu perceber, de maneira mais concreta, a intensidade e as implicações da centralização e da concentração econômicas e espaciais. E a leitura crítica da concentração espacial incluiu algumas contribuições teóricas de anarquistas, especificamente de alguns geógrafos, como ficou registrado, sobretudo no quarto capítulo, complementando o referencial teórico estabelecido anteriormente.

As experiências comunitárias positivas e independentes da política formal, o significado político da instituição do município, visto pelo prisma de sua história, as experiências de autogestão que se difundem e a valorização da sociabilidade nas pequenas cidades (na qual a análise econômica assinalaria apenas a importância dos seres humanos enquanto mão-de-obra) convergem com a perspectiva anarquista, reunindo alguns pontos esparsos neste trabalho. Em respeito aos caminhos percorridos e aos resultados encontrados, é preciso fazer justiça a essas contribuições e, especialmente, à Kropotkin, reivindicando seu reconhecimento nas Ciências Sociais e, mais especificamente, na Geografia.

Talvez isso seja possível nesse momento em que se esboçam novas utopias. Na concepção anarquista do referido geógrafo, a reflexão sobre o social está vinculada à reflexão sobre o espacial e, no comunismo por ele proposto, a ampla descentralização é seu método socioespacial, como parte de uma Geografia da liberação humana (PEET, 1989, p. 366).

Como se mencionou, na introdução, inicialmente poucos interlocutores foram identificados, já que são restritos os estudos sobre as pequenas cidades. Significativa parte do tempo dedicado à pesquisa foi consumida em uma ampla busca de referências. Nessa busca, passou-se a considerar estudos que, embora não tratassem diretamente de pequenas cidades, tivessem afinidades com o tema, abrangendo a discussão sobre os municípios, a questão da escala e do desenvolvimento e poder local, entre outros. A restrita produção sobre o tema exigiu, ainda, a busca de enfoques afins em outras áreas acadêmicas, como pode se verificar ao longo do texto. Deste modo, a dificuldade inicial acabou por provocar uma ampliação do referencial e, conseqüentemente, um prolongamento do trabalho.

O texto inclui algumas referências internacionais, de autores sobre os quais não se conhece a postura política e detalhes da vida acadêmica, nem sempre transparente em suas obras. A tentativa de fazer uma leitura crítica dos mesmos foi, então, considerada em relação ao conteúdo, mantendo a prioridade de compreender a realidade problematizada. As citações apareceram à medida que ajudaram a pensar e expor o tema.

Entre os autores que estudam mais especificamente as pequenas cidades, encontrou-se como enfoque mais comum: questões atinentes à dinâmica demográfica e econômica, mais corriqueiras que as suposições iniciais da pesquisa, alguns que apresentam sem maiores reflexões as pequenas cidades como solução para problemas ambientais e demográficos, enfim, que consideram a descentralização como solução indiscutível, independente dos termos em que ela se apresenta. Há, também, trabalhos que se voltam mais à dinâmica intra-urbana das pequenas localidades, mostrando o precário urbanismo, além das contribuições aos debates conceituais.

Foi preciso tentar outras formas de ver a rede urbana, costumeiramente tratada pela identificação de fluxos e topologias do capital, que não problematizam a dimensão social e humana. Há necessidade de se ampliar o enfoque para alcançar os processos do capital e a morfologia urbana que se desenha no atual contexto. Para Santos (1996c, p. 80-81), a rede urbana deveria ser considerada como unidade de estudo da Geografia e não o estudo isolado de uma cidade. Recentemente, Sposito (2004) expôs a necessidade de articulação entre as dimensões intra e interurbana para alcançar uma compreensão mais ampla do espaço no período atual. No caso mais específico de pequenas cidades, não há como estudar seus papéis e significados sem o seu entorno, pois tais papéis só podem ser compreendidos mediante a composição desse cenário.

Para finalizar sem encerrar, apresentam-se, ligeiramente, algumas perspectivas possíveis para novas pesquisas. Elas pareceram relevantes no decorrer deste trabalho e algumas foram rapidamente assinaladas, mas merecem aprofundamento.

É preciso reconhecer a necessidade de um debate conceitual mais completo e coletivo a respeito das pequenas cidades, incluindo paralelamente a questão do rural e do urbano, municípios e escala local, numa perspectiva histórica no Brasil. Deve-se considerar esses temas simultaneamente visto que, embora estejam mutuamente relacionados, devem ter suas diferenças esclarecidas.

Observou-se no percurso da pesquisa que há, no Brasil, pouca reflexão sobre sua espacialidade político-administrativa. Essa insuficiência faz com que a centralização política seja menos questionada do que deveria. No Brasil, as questões sociais preenchem a pauta acadêmica no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, tal como exige a sua realidade. Entretanto, elementos territoriais e, de modo mais geral, do espaço geográfico, não são suficientemente contemplados, dificultando um olhar mais crítico sobre as circunscrições territoriais, sua institucionalização, seus alcances e significados.

A preocupação com as pequenas cidades conduz ao tema da desconcentração e da descentralização. Por isso, foi preciso identificar de modo mais completo em que circunstâncias se apresenta tal discussão e que interesses a conduzem. Aos poucos, cresce o interesse acadêmico pelas pequenas cidades. Até agora, tem sido mais comum a elaboração de monografias sobre estes espaços, o que não favorece muito os avanços teóricos. Talvez repassar esses estudos de casos e sistematizá-los possa trazer alguma contribuição, já que isolados são esforços que se perdem.

Entre as pequenas cidades, em virtude da multiplicidade de contextos, estão cidades novas, como também algumas antigas, em número proporcionalmente menor no Brasil. Seria relevante esclarecer as diferenças entre as pequenas cidades antigas e as novas. As antigas representam outros tempos e sinalizam a mudança na rede urbana, como decorrência dos fluxos e da economia, elementos que um estudo dessa natureza teria que necessariamente incluir. Em cada período são projetadas diferentes cidades, ou são impostos papéis diferentes a cidades já existentes.

Enfim, são várias possibilidades de pesquisa, que poderiam contribuir para um melhor conhecimento da realidade das pequenas cidades e, deste modo, ampliar a compreensão da rede urbana como um todo: as implicações econômicas, políticas e sociais de atividades monoindustriais em pequenas cidades; municípios com pequenas cidades e as implicações do absenteísmo; diferenças de papéis, dinâmicas e significados entre as muitas pequenas cidades, tendo em vista as diversas situações geográficas, como aquelas localizadas em áreas metropolitanas e as pertencentes a áreas não-metropolitanas, cidades litorâneas, isoladas, aquelas situadas em eixos viários dinâmicos, etc.; avaliação de dinâmicas recentes e possíveis alterações quanto a atributos característicos das pequenas cidades, como o ritmo, a sociabilidade, a segurança, a condição política, entre outros.

Ao traçar estes novos panoramas de estudo, deixam estas de ser considerações finais. São considerações para continuar pensando as pequenas cidades, como parte significativa e concreta da espacialidade social.

REFERÊNCIAS

- ABELLA SANTAMARÍA, J. *La ley de régimen local*. Madrid: Instituto Nacional de Prospectiva, 1980, 93 p. (Cuadernos de documentación, 23).
- ADORNO, T.W; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, 254 p. Título original: *Dialektick der aufklärung: Philosophische fragmente*.
- ALBUQUERQUE, F. Desenvolvimento económico local/regional y fomento empresarial en América Latina. *Ciudad y territorio estudios territoriales*, Madrid, v.31, n.122, p.821-834, out-dez.1999.
- ALEGRE, M; MORO, D. A. A mobilidade da população nas antigas áreas cafeeiras do Norte do Paraná. *Boletim de Geografia*, Maringá, v.4, n.1, p.28-71, jan.1986.
- ALEMANIA. Oficina Nacional de Turismo. *Pequeñas ciudades encantadoras de Alemania*. Frankfurt: Detsche Zentrale für Tourismus, 2002, 174 p.
- AMIN, A; ROBINS, K. Regresso das economias regionais? A geografia mítica da acumulação flexível. In: BENKO, G; LIPIETZ, A. (Org.). *As regiões ganhadoras - distritos e redes: os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras (Portugal): Celta, 1994. p.77-99. Título original: *Les regions Qui gagnent - districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la geographia économique*.
- ANALISE CONJUNTURAL. Curitiba: Iparides, 1983-. Mensal. ISSN 0102-0374.
- ANDALUCÍA. JUNTA DE ANDALUCÍA. Dirección General de Ordenación del Territorio y Urbanismo. *Análisis Urbanístico de Centros Históricos de Andalucía: Ciudades medias y pequeñas*. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, 2001, 384p.
- ANDRADE, M.C. de. A região como unidade dinâmica. Posição dos geógrafos e dos economistas ante o problema regional. In: _____ *Espaço, polarização e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1973, p.35-50.
- _____. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1995, 135 p.
- _____. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M; SOUZA, M. A. A. DE; SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec; 1996, p. 213-220.

ANTICO, C. Por quê migrar? In: PATARRA, N. *et al. Migração, condições de vida e dinâmica urbana: 1980-1993*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p.97-114.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1999, 6.ed., 155 p.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2000, 259p.

_____. As dimensões da crise no mundo do trabalho. *Olho da história*, Salvador, n.4, [2004?]. Disponível em <www.oohodahistoria.ufba.br/04antune.html>. Acesso em: 17.maio.2005.

ARAGÓN, C. *El control externo de la gestión económico-financiera de los entes locales: el tribunal de cuentas y las OCEX*. Madrid: Comunidad de Madrid, 1999, 176 p. (Cuadernos de administración local, n.10, Serie teórica).

ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: Editora da UnB, 1986, 317 p.

ARRETCHE, M. A descentralização como condição de governabilidade: solução ou miragem? *Espaço e Debates*, São Paulo, v.16, n.39, p.75-87, 1996.

ASCHER, F. Métropolisation et métapoles, In: _____. *Métapolis: o l'avenir des villes*. Paris: Odile Jacob, 1995, p.15-40.

ASSOCIATION DES PETITES VILLES DE FRANCE. *Petites villes, intercommunalité et décentralisation: leçons et perspectives*. Paris: Association des Petites Villes de France, 2004, 40p.

ASSUMPÇÃO, A. G. *et al. Mudanças no padrão de desenvolvimento agroindustrial: o caso do Norte do Paraná. A economia em revista*. Maringá, n.2, p.93-101, 1993.

AYDALOT, P. El declive urbano y sus relaciones con la población y el empleo. *Estudios Territoriales*, Madrid, n.24, p.15-32, maio-ago.1987.

BACELAR, W. K. DE A. *Os mitos do sertão e do Triângulo Mineiro: as cidades de Estrela do Sul e de Uberlândia nas teias da modernidade*. 2003, 241f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

- BAENINGER, R. Redistribuição espacial da população e urbanização: mudanças e tendências recentes. In: GONÇALVES, M.F. *et al. Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora Unesp, 2003, p.271-288.
- BAKER, J. What role do small and intermediate urban settlements play in the development of Sub-Saharan África? In: BELLET, C; LOOP, J. (Ed). *Ciudades intermedias: urbanización y sostenibilidad*, Lleida: Editorial Milenio, 1998, p.47-60.
- BARREAU *et al. Le dynamisme des petites villes françaises*. Toulouse: Association pour le developpement de la recherche géographique économique et sociale - Centre interdisciplinaire d'études urbaines, 1973, 98 p.
- BARREIRA, I.A.F. *O reverso das vitrines: conflitos urbanos e cultura política*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992, 180 p.
- BARRERO RODRIGUEZ, M. C. *Fórmulas asociativas municipales de prestación de servicios públicos*. In: JORNADA DE ESTUDIOS SOBRE CONSÓRCIOS LOCALES, 1994, Granada. Jornada de estudios sobre consórcios locais (Coleção temas de administración local, 58), Granada: Centro de Estudios Municipales y Cooperación Interprovincial (CEMCI), 1995, p.35-114 p.
- BARROS, P. M. de. *Consórcio intermunicipal: ferramenta para o desenvolvimento regional*. São Paulo: Alfa-Omega, 1995, 134p.
- BAUMAN, Z. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, 334 p. Título original: *Modernity and ambivalence*.
- BEAUJEU-GARNIER, J. *Geografia Urbana*. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, 525 p.
- _____. *Geografia de População*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, 438 p. Título original: *Geography of Population*.
- BECATINI, G. Anomalias marshalianas. In: BECATINI, G; COSTA, M. T; TRULLÉN, J.(Coord.). *Desarrollo local: teorías y estrategias*. Barcelona: Civitas, 2002, p.17-82.
- _____. O distrito marshaliano, uma noção socioeconômica. In: BENKO, G; LIPIETZ, A. (Org.) *As regiões ganhadoras: distritos e redes os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras (Portugal): Celta, 1994. p.20-29. Título original: *Les regions Qui gagnent districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la geographia économique*.
- BECKER, B. A fronteira em fins do século XX: proposições para um debate sobre a Amazônia. *Espaço e Debates*, São Paulo, v.4, n.13, p.59-73, 1984.
- BECKER B; EGLER,C. *Brasil – uma nova potência regional na economia mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, 3.ed., 272 p.

- BELLANDI, M. El distrito industrial de Alfred Marshall. *Estudios Territoriales*, Madrid, n.20, p.31-44, jan-abr.1986.
- BELLET, C; LLOP, J.M. Ciutats intermédies: entre territoris concrets i espais globals. *Transversal*. Lleida, n. 20, p.17-26, abr.2003.
- BENEVOLO, L. *História da cidade*. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 1999. 728 p. Título original: Storia della Città.
- BENKO, G. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. 2.ed., São Paulo: Hucitec, 1999, 266 p.
- BENKO, G; LIPIETZ, A. (Org.) *As regiões ganhadoras: distritos e redes os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras (Portugal): Celta, 1994. 275 p. Título original: Les régions Qui gagnent – districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la géographie économique.
- BERMAN, M. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, 360 p.
- BERNADELLI, M.L.F. H. *Pequenas cidades na região de Catanduva-SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias*. 2004, 348 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- BERRY, B. *Geografía de los centros de mercado y distribución al por menor*. Barcelona, Espanha: Vicens-Vives, 1971, 185 p.
- BERTELLI, L. G. A reabilitação do Proálcool. *Paraná Açúcar e Álcool*. Maringá, jun.2002, n.72, p. 8.
- BIELZA DE ORY, V. La calidad ambiental de las pequeñas ciudades aragonesas como factor de desarrollo. In: FERRER REGALES, M. *Ecología social y ambiente: las ciudades medias y pequeñas*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1991, 61-76.
- BIZELLI, J.L. O direito à cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, 2001, Rio de Janeiro. Anais: Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço. V. 1. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001, p.5-13.
- BOISIER, S. La geografía de la globalización: un único espacio y múltiples territorios. *Ciudad y territorio estudios territoriales*, Madrid, v.29, n.111, p.81-99, jan-mar.1997.
- _____. Nuevas fronteras para la política regional en América Latina. *Ciudad y territorio estudios territoriales*, Madrid, v.31, n.122, p.809-819, out-dez.1999.

BONNENFANT, P. Villes moyennes et petites villes en Arabie Saoudite. In : CENTRE D'ETUDES ET DE RECHERCHES URBAMA, *Petites Villes et Villes Moyennes dans le Monde Árabe*, Tours, 1986. 2t.(Urbanisation du Monde Árabe, n. 17), p.573-584.

BOOKCHIN, M. Ecología y pensamiento revolucionario. In: BREITBART, M.M.(ed.). *Anarquismo y geografía*. Barcelona: Oikos-tau, 1989, p.91-121.

_____. *Municipalismo libertário*. [Sl:si]. Disponível em <<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/autonomia/04municipalismo>>. Acesso em: 7.ago.2005.

BORJA, J. Un futuro urbano con un corazón antiguo. *Biblio 3w*: Revista bibliográfica de geografía y ciencias sociales, Barcelona, v.10, n.584, maio.2005. Disponível em <www.ub.es/geocrit/b3w-584.htm>. Acesso: em 21.set.2005.

BORJA, J; CASTELLS, M. *Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información*. 4.ed. Madrid: Santilhana, 1999, 418 p.

BOTTOMORE, T. et.al. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 454 p.

BOURGEY, A. Reflexions sur les petites villes dans les Emirats du Golfe (Koweit, Bahrein, Qatar, Emirats Árabes Unis, Oman). In : CENTRE D'ETUDES ET DE RECHERCHES URBAMA, *Petites Villes et Villes Moyennes dans le Monde Árabe*, Tours, 1986. 2t.(Urbanisation du Monde Árabe, n. 17), p.637-652.

BRANDÃO,C.A. O modo trans-escalar de análise e de intervenção pública: notas para um manifesto anti-localista. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR,10, 2003, Belo Horizonte. *Anais*: Encruzilhadas do Planejamento. Belo Horizonte: UFMG/ANPUR, 2003, p.79-99.1 CD.

_____. *Os caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983, 94 p. (Tudo é História, 75).

BRASIL. Ministério das Cidades. *Sistemática 2004*: Manual para apresentação de propostas pró-municípios. [S.l.:s.n], [2004?].

BREITBART, M.M. El anarquismo español:ensayo introductorio. In: _____(Ed.). *Anarquismo y geografía*. Barcelona: Oikos-tau, 1989, p.195-221.

BRENNER, N; THEODORE, N. Cities and the Geographies of 'Actually Existing Neoliberalism'. *Antipode*, Worcester, v.34, n.3. p.349-379, jun.2002.

BRUM, A.J. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis:Vozes,1987, 200 p.

BRUNEAU, P. Les réseaux de villes en France: quels acteurs? queles finalités? quel avenir? Réflexions à partir de l'exemple de la région Poitou-Charentes. *Cahiers de Géographie du Québec*, Saint-Foy (Quebec), v. 42, n.116, p.177-193,set.1998.

BRUNHES, J. El caracter propio y el caracter complejo de los hechos de geografía humana. In: GÓMEZ MENDOZA, J. G. *et al. El pensamiento geográfico*. 2.ed. Madrid: Alianza Editorial, 1988, p.252-265.

_____. *Geografía Humana*. Barcelona: Juventud, 1964, 3.ed., 312 p.

BUNGE, W. Geografía Teórica: una metodología geográfica. In: GÓMEZ MENDOZA, J. G. *et al. El pensamiento geográfico*. 2.ed. Madrid: Alianza Editorial, 1988, p.402-411.

BURGUEÑO RIVERO, J. Geografía y administración: proyectar territorios en el siglo XXI. *Boletín da A.G.E*, Madrid, n.32, p.191-207, 2001.

CALDEIRA, T. P. do R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp;Editora 34, 2000, 399p.

CALÍRIO, E. P. *Morro Três Irmãos: História, lenda e mistério*.Paranavaí: Editora Gráfica Paranavaí, 2001, 75 p.

CAMAGNI, R. Organisation économique et réseux de villes. In: SALLEZ, A. (Org.) *Les villes, lieux d'Europe*. Paris: Datar; Éditeurs de l'Aube, 1993, p.107-128.

_____. Papel económico y contradicciones espaciales de las ciudades globales: el contexto funcional, cognitivo y evolutivo. In: BECATTINI, G. *et al.* (Coord.). *Desarrollo Local: Teorias y estrategias*. Barcelona:Diputació y xarxa de municipios, 2002, p. 215-244.

CANCIAN, N. A. *Cafeicultura paranaense: 1900-1970*. Curitiba: Graficar, 1981, 154p.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 2.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971,284p.

CANIELLO, M. O ethos sanjoanense: tradição e mudança em uma “cidade pequena”. *Mana*, Rio de Janeiro, v..9, n.1, p.31-56, abr.2003.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. 4.ed. Campinas: Unicamp, 1998 (30 Anos de Economia Unicamp, 1).

CAPEL, H. La definición de lo urbano. *Scripta Vetera*, n.33. Barcelona. Disponível em < <http://www.ub.es/geocrit/sv-33.htm>>. Acesso em: 13.dez.2003a.

_____. Gritos amargos sobre la ciudad. In: _____. *Dibujar el mundo: Borges, la ciudad y la geografía del siglo XXI*. Serbal: Barcelona, 2001, p.115-150.

_____. *La red urbana española – 1950-1960*, 1971. 605f. Tese (Doutorado em geografia) – Departamento de Geografia, Universitat de Barcelona, Barcelona.

_____. *La cosmópolis y la ciudad*. Barcelona: Serbal, 2003b, 249 p. (A estrela polar, 41).

CARLOS, A.F.A. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp. 1994, 270 p.

CARVALHO, A. W. B. de. *A participação popular no processo de descentralização governamental: uma avaliação do papel dos conselhos gestores de políticas públicas em municípios de pequeno porte demográfico*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10, 2003, Belo Horizonte. *Anais: Encruzilhadas do Planejamento*. Belo Horizonte: UFMG/ANPUR, 2003.1 CD.

CARVALHO, L.D.M. *O posicionamento e o traçado de algumas cidades implantadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná e sucessora, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná*. 2000. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. (Coleção Pensamento Crítico, 48). Título original *La question urbaine*.

CASTORIADIS, C. *Feito e a ser feito: as encruzilhadas do labirinto V*. Rio de Janeiro: DP e A, 1999, 302 p. Título original: *Lês carrefours du labyrinthe. Fait et à faire*.

_____. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, 418 p. (Coleção Rumos da cultura moderna, v.52). Título original: *L'institution imaginaire de la société*.

CASTRO, C. M. Itabirito não tem fome zero. *Veja*, São Paulo, 10.set.2003. n.1818, Ponto de vista.

CHARRIE, J.P.; GENTY, M.; LABORDE, P. *Les petites villes en Aquitaine, 1962-1990: de la croissance à la crise: la place des petites villes dans l'armature urbaine régionale*. Aquitaine : Editions de la Maison des sciences de l'homme d'Aquitaine. 1992, 105 p.

CHESHIRE, P; HAY, D. Problemas de declive y crecimiento en las ciudades de Europa. *Estudios territoriales*, Madrid, n.19, p.31-56, set-dez.1985.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996, 336 p. Título original La mondialisation du capital.

_____. Um programa de ruptura com o neoliberalismo. In: HELLER, A. *et al. A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, 268 p.

CHRISTALLER, W. Os Lugares centrais do sul da Alemanha: Introdução. In: GÓMEZ MENDOZA, J. G. *et al. El pensamiento geográfico*. 2.ed. Madrid: Alianza Editorial, 1988, 395-401 p.

CIGOLINI, A. A. A fragmentação do território em municípios: um resgate histórico. *Revista Paranaense de Geografia*, Curitiba, n.5, p.55-65, jul-dez.2000.

CLARK, D. *Introdução à Geografia Urbana*. São Paulo: Difel, 1985, 286 p.

CLAVAL, P. Orientar-se e reconhecer-se. Marcar, recortar, institucionalizar e apropriar-se do espaço In: _____. *A geografia cultural*. Florianópolis: Editora UFSC, 1999, p.189-218.

CLIMENT LÓPEZ, E.; GUTIERREZ DEL VALLE, R.M. Medios innovadores y desarrollo local: los sistemas productores de calzado del interior de España. *Estudios Geográficos*, Madrid, v. 63, n.246, p.5-31, jan-mar.2002.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização desenvolvimento do Norte do Paraná*. 2.ed.São Paulo: Editora Ave Maria, 1977, 295 p.

CONFERÊNCIA DAS CIDADES - CURITIBA "CIDADES PARA TODOS" .*Texto base para a conferência das cidades - Curitiba: Construindo uma política democrática e integrada para as cidades*. Curitiba, 2003, 11 p. Disponível em: <<http://www.coopere.net/observatorio/textobase.htm>>. Acesso em: 6.set.2003.

COQUE MARTINEZ, J. El desarrollo local sobre bases cooperativas: valorización de los recursos locales y creación de redes. In: BUENDÍA MARTINEZ, I; GARCÍA ALONSO, J.V. *Cooperativismo y desarrollo local*. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, 2003, p.261-299.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. *Território*, Rio de Janeiro v.4, n.6, p.43-53, jan-jun.1999.

_____. Metrôpoles, corporações e espaço: uma introdução ao caso brasileiro. In: CASTRO, I. E. GOMES, P. C.C; CORRÊA, R.L.(Org.) Brasil: *Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 67-114.

_____. *A rede urbana*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994, 96p.

_____. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, 2001, Rio de Janeiro. *Anais: Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço*. V. 1. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001, p.424-430.

_____. Posição Geográfica de Cidades: Discutindo conceitos. *Cidades*, Presidente Prudente, v.1, n.2, p.317-323, jul-dez.2004.

COSMOPOLITA. In: BOBBIO, N. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 1986, 2.ed., p.299. Título original: Dizionario di política.

COSTA, E. P. V. da S. M. da. *Cidades médias e ordenamento do território: o caso da beira Interior*. 2000. 498 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

COTE, M. La petite ville et sa place dans le developpement algerien. In : CENTRE D'ETUDES ET DE RECHERCHES URBAMA, *Petites Villes et Villes Moyennes dans le Monde Árabe*, Tours, 1986. 2t.(Urbanisation du Monde Árabe, n. 17), p.699-716.

COUTINHO, L. O desafio urbano-regional na construção de um projeto de nação. In: GONÇALVES, M. F. *et al. Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.p.37-47.

DANIEL, C. Perspectivas que o desenvolvimento local e a distribuição da renda abrem à construção do socialismo. In: DANIEL, C. *et al. Poder local e socialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002, p.11- 46. (Socialismo em discussão).

DEAN, W. *As multinacionais: do mercantilismo ao capital internacional*. São Paulo: Brasiliense, 1983, 105 p. (Primeiros vôos).

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. *Cidades*, Presidente Prudente, v.1, n.1, p.119-146, jan-jun.2004.

DELFIN NETTO, A. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: IPE/USP. 1981, 359p. (Ensaio econômico, 16).

- DELLE DONNE, M. *Teorias sobre a cidade*. Lisboa: Edições 70, 1990, 255 p. Título original: Teorie sulla cita.
- DESCENTRALIZAÇÃO. In: BOBBIO, N. *Dicionário de política*. Brasília: Editora UnB, 1986, 2.ed., p.329-335. Título original: Dizionario di política.
- DESMARAIS, R. Considération sur les notions de petite ville et de ville moyenne. *Cahiers de Géographie du Québec*, Saint-Foy (Quebec) v. 28, n.75, p. 355-364, dez.1984.
- DI MEO, G. Bourgs et petites villes, nouvelles activités, nouvelles fonctions. In: LABORIE, J.P; RENARD, J. *Bourgs et petites villes*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1997, p.275-281.
- DIANNI, C. 600 vilas argentinas correm risco de sumir. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18.set.2004. Mundo (Especial A2).
- DIAS, E. C. SP cresce 6 vezes mais em fronteira urbana: Estudo do Cebrap dimensiona o crescimento populacional em áreas periféricas da Grande SP. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27.jun.2004, Cotidiano,1.
- DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I.E; GOMES, P.C. DA C; CORRÊA, R.L. *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000. p.141-159.
- DIAZ DE ARCAAYA, F. *Agrupaciones y mancomunidades de municipios*. San Sebastian: Asamblea de Administración Municipal Vasca, 1919, não paginado.
- DIMENSTEIN, G. Cidade produz desemprego abaixo de zero. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27.mar.2005. Cotidiano, 7.
- DIRY, J.P ; RIEUTORT, L. Bourgs-centres et espaces fragiles. In: LABORIE, J.P; RENARD, J. *Bourgs et petites villes*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1997, p.199-208.
- DODIER, R. Place des bourgs et des petites villes dans la division spatiale du travail et le maillage territorial. In: LABORIE, J.P; RENARD, J. *Bourgs et petites villes*,Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1997, p.299-312.
- DOMINGUEZ COMPAÑY, F. *La vida en las pequeñas ciudades hispanoamericanas de la conquista: 1494-1549*. Madrid: Ediciones de cultura Hispanica del Centro Iberoamericano de Cooperación, 1978, 238 p.

DOMMARGUES, P; DELFOUR, C. El surgimiento de nuevos modos de hacer política pública: el ejemplo americano. In: RODRIGUEZ GUTIERREZ (Ed.). *Manual de desarrollo local*. Gijón: Trea, 1999, p.119-129.

DUBUC, S. Dynamisme rural: l'effet des petites villes. *L'Espace Géographique*, Montpellier, v.33, n.1, p. 69-85, jan-mar.2004.

ELIAS, D. Meio técnico-científico-informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP). 1996. 294f. Tese (Doutorado em geografia humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ENDLICH, A. M. *Maringá e o tecer da rede urbana regional*. 1998. 221f. Dissertação (Mestrado em geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

ESMANHOTO, R; ALMEIDA, N.P. *A saúde das cidades*. São Paulo:Hucitec, 1989, 117 p.

ESTADO DO PARANÁ. SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO *et al.* *Catálogo Industrial do Paraná*, Curitiba: FIEP, 1996, p.135-136;516;532;589-590.

_____. INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E FLORESTAS. *Atlas do Estado do Paraná*. Curitiba, 1987, 73p.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PARANÁ. *Cadastro Industrial do Paraná*. Curitiba, 2002. 1CD.

FELDMAN, S. Política urbana e regional em cidades não-metropolitanas. In: GONÇALVES, M. F.*et al.* *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora da Unesp, 2003, p.105-112.

FELIPE, J. L. O território municipal: novos atores, novas formas de gestão. *Sociedade e Território*, Natal, v.12, n.1, p.11-19, 1998.

FERREIRA, J. P. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v.31, Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 1959, 532 p.

FERREIRA, L. F. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. *Território*, Rio de Janeiro, v.5, n.9, p.65-83, jul-dez.2000.

FERRER REGALES *et al.* Microurbanización e industrialización local el eje Navarro-Riojano del Ebro. In: FERRER REGALES, M. *Ecología social y ambiente: las ciudades medias y pequeñas*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1991, p.75-160.

FIRKOWSKI, O. O processo recente de localização industrial na área metropolitana de Curitiba: concentração ou desconcentração? In: SPÓSITO, E. S. *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente: Gasperr, 1999, p.137-151.

_____. A inserção do Estado do Paraná no processo de desconcentração da indústria automobilística brasileira. *Polígonos*, León, n.11-12, p.75-111, 2001-2002.

_____. A nova lógica de localização industrial no aglomerado metropolitano de Curitiba. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 103, 2002, p.79-100.

FREITAG, B; ROUANET, P.S (Org). *Habermas*. São Paulo: Ática, 1980, 216 p. (Grandes cientistas sociais, 15).

FREITAS, M.T.A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.116, p.21-39, jul.2002.

FRESCA, T.M. *Transformações na rede urbana do Norte do Paraná*: Estudo comparativo de três centros. 2000, 436f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GAIDON, A. Role et place des petites villes dans la dynamique du systeme urbain algerien. In : CENTRE D'ETUDES ET DE RECHERCHES URBAMA, *Petites Villes et Villes Moyennes dans le Monde Árabe*, Tours, 1986. 2t.(Urbanisation du Monde Árabe, n. 17), p.717-736.

GALILEA, S. Descentralización y regionalización solo serán posibles con municipios fuertes. In: SEMINARIO INTERNACIONAL: EXPERIENCIAS DE DESCENTRALIZACIÓN Y DE REGIONALIZACIÓN – LOS CASOS DE CHILE, ESPAÑA, ITALIA, SUECIA, 1993, Santiago. Experiencias de descentralización y regionalización. Santiago: Chile - Ministerio do Interior, 1993, p.115-120.

GANAU CASAS, J; VILAGRASA IBARZ, J. Ciudades Medias en España: posición en la red urbana y procesos urbanos recientes. In: CAPEL, H. (Org.). *Ciudades, arquitectura y espacio urbano*. 2ed. Barcelona: Instituto Cajamar, 2003, 2a. ed., p.37-73.

GARCÍA ALONSO, J. V. El comercio justo y los programas de microcrédito: principales aportaciones de las ONGs al desarrollo cooperativo. In: BUENDÍA MARTINEZ, I; GARCÍA ALONSO, J.V. *Cooperativismo y desarrollo local*. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, 2003, p.354-357.

GAROFOLI, G. Modelos locales de desarrollo. *Estudios Territoriales*, Madrid, n.22, p.157-168, set-dez.1986.

_____. Os sistemas de pequenas empresas: um caso paradigmático de desenvolvimento endógeno. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A. (Org.) *As regiões ganhadoras: distritos e redes os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras(Portugal): Celta, 1994. p.33-46. Título original: Les regions Qui gagnent – districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la geographia économique.

GASPAR, J. *et al. Cidades Médias: imagem, quotidiano e novas urbanidades (relatório final)*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1998. 418 p.

GEIGER, P.P. *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1963, 462 p.

_____. A urbanização brasileira nos novos contextos contemporâneos. In: GONÇALVES, M.F. (Org). *O novo Brasil urbano – impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995, p.23-40.

GEORGE. P. *Geografia Urbana*. São Paulo: Difel, 1983. 236 p. Título original: Précis de Geographis Urbaine.

GERRY, C. *Zonas rurais na fronteira da reestruturação territorial: terceira Itália ou quarto Portugal?*Vila Real (Portugal): Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD, 13 p. Disponível em <www.home.utad.pt/~des/docs/artigos/cgerry_01.html>. Acesso em: 16.fev.2003.

GEUSS, R. *Teoria crítica : Habermas e a Escola de Frankfurt*. Campinas: Papyrus, 1988, 160p.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991, 177p.

GIRAUT, F. Les petites villes françaises, entre métropolisation et France profonde. In: LABORIE, J.P; RENARD, J. *Bourgs et petites villes*. Toulouse:Presses Universitaires du Mirail, 1997, p. 97-107.

GOMES, P. C. DA C. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 304 p.

GONÇALVES, A; SILVA, J. E. *A bibliografia libertária: o anarquismo em língua portuguesa*. São Paulo: Imaginário, 2001, 142 p.

GONÇALVES, J.H.R. Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná: 1930/1970. In: DIAS, R.B.; GONÇALVES, J.H.R.(Org.). *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999, p.87-121.

- GONÇALVES, M.F. Uma de muitas facetas da paradoxal urbanização brasileira. In: SCARLATO, F.C. *et al.* (Org.). *Globalização e espaço latino-americano*. 2.ed., São Paulo: Hucitec, 1994, p. 199-210. (Série O novo mapa do mundo).
- GONÇALVES, S. *O MST em Querência do Norte-Pr: da luta pela terra à luta na terra*. 2004, 338f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- GONZÁLEZ, S. La geografía escalar del capitalismo actual. *Scripta Nova*, Barcelona, v.9, n.189, 19 p., maio.2005. Disponível em <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-189.htm>>. Acesso em: 2.jul.2005.
- GORZELAK, G. Desarrollo regional y local en una economía socialista en transformación: Polônia. *Estudios territoriales*, Madrid, n.31, p.15-35, set-dez.1989.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993, 310 p.
- GUILLAUME, M. *L'empire des reseaux*. Paris: Descartes e Cia., 1999, 158p.
- GUNN, P. *Urbanização do Sudeste: dominação das metrópoles?* In: GONÇALVES, M.F. (Org). *O novo Brasil urbano – impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995, p. 85-103.
- GUSSO, D.A. Perspectivas do desenvolvimento regional. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. (Curitiba), n.87, p.7-29, 1996.
- HABERMAS, J. *A nova intransparência*. Novos estudos Cebrap, n.18, p.103-125, set.1987.
- HADDAD, F. *Em defesa do socialismo: por ocasião dos 150 anos do Manifesto*. Petrópolis:Vozes, 1998, 67p. (Coleção Zero à Esquerda).
- HALL, P. *Cidades do amanhã*. São Paulo: Perspectiva, 2002. 578p.
- _____. Capitales nacionales, ciudades internacionales y la nueva division del trabajo. *Estudios Territoriales*, Madrid, n.19, p.21-30, 1985.
- HARACENKO, A.A. de S. *Querência do Norte: uma experiência de colonização e reforma agrária no Noroeste Paranaense*. Maringá: Massoni, 2002, 218 p.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 5.ed. São Paulo: Loyola, 1992, 349 p. Título original: *The Condition of Postmodernith*.

_____. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980, 291p.

_____. *Crises in the space economy of capitalism: the dialectic of imperialism*, In: _____. *The limits to capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982, p.413-430.

HILDENBRAND SCHEID, A. Política territorial y desarrollo regional em Espana y Europa: una visión comparada en vísperas del siglo XXI. *Ciudad y territorio estudios territoriales*, Madrid, v.31, n.122, p.785-807,out-dez.1999.

HOBBSAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 598 p. Título original: *Age of extremes: the short twentieth century: 1914/1991*.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 19.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987, 158 p.

HONORÉ, C. *Devagar: como um movimento mundial está desafiando o culto da velocidade*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005, 350 p. Título original: *In praise of slow*.

HOWARD, E. *Cidades-jardins de amanhã*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2002, 211 p.

HUGON, P. La dialectique du local et du global dans le développement. In: Abdelmalki, L; Courlet,C *Les nouvelles logiques du développement : globalization versus localization*. Paris: L'Harmattan, 1996, p.29-40.

IANNI, O. *Teorias da globalização*. 4.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, 224 p.

IBGE. *Cadastro Industrial 1965: Estado do Paraná*. Rio de Janeiro: IBGE, 1968, v. 8, p.124-125; 432-433; 462-465; 526-529.

_____. *Censo Agrícola de 1960: Paraná – Santa Catarina*. VII Recenseamento geral do Brasil. Série Regional, v.2, tomo 12, Rio de Janeiro:IBGE.

_____. *Censo Agropecuário – Paraná*, VIII Recenseamento Geral – 1970, v.3, tomo 19, Rio de Janeiro: IBGE, 1975, p.164-187.

_____. *Censo Agropecuário – Paraná*, IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980, v.2, tomo 3, n. 20, 1ª parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1983, p.284-307.

- _____. *Censo Agropecuário 1985* – Paraná, n.22, Rio de Janeiro: IBGE, 1991, p.336-361.
- _____. *Censo Agropecuário 1995/1996*, n.20 – Paraná. Rio de Janeiro:IBGE, 1998. 1CD.
- _____. *Normas de apresentação tabular*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993, 63p.
- _____. *Sinopse preliminar do Censo Demográfico 1960*. Estado do Paraná. Rio de Janeiro, 1962, 60 p.
- _____. *Sinopse preliminar do Censo Demográfico do Paraná*, v.1, t.19. VIII Recenseamento Geral 1970, Rio de Janeiro: IBGE, 1971, p.137 e 141.
- _____. *Censo Demográfico* – Paraná, v.1, t.3, n.18. IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1982, p.2-39.
- _____. *Censo Demográfico* – Paraná 1991, n.22. Rio de Janeiro:IBGE, 1994.
- _____. *Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000* – Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, 2001, 20 p.
- INNERARITY, D. Trás las utopías: sobre la posibilidad de un futuro alternativo. In: FERNANDEZ DE ARROYABE, M. L.;CUENCA CABEZA, M. *Humanismo y valores*. Bilbao: Universidad de Deusto, 2003, p.237-250.
- INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. *Arenito Nova Fronteira*: sistemas de arrendamento de terra para recuperação de áreas de pastagens degradadas. Londrina: Iapar, 2001, 30 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. *O município no Brasil*. Disponível em< www.ibam.org.br>. Acesso em: 1.jun.2003.
- INSTITUTO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Agropólo receberá R\$5,4 milhões do Paraná 12 Meses. *Jornal IDR*, Maringá, nov.2002, p.3.
- IPARDES. *Crescimento, reestruturação e competitividade industrial no Paraná 1985-2000*. Curitiba: IparDES, 2002, 84p.
- _____. *Nova configuração espacial do Paraná*, Curitiba: IparDES, 1983, 140 p.
- IPEA *et al.* *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*: redes urbanas regionais: Sul. v.6, Brasília: Ipea, 2000, 206 p.

_____. *Caracterização da atual configuração, evolução e tendências da rede urbana do Brasil: Determinantes do processo de urbanização e implicações para a proposição de políticas públicas*. Relatório n.9, final, Brasília:Ipea, 1999. Paginação irregular.

ISNARD, H. *O espaço geográfico*. Coimbra: Livraria Almedina, 1982, 257 p. Título original: L'espace géographique.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, 510 p. Título original: The death and life of great american cities.

JUANICO, M. B. O desenvolvimento de pequenas cidades no terceiro mundo. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 35, n.252, p. 24-35, jan-mar.1977.

KEZEIRI, S. K. L'explosion urbaine em Libye: la contribution des petites villes. In : CENTRE D'ETUDES ET DE RECHERCHES URBAMA, *Petites Villes et Villes Moyennes dans le Monde Árabe*, Tours, 1986. 2t.(Urbanisation du Monde Árabe, n. 17), p.653-674.

KÖHLER, H-D. Corporatismo local, ¿ una estrategia de consenso para el desarrollo? In: RODRIGUEZ GUTIERREZ, F. *Manual de desarrollo local*. Gijon:Trea, 1999, p.91-110.

KOHLHEPP, G. Mudanças estruturais na agropecuária e mobilidade da população rural no Norte do Paraná (Brasil). *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.53, n.2, p.79-94, abr-jun.1991.

KROPOTKIN, P. *El Estado*. Granada/Barcelona: Atlante, 191?, 107 p. (Los pequeños grandes libros, n.51-52).

_____. *Carta a Vladimir Illich Lênin*. [S.l: s.n.], [1920] Disponível em:<[http://www.cnt.es/cntalmeria_adra/Biblioteca/Tex_biblio/cartalenin\(k\).pdf](http://www.cnt.es/cntalmeria_adra/Biblioteca/Tex_biblio/cartalenin(k).pdf)>. Acesso em: 14.nov.2004.

KUNDERA, M. *A lentidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, 158p.

LABORIE, J.P; RENARD, J. *Bourgs et petites villes*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1997, 471 p.

_____. Cabeceras y pequeñas ciudades del macizo pirenaico. *Estudios Territoriales*, Madrid, n.29, p.175-179, 1989.

LARA, F. Admirável urbanismo novo, *Arquitextos*, São Paulo, n.56 (texto especial), fev.2001. Disponível em <www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg000/bases/texto056.asp>. Acesso em: 4.jun.2005.

LASTRA PEREZ, E. Taramundi, una apuesta por el futuro. In: RODRÍGUEZ ALVAREZ, J.M. *Experiências práticas de desarrollo local*. Barcelona: Bayer Hnos, 2001, p. 621-634.

LÁZARO ARAUJO, L. Viejos y nuevos paradigmas, desarrollo regional y desarrollo local. *Ciudad y territorio estudios territoriales*, Madrid, v.31, n.122, p.685-706, out-dez.1999.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Editora da Unesp, 1988, 159 p. Título original: Pour l'amour des villes. Entretiens avec Jean Lebrun.

LE SAOUT, R. Intercommunalité: harmonie communautaire ou défense d'intérêts particuliers, discours d'État et réalités locales. In: LABORIE, J.P; RENARD, J. *Bourgs et petites villes*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1997, p.125-134.

LEAL, V.N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978, 276 p.

LEAL MALDONADO, J. Un nuevo urbanismo para una sociedad en transformación. *Ciudad y territorio estudios territoriales*, Madrid, v.3, n.103, p.53-61, jan-mar.1995.

LEÃO, I.Z.C.C. *O Paraná nos anos setenta*. Curitiba: Iparde, 1989. 98 p.(Teses 1)

LEBORGNE, D.; LIPIETZ, A. Flexibilidade ofensiva, flexibilidade defensiva: duas estratégias sociais na produção dos novos espaços econômicos. In: BENKO, G.; LIPIETZ, A.(Org.) *As regiões ganhadoras: distritos e redes os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras (Portugal): Celta, 1994, p.223-243. Título original: Les regions Qui gagnent – districts et réseaux: les nouveaux paradigmes de la geographia économique.

LEFEBVRE, H. *A cidade do capital*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001b, 180p.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001a, 145 p. Título original: Le droit à la ville.

_____. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, 301 p.Título original Logique formelle. Logique dialectique. (Coleção perspectivas do homem, v. 100).

_____. *O marxismo*. São Paulo: Difel, 1979, 111p.

_____. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1992, 454p. Título original: La production de l'espace.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, 178p.

_____. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona, Espanha: Ediciones Península, 3. ed. 1975. Título original: Du rural à l'urbain.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991, 217 p. (Título original: La vie quotidienne dans le monde moderne, 1968)

LENCIONI, S. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, M; SOUZA, M.A; SILVEIRA, M.L (Org.). *Território – globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996, p.198-210.

LOBATO, M. *Cidades Mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1995, 243 p.

LÓPEZ MENUDO, F. *Servicios Municipales y gestion consorciada*. In: JORNADA DE ESTUDIOS SOBRE CONSORCIOS LOCALES, 1994. Granada: CEMCI, 1995, p.1-34.

LORCA NAVARRETE, J. F. *Pluralismo Regionalismo Municipalismo*. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de La Universidad de Sevilla. 1978, 155p.

LOWI, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1994. 219 p. Título original: Paysages de la Verité. Introduction à une sociologie critique de la connaissance.

LOZANO PEÑA, A. V; MARTINEZ FERNANDEZ, P. Algunas reflexiones sobre los problemas de implementación de políticas de desarrollo local a largo plazo. In: *Jornadas sobre ciudades medias*. Sevilla: Dirección General de Ordenación del Territorio, 1991, p.149-152.

LUGAN, J. C. Sociabilité et integration dans les petites villes: hypothèses sur une évolution. In: LABORIE, J.P; RENARD, J. *Bourgs et petites villes*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1997, p. 399-406.

LUPION, M. R. de O. *Nas Águas de Lobato: a construção de um espaço social na zona rural de Lobato, Norte do Paraná (1948-1973)*. 2003. 185f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

- MAACK, R. *Geografia Física do Estado do Paraná*. Curitiba: Badep/Universidade Federal do Paraná, 1968, 450 p.
- MARTIN MATEO, R. *Los consorcios locales*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1970, 160 p. (Manuales Prácticos).
- _____. *Entes locales complejos: Mancomunidades, Agrupaciones, Consorcios, Comarcas, Áreas Metropolitanas*. Madrid: Trivium, 1987, 246 p.
- MARTINE, G. O significado demográfico da fronteira agrícola. *Espaço e Debates*, São Paulo, n.13, v.4, p.74-83, 1984.
- MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997, 140 p. (Temas e atualidade).
- _____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 25.ed. São Paulo: Hucitec, 1982, 181 p.
- _____. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973, 222 p. (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais).
- _____. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979, 157p. (Brasil ontem e hoje, 6).
- _____. *O poder do atraso: ensaios de Sociologia da História lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994, 174p.
- MARX, K. O cidadão. In: IANNI, O. (Org.). *Marx*. 6.ed. São Paulo: Ática, 1998, p.195-198. (Os grandes cientistas sociais, 10).
- _____. A guerra civil na França. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*, v.2. São Paulo: Editora Alfa-Omega, [19?], p.39-103.
- MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, 5.ed., 65p. Coleção Leitura.
- MASSEY, D. Regionalismo: alguns problemas atuais. *Espaço e Debates*, São Paulo, v.1, n.4, p.50-83, 1981.
- MELO, N. A. *Interação campo-cidade: a (re)organização sócio-espacial de Jataí(GO) no período de 1970-2000*. 2003,179f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- MÉNDEZ, R. *Geografia econômica: la lógica espacial del capitalismo global*. Ariel:Barcelona, 1997, 384p.

- MILLS, E. S. Non-Urban policies as urban policies. *Urban Studies*, Harlow, n.24, p.561-569, 1987.
- MIRANDA, A. Bourgs et émigration: le cas italien de la Vallée de Comino. In: LABORIE, J.P; RENARD, J. *Bourgs et petites villes*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1997, p.435-442.
- MOLINA MARTINEZ, M. *El municipio en América: aproximación a su desarrollo histórico*. Granada: Union Iberoamericana de Municipalistas: Granada, 1996, 254 p. (Perspectiva histórica).
- MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984, 392p. (Teoria e Realidade).
- MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. *Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital*. 2002, 230f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- MOREIRA, R. Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço do trabalho. *Ciência geográfica*, Bauru, n.16, p. 4-8, maio-ago.2000.
- MORENO JIMENEZ, A. Problemas urbanísticos en pequeños municipios: un estudio de casos. *Estudios geográficos*. Madrid, v.46, n.181, p.417-446, 1985.
- MORO, D. A. *Substituição de culturas, modernização agrícola e organização do espaço rural, no norte do Paraná*. 1991. 353 f. Tese (Doutorado em geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.
- MORUS, T. *A utopia*. 3.ed. Brasília: Edunb, 1992, 87 p.
- MOSSÉ, C. O cidadão na grécia antiga. Lisboa: Edições 70, 1999, 135 p. Título original: *Le citoyen dans la Grécie Antique*.
- MOTA, L. T. *As guerras dos índios Kaingang*. Maringá: Eduem. 1994, 275 p.
- MOTIM, B. M. L. *et al.* Desconcentração da indústria brasileira e seus efeitos sobre os trabalhadores: a indústria automobilística no Paraná. *Scripta Nova*, Barcelona, v.6, n.119, ago.2002. Disponível em <www.ub.es/geocrit/sn/sn119-88.htm>, Acesso em: 25.abr.2004.
- MOTTA, D. M; MUELLER, C.C; TORRES, M.O. A dimensão urbana do desenvolvimento econômico-espacial brasileiro. *Texto para discussão*, n. 530. Brasília: Ipea, 45p; 1997.

MOURA, C. P. de. Vivendo entre muros – o sonho da aldeia. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Org). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003a, p.43-54.

MOURA, M.S.S. Cidades empreendedoras, cidades democráticas e redes públicas: tendências à renovação na gestão local. 1997. 255f. Tese (Doutorado em Administração Pública) – Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. *Inovações municipais em tempos de democratização e crise: novos cenários da gestão urbana*. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 5, 1993, Belo Horizonte. *Anais*. Belo Horizonte: ANPUR, 1993, p.443-456.

MOURA, R. Notas sobre a rede urbana da Região Sul. In: GONÇALVES, M.F. *et al. Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora Unesp; 2003b, p. 573-594.

MOURA, R. ;ULTRAMARI, C. *Retrospectiva demográfica e simulação de tendências: RMC 1950/2010*. In: ULTRAMARI, C.; MOURA, R. *Metrópole: Grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba: Iparde, 1994, p.5-19.

_____. MOURA, R; ULTRAMARI, C; CARDOSO, N. A. *RMC: O censo confirma a metropolização*. In: ULTRAMARI, C. E MOURA, R. *Metrópole: Grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba: Iparde, 1994, p.23-31.

MOURA, R. *et al. A realidade das áreas metropolitanas e seus desafios na federação brasileira: diagnóstico socioeconômico e da estrutura de gestão*. Curitiba: Iparde, 2004. 31 p.

MÜLLER, G. *Complexo Agroindustrial e modernização agrária*. São Paulo: Hucitec, 1989, 149 p. (Estudos rurais, 10).

MULLER, N. L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.22, p.55-96, mar.1956.

MUMFORD, L. *A cidade na história*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965, v.1, 408 p. Título original: The city in history.

_____. *A condição de homem: uma análise dos propósitos e fins do desenvolvimento humano*. 2.ed. Rio de Janeiro: Globo, 1958, 503 p. Título original: Condition of man.

NADAL, F. *Poder Municipal y espacio urbano en la configuración territorial del Estado Liberal Espanõl (1812-1975)*. Scripta Vetera, Barcelona, n.24. Disponível em <www.ub.es/geocrit/sv-24.htm>. Acesso em: 26.abr.2005.

NÉGRO, Y. Quelle répartition des activités non agricoles entre bourgs et villages? In: LABORIE, J.P; RENARD, J. *Bourgs et petites villes* Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1997, p.361-369.

NICHOLLS, W.H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.26, p.19-53, 1971.

NICOLETTO, S.C.S; CORDONI JR, L; COSTA, N.R. Consórcios intermunicipais de saúde: o caso do Paraná, Brasil. Rio de Janeiro: *Cadernos de Saúde Pública*, v.21, n.1, p.29-38. jan-fev.2005.

NOELLI, F. S; MOTA, L.T. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: DIAS, R.B.; GONÇALVES, J.H.R.(Org.). *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999, p.5-19.

OCAÑA OCAÑA, C. *El espacio social en las ciudades medias*. In: FERRER REGALES, M. *Ecología social y ambiente: las ciudades medias y pequeñas*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra S.A., 1991, p.45-60.

OLIVEIRA, A.U. *A Amazônia norte matogrossense: grilagem, corrupção e violência*. 1997. 469f. Tese (Livre docência em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 132p.

OLIVEIRA, J.A. de. *Cidades na Selva*. Manaus: Valer, 2000, 224p

OLIVERAS I SAMITIER, J. *Indústria i desenvolupament urbà en una ciutat catalana de tipus mitjà: Manresa en el segle XIX*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1985, 49 p.

ORDUÑA REBOLLO, E. *Municipios y Provincias: Historia de la organización territorial española*. Madrid: Federación Española de Municipios y Provincias; 2003, 789 p.

OTTONI, D.A.B. Cidade-jardim: formação e percurso de uma idéia (Introdução). In: HOWARD, E. *Cidades-jardins de amanhã*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p.10-101.

PADIS, A. C. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec, 1981, 235p.

PARK, R.E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. *O fenômeno urbano*. 4.ed.Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p.26-77.

PEET, R. O desenvolvimento da geografia radical nos Estados Unidos. In: CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982, p.225-246.

_____. La geografía de la liberación humana. In: BREITBART, M.M.(ed.). *Anarquismo y geografía*. Barcelona: Oikos-tau, 1989, p.329-371.

PENTEADO, M.A.G. *Trabalhadores da cana: protesto social em Guariba – maio de 1984*. Maringá:Eduem, 2000, 236p.

PESSÔA, V.L.S; SILVA, P.J. da. *O café e a soja na (re) organização do espaço do Triângulo Mineiro/Alta Paranaíba*. In: ASARI, A. Y. *et al.* Relatório final apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPQ. Uberlândia:Universidade Federal de Uberlândia, datilografado, 1999, p.206-317.

PINTAUDI, S. M. Participação cidadã e gestão urbana. In: *Cidades, Presidente Prudente*, v. 1, n.2, p.169-180, jul-dez.2004.

PINTO, G. J. *Do sonho à realidade: Córrego Fundo-MG – Fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte*. 2003. 251f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

PLATÃO. *Diálogos III: a República*. Rio de Janeiro: Globo, 1964, 317 p.

POCHMANN, M; AMORIM, R. *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003, 221 p.

PONTES, B. S. *O Estado planejador e as políticas nacionais de urbanização: enfoque crítico*. 1983. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

POSADA, A. *Escritos municipalistas y de la vida local*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1979, 493 p. (Série Administración y ciudadano, 7).

PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. 43.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998, 364p.

PRENANT, A. Reduction de l'exode rural et nouveaux modes de fixation des migrants par les petites villes et les villes moyennes algériennes. In : CENTRE D'ETUDES ET DE RECHERCHES URBAMA, *Petites Villes et Villes Moyennes dans le Monde Árabe*, Tours, 1986. 2t.(Urbanisation du Monde Árabe, n. 17), p.471-558.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 4.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005, 260 p. Título original: Making democracy work: civic traditions in modern Italy.

QUAINI, M. *A construção da geografia humana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 158p. Título original: La costruzione della geografia umana. (Geografia e Sociedade,3).

RACIONERO, L. *Sistemas de ciudades y ordenación del territorio*, 2ed. Madrid: Alianza Editorial, 1981, 206 p.

RENARD, J. Les bourgs ruraux. In: LABORIE, J.P; RENARD, J. *Bourgs et petites villes*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1997, p.13-20.

RIBEIRO, A.C.T. *Urbanidade e vida metropolitana*. Rio de Janeiro: Jobran, 1996, 117 p.

ROCHA, A. L. Áreas da Competência Legislativa dos Municípios. In: _____. *Autonomia legislativa municipal: no direito brasileiro e estrangeiro*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2001, p.5-43.

ROCHEFORT, M. Métodos de Estudo das Redes Urbanas. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v.19, n.160, p.3-18, jan-fev.1961.

_____. *Redes e Sistemas: ensinando sobre o urbano e a região*. São Paulo:Hucitec, 1998, 174p.

RODRIGUES, J. A. (Org.). *Durkheim*.3.ed. São Paulo: Ática,1984, 208 p. (Os grandes cientistas sociais, 1).

RODRÍGUEZ ALVAREZ, J.M. (Coord.) *Experiências práticas de desarrollo local: Primeros estudios de caso de dinamización socioeconômica en ámbitos locales*. Barcelona: Bayer Hnos, 2001, 717 p.

RODRÍGUEZ COHARD, J. C. El desarrollo local como nueva estrategia de desarrollo económico y social. In: BUENDÍA MARTINEZ, I; GARCÍA ALONSO, J.V. *Cooperativismo y desarrollo local*. Madrid: Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, 2003, p.5-22.

RONDON. Prefeitura Municipal. *Rondon: Administração Popular*. Rondon, 2004, 23p.

- _____. *Rondon – 1955 – 1978: 23 anos de progresso*. Rondon, 1978, 22p.
- ROSSA, W. Portugal: de la certidumbre al interrogante. *Ciudad y territorio estudios territoriales*, Madrid, v.30, n.116, p.503-511, 1998.
- ROUSSEAU, J.J. *Carta a D'Alembert*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993,191p. Título original: Lettre a D'Alembert. (Coleção Repertórios).
- RYBCZYNSKI, W. *Vida nas cidades: expectativas urbanas no novo mundo*. São Paulo: Record, 1996, 235 p.
- SAMPAIO, P. *Capital estrangeiro e agricultura no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980. 140 p.
- SÁNCHEZ, J. E. *Geografía Política*. Madrid: Síntesis, 1992, 224p. (Espacio y sociedad, n.23).
- _____. *La geografía y el espacio social del poder*. Barcelona: Amelia Romero, 1981, 248 p. (Realidad geográfica, 3).
- SÁNCHEZ LOPEZ *et al.* La industria de la confección en las zonas rurales del sur de Córdoba. *Estudios Territoriales*, Madrid, n.13-14, p.47-64, abr-set.1984.
- SÁNCHEZ MORAL, S. La geografía de las nuevas industrias en España: principales aportaciones teóricas, fuentes estadísticas y primeros resultados. *Estudios geográficos*, Madrid, n.252, p.487-507, jul-set.2003.
- SANDRONI, P. *Novo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1994, 5.ed., 375p.
- SANSOT, P. *Del buen uso de la lentitud*. 2.ed. Barcelona: Tusquets, 2001, 193 p. Título original: Du bon usage de la lenteur.
- SANTOS, J.F; ALMEIDA,B.L. *Mudanças ocorridas no município de Querência do norte após implantação da reforma agrária*. Guarapuava: Unicentro, 2003, 13 p. (datilografado).
- SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979a, 345p. (Coleção Ciências Sociais).
- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987, 142p.

- _____. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979b, 152 p.
- _____. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996a, 308 p.
- _____. Novo espaço, nova urbanização (apresentação). *Espaço e Debates*, São Paulo, v.4, n.13, 1984, não paginada.
- _____. Para que a geografia mude sem ficar a mesma coisa. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.59, p.5-22, out.1982.
- _____. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Hucitec, 1994, 145 p.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, 174 p.
- _____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.54, p.81-99, jun.1977.
- _____. *O território e o saber local: algumas categorias de análise*. *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p.15-26, 1999.
- _____. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1996c, 113 p.
- _____. *A urbanização brasileira*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1996b, 157 p.
- SANTOS, M; SILVEIRA, M.L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001, 471 p.
- SANTOS, W. dos. *Cidades locais, contexto regional e urbanização no período técnico-científico: o exemplo da região de Campinas-SP*. 1989. 192f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SASSEN, S. *Los espectros de la globalizacion*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2003, 276 p.
- _____. O impacto urbano da globalização econômica. In: _____. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Nobel, 1998, p.23-45.
- SCHMIDT, B. V. A presença do Estado nas grandes cidades. *Espaço e Debates*, São Paulo, v.4, n.13, p.84-102, 1984.
- SECCO, A.; SQUEFF, L. A explosão da periferia. *Veja*. São Paulo, p.84-94, 24.jan.2001.

- SEGRE, R. Megalópolis y utopias del bienestar. *Ciudad y territorio estudios territoriales*, Madrid, v.33, n. 129, p.576-580, jan-mar.2001.
- SENNET, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, 447 p. Título original: The fall of public man.
- SERRA, E. *Cocamar, sua história, sua gente*. Maringá:Cocamar, 1989, 141 p.
- SERRA, G. *Urbanização e centralismo autoritário*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1991, 172 p.
- SFORZI, F. La teoria marshaliana para explicar el desarrollo local. In: RODRIGUEZ GUTIERREZ, F. *Manual de desarrollo local*. Gijon:Trea, 1999, p.13-32.
- SIGNOLES, P. Quelques reflexions sur les petites villes et les villes moyennes dans le monde arabe. In : CENTRE D'ETUDES ET DE RECHERCHES URBAMA, *Petites Villes et Villes Moyennes dans le Monde Árabe*, Tours, 1986. 2t.(Urbanisation du Monde Árabe, n. 17), p.812-838.
- SILVA, J.B. da. *A agro-indústria em Maringá*. 1978. 122f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SILVA, S. *A economia regional paranaense sob a perspectiva do desenvolvimento desenvolvimento tecnológico e do emprego*. Curitiba: Dieese, 2002, 127 p. (Estudos Dieese/Cesit, 10).
- SILVA FILHO, G. A. Toponímia de Rondônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.57, n.3, p.39-61, 1995.
- SILVEIRA, M.L. *Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina*. 1996. 379f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Contexto, 1998, 155 p.
- SINGER, P; MACHADO, J. *Economia socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, 81p. (Socialismo em discussão).
- SMITH, N. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, 250 p.

_____. Geography, difference and the politics of scale. In: DOHERTY, J.G.E.; MALEK, M. (Eds.). *Postmodernism and the social science*. London: Macmillan, 1992, p.57-79.

_____. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. (Org). *O espaço da diferença*. Campinas:São Paulo: Papirus, 2000, p.133-159.

SOARES, B. R. Urbanização no cerrado mineiro: o caso do Triângulo Mineiro. In: SILVA, J. B. *et al. A cidade e o urbano – temas para debates*. Fortaleza: UFC, 1997, p.105-122.

SOARES, P.R.R. Reestruturação urbana y producción de la ciudad: el Brasil urbano a principios del siglo XXI. In: CAPEL, H. *Ciudades, arquitectura y espacio urbano*. 2.ed. Barcelona: Cajamar, 2003, p.74-94. (Coleccion Estudios Socioeconomicos).

SOJA, E. *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 324 p. Título original: Postmodern Geographies.

SOUZA, M.L. de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002, 556 p.

SPENCE, J. PC Chinês se abre ao mundo por negócios. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 13.mar.2005. *Mundo* (A22). Entrevista concedida a C. Trevisan.

SPOSITO, E. S. *Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas: os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana*. 1982, 291 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Território, Logística e Mundialização do Capital. In: _____.(Org.) *Dinâmica Econômica, Poder e Novas Territorialidades*. Presidente Prudente: Unesp/Gasperr, 1999. p. 99-114.

SPOSITO, M. E. B. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*. 2004. 508f. Tese (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

STIGLITZ, J. E. *El mal estar en la globalización*. Madrid: Taurus, 2002, 314p. Título original: Globalization and its discontents.

TAN, K.C. Revitalized small towns in China. *The Geographical Review*, New York, v.76, n.2, p.138-148, abr.1986(a).

_____. Small towns in chinese urbanization. *The Geographical Review*, New York, v.76, n.3, p. 265-275, jul.1986(b).

TATTARA,G; VOLPE,M. *Las redes en los distritos industriales italianos: la Terza Itália*. Los Polvorines (Argentina): Littec, [2005?], 25 p. Disponível em <www.littec.ungs.edu.ar/pdfespa%F1ol/cap3.pdf>. Acesso em: 10.abr.2005.

TEXEIRA, L. *et al.* Economia política de formação de consórcios intermunicipais de saúde: efeitos da heterogeneidade de renda e preferência entre municípios. Texto número 301. Brasília, 2003, 25 p. Disponível em <www.unb.br/face/eco/cpe/TD/301>. Acesso em: 24.abr.2005.

TEIXEIRA, W. A. *O processo de desenvolvimento geoeconômico do complexo agroindustrial cooperativista na mesorregião Norte Central paranaense*. 2002, 343f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

THOMAZ JÚNIOR, A. *Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. 1996. 439f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

THOMPSON, E. P. A lógica histórica. In: _____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p.47-61.

TOCQUEVILLE, A. A democracia na América. In: JEFFERSON, T. *Escritos políticos*. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p.183-317. (Os pensadores).

TOMAZI, N. D. Construções e silêncios sobre a (re) ocupação da região norte do estado do Paraná. In: DIAS, R.B; GONÇALVES, J. H. R. *Maringá e o Norte do Paraná*. Maringá: Eduem, 1999, p.51-85.

TOPALOV, C. Fazer a história da pesquisa urbana e a experiência francesa desde 1965. *Espaço e Debates*, São Paulo, n.23, p.5-30, 1988.

TRINTIN, J. G. Desenvolvimento regional: o caso paranaense. *A economia em revista*, Maringá, n.2, p.73-91, 1993.

VACHON, B. *Pour que vivent les régions: passer de mesures d'assistance à une véritable politique de développement*. Montreal: Université Rurale Québécoise, 2001, 14p. Disponível em <www.uqar.qc.ca/chrural/urq/URQ2001/urq2001.org/actes/Actes%20en%20adobe/Bernard%20Vachon%20Pour%20>. Acesso em: 2.jul.2005.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.75-101.

_____. *As escalas do Poder e o Poder das Escalas: O Que Pode o Poder Local?* In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, 2001, Rio de Janeiro. *Anais: Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço*; v. 1. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001, p.140-151.

VAINER, C. B; SMOLKA, M.O. Em tempos de liberalismo: Tendências e desafios do planejamento urbano no Brasil. In: PIQUET, R; RIBEIRO, A.C.T. (Org). *Brasil, território da desigualdade: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991, p.19-32.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. V. La política de desarrollo econômico local en Europa. In: RODRÍGUEZ GUTIÉRREZ, F. *Manual de Desarrollo Local*. Gijón:Trea, 2001b, p.42-60.

_____. *Política econômica local: la respuesta de las ciudades a los desafíos del ajuste productivo*. Madrid: Pirámide, 1993, 332p.

_____. El cambio del modelo de desarrollo regional y los nuevos procesos de difusión en España. *Estudios territoriales*, Madrid, n. 20, p.87-110, jan-abr.1986.

_____. (Dir.). *Proceso de formulación de las políticas de desarrollo local: la experiencia española*. Madrid: Ministerio de obras públicas y urbanismo, 1987, 123p.

_____. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001a, 280 p.

VEIGA, J. E. *Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Autores Associados, 2002, 301 p.

VELTZ, P. *Mondialisation, villes et territoires – l' économie d' archipel*. 2.ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1998, 262 p.

_____. Tempos da economia, tempos da cidade: as dinâmicas. In: ACSERLRAD, H. (Org). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DPeA, 2001, p.139-154.

VENINGA, C. Spatial prescriptions and social realities: new urbanism and the production of Northwest landing. *Urban Geography*, Winston, v.25, n.5, p.458-482, jul-ago.2004.

VIANA, N. Economia Solidária. *Caros Amigos*, n.66, set.2002, disponível em carosamigos.terra.com.br/da_revista/edicoes/ed66/natalia_viana.asp. Acesso em: 30.jul.2005.

VILAGRASA IBARZ, J. Las ciudades pequeñas y medias en España. In: DOMÍNGUEZ RODRÍGUEZ, R. (Coord.). *La ciudad. Tamaño y crecimiento: III Colóquio de Geografía Urbana*. Málaga: Universidad de Málaga, 1996, p.17-49.

VILLAR BORDA, L. *Democracia municipal: autonomía, planificación y desarrollo*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1984, 366p.

VILLORO, L. *Estado plural, pluralidade de culturas*. Paidós:Universidad Nacional Autónoma de México, 1999, 186 p.

VIRILIO, P. “Pânico frio” substitui guerra fria, diz Virilio. *Folha de São Paulo*. São Paulo. 04.abr.2004.Mundo (A-24). Entrevista concedida a Fernando Eichenberg.

WESTPHALEN, C. M; MACHADO, P.M; BALHANA, A. P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, n. 7, p. 25 – 52, 1968.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, G.O. *O fenômeno urbano*. 4.ed.Rio de Janeiro:Zahar,1979, p.90-113.

ZAFALON, M. Álcool deverá ser a salvação de usineiros. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30.mar.2004, Dinheiro (B12).

APÊNDICES

RELAÇÃO DE APÊNDICES

APÊNDICE DESCRITIVO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

APÊNDICE A - NOROESTE DO PARANÁ, Evolução demográfica total, urbana e rural, 1960-2000

APÊNDICE B - NOROESTE DO PARANÁ, Estrutura fundiária, 1960-1996

APÊNDICE C - ESTADO DO PARANÁ, Protocolo de intenções de investimentos (indústrias automotivas e outras)

APÊNDICE D - ESTADO DO PARANÁ, Unidades industriais do ramo sucro-alcooleiro, 2003

APÊNDICE E - Levantamento de mancomunidades da Catalunha, 2004

APÊNDICE F - Modelo do questionário aplicado

APÊNDICE DESCRITIVO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho de pesquisa envolveu, inicialmente, um recorte territorial amplo. Ele compreende parte da Região Norte do Paraná, mais especificamente a porção Noroeste, que compreende o que se denomina Norte Novo e Norte Novíssimo, com 165 municípios, cujas especificidades procurou-se sistematizar na parte do texto que trata da formação socioespacial da região. Na primeira etapa do estudo, foram levantados dados secundários para o conjunto destes municípios, conforme segue:

- ✓ Dados demográficos (população total, população rural e população urbana) referentes aos 165 municípios. Este levantamento compreendeu quatro períodos intercensitários: 1960-1970; 1970-1980; 1980-1991 e 1991-2000. Com base nos dados absolutos, foram calculadas as taxas médias de crescimento anual da população por município, em cada intervalo. Para este levantamento, foram utilizados dados dos censos demográficos do IBGE, desde 1960 até o mais recente, em 2000. O objetivo foi dimensionar o comportamento dos dados demográficos na região, com atenção especial ao processo de perda de população total em diversos municípios.

- ✓ Estrutura fundiária da região, por meio da classificação de número de estabelecimentos agropecuários por categorias relativas às áreas (0 a 10 hectares, 10 a 100 hectares e mais de 100 hectares²⁹⁷), de 1960 até 1995-1996, ano do último censo agropecuário. Este levantamento foi efetuado para o mesmo recorte territorial com 165 municípios. A região em estudo teve significativa parte de sua ocupação baseada em pequenas propriedades rurais. O objetivo do levantamento da estrutura fundiária foi verificar a alteração da mesma, com as transformações econômicas.
- ✓ Número de empregos formais dos anos de 1994 até 2000 para todos os municípios. A análise destes números auxilia na compreensão da dinâmica econômica e de geração de empregos. É preciso registrar, entretanto, que, no período atual, trabalhar com dados relativos aos empregos formais não é tarefa fácil. Silva (2002, p. 101), em estudo minucioso sobre o Paraná, demonstra que o crescimento dos empregos formais em diversas áreas do Estado na realidade refere-se à formalização do trabalho na agricultura. Portanto, não corresponde à criação de novos postos. Enquanto a agricultura passa a formalizar os empregos, a informalização nas relações de trabalho cresce em outros segmentos, decorrente das tendências de reestruturação econômica. Ainda assim, foi um referencial considerado para efeitos comparativos e seleção de municípios, já que é pequena a disponibilidade de dados por municípios referentes à geração de empregos.
Estão em apêndice as tabelas geradas por estes levantamentos e utilizadas mais efetivamente: dados demográficos (Apêndice A) e estrutura fundiária (Apêndice B).

Sistematização e representação cartográfica dos dados demográficos

Como a problematização da pesquisa tem por base o declínio demográfico ocorrido, sobretudo, nos municípios com pequenos núcleos urbanos, os dados que mostram este processo foram representados cartograficamente. Para proceder a esta representação foi necessário considerar que as referidas perdas demográficas eram parcialmente explicadas pelos desmembramentos ocorridos na região, já que o período analisado (1960-2000) foi de intensa mudança territorial na área estudada.

²⁹⁷ Os intervalos de 0 a 10; 10 a 100 e acima de 100 hectares justificam-se, primeiramente, porque foram exatamente os dois primeiros que passaram por maior redução. Apesar de uma concentração fundiária expressiva nas últimas décadas, a região não possui muitos estabelecimentos agropecuários com mais de 1.000 hectares. Nos municípios selecionados para um trabalho mais aprofundado, verificou-se a composição da estrutura fundiária de maneira mais detalhada.

Os desmembramentos dificultaram o cálculo da taxa de crescimento, bem como a definição das bases cartográficas a serem adotadas. Foi preciso utilizar uma base diferente para cada período representado, já que houve uma série de desmembramentos no Paraná desde 1960. Como o trabalho abrange taxas médias de crescimento anual, referentes a diferentes períodos, os municípios representados em cada cartograma são aqueles que já existiam desde o início dos referidos períodos. Entre 1960-70, foram mapeados os municípios que já existiam em 1960; no período 1970-80, foram incluídos os municípios existentes em 1970 e assim por diante. Portanto, as bases cartográficas correspondem ao primeiro ano de cada período. Foram providenciadas quatro bases: 1960, 1970, 1980, 1991. O complemento do Apêndice A mostra o surgimento dos municípios novos, indicando o município de origem.

O recorte adotado, que continha no último recenseamento 165 municípios, compreendia os seguintes números de municípios nos períodos anteriores: 1960 – 66 municípios; 1970 – 131 municípios; 1980 – 132 municípios; 1991 – 155 municípios.

De acordo com este levantamento, de 1960 para 1970, constam 65 desmembramentos. De 1970 para 1980 são três, mas como dois ocorreram em 1979, na representação cartográfica desse período consta apenas um município a mais. De 1980 para 1991, foram mais 23 desmembramentos. Entretanto, doze municípios cuja emancipação ocorreu em 1990 não apareceram no recenseamento demográfico de 1991. Portanto, o cartograma baseado neste período não inclui estes municípios. De 1991 para 2000, registram-se dez desmembramentos. Estes últimos também não constam do último cartograma, por causa da ausência de dados para o início do período. Ao todo, de 1960 até 2000, foram 99 desmembramentos na região. A maior parte destes desmembramentos aconteceu no primeiro período 1960-70, quando ainda ocorria o processo de avanço da ‘marcha pioneira’ (MONBEIG, 1984). A dificuldade em encontrar procedimentos metodológicos adequados para a representação das taxas de crescimento dos municípios deve-se, então, à própria dinâmica socioespacial da região.

A ocorrência das alterações territoriais²⁹⁸ dificultou a representação das taxas de crescimento. Para que não ocorressem distorções nos valores das taxas de crescimento, a população dos municípios que sofreram desmembramento durante determinado período foi somada a

²⁹⁸ Os casos que mais chamam a atenção são os municípios que, em 1960, possuíam grandes extensões territoriais, desmembradas, posteriormente, como Campo Mourão e Cruzeiro do Oeste. O município de Campo Mourão, cuja população de 1960 era de 141.157, em realidade possuía onze distritos. Na década seguinte, vários dentre estes distritos tornaram-se municípios, como Barbosa Ferraz, Ubiratã e outros. A sede deste município contava, em 1970, com 18.468 habitantes. Cruzeiro do Oeste cuja população total era de 135.816 habitantes, possuía 8 distritos e vários se emanciparam na década seguinte, como Umuarama, atualmente um centro regional. Na súmula das alterações verificadas na divisão territorial de 1960-70 (IBGE, Sinopse preliminar do Censo Demográfico do Paraná, 1971, p. 137 e 141), relata-se ganhos e perdas territoriais de cada

daqueles recentemente emancipados na respectiva área. Isso exigiu um novo cálculo das taxas de crescimento, apresentado em quadro complementar aquele do levantamento demográfico, utilizado apenas para a elaboração dos cartogramas.

Como alguns municípios foram compostos com área de mais de um município de origem, a população foi somada a daqueles que eram sede dos municípios novos enquanto eles eram apenas distritos. São poucos os casos:

- ✓ Tuneiras do Oeste - formado com área de Cianorte e Cruzeiro do Oeste pertencia, enquanto distrito, a Cruzeiro do Oeste;
- ✓ Itambé - com território formado com áreas de São Pedro do Ivaí, Marialva e Bom Sucesso era distrito de Marialva;
- ✓ Nossa Senhora das Graças - com áreas originadas dos municípios de Colorado e Guaraci era distrito deste último, que foi também o município que perdeu área maior.
- ✓ Mirador com área de Paraíso do Norte e Amaporã era distrito de Paraíso do Norte, município que também perdeu maior área.

A utilização destes procedimentos exige a ressalva de que a população nestes casos deve ser considerada como estimada. Para o mapeamento das taxas de crescimento dos municípios do Noroeste do Paraná (períodos intercensitários 1960-1970; 1970-1980; 1980-1991; 1991-2000) foi necessário estabelecer a distribuição em intervalos, formando agrupamentos de dados. Para tanto, foram listados os dados referentes aos quatro períodos, ordenados de acordo com o valor e representados graficamente (em papel milimetrado), para que se pudesse visualizar os intervalos reais destes dados. Foram estabelecidas três classes para as taxas negativas e quatro classes contemplaram as taxas positivas, ou seja, superiores a zero.

Embora seja maior a frequência das taxas negativas, as taxas positivas possuem maior amplitude de valores, conforme é possível verificar nos próprios intervalos. Os valores foram arredondados na segunda casa decimal.

Intervalos

[-8,15] - [-5,50]

município. Para Campo Mourão, foram 14 alterações: 1 ganho e 13 perdas. Quanto a Cruzeiro do Oeste, foram doze alterações territoriais, todas elas referentes a perdas. Outra alteração territorial decorre da incorporação à região dos municípios de Altamira do Paraná e Nova Tebas, pertencentes antes dos desmembramentos a outras regiões do Estado.

[-5,15]	-	[-2,30]
[-2,20]	-	[-0,05]
0,05	-	3,00
3,25	-	5,45
5,85	-	14,00
19,50	-	41,00

Em etapa subsequente, a pesquisa, no que tange à realização de trabalho de campo e análise mais aprofundada, focalizou alguns municípios selecionados.

Avaliação dos dados e seleção de municípios

De maneira geral, os municípios que apresentaram as maiores taxas de decréscimo populacional perderam, também, população urbana. Desta forma, foram elaboradas duas matrizes reunindo os dados demográficos, de emprego formal e estrutura fundiária.

- ✓ A primeira com os municípios que, em qualquer um dos períodos (1960-70; 1970-80; 1980-1991; 1991-2000²⁹⁹), apresentaram perda de população urbana. Dos 165 municípios envolvidos no recorte mencionado, 64 tiveram perda urbana. Nesta matriz, observou-se que oito municípios apresentaram perda de população total nos quatro períodos analisados: Centenário do Sul, Cruzeiro do Oeste, Guaraci, Itaguajé, Lupionópolis, Rondon, Santo Inácio e Tamboara. O número de municípios que tiveram perda, durante três períodos, é de 33. Alguns apresentaram acréscimo em pelo menos um período ou foram emancipados posteriormente, por isso não contaram quatro períodos trabalhados.
- ✓ A segunda matriz foi elaborada com municípios que não apresentaram nenhuma perda urbana, embora quase todos tenham apresentado perda de população total em algum destes períodos (exceção feita a alguns núcleos regionais, ou municípios contíguos a estes: Apucarana, Arapongas, Cambé, Iporã, Londrina e Maringá). Nesta matriz estão 101 municípios dos 165 que compõem o recorte inicial do trabalho.

²⁹⁹ Os dados da contagem de população de 1995-1996 foram levantados, mas não foram utilizados na elaboração dos mapas e no tratamento de dados, pois apresentam algumas distorções verificáveis quando se avaliam a posição deles entre os dados censitários de 1991 e 2000.

Perderam população nos quatro períodos: Bom Sucesso, Cruzeiro do Sul, Florai, São Jorge do Ivaí e Terra Rica. Perderam população em três períodos analisados 24 municípios, valendo aqui as observações feitas para o caso anterior: ou apresentaram crescimento em pelo menos um período, ou foram emancipados posteriormente. Os demais municípios apresentaram perda populacional total em duas ou apenas uma década.

Sobre os municípios que apresentam perda de população urbana, pode-se perguntar: são os que têm maiores decréscimos? Considerando o cálculo matemático – a média das taxas de crescimento da população total entre 1991-2000 - a resposta é afirmativa. Entre os municípios que apresentam perda de população urbana, a média anual é de 1,14% . Entre os que não apresentam perda na população urbana, o índice médio de crescimento da população total anual é de 0,74% para o referido período.

Analisando os dados, observa-se que, nos municípios sem perda de população urbana, considerando-se o mesmo período, apenas um município apresenta forte decréscimo – Nova Tebas (5,13%), município emancipado recentemente. Outros 24 municípios possuem taxa negativa de crescimento populacional superior a -1. Vinte municípios estão entre -1 e 0. Dos municípios que apresentaram perda de população urbana, 32 têm taxas de crescimento negativo maior que -1; outros 15 estão entre -1 e 0. Enfim, pode-se dizer que há uma condição demográfica mais grave nos municípios que apresentam perda de população urbana. O número de municípios que tiveram perda de população urbana em cada período, foi o seguinte:

1960-1970:	13 municípios
1970-1980:	14 municípios
1980-1991:	13 municípios
1991-2000:	36 municípios

Após estes registros, apresenta-se os procedimentos voltados à escolha de alguns municípios para um estudo mais aprofundado, parte subsequente da pesquisa.

A seleção de municípios orientou-se pelos objetivos do trabalho. Existiam inicialmente duas possibilidades de encaminhamento do trabalho. Selecionar municípios que representassem situações diversas (no caso de um estudo comparativo) ou que apresentassem uma tendência comum. Neste segundo caso, o trabalho deveria concentrar-se numa só problemática, e seriam duas as opções:

- ✓ Escolha de municípios com piores indicadores demográficos (taxas de população total e urbana – com base na matriz de municípios com perda de população urbana, escolher entre os municípios com perda constante – Centenário do Sul, Cruzeiro do Oeste, Guaraci, Itaguajé, Lupionópolis, Rondon, Santo Inácio e Tamboara). Neste caso, o estudo seria, sobretudo, acerca da perda demográfica nos municípios onde tudo indica que ela seja mais intensa.
- ✓ Escolha de municípios com indicadores que revelem dinâmicas positivas em relação à região, cuja tendência é de perda demográfica (escolha de municípios a partir da matriz sem perda urbana, que excluindo municípios com papéis regionais e contíguos a estes, apresentem os melhores indicadores, como: Colorado, Mandaguari, Nova Londrina, Jussara e Querência do Norte). Consistiria num estudo de dinâmicas municipais positivas e manutenção dos papéis urbanos das pequenas cidades.

Para prosseguir foi preciso buscar a questão principal para, então, proceder à seleção dos municípios. Por que em meio a tantos municípios em declínio outros conseguiram manter-se estáveis ou com taxas de crescimento demográfico? Portanto, com o intuito de manter uma perspectiva positiva em relação às pequenas cidades e para que ela não se baseie em abstrações, ela deverá basear-se em experiências municipais concretas da própria região. Portanto, esboça-se na seqüência a problematização que conduziu a escolha dos municípios.

Que características possuem os municípios que apresentam dinâmicas de crescimento demográfico? O que ocorre nestes municípios? Há diferença na estrutura fundiária? Como se compõe a centralidade, as atividades comerciais, prestação de serviços e industriais? A problematização incluía a dinâmica municipal como um todo e não apenas do centro urbano.

Como ter referenciais para avaliar esta dinâmica considerada como positiva? Para que se possa estabelecer parâmetros, deve-se eleger um município dentre aqueles que apresentaram os piores indicadores relativos às perdas demográficas.

Com estas duas propostas trabalhar-se-ia apenas com os extremos. E a *normalidade*? Portanto, foi preciso eleger um município, entre aqueles que não estão em nenhum dos extremos.

Seguindo por esta trilha, a seleção dos municípios baseia-se em três grupos:

- ✓ Entre os que apresentam dinâmica demográfica positiva: Colorado, Jussara, Mandaguari, Nova Londrina e Querência do Norte.

- ✓ Entre os que apresentam dinâmica demográfica negativa: Centenário do Sul, Cruzeiro do Oeste, Guaraci, Itaguajé, Lupionópolis, Rondon, Santo Inácio e Tamboara.
- ✓ O terceiro grupo de municípios está fora dos extremos, como representantes da *normalidade*. São municípios que apresentam perda de população total nos quatro períodos, mas não têm perda de população urbana - Bom Sucesso, Cruzeiro do Sul, Florai, São Jorge do Ivaí e Terra Rica.

Foram dezoito municípios listados nos três grupos nesta etapa. Para prosseguir na seleção dos municípios, considerou-se o comportamento de outros dados disponíveis - relativos aos empregos e à estrutura fundiária, como informações complementares que auxiliaram neste processo.

Com estes procedimentos, procurou-se selecionar municípios com situações diversas para um estudo comparativo. Evidentemente, a seleção é limitadora, ou seja, não representa toda a região. O desafio subsequente foi adotar critérios para dentre estes dezoito escolher, inicialmente, dois municípios do primeiro grupo, já que se refere ao grupo mais diretamente vinculado aos objetivos do trabalho, ou seja, municípios que possuem taxas de crescimento demográfico. Para efeitos comparativos foram selecionados outros dois municípios – um do segundo e outro do terceiro grupo, sendo quatro municípios no total. Com esta finalidade, elaborou-se um quadro comparativo, com as seguintes informações:

- ✓ Média das taxas de crescimento da população total referentes aos quatro períodos e respectiva posição³⁰⁰ dentro do grupo.
- ✓ Empregos adicionados no município entre 1994 e 2000. O cálculo foi elaborado por meio da metodologia de número índice. O ano de 1994 é considerado como a base para o índice 100. Indica-se, da mesma forma, a posição de cada município de acordo com este número e de acordo com os objetivos do trabalho com cada grupo.
- ✓ Número de estabelecimentos agropecuários reduzidos (ou acrescentados em alguns casos) na estrutura fundiária de cada município, no intervalo de 1960 e 1996. Para que o tamanho do município (que pode representar maior ou menor número de estabelecimentos) não interferisse na análise, calculou-se o percentual que o número reduzido e o que ele representa em relação ao total de estabelecimentos

³⁰⁰ Deve-se observar que no primeiro e terceiro grupos procura-se os melhores indicadores entre os municípios. No segundo grupo, em razão dos objetivos de escolha destes municípios, que seriam aqueles que apresentam os piores indicadores dentro do recorte envolvido, a posição do município em cada informação será inversa dos demais.

existentes em 1960, ou no primeiro período de emancipação do município. No caso de Cruzeiro do Oeste, conforme já registrado, em decorrência dos inúmeros desmembramentos ocorridos no período de 1960 e 1970, considerou-se como referência o ano de 1970. Os dados deste município no referido período são muito diferentes daqueles que ele apresenta no período seguinte.

Noroeste do Paraná, Grupos de municípios para seleção

Municípios	Posição	Taxa de crescimento (média do período 1960-2000)	Posição	Empregos (número- índice/100)	Posição	Estrutura fundiária (% estabelecimentos reduzidos), 1960-2000
Grupo 1						
Colorado	3	0,04	1	178	3	517 (45,11)
Jussara	5	-0,67	5	83	4	409 (45,34)
Mandaguari	2	0,75	3	111	2	272 (26,35)
Nova Londrina	4	-0,5	4	104	5	1.571(63,51)
Querência do Norte	1	1,93	2	127	1	aumentou 337 (106)
Grupo 2*						
Centenário do Sul	7	-1,59	1	99	8	266 (42,22)
Cruzeiro do Oeste	1	-3,2	4	131	6	497 (58,96)
Guaraci	3	-2,7	3	128	2	656 (70,46)
Itaguajé	4	-2,5	6	145	4	501 (63,57)
Lupionópolis	8	-1,47	7	147	7	292 (57,82)
Rondon	2	-2,88	8	185	1	1.851 (77,7)
Santo Inácio	6	-1,69	5	141	3	1.441 (64,76)
Tamboara	5	-2,06	2	104	5	778 (63,25)
Grupo 3						
Bom Sucesso	4	-2,68	4	117	4	336 (54,45)
Cruzeiro do Sul	2	-1,65		Si	5	637 (60,09)
Floraí	3	-1,96	3	122	3	308 (49,20)
São Jorge do Ivaí	5	-2,71	1	151	2	344 (39,95)
Terra Rica	1	-0,65	2	127	1	74 (6,84)

* Neste grupo as variáveis estão classificadas em ordem inversa, ou seja, foram atribuídas as primeiras posições aos piores indicadores.

Analisando os dados, observa-se que:

No primeiro grupo, destacam-se os municípios de Colorado, Mandaguari e Querência do Norte. Mandaguari foi eliminado pois é próximo de Maringá, o que pode favorecer uma articulação entre as dinâmicas daquela cidade e a de Maringá. Ficaram, então, os municípios de Querência do Norte e Colorado.

No segundo grupo, observa-se que os municípios de Cruzeiro do Oeste e Rondon apresentam as taxas mais altas de decréscimo demográfico. Conforme mencionado antes, o município de Cruzeiro do Oeste passou por muitos desmembramentos (12), o que acabou dificultando a interpretação dos dados. O município de Rondon também passou por desmembramentos, mas em menor número (4), sendo este, então, o município selecionado deste grupo.

No terceiro grupo, destaca-se o município de Terra Rica. Este é um dos municípios que apresenta perda de população total nos quatro períodos estudados, mas não apresenta perda de população urbana.

Portanto, como resultado destes procedimentos metodológicos, os municípios selecionados foram: Colorado, Querência do Norte, Rondon e Terra Rica. Estes quatro municípios foram eleitos pela dinâmica municipal que apresentam. São municípios com pequenos centros urbanos, todavia o estudo não esteve e nem estará restrito aos núcleos urbanos, mas a uma análise que considere a dinâmica dos municípios e os papéis destes respectivos núcleos.

Estudo dos municípios selecionados

Em cada município foram levantados dados diversos sobre a economia e dinâmica local. Para conhecer um pouco da história do município, tendo em vista as restritas fontes escritas, foram realizadas entrevistas com alguns antigos moradores. Tendo em vista a realidade dos municípios trabalhados buscou-se dados do ramo sucro-alcooleiro e de assentamentos do MST no Paraná.

Foram entrevistados prefeitos e pelo menos um ex-prefeito em cada município, bem como outras lideranças municipais. Algumas entrevistas foram gravadas e transcritas. Em outras, para que as pessoas não ficassem inibidas, utilizou-se apenas o recurso das anotações transformadas posteriormente em relato.

✓ Entrevistas realizadas: Colorado - Cláudio Ártico (ex-vice-prefeito e ex-prefeito, na data da entrevista secretário de finanças), Cidisnei M. Gil (ex-prefeito e presidente da Usina Alto Alegre), Jandira E. Cavalheiro (pioneira), Analda Consalter de Melo (pioneira), Antonio Sardinha Filho (chefe de gabinete da atual administração), Antonio Sardinha (pioneiro), Urbano Palhari (pioneiro), Valdir Xavier Fonseca (Conselho do Trabalho, Rotary), Valdomiro Zanardi (Consórcio intermunicipal de Saúde - Cisvap e Conselho da Saúde), Tânia Mara Mariano (Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais – Sisemuc e Conselho do Fundef). Querência do Norte: Vlaumir Rodrigues (prefeito), Paulo Konradh (ex-prefeito e pioneiro), Irma Terezinha Capeleto (pioneira), Santo José Borsato (pioneira), Ursula Brondoni Pivetta (pioneira). Rondon: José Aparecido Martins (pioneiro), Sebastião Taietti (pioneiro), Olímpio Biolo (pioneiro), Harto Mucai (ex-prefeito e pioneiro), José Augusto Bossoloni (prefeito em duas gestões). Terra Rica: Mario Luiz Lanziani (prefeito em duas gestões), Jair Geraldo Pineze (pioneiro), Vicente Filipack (pioneiro), Armando Romano (pioneiro), Albertina Marques Aleixo (pioneira), Cláudio Domingos Soletti (ex-prefeito três vezes). Outras: João Batista Beltrame (Joba – ex-prefeito de Iguaraçu, por ocasião da entrevista vereador em Maringá), Maria Inês Botelho (ex-prefeita de Mandaguari), Sebastião S. Freitas (presidente do Instituto de Desenvolvimento Regional Maringá). Além das entrevistas, acompanhou-se as atividades de entidades vinculadas aos municípios da região, como o mencionado Instituto e a Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense (Amusep), entre outros.

✓ Aplicação de questionários: Foram aplicados cem questionários em cada município. Elaborado conforme sugestões da professora e pesquisadora Doutora Bárbara-Christine Nentwig Silva. O questionário é bastante breve (Apêndice F). O objetivo era elaborar questões que permitissem apreender os principais vínculos das pessoas com as cidades estudadas, identificar os principais problemas e os fluxos migratórios. Como não se trata de uma questão central do trabalho, conforme a mesma pesquisadora, não há problemas em não estabelecer uma amostragem estatística. Contudo, procurou-se contemplar com o número de questionários aplicados diversos segmentos nos respectivos municípios, dividindo entre homens e mulheres, por faixas etárias, renda e local de moradia. A aplicação destes questionários constituiu uma experiência extremamente significativa, pois favoreceu a aproximação com vários segmentos da sociedade local. Portanto, o valor do mesmo não está só nas respostas obtidas e baseadas no *script* previsto nele, mas nas conversas paralelas e, mais do que isso, na vivência proporcionada em várias facetas das cidades, com diferentes discursos e realidades. Mais do que ter os questionários respondidos, foi significativo estar lá, pessoalmente, aplicando os

mesmos. Os questionários me levaram às escolas, grupos de terceira idade, supletivos, conselhos tutelares, estabelecimentos comerciais, entidades públicas, igrejas, residências, enfim, se não permitiu conhecer toda a realidade municipal, permitiu apreender significativa parte dela. Os resultados dos questionários foram utilizados de acordo com a conveniência do texto e não num tratamento seqüencial.

Outros procedimentos

- ✓ Dados da industrialização do Paraná. Com o objetivo de verificar a tendência de localização dos empregos e dos investimentos no Paraná, procurou-se levantar dados referentes aos protocolos de intenção de investimentos no Paraná. O levantamento mais completo foi obtido até o ano de 2000 (Apêndice C). Informações posteriores foram obtidas através da publicação de Boletim do Iparde – Análise Conjuntural. Ainda sobre a indústria procurou-se informações sobre as atividades industriais já existentes no território paranaense, especialmente do Noroeste (Apêndice D), por meio de cadastros e catálogos industriais, bem como de outros estudos realizados.

- ✓ Durante o Estágio de Doutorado, realizado na Universidade de Barcelona, de novembro de 2004 a fevereiro de 2005, sob a orientação do Professor Doutor Horacio Capel, além da ampliação das fontes bibliográficas, efetuou-se um levantamento de experiências supramunicipais da Catalunha/Espanha, especificamente de Mancomunidades (Apêndice E). Este levantamento teve como objetivo verificar a que objetivos tem servido as articulações entre municípios, equivalentes às experiências brasileiras denominadas de consórcios intermunicipais. Estas informações foram aproveitadas no quarto capítulo. Além disso, foram realizadas visitas a pequenas localidades, onde foram efetuadas entrevistas (Rafael Pariot, Presidente da “*Unión de las tiendas*” e coordenador de um movimento ecológico em Sant Sadurní e Lurdes Borveri Pujals, responsável municipal pela promoção econômica de Berga), tendo em vista o objetivo de ampliar referenciais de análise sobre as pequenas cidades e questões relativas ao desenvolvimento local.

Procurou-se relatar neste apêndice os procedimentos que exigiam uma explicação mais longa. A pesquisa envolveu outras tantas consultas, dados e informações, conforme pode se perceber no texto.

Apêndice A – Noroeste do Paraná. Evolução da população total, rural e urbana, 1960 - 2000

Nome do Município	1960			1970			T.C.A. (1960-1970)			1980			T.C.A. (1970-1980)			1991			T.C.A. (1980-1991)			2000			T.C.A. (1991-2000)		
	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	%Total	%Rural	%Urbana	Total	Rural	Urbana	%Total	%Rural	%Urbana	Total	Rural	Urbana	%Total	%Rural	%Urbana	Total	Rural	Urbana	%Total	%Rural	%Urbana
Abitânia do Paraná	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.261	5.294	1.221	-	-	-	4.295	4.274	2.116	(0,00%)	(1,00%)	1,00%	
Alto Paraná	30.566	25.399	5.167	30.593	25.394	5.199	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	30.353	25.243	5.110	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	29.481	24.600	4.881	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	29.109	24.411	4.698	(0,00%)	(0,00%)	0,00%
Alto Fântico	-	-	-	40.469	33.789	6.680	-	-	-	22.669	22.264	4.405	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	22.682	22.534	1.448	(0,00%)	(0,00%)	(1,00%)	19.769	2.356	17.413	(1,00%)	(0,00%)	(0,00%)
Alzira	-	-	-	40.462	30.283	10.179	-	-	-	42.111	31.291	10.820	(0,00%)	(1,00%)	0,00%	24.559	22.664	11.895	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	19.224	1.526	17.698	(0,00%)	(0,00%)	(0,00%)
Alvorada do Sul	12.203	115.46	12.244	12.203	115.46	12.244	0,00%	0,00%	0,00%	12.244	115.46	12.244	0,00%	0,00%	0,00%	12.244	115.46	12.244	0,00%	0,00%	0,00%	12.244	115.46	12.244	0,00%	0,00%	0,00%
Araraquã	-	-	-	4.240	3.764	4.644	-	-	-	3.250	1.400	1.850	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	3.240	1.400	1.840	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	4.272	1.472	2.800	(0,00%)	(0,00%)	0,00%
Ângulo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.261	1.071	1.190	-	-	-	2.261	1.071	1.190	-	-	-	
Apucarana	66.291	49.565	16.726	66.291	49.565	16.726	0,00%	(0,00%)	0,00%	66.291	49.565	16.726	0,00%	(0,00%)	0,00%	66.291	49.565	16.726	0,00%	(0,00%)	0,00%	66.291	49.565	16.726	0,00%	(0,00%)	0,00%
Arsoez	30.261	19.251	11.010	31.270	19.251	12.019	(0,00%)	(1,00%)	1,00%	34.660	22.200	12.460	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	44.554	28.201	16.353	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	45.221	29.299	15.922	(0,00%)	(0,00%)	0,00%
Arsoez	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arvoredo	11.209	14.800	3.591	12.224	16.100	4.024	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	14.221	17.201	4.020	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	12.201	15.200	3.001	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	12.200	15.200	3.000	(0,00%)	(0,00%)	0,00%
Arvoredo do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Asolândia	25.240	11.200	14.040	25.240	11.200	14.040	(0,00%)	(1,00%)	0,00%	25.240	11.200	14.040	(0,00%)	(1,00%)	0,00%	25.240	11.200	14.040	(0,00%)	(1,00%)	0,00%	25.240	11.200	14.040	(0,00%)	(1,00%)	0,00%
Atalaia	-	-	-	4.240	5.240	1.000	-	-	-	4.240	5.240	1.000	-	-	-	4.240	5.240	1.000	-	-	-	4.240	5.240	1.000	-	-	-
Barcelos	-	-	-	31.205	31.205	31.205	-	-	-	34.240	34.240	34.240	-	-	-	12.200	12.200	12.200	-	-	-	14.200	14.200	14.200	-	-	-
Barcelos Faria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bela Vista do Paraíso	11.212	9.200	2.012	12.201	10.201	2.000	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	14.200	12.200	2.000	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	15.200	13.200	2.000	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	16.200	14.200	2.000	(0,00%)	(0,00%)	0,00%
Bom	-	-	-	14.240	12.201	2.039	-	-	-	14.240	12.200	2.040	-	-	-	14.240	12.200	2.040	-	-	-	14.240	12.200	2.040	-	-	-
Esperança	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bom Sucesso	22.224	20.200	2.024	19.240	17.200	2.040	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	19.240	17.200	2.040	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	19.240	17.200	2.040	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	19.240	17.200	2.040	(0,00%)	(0,00%)	0,00%
Bomópolis	11.240	10.210	1.030	14.211	13.201	1.010	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	15.240	14.200	1.040	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	11.240	10.200	1.040	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	12.240	11.200	1.040	(0,00%)	(0,00%)	0,00%
Brasilândia do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.221	2.110	2.111	-	-	-	3.220	1.550	1.670	(0,00%)	(0,00%)	(0,00%)	
Castrolândia	1.254	4.200	2.946	4.220	3.200	1.020	(0,00%)	(0,00%)	(1,00%)	3.200	1.200	2.000	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	2.200	700	1.500	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	2.200	700	1.500	(0,00%)	(0,00%)	0,00%
Castrol do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.200	3.210	1.990	-	-	-	4.240	1.570	2.670	(0,00%)	(0,00%)	(0,00%)	
Castrolândia	9.204	1.200	8.004	11.200	1.200	10.000	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	11.200	1.200	10.000	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	12.200	1.200	11.000	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	13.200	1.200	12.000	(0,00%)	(0,00%)	0,00%
Cambé	29.251	20.210	9.041	35.221	22.111	13.110	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	39.254	25.200	14.054	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	39.240	25.200	14.040	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	40.200	26.200	14.000	(0,00%)	(0,00%)	0,00%
Cambé	-	-	-	20.224	11.210	9.014	-	-	-	20.220	11.210	9.010	-	-	-	20.240	11.210	9.030	-	-	-	20.240	11.210	9.030	-	-	-
Campina do Lageado	30.261	30.261	30.261	30.261	30.261	30.261	-	-	-	30.260	30.260	30.260	-	-	-	30.260	30.260	30.260	-	-	-	30.260	30.260	30.260	-	-	-
Campo Mourão	141.251	12.160	129.091	11.210	12.200	21.210	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	11.210	12.200	21.210	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	11.201	12.200	21.201	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	11.200	12.200	21.200	(0,00%)	(0,00%)	0,00%
Cândido de Abreu	16.200	10.251	5.949	14.240	9.240	5.000	(0,00%)	(1,00%)	0,00%	14.240	9.240	5.000	(0,00%)	(1,00%)	0,00%	14.240	9.240	5.000	(0,00%)	(1,00%)	0,00%	14.240	9.240	5.000	(0,00%)	(1,00%)	0,00%
Centenario do Sul	29.245	11.200	18.045	19.240	9.240	10.000	(0,00%)	(0,00%)	(0,00%)	19.240	9.240	10.000	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	14.240	4.240	10.000	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	11.240	2.240	9.000	(0,00%)	(0,00%)	0,00%
Chopville	29.250	40.210	10.940	22.220	20.240	1.980	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	40.210	20.240	20.240	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	40.210	20.240	20.240	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	51.200	1.200	50.000	(0,00%)	(0,00%)	0,00%

N. Esperança	46.005	39.720	3.285	39.375	6.631	6.663	0,10%	0,20%	3,72%	39.340	6.219	6.731	(1,07%)	(0,71%)	1,50%	34.360	4.240	11.041	0,00%	0,10%	1,20%	25.119	3.994	2.117	0,10%	(0,20%)	2,30%
N. Londrina	10.244	10.200	4.040	10.470	4.390	4.200	(0,10%)	(0,20%)	0,35%	10.111	2.400	3.441	1,30%	(0,20%)	0,35%	10.054	1.771	11.071	0,50%	0,35%	1,35%	9.710	1.544	11.000	0,21%	(1,35%)	0,55%
N. Olimpia			3.405	4.110	4.110	-	-	-	-	4.240	2.251	4.005	0,30%	0,21%	(1,35%)	5.391	1.332	4.005	(1,20%)	0,35%	0,10%	5.200	355	4.325	(0,20%)	0,10%	0,11%
N. Tebas																11.501	6.400	2.140	-	-	-	3.004	4.300	3.495	0,50%	(0,57%)	0,20%
Novo Ibaekomi																3.000	2.571	001	-	-	-	2.600	1.000	1.250	(1,00%)	(0,10%)	0,00%
Ourofino				4.270	4.624	1.640	-	-	-	4.000	3.100	1.701	(0,30%)	0,20%	0,70%	3.350	1.401	2.500	0,11%	0,00%	0,20%	3.400	000	2.100	(1,00%)	(0,07%)	0,20%
Palmandu				10.000	10.000	3.000	-	-	-	11.000	3.100	10.000	0,11%	0,00%	0,00%	12.000	12.000	10.000	1,70%	0,50%	0,20%	10.700	1.400	10.000	0,50%	-	0,50%
Paraiso do Norte	21.120	15.000	4.200	11.100	4.500	5.111	(0,00%)	0,00%	(1,07%)	1.000	2.300	5.005	0,30%	0,20%	(0,11%)	4.075	1.670	1.001	1,21%	0,50%	0,70%	3.300	1.000	4.300	0,10%	(0,00%)	0,25%
Paranacity	20.700	10.000	3.000	11.600	6.000	3.000	0,00%	0,07%	0,10%	6.000	4.650	3.000	0,00%	(0,00%)	0,10%	6.000	3.000	5.001	0,20%	0,20%	0,50%	3.000	1.700	1.300	0,10%	0,00%	0,00%
Parapovoema				4.000	3.200	100	-	-	-	2.000	1.000	1.000	(0,00%)	0,00%	0,10%	2.000	400	1.000	1,30%	(0,00%)	0,20%	2.000	200	2.000	0,20%	0,00%	0,00%
Paranaui	60.000	30.000	25.000	51.000	10.000	30.000	0,00%	0,20%	0,71%	60.000	10.000	50.000	1,00%	(0,20%)	0,00%	11.000	4.000	40.000	0,00%	0,20%	1,00%	10.000	5.000	10.000	0,10%	0,20%	1,00%
Paribiu	10.000	10.000	5.000	14.000	11.000	4.000	0,50%	0,50%	2,00%	10.000	0.000	1.000	0,00%	(0,10%)	1,70%	10.000	5.000	0.000	(1,50%)	(0,10%)	1,50%	10.000	2.000	10.000	0,00%	(0,00%)	1,00%
Paribal																5.000	2.000	-	-	-	5.000	2.000	2.000	-	-	-	
Pariba				20.000	20.000	3.000	-	-	-	21.000	10.000	4.000	0,00%	0,00%	0,00%	10.000	1.570	1.000	0,10%	(0,00%)	0,70%	3.000	2.000	4.000	(0,00%)	(1,00%)	(1,71%)
Pitanguinha																2.000	1.000	1.000	-	-	-	2.000	771	1.000	0,00%	0,20%	0,00%
Planaltina do Paraná				6.500	4.000	2.000	-	-	-	4.000	2.000	2.000	(0,00%)	0,00%	(0,57%)	3.000	1.000	2.000	(1,10%)	0,00%	0,00%	3.000	1.000	2.000	0,00%	0,00%	1,00%
Ponte Alta	20.000	15.000	5.000	20.000	10.000	1.000	0,10%	(0,00%)	0,05%	21.000	6.000	10.000	0,30%	(0,00%)	0,21%	11.000	5.000	11.000	(1,00%)	0,00%	(0,00%)	10.000	3.500	10.000	0,00%	0,00%	0,00%
Porto Rico				4.000	5.000	1.000	-	-	-	5.000	4.000	1.000	(1,37%)	(1,00%)	1,50%	3.211	1.100	1.000	0,00%	0,20%	0,00%	2.500	000	1.000	0,00%	0,20%	1,00%
Prado Ferreira																-	-	-	-	-	-	3.000	10.000	2.000	-	-	-
Prata Casado Branco				5.000	5.000	700	-	-	-	4.300	3.011	1.300	(1,00%)	0,07%	0,50%	3.000	1.000	2.001	0,10%	0,07%	0,20%	4.000	1.000	3.000	0,00%	0,00%	0,00%
Primo de Inho	25.000	21.000	3.000	25.000	10.000	4.000	0,20%	(0,00%)	0,51%	26.000	5.000	1.000	(0,07%)	(1,00%)	0,00%	11.000	2.001	0.770	0,00%	0,00%	0,10%	10.000	000	0.700	(1,00%)	0,00%	(0,05%)
Quarto Centenario																-	-	-	-	-	-	5.000	2.000	2.000	-	-	-
Quêntido do Norte	1.500	4.000	1.000	10.000	11.000	2.000	0,00%	1,50%	0,00%	3.000	3.000	5.000	0,00%	(1,00%)	0,70%	10.000	3.000	4.000	1,30%	0,00%	0,00%	11.000	4.000	1.000	1,00%	0,10%	0,00%
Quinta do Sol				10.000	10.000	1.000	-	-	-	1.000	5.000	2.000	0,00%	0,00%	0,25%	5.000	2.000	3.000	0,00%	0,00%	0,25%	5.000	2.000	3.000	0,00%	0,00%	0,25%
Rancho A D'Oeste																4.000	2.000	1.000	-	-	-	3.000	1.000	2.000	0,00%	0,00%	0,07%
Rio Bom				10.270	6.000	1.500	-	-	-	5.000	3.000	1.500	0,11%	(0,00%)	(0,25%)	4.000	2.000	1.700	(1,00%)	0,00%	1,00%	3.500	1.000	2.000	(1,10%)	(0,00%)	0,00%
Rio Branco do Ivaí																-	-	-	-	-	-	3.000	2.000	000	-	-	-
Rolândia	40.000	30.000	11.000	41.000	21.000	20.000	0,10%	(1,00%)	0,00%	41.000	10.000	20.000	(1,30%)	(0,00%)	0,00%	41.000	1.000	30.000	0,00%	0,00%	0,00%	40.000	4.000	40.000	0,00%	0,00%	0,00%
Romador				10.000	10.000	1.000	-	-	-	11.000	10.570	3.000	0,00%	1,10%	10,07%	11.570	11.570	5.000	0,00%	(1,07%)	0,00%	10.000	4.000	4.000	0,00%	(0,00%)	1,50%
Rondon	30.000	30.000	3.000	30.000	10.000	3.000	(0,00%)	(0,10%)	1,00%	30.000	3.000	3.000	(0,00%)	(0,10%)	(1,00%)	3.000	4.000	4.000	0,00%	0,00%	0,00%	3.000	2.000	5.000	0,00%	(0,10%)	0,00%
Rozário do Ivaí																3.000	1.500	2.000	-	-	-	4.000	4.000	2.000	0,10%	(0,10%)	(0,57%)
Sabauita	10.000	6.000	1.000	6.000	4.000	1.000	(1,00%)	(1,00%)	(0,10%)	4.000	3.000	1.000	(0,07%)	0,00%	0,10%	5.000	2.000	2.000	0,00%	0,00%	0,00%	5.000	1.000	4.000	0,00%	(0,00%)	0,00%
Sto. G. de M. Castelo	1.000	5.000	1.000	6.000	10.000	3.000	0,00%	0,00%	10,00%	10.000	5.000	4.000	0,00%	(0,00%)	0,00%	10.000	3.000	4.000	0,00%	0,10%	0,00%	6.000	2.000	5.000	(1,00%)	0,00%	(1,10%)
Sto. Fé	10.000	11.000	1.000	11.000	6.000	2.000	0,00%	0,20%	0,70%	9.000	4.000	4.000	(1,10%)	(0,07%)	0,70%	6.000	2.000	4.000	0,10%	(0,00%)	0,70%	6.000	1.000	1.000	0,00%	0,00%	1,00%
Sto. Inês				4.000	4.000	011	-	-	-	2.000	1.000	000	(0,00%)	0,07%	0,20%	2.000	1.000	1.000	0,00%	(0,00%)	0,50%	2.000	000	1.000	0,00%	(1,00%)	1,00%

São. Isabel do Ivaí	2.435	11.600	355	21.704	6.411	5.500	4,71%	3,21%	4,48%	20.240	11342	6.000	(0,40%)	(0,10%)	5,94%	9.400	3.481	4.240	(4,14%)	(0,34%)	(0,11%)	9.140	2.300	4.164	(0,45%)	(0,40%)	0,92%
São. Inácio							-	-	-				-	-				100	-	-	-	3.400	1.054	1.300	0,40%	(0,51%)	1,94%
São. Antônio do Colú				1.240	4.710	2.400	-	-	-	4.040	12.70	2.700	(0,20%)	(0,00%)	(1,20%)	3.110	1.904	1.021	(0,00%)	(0,00%)	(0,01%)	2.810	700	2.110	(0,00%)	(0,00%)	1,11%
São. Inácio	11.400	9.411	1.600	6.350	6.000	2.270	(0,00%)	(0,00%)	4,11%	5.410	2.110	2.000	(0,20%)	(0,54%)	2,14%	5.510	1.400	4.000	(0,00%)	(0,14%)	0,50%	5.101	1.200	3.901	(0,00%)	(1,01%)	(0,20%)
S. Carlos do Ivaí	10.100	6.500	1.500	1.570	5.000	2.000	(0,51%)	(0,00%)	4,50%	4.600	2.300	2.300	(0,01%)	(0,00%)	(0,00%)	4.010	1.500	3.500	0,55%	(0,00%)	0,90%	5.004	400	5.200	2,00%	(0,40%)	5,00%
S. João do Colú	10.540	10.201	2.300	10.204	4.000	3.101	(0,40%)	(0,00%)	4,34%	1.700	2.004	4.000	(0,00%)	(0,50%)	1,44%	6.000	1.104	4.014	(1,50%)	(0,50%)	1,00%	6.000	1.000	5.000	0,00%	(1,00%)	0,44%
S. João do Ivaí				40.100	40.204	4.000	-	-	-	40.204	30.201	11.000	(1,00%)	(0,00%)	14,00%	10.000	6.000	9.000	(0,00%)	(1,00%)	(1,00%)	8.104	3.000	9.000	(0,00%)	(0,00%)	(0,51%)
S. Jorge do Ivaí	22.041	10.000	2.500	11.010	14.104	3.200	(1,00%)	(0,57%)	2,54%	9.100	5.500	3.501	(0,00%)	(0,00%)	1,00%	6.001	1.100	4.201	(0,00%)	(0,00%)	1,00%	5.501	1.000	4.500	(0,00%)	(0,10%)	0,60%
S. J. do Patrocínio							-	-	-				-	-					-	-	-	6.000	3.000	2.000	(0,00%)	(0,00%)	1,01%
S. M. do Paraná							-	-	-				-	-					-	-	-	2.014	1.000	1.000	(1,40%)	(0,00%)	1,00%
S. Pedro do Ivaí	11.000	6.500	3.010	10.270	6.000	3.000	4,70%	0,44%	1,31%	10.001	5.000	4.000	(0,00%)	(0,20%)	3,20%	9.000	2.000	4.001	(0,00%)	(0,25%)	0,44%	9.000	1.100	1.100	0,10%	(0,00%)	1,20%
S. Pedro do Paraná				4.010	5.410	700	-	-	-	4.000	3.500	1.200	(0,00%)	(0,10%)	0,60%	3.200	1.010	1.014	(0,00%)	(0,20%)	0,90%	2.104	1.200	1.000	(1,00%)	(0,14%)	0,95%
S. Tomé				9.200	1.500	1.100	-	-	-	1.100	5.100	2.010	(0,00%)	(0,00%)	1,00%	5.100	2.500	2.510	(0,50%)	(0,00%)	0,50%	5.000	1.300	3.100	(0,00%)	(0,00%)	0,90%
Sarandi							-	-	-				-	-					-	-	-	40.001	1.110	40.200	0,00%	-	0,50%
Sertãozinho	20.000	11.000	4.000	21.011	6.000	5.001	(0,00%)	(0,01%)	(0,00%)	10.000	6.510	1.010	(0,00%)	(0,00%)	3,54%	14.201	4.200	9.000	(1,21%)	(0,50%)	1,31%	6.100	2.500	6.000	0,00%	(0,54%)	2,90%
Tamaritá							-	-	-				-	-					-	-	-	9.100	4.000	4.100	-	-	-
Tambora	11.011	10.300	1.500	9.100	1.000	2.001	(1,10%)	(0,10%)	5,00%	5.201	2.000	2.000	(0,00%)	(0,00%)	(0,00%)	4.010	1.100	2.000	(1,00%)	(0,10%)	0,90%	4.204	070	3.000	(0,10%)	(0,50%)	2,00%
Tapera				22.200	10.000	3.000	-	-	-	20.100	1.000	5.000	(0,20%)	(0,00%)	5,00%	20.001	3.004	6.000	(0,50%)	(0,20%)	0,40%	8.000	2.000	10.000	0,00%	(0,10%)	3,24%
Tapira				21.010	10.011	3.100	-	-	-	20.011	9.200	3.200	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	6.500	5.200	3.200	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	6.200	2.000	3.200	(0,00%)	(0,00%)	0,11%
Terra Boa	11.100	14.000	2.000	10.010	14.010	5.200	1,00%	(0,00%)	11,01%	10.200	9.001	1.201	(1,10%)	(0,14%)	3,10%	14.200	5.201	9.000	(1,00%)	(0,00%)	0,20%	14.000	3.000	11.000	0,00%	(0,10%)	2,60%
Terra Rica	10.410	6.000	3.000	10.004	6.000	4.000	(0,00%)	(1,00%)	4,00%	10.010	9.000	1.001	(0,57%)	(0,00%)	0,60%	8.000	3.001	10.200	(1,40%)	(0,50%)	0,00%	8.100	3.200	10.000	(0,00%)	(1,20%)	0,30%
Tunápolis do Oeste				10.000	11.000	2.000	-	-	-	10.200	9.001	3.200	(0,00%)	(0,00%)	3,00%	11.000	4.100	4.100	(0,00%)	(0,00%)	0,00%	9.000	3.000	5.000	(0,00%)	(0,14%)	0,90%
Ubatuba	30.000	30.000	4.500				-	-	-	21.000	6.500	6.100	(0,00%)	(0,00%)	10,00%	24.000	6.510	10.011	(0,00%)	(0,00%)	0,94%	22.500	4.000	11.011	(1,00%)	(0,00%)	(0,00%)
Umuarama	10.001	10.000	30.114				-	-	-	10.500	40.004	30.001	(1,00%)	(0,00%)	1,10%	40.000	6.500	10.000	(1,00%)	(0,00%)	0,94%	30.001	6.000	42.500	0,00%	(0,00%)	1,00%
União				4.010	3.000	700	-	-	-	3.010	2.000	1.000	(0,00%)	(0,00%)	4,14%	2.000	1.000	1.000	(1,20%)	(0,00%)	0,40%	2.000	700	1.000	(1,20%)	(0,00%)	0,95%
Uruaçu				10.001	10.204	1.000	-	-	-	10.000	10.004	2.000	(0,00%)	(0,00%)	2,00%	6.111	4.000	2.000	(0,50%)	(0,00%)	1,11%	4.500	4.001	1.014	(0,00%)	(0,00%)	(0,54%)
TOTAL	1.220.411	1.430.040	491.000	3.010.000	2.001.000	891.000	6,87%	4,30%	10,20%	2.002.000	1.110.000	1.400.000	(1,20%)	(0,00%)	6,64%	2.001.000	690.000	2.002.000	(0,00%)	(0,00%)	0,10%	2.001.000	400.000	2.002.000	(0,00%)	(0,00%)	1,04%

Fonte: IBGE, Censo demográfico. Elaboração: Angela Maria Endlich

Apendice A (Complemento)

Noroeste do Paraná, População total e taxas de crescimento de municípios com desmembramentos, 1960-200

Município	Total 1960	Total 1970	T C A 1960-70	Município	Total 1980	Total 1991	TCA 1980-1991
Campo Mourão	141.157	338.589	13,99%	Alto Piquiri	22.669	17.229	(2,18%)
Cândido de Abreu	16.408	51.135	21,16%	Altônia	42.777	33.726	(1,92%)
Cianorte	53.658	74.748	3,93%	Barbosa Ferraz	34.418	25.031	(2,48%)
Cruzeiro do Oeste	135.816	483.247	25,58%	Cambira	12.022	9.793	(1,69%)
Florestópolis	16.274	17.543	0,78%	Campo Mourão	77.170	91.421	1,68%
Goioerê	23.732	120.943	40,96%	Flórida	1.989	4.503	11,49%
Guaraci	17.437	13.996	(1,97%)	Goioerê	48.780	44.089	(0,87%)
Iguaraçu	15.631	12.831	(1,79%)	Grandes Rios	35.316	22.064	(3,41%)
Itaguajé	17.735	13.425	(2,43%)	Indianópolis	9.072	6.586	(2,49%)
Jandaia do Sul	31.448	48.335	5,37%	Iporã	37.567	26.032	(2,79%)
Loanda	20.612	31.851	5,45%	Jardim Alegre	28.640	20.446	(2,60%)
Mandaguaçu	26.721	24.934	(0,67%)	Mamborê	24.642	24.828	0,07%
Manoel Ribas	54.994	162.782	19,60%	Marialva	42.354	70.606	6,06%
Marialva	35.866	52.540	4,65%	Maria Helena	24.952	15.017	(3,62%)
Marilândia do Sul	20.883	32.221	5,43%	Marilândia do Sul	13.912	13.764	(0,10%)
Maringá	104.131	164.914	5,84%	Rolândia	41.452	43.776	0,51%
N. Esperança	43.095	48.884	1,34%	Sta I. Ivaí	20.245	12.858	(3,32%)
N. Londrina	18.366	29.871	6,26%	S. João Ivaí	41.286	29.487	(2,60%)
Paraíso do Norte	21.218	16.791	(2,09%)	Umuarama	100.545	100.249	(0,03%)
Paranacity	23.729	22.485	(0,52%)	Município	Total 1991	Total 2000	T C A 1991-2000
Paranavaí	63.189	78.704	2,46%	Faxinal	19.926	19.060	(0,48%)
Rondon	38.063	62.109	6,32%	Goioerê	40.980	35.079	(1,60%)
S. João do Caiuá	18.542	17.509	(0,56%)	Grandes Rios	12.156	11.608	(0,50%)
Município	Total 1970	Total 1980	T C A 1970-80	Ivaiporã	45.564	39.303	(1,53%)
Iporã	72.115	52.285	(2,75%)	Londrina	390.100	456.536	1,89%
				Miraselva	5.326	5.110	(0,45%)
				Pérola	15.046	11.590	(2,55%)
				Umuarama	88.895	95.913	0,88%

Apêndice B – Noroeste do Paraná. Estrutura fundiária (número de estabelecimentos conforme grupos de áreas/há), 1960-1996

Nome do Município	1960			1970			1980			1985			1996		
	0 a 10	10 a 100	100 ou +	0 a 10	10 a 100	100 ou +	0 a 10	10 a 100	100 ou +	0 a 10	10 a 100	100 ou +	0 a 10	10 a 100	100 ou +
Altamira do Paraná-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	840	406	50	1114	392	60
Alto Paraná-PR	1609	1253	40	794	972	45	189	607	73	291	564	80	326	503	84
Alto Piquiri-PR	0	0	0	2419	1106	89	961	736	125	620	711	152	221	345	98
Altônia-PR	0	0	0	845	1461	12	3866	1962	40	2655	1131	29	1500	1038	61
Alvorada do Sul-PR	38	220	59	442	449	73	180	311	65	198	320	66	103	279	57
Amaporã-PR	0	0	0	170	176	57	65	73	64	129	138	71	59	128	67
Ângulo-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	59	158	25
Apucarana-PR	648	2154	79	2053	1360	32	396	1020	77	663	1002	70	832	899	77
Arapongas-PR	318	869	27	452	974	26	387	730	44	546	669	55	274	519	65
Arapuã-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	308	439	40
Araruna-PR	796	741	25	1588	1002	27	222	730	69	594	688	82	603	673	90
Ariranha do Ivaí-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	298	297	36
Astorga-PR	92	730	79	1092	835	59	249	609	88	378	559	89	311	480	89
Atalaia-PR	0	0	0	289	344	17	225	266	22	168	254	22	123	184	26
Barbosa Ferraz-PR	0	0	0	3191	1030	34	1572	1175	106	1957	1150	113	726	628	95
Bela Vista do Paraíso-PR	37	195	43	284	289	42	70	228	49	109	251	46	76	232	44
Boa Esperança-PR	0	0	0	1057	593	22	295	360	59	361	460	71	257	372	63
Bom Sucesso-PR	62	497	58	576	357	46	65	255	62	200	194	28	59	157	65
Borrazópolis-PR	340	549	56	1811	659	34	582	606	44	839	548	47	603	476	49
Brasilândia do Sul-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	126	171	64
Cafeara-PR	6	132	26	13	135	30	92	127	32	109	126	41	39	117	36
Cafetal do Sul-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	345	421	79
Califórnia-PR	867	272	6	1058	339	8	294	404	12	436	370	16	376	356	16
Cambé-PR	131	807	66	156	844	78	229	602	101	253	550	103	155	426	111
Cambira-PR	0	0	0	1698	819	17	226	760	43	442	696	48	146	338	29
Campina da Lagoa-PR	0	0	0	2682	1030	71	1111	949	141	1224	894	146	597	752	153
Campo Mourão-PR	6055	7007	606	4885	2767	251	1265	1270	492	1090	1109	357	315	494	150
Cândido de Abreu-PR	662	1069	220	495	1094	251	1058	1491	176	2061	1491	189	1574	1513	272
Centenário do Sul-PR	198	367	65	193	430	61	192	307	68	250	291	76	73	229	62
Cianorte-PR	2730	2348	43	2608	1762	37	1383	1562	81	1228	1361	102	978	1059	110
Cidade Gaúcha-PR	0	0	0	561	390	87	264	231	101	134	159	102	44	147	91
Colorado-PR	416	689	41	766	721	50	353	518	74	147	422	79	180	380	69
Corumbataí do Sul-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	350	289	27
Cruzeiro do Oeste-PR	2869	5167	348	1507	994	98	742	729	129	723	752	126	354	551	137
Cruzeiro do Sul-PR	643	388	29	362	417	49	49*	227	65	76	236	56	158	212	53
Cruzmaltina-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	196	221	57

Diamante do Norte-PR	0	0	0	281	241	30	330	218	28	250	201	31	227	149	25
Douradina-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	164	317	62
Doutor Camargo-PR	0	0	0	947	286	0	429	319	0	458	307	4	402	295	3
Engenheiro Beltrão-PR	469	454	34	1606	880	45	330	660	83	527	654	71	245	504	99
Esperança Nova-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	283	319	19
Farol-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	181	245	70
Faxinal-PR	1630	1266	81	1783	1265	141	950	889	205	1270	746	214	330	324	146
Fênix-PR	0	0	0	900	392	19	320	248	44	362	260	46	124	201	52
Floraí-PR	52	545	29	216	462	30	131	315	37	115	264	41	77	190	51
Floresta-PR	0	0	0	546	477	6	100	326	26	78	302	30	96	251	32
Florestópolis-PR	396	240	57	96	166	39	43	64	47	26	70	53	14	49	49
Flórida-PR	0	0	0	17	193	10	52	102	17	22	84	14	49	111	10
Francisco Alves-PR	0	0	0	0	0	0	995	670	34	829	594	35	350	532	57
Godoy Moreira-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	549	231	8
Goioerê-PR	1560	561	55	5294	1730	84	1509	1491	165	1269	1258	184	632	741	162
Grandes Rios-PR	0	0	0	3481	859	42	3335	1224	90	2546	1249	147	547	367	64
Guairaçá-PR	0	0	0	219	356	80	173	234	83	152	211	71	202	255	89
Guaporema-PR	0	0	0	526	280	36	85	148	51	67	154	56	13	136	58
Guaraci-PR	292	593	46	174	258	28	114	156	40	103	158	46	91	133	51
Ibiporã-PR	507	599	30	571	577	25	165	431	52	345	477	46	205	382	42
Icaraíma-PR	0	0	0	2155	929	44	916	706	98	942	587	93	357	499	106
Iguaraçu-PR	16	395	51	289	461	59	96	237	75	130	294	63	59	124	47
Inajá-PR	0	0	0	288	169	24	37	54	33	50	59	35	32	46	38
Indianópolis-PR	0	0	0	1153	450	8	413	514	16	393	500	17	348	266	16
Iporã-PR	0	0	0	6406	2417	54	1854	1783	127	1365	1518	125	550	928	97
Iretama-PR	0	0	0	1657	581	38	2084	710	65	2106	724	69	649	653	109
Itaguajé-PR	293	431	64	238	247	35	170	162	37	91	183	39	88	157	42
Itambé-PR	0	0	0	768	574	24	93	305	50	68	347	56	42	204	60
Itaúna do Sul-PR	0	0	0	260	186	21	295	135	24	273	130	23	186	81	27
Ivaiporã-PR	0	0	0	5701	2216	27	4633	1967	51	3988	1961	77	1.149	1002	36
Ivaté-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	320	275	55
Ivatuba-PR	0	0	0	298	305	5	47	166	16	42	147	18	36	117	24
Jaguapitã-PR	231	765	55	405	534	76	92	306	93	134	329	99	91	258	114
Jandaia do Sul-PR	319	1211	63	1003	480	5	319	468	20	377	432	17	339	421	23
Janiópolis-PR	0	0	0	2811	668	20	879	582	58	721	568	60	459	394	71
Japurá-PR	0	0	0	974	450	2	317	562	10	265	490	12	425	344	19
Jardim Alegre-PR	0	0	0	2582	933	30	2701	818	38	1643	834	47	611	499	39
Jardim Olinda-PR	0	0	0	171	74	14	36	7	17	6	17	18	9	21	17
Juranda-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	324	422	57	306	552	65

Jussara-PR	599	359	4	629	513	8	213	355	25	148	348	27	121	343	29
Kaloré-PR	0	0	0	1083	410	11	261	391	31	555	388	27	432	374	21
Lidianópolis-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	526	291	17
Loanda-PR	108	344	81	858	586	115	335	403	127	394	381	136	170	289	156
Lobato-PR	715	523	16	234	316	33	61	184	54	62	212	45	65	204	43
Londrina-PR	635	1789	209	2734	2619	227	1347	1976	331	1826	1990	335	1213	1508	377
Luiziana-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	135	255	179
Lunardelli-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	766	282	17	392	274	23
Lupionópolis-PR	262	234	9	127	196	10	107	169	18	135	122	20	82	113	18
Mamborê-PR	0	0	0	1481	1570	109	1105	1082	222	420	741	181	303	687	179
Mandaguçu-PR	229	1027	61	653	692	32	100	447	56	179	431	51	108	314	47
Mandaguari-PR	377	628	20	1421	839	31	474	660	58	424	630	62	279	423	57
Manoel Ribas-PR	1481	2599	100	435	903	50	581	890	61	600	922	59	408	929	74
Maria Helena-PR	0	0	0	3368	1435	68	1256	1119	130	540	581	83	295	501	91
Marialva-PR	819	1532	57	2199	1633	45	535	1182	77	358	857	79	518	709	93
Marilândia do Sul-PR	0	0	0	1858	653	53	471	562	76	832	658	111	623	258	56
Marilena-PR	0	0	0	569	239	25	574	219	31	541	198	31	403	226	34
Mariluz-PR	0	0	0	1139	602	33	283	341	60	230	274	56	95	144	64
Maringá-PR	2628	2740	75	1480	1389	37	622	939	62	470	852	72	450	581	62
Marumbi-PR	0	0	0	868	381	19	134	268	29	168	218	38	144	226	36
Mauá da Serra-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31	49	28
Mirador-PR	0	0	0	215	89	31	141	59	34	134	81	40	45	83	43
Miraselva-PR	0	0	0	44	215	47	39	195	51	67	183	55	10	74	13
Moreira Sales-PR	0	0	0	1727	646	26	1143	640	42	1134	570	34	581	490	40
Munhoz de Melo-PR	63	244	15	471	295	15	150	240	22	270	215	22	133	158	33
N. Sra. das Graças-PR	0	0	0	369	245	38	82	127	55	183	170	48	93	133	36
Nova Aliança do Ivaí-PR	0	0	0	80	96	22	15	40	33	35	66	35	22	46	40
Nova Cantu-PR	0	0	0	601	642	57	993	603	67	1119	582	76	377	651	93
Nova Esperança-PR	225	1506	94	708	972	51	456	721	76	639	633	84	503	593	82
Nova Londrina-PR	669	1106	106	337	196	53	137	128	61	219	138	55	147	103	60
Nova Olímpia-PR	0	0	0	477	179	6	281	167	19	209	153	21	160	145	20
Nova Tebas-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1155	626	97
Novo Itacolomi-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	233	279	27
Ourizona-PR	0	0	0	402	439	14	124	296	39	91	268	39	83	215	33
Paiçandu-PR	0	0	0	779	497	11	357	335	26	279	314	21	155	230	29
Paraíso do Norte-PR	855	927	51	192	271	23	178	213	34	259	219	34	138	166	40
Paranacity-PR	1063	449	63	1061	451	47	74	199	77	119	229	66	161	213	54
Paranapoema-PR	0	0	0	127	61	12	35	8	16	47	50	26	8	7	15
Paranavaí-PR	489	1559	388	851	907	174	298	655	210	620	749	186	288	641	219

Peabiru-PR	183	559	59	865	734	63	379	542	83	435	496	79	296	490	96
Perobal-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	190	366	88
Pérola-PR	0	0	0	2244	1148	10	1880	906	39	1532	860	44	931	759	54
Pitangueiras-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	52	135	19
Planaltina do Paraná-PR	0	0	0	438	301	54	83	191	74	235	196	76	94	114	78
Porecatu-PR	0	28	32	18	86	41	5	38	31	45	69	43	6	32	32
Porto Rico-PR	0	0	0	402	250	22	171	193	37	192	154	37	94	140	38
Prado Ferreira-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32	65	34
Pres. C. Branco-PR	0	0	0	83	200	27	109	162	33	124	137	30	56	118	29
Primeiro de Maio-PR	91	654	59	1011	870	53	276	455	69	405	531	53	321	468	65
Quarto Centenário-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	173	255	60
Querência do Norte-PR	58	223	35	799	311	76	230	189	101	425	329	116	158	374	121
Quinta do Sol-PR	0	0	0	1062	368	36	256	206	61	144	175	58	61	136	66
Rancho Al. D'Oeste-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	135	248	52
Rio Bom-PR	0	0	0	1172	294	22	357	258	37	431	218	39	209	237	39
Rio Branco do Ivaí-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	191	178	76
Rolândia-PR	300	1303	83	371	1288	80	286	1115	90	309	983	96	173	599	89
Roncador-PR	0	0	0	820	740	75	1630	926	67	1898	993	76	621	775	118
Rondon-PR	779	1444	159	1339	652	92	198	452	118	348	440	109	139	294	98
Rosário do Ivaí-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	431	597	64
Sabáudia-PR	112	594	12	265	582	13	136	422	35	217	370	38	174	342	41
Sta C. de M. Castelo-PR	253	236	44	540	367	76	165	217	95	367	251	99	165	247	100
Santa Fé-PR	47	374	37	582	476	39	122	310	57	199	233	7	175	314	63
Santa Inês-PR	0	0	0	285	129	30	54	108	29	44	82	31	21	68	36
Santa Isabel do Ivaí-PR	471	514	39	899	777	66	395	602	100	710	517	99	248	362	77
Santa Mônica-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	120	86	40
Santo Ato. do Caiuá-PR	361	2584	54	380	248	46	99	70	47	131	93	41	54	48	38
Santo Inácio-PR	1358	328	14	245	255	44	99	189	60	138	250	52	33	160	66
São Carlos do Ivaí-PR	662	351	18	357	194	19	136	184	39	212	243	40	100	127	37
São João do Caiuá-PR	121	249	41	88	271	82	51	114	79	144	118	71	38	83	65
São João do Ivaí-PR	0	0	0	4573	1005	36	2689	1261	63	2274	896	49	573	543	60
São Jorge do Ivaí-PR	45	751	65	974	1039	14	118	570	66	141	520	71	110	337	80
São J. do Patrocínio-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	808	596	7	504	535	17
São M. do Paraná-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	228	132	6
São Pedro do Ivaí-PR	58	439	27	898	593	22	127	373	67	134	319	66	71	229	58
São P. do Paraná-PR	0	0	0	341	313	39	259	231	44	243	223	43	131	201	45
São Tomé-PR	0	0	0	467	446	10	120	376	19	150	351	24	287	349	17
Sarandi-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	137	192	13	165	185	12
Sertanópolis-PR	128	597	87	663	735	75	131	537	111	147	619	100	135	459	105

Tamarana-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tamboara-PR	798	424	8	669	450	24	190	267	38	268	282	38	160	249	43
Tapejara-PR	0	0	0	908	718	87	322	405	137	329	372	141	134	261	133
Tapira-PR	0	0	0	2051	799	38	962	605	56	925	549	63	573	518	73
Terra Boa-PR	972	848	14	855	745	11	273	638	29	328	603	30	264	454	29
Terra Rica-PR	205	571	61	786	798	103	476	595	130	588	489	146	221	410	132
Tuneiras do Oeste-PR	0	0	0	1345	929	66	731	681	139	943	645	118	539	567	130
Ubiratã-PR	0	0	0	3184	1418	29	1299	1291	85	1381	1230	94	495	901	120
Umuarama-PR	0	0	0	6461	3282	268	3177	2373	373	3071	2197	372	823	1263	312
Uniflor-PR	0	0	0	212	179	13	92	136	16	83	106	19	100	112	17
Vila Alta-PR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	96	125	92
Xambê-PR	0	0	0	1403	770	21	649	625	49	865	548	68	473	406	80
Total	42501	63151	4778	147495	89382	6259	55737	70448	9445	75630	67213	9594	47353	58452	10959

Apêndice C – Protocolo de intenções

Apêndice C(10 – Resumo dos protocolos de intenções do setor automotivo

Município	Empresa	Ram. de atividade	R\$ Investimento*	Empregos		Ano protocolo
				Diretos	Indiretos	
RMC						
S. J. Pinhais	Renault (francesa)	automotivo	3.000.000.000	2.000	15.000	1996
S. J. Pinhais	Renault (francesa)	automotivo	300.000.000	500		2000
S. J. Pinhais	Volkswagen/Audi (alemã)	automotivo	750.000.000	3.000	7.000**	1996
Curitiba CIC	Volvo	automotivo	394.560.000	150	600	1997
S. J. Pinhais	Nissan (japonesa)	automotivo	900.000.000	600		
Campina Grande do Sul	Eurostar/Peugeot (francesa)	automotivo	10.000.000	100		si
Curitiba CIC	Detroit	fa*** (motores)	130.000.000	200		1997
Campo Largo	Tritec	fa (motores)	1.977.000.000	1.000		1997
Quatro Barras	Bertrand Faure	fa (estrutura assentos)	17.000.000	300	400	1997
Campo Largo	Dana (fa Chrysler)	fa (chassis e suspensão)	14.000.000	40		1997
S. J. Pinhais	Thera (Grupo Rhea)	fa (estampagem aço)	35.000.000	110	200	1997
Quatro Barras	Copo (espanhola)	fa (assentos, carpetes...)	40.000.000	400	800	1997
Araucária	Gonvami (espanhola)	fa (processamento aço)	90.000.000	si		1997
S. J. Pinhais	Metagal	fa (retrovisores, peças)	7.000.000	300	900	1998
Quatro Barras	Bollhoff Moller (alemã)	fa (peças termoplásticas)	6.000.000	100		1998
Quatro Barras	Tréves (francesa)	fa (tapetes, isolante...)	54.000.000	100		1998
S. J. Pinhais	Rutgers (alemã)	fa (mantas isol. acústico)	7.000.000	72		1998
Curitiba CIC	TEAM Robótica (italiana)	fa (máquinas, automação)	2.468.000	100		1998
S. J. Pinhais	SAS Automotive (Renault)	fa (qto. painel, pedais...)	2.800.000	160	400	1998
S. J. Pinhais	Sommer Alibert	fa (painéis)	50.000.000	350	700	1998
S. J. Pinhais	Pegufom do Brasil	fa (peças termoplásticas)	29.000.000	250		1998
Piraquara	Koyo	fa (sistema direção)	20.000.000	150		1998
S. J. Pinhais	Ecia (francesa - fa Renault)	fa (escapamentos)	3.000.000	20		1998
Curitiba CIC	Lear Corporation (amer)	fa (assentos)	4.500.000	50		1998
Campina Grande do Sul	Etablissements Caillau (fran)	fa (braçadeiras, conexões)	5.000.000	100		1998
S. J. Pinhais	Walker do Brasil (amer)	fa (escapamentos)	14.000.000	50	100	1998
Campina Grande do Sul	Brandl do Brasil	fa (estampagem)	4.000.000	200		1998
S. J. Pinhais	Krupp Presta (gr Hoesch)	fa (colunas direção)	25.000.000	80		1998
S. J. Pinhais	Johnson Controls	fa (assentos)	12.000.000	130		1998
Fazenda Rio Grande	Vemetek Têxtil & Leather	fa (tecidos revestimento)	13.500.000	150	50	1998
Curitiba CIC	Edscha (alemã)	fa (dobradiças, pedais...)	12.000.000	120		1998
S. J. Pinhais	Grammer	fa (apoio cabeça e braço)	2.000.000	100		1998
S. J. Pinhais	Hella-Artel (fa Volkswagen)	fa (alavanca câmbio)	4.500.000	73		1998
S. J. Pinhais	Manuli (italiana - fa Audi)	fa (mangueiras ar e dir)	11.000.000	100	300	1998
S. J. Pinhais	Brose (alemã)	fa (sistemas porta, vidros...)	46.000.000	270	1.000	1999

S. J. Pinhais	Sofedit (francesa)	fa (pedais e outros)	12.000.000	140		1999
S. J. Pinhais	Iramec (fa Volkswagen)	fa (módulos porta)	3.400.000	18		1999
S. J. Pinhais	Adwest Heidmann (fa Voks)	fa (alavancas câmbio)	700.000	20	15	1999
S. J. Pinhais	Inylbra (fa Volks)	fa (tapetes)	4.000.000	80	300	1999
S. J. Pinhais	Renault Motores	fa (motores)	360.000.000	400		1999
Fazenda Rio Grande	SNR Roulements (Renault)	fa (rolamentos e peças)	25.000.000	75		1999
Pinhais	Seko (GR Essex)	fa (selantes e adesivos)	3.000.000	50		1999
Piraquara	Plastauto	fa (tanque, reservatórios)	17.000.000	55		1999
Quatro Barras	Copo Thierry Têxtil	fa (tecidos)	13.000.000	60		1999
S. J. Pinhais	Delphi componentes	fa (chicotes elétricos)	2.500.000	235		1999
S. J. Pinhais	Krupp Módulos	fa (eixos, peças, chassis...)	35.000.000	140	300	1999
Fazenda Rio Grande	Arvin Exhaust Brasil	fa (amortecedores)	20.000.000	150		1999
Curitiba CIC	Lucent Technologies	fa (energia telecomunic)	4.375.000	si		1999
Curitiba CIC	Soditech	fa (protótipos, know how)	0	si		1999
S. J. Pinhais	Simoldes (portuguesa)	fa (peças plásticas e moldes)	43.200.000	200		1999
Araucária	Auto Chassis Brasil	fa (chassis e peças)	3.500.000	25		1999
Fazenda Rio Grande	Antex	fa (benefícios sintéticos)	39.000.000	110	300	2000
S. J. Pinhais	AGP American Glass	fa (vidros blindados)	37.000.000	150		2001
Araucária	Roueco	fa (rodas esportivas)	3.000.000	58		2001
Pinhais	Demo	fa (painéis controle)	850.000	19		2001
Total RMC	54 empresas	6 mont / 48 fornecedores	8.596.385.000	13.410	21.365	
Outras localidades		fornecedores automotivas				
Irati	Siemens	fa (componentes elétricos)	20.000.000	1.000		1997
Irati	Iracome	fa (fiação elétrica)	15.500.000	70	300	1999
Ponta Grossa	Continental	fa (pneus)	80.000.000	300		1997
Ponta Grossa	TCA (argentina)	fa (fios, cabos, condutores)	6.500.000	200		1999
Lapa	Radobra Ltda	fa (resfriadores carga ar)	251.000	25		2001
Total			122.251.000	1.595	300	

Fonte: Seid *Os investimentos em dólares foram convertido para real pelo valor médio de 3.

** Considerou-se o menor número qdo tem intervalo - caso Volkswagen/Audi de 7 mil a 10 mil empregos indiretos.

***fa - fornecedoras automotivo- maioria grandes, verticalizadas ramo de produção, localização em vários países e em outras áreas do Brasil.

Apêndice C(2) – Paraná, Protocolos de Investimento industriais em diversos setores, 1995-2001

Município	Empresa	Ram. de atividade	R\$ Investimento*	Empregos		Ano
				Diretos	Indiretos	
RMC						
Curitiba	Kraft Lacta Suchard Brasil	refrescos Tang e Clinght	100.000.000	3.000	10.000	
Curitiba	Dyno do Brasil	papéis pl/ind painel madeira	9.438.000	23	47	1999
Curitiba	Alba Química Ind e com	resinas, formol, uréia etc	25.000.000	11	60	2000
Curitiba	FGVTN Brasil	feragens móveis, divisórias	3.830.000	85		2001
Curitiba	Warbel do Brasil	correas	2.000.000	50		2001
Piraquara	BS Colway	pneus remoldados	23.320.000	238		1999
Campo Largo	Multiplastic Ind de Bem Plástico	plástico bolha	1.000.000	22		2000
Campo Largo	Aspro do Brasil	compressores gás	1.900.000	20		2001
Colombo	Allbrands Ind Alimentos	mingau, cereias e farinha láctea	1.000.000	35		2001
Balsa Nova	Tecnotan soluções ambientais	embalagens plást. e metálicas	1.000.000	31		2001
Balsa Nova	Guardian do Br Vidros Planos	vidros planos	300.000	200	1000	2001
Total			188.738.000	3715	11107	
Aglomerado/Médias						
Paranaguá	Sadia/Frigobrás	alimentos	20.000.000	175		1995
Paranaguá	Insit Embalagens	potes margarina	26.740.000	90		2001
Ponta Grossa	Sadia/Frigobrás	alimentos	37.627.000	312		1997
Ponta Grossa	Kaiser	bebidas	150.000.000	300		1995
Ponta Grossa	Beaulieu	carpetes	30.000.000	350		1997
Ponta Grossa	Tetra Pak	envase líquido	100.000.000		1.000 dir+ind*	1997
Ponta Grossa	Italbras	canetas	3.000.000	120	360	1998
Ponta Grossa	Masisa (chilena)	madeiras e sintéticos	130.000.000	250		1998
Londrina	Dixie Toga	embalagens fast food	40.000.000	300		1997
Londrina	Elevadores Atlas	equipamentos eletrônicos	60.000.000	800		1997
Londrina	Companhia Cacique	café solúvel	28.000.000	43		1998
Londrina	Itap Bemis	embalagens	65.000.000	500		1998
Londrina	Confecções Vox	confecções	1.080.000	100		1998
Londrina	Hussmann Fast Frio	móveis/equip.supermercados	20.000.000	400		1998
Londrina	Cia Norte Pr Bebidas	bebidas	16.000.000	210		1998
Londrina	SICPA (suíça)	tintas, pigmentos, vernizes	4.450.000	50		1999
Londrina	Fast Frio Equipamentos	equipamentos superm/padaria	6.000.000	200		2001
Cambé	Pado	cadeados, fechaduras	30.000.000	650		1998
Cambé	Tecnosul Prod Químicos	material limpeza/vernizes etc	350.000	35		1998
Cambé	Inquima	produtos químicos	7.000.000	18		2001
Cambé	Witbur	portas automáticas elevadores	940.000	35		2001
Cambé	Hexal do Brasil	produtos farmacêuticos	108.000.000	500		2001

Rolândia	Big Frango - Agrícola Jandelle	abate industrial aves	13.000.000	600	1200	1998
Maringá	Usina Sta Terezinha	açúcar e álcool	20.000.000	500		1995
Maringá	Augros (francesa)	tampas plásticas	8.000.000	100		
Maringá	Solabia Biotecnológica (francesa)	ind. cosmética/farmacêutica	5.500.000	30		1999
Maringá	Global Village Telecom (GVT)	sistema telefonia fixa	300.000.000	200		2000
Maringá	Raudi Ind e Com	bicarbonatos e outros	72.500.000	450		2001
Guarapuava	Denver Cotia	CMC - Carbóxi Metil Celulose	70.000.000	200		1998
Guarapuava (Entre Rios)	Coop. Agrária (Agromalte)	malte	41.299.000	40		
Guarapuava (Entre Rios)	Coop. Agrária (Agra Flores)	flores e plantas ornamentais	2.038.632	189		
Cascavel	Globoaves Agropecuária Ltda	pintainhos	7.000.000	60		
Cascavel	Coopavel	carnes bovinas e suínas	1.000	2.000		
Cascavel	Coopavel	laticínios	500.000	80		
Cascavel	Alfa Foman	mangueiras uso industrial	1.295.000	48		1999
Cascavel	Aerovel	enuzadora aerossóis	1.160.000	41		1999
Cascavel	Megaperfil Ind e com	forros perfis PVC	603.250	20		2000
Cascavel	MVM alimentação	macarrão instantâneo	775.000	60		1999
Cascavel	Comil Silos e Secadores	secadores, máquinas, silos	2.650.000	63		2000
Cascavel	Chapecó Ind de alimentos	abate aves, pré-cozidos	85.460.000		5.000 (dir+inv)	2000
Total			1.515.968.882	10119	7.560	
Centros regionais*						
Fco Beltrão e Toledo	Sadia/Frigobrás	alimentos	40.000.000	350		1995
Toledo	Blazius Ind Vestuário	roupas sociais	1.000.000	90		2000
Telêmaco Borba	Klabin	papel	206.000.000	300	700(florestal)	1997
Telêmaco Borba	Kemira Chemicals Brasil	produtos químicos	11.000.000	20		2001
Umuarama	Averama Ind Com Alimentos	resfriamento aves e outros	3.621.000	250	1270	
Campo Mourão	Colacril Prod Adesivos	produtos auto-adesivos	8.050.000	120		1999
Pato Branco	COM Comunicações	desenvolvimento softwares	10.000.000	250		1999
Pato Branco	Metauision Ind e Com Equip Eletron	comp. eletroeletronicos	3.221.000	150		1999
Pato Branco	Hosonic	comp. eletroeletrônicos	1.300.000	30		1999
Pato Branco	Green Lights Electronics	reles eletrônicos	700.000	100		1999
Pato Branco	Gascarbo (argentina)	gás carb. p/ind. alimentícia	2.895.000	50		1999
Pato Branco	Emilio Morgade	bebidas	2.413.000	50		1999
Pato Branco	Hanofaé Cozinhas	móveis cozinha	75.000	50		1999
Castro	Pincéis Tibre	pincéis, trinchas, broxas..	3.108.472	210		1999
Total			293.383.472	2020	1.970	
*Localidades que possuem entre 50 e 100 mil habitantes Pequenas cidades						

Dois Vizinhos	Sadia/Frigobrás	alimentos	20.000.000	175		1995
Mauá da Serra	Agram S.A	alimentos	15.000.000	56	150	1995
Paranacity, Tapejara e Iuatã	Usina Sta Terezinha	açúcar e álcool	60.000.000	1.500		1995
Pien	Grupo Sonae (português)	produtos madeira	150.000.000	250	1.000	1996
Pien	Grupo Sonae (português)	produtos madeira	60.000.000	75		1998
Pien	Grupo Sonae (português)	painéis MDF	160.000.000	50		2000
Cornélio Procopio	Maasol S/A	café solúvel	10.000.000	100	400	1997
Prudentópolis	Acetatos Argentinos AS	fios acetato e tecidos	14.800.000	250		1997
Prudentópolis	Malharia Iracema	confeções malha	3.860.000	500		1997
Andaraí	Cotonificio São Bernardo	fios algodão	27.000.000	250		1997
Tapejara d' oeste	Anhaji agroindustrial	integração avícola	17.800.000	657		1998
Lapa	Silvatex	PVC e outros	4.000.000	50		1998
Jaguariaíva	Placas do Paraná	painéis MDF	180.000.000	150	500	1998
Jaguariaíva	Wilke Artefatos de Papel e Papelão	tubos de papel	2.437.000	40	40	2000
Matelândia	Cotrefal - Coop.Agrop.Três Front	complexo avícola	32.787.323	693	3.500	1998
Itaipulândia	Cotrefal - Coop.Agrop.Três Front	complexo hortifrutigranjeiros	5.300.000	120		1998
Rio Azul	Schreiber Foods Incorporated	queijo	8.000.000	75		1999
Carambei	Batavia S/A	lactínios	72.000.000	416	606	1999
Astorga	Credeal Man Papéis	cadernos, blocos etc	1.065.000	150		1999
Marilena	Frutex Ind Com Imp e Exp	frutas frescas sucos polpas	1.432.000	24		1999
Medianeira	Biscoitos Ninfa	biscoitos e macarrão	4.285.000	260		1999
Mangueirinha/Honório Serpa	Assoc produtores rurais assentad	lactínio, abatedouro, coz ind	350.000	180		1999
Rio Negro	Souza Cruz	embalagem de fumo	8.400.000	50		1999
Jaguapitã	Auebom Ind Alimentos	abate aves	3.300.000	150		1999
General Carneiro	Mar e Terra confeções	roupas esportivas	1.000.000	50		2000
Palmeira	Itesa - Ind Teo Metais Sto Antonio	alumínio fundido	17.025.000	246	270	2001
Assaí	JK Ind Metalúrgica	prod. metalúrgicos	1.500.000	50		2001
Turvo	Iberma cia Bras Papel	cartão duplex	60.000.000	152	400	2001
Santo Inácio	Prod alimentícios Vigor	lactínios	7.600.000	60		2001
Cambará	Lua Nova	prod. alimentícios(salgadinhos)	11.700.000	150		2001
Total			960.641.323	6629	6666	

Fonte: Seid *Localidades entre 50 e 100 mil habitantes

Apêndice D - Estado do Paraná, Unidades industriais do ramo sucro-alcooleiro, 2003

Empresa	Sede/Indústria	Área plantada (ha.)	Cana moída (ton.)	Álcool anidro (m³)	Álcool hidratado(m³)	Açúcar (ton.)
Alto Alegre	Pres. Prudente/Colorado	33.613	2.873.434	52.983	21.715	275.500
Americana (Dasa)	N. América Colina	3.177	166.578	0	13.982	0
Bandeirantes (Usiban)	Bandeirantes	14.760	996.140	21.234	19.563	51.700
Casquel	Cambará	3.737	355.190	0	16.780	16.420
Central do Paraná	Porecatu	26.000	1.221.096	26.146	507	100.530
Cocamar	Maringá/São Tomé	8.066	601.206	30.941	15.217	0
Cocari	Mandaguari/Marialva	5.049	474.644	14.761	20.856	0
Cofercatu	Porecatu/ Florestópolis	7.124	505.150	7.646	19.045	22.200
Coocarol	Rondon	12.788	963.162	0	68.959	0
Coopcana	Paraíso do Norte/S.Carlos Ivaí	15.470	1.412.192	44.422	69.304	0
Cooperval	Jandaia do Sul	9.329	644.332	0	20.222	0
Copagra	Nova Londrina	8.250	543.291	18.953	24.890	0
Corol	Rolândia	7.438	643.004	15.249	9.399	41.963
Dacalda	Jacarezinho	7.230	717.522	41.751	12.703	54.454
Usaciga	Cidade Gaúcha	17.215	1.241.396	1.962	29.264	31.226
Goioerê	Moreira Sales	11.026	697.985	0	20.399	45.493
Ibaiti (Dail)	Ibaiti	7.140	521.620	0	46.557	0
Jacarezinho	Jacarezinho	14.956	1.356.022	20.000	31.920	90.600
Melhoramentos	São Paulo/Jussara	8.969	621.621	11.621	41.635	0
Nova Produtiva	Astorga	6.585	476.675	20.946	13.028	0
Perobálcool	Perobal	5.646	280.601	0	1.546	0
Sabarálcool	Engenheiro Beltrão	9.395	732.136	10.270	3.721	60.465
Santa Terezinha - Ivaté	Maringá/Ivaté	15.069	1.111.473	13.556	7.773	116.823
S. Terezinha - Paranacity	Maringá/Paranacity	15.363	1.218.961	0	28.351	121.069
Santa Terezinha - Tapejara	Maringá/Tapejara	16.056	1.162.252	14.557	6.002	124.378
Santa Terezinha - Maringá	Maringá	16.367	1.223.000	20.345	3.547	127.934
Vale do Ivaí	São Pedro do Ivaí	13.964	1.131.962	22.035	1.604	94.227
Total	27 unidades	319.782	23.892.645	409.378	568.489	1.374.982

Fonte: Alcopar/2003.

APÊNDICE E

LEVANTAMENTO DE MANCOMUNIDADES DA CATALUNHA, 2004

Provincia de Barcelona – 32 mancomunidades

Mancomunidades	Nº mun.	Objetivos
Mancomunitat de Municipis de la Comarca d'Osona	11	Matadouro
Mancomunitat Intermunicipal d'abastament d'aigua de l'Alt Maresme	6	Abastecimiento de aguas do Alt Maresme e manutenção do serviço.
Mancomunidad Intermunicipal de Arenys de Mar-Arenys de Munt	2	Serviço de esgoto.
Mancomunidad Intermunicipal de Martorelles y Santa Maria de Martorelles	2	Gestão e manutenção de serviços de cemitério.
Mancomunidad Intermunicipal Cerdanyola-Ripollet	3	Manutenção do quartel da Guarda Civil e Cruz Vermelha; iluminação pública; pavimentação, esgoto e regulação de tráfego nas vias comuns e passagens subterrâneas; criação e manutenção de escolas.
Mancomunidad de Municipios del Bages para el saneamiento	6	Serviços de esgoto – evacuação e tratamento de águas residuais.
Mancomunidad de Municipios del Bages	24	Gestão de resíduos sólidos urbanos em aterro controlado.
Mancomunitat Intermunicipal de les Comarques del Penedès i Garraf	24	Criação e manutenção dos serviços de busca, potabilização e distribuição de água; recolhida e tratamento de resíduos sólidos urbanos; mercados comarcais de atacado; servicios de ordenação do território, meio ambiente e tratamento de águas residuais; assistência, proteção e educação de deficientes físicos e mentais; criação de uma rede de informatização e assistência informática; serviços de assistência técnica, jurídica, social e de manutenção; coordenação e suporte as iniciativas de promoção econômica, coordenação e promoção de atividades turísticas; ensino não regulamentado; criação e coordenação de serviços esportivos.
Mancomunidad Intermunicipal de Cornellà de Llobregat, Esplugues de Llobregat, Sant Joan Despí y Sant Just Desvern	4	Construção de sistema de evacuação de águas residuais e pluviais (Fontsanta y Pont Reixat).
Mancomunidad para la Atención de los Minusválidos Psíquicos de la Comarca del Anoia	18	Prevenção, atenção, assistência, formação, re-habilitação e orientação de deficientes mentais da comarca.
Mancomunidad Intermunicipal "Ripoll-Riu Sec"	5	Plano de saneamento do Rio Ripoll; tratamento e eliminação de resíduos sólidos urbanos; gestão urbanística; transportes urbanos e interurbanos; matadouros públicos; defesa e proteção do meio ambiente e luta contra a poluição; coordenação das atuações municipais em relação serviços de interesse mútuo prestados por outras administrações, seja para sua correta localização, âmbito de atuação ou condições do serviço e, em particular, das prestações sanitárias e educativas.
Mancomunitat Intermunicipal de Boixadors	3	Construção e gestão de repetidor de TV.
Mancomunitat Intermunicipal de La Vall del Tenes	4	Escola secundária e formação profissional
Mancomunitat Municipal "Can Sellarès"	2	Gestão de imóveis, instalações e serviços de "Can Sellarès" (complexo esportivo, cultural e social).
Mancomunitat de Municipis de l'Àrea Metropolitana de Barcelona	31	Desenvolvimento de articulação, conectividade, mobilidade e funcionalidade do território – infraestrutura e gestão da mobilidade, parques, praias, espaços naturais.

		equipamentos, instalações e serviços técnicos, ambientais e de aproveitamento. Promoção de atividades econômicas, turismo e relacionadas com a comunicação. Assistência técnica, econômica e jurídica a municípios – planificação territorial, paisagem urbana e disciplina urbanística; gestão do solo e dotações de obras de urbanização, de moradia acessível, uso industrial e terciário, equipamentos. Preparação de instrumentos de informações de base e urbanística (estatística, cartografia e estudos) que pode servir de suporte para a atuação territorial. Análise, formulação de propostas e colaboração em matéria de segurança cidadã, prevenção e proteção civil.
Mancomunitat Intermunicipal "Escola Comarcal d'Arts i Oficis del Berguedà"	2	Promoção, desenvolvimento e manutenção de escolas de artes e ofícios.
Mancomunidad Intermunicipal Aguilar de Segarra, Fonollosa y Rajadell	3	Recolhida de resíduos sólidos urbanos.
Mancomunitat per l'atenció i l'assistència als minusvàlids psíquics de la Comarca del Garraf	7	Coordenar esforços e unir possibilidades econômicas para a assistência e proteção de deficientes psíquicos.
Mancomunitat de Abrera, Espareguera, Martorell, Olesa de Montserrat, Pallejà, Sant Andreu de la Barca i Torrelles de Llobregat	6	Instalação e funcionamento de uma planta para o tratamento de resíduos sólidos urbanos e eliminação dos depósitos de lixo atuais.
Mancomunitat d'infraestructura sanitària de l'Alt Maresme-Sector III-Litoral Nord	3	Exploração e conservação de uma rede de coletores principais, de estação depuradora de águas residuais e emissário submarino.
Mancomunitat Intermunicipal de Santa Perpètua de Mogoda i La Llagosta	2	Estabelecimento e gestão de serviços funerários e de cemitério.
Mancomunidad Intermunicipal del Baix Llobregat	3	Esgoto e saneamento; promoção de moradias; parques públicos e instalações esportivas; parque de maquinaria de obras e conservação de vias públicas; centros de ensino médio, técnico e profissional; centros médicos e assistenciais; escritórios técnicos e de serviços; melhora e atualização de linhas de alta tensão e correspondentes traçados.
Mancomunidad Intermunicipal Voluntaria Segarrena	7	Serviços de ambulância, funerário; recolhida de lixo; criação e manutenção de centro de formação profissional; conservação e manutenção do grupo escolar comarcal e coordenação do transporte escolar; depuração das águas residuais; conservação de parques e jardins públicos; reparação e conservação de caminhos rurais; fomento da atividade esportiva.
Mancomunitat de la zona industrial conjunta dels municipis de Vilassar de Mar i de Cabrils	2	Criação, desenvolvimento e manutenção da zona industrial conjunta, planificação urbanística e execução de obras e prestação de serviços, como o fomento, controle e disciplina das edificações e uso dos terrenos e instalações.
Mancomunitat Intermunicipal "La Plana"	11	Mecanização de escritórios municipais; serviço funerário. Serviço de recolhida de lixo e incineração; assistência social.
Mancomunitat Intermunicipal per l'abastament d'aigua procedent de la planta d'Abrera als municipis de Collbató, Espareguera i Els Hostalets de Pierola	3	Serviços de condução e abastecimento de água.
Mancomunitat de l'Alt Maresme per a la gestió de residus sòlids urbans i del medi ambient	4	Conservação e manutenção de uma planta, recolhida, transporte e tratamento de depósito de resíduos sólidos urbanos; conservação e proteção do meio ambiente.
Mancomunitat del Bisaura i Alt Lluçanès	7	Construção de residência para terceira idade.
Mancomunitat "La Gavarrera"	2	Serviços de limpeza pública.
Mancomunitat Intermunicipal de la Conca d'Òdena	5	Recolhida, transporte, tratamento e eliminação de resíduos; implantação de rede de

		<p>idades sustentáveis (Agenda 21); programas de desenvolvimento local; transporte público de viajantes; comunicação e redes telemáticas por cabo; atuações urbanísticas (redação, elaboração e execução do planejamento de caráter intermunicipal, assim como a execução e conservação das obras urbanísticas e o desenvolvimento de serviços complementares em políticos pertencentes a mais de um município; prestação de serviços sociais e promoção da re-inserção social.</p>
Mancomunitat Intermunicipal de Serveis d'Alella, El Masnou i Teià	3	Construção e gestão de um centro de recepção de resíduos..
Mancomunitat d'Aigües de Merlès	6	Fornecimento de água potável.

Provincia Girona: 20 mancomunidades

Mancomunidades	№ mun.	Objetivos
Mancomunidad Intermunicipal Voluntaria del Ripollès	5	Assistência social e sanitária; gestão de serviços técnicos e jurídicos; defesa contra a contaminação e gestão ambiental; entretenimento e conservação de instalações e serviços mancomunados; manutenção de centros comarcais no âmbito do ensino, cultura e educação física; extinção de incêndios; fomento e defesos interesses econômicos da comarca; melhora das telecomunicações e transportes; creche rural; matadouro comarcal; ordenação urbana; pompas fúnebres; promoção cultura e turística; proteção da paisagem; recolhida e eliminação de lixo; vigilância e proteção de pessoas e bens; exploração e industrialização dos aproveitamentos florestais.
Mancomunitat Intermunicipal Voluntària del Gironès	13	Serviço de matadouro; abastecimento e condução de água potável; depuração de águas residuais; tratamento de resíduos sólidos urbanos e industriais; serviços de táxis; transporte interurbano e sanitários.
Mancomunitat Intermunicipal de La Cerdanya	16(Lleida)	Matadouro e aeródromo comarcal
Mancomunitat Intermunicipal de la Vall de Camprodon	6	Transportes e comunicações; desenvolvimento turístico do Vall de Camprodon; cultura e esportes; saúde; serviços técnicos de urbanismo, fomento e defesa dos interesses econômicos da comarca; matadouro; cemitério; lixo; proteção da paisagem.
Mancomunitat Intermunicipal de La Garrotxa	18	Assistência sanitária em centros comarcais; comunicações e transportes; construção, ampliação e funcionamento de serviços de abastecimento de água, esgoto e depuração; contratação de serviços técnicos para a redação e direção de projetos de obras públicas, fiscalização de obras particulares; defesa contra a contaminação e do meio ambiente; entretenimento e conservação das instalações e serviços municipais; estabelecimento e manutenção de centros comarcais de ensino, cultura e educação física; extinção de incêndios; fomento de interesses econômicos; creche rural; matadouros; promoção turística e cultural; proteção da paisagem e recolhida e destruição do lixo.
Mancomunitat Intermunicipal "Montserrat-Guilleries"	6	Assistência sanitária; contratação dos serviços técnicos para projetos de obras públicas; defesa contra a contaminação; extinção de incêndios; creche rural; matadouro; pompas fúnebres; proteção da paisagem; promoção cultura e turística;

		recolhida de lixo.
Mancomunitat Intermunicipal de L'Estany	11	Assistência sanitária em centros comarcais; cemitério; construção, ampliação, funcionamento e conservação dos serviços de água, esgoto e depuração; contratação de serviços técnicos para a redação e direção de projetos de obras públicas e fiscalização de obras particulares; defesa contra a contaminação e meio ambiente; entretenimento e conservação de instalações e serviços; Conservação dos centros de ensino, cultura, educação física e esportes; extinção de incêndios; fomento e promoção do turismo; fomento de interesses econômicos; fomento, melhora e conservação das comunicações viárias, telecomunicação e transportes; creche rural; matadouro; ordenação urbana; pompas fúnebres; proteção da paisagem; recolhida e destruição do lixo; vigilância de pessoas e bens; regulação da irrigação; promoção cultural, em especial de escavações de interesse histórico-arqueológico; arrecadação voluntária e executiva de taxas e impostos municipais.
Mancomunitat Urbanística Girona-Vilablareix	2	Gestão urbanística do polígono comercial y de servicios "Abastaments".
Mancomunitat Intermunicipal dels Ajuntaments de Palafrugell, Begur, Pals, Regencós i Torrent	5	Fornecimento de água potável; recolhida de lixos em domicílios particulares e vias públicas, depósito e tratamento.
Mancomunidad Escolar y de Cultura "Francesc Cambó"	8	Prestação de serviço escolar e cultura comarcal.
Mancomunitat de Municipis "Comunitat Turística de la Costa Brava"	24	Estudo, promoção e desenvolvimento da atividade turística integral em seus aspectos lúdicos, culturais e de relação social, tanto públicos como privados.
Mancomunitat Intermunicipal d'Aigües de Garriguella, Vilajuïga, Pau i Palau-saverdera	4	Captação, impulsão, condução e depósito de águas.
Mancomunitat Intermunicipal Voluntària "Verge dels Socors"	4	Manutenção, conservação, funcionamento e serviços do colégio comarcal de ensino geral básico "Verge dels Socors" e construção e gestão de uma creche.
Mancomunitat Intermunicipal de l'Alt Empordà	25	Serviço de matadouro comarcal.
Mancomunitat Intermunicipal Voluntària "Les Guïlleries"	4	Fomento do turismo; proteção e difusão do conhecimento das riquezas naturais da zona e defesa contra a contaminação da rede fluvial pública e meio ambiente ; serviços culturais e esportivos ; ensino ; serviços sanitários e assistenciais ; desenvolvimento da rede viária ; telecomunicações ; rede de transporte ; obra de infraestrutura e urbanismo ; contratação de serviços técnicos profissionais para a redação de projetos de obras públicas e fiscalização de obras particulares ; matadouros ; recolhida e destruição do lixo e resíduos sólidos; vigilância e regulação da riqueza florestal e hidráulica da zona, sem prejuízos das competências da <i>Generalitat</i> nesta matéria; fomento e defesa de interesses econômicos da comarca; extinção de incêndios.
Mancomunitat Intermunicipal per a fins d'instrucció i cultura d'Alp, Das, Fontanals de Cerdanya i Urús	4	Instrução, cultura e educación física .
Mancomunitat del servei de control de mosquits a la badia de Roses i el Baix Ter"	7	Serviço de controle de mosquitos
Mancomunitat Intermunicipal "Toribi Duran"	11	Reabilitação e gestão do centro geriátrico do Hospital "Toribi Duran".
Mancomunitat Intermunicipal per a l'Eliminació de Residus	6	Gestão da exploração de serviços de eliminação de resíduos.

Mancomunitat Intermunicipal d'Aigües Mancomunades del Baix Empordà	3	Gestão do serviço de fornecimento de água potável ; conservação da rede de esgotos.
--	---	---

Provincia de Lleida: 9 mancomunidades

Mancomunidades	Nº mun.	Objetivos
Mancomunitat de recollida d'escombraries de L'Urgellet	5	Serviço de recolhida, transporte e tratamento de resíduos sólidos.
Mancomunidad para abastecimiento de agua potable a la Comarca de Las Garrigas	24	Prestação e manutenção dos serviços de abastecimento de água potável aos municípios associados.
Mancomunidad de Municipios para la promoción de las pistas de esquí nórdico	4	Promoção de pistas esqui nórdico; dotar de infraestrutura e meios materiais necessários para a prática do esqui nórdico.
Mancomunitat d'abastament d'aigua del Solsonès	9	Prestação e gestão do serviço de abastecimento de água.
Mancomunidad Forestal del Valle de Arán	9	Exploração, conservação e manutenção dos montes.
Mancomunitat Intermunicipal Voluntària de Serveis del Solsonès	8	Construção, reparação e melhora dos caminhos, vias, obras e instalações municipais; parque de maquinaria.
Mancomunitat Intermunicipal Mollerussa-El Palau d'Anglesola	2	Construção de planta potabilizadora de água e prestação de serviço de fornecimento de água potável.
Mancomunitat d'Aigües de la Noguera Alta	3	Abastecimento de água potável.
Mancomunitat Intermunicipal per a la Potabilització de les Aigües de Barbens, Castellnou de Seana, Ivars d'Urgell i Vila-san	4	Aquisição de terrenos para construção de um pântano; construção de planta potabilizadora de água serviço de fornecimento de água potável.

Provincia de Tarragona: 12

Mancomunidades	Nº mun.	Objetivos
Mancomunitat "Abocador Baix Ebre"	11	Gestão de aterro controlado.
Mancomunitat "TO.PO.GRA.PO."	4	Gestão, condução e distribuição de água para consumo e irrigação.
Mancomunitat del Camp	2	Gestão e exploração de um mercado atacado de frutas e verduras.
Mancomunitat "Serveis mancomunats d'incineració de residus urbans"	7	Construção e administração de uma plantaincineradora de resíduos urbanos com recuperação de energia.
Mancomunitat de Municipis per a l'escorxadador intercomarcal de l'Alt Camp i de la Conca de Barberà	5	Matadouro intercomarcal.
Mancomunitat "Serveis abocador Baix Camp"	13	Estabelecimento de um aterro de lixo controlado y gestão do serviço.
Mancomunidad Intermunicipal sobre el sector territorial de la pista de pruebas de vehículos "L'Albomar"	3	Pista de provas de veículos e laboratório oficial de automóvel da Catalunia.
Mancomunitat "Deltatres"	3	Exploração de aquíferos de abastecimento de água potável.
Mancomunitat Sarral-Rocafort de Queralt	2	Prevenção e extinção de incêndios.
Mancomunitat d'Iniciatives pel Desenvolupament Integral del Territori (MIDIT)	3	Gestão do polígono industrial "Les Tapies"; desenvolvimento integral do território mediante definição, redação e apoio de iniciativas comuns no âmbito industrial, turístico, agrícola-florestal e social.
Mancomunitat Intermunicipal del Priorat d'Escaladei D.O.	9	Impulso e fomento da atividade vitícola; potencializar a implantação da agroindústria e atividades pecuárias que seja boas para a conservação e proteção ambiental; fomento e promoção dos municípios associados; criação e sinalização de

		rotas destinadas a potencializar atividades culturais; gastronômicas, de museus; planejamento urbanístico; cooperar com o <i>Consell Regulador de la D.O. Priorat</i> ; impulso ao cooperativismo.
Mancomunitat de Municipis Tortosa-Roquetes (M.T.R.)	2	Gestão dos serviços municipais comuns do polígono industrial de Tortosa-Roquetes "Pla de l'Estació"; desenvolvimento industrial, turístico, agrário e social.

Apêndice F – Modelo de Questionário

NOME: _____

1) Local de nascimento/ idade _____

2) Profissão/ Empresa que trabalha _____

3) Renda familiar: _____

4) Escolaridade _____

5) Endereço _____

6) Tempo de residência no município/cidade _____

Morou na zona rural? _____ Quanto tempo? _____

7) Procedência (último lugar que morou antes de morar neste município) _____

8) Do que você gosta na sua cidade? O que é melhor na sua cidade?

9) Do que você sentiria mais saudades se tivesse que se mudar?

10) O que falta na cidade?

11) Para onde você iria no caso de sair da sua cidade?

12) Conhece pessoas que se mudaram (parentes, amigos, conhecidos)? Para onde foram (principais destinos) e por que mudaram?

(Use o espaço no verso para complementar alguma resposta ou para fazer comentários extras)
Espaço utilizado para registrar viagens mais frequentes/motivos e o que gosta de fazer nas horas vagas, além de comentários extras.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)